



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Bruno Ferrari Baptista

**A questão da terra na grande imprensa: O discurso do jornal *O Globo*
acerca da agenda pela Reforma Agrária no Brasil (1959 – 1964)**

Rio de Janeiro

2023

Bruno Ferrari Baptista

A questão da terra na grande imprensa: O discurso do jornal *O Globo* acerca da agenda pela Reforma Agrária no Brasil (1959 – 1964)



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Orientador: Prof. Dr. Oswaldo Munteal Filho

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

B222 Baptista, Bruno Ferrari.
 A questão da terra na grande imprensa: O discurso do jornal *O Globo* acerca da agenda pela Reforma Agrária no Brasil (1959 – 1964) / Bruno Ferrari Baptista. – 2023.
 301 f.

 Orientador: Oswaldo Munteal Filho.
 Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

 1. Reforma agrária – Brasil – Teses. 2. Latifúndio – Brasil – História – Teses. 3. Brasil. Presidente (1961-1964 : João Goulart) – Teses. I. Munteal Filho, Oswaldo. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 333.013.6(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Bruno Ferrari Baptista

A questão da terra na grande imprensa: O discurso do jornal *O Globo* acerca da agenda pela Reforma Agrária no Brasil (1959 – 1964)

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Aprovada em 27 de julho de 2023.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Oswaldo Munteal Filho (Orientador)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof.^a Dra. Cláudia Gonçalves
Faculdade de Educação – UERJ

Prof. Dr. Fernando Castro
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dra. Eloíza Gomes
Instituto Multidisciplinar de Formação Humana com Tecnologias –
UERJ

Prof. Dr. Ivanir dos Santos
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2023

DEDICATÓRIA

A todos (as) trabalhadores e trabalhadoras rurais que ousaram e ousam sonhar com mais do que sete palmos de terra.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, funcionários públicos, que sempre acreditaram – como ninguém – em mim e que, além de tudo, sempre me proporcionaram muitas oportunidades. Que me ensinaram a buscar a verdade e a defender o que é justo.

Aos meus avós: Ery, que me ensinou a sorrir mesmo diante das adversidades; Milton, que sempre me mostrou o exemplo de que é preciso ter coragem e determinação ao se deparar com essas adversidades; Teresa e Zaíra, que nunca me deixaram esquecer que não se enfrenta nada sem amor e respeito.

Ao meu amor, Ana Luíza, que felizmente chegou a tempo e no tempo certo. Aos meus irmãos e irmãs: Henrique, Carol, Ana Júlia, Luana e Tarcísio; que me fazem perceber que é preciso viver com fraternidade e tolerância. A Henrique, Jamily, e a toda minha família. A Deus, por tudo.

Aos meus grandes amigos Fernando, César, Zero, Brunos, Thiago, Theófilo, Kelly, Felipe, Natália, Duda, Wilson, Bernardo, Marcela, Daniel, Elder, Rodrigo (que, por acaso, também é primo), Marcus (*In memorian*), Alex (*In memorian*), Pedro, Mário, Kentaro, Mariana, Duli, Maria Izabel, e Cissa; que de um jeito e/ou de outro tiveram sempre ao meu lado ao longo da minha trajetória.

A todos os amigos e amigas da FACHA. Aos funcionários, à Direção Acadêmica, e ao corpo discente, aos coordenadores e coordenadoras, aos professores e professoras. Ao saudoso professor Hélio Alonso (*In memorian*), Márcia Alonso e a família Alonso, que me deram a oportunidade de vivenciar momentos fundamentais da minha vida nas Faculdades Integradas Hélio Alonso (FACHA), lugar onde fiz muitos amigos, aprendi bastante e, fundamentalmente, cresci. Onde hoje, com muito orgulho, leciono e continuo a aprender.

Aos amigos e amigas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a todos os professores, professoras, coordenadores (as) e funcionários (as) do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) e do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH).

Faço aqui, também, um agradecimento especial ao meu orientador Prof. Dr. Oswaldo Munteal Filho, pelo gigantesco apoio, contribuição e orientação – imprescindíveis para a concretização do presente trabalho.

Agradeço aos membros da banca o olhar atento e as preciosas observações fundamentais para o trabalho. Muito me honra a presença destes (as) importantes pesquisadores (as) nesse processo de avaliação da tese.

A todos e todas que, de alguma forma, fizeram parte da minha trajetória e da minha história e, por isso, também foram importantes.

Obrigado.

Essa cova em que estás, com palmos medida, é a cota menor que tiraste em vida. É de bom tamanho, nem largo nem fundo, é a parte que te cabe deste latifúndio. Não é cova grande, é cova medida. É a terra que querias ver dividida.

João Cabral de Melo Neto

RESUMO

BAPTISTA, B. F. *A questão da terra na grande imprensa: O discurso do jornal O Globo acerca da agenda pela Reforma Agrária no Brasil (1959 – 1964)*. 2023. 301 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

A presente tese está focada na análise do discurso do jornal *O Globo* acerca da agenda política, social e econômica em torno da reforma agrária entre os anos de 1959 e 1964. A fim de apontar a visão propalada pelo periódico de Roberto Marinho sobre essa temática, este estudo tem como eixo central as narrativas de *O Globo* sobre a ação do movimento camponês (especialmente as Ligas Camponesas) e, por outro lado, da classe rural organizada (principalmente a Confederação Rural Brasileira) diante da questão da terra no Brasil. Assim como, sobre as iniciativas de reforma agrária por parte do Governo João Goulart, do Congresso Nacional e de governos estaduais como o de São Paulo e da Guanabara.

Palavras-chave: Reforma agrária. O Globo. Latifúndio. Campesinato. João Goulart.

RESUMEN

BAPTISTA, B. F. *El problema de la tierra en la prensa: El discurso del periódico O Globo sobre la Reforma Agraria en Brasil (1959 – 1964)*. 2023. 301 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Esta tesis se centra en el análisis del discurso del diario *O Globo* sobre la agenda política, social y económica en torno a la reforma agraria entre los años 1959 y 1964. Para señalar la visión del periódico de Roberto Marinho sobre el tema, este estudio tiene como eje central las narrativas de *O Globo* sobre la acción del movimiento campesino (especialmente las Ligas Campesinas) y, por otro lado, de la clase rural organizada (principalmente la Confederación Brasileña Rural) en la cuestión de la tierra en Brasil. Así como sobre las iniciativas de reforma agraria del Gobierno de João Goulart, del Congreso Nacional y de gobiernos estatales como de São Paulo y Guanabara.

Palabras clave: Reforma agraria. O Globo. Latifundio. Campesinado. Joao Goulart.

ABSTRACT

BAPTISTA, B. F. *The land issue in the press: The speech of the newspaper O Globo about the Agrarian Reform in Brazil (1959 - 1964)*. 2023. 301 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

This thesis is focused on the analysis of the discourse of the newspaper *O Globo* about the political, social and economic agenda around the agrarian reform between the years 1959 and 1964. This study has as its central axis the narratives of Roberto Marinho's journal on the action of the peasant movement (especially the Peasant Leagues) and, on the other hand, of the organized rural class (mainly the Brazilian Rural Confederation) on the issue of land in Brazil. As well as on the agrarian reform initiatives by the João Goulart Government, the National Congress and state governments such as São Paulo and Guanabara.

Keywords: Agrarian reform. O Globo. Latifundio. Peasantry. João Goulart.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	12
1	LATIFÚNDIO E DESIGUALDADE: A CONCENTRAÇÃO DO PODER NA ZONA RURAL BRASILEIRA E OS DESDOBRAMENTOS NA POLÍTICA NACIONAL.....	20
1.1	Apontamentos históricos sobre a questão da terra no Brasil.....	20
1.2	A organização dos latifundiários brasileiros.....	32
1.3	Movimento campesino e a resistência dos trabalhadores rurais: protagonismo histórico das Ligas Camponesas.....	40
1.4	Governo Jango: a Reforma Agrária no centro da agenda política do Executivo Federal.....	57
2	LATIFÚNDIOS DA MÍDIA: A OLIGOPOLIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO DE MASSA NO BRASIL.....	68
2.1	Comunicação, poder e política: a luta de classes e os Aparelhos Privados de Hegemonia.....	68
2.2	A tardia história da imprensa brasileira.....	86
2.3	A ascensão do “jornal-empresa” e a interseção entre imprensa e capitalismo.....	92
2.3.1	<u>Grandes conglomerados da mídia nacional: comunicação de massa, poder e monopólio.....</u>	96
2.4	Os donos da mídia e a construção dos oligopólios da comunicação de massa no Brasil.....	99
2.4.1	<u>Assis Chateaubriand: o primeiro barão da comunicação brasileira e o latifúndio midiático dos Diários e Emissoras Associados.....</u>	100
2.4.2	<u>Roberto Marinho: o maior barão da mídia nacional e a construção do império Globo.....</u>	103
2.4.3	<u>O político-empresário Júlio de Mesquita Filho e a ascensão do jornal <i>O Estado de São Paulo</i>.....</u>	108
2.4.4	<u>O ucraniano que virou barão da mídia no Brasil: Adolfo Bloch e a <i>Manchete</i>.....</u>	112
2.4.5	<u>Roberto Civita e o império editorial brasileiro: a ascensão do Grupo Abril.....</u>	114
2.4.6	<u>João Jorge Saad e a trajetória do Grupo Bandeirantes.....</u>	116

2.4.7	<i>Senor Abravanel: empresário de mídia e comunicador popular consagrado como Silvio Santos</i>	118
3	O PERIGO DE ENXADA NA MÃO: O DISCURSO SOBRE O MOVIMENTO CAMPESSINO ORGANIZADO E AS REPRESENTAÇÕES DAS LIGAS CAMPONESAS EM <i>O GLOBO</i>....	123
3.1	<i>O Globo</i> e a marginalização do movimento campestre: violência, agitação e manipulação comunista nas Ligas Camponesas	123
3.1.1	<i>A imagem de Francisco Julião construída por O Globo</i>	145
3.2	Os métodos das Ligas Camponesas no Brasil e a Reforma Agrária dos movimentos revolucionários e governos populares na América Latina	150
3.3	Ligas Camponesas X Igreja Católica: caminhos antagônicos para a Reforma Agrária	160
3.4	Dois pesos e duas medidas: as narrativas de <i>O Globo</i> sobre as organizações ruralistas e seus líderes	171
4	AGENDA DA REFORMA AGRÁRIA NO GOVERNO GOULART: A EMPREITADA DISCURSIVA DO JORNAL <i>O GLOBO</i> CONTRA A SOLUÇÃO EXPROPRIATÓRIA	186
4.1	Risco Jango: a desqualificação de João Goulart e a tese da ameaça vermelha em <i>O Globo</i>	186
4.2	Reforma Agrária como mecanismo demagógico	213
4.3	Reforma Agrária como instrumento de “bolchevização” do Brasil	229
4.4	Contenção do avanço vermelho de Jango: dever patriótico da sociedade brasileira e tarefa constitucional das Forças Armadas	251
4.5	Contraponto democrático: a solução pacífica e eficaz de São Paulo e da Guanabara para a questão da terra	262
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	269
	REFERÊNCIAS	276

INTRODUÇÃO

Neste estudo, partimos da premissa de que existe uma interseção entre imprensa e poder, especialmente em um contexto tecnológico-comunicacional em que os jornais são produzidos em escala industrial e lidos por dezenas de milhares de pessoas diariamente. A tese de que “comunicação é poder” norteou esta pesquisa, que é balizada pela compreensão de que o controle de potentes estruturas de comunicação representa a capacidade de difundir e amplificar determinadas visões de mundo, em detrimento de outras. Ou seja, o controle de grandes veículos de comunicação “permite a potencialização de determinados discursos, paradigmas e perspectivas político-ideológicas. Representa a possibilidade de ação histórica, simbólica e política. Significa, portanto, poder”.¹

Como ressalta a historiadora Marialva Barbosa, “os jornais instauram momentos particulares de uma formação histórica específica”, sobretudo, quando se tornam artífices de “construções de um novo tempo governado pela lógica da tecnicidade, implantação de uma imprensa de massa e, assim por diante, numa sucessão de tempos infinitos e particulares.”²

Na presente tese, entendemos que meios de comunicação como *O Globo* não são agentes “neutros” e “imparciais”, são instrumentos que – manejados por segmentos de uma parcela ínfima, porém abastada e influente da sociedade – “propagam os pontos de vista e os anseios de classe (e, muitas vezes, de empresa) dos proprietários destes meios de comunicação”. Ou seja, os “barões da mídia” tem, através de seus veículos de comunicação, “a capacidade de destacar certos temas e de ocultar/camuflar outros tantos, de influenciar opiniões e diretrizes ideológicas, e de agendar prioridades (inclusive do Poder Público)”.³

O questionamento sobre o papel de grandes jornais como *O Globo* nas disputas político-ideológicas processadas no interior daquilo que Antônio Gramsci chamou de “sociedade civil” é imprescindível para uma compreensão mais ampla da história política de um país como o Brasil. Evidentemente, para isso, é necessário levar em consideração que esses veículos jornalísticos não são “espelhos” que reproduzem os fatos exatamente como são, mas,

¹ BAPTISTA, Bruno Ferrari. *Imprensa, hegemonia e a agenda neoliberal no Brasil: o discurso privatista e a imagem depreciada do Estado e do funcionalismo público nas páginas do jornal O Globo (1990-1999)*. 2017. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. p. 12, 13, e 14

² BARBOSA, Marialva. *Reflexões sobre a imprensa do Brasil de 1808*. Revista *Estudos em Jornalismo e Mídia* - Ano V - n. 2 pp. XX - XX jul./ dez. 2008. p. 97 e 98.

³ BAPTISTA, Bruno Ferrari. Op.cit. p. 12, 13, 14.

sim, “instrumentos de poder que difundem ideologias/visões de mundo e exercem uma influência considerável sobre a opinião pública e, conseqüentemente, sobre as questões políticas, sociais, econômicas, e culturais de uma nação”.⁴ Como bem lembra João Braga Arêas, um jornal como *O Globo*, quando apresenta a sua visão acerca de diferentes temas e fatos, “procura identificá-la, segundo seus próprios termos, como ponto de vista da maioria da sociedade ou da sociedade civil. Nesse sentido, a imprensa seria uma representante da opinião pública”, que, por um lado, é apresentada “como a posição da maior parte das pessoas”, por outro, costumava “também ser identificada com a dos leitores dos jornais”.⁵

Assim sendo, julgamos importante analisar a ação discursiva de jornais de grande alcance como *O Globo*, principalmente, em cenários de forte tensão social e política na sociedade civil, em conjunturas que são marcadas pela iminência de uma ruptura político-institucional, como a verificada no período analisado neste estudo (compreendido entre os anos de 1959 e 1964). Naquele contexto, um dos principais pontos de fervura girava em torno da questão da terra no Brasil, especialmente acerca das teses de reforma agrária expropriatória defendidas pelo movimento camponês organizado, pelos comunistas, pelos setores mais progressistas do trabalhismo, e pelo próprio João Goulart e seu Governo (1961-1964). Nesse sentido, entendemos que a análise do discurso de um jornal de grande tiragem e influência como *O Globo* é importante para descortinar o papel de segmentos da grande imprensa brasileira na propagação de um discurso que vinculava as ações em torno da reforma agrária expropriatória ao comunismo, à violência e à subversão da ordem; pretextos utilizados para justificar a ação golpista que culminou na ditadura que assolou o Brasil entre 1964 e 1985.

Para concretizar este trabalho historiográfico, utilizamos a metodologia da análise do discurso do jornal *O Globo* acerca das diferentes ações, propostas, grupos, e narrativas que orbitavam a questão da reforma agrária naquele contexto histórico. Analisamos o discurso do periódico de Roberto Marinho diante do movimento camponês organizado (especialmente das Ligas Camponesas), das organizações patronais do campo (principalmente da Confederação Rural Brasileira e da Sociedade Nacional da Agricultura), de setores da Igreja Católica⁶, da

⁴ Idem.

⁵ ARÊAS, João Braga. *Batalhas de O Globo (1989 – 2002): o neoliberalismo em questão*. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da UFF. Niterói. 2012. p.37.

⁶ De acordo com Fernando Azevedo, “ação da Igreja Católica no campo data de 1960, ano em que D. Eugênio Sales fundou, no Rio Grande do Norte, o *Serviço de Assistência Rural* – SAR. Naquele estado, o SAR chegou a fundar, até 1963, 48 sindicatos, congregando mais de 40 mil membros. Em Pernambuco, criou-se o SORPE, *Serviço de Orientação Rural*, sob a direção de Pe. Crespo, com o objetivo de neutralizar a presença das Ligas no campo, através da criação de sindicatos cristãos. Outra vertente, mais à direita, era representada pelo Pe. Melo, que atuava na cidade do Cabo (PE) e defendia a criação de sindicatos e cooperativas e uma reforma agrária que respeitasse a propriedade privada *dentro dos limites do bem comum e de sua função social*. A reforma agrária era

agenda legislativa e eleitoral atreladas à questão da terra, e do Governo João Goulart, que colocou a reforma agrária no centro de sua agenda político-institucional. Nesse sentido, também lançamos mão da metodologia comparativa a fim de paragonar o discurso do jornal e dos grupos/movimentos, bem como, dos políticos que eram contrários ou favoráveis a tese da reforma agrária com expropriação e distribuição de terras; identificando, assim, semelhanças e disparidades.⁷

Evidentemente que, “ao selecionar o texto jornalístico como sua fonte de pesquisa, o historiador deve levar em conta que sua fonte não é um documento ‘puro e cristalino’ que contenha todas as verdades”. É necessário manter a visão crítica considerando que “a objetividade de um texto jornalístico é vista como uma falácia, até para o mais ingênuo dos profissionais”. Ou seja, “no momento em que seleciona, hierarquiza e prioriza esta ou aquela informação – a partir de critérios subjetivos –, o que o jornalismo está fazendo é uma seletiva” discursiva, uma arquitetura simbólica de uma determinada realidade. Para Alexandre Stephanou, “a imprensa informa e forma; privilegia, dispõe e relaciona as notícias, elegendo os acontecimentos que merecem destaque e os que serão relegados ao esquecimento”. Portanto, “não registrando apenas o fato ela o cria, na medida em que seleciona o que é e o que não é notícia, seja por critérios jornalísticos, ou por interesses econômicos e políticos”. Nesse sentido, a comparação entre as narrativas explicitamente opinativas do jornal (editoriais e artigos) e os textos em tese imparciais (notícias e reportagens) também ajuda a explicitar a unidade discursiva de um órgão da imprensa burguesa como o jornal *O Globo*, parte de um empreendimento empresarial do ramo da comunicação, cujo dono defende seus interesses de classe e de empresa; para isso dispõe de diferentes estratégias retóricas.

Assim sendo, o historiador que utiliza a imprensa como fonte e objeto “deve compreender os métodos utilizados na atividade jornalística, no processo de construção de tais acontecimentos”. É fundamental que o historiador “analise a publicação como um todo, inclusive na disposição gráfica das notícias”, lembrando sempre que “o texto é uma narrativa

condenada pelo clero conservador, sob o argumento de que a família e a propriedade são inseparáveis como valores cristãos. [...] A esquerda católica atuava através da *Ação Popular*, que dava suporte político à ação do MEB – *Movimento de Educação Popular* (do qual fazia parte Paulo Freire, o criador da pedagogia do oprimido) que era voltado para a alfabetização e a formação de líderes sindicais rurais. No conjunto, porém, predominavam as posições do alto clero e da maioria dos párocos que eram contra a reforma agrária e a politização das massas rurais, combatendo tanto as Ligas quanto os sindicatos comunistas”. AZEVEDO, Fernando Antônio. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 90 e 91.

⁷ OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. *A relação entre a história e a imprensa: breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808 – 1930)*. *Historiæ*, Rio Grande, 2 (3): 125-142, 2011. p. 126 e 127; STEPHANOU, Alexandre. *Apud* OLIVEIRA, Rodrigo Santos. Op. cit. 126 e 127.

intencional, uma produção de sentido, não um conjunto de verdades”. Portanto, o pesquisador ao analisar o discurso de um jornal como *O Globo* deve “considerar contingências sociais e políticas do momento específico da sua produção e a interpretação individual de quem escreve”. A atividade da imprensa “procede de uma interpretação, na qual a subjetividade está sempre presente, por isso é preciso enxergar nos textos a sua carga de temporalidade” e os objetivos de quem comanda aquela estrutura de comunicação. Por conseguinte, é necessário “ler os textos na sua complexidade, distinguindo entre o fato (o real acontecido) e a notícia (o real reconstruído)”, entre a realidade e a representação propagada pelo jornal, seja através de formas textuais explicitamente opinativas ou supostamente imparciais. Como lembra a historiadora Maria Helena Capelato, o jornal deve “ser considerado um documento suspeito no tocante à sua credibilidade, visto que tal fonte não é isenta”, portanto, é aconselhável “que se determinem os interesses econômicos e políticos; que se distinga a imprensa oficial da oficiosa; que se diferencie imprensa e opinião pública”.⁸

Essa capacidade de arquitetar uma realidade através de estratégias simbólico-discursivas que meios de comunicação como jornais e revistas têm é potencialmente agudizada dependendo do seu alcance. O desenvolvimento técnico da atividade jornalística começa a se processar efetivamente no Brasil no fim do século XIX, mas atinge um patamar até então sem precedentes em meados do século XX, quando a produção editorial desse tipo de impresso chega a uma escala industrial consideravelmente complexa, alcançando – através de modernos equipamentos gráficos - uma tiragem de dezenas de milhares de exemplares. Portanto, no período analisado nesta tese, já observamos a presença de uma imprensa de massa no Brasil, ou seja, há jornais que atingem um público vasto no território nacional; tendo em vista que, no Rio de Janeiro da década de 1960, por exemplo, “76% da população, maior de 15 anos, lia regularmente um jornal, sendo que dessa cifra, 77% de homens e 75% de mulheres”. Já na cidade de São Paulo, “59% da população lia também regularmente um jornal, sendo que deles, 66% são homens e 55% mulheres”.⁹

Levando em consideração a tese que afirma que “comunicação de massa é comunicação em larga escala”, entendemos que *O Globo*, entre os anos de 1959 e 1964, pode ser considerado um meio de comunicação de massa porque na década de 1950¹⁰ o jornal de Roberto Marinho

⁸ OLIVEIRA, Rodrigo Santos. Op. cit. 126 e 127; CAPELATO, Maria Helena. *Apud* OLIVEIRA, Rodrigo Santos. Op. cit. 126 e 127.

⁹ ALMEIDA, Mauro. *A comunicação de massa no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Júpiter, 1971. p. 15 e 16.

¹⁰ Em 1954, “com a mudança da sede para o prédio da Rua Irineu Marinho, *O Globo* deu um salto na capacidade física da redação e da gráfica, que permitiu ao jornal instalar uma rotativa *Hoe Streamline Superproduction*, a mais moderna da época. A máquina trouxe mais agilidade de impressão e melhorou a qualidade gráfica das

“tinha alcançado a mais alta circulação entre vespertinos e matutinos brasileiros” adotando, inclusive, o *slogan* “o maior jornal o país”. De acordo com a biografia de Roberto Marinho escrita pelo jornalista Pedro Bial, *O Globo* tinha “o objetivo declarado de atender e agradar a todos – da empregada ao patrão” e tornou-se um “jornal de todas as famílias, aquele que o papai trazia para a casa no fim do dia”.¹¹

Essa popularidade e alcance do discurso do jornal *O Globo* também eram evidenciados através dos números: na década de 1960, o periódico de Roberto Marinho, que já havia se tornado nacional com vendas avulsas em diferentes estados brasileiros, tinha uma tiragem diária (de segunda a sábado) de 120 mil exemplares, número que crescia significativamente aos domingos. Em comparação com outros jornais editados no estado da Guanabara, o montante era bastante alto tendo em vista que jornais como o *Última Hora* (matutino), *Jornal do Brasil* (matutino), e *O Jornal* (matutino), tinham uma circulação – nos dias de semana - de 60 mil, 83 mil, e 31 mil, respectivamente. Em São Paulo, apenas a *Folha de São Paulo* (140 mil exemplares) e *O Estado de São Paulo* (150 mil exemplares) superavam *O Globo*; jornais paulistas como *Notícias Populares* (80 mil exemplares) e *Diário da Noite* (55 mil exemplares) ficavam bem atrás do vespertino carioca. Na década de 1960, apenas 30 jornais (11,1% do total) tinham uma tiragem diária que girava entre 100 mil e 200 mil.¹²

Nesse sentido, é importante lembrar que Nelson Werneck Sodré afirma que os jornais que são parte de empresas multimídia ampliam o alcance de suas narrativas “com suas estações de rádio e de televisão, que exploram a informação instantânea e têm extraordinária força de penetração”, através da utilização “do som, ou deste e da imagem, superando a barreira, ainda muito grande, do público analfabeto”. O jornal *O Globo* estava inserido nesse rol, já que no período analisado nesta tese, Roberto Marinho contava com a popular *Rádio Globo*; o que amplificava ainda mais a penetração das visões publicadas no periódico, afinal, ambos veículos comunicacionais estavam sob a tutela da mesma linha editorial e do mesmo comando.¹³

Assim sendo, a importância de analisar o discurso do jornal *O Globo* naquele contexto turbulento da História do Brasil se torna ainda maior, tendo em vista a amplitude do alcance

páginas”. (<https://memoria.oglobo.globo.com/linha-do-tempo/parque-graacutefico-9197388#:~:text=O%20Parque%20Gr%C3%A1fico%20do%20GLOBO,de%20175%20mil%20metros%20quadradados>).

¹¹ BIAL, Pedro. *Roberto Marinho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.p.195 e 196.

¹² ALMEIDA, Mauro. Op. cit. p. 15, 16 e 17. A título de comparação, entre 2021 e 2022, a tiragem de exemplares impressos do jornal *O Globo* caiu de 67.179 para 60.777, quase metade do número verificado na década de 1960. (<https://www.poder360.com.br/economia/jornais-impressos-circulacao-despenca-161-em-2022/>).

¹³ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1977. p. 447.

das narrativas difundidas através da empresa de comunicação de Roberto Marinho. Afinal, as ideologias/visões de mundo propaladas por meio dos artigos, editoriais, reportagens, notícias, ilustrações/charges e fotografias do vespertino carioca atingiam diariamente milhares de brasileiros e brasileiras em diferentes estados do Brasil. Jornais como *O Globo* “tem grande peso na definição dos ‘temas nacionais’, na pauta do que deve ser discutido e nos termos que deve ser discutido”, ou seja, “pode escolher ou descartar temáticas, teatralizar os fatos, pode contribuir para gerar tanto conformismo como para mobilizar indivíduos ou grupo sociais” e políticos. Meios de comunicação como *O Globo*, podem “tratar de alguns temas de modo breve e de outros incessantemente”, como fez como a agenda em torno da reforma agrária entre os anos de 1959 e 1964, a partir, obviamente, a angulação da linha editorial regida por Roberto Marinho e sintonizada com outros atores da sociedade civil brasileira daquele período histórico.¹⁴

Nesta tese, o jornal *O Globo* é entendido como um veículo de “difusão de visões de mundo e ideologias burguesas”, sem considerar ideologia “como falsidade ou mentira deliberada, mas como um condicionamento da percepção da realidade, um certo horizonte intelectual”, que – no caso de *O Globo* – é pautado pelos “valores da empresa capitalista” e pelo viés de classe e de empresa imposto por seu proprietário e Diretor Geral, Roberto Marinho; que além de “barão da mídia” também era “barão de terras”, portanto, ao morrer em 2003, deixou não só um “latifúndio midiático” para seus herdeiros, mas, também, latifúndios, de fato. Ou seja, quando defendeu as posições da classe latifundiária, o autoproclamado Doutor Roberto Marinho também estava advogando em causa própria.¹⁵

Assim sendo, partimos da hipótese de que o jornal *O Globo* foi um instrumento das classes e frações de classes interessadas em combater a agenda em prol da reforma agrária expropriatória no Brasil, difundindo, para isso, a narrativa de que os grupos, indivíduos, organizações e partidos que defendiam essa pauta política estariam vinculados, em última instância, ao comunismo e aos métodos violentos, que iam de encontro ao valores cristãos e democráticos e ao estilo de vida que marcava o Brasil no fim dos anos 1950 e nos primeiros anos da década de 1960. Para afastar a “opinião pública” da tese da reforma agrária com expropriação e distribuição de terra, o jornal *O Globo* também ressaltava a ineficiência da tese

¹⁴ ARÊAS, João Braga. op.cit. p. 38, 39 e 40

¹⁵ Idem. Os herdeiros de Roberto Marinho, atuais donos do Grupo Globo, “têm fazendas e empresas de produção agrícola, como a Fazenda Bananal Agropecuária, as Fazendas Guara Agropecuária e a Mangaba Cultivo de Coco. Além disso, a Globo Comunicações e Participações S/A é integrante da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag)”. (<https://diplomatie.org.br/agronegocio-e-midia-brasileira-onde-duas-monoculturas-se-conectam/> - Acessado em 20/06/2023).

e seu propósito único de gerar agitação e subverter o direito “sagrado” de propriedade privada no Brasil, o que seria o primeiro passo para a “bolchevização” do país. A fim de comprovar esta hipótese, estruturamos o presente trabalho por meio de quatro capítulos, que estão organizados da seguinte forma:

No primeiro capítulo, focamos na discussão sobre questão da terra no Brasil, especialmente no que diz respeito ao papel do latifúndio na história do país e na promoção da vasta desigualdade socioeconômica que marca a realidade brasileira, sobretudo, na zona rural. Iniciamos o capítulo fazendo alguns apontamentos históricos sobre o problema agrário no território nacional, principalmente, no que tange à estrutura desigual e exploratória alicerçada pelo latifúndio. Em seguida, apresentamos um panorama acerca da organização dos trabalhadores rurais e camponeses, bem como, da classe patronal rural. Por fim, falamos sobre a agenda política e econômica em torno da reforma agrária expropriatória capitaneada por João Goulart e seu Governo.

O segundo capítulo está focado nos aspectos relativos aos meios de comunicação e sua ação simbólico-política especialmente ao longo da História do Brasil. No tópico inicial, apresentamos um arcabouço teórico-conceitual a partir da visão de diferentes autores em torno da supracitada interseção entre comunicação e poder. Posteriormente, apresentamos uma abordagem histórica sobre o desenvolvimento dos meios de comunicação no Brasil, com destaque para o processo de oligopolização das estruturas de mídia no país; origem dos grandes “latifúndios midiáticos” e dos “barões da comunicação” que perpetuam o controle de seus conglomerados nas mãos de seus herdeiros, geração após geração (e a família Marinho é um exemplo perfeito dessa realidade).

No terceiro capítulo, analisamos o discurso de *O Globo* através de seus editoriais, artigos de opinião, matérias e fotografias, acerca do movimento campesino organizado, especialmente, das Ligas Camponesas e de suas lideranças, entre as quais, destacava-se o deputado Francisco Julião. Nesse capítulo, a título de comparação, pesquisamos também o discurso do periódico de Roberto Marinho sobre as posições e ações da Igreja Católica e da classe rural organizada sobre a reforma agrária e a questão da terra no Brasil.

Por fim, o quarto capítulo está centrado na análise das narrativas do jornal *O Globo* sobre João Goulart, seu Governo, e, sobretudo, sua agenda política em torno da reforma agrária expropriatória. Também buscando estabelecer uma comparação, analisamos o discurso do impresso carioca diante das iniciativas de “reforma agrária” implementadas pelos governos

estaduais de São Paulo e da Guanabara, liderados à época por Carvalho Pinto e Carlos Lacerda, respectivamente.

1 LATIFÚNDIO E DESIGUALDADE: A CONCENTRAÇÃO DO PODER NA ZONA RURAL BRASILEIRA E OS DESDOBRAMENTOS NA POLÍTICA NACIONAL

E se somos severinos, iguais em tudo na vida, morremos de morte igual, mesma morte severina: que é a morte que se morre de velhice antes dos trinta, de emboscada antes dos vinte, de fome um pouco por dia (de fraqueza e de doença é que a morte severina ataca em qualquer idade e até gente não nascida). Somos muitos Severinos, iguais em tudo e na sina: a de abrandar essas pedras suando-se muito por cima a de tentar despertar terra sempre mais extinta.

João Cabral de Melo Neto

1.1 Apontamentos históricos sobre a questão da terra no Brasil

O latifúndio sempre foi um pilar da economia brasileira desde o período colonial até a consolidação efetiva do modo de produção capitalista nos campos do país. A lógica de centralização fundiária oligárquica balizou a própria colonização do Brasil: ainda no século XVI, a terra torna-se privilégio dos “homens de calidades” providos “da fidalguia peninsular”. Em 1532, Diogo de Golveia - que foi importante na formulação dos planos da colonização portuguesa da América – aconselhava o rei D. João III afirmando que “a verdade era dar, Senhor, as terras a vossos vassalos”.¹⁶ Como salientou Alberto Passos Guimarães:

Quando a Metrópole decidiu lançar-se na empresa colonial, não lhe restava outra alternativa política senão a de transplantar para a América Portuguesa o modo de produção dominante no além-mar. E o fez cômica de que a garantia do estabelecimento da ordem feudal deveria repousar no monopólio dos meios de produção fundamentais, isto é, no monopólio da terra. Uma vez assegurado o domínio absoluto de imensos latifúndios nas mãos dos “homens de calidades” da confiança do rei, todos os demais elementos da produção seriam a ele subordinados.¹⁷

A estrutura fundiária marcada pela concentração de grandes propriedades rurais nas mãos de poucos indivíduos é fruto do “modelo adotado para organizar as unidades de produção” ainda no período colonial: *plantation*, “uma forma de organizar a produção agrícola em grandes fazendas de área contínua, com a prática da monocultura, ou seja, com a plantação de um único produto destinado à exportação”. É fundamental lembrar que, “em relação à propriedade da terra, o modelo adotado pelos europeus foi a do monopólio da propriedade de todo o território

¹⁶ GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*. In STEDILE, João Pedro. (org.). *A questão agrária no Brasil: o debate tradicional (1550 a 1960)*. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 38.

¹⁷ *Ibidem*. p. 43.

pela monarquia, pela Coroa”. Ou seja, nesse momento, não havia propriedade privada da terra, logo “a propriedade da terra não era capitalista”. Contudo, “para implantar o modelo agroexportador e estimular” o investimento de “capital na produção das mercadorias necessárias para exportação, a Coroa optou pela ‘concessão de uso’ com direito à herança”, entregando “enormes extensões de terra – que eram medidas em léguas, em geral delimitadas por grandes acidentes geográficos”. Alberto Passos Guimarães afirma que “a empresa colonial teve de realizar-se mediante a associação de fidalgos sem fortuna e plebeus enriquecidos pela mercancia e pela usura, mas sob uma condição: o predomínio dos ‘homens de calidades’ sobre os ‘homens de posses’”. O autor ainda salienta que “a posição dominante dos ‘homens de calidades’ na empresa colonial é um fato bastante explícito em nossa História. Prova-o sem deixar lugar a dúvidas, o espírito de casta que presidiu a divisão do vasto território”. Os donatários “e seus sucessores foram investidos de poderes e privilégios extraordinários, alguns dos quais, até então, privativos do rei”¹⁸.

Essa “posição dominante dos ‘homens de calidades’ na empresa colonial” balizou a lógica oligárquica em relação à propriedade da terra que se consolidou no Brasil e solidificou o latifúndio como o grande sustentáculo da economia rural brasileira, abrindo assim caminho para “a reunião de várias explorações” a partir do controle monopolista sobre a terra. A lógica da grande propriedade e o controle da terra restrito a uma elite rural permaneceu no Império e na República. Em 1850 – por exemplo – foi implementada a Lei de Terras, uma legislação elaborada “por um grupo de pessoas tradicionalmente identificados como *senhores* e *possuidores* de extensas áreas” cujo “objetivo era a regularização da situação da propriedade fundiária” a fim de “dificultar o acesso fácil à terra, para, mediante a extinção do tráfico negreiro, garantir a mão de obra necessária ao funcionamento das fazendas, especialmente nas áreas onde a cafeicultura vinha se desenvolvendo”. De acordo com Doralice Maia, “a análise documental permite afirmar que a Lei de Terras (1850) imprimiu a concepção da terra enquanto

¹⁸ STEDILE, João Pedro. 2011. Op.cit. p. 21, 22, e 38; BORGES, Fragmon Carlos. *Origens históricas da propriedade da terra*. In STEDILE, João Pedro. 2011. Op.cit. p. 267. Josué de Castro afirma que, “na impossibilidade de contar com o servo da gleba, o feudalismo colonial, teve de regredir ao escravismo, compensando a resultante perda do nível de produtividade, em parte com a extraordinária fertilidade das terras do Novo Mundo e, em parte, com o desumano rigor aplicado no tratamento de sua mão-de-obra. [...] No sistema de *plantação*, como aliás no conjunto da economia pré-capitalista do Brasil-Colônia, o elemento fundamental, a característica dominante, à que estavam subordinadas todas as demais relações econômicas, é a propriedade agrária feudal, sendo a terra o principal e mais importante meio de produção; O fato de se destinarem ao mercado exterior, sob o controle da Metrópole, os produtos obtidos através desse sistema, só contribui para juntar àquele um novo elemento: a condição colonial. [...] A primeira e mais importante dessas relações de produção é monopólio feudal e colonial da terra, o latifundismo feudo-colonial.” CASTRO, Josué de. *Sete palmas de terra e um caixão: ensaio sobre o Nordeste, uma área explosiva*. São Paulo: Brasiliense, 1969. p. 119 e 120.

um bem material inviolável, adquirido com base no poder do capital, dentro das diretrizes jurídicas”, foi “o marco jurídico-institucional” que “representou a introdução do sistema da propriedade privada das terras, foi a transformação das terras em mercadorias”, levando a agricultura a “converter-se em uma atividade tributária do capital monopolista”. Segundo José Graziano da Silva, “a estrutura agrária, ou seja, a maneira como a terra está distribuída, torna-se o ‘pano de fundo’ sobre o qual se desenrola o processo de desenvolvimento capitalista no campo.”¹⁹ Como salienta José de Souza Martins:

Assim como o capital pode se apropriar do trabalho, também pode se apropriar da terra; pode fazer com que ela, que nem é produto do trabalho nem do capital, apareça dominada por esse último. Mas, assim como um capitalista precisa pagar um salário para se apropriar da força de trabalho, também precisa pagar para se apropriar da terra. Assim como a força de trabalho se transforma em mercadoria no capitalismo, também a terra se transforma em mercadoria. [...] Como o capital tudo transforma em mercadoria, também a terra passa por essa transformação, adquire preço, pode ser comprada e vendida.²⁰

A Lei foi assinada no dia 18 de setembro de 1850 pelo imperador D. Pedro II, tornando-se “determinante para a histórica concentração fundiária” brasileira porque “o país oficialmente optou por ter a zona rural dividida em latifúndios, e não em pequenas propriedades”; a nova legislação, “ao mesmo tempo em que normatizava o domínio do capital sobre esse bem da natureza”, também “impedia os pobres, os futuros ex-trabalhadores escravizados que sairiam da escravidão, de se transformarem em pequenos proprietários de terras”. Esse novo marco legal “entregou as terras como propriedade privada apenas para os fazendeiros, para os capitalistas.²¹ Nascia, assim, o latifúndio excludente e injusto socialmente”. O primeiro artigo

¹⁹ É importante ressaltar que “a partir de 1850, as terras podiam ser compradas e vendidas. Até então, eram apenas objeto de concessão de uso – hereditária – por parte da Coroa àqueles capitalistas com recursos para implantar, nas fazendas, monoculturas voltadas à exportação”. STEDILE, João Pedro. 2011. Op.cit. p. 21, 22, 38 e 283; KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. Porto: Portucalense Editora, 1972. p. 207; SILVA, Márcio Antônio Both da. *Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar “uma quinta parte da atual população agrícola”*. Revista Brasileira de História, vol. 35, n 89 a 70. p. 89 e 90. NASCIMENTO, Rebeca. e MAIA, Doralice. *Impactos Iniciais da Lei de Terras de 1850 na Estrutura Fundiária da Cidade da Parahyba*. GeoTextos, vol. 7, n. 2, dez. 2011. p. 54; GUIMARÃES, Alberto Passos. *A crise agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 15; SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 48.

²⁰ MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Editora Vozes, 1983. p. 160 e 161.

²¹ De acordo com José de Souza Martins, “quando o capitalista compra a terra não é porque, como um senhor feudal, está interessado na terra em si: o que ele efetivamente compra é a renda da terra, o direito de assenhorar-se de uma parte da mais-valia social. [...] A terra abre para o capitalista que nela emprega o seu dinheiro possibilidades diferentes de enriquecimento em relação às possibilidades que lhe são abertas pelo seu capital. O dinheiro empregado nas terras será recuperado mais tarde, com acréscimos. Com o passar do tempo, com o trabalho, a terra não se desgasta, ela melhora, ela se enriquece, ela enriquece o proprietário. [...] Quando o capitalista compra a terra, ele converte seu capital em renda capitalizada, renda antecipada, em direito de extrair uma renda da terra e ao mesmo tempo direito de recobrar inteiramente e até com acréscimo o seu capital, mediante a simples conversão contrária de renda capitalizada em capital”. *Ibidem*. p. 166 e 167.

da Lei de Terras era bastante claro ao afirmar que ficavam “proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”. O segundo artigo “dizia que não mais se toleraria a invasão de terras públicas. Quem desobedecesse a lei iria para a cadeia” para cumprir “a pena de dois a seis meses de prisão”, além de pagar uma “multa de cem mil-réis”. Portanto, “a partir de então, elas seriam vendidas. No entanto, haveria uma anistia geral para quem vivia na corda bamba até aquele momento”. Ou seja, “os fazendeiros que haviam descumprido a exigência de cultivar suas sesmarias seriam perdoados, e os posseiros que tinham se assenhorado de terras que não lhes pertenciam ganhariam a escritura”. Contudo, “a anistia de 1850 alcançaria apenas os grandes posseiros. Os pequenos acabariam sendo barrados” porque um “grande obstáculo que a Lei de Terras impôs aos camponeses, afastando deles a anistia, foi a cobrança de taxas para a regularização da propriedade”. Afinal, “para os grandes posseiros, as taxas não pesavam no bolso. Para os pequenos, elas podiam ser proibitivas”.²² Segundo Márcio Antônio Silva:

A transformação da terra em mercadoria, no Brasil, longe de ter sua origem na Lei de Terras de 1850, teve nela um momento fundamental. Essa Lei não inventa a terra como mercadoria, pois ela efetivamente era vendida e comprada antes da sua existência. Contudo, possibilita a construção de um discurso, de uma visão de mundo e de práticas sociais que se realizam ou que, no transcurso de consolidação dessa mudança, passam a ser pautadas unicamente no caráter mercadológico da terra. Esse é um passo importante para transformar a terra em uma propriedade no sentido moderno do termo, ou seja, algo que pode ser objeto de compra e venda, mas que para tanto precisa ter seus limites bem definidos. Logo, a maneira tradicional como alguns grupos (os indígenas, por exemplo) se apropriam da terra, bem como as imprecisões que marcaram o acesso à terra no Brasil desde a Colônia, não se dão bem com esse novo momento, pois atravancam essa transformação. Os senhores e possuidores [...] poderiam usar a legislação a seu favor, uma vez que ela era elaborada por eles ou por pessoas que estavam intimamente a eles vinculadas. Da mesma forma tinham suas vinculações com aqueles que eram responsáveis por fazer executar os preceitos presentes na Lei. Nessa perspectiva, mesmo invadindo terras públicas ou legitimamente ocupadas por lavradores pobres, o tratamento que recebiam era diferenciado, pois movimentavam relações e detinham um poder econômico que não podia ser mobilizado pelos homens livres pobres. Afinal, representavam a civilização. Muitos deles eram portadores de diplomas, eram políticos reconhecidos em suas localidades ou mesmo nacionalmente, ocupavam cargos administrativos, portavam títulos honoríficos, eram letrados diante de analfabetos, homens ilustres, enfim. Todavia, demonstravam toda sua rusticidade e brutalidade ao lidarem com aqueles que, muitas vezes, apenas pelo fato de existirem ou possuírem determinada cor de pele, colocavam em xeque a realização de sua coercitiva e contraditória ideia de civilização e civilidade. Afinal, para esses homens, era e sempre é possível, em nome da civilização, serem incivilizados. Logo, se um agregado ou um pequeno posseiro representasse um entrave ao latifúndio e à sua expansão, analisava-se o fato e o contexto. Sendo possível, matava-se o vivente e passava-se fogo nas suas rústicas

²² WESTIN, Ricardo. *Há 170 anos, Lei de Terras oficializou opção do Brasil pelos latifúndios*. Questão Agrária - Arquivo Senado Federal. s/p. (<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-170-anos-lei-de-terras-desprezou-camponeses-e-oficializou-apoio-do-brasil-aos-latifundios#:~:text=Em%2018%20de%20setembro%20de,e%20n%C3%A3o%20em%20pequenas%20propriedades> – Acessado em 22/03/2023); STEDILE, João Pedro. 2011. Op.cit. p. 284 e 285.

benfeitorias. Entretanto, quando essa possibilidade trazia mais problemas do que soluções, a alternativa era abrir uma ação de despejo ou algo do gênero. Nesse caso, o Estado se responsabilizaria por fazer o “trabalho sujo”. Quando isso acontecia, os termos mudavam e já não se tratava de “trabalho sujo”, mas legítimo, visto que ancorado em preceitos legais, na palavra do Juiz.²³

O século XIX no Brasil “é marcado por dois processos no âmbito da legislação que afetam o ordenamento espacial e o quadro socioeconômico, ambos imbricados ao próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista”: o fim do tráfico negreiro e a implementação da Lei de Terras (1850). “Inicia-se a lenta marcha para a abolição do trabalho escravo, novas regras são estabelecidas para a circulação do capital, transforma-se o conceito e procedimento de apropriação da terra”. Nesse contexto, “as classes dominantes tomaram providências de ordem legal para encaminhar o processo de substituição do escravo sem prejuízo para a economia da grande lavoura, principalmente café e cana”.²⁴ De acordo com José de Souza Martins, autor do livro *Os camponeses e a política no Brasil*, “alteradas as bases da ordem social - o trabalho escravo extinto e a propriedade da terra modificada”:

A propriedade fundiária construída agora como principal instrumento de subjugação do trabalho, o oposto exatamente do período escravista, em que a forma da propriedade, o regime de sesmarias, era o produto da escravidão e do tráfico negreiro. O monopólio da classe sobre o trabalhador escravo se transfigurou no monopólio da classe sobre a terra. O senhor de escravos se transforma em senhor de terras. A terra que até então fora desdenhada em face da propriedade do escravo passa a constituir objeto de disputas amplas. A velha disputa colonial pela fazenda, pelos bens da família, transforma-se em disputa pela terra, pois esse é a forma de subjugar o trabalho livre.²⁵

Os latifundiários compreenderam “que a escravidão, mais cedo ou mais tarde, chegaria ao fim, e que os seus cafezais corriam o risco de ficar sem mão de obra. A Lei de Terras eliminaria esse risco” porque, “uma vez tornadas ilegais a invasão e a ocupação da zona rural, tanto os ex-escravos quanto os imigrantes pobres europeus ficariam impedidos de ter suas próprias terras, ainda que pequenas”, e conseqüentemente “se transformariam em trabalhadores abundantes e baratos para os latifúndios”. Da mesma maneira, “os pequenos posseiros que fossem expulsos de seus antigos lotes, excluídos da anistia por não poderem pagar as taxas previstas na Lei de Terras, também reforçariam o contingente assalariado dos cafezais”. Assim sendo, “a apropriação da terra pelos grandes fazendeiros, que fora subproduto da escravidão, passa a ser condição da sujeição do trabalho livre, instrumento para arrancar do camponês mais

²³ SILVA, Márcio Antônio Both da. Op.cit p. 103.

²⁴ MARX *Apud* NASCIMENTO, Rebeca. e MAIA, Doralice. Op.cit. p. 53 e 54; SMITH, Roberto. Propriedade da Terra e transição: estudos da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990. p. 306; MARTINS, José de Souza. Op.cit. p. 41.

²⁵ *Ibidem*.p.44 e 45.

trabalho”. Os grandes proprietários de terra defendiam “que o governo deveria fixar altos preços para as terras públicas colocadas à venda” para restringir o acesso à propriedade rural. Como salientava um dos diversos representantes dos latifundiários nas instituições políticas naquele período, o senador Visconde de Abrantes: “O preço deve ser elevado para que qualquer proletário que só tenha a força do seu braço para trabalhar não se faça imediatamente proprietário comprando terras por vil preço” porque, “ficando inibido de comprar terras, o trabalhador de necessidade tem de oferecer seu trabalho àquele que tiver capitais para as comprar e aproveitar”.²⁶ De acordo com Roberto Smith, autor do livro “*Propriedade da Terra e transição: estudos da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil*”, os defensores da Lei diziam que:

Como a profusão em datas de terras tem, mais que outras cousas, contribuído para a dificuldade que hoje se sente de obter trabalhadores livres é seu parecer que d’ora em diante sejam as terras vendidas sem exceção alguma. Aumentando-se, assim, o valor das terras e dificultando, conseqüentemente, a sua aquisição, é de esperar que o imigrado pobre alugue o seu trabalho efetivamente por algum tempo, antes de obter meios de se fazer proprietário.²⁷

Esse domínio das elites rurais sobre a terra, que atravessou o Império e seguiu durante a República, representava a engrenagem da estrutura econômica sedimentada no latifúndio e no modelo agroexportador, mas, também, significava o controle das instituições políticas e da máquina do Estado, afinal, até o fim da República Velha, “as classes dominantes amplamente hegemônicas eram as únicas que tinham presença político-institucional” no Brasil, com grande protagonismo da classe rural. “O monopólio da terra assegura à classe latifundiária uma força maior do que o poderio econômico, uma outra espécie de poder que frequentemente supera e

²⁶ WESTIN, Ricardo. op.cit. s/p. De acordo com Ruy Mauro Marini, o fim da mão de obra escravizada na produção agrícola do Brasil do século XIX também se dá pelo fato “da superexploração do escravo, que prolonga sua jornada de trabalho para além dos limites fisiológicos administráveis e redundando necessariamente no esgotamento prematura, por morte ou incapacidade, só pode acontecer, portanto, se é possível repor com facilidade a mão de obra desgastada”, a exemplo dos trabalhadores rurais assalariados que não tinham outra alternativa a não ser a submissão às condições de trabalho impostas e – em caso de superexploração - eram facilmente substituídos. MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Cidade do México: Editora Era, 1973; MARTINS, José de Souza. Op.cit. p. 62 e 63. Para Octavio Ianni, o trabalhador rural assalariado passa a se encontrar “no centro de um sistema de produção bastante amplo e complexo; é como se fosse o vértice de uma pirâmide invertida. Como fornecedor de força de trabalho produtiva, segundo as condições do setor agrário, o excedente que o trabalhador rural produz é apropriado por diferentes setores do sistema econômico. Esse excedente é repartido entre os seguintes elementos do sistema econômico global: o proprietário, o arrendatário de terra, o comerciante de produtos agrícolas na cidade, o comerciante no mercado mundial, a empresa industrial que consome matéria-prima de origem agrícola e o aparato governamental.” IANNI, Octávio. *Origem do proletariado rural no Brasil*. Revista Mexicana de Sociologia, 1971.

²⁷ MAIA, Doralice. e NASCIMENTO, Rebeca. Op.cit. p. 54; SMITH, Roberto. Op.cit. p, 306. Ainda é relevante lembrar do apontamento de Celso Furtado que diz que, “abolido o trabalho escravo, praticamente em nenhuma parte houve modificações de real significação na forma de organização da produção e mesmo na distribuição de renda.” FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1985. p. 141.

sobrevive àquele – o poder extraeconômico”. Segundo as observações de Henry Koster no século XIX, “o grande poder do agricultor, não somente nos seus escravos, mas sua autoridade sobre as pessoas livres das classes pobres”, revive no século XX, sob a forma do ‘coronelismo’ de antes de 1930, e, com algumas modificações no estilo”, prolonga-se por décadas. Portanto, a hegemonia econômica dos latifundiários se estendia à política, consolidando um “Estado controlado por uma forte classe de fazendeiros”. O coronelismo “se caracterizou pelo rígido controle dos chefes políticos sobre os votos do eleitorado, constituindo os ‘currais eleitorais’ e produzindo o chamado ‘voto de cabresto’”. Ou seja, o eleitor e seu voto ficavam sob a tutela dos coronéis, que deles dispunham como coisa sua”; com muita “frequência, mesas eleitorais eram instaladas na casa do próprio coronel”. O eleitorado desses chefes políticos conhecidos como coronéis era “constituído pelos seus clientes. O clientelismo político, a patronagem, tinha basicamente raízes na clientela econômica”. Esse modelo “consagrou um sistema eficaz de exclusão política de todos os dissidentes que não pudessem movimentar uma clientela para com ela negociar posições políticas”, além disso, para impedir qualquer imprevisto, “havia ainda o sistema de verificação de poderes, mediante o qual a eleição de qualquer candidato no nível estadual ficava sujeito à confirmação da assembleia legislativa, que podia assim não reconhecer a eleição de adversários do governo. O mesmo ocorria no nível federal”.²⁸

Em 1930, “setores da nascente burguesia industrial tomam o poder da oligarquia rural exportadora e impõem um novo modelo econômico ao país”, um “projeto nacional desenvolvimentista”. De acordo com Florestan Fernandes, surge nesse momento o “modelo de industrialização dependente, conceito esse derivado do fato da industrialização ser realizada sem rompimento com a dependência econômica aos países centrais, desenvolvidos, e sem rompimento com a oligarquia rural”. Nesse sentido, é possível afirmar que, “do ponto de vista da questão agrária, esse período se caracteriza pela subordinação econômica e política da agricultura à indústria” porque “as oligarquias rurais continuam donas das terras, continuam latifundiárias e produzindo para exportação, mas não mais detêm o poder político” como na República Velha.²⁹ “As elites políticas – a burguesia industrial, agora no poder - fazem uma

²⁸ CASTRO, Josué de. op.cit. 120 e 121; KOSTER, Henry. *Apud* CASTRO, Josué de. op.cit. 120 e 121; MARTINS, José de Souza. op.cit. p.42, 46 e 48. Segundo José de Souza Martins, “para fazer valer o seu poder regional, os coronéis dispunham de grande número de jagunços, trabalhadores e agregados de suas fazendas e das fazendas de seus clientes e correligionários. [...] Na verdade, os coronéis mobilizavam com frequência os seus jagunços, inclusive jagunços profissionais que existiam em grande número, para conter ou exterminar seus adversários”. MARTINS, José de Souza. op.cit. p. 48.

²⁹ STEDILE, João Pedro. *A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda (1960 – 1980)*. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 29, 30 e 31.

aliança com a oligarquia rural, tomam seu poder, mas a mantêm como classe social” por dois motivos principais:

primeiro, porque a burguesia industrial brasileira tem origem na oligarquia rural, da acumulação das exportações do café e do açúcar, ao contrário dos processos históricos ocorridos na formação do capitalismo na Europa e nos Estados Unidos. A segunda razão: o modelo industrial, como era dependente, precisava importar máquinas, e até operários, da Europa e dos Estados Unidos. E a importação dessas máquinas só era possível pela continuidade das exportações agrícolas, que geravam divisas para seu pagamento, fechando o ciclo da lógica do capitalismo dependente. Surge, então, um setor da indústria vinculado à agricultura, as indústrias produtoras de insumos para a agricultura, como ferramentas, máquinas, adubos químicos, venenos etc. E outro, da chamada agroindústria, que foi a implantação da indústria de beneficiamento de produtos agrícolas. Com esse modelo, começa a surgir também uma burguesia agrária, de grandes proprietários, que procura modernizar a sua exploração agrícola. [...] Foi um processo de modernização capitalista da grande propriedade rural.³⁰

Como salienta Caio Prado Júnior, “seja aonde for, e seja qual for, a grande exploração de tipo comercial (como é o caso em todos os principais setores da agropecuária brasileira) tende, quando a conjuntura lhe é favorável, a se expandir e absorver o máximo de terras aproveitáveis” promovendo a eliminação de “lavradores independentes, proprietários ou não, bem como suas culturas de subsistência”. Dentro da lógica da modernização capitalista dos campos, “agravam-se em consequência as condições de vida da população trabalhadora rural cuja remuneração está sempre aquém do preço relativo dos gêneros de subsistência”. Ou seja, “o desenvolvimento agrícola, por si só, não proporciona elevação compensadora dos níveis de vida, e a obtenção de maior produtividade do capital invertido, não é acompanhada pela elevação dos padrões de vida da população rural”, que permanecia sem acesso à terra e precisava vender sua força de trabalho pelo valor determinado pelos latifundiários que detinham o controle sobre a propriedade nos campos brasileiros.³¹ Portanto:

O monopólio de classe sobre a terra e o monopólio de classe sobre o capital - as ferramentas, as matérias-primas, o dinheiro dos salários - são imprescindíveis no capitalismo para subjugar o trabalho dos trabalhadores, para fazer com que estes trabalhem para o capital, para que a sua capacidade de produzir mais riqueza do que aquela de que necessitam para sobreviver apareça como se fosse uma virtude da propriedade da terra e do capital, (...) unidos pelo interesse comum na apropriação da mais-valia, produzida pelos trabalhadores. Essa é a razão, também histórica, que faz com que ambos possam surgir unificados numa única figura, a do proprietário de terra e capital.³²

³⁰ Idem.

³¹ PRADO JÚNIOR, Caio. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979. p. 31.

³² MARTINS, José de Souza. Op.cit. p.165 e 166.

Para Caio Prado Júnior, “a elevadíssima concentração de terra determinava as condições desprivilegiadas nas relações de trabalho para a maioria que não a detinha”. De acordo com o historiador, havia três formas do trabalhador rural sem-terra receber a remuneração pela venda de sua força de trabalho: “em dinheiro (salário), em parte do produto, ou através da concessão do direito de utilizar, com culturas próprias, ou ocupar com suas criações, terras do proprietário em cuja grande exploração ele está empregado”, contudo, “o trabalhador não possuía autonomia alguma sobre a atividade produtiva que realizava”.³³ Na visão de Prado Jr.:

O proprietário não transfere ao trabalhador nada que se assemelhe com a posse da terra. Conserva sobre ela seus integrais direitos, tanto como no caso de qualquer outro tipo de empregado; e dispõe mesmo do produto, fazendo ele mesmo a distribuição. É ainda o proprietário que dirige de perto e fiscaliza rigorosamente, por si ou seus prepostos, as atividades do trabalhador que não tem, como seria o caso na parceria, nenhuma autonomia ou disposição sobre a cultura de que se ocupa. Na realidade e em essência, é um locador de serviços, um simples empregado perfeitamente assimilável ao assalariado de que se distingue unicamente pela natureza da remuneração recebida.³⁴

A estrutura fundiária concentrada e a consolidação da terra com uma mercadoria restrita a uma parcela ínfima da população rural brasileira trouxeram profundos impactos econômicos, sociais, culturais e políticos ao longo da História do país, dentre eles, a acentuada desigualdade socioeconômica. Todo o ordenamento da questão agrária no Brasil “beneficiava altamente os tais senhores e possuidores de terras que dominavam o cenário político e econômico” no Império e durante grande parte da República; “o proprietário fundiário permaneceu sendo sempre o dirigente do processo produtivo” no país. Por outro lado, os trabalhadores rurais estavam sujeitos à dominação econômica e a consequente arregimentação política.³⁵ Como destacava o historiador Caio Prado Júnior:

Por força da grande concentração da propriedade fundiária que caracteriza a economia agrária brasileira, bem como das demais circunstâncias econômicas, sociais e políticas que direta ou indiretamente derivam de tal concentração, a utilização da terra se dá predominantemente e de maneira acentuada em benefício de uma reduzida minoria. Decorrem daí os ínfimos padrões de existência daquela considerável parcela da população brasileira – padrões materiais, e como consequência, também culturais.³⁶

³³ MATTEI, Lauro. *Reforma agrária no Brasil: trajetória e dilemas*. Florianópolis: Insular, 2017. p.75.

³⁴ Idem; PRADO JÚNIOR. Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 63.

³⁵ SILVA, José Graziano. op.cit. p. 48; PRADO JÚNIOR. Caio. *Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil*. In *A Revolução Brasileira – A Questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 291.

³⁶ Idem.

Tal realidade excludente em relação à terra no Brasil – que ao longo da maior parte de sua História foi um país essencialmente agrário/agrícola – pavimentou uma estrutura social nos campos brasileiros muito desigual. Ao longo de gerações, a concentração de grandes latifúndios nas mãos de poucos grupos/família consolidou um quadro de intensa exploração por parte dos grandes proprietários de terra diante do campesinato assalariado, que – como vimos - passou a ser a mão-de-obra na agropecuária brasileira após a abolição da escravidão. Nesse cenário, os trabalhadores rurais tiveram que se submeter às condições de trabalho e salário impostas pelos latifundiários. Prado Jr. afirma que:

Essa estrutura e distribuição da propriedade fundiária [...] faz com que, de um lado, uma considerável parcela da população rural esteja insuficientemente aquinhoad e não disponha de terras suficientes para sua manutenção em nível adequado [...] A grande maioria que habita o campo, não dispõe de terra própria alguma, nem de recursos para ocupar e explorar terras alheias a título de arrendatário autônomo. Vê-se assim obrigada a procurar emprego em serviço alheio. A presença de tão considerável massa de trabalhadores sem outro recurso que alienar sua força de trabalho faz pender a balança da oferta e da procura de mão de obra decisivamente em favor da procura, que se encontra assim em situação de impor suas condições, quase sem limitações, nas relações de trabalho. Essa é a razão principal dos ínfimos padrões do trabalhador rural brasileiro, inclusive nas regiões mais desenvolvidas do país. Padrões esses que beiram muitas vezes formas caracteristicamente servis, e que indiretamente e por repercussão vão influir nos próprios padrões urbanos.³⁷

Portanto, é possível afirmar que “essa concentração que leva ao latifúndio, base predominante de nossa produção agropecuária, remonta à época da colonização do Brasil e conserva até hoje as suas principais características”: a “base da atual estrutura se assenta no monopólio da terra, mantido por um punhado de proprietários”. Ou seja, “o acentuado grau de concentração da propriedade fundiária que caracteriza a generalidade da estrutura agrária brasileira é reflexo da natureza de nossa economia e resulta da formação do país desde os primórdios da colonização”. Segundo o recenseamento de 1950, as pequenas propriedades de terra (menos de 100 hectares) representavam 85% do número total de propriedades rurais no Brasil, entretanto, ocupavam apenas 17% da área fundiária do país. Em contrapartida, os grandes latifúndios (mais de 200 hectares) representavam – numericamente - apenas 9% do total, contudo, ocupavam 75% das terras. Em 1960, de acordo com o Anuário Estatístico, “33 mil proprietários concentravam em seus estabelecimentos 126 milhões de hectares de terra. Ao mesmo tempo, 10 milhões de trabalhadores não possuíam qualquer nesga de chão”; além disso,

³⁷ Caio Prado Jr. também ressalta que: “Não pode haver dúvidas que os baixos salários relativos e precárias condições de trabalho observadas na generalidade da indústria e de outras atividades urbanas, sem excetuar os maiores centros do país, se devem em boa parte ao potencial de mão de obra de baixo custo que o campo oferece e que concorre permanentemente no mercado de trabalho urbano, deprimindo-lhe o preço”. PRADO JÚNIOR. Caio. op.cit. p. 293.

“1,5 milhão de lavradores pobres dispunham de apenas 6 milhões de hectares de terra”. Essa ampla desigualdade na distribuição das terras foi um componente fundamental da construção da realidade socioeconômica e política que se consolida no Brasil no século XX.³⁸ Nesse sentido, é possível afirmar que diversos elementos da vida sociocultural, econômica e política do país estão:

relacionados essencialmente à propriedade da terra, conseqüentemente à concentração da estrutura fundiária; aos processos de expropriação, expulsão e exclusão dos trabalhadores rurais: camponeses e assalariados; a luta pela terra, à violência contra os trabalhadores, à produção, abastecimento e segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos, às políticas agrícolas e ao mercado, ao campo e à cidade, a qualidade de vida e dignidade humana. Por tudo isso, a questão agrária compreende as dimensões econômica, social e política.³⁹

A “propriedade é uma relação entre o homem e a natureza. O homem se apropria da natureza e a transforma para produzir os bens materiais necessários à vida”, entretanto, “o monopólio da terra enquanto objeto de exploração” promove um cenário socioeconômico desigual ao passo que “uns exploram uma terra, mas outros não a podem explorar. Essa relação de exploração da terra define a natureza da produção”, mas também molda elementos da estrutura social e política, ressaltando incongruências a partir dessa realidade fundiária. Otávia Fernandes, autora do livro *A questão agrária no Brasil*, ressalta que “a terra brasileira, desde que os portugueses nela pisaram pela primeira vez, tem sido cobiçada, disputada e usada como esteio do poder e da dominação”. Nesse sentido, “a história da ocupação da terra é a própria história do Brasil – uma história de lutas. [...] Para os trabalhadores rurais, a vida se confunde com a luta, para os donos da terra, a vida se confunde com a dominação”. Portanto, a “questão agrária não é, pois, um problema meramente técnico. É uma questão política de fundo, que

³⁸ As médias propriedades (de 100 a 200 hectares, representavam 6% do número total, e ocupavam 8% das terras. PRADO JÚNIOR. Caio. op. cit. 292. STEDILE, João Pedro. 2011. op.cit. p. 136; VINHAS, Moisés. *Problemas Agrário-Camponeses do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968. Ainda é importante ressaltar que, mesmo “que a expansão da agricultura brasileira se tenha dado pela incorporação de novas áreas na sua fronteira agrícola”, essa ampliação do território destinado à produção agropecuária no Brasil não contemplou os trabalhadores rurais, mas agudizou a concentração fundiária no Brasil. Por exemplo, entre 1960 e 1970, a área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários saltou de 250 milhões de hectares para 294 milhões, o que significou uma expansão de 44 milhões de hectares em 10 anos. Em 1975, “o Censo Agropecuário indicava 5 milhões de estabelecimentos e uma área de 324 milhões de hectares, o que significava cerca de 30 milhões de hectares a mais em apenas 5 anos, ou seja, um ritmo ainda maior que o da expansão dos anos 1960”. A ampliação da fronteira agrícola no país é acompanhada do aumento da concentração fundiária, “os índices de concentração crescem continuamente no período 1965-75, passando de 0,820 para 0,849. Vale à pena chamar atenção para o fato de que o nível atingido pelos índices de concentração pode ser considerado muito alto, o que pode ser evidenciado pela participação relativa das propriedades: 50% das fazendas menos têm menos de 4% da área, enquanto apenas 1% das grandes propriedades têm mais de 45% da área total cadastrada do país. Também a concentração da *posse da terra*, medida pelos estabelecimentos agrícolas, continuou aumentando. No período 1970-74, os índices de Gini saltam de 0,844 para 0,855”. SILVA, José Graziano. Op.cit. p. 52.

³⁹ FERNANDES, Bernardo M. *Questão agrária, pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez, 2001. p.23.

envolve decisões e ações políticas que estão na base da orientação que se pretenda dar ao desenvolvimento da sociedade”.⁴⁰ De acordo com Josué de Castro:

Afora os senhores de terra e os homens de posse, nada mais havia nessa sociedade a ser tomado em consideração. A massa popular, integrada pelas camadas despossuídas, não participava da vida do país senão como uma força primitiva de produção. Como uma força animal de produção, como os bois dos engenhos [...]. Sem vivência, sem sentido humano, marginalizados da sociedade dominante, e sem nenhuma porta de acesso aos direitos e vantagens que a mesma desfrutava.⁴¹

Quando se aborda a questão da terra (questão agrária) no Brasil é preciso discutir “o conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agricultura, agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção”.⁴² Essa contradição fundamental em relação à distribuição da terra no Brasil faz com que, no século XX, os questionamentos diante da estrutura agrária/fundiária se aprofundem e se radicalizem.

Esse cenário socioeconômico marcado pela hegemonia do latifúndio e pela consequente desigualdade social provocada pela concentração fundiária em um país essencialmente agrícola do ponto de vista sobretudo econômico, coloca em confronto, numa relação dialética, a classe dominante, que detém o poder sobre a terra, e uma legião de trabalhadores rurais que atravessaram gerações sob o jugo dos grandes latifundiários. Essa relação exploratória que se processa nos campos brasileiros ao longo de muitos anos culmina, nas décadas de 1950 e 1960 (período analisado neste estudo), em uma conjuntura extremamente conflituosa na zona rural do Brasil (especialmente no Nordeste), contrapondo uma classe dominante (organizada em nível nacional desde o século XIX), que não quer perder sua posição hegemônica e os seus privilégios, e uma classe subalterna que consolida naquele momento sua organização em nível nacional e passa a radicalizar suas ações em busca de melhores salários e condições de trabalho, e – em última instância – de uma reforma agrária que reconfigure a estrutura fundiária do Brasil.

⁴⁰ FERNANDES, Otávia. *A questão agrária no Brasil*. Belo Horizonte: Sinpro-MG, 1997. p. 17 e 23.

⁴¹ CASTRO, Josué de. *op.cit.* p. 130 e 131.

⁴² ENGELBRECHT, Marize R. *A questão agrária e a relação capitalista de produção no campo brasileiro*. Artigo publicado nos Anais da V Jornada Internacional de Políticas Públicas do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), 2011. p. 2.

1.2 A organização dos latifundiários brasileiros

Como vimos, “a apropriação privada e concentrada da terra no Brasil é uma variável de extrema importância para se entender a trajetória histórica do desenvolvimento brasileiro”, evidenciando o “poder econômico e extraeconômico do agro latifundiário no Brasil”. É sabido que, “da colonização até 1930, o modelo de desenvolvimento brasileiro foi pautado na agroexportação” e, só a partir do fim da República Velha, houve uma “a paulatina alteração do eixo dinâmico da economia brasileira para a lógica urbano industrial”, mas com uma permanência resiliente do setor agropecuário no centro de gravidade político-econômico nacional.⁴³ Essa hegemonia econômica das elites rurais durante grande parte da História do Brasil também promoveu diversos desdobramento políticos e sociais, e foi sustentada por uma organização associativa forte e de abrangência nacional que aglutinou latifundiários de todas as regiões brasileiras.⁴⁴ Como salienta Francisco Barbosa:

Embora estudos recentes demonstrem que a sociedade brasileira – na colônia e no Império – apresentasse outras categorias sociais (mercadores, roceiros artesãos, oficiais de açúcar, lavradores de roça, profissões urbanas e mesmo desocupados), não se tem dúvida que foi a classe dos senhores-de-engenho e senhores-do-café que pelas condições econômicas e políticas delineou as condições socioeconômicas do desenvolvimento brasileiro na Colônia, Império e República Velha. [...] O desenvolvimento econômico brasileiro esteve fortemente ligado, até a primeira metade do século XX, à estrutura econômica, cultural e política da Sociedade Rural que aqui se instalou desde a época colonial. Essa sociedade originou-se da atividade açucareira que tinha como pilares o engenho, a casa-grande e a senzala. Assim, a grande propriedade açucareira transformou-se num verdadeiro mundo em miniatura em que se concentrava e resumia a vida toda de uma população. Com sua força econômica, social e política foi capaz de moldar a sociedade que aqui se formava, estruturada na escravidão, no atraso à industrialização.⁴⁵

É um fato que “o processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre no país pode ser tomado enquanto marco do processo de construção de uma sociedade civil e, dentro

⁴³ É importante lembrar que “com o desenvolvimento das culturas e concorrência internacional reduziu-se a margem de lucros nos preços de venda dos produtos; ele, porém, continuou a manter a mesma forma de comércio intermediário, o qual, por instinto de conservação, multiplicou seus artifícios de ganho que insensivelmente degeneraram no mais esgotante parasitismo da lavoura”. COURET, Emmanuel *Apud* MEIRA, Roberta. *Um marco na indústria sacarina: a influência da Sociedade Nacional da Agricultura na formulação de uma política açucareira nos primeiros anos da Primeira República*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. p. 2.

⁴⁴ CARVALHO, Joelson; MOLINA, Wagner; CUNHA, Sebastião. *Poder econômico e extraeconômico do agro latifundiário no Brasil*. Revista Retratos de Assentamentos. Vol. 24 N.1. 2021. p. 24;

⁴⁵ BARBOSA, Francisco Benedito. *Formação da sociedade rural e seus reflexos no desenvolvimento do Brasil*. Pesquisa IPADES, Instituto de Pesquisa Aplicada em Desenvolvimento Econômico Sustentável – IPADES, 2011. p. 6 e 10.

dele, o chamado ruralismo desempenhou papel determinante e dirigente”, conduzindo ideologicamente “o que se costuma chamar de modernização conservadora”. Esse “processo de transição sobrepesou-se à passagem da escravidão para a generalização do trabalho livre e a persistência de formas de trabalho compulsório no campo, transformadas frente a um estoque de terras que se configurava como uma fronteira agrícola” em permanente movimento. “Tais condicionantes têm indicado o papel dominante do Estado na condução” de uma agenda política e econômica alinhada aos interesses da “fração de classe dominante e hegemônica” dos latifundiários que manejava o aparato político por meio de seus “mecanismos da dominação oligárquica e do sistema coronelista”. Nesse sentido, “o ruralismo é aqui tomado num duplo registro: como visão de mundo e como movimento político – logo, cultural – integrado por agências e agentes dotados de uma inserção determinada na estrutura social agrária” e alicerçado “por canais específicos de organização, expressão e difusão de demandas, correspondentes a interesses de proprietários agrários distintos”. De acordo com o estudo de Sônia Regina Mendonça, “três postulados vão orientar a ação da classe rural organizada” sempre a partir da lógica do latifúndio, compondo “sua palavra de ordem da defesa da *vocação eminentemente agrícola do Brasil*”, são eles: “a) a reivindicação da extensão dos benefícios da ciência e da técnica ao campo, b) a necessidade da diversificação agrícola do país e c) a demanda pela reatualização das formas de imobilização da mão-de-obra junto à grande lavoura”, constituindo o que se chamaria, naquele período, “de uma *nova civilização agrícola*”.⁴⁶ De acordo com Sônia Regina Mendonça:

Assim, o ruralismo, pela imbricação de vários fatores tais como a generalização do trabalho não escravo, a redefinição negativa das grandes linhas do comércio internacional para produtos de nossa tradicional pauta de exportações – exceto para o café – e os rearranjos no bloco histórico promovidos pelo federalismo republicano, seria o fio condutor da reordenação política intra-classe dominante agrária, não isenta, por seu turno de conflitos. Está-se diante, pois, de uma das dimensões do próprio processo de construção da sociedade civil e da sociedade política no país, já que muitos de seus agentes representavam frações da classe dominante.⁴⁷

O protagonismo hegemônico das elites rurais passou necessariamente pela capacidade de organização classista que os latifundiários consolidaram ainda no século XIX. “Uma das mais evidentes manifestações desse processo foi a proliferação, desde 1870, das associações de classe por todo o país”, que eram “instâncias organizativas e representativas dos interesses dos

⁴⁶ MENDONÇA, Sônia Regina. *Mundo rural, intelectuais e organização da cultura no Brasil: o caso da Sociedade Nacional de Agricultura*. Mundo agr. v.1 n.1 La Plata jul./dic. 2000. s/p.

⁴⁷ Idem.

segmentos agrários de distinta procedência, as sociedades agrícolas constituíram-se em defesa da *vocação eminentemente agrícola*”, contudo, “face a uma questão específica: a iminência do fim da escravidão. Os clubes agrícolas agremiavam interesses diferenciados”, tanto em escala nacional quanto regional, “consistindo em tentativas pioneiras de organização da classe proprietária. Sua peculiaridade, no entanto, residiu no fato de terem sido subsumidos às instituições oficiais locais, mormente as câmaras de vereadores”. É importante ressaltar que “a primeira modalidade de institucionalização autônoma dos interesses agrários foi a Sociedade Nacional de Agricultura, criada já na República, em 1897, em meio ao turbulento período de consolidação do novo regime, quando do retorno do poder às mãos dos civis”. A organização “teria como modelo a instituição homônima francesa, onde o movimento de *retour a la terre* gozava de considerável reconhecimento”.⁴⁸ Segundo a autora do artigo “*Mundo rural, intelectuais e organização da cultura no Brasil: o caso da Sociedade Nacional de Agricultura*”:

A SNA foi fundada - e sobrevive até hoje - com características bem próprias: o caráter nacional de sua representatividade, o pioneirismo da iniciativa, sua expressão política enquanto instituição organizativa de classe, bem como de construção da sociedade política. No entanto, há que ressaltar que a supremacia e a hegemonia dos cafeicultores paulistas foram consolidadas anteriormente, mediante suas próprias agremiações e, no plano estritamente político, pela política dos governadores, criando condições para a intervenção do Estado no mercado em benefício exclusivo do café. Teriam sido os grandes cafeicultores do Oeste paulista os pioneiros da difusão da vocação agrícola do Brasil, acompanhada de alguns qualificativos próprios: a mão de obra livre e a utilização da técnica aplicada à agricultura. Já os proprietários agrários dos setores ou regiões secundarizados, tornar-se-iam peças de uma aliança destinada a prestar apoio às indicações paulistas nos momentos sucessórios. Eram os paulistas, de fato, dirigentes dos grupos afins. No entanto, tal direção não se faria ou manteria isenta de tensões e conflitos, ainda que entre "iguais". É isso que o estudo da SNA vem a demonstrar. Logo, é por julgar imprescindível desvendar a distinta gama de interesses embutidos nesta uníssona defesa da *vocação eminentemente agrícola* peculiar à história do Brasil do período e visando contribuir para a difusão dos múltiplos usos políticos a que se prestam noções deste tipo, que creio ser essencial recompor os contornos da reação ruralista. O termo é utilizado aqui com referência às origens de um movimento de institucionalização, na sociedade civil, dos diferentes interesses agrários, ocorrido entre fins da escravidão e as duas primeiras décadas do século. Ainda que o fator que o unificasse fosse a reciclagem da citada *vocação*, os instrumentos advogados pelos vários grupos de proprietários para consegui-lo eram bastante distintos. Se para os cafeicultores paulistas a monocultura exportadora aliada à extensão da ciência ao campo eram suas chaves explicativas, para os demais fazendeiros, valorizava-se

⁴⁸ Idem; Desde o século XX, frações da classe dominante agrária organizadas em torno da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) estimulavam – com base do decreto 6532, de 1907 - a fundação de sindicatos e associações de grandes proprietários rurais, vinculados a distintos ramos produtivos e a várias regiões do país. RAMOS, Caroline. *Capital e trabalho no sindicalismo rural brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG*. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 2011. p. 30.

justamente o contrário: a diversificação da agricultura brasileira, demanda comum àqueles vinculados aos complexos agrários de dinamismo pouco acentuado. Esse segundo bloco de agentes sociais exprimia, portanto, os interesses dos segmentos da classe dominante menos subordinados aos setores mercantil e ao capital estrangeiro, abrindo maior espaço para uma acumulação interna. Essa reação ruralista daria suporte a um dado projeto de reciclagem da tradicional "vocação agrícola", sistematizando a a o político-institucional de fra es diversas da classe proprietária rural em torno a uma entidade concorrente   hegemonia paulista. A SNA foi, justamente, seu maior exemplo, paradigma alternativo de constitui o da sociedade civil e de organiza o da cultura no país, ainda que presidido pela mesma perspectiva "iluminista" do projeto hegemônico.⁴⁹

Era bastante comum encontrar entre os principais quadros da SNA, latifundiários que “eram, simultaneamente, diplomados pela Politécnica do RJ, onde estudaram ou lecionavam. A ideologia do progresso era a bandeira desses que se diziam ‘*cruzados de uma nova era de regenera o agrícola do país*’”, e que buscavam estabelecer um protagonismo ainda maior da classe rural organizada. Nesse sentido, numa análise sobre a Sociedade Nacional da Agricultura   preciso levar em conta três elementos fundamentais: o primeiro   “a institucionaliza o de aparelhos privados de hegemonia, independentes do Estado, que significavam, ao mesmo tempo, canais extrapartid rios de articula o dos segmentos da classe dominante agrária”; o segundo, a “estrutura o, a partir das demandas e pressões oriundas da sociedade civil organizada, de organismos especializados no interior do Estado com os quais pudessem correlacionar-se e canalizar seus interesses”; e o terceiro, a “afirma o de um corpo de intelectuais orgânicos que construíram não só uma dada visão de Brasil, mas também modalidades da atua o concreta que consolidariam e difundiriam tal visão por toda a sociedade brasileira”.⁵⁰ Por meio de seu periódico *A Lavoura*, a SNA:

funcionaria quer como institui o de propaganda, quer como órgão de consulta e presta o de serviços a seus associados. A defesa de suas bandeiras de luta pressup o o estabelecimento de um conjunto de práticas que dessem conta dos fins pragmáticos, "doutrinário-pedagógicos" e políticos da institui o, transformados, em muitos casos, em mecanismos de difusão de uma dada visão de mundo. Desde sua funda o a SNA seria o órgão dispersor de esforços, teóricos e práticos, voltados para o que considerava o aprimoramento da agricultura brasileira. Para tanto, operaria também a distribui o de sementes e mudas das espécies que acreditava necessário divulgar, definindo, com isso, setores a serem privilegiados, como os da produ o de milho, algodão, cana, arroz e forragens.⁵¹

Nesse sentido,   necessário ressaltar que “agremiar a *classe agrícola* era seu fim expresse, constituindo-se a entidade num eixo” de poder e hegemonia, “amalgamando grupos

⁴⁹ MENDONÇA, S nia Regina. Op.cit. s/p.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Idem.

oriundos de complexos agrários distintos em luta por afirmação de seu prestígio político”. Por meio das “sociedades filiais, a quem dirigia suas mensagens e comunicados, viabilizava seu papel de organizadora de classe, prestadora de serviços e formadora de opiniões”. Todo esse “movimento associativo, sob a égide da SNA, redundou na multiplicação do número de sociedades e instituições agrícolas existentes no país”, que passou de “81, em 1899, para 188 em 1908. A abrangência de sua atuação também pode ser aquilatada pelo quadro de sócios da entidade: dos 47 fundadores em 1897, para 2.000 em 1906 e 5.200 para 1908”. Portanto, no início do século XX, a Sociedade Nacional da Agricultura tinha “uma estrutura regional de representação, com bases organizadas desde o nível local ao estadual e nacional”. Essa robustez da entidade ampliava a sua influência na própria estrutura do Estado brasileiro, o que possibilitou o sucesso de uma campanha “em prol da criação de um organismo especializado junto ao qual pudesse inscrever suas demandas, o Ministério da Agricultura, concebido de forma eminentemente técnica, e cujos cargos principais, futuramente, preencheria”.⁵²

Outra entidade de classe dos latifundiários com abrangência nacional que merece destaque é a Sociedade Rural Brasileira (SRB), uma “associação civil patronal” fundada em São Paulo no dia 20 de maio de 1919 por Eduardo da Fonseca Cotching. “Congregando pecuaristas, cafeicultores e agricultores em geral, seu objetivo”, exposto no estatuto de 1924, “é fomentar o desenvolvimento da pecuária, da agricultura e de todas as indústrias derivadas destas”. Seu órgão oficial de divulgação é a revista mensal *A Rural*, “fundada em abril de 1920 com o nome de *Annaes da Sociedade Rural Brasileira*”⁵³, que divulgava “atas, artigos científicos, registros de feiras e eventos, posicionamentos em defesa da atividade rural, cotações internacionais de produtos agropecuários e relatórios de importações”. A comunicação “foi, desde o início, um dos fundamentos da sociedade, que tinha o jornalista Júlio de Mesquita Filho, herdeiro do jornal *O Estado de São Paulo*, entre seus fundadores”.⁵⁴

⁵² Idem.

⁵³ “Em 1922, a diretoria da SRB transformou os *Annaes* em *Revista da Sociedade Rural Brasileira*, também mensal, com um projeto gráfico mais sofisticado. O impacto do veículo foi tamanho, com reportagens variadas sobre o campo, que o presidente Getúlio Vargas ordenaria, em 1941, a mudança do seu título para *Revista da Sociedade Rural* — censura que permaneceria até 1946. Anos mais tarde, a revista seria renomeada como *A Rural* (1955). Posteriormente, perdeu força com o advento da internet e passou a circular como um informativo mais simples até o início da década atual”. Site oficial da SRB (<https://www.srb.org.br/historia/>)

⁵⁴ Sérgio Lamarão ainda afirma que: “A leitura das atas da reunião de fundação e da reunião seguinte, de 31 de maio de 1919, que tratou da instalação definitiva da SRB e elegeu a primeira diretoria, revela claramente a composição social da entidade nos seus primeiros tempos. Ao lado de nomes ligados a tradicionais famílias paulistas, como Rafael Sampaio Vidal, Carlos Monteiro de Barros, Carlos Botelho, observa-se a presença de altos funcionários de empresas frigoríficas, geralmente estrangeiras, e de representantes de indústrias e de firmas cafeeiras. Assim, entre os que assinaram a ata da reunião de fundação encontravam-se cinco diretores do frigorífico Armour, quatro diretores da *Leon Israel & Company*, um diretor da *Continental Products Co.*, além

De acordo com o site oficial da SRB, “as ideias divergentes ou convergentes construíram sua história e forneceram os instrumentos necessários na elaboração do pensamento coletivo e deram-lhe o espírito empreendedor de luta para estar presente em todas as fases da agropecuária”. De fato, sua liderança marcou a história do setor a partir do século XX, foi “a centenária Sociedade Rural que desenvolveu as bases do que conhecemos hoje como agronegócio no Brasil”, influenciando ainda o segmento na América Latina. A SRB, “com muito poder de capilaridade, realizou distintas mediações políticas no momento da total inserção da economia brasileira nos marcos do mercado mundial” e latino-americano.⁵⁵

Segundo Marini:

É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida. [...] Esta nova conjuntura da economia internacional, especificamente a exportação de capitais das potências centrais, subordinou o processo de desenvolvimento do grande capital nacional e sua integração ao mercado mundial. Neste sentido, consideramos que este processo foi potencializado com a chegada da indústria de transformação

do deputado federal Marcolino Barreto, do jornalista Júlio de Mesquita Filho e do próprio cônsul da Inglaterra em São Paulo, A. Crawford White. Já a ata da reunião de 31 de maio contou com as assinaturas, entre outros, de representantes do frigorífico Wilson, da Companhia Cafeeira de São Paulo e da Companhia de Indústrias Têxteis. O setor bancário também possuía representantes, na qualidade de sócios remidos da sociedade, conforme atesta uma relação de 12 bancos anexa à ata. Essa relação incluía tanto bancos nacionais, como o Banco do Comércio e Indústria de São Paulo e o Banco Comercial de São Paulo, quanto bancos estrangeiros, como o *Banque Française et Italienne pour l'Amérique du Sud*, o Banco Ítalo-Belga e o *London and River Plate Bank*. A primeira diretoria da Sociedade Rural Brasileira era assim constituída: presidente, Eduardo da Silva Prates, conde de Prates; vice-presidente, Rafael Sampaio Vidal; tesoureiro, Eduardo Fonseca Cotching-, primeiro-secretário, A. S. Midlan; segundo-secretário, Leopoldo Plaut; diretores de posições Fernand Ruffier e o coronel Francisco Correia. O conselho fiscal era formado por Carlos Botelho, Arnaldo Cintra e H. Bernss'au. Segundo Philippe Schmitter, a SRB centrou inicialmente seus esforços no estímulo à criação de gado, ‘provavelmente devido à crise no mercado exportador de carne, registrada após a Primeira Guerra Mundial’. No entanto, em pouco tempo o café se impôs como sua principal preocupação. Em 1920, a entidade - procurando solucionar a crise provocada pela deterioração do preço do café no mercado mundial - pressionou o governo do estado de São Paulo para que este interviesse em defesa do produto. O presidente estadual, Washington Luís, não querendo comprometer-se com o ônus de uma política de valorização, transferiu o encargo para o governo federal. A princípio, o presidente da República Epitácio Pessoa recusou-se a assumir tal responsabilidade, o que provocou um quase rompimento de São Paulo com a União. Num segundo momento, porém, e seguindo a orientação do conde Alexandre Siciliano, homem da SRB, Epitácio autorizou a compra de mais de quatro milhões de sacas de café pelo Estado, efetuada mediante um empréstimo de nove milhões de libras, contraído na Inglaterra em fevereiro de 1921. Desse modo foi garantida a renda dos cafeicultores”. LAMARÃO, Sérgio. *Sociedade Rural Brasileira (SRB)*. Verbete Temático – CPDOC/FGV (<https://www18.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbetetematico/sociedade-rural-brasileira-srb> - Acessado em 11/12/2022); Site oficial da SRB (<https://www.srb.org.br/historia/> - Acessado em 11/12/2022).

⁵⁵ VILLAÇA, Paulo Ignácio. *Sociedade Rural Brasileira (SRB): mediação política e relações internacionais – a indústria pastoril exportadora brasileira (1920-1930)*. Cadernos Cemarx. UNICAMP, Campinas, SP, v. 16, n. 00, p. 1 e 2; MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005. p. 5.

internacional no país. A fundação da Sociedade Rural foi obra deste novo quadro das relações internacionais, de expansão do domínio do grande capital internacional [...]. Seu programa e composição socioeconômica comprovavam o processo em andamento, da associação entre o grande capital nacional com o grande capital internacional.⁵⁶

Por conseguinte, a Sociedade Rural Brasileira “foi uma associação patronal agrária de novo tipo fundada em consequência da ampliação do Estado brasileiro, no processo de transição para relações plenamente capitalistas”. De acordo com Paulo Ignácio Villaça, dois aspectos foram imprescindíveis nesse contexto: “a formação dos monopólios e a exportação de capitais”. Tal processo “se caracterizou na forma de investimentos diretos na economia brasileira”. A exportação de capitais determinou a reprodução e o desenvolvimento da economia agroexportadora do complexo cafeeiro e depois do complexo pastoril”, reforçando “a posição dependente, subordinada e associada, nos marcos da divisão internacional do trabalho”, e garantindo o protagonismo econômico e político aos latifundiários brasileiros.⁵⁷

Levando em conta a perspectiva gramsciana de Estado Ampliado, a “constante interação entre Estado restrito (agências estatais, executivos, parlamentos, entre outros) e sociedade civil (associações patronais, entre outros) pode ser identificada a partir da mediação política exercida pela Sociedade Rural”. Logo, “da associação destes grandes capitais surgiu o projeto nacional da indústria pastoril exportadora, desenvolvido na década de 1920. Este projeto reproduziu o modelo agroexportador de interesse da indústria pastoril internacional”, sobretudo, do “grande capital estadunidense e britânico”. Portanto, a SRB “representou esta associação do grande capital nacional, sobretudo o capital cafeeiro, com o grande capital internacional, notadamente da indústria de transformação das carnes industrializadas”. Nesse sentido, SRB foi uma organização patronal “muito além do perfil reivindicativo de oposição ao Estado, também desempenhou funções de órgão consultivo e órgão responsável pelo planejamento e execução de distintas políticas públicas, desempenhando funções normalmente atribuídas ao Estado”. Como lembra o autor do artigo “*Sociedade Rural Brasileira (SRB): mediação política e relações internacionais*”, os dirigentes e sócios da SRB “atuaram em distintos executivos e parlamentos, como secretários, deputados, senadores, ministros, presidentes, prefeitos. Foram também atores sociais dos distintos complexos agroexportadores”. Por exemplo, “sete dos seus ex-presidentes e três antigos diretores foram secretários da Agricultura paulista; três ex-presidentes se tornaram ministros da Agricultura; e ainda um ex-diretor ocupou o cargo de

⁵⁶ MARINI, Ruy Mauro. *Apud* VILLAÇA, Paulo Ignácio. Op. cit. p. 2.

⁵⁷ VILLAÇA, Paulo Ignácio. Op. cit. p. 3.

ministro da Fazenda”.⁵⁸ A Sociedade Rural Brasileira pode ser entendida então “como associação patronal agrária reivindicativa, de construção de consenso, de consultoria, formuladora e executora de distintas políticas públicas. Uma associação articulada entre economia, política e ideologia”.⁵⁹ Assim sendo:

o conceito gramsciano de Estado ampliado apresenta-se como ferramenta metodológica fundamental. Para a identificação das relações entre a Sociedade Rural (seus dirigentes e sócios) e o Estado restrito brasileiro (agências estatais, executivos e parlamentos)”. Este conceito contribui para a interpretação do desenvolvimento da economia política brasileira na Primeira República, situando as distintas conexões entre sociedade política e sociedade civil. No processo de inscrição das demandas e projetos das frações dominantes na ossatura do Estado. Por outro lado, a teoria da dependência desenvolvida por Marini (2005) apresenta os pressupostos das relações centro-periferia, subordinação e associação, a partir da nova conjuntura da divisão internacional do trabalho. Deste modo, nos ajuda a pensar o caráter da integração da economia brasileira nos marcos do mercado mundial, permitindo uma interpretação histórica da entrada da indústria de transformação internacional no Brasil.⁶⁰

É notório que “a grande agricultura latifundiária lutou sempre com vantagem” para fazer prevalecer seus interesses econômicos e políticos, mantendo seus privilégios históricos. Em diferentes conjunturas da História do Brasil, a fração de classe dos latifundiários sempre teve – em maior ou menor grau – protagonismo e liderança. Um dos principais elementos que explicam essa ação bem-sucedida é a estruturada organização associativa e a consequente capacidade de ampla ação política, social e econômica das elites rurais brasileiras. Apesar do crescimento e fortalecimento da organização dos trabalhadores rurais no período analisado nesta tese, o fato é que a ainda incipiente capacidade organizativa e política dos movimentos camponeses contrastava com a complexa, articulada e experiente organização e cooperação dos grandes proprietários de terra que, desde o fim do século XIX, já possuíam entidades/organizações que representavam seus interesses econômicos e políticos. A Sociedade

⁵⁸ É necessário ressaltar que a ação política dos latifundiários e de seus representantes na estrutura de poder do Estado já era pungente antes da República. No Império, por exemplo, dentro do contexto da Lei de Terras e da consequente vinculação da terra ao capital, “os próprios senadores e deputados eram, em grande parte, senhores de terras” e utilizavam esses espaços de poder para fazer prevalecer seus interesses econômicos, políticos e sociais. “O senador Costa Ferreira (MA), por exemplo, discursou”, afirmando que “Isso de repartir terras em pequenos bocados não é exequível. Só quem nunca foi lavrador é que pode julgar o contrário. São utopias. Ninguém vai para lá [no interior do país]. Ninguém se quer arriscar”. (Arquivo do Senado Federal <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-170-anos-lei-de-terras-desprezou-camponeses-e-oficializou-apoio-do-brasil-aos-latifundios#:~:text=Em%2018%20de%20setembro%20de,e%20n%C3%A3o%20em%20pequenas%20propriedades> – Acessado em 10/10/2022).

⁵⁹ VILLAÇA, Paulo Ignácio. Op.cit. p. 4, 5 e 36; Site oficial da SRB (<https://www.srb.org.br/historia/> - Acessado em 11/12/2022).

⁶⁰ VILLAÇA, Paulo Ignácio. Op.cit. p. 4 e 5.

Nacional da Agricultura (SNA) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB) são importantes exemplos da atuação organizada dos latifundiários brasileiros, que ampliaram ainda mais seu protagonismo político e a sua ação concreta nas estruturas do Estado, atuando de forma diretiva no próprio Ministério da Agricultura criado em 1909 (após muita pressão da classe patronal agrícola).⁶¹

A força e a capacidade de influência e atuação na política institucional dos grandes proprietários de terra e de suas entidades patronais também eram absolutamente desproporcionais em relação a partidos e forças políticas favoráveis à redistribuição fundiária e às melhorias nas condições de vida, trabalho e habitação do trabalhador rural. As bancadas atuantes no Congresso Nacional que estavam comprometidas com os interesses dos latifundiários eram significativamente superiores às articulações favoráveis à reforma agrária e aos avanços trabalhistas no campo. Entretanto, a amplificação dos questionamentos sobre a estrutura fundiária concentrada e, conseqüentemente, desigual do país a partir da década de 1950 se tornou fator de grande preocupação para os grandes proprietários de terra. A escalada das teses populares em torno da reforma agrária no Brasil ameaçava a hegemonia da elite rural, mas, também, naquela conjuntura, era objeto de forte preocupação das elites urbanas. Naquele cenário da Guerra Fria, diversos setores das classes dominantes brasileiras se preocupavam com o avanço de bandeiras políticas e sociais afinadas com o campo socialista. A tese da reforma agrária era um dos pilares do projeto político-econômico do Bloco Socialista liderado pela URSS e, conseqüentemente, fazia parte do programa do PCB e de outras forças políticas alinhadas à ideologia socialista. Mas, também, teve adesão de outros atores e forças da política nacional, com destaque para os trabalhistas.

1.3 Movimento Campesino e a resistência dos trabalhadores rurais: protagonismo histórico das Ligas Camponesas

Os termos “campesinato” e “camponês” são relativamente recentes no vocabulário brasileiro, chegaram “pelo caminho da importação política”. Segundo José de Souza Martins, essas expressões foram “introduzidas em definitivo pelas esquerdas que procuravam dar conta das lutas dos trabalhadores do campo que irromperam em vários pontos do país nos anos cinquenta”. Até então, “um trabalhador parecido, que na Europa e em outros países da América

⁶¹ Guimarães, Alberto Passos. op.cit. p. 15; RAMOS, Caroline. Op.cit. p. 30.

Latina era classificado como camponês, tinha aqui denominações próprias, específicas até em cada região”, como “*caipira*”, “*caçara*” e “*taubaréu*”. Os proprietários de terra também possuíam designações diferentes dependendo da região e da atividade que exerciam, sendo chamados por nomes como “*estancieiros* no Sul; *fazendeiros* em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Paraná”; no Nordeste, “*senhores de engenho*”; e “*seringalistas*” no Norte do país. Entretanto, “tiveram sua designação mudada a partir do mesmo debate que alcançou os camponeses - passaram a ser designados como *latifundiários*”.⁶² De acordo com o autor do livro *Os camponeses e a política no Brasil*:

Essas novas palavras – *camponês* e *latifundiário* – são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procurar dar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da História, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico.⁶³

Desde o período colonial, os “camponeses estavam excluídos de toda e qualquer participação na estrutura de poder”, seja ele econômico ou político. A superexploração dos trabalhadores rurais livres provocada pelo fim da escravidão e pelo aprofundamento da lógica capitalista nos campos brasileiros foi ganhando novos contornos ao longo das décadas e aprofundando as contradições e os conflitos entre as classes antagônicas na zona rural do Brasil. Apesar do ponto crítico desse cenário estar localizado na década de 1950 e, sobretudo, nos primeiros anos da década de 1960, “as primeiras grandes lutas camponesas no Brasil coincidiram com o fim do Império e o começo da República”. Por exemplo, “a maior guerra popular da história contemporânea do Brasil foi a Guerra do Contestado, uma guerra camponesa no sul do país” que ocorreu entre os anos de 1912 e 1916 e “abrangeu 20 mil rebeldes, e envolveu metade dos efetivos do Exército brasileiro em 1914, mais uma tropa de mil ‘vaqueanos’, combatentes irregulares”, deixando “um saldo de pelo menos três mil mortos”. Algumas décadas antes, “em 1896-1897, a Guerra de Canudos, nos sertões da Bahia, que durou cerca de um ano, também envolvera metade do Exército e milhares de camponeses, tivera uns cinco mil mortos entre estes, impondo severas derrotas às forças militares”.⁶⁴ Neste sentido, é

⁶² MARTINS, José de Souza. Op.cit. p. 22 e 23.

⁶³ Idem.

⁶⁴ José de Souza Martins também ressalta que “o campesinato brasileiro é a única classe social que, desde a proclamação da República, tem uma reiterada experiência de confronto militar com o Exército: em Canudos, no Contestado, e, de um outro modo, em Trombas e Formoso; ou, então, uma experiência de intervenção direta do

importante salientar que o grande fio condutor desses conflitos é a questão da posse da terra, a desigualdade fundiária:

As movimentações predominantemente camponesas do sertão de Canudos, na Bahia (1893 -1897), e do sertão do Contestado, no Paraná e em Santa Catarina (1912-1916), foram apresentadas e violentamente combatidas por forças militares compostas por milhares de soldados do Exército e das polícias estaduais, como se fossem tentativas de restauração monárquica. A verdade é que esse monarquismo sertanejo tinha muito pouco, ou nada, a ver com a monarquia dos Braganças, deposta e extinta em novembro de 1889. Para os sertanejos, as grandes mudanças que alcançavam radicalmente suas vidas pareciam decorrência da implantação da República, da instauração da *lei do cão*, da desordem. Concretamente, as mudanças que atingiam diretamente os camponeses diziam respeito à posse da terra e essas mudanças de imediato tinham muito pouco a ver com a alteração do regime político.⁶⁵

Octávio Ianni, autor do estudo intitulado “*A origem do proletariado rural no Brasil*”, afirma que, “do ponto de vista da economia, a origem do proletariado depende da efetiva transformação do camponês em trabalhador livre assalariado, ou seja, um vendedor de força de trabalho”. Ou seja, considerando a perspectiva econômica, “a origem do proletariado rural depende da efetiva separação entre o produtor (o camponês) e a propriedade dos meios de produção”. Contudo, o advento de um proletariado rural não se concretiza somente por conta das transformações nas condições econômicas, ainda que “o desenvolvimento das forças produtivas (capital, tecnologia, força de trabalho, divisão social do trabalho) e das relações sociais de produção (de colono, o meeiro, ou assalariado)” seja “a base da metamorfose do

Exército: na insurreição do Sudoeste do Paraná, no Nordeste, e nos conflitos camponeses do Araguaia-Tocantins”. Ibidem. p. 26, 27 e 41.

⁶⁵ Ibidem. p.41. Martins ainda lembra que “justamente, em duas regiões sertanejas, o sertão da Bahia e o sertão do Contestado, ocorreram movimentos messiânicos que, devido à repressão, transformaram-se rapidamente em verdadeira guerra civil. Na Bahia, camponeses, vaqueiros, jagunços, e ex-escravos terminaram uma peregrinação que Antônio Maciel, o Conselheiro, iniciara nos anos 70. Antigo beato, vitimado por longa luta de família com os Araújo, era homem culto, tendo sido caixeiro de armazém, professor, advogado provisionado. Falava e escrevia fluentemente, inclusive em latim. Peregrinou por vários estados do Nordeste, estabelecendo-se finalmente numa fazenda abandonada do sertão baiano, à margem do rio Vaza Barris, chamada Canudos, onde fundou uma grande povoação de peregrinos, denominada Belo Monte, que chegou a ter mais de 30 mil habitantes e 5 mil casas. Antônio Conselheiro e seus adeptos foram combatidos e praticamente exterminados pelo Exército em 1896-1897, com base na acusação de que eram monarquistas. Esse era na verdade o crime político maior que se podia cometer então. O Exército sentia-se o guardião da República, que fora proclamada pelo Marechal Deodoro em 1889, numa espécie de golpe não só contra a monarquia, mas basicamente contra os republicanos civis, constituídos pela nova e próspera fração de classe dos fazendeiros de café de São Paulo, que desde os últimos anos do Império vinha assumindo uma participação cada vez maior no governo. Ocorre, entretanto, que o movimento religioso do Conselheiro e dos camponeses que o seguiam começara muito antes do fim da monarquia. Tudo indica que era um movimento marcado por critérios de justiça que se contrapunham à justiça parcial e de classe dos coronéis. [...] No entender de Antônio Maciel, a proclamação da República era apenas a consumação da iniquidade dos fazendeiros, senhores de escravos, vingança contra a monarquia que decretara um ano antes a abolição da escravatura, ‘que não fez mais que cumprir a ordem do céu porque era chegado o tempo marcado por Deus para libertar esse povo de semelhante estado, o mais degradante a que se podia ver reduzido o ente humano’”. Ibidem. p. 52 e 53.

camponês em proletário”. O fato é que esse processo é sempre combinado “com modificações nos valores culturais e padrões de comportamento individual e coletivo”, ele “se dá por meio de crises e movimentos revelados em fenômenos como o messianismo, o banditismo, a liga camponesa e o sindicato rural”.⁶⁶

É importante frisar que, “tanto o messianismo quanto o cangaço⁶⁷ indicam uma situação de desordem nos vínculos tradicionais de dependência” nos campos, evidenciando um movimento de reconfiguração dos conflitos na zona rural. Anteriormente, “o fundamento da exploração era o escravo; agora passa a ser a terra. É a terra, a disputa pela terra, que trazem para o confronto direto camponeses e fazendeiros. A mediação do escravismo” camuflara esse conflito, “fizera do mestiço livre um aliado da escravidão, um excluído da escravidão, um liberto”. A abolição da escravatura promoveu “a revelação de um novo instrumento de dominação”, descortinando “também a contradição que separava os exploradores dos explorados. Sendo a terra a mediação desse antagonismo, em torno dela passa a girar o confronto e o conflito” entre latifundiários e trabalhadores rurais, que se agudiza ao longo do século XX e pavimenta o caminho para um cenário de grande tensão política e social em torno da questão agrária no Brasil.⁶⁸

Apesar das diferentes experiências de resistência dos trabalhadores rurais que marcam a História do Brasil desde o século XIX, “a fragmentação e a dispersão das lutas populares no campo” consolidavam a realidade concreta da ação política do movimento camponês na zona rural do país, que precisava de “organização e estrutura partidária para encontrar a unidade da sua diversidade, a sua força política e o seu lugar tanto no processo político quanto na aliança com as classes sociais que se defrontavam com as classes dominantes e o Estado”. Tal fato “adquire o seu sentido na história de um campesinato brasileiro progressivamente insubmisso - primeiramente, contra a dominação pessoal de fazendeiros e ‘coronéis’; depois, contra a expropriação territorial efetuada por grandes proprietários, grileiros e empresários”, bem como, “contra a exploração econômica que se concretiza na ação da grande empresa capitalista, que

⁶⁶ José de Souza Martins afirma que os estudos brasileiros sobre os “movimentos sociais do campo” ordenam “os diferentes movimentos da seguinte maneira: messianismo, como aconteceu em Canudos e no Contestado; banditismo social, como o que aconteceu no Nordeste, com Antônio Silvino e Lampião; associativismo e sindicalismo, como aconteceu com as Ligas Camponesas e sindicatos de trabalhadores rurais”. IANNI, Octávio. *op.cit.* p. 132 e 134; MARTINS, José de Souza. *Op.cit.* p. 27.

⁶⁷ “O cangaço representava um questionamento do poder dos coronéis. [...] O cangaceiro era principalmente o camponês que fora expropriado, expulso, esbulhado por um fazendeiro ou comerciante determinado, mas que em resposta se vingava da classe, percorrendo vínculos de sangue de seus desafetos para exterminar parentes”. *Ibidem.* p. 60.

⁶⁸ *Ibidem.* p. 63.

subjuga o fruto do seu trabalho, e na política econômica do Estado, que cria e garante as condições dessa sujeição”. É justamente a partir da década de 1950 que camponeses de diversas regiões do Brasil passaram a manifestar uma “vontade política” efetivamente própria, “rebelando-se de vários modos contra seus opressores; organizando-se em ligas e sindicatos; exigindo do Estado uma política de reforma agrária; resistindo de vários modos a expulsões e despejos; erguendo barreiras e fechando estradas”.⁶⁹ De acordo com João Pedro Stédile:

Desde que os portugueses aqui aportaram, sempre houve disputa pela terra. Primeiro, a Monarquia portuguesa tratou de resguardar ‘seus direitos’ e humilhou, trucidou os povos indígenas e transformou todos os bens da natureza existentes em nosso território em propriedade privada da Coroa. Em ‘plantations’, impôs o trabalho escravo e a monocultura, visando a exportação de produtos para a Europa. [...] Depois a Monarquia resolveu adaptar-se melhor aos ventos do capitalismo industrial, introduzindo a propriedade privada da terra e entregando seu controle aos capitalistas. E, assim, nasceu a lei de terras, Lei nº 601, de 1850. Com o fim da escravidão, os negros foram impedidos de ter acesso à terra. Mas, em compensação, os capitalistas foram obrigados a trazer milhares de camponeses pobres da Europa como mão de obra barata. E, com o aumento de nossa população sertaneja, mesclada, surgiu no final do século XIX, uma nova classe social: os camponeses. E, com eles, surgiram os primeiros movimentos sociais tipicamente camponeses. Na nossa história, vamos encontrar registrados muitos movimentos camponeses, de caráter messiânico no início. [...] Mas foi na segunda metade do século XX, (o desenvolvimento de nosso modelo de industrialização, que exigia cada vez mais dos camponeses, que deveriam fornecer mão de obra abundante e barata para as indústrias e que deveriam produzir alimentos baratos para alimentar os novos operários), quando ainda continuava sendo negado aos camponeses o direito à terra, que se foi formando um campesinato com consciência social. Com consciência de classe. E, juntamente com a consciência e com o aumento das contradições sociais, surgiram as primeiras organizações e movimentos camponeses com consciência de classe, com consciência política de seus direitos.⁷⁰

É sabido que, ainda na década de 1920, o movimento da Coluna Prestes já rodava o país questionando - entre outras questões – a profunda desigualdade fundiária no Brasil, chamando atenção para os nocivos impactos dessa concentração para a massa de trabalhadores camponeses.⁷¹ O movimento comunista brasileiro, que emerge concretamente no país em 1922 com a fundação do Partido Comunista do Brasil (em Niterói), também já confrontava a má distribuição da propriedade rural e as precárias condições de vida e trabalho do campesinato, sendo a primeira organização política a propor institucionalmente – através de sua bancada - a Reforma Agrária na Constituinte de 1946. No ano seguinte é fundado o Partido Socialista Brasileiro, que também se coloca em defesa de uma reorganização fundiária no país. Mas é

⁶⁹ Ibidem. p. 9 e 10

⁷⁰ STÉDILE, João Pedro (org.). *História e natureza das Ligas Camponesas*. São Paulo: Expressão Popular, 2002. p. 5 e 6.

⁷¹ Ainda no século XIX, a questão da terra já motivava conflitos no campo, como a revolta da Canudos de 1896.

justamente a partir da década de 1950 que o movimento camponês organizado se desenvolve e ganha força no Brasil a partir, sobretudo, da I Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CNTA), em setembro de 1953, (nesse evento, “os camponeses exigiram a Reforma Agrária”); e, a posteriori, da atuação da ULTAB (1954), das Ligas Camponesas (1955), da CONTAG (1963), dos sindicatos rurais⁷², e de outras entidades e movimentos sociais rurais.⁷³ Entretanto, além dos comunistas, socialistas, e do movimento camponês organizado, outras forças políticas próximas aos trabalhadores e com ideais nacionalistas – ainda na década de 1940 - também já questionavam a ampla concentração de terras, preocupando-se com os desdobramentos que essa realidade impunha à maioria da população dos campos brasileiros. Como afirma Vânia Moreira, “tal perspectiva ganhou força entre nacionalistas dos anos 50 e, sobretudo, os membros do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) destacaram-se na luta política pela reforma agrária”.⁷⁴

Essa movimentação crítica ao latifúndio – tanto no âmbito político-institucional, quanto na ação política dos movimentos sociais e trabalhistas do campo - difundia a ideia de que a desigualdade fundiária era a grande responsável pelas péssimas condições de vida, de trabalho e de habitação da maioria da população da zona rural brasileira. A tese de que seria fundamental reformar a estrutura fundiária no país ganhava força pelo fato de que uma massa de trabalhadores rurais – que não tinha outra alternativa além de vender sua força de trabalho numa conjuntura desfavorável - estava submetida às condições exploratórias impostas pelos latifundiários, e – ao mesmo tempo – desguarnecida pela legislação trabalhista⁷⁵ e com

⁷² De acordo com Octávio Ianni, “o sindicato rural é um resultado muito mais das reivindicações do trabalhador rural e da atuação do Estado. O sindicato rural aparece como uma técnica social de institucionalização das relações de produção, segundo as exigências de um Estado capitalista em uma etapa de rápido amadurecimento. [...] Em 31 de dezembro de 1963 já havia no Brasil 270 sindicatos rurais e 10 federações sindicais oficialmente registrados. Além disso, 557 outros sindicatos, e outras 33 federações aguardavam registro oficial. [...] A sindicalização rural foi o último acontecimento político no processo de transformação do camponês em proletário”. IANNI, Octávio. 1971.op.cit.

⁷³ A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) “foi uma organização criada em 21 setembro 1954, na cidade de São Paulo, por ocasião do evento da II Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas e contou com o apoio do movimento sindical, dos trabalhadores agrícolas e com a ajuda dos militantes comunistas do Partido Comunista Brasileiro. O objetivo da ULTAB era organizar os trabalhadores rurais do Brasil” a partir da linha política do comunismo. ASSIS, Gleyson Nunes. *Lyndolpho Silva e a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil - ULTAB (1954-1964)*. Artigo XIII Encontro da ANPUH-RIO, 2008. p.1; AGUIAR, Juarez Perez. *Um breve histórico da luta dos camponeses brasileiros ao longo dos séculos XX e XXI*. TCC Curso em História na UFPB, 2016. p. 8.

⁷⁴ Alguns membros do PSD também tiveram uma atuação de destaque em defesa da agenda da Reforma Agrária; como por exemplo, o deputado federal Manoel de Almeida (PSD de Minas Gerais), que chegou a afirmar no parlamento na década de 1950 que não haveria “a mínima possibilidade de levantarmos os níveis de vida dessa pobre e infeliz população rural brasileira sem a Reforma Agrária”. MOREIRA, Vania. *Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50*. Rev. bras. Hist. vol. 18 n. 35 São Paulo, 1998.

⁷⁵ É importante ressaltar que, apesar dos avanços nos direitos trabalhistas implementados por Getúlio Vargas, “a produção acadêmica brasileira nas áreas de história e ciências sociais tem considerado, quase consensualmente, que o campesinato brasileiro esteve afastado dos benefícios materiais e imateriais trazidos pelos direitos sociais

dificuldades de organização sindical. A classe trabalhadora rural no Brasil no princípio da segunda metade do século XX era equivalente a cerca de 2/3 do total de trabalhadores, e vivia à margem dos direitos trabalhistas e em precárias condições.⁷⁶ Foi justamente a partir da década de 1950 que a radicalização diante das contradições em relação à terra se aprofundou e ganhou contornos nacionais:

No Brasil, nos anos 50 e início dos anos 60, os conflitos no campo se generalizaram, adquirindo caráter nacional, não só no sentido de que em praticamente todos os estados do país se constatavam tensões de diferentes naturezas, mas principalmente porque esse foi o momento em que se constituiu uma nova identidade e uma linguagem comum que passaram a agregar, no plano político, diferentes tipos de trabalhadores, em regiões distintas, e em que se forjou uma bandeira de luta que aparecia como unificadora: a reforma agrária.⁷⁷

Como lembra Octávio Ianni, “a transformação da terra em mercadoria - ou, em âmbito mais geral, a metamorfose da natureza e história – não é um processo pacífico. Ele envolve tanto a violência dos homens contra a natureza como dos homens entre si”. A agudização do “processo de apropriação privada e legitimada da terra”, bem como, da superexploração do trabalhador rural, provocou o aprofundamento de “pendências e disputas, ou tensões e conflitos”; pavimentando o cenário beligerante que marcou a zona rural brasileira nos anos 1950 e 1960, um período em que “agravam-se e explodem as contradições” de classe nos campos do Brasil. “À medida que os trabalhadores lutam para que suas reivindicações sejam atendidas, desenvolvem-se os antagonismos, as tensões e os conflitos entre esses trabalhadores

integrantes da legislação produzida no primeiro governo Vargas (1930-1945)”. Como destaca Alcir Lenharo, nota-se “uma descontinuidade entre a legislação social aplicada ao trabalhador urbano e ao trabalhador rural. Somente as legislações extensivas aos acidentes de trabalho e ao salário-mínimo atingiram o trabalhador rural”. Essa exclusão do trabalhador rural de grande parte da legislação trabalhista aprofundou as condições precárias de trabalho no campo, acentuando a contradição da realidade fundiária desigual no país e contribuindo para uma maior radicalização do campesinato brasileiro. Para José Murilo de Carvalho, “o grande vazio na legislação indica com clareza o peso que possuíam os proprietários rurais. O Governo não ousava interferir em seus domínios levando até eles a legislação protetora dos direitos dos trabalhadores”. LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-oeste*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1986. DEZEMONE, Marcus. *Do cativo à reforma agrária: colonato, direitos e conflitos (1872-1987)*. Tese de doutorado apresentada ao PPGH da UFF, Niterói, 2008. p.138. Entretanto, vale apontar que a legislação de Vargas estabeleceu uma “cronologia de direitos” para o trabalhador rural brasileiro. DABAT, Christine. *Moradores de Engenho: estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Tese de doutorado em História apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2003; CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 123.

⁷⁶ LENHARO, Alcir. op.cit. DEZEMONE, Marcus. op.cit. p.138.

⁷⁷ MEDEIROS, Leonilde. *Os trabalhadores rurais na política: o papel da imprensa partidária na constituição de uma linguagem de classe*. Revista Estudos Sociedade e Agricultura, V. 4, julho 1995: 50-65. p. 50; MEDEIROS, Leonilde. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. Tese defendida no Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Unicamp, 1995.

e os fazendeiros ou seus representantes”.⁷⁸ Bernadete Aued, autora do livro *A vitória dos vencidos: Partido Comunista Brasil e Ligas Camponesas (1955 -64)*, afirma que:

A década de 50/60 é caracterizada como uma época em que os silenciosos nordestinos adquirem destaque nacional, e mesmo internacional, porque começaram a se mostrar “reivindicativos”. Na verdade, essa década reflete um momento distinto da luta de classes pois entraram em cena novos elementos reordenando a luta, manifestando a face contrária do refluxo das lutas. [...] Os conflitos se revestiram de grande ferocidade porque as extremadas condições de penúria e miséria levaram os camponeses à consciência de sua exploração.⁷⁹

É justamente nesse contexto conflituoso que surgem e se desenvolvem as Ligas Camponesas⁸⁰, grande vetor de organização e de ação político-social da classe trabalhadora rural brasileira durante as décadas de 1950 e 1960. Foi a partir de 1955 que emergiram “as mais contundentes organizações camponesas no Brasil, as Ligas Camponesas. Revitalizando um nome⁸¹ já conhecido e motivadas pela luta pelo direito à terra, mobilizaram durante 10 anos milhares de camponeses brasileiros, gerando revoltas e esperanças”. Esse movimento de trabalhadores e trabalhadoras rurais, “por fazer luta direta, por estimular a mobilização de massas e por exigir das autoridades e das oligarquias soluções imediatas para seus problemas, se politizou com muita rapidez”.⁸² As Ligas Camponesas:

⁷⁸ IANNI, Octávio. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981. p.164; IANNI, Octávio. 1971.op.cit.

⁷⁹ AUED, Bernadete Wrublewski. *A vitória dos vencidos: Partido Comunista Brasil e Ligas Camponesas (1955 -64)*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1986. p. 13 e 14.

⁸⁰ É necessário lembrar que as Ligas Camponesas “são um tipo de organização do campesinato que data de muitos séculos. As mais célebres, pelo papel que desempenharam e pelas guerras a que deram origem, durante quase cem anos (séculos XV e XVI) foram as Ligas Camponesas da Alemanha. Escravizados pelos príncipes e barões feudais, por um lado, e por outro, sujeitos ao dízimo da Igreja e ao foro pelo uso da terra, cada ano mais pesado, tudo isso agravado pelo insucesso constante nas colheitas, os camponeses terminaram por se rebelar, lançando mão das mais distintas formas de luta. Toda a sorte de injustiças e de opressão pesava sobre eles”. JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasil, 1962. p. 13.

⁸¹ É importante lembrar que, na década de 1940, o país tinha “o Partido Comunista do Brasil como única organização que se dedicava às massas rurais”. Operaram os comunistas “realizando, entre 1945 e 1947, uma grande e organizada mobilização de trabalhadores agrícolas em quase todos os estados brasileiros. Fundaram-se, então, centenas de Ligas Camponesas, que reuniam milhares e milhares de pessoas. Os êxitos alcançados foram de tal importância que nem os elevados índices de analfabetismo no meio rural impediram a eleição de considerável número de representantes comunistas para as assembleias estaduais e municipais, com a grande contribuição da votação camponesa. Consoante a própria estrutura orgânica do Partido Comunista do Brasil, tratava-se de um movimento camponês altamente centralizado. Além de receber orientação de uma dezena de jornais diários e outra tanto de semanários comunistas, as Ligas Camponesas se orientavam por seu próprio jornal, *Terra Livre*, fundado em São Paulo em maio de 1949. [...] Nessa época, não se formaram líderes camponeses de grande projeção nacional, regional ou local, pois, as Ligas Camponesas eram organizações-apêndice da estrutura unitária e centralizada do Partido Comunista. Seu líder, era o mesmo do Partido, Luis Carlos Prestes, que, não poucas vezes, aparecia instalando pessoalmente Ligas Camponesas. A proscrição do Partido Comunista em 1947 significou, principalmente, o fechamento das Ligas Camponesas, e foi no setor rural onde aconteceu a maior parte dos assassinatos, prisões e perseguições com que o governo Dutra marcou a adoção daquela medida”. MORAIS, Clodomir dos Santos. *A história das Ligas Camponesas do Brasil*. in STÉDILE, João Pedro (org.). 2002. Op.cit. p. 12 e 13.

⁸² STÉDILE, João Pedro (org.). 2002. p. 7 e 8.

caracterizam um movimento social que ganhou força através de associações civis beneficentes que amparavam os camponeses excluídos dos direitos sociais, que não alcançavam o campo nas décadas de 1950 e 1960. Também reivindicavam a reforma agrária, tendo em vista que a terra era motivo de disputa entre camponeses e latifundiários. O nome Ligas Camponesas foi atribuído pela imprensa que objetivava relacionar este movimento com as ligas criadas pelo PCB, na década de 1940, colocando a população contra ele.⁸³

O embrião das Ligas Camponesas surge no estado de Pernambuco, no município de Vitória do Santo Antão, onde é criada uma associação intitulada Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP), que posteriormente passou a ser conhecida como "Liga Camponesa da Galileia". Essa iniciativa foi protagonizada pelos próprios camponeses do "Engenho Galileia", que constituíram – segundo Francisco Julião - “uma sociedade civil beneficente, de auxílio mútuo, seu objetivo era fundar uma escola primária e formar um fundo para adquirir caixões de madeira”. Segundo o “estatuto da sociedade”, também havia “outros objetivos mais remotos, como aquisição de sementes, inseticidas, instrumentos agrícolas, obtenção de auxílio governamental, de assistência técnica”.⁸⁴ No Engenho Galileia viviam “110 famílias camponesas, totalizando, quase mil pessoas”, mas “as autoridades negavam-lhes o direito de ter uma professora, e o dono do latifúndio, um absenteísta, apesar de ter filhos diplomados, graças ao foro arrancado anualmente daquela pobre gente, também não cumpria o artigo da Constituição Federal” que obrigava “todo estabelecimento agrícola com mais de 100 trabalhadores a manter escola gratuita para eles e os filhos”. De acordo com Julião:

Na sua humildade, os camponeses da Galileia, depois de constituírem a diretoria da sociedade, com Presidente, Vice-Presidente, Tesoureiro e outros cargos, convidaram o próprio senhor de engenho para figurar como Presidente de Honra. Houve posse solene, saindo o dono da terra satisfeito porque era o único da região a receber essa homenagem dos foreiros explorados. Advertido, pouco depois, por outros latifundiários, de que acabara de instalar o comunismo em seus domínios, tomou imediatas providências para impedir o funcionamento da escola. Não quis mais ser Presidente de Honra da sociedade. Foi além, exigindo a sua extinção. Os camponeses resistiram. Ele os ameaçou de despejo. Os camponeses se dividiram. Uma parte não se intimidou.⁸⁵

⁸³ ALVES, Janicleide. *Memorial das Ligas Camponesas: preservação da memória e promoção dos direitos humanos*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da UFPB, 2014. p. 48. É importante frisar que “o tema da cubanização foi recorrente na imprensa brasileira, entre 1962 e 1964. Em comum a associação entre ela e o ‘problema número 1’, o Nordeste. Nesse sentido, a contenção da ‘cubanização’ se relacionava de forma direta à mobilização das Ligas Camponesas naquela região. Relacionava-se, também, às representações produzidas diante de tal mobilização e da questão agrária por múltiplos atores envolvidos, das esquerdas às direitas”. DEZEMONE, Marcus. *A questão agrária, o governo Goulart e o golpe de 1964 meio século depois*. Revista Brasileira de História, vol. 36, no 71 • pp. 131-154. p. 135.

⁸⁴ Fernando Antônio Azevedo afirma que essa versão “representa apenas uma meia verdade, pois esconde o fato de que, desde o início dos anos 1950, os comunistas e os militantes das antigas associações rurais da década de 1940 tentavam rearticular os contatos no campo e recriar, sob novas denominações, as Ligas Camponesas”. AZEVEDO, Fernando Antônio. Op.cit. p. 59.

⁸⁵ JULIÃO, Francisco. op.cit. p.24 e 25

De acordo com Clodomir Santos de Moraes, a saída do proprietário do Engenho Galileia, Oscar Beltrão, “privou o pequeno núcleo camponês de uma cúpula, uma cobertura política da qual precisava para sobreviver. Nos meses de março e abril de 1955 surgiram as primeiras arbitrariedades policiais”, pois o latifundiário, além de recusar o cargo honorífico, ordenou a “dissolução da Sociedade Agrícola, ameaçando represálias policiais, o aumento do foro anual, e a expulsão em massa dos foreiros do engenho”. Nesse momento, “tem início a longa resistência dos foreiros do Engenho da Galileia, que se negam, não só a desistir da SAPP, como não aceitam o aumento arbitrário do foro, nem a ordem sumária de despejo do proprietário”. Entretanto, “as possibilidades de resistência só poderiam ser efetivas e reais caso a SAPP rompesse com seu isolamento local e buscasse respaldo jurídico e político fora dos limites do Engenho da Galileia” e do município de Vitória de Santo Antão, “onde, tanto a justiça quanto a polícia, eram manipuladas pelos grandes proprietários”. Ou seja, “a luta só se tornaria objetiva, na medida em que os galileus amplificassem a sua resistência, comprometendo os setores progressistas e liberais da capital, o centro político do estado, e fossem capazes de denunciar a repressão”.⁸⁶

É nesse contexto que ganham protagonismo lideranças como Paulo Travassos (primeiro presidente do movimento), Zezé da Galileia (que assume o comando posteriormente), e José Ayres dos Prazeres (que “apenas orientava politicamente as atividades da Sociedade”, apesar de ter tido seu nome figurado como “diretor social na publicação do estatuto da sociedade publicado no Diário Oficial”). O núcleo diretivo da SAPP “decide, então, descolar Paulo Travassos e José Ayres dos Prazeres até o Recife, para articularem os contatos iniciais e buscarem alguma forma de apoio à luta que se iniciava”.⁸⁷ De acordo com Clodomir Santos de Moraes, a liderança da SAPP atuante na capital:

Queria evitar que polícia continuasse sua repressão contra os camponeses da Galileia. Essas gestões realizadas na capital do Estado fizeram com que se formasse um grupo de personalidades para respaldar a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco e de suas delegacias, às quais, nesses tempos, os latifundiários apelidaram de Ligas Camponesas, vindo com isso a confundi-las com a Liga Iputinga e com outras ligas camponesas comunistas já desaparecidas. O trabalho de Prazeres na capital teve pleno êxito. Os deputados Ignácio Valadares Filho, José Dias da Silva, do Partido União Democrática Nacional; Francisco Julião de Paula, do Partido Socialista; Clodomir Moraes e Paulo Viana de Queiroz, do Partido Trabalhista Brasileiro; o vereador José Guimarães Sobrinho, do Partido Social Trabalhista; o prefeito de Paulista, Cunha Primo, do Partido Social Democrático, e o advogado Djaci Magalhães, do Partido Comunista, constituíram inicialmente o organismo informal de

⁸⁶ AZEVEDO. Fernando Antônio. Op.cit. p 61 e 62.

⁸⁷ AZEVEDO. Fernando Antônio. Op.cit. p. 61.

apoio urbano de alto nível às Ligas Camponesas. Eles visitavam permanentemente os núcleos de camponeses ameaçados e, com as imunidades que gozavam como representantes do povo, evitavam que a polícia cometesse arbitrariedades⁸⁸

Surgia assim “o embrião do futuro Conselho Regional das Ligas Camponesas, o que constituiria posteriormente uma peça decisiva no desenvolvimento inicial desse movimento camponês brasileiro”. De acordo com Fernando Azevedo, “a ação desse comitê, que reunia membros de quase todos os partidos oposicionistas do estado, dirigido então pelo PSD e controlado pelas oligarquias mais tradicionais, cumpria uma função importantíssima” porque “transformava em fato político os conflitos entre camponeses e proprietários rurais”. Além disso, “esse apoio também viria sob a forma de uma assessoria jurídica, através do advogado Francisco Julião, que passa a representar judicialmente os interesses dos foreiros”. Portanto, “ao mesmo tempo em que Julião redigia e registrava em cartório os estatutos da SAPPP como uma associação civil, e entrava em cena como advogado dos foreiros, o comitê político denunciava a situação do Engenho da Galileia”. Essa ação - somada à tentativa de disputar a narrativa hegemônica da imprensa conservadora através do “jornal dos comunistas” *Folha do Povo*, “que denunciava e comentava frequentemente a questão camponesa e agrária” – buscava robustecer a atuação concreta e ampliar o apoio àquele movimento camponês, afastando as constantes ameaças de perseguição e dissolução, tendo em vista que, “até então, os conflitos e dissensões no campo eram publicados pela imprensa conservadora nas páginas dedicadas aos fatos policiais”.⁸⁹

As lideranças do movimento compreenderam que “a organização camponesa deveria ter estrutura e circunscrição regionais e não locais”, afinal, “uma organização camponesa local era facilmente sufocada pelos latifundiários, policiais e a Justiça da área em que surgia”. Por outro lado, “uma organização regional trazia em si extraordinárias vantagens, tais como o status de uma federação regional, versatilidade e dinamismo em seu crescimento, já que sua personalidade se estendia a numerosas filiais fundadas *at posteriori*”, além “de apoio de setores urbanos esclarecidos e mais progressistas, já que o foro da organização regional tinha sede na capital do estado”. Essa “cúpula de respaldo urbano da organização camponesa embrionária seria formada inicialmente por personalidades vinculadas às amplas massas populares, incluindo os partidos políticos e entidades conservadoras”. Naquele momento, “o importante era que ditas personalidades reconhecessem o direito que tem o camponês de defender o seu pedaço de terra”. Esses pontos fundamentais “transformaram por completo os métodos e as

⁸⁸ MORAIS, Clodomir Santos. Op.cit. p. 20.

⁸⁹ Idem; AZEVEDO. Fernando Antônio. Op.cit. p. 62 e 63.

técnicas anteriormente adotados na mobilização rural do país”, resultando em um “maior dinamismo e menor insegurança nos trabalhos de proselitismo de arregimentação camponesa e uma maior independência com relação aos comedidos e prudentes interesses que representavam os principais líderes da classe operária urbana brasileira nessa época”. Segundo o autor de *História das Ligas Camponesas no Brasil*:

Posteriormente, o Conselho Regional das Ligas, composto de profissionais liberais e políticos amigos do movimento camponês, institucionalizou-se. Essa contribuição à estrutura orgânica inicial das Ligas pareceu ser uma exigência histórica em sua primeira fase. É que, nessa época, o movimento camponês ainda não havia conquistado a simpatia e o apoio dos operários urbanos que, evidentemente, seria o seu mais legítimo aliado e o estrato mais apto para ajudar as massas rurais. O Conselho Regional com aquela composição social era o instrumento necessário de consultas e, esporadicamente, de decisões em tudo quanto se relacionasse com os efeitos e as consequências do movimento camponês dentro da sociedade. Uma vez institucionalizado, o Conselho Regional passa a ter uma composição invariavelmente formada por militantes do Partido Comunista Brasileiro, do Partido Trabalhista e do Partido Socialista Brasileiro, no qual estava Francisco Julião, que já havia sido proclamado presidente de honra das Ligas Camponesas.⁹⁰

Em setembro de 1955, foi realizado o I Congresso Camponês de Pernambuco, com a presença de três mil camponeses e trabalhadores rurais. O evento “foi importante para a consolidação inicial das Ligas e representa a primeira grande manifestação de massa em apoio à luta dos foreiros do Engenho da Galileia”, transformando a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco “numa associação estadual com a necessária amplitude para atuar em vários municípios”. É justamente “desse congresso que nasce a estrutura orgânica das Ligas Camponesas e se amplia a sua ligação com as camadas populares e os setores mais progressistas da capital”, consolidando “uma base de apoio fundamental para a ação política na área rural”, que contribuía com o movimento “através do deslocamento de quadros e militantes (especialmente estudantes) para o campo”, do “suporte jurídico e político-parlamentar”, e das “campanhas de denúncia e agitação da questão agrária e camponesa e a luta pela reforma fundiária”.⁹¹

Depois do I Congresso Camponês de Pernambuco, “que elegeu José Ayres Prazeres presidente das Ligas Camponesas, pela primeira vez na sua história política e social Recife presenciaria uma passeata campesina, que desfilou silenciosamente pelas ruas da cidade”. Como salienta Fernando Antônio Azevedo, a partir desse momento “e apesar da repressão do governo Cordeiro de Farias à organização autônoma do movimento camponês, este começava

⁹⁰ MORAIS, Clodomir Santos de. op.cit. p.22.

⁹¹ AZEVEDO, Fernando Antônio. Op.cit. p. 66, 67 e 68.

a estreitar as suas ligações com os setores populares urbanos e a conquistar o seu próprio espaço no cenário social do estado”. Ou seja, há uma ruptura com a “exclusão política a que estavam submetidos e com a ‘paz agrária’ dos grandes proprietários”.⁹²

É fundamental salientar que “durante todo esse período de transformações políticas no estado, o movimento camponês não deixou de se reforçar, e às vezes se recompor, em virtude da dura repressão que atingia, no campo, as suas lutas e tentativas de organização”, seja por meio “da criação de novas ligas e sindicatos extralegais, seja pela realização de marchas e encontros locais e regionais”. O movimento camponês vai se tornando resiliente, otimizando suas táticas e métodos de ação, e ampliando seu apoio nas bases campesinas e em diversos segmentos e instituições; por outro lado, esse robustecimento das Ligas Camponesas agudizava a preocupação não só das elites rurais, mas, também, de diferentes segmentos das elites urbanas, dentre eles, os proprietários de importantes veículos de comunicação. O fato é que a tonificação do movimento campesino naquele momento propiciou um aprofundamento de sua ação política e social, e, conseqüente, a conquista de vitórias importantes, como a desapropriação do Engenho da Galileia:

Em 1956, seiscentos camponeses de Vitória do Santo Antão reúnem-se num comício para comemorar, no dia 13 de maio, a data da Abolição da Escravatura. Só que, agora, reivindicavam a abolição do *cambão*, do *barracão*, e do *foro* extorsivo. Em 4 de março de 1958, em pleno governo do General Cordeiro de Farias, a SAPP promove a *Marcha da Fome*, reunindo, de frente do palácio do Governo, centenas de camponeses e trabalhadores rurais, que denunciavam em carta aberta ao governador a situação de extrema miséria e violência a que estavam submetidos no campo. Dois meses após, a SAPP promove e realiza o *I Congresso de Lavradores, Trabalhadores Agrícolas e Pescadores*, sob a presidência de Francisco Julião, com a participação de cinco a seis mil delegados. Durante o encontro as questões centrais em debate gravitaram em torno da situação no engenho da Galileia, das formas de sujeição no campo e da violência e arbitrariedade dos grandes proprietários. Ao final, decidiu-se redobrar a luta pela reforma agrária e reforçar a união entre as organizações campesinas e o movimento operário da cidade. Com a posse do governo Cid Sampaio e a ampliação das liberdades democráticas da Ligas, através do seu Conselho Regional, resolvem intensificar as pressões no sentido da desapropriação do engenho da Galileia e da distribuição de suas terras aos foreiros que ali residiam. Havia, inclusive, um antigo projeto de autoria de Francisco Julião, apresentado em legislatura passada e engavetado por iniciativa da bancada governista, contrária a qualquer tentativa de desapropriação. Porém, dentro do novo quadro político, e diante do impasse em que se encontrava o caso da Galileia, os partidos populares (PSB-PTB) negociam com a UDN a aprovação de um novo projeto, apresentado pelo Dep. Carlos Luiz de Andrade (PSB), suplente de Julião e então no exercício do mandato. O projeto baseava-se no artigo 141, parágrafo 16, da Constituição Federal, que assegurava a desapropriação, por interesse social, mediante a justa e prévia indenização em dinheiro. A desapropriação, discutida e aprovada em 1959, foi antecedida por concentrações de camponeses na cidade do Recife, reunindo centenas de agricultores diante da Assembleia Legislativa e do Palácio do Governo, pressionando os deputados a votarem de forma favorável ao projeto e o governador a sancioná-lo, transformando-

⁹² Idem.

o em lei. Na imprensa local, o debate sobre o projeto foi dos mais acirrados, através de editoriais e artigos que, em sua maioria, eram contrários à desapropriação, vista como um perigoso precedente que ameaçava a propriedade privada e os próprios fundamentos da ordem social. O impacto da desapropriação não se ateve apenas à imprensa local. No Sul, diversos jornais comentaram criticamente a medida.⁹³

A partir dessa grande vitória do movimento camponês com a desapropriação do Engenho da Galileia, as Ligas Camponesas ganharam força e “expandiram-se por todo o estado de Pernambuco, chegando a ter, em 1961, 10.000 associados, e no mínimo, 40 sedes”, dentre as quais se destacavam as Ligas de “Igarassu, Jaboatão, Cabo, Vitória, Escada, Bom Jardim, Água Preta, Pesqueira, São Bento do Uma e Goiana, todas elas localizadas na Zona da Mata ou na região do Agreste”. Com essa tonificação do movimento em Pernambuco, as Ligas Camponesas ampliaram ainda mais sua área de atuação se estendendo “por vários estados do Nordeste e outras regiões do país”, ganhando uma amplitude nacional e se consolidando na Paraíba, Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Goiás. Contudo, é importante pontuar que, apesar da expropriação do Engenho da Galileia ter propiciado essa tonificação do movimento camponês, “não se constituiu num ato revolucionário” e, objetivamente, foi algo “inócuo e incapaz de enfrentar as verdadeiras dimensões da questão agrária no estado” e no Brasil, pois “teria que ser feito dentro do espírito do artigo 141, da Constituição Federal, onde residia o ardil constitucional, que na prática impedia qualquer tentativa, parcial ou completa, de uma reforma agrária”. Portanto, “a luta pela terra teria que passar por um novo caminho, o da organização de massas rurais e a sua mobilização política, em torno da bandeira da reforma agrária radical” em uma escala nacional.⁹⁴

Nesse sentido, é necessário ressaltar que, na fase inicial desse movimento, a sua principal força motriz era a luta em torno de reivindicações como “a exigência de indenização em caso de expulsão, acesso direto aos créditos oficiais” e a redução do preço do foro, que eram necessidades importantes, mas que não passavam pelo cerne do problema agrário-camponês daquela quadra histórica do Brasil. Tal fato “permitia que definíssemos o movimento como *defensivo*”, entretanto, em 1960 “se esboça claramente uma mudança de objetivo da luta: esta passa a ser encaminhada em direção à reforma agrária. E é este que vai ser o caráter das ‘ligas’

⁹³ Ibidem. p. 70 e 71.

⁹⁴ Ibidem. p. 73; BASTOS, Elide Rugai. *As ligas camponesas*. Petrópolis, Editora Vozes, 1984. p. 67.

na sua expansão nacional; seu projeto é o projeto da reforma agrária”, que deveria ser conquistada “na lei ou na marra”.⁹⁵ Segundo Elide Rugai Bastos:

O que marca o início dessa fase é a declaração de Belo Horizonte, documento que não é exclusivo das ‘ligas’, mas sim o resultado de uma discussão nacional, travada no 1º Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no Brasil, que reunia organizações de várias regiões do país. Nesse encontro se instala uma polêmica em torno da orientação que a ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), organismo que promove a reunião, dá à questão da reforma agrária e a orientação que é dada pelas ‘ligas’. Os delegados destas, que eram apenas 215, número pequeno em relação aos participantes do Congresso (cerca de 1600), acabam impondo seu ponto de vista - uma reforma radical, contra o encaminhamento de medidas graduais – ganhando ideologicamente o Congresso. Essa vitória das ‘ligas’ se deve ao fato de ter se instalado uma divergência interna no PC, que então controlava a ULTAB. [...] Apesar das divergências internas, preferiu-se marcar a unidade do movimento camponês, resultando das discussões apenas um documento, denominado ‘a declaração de Belo Horizonte’. O documento marca a decisão dos trabalhadores da terra de lutar por uma reforma agrária radical, que resulte ‘na liquidação do monopólio da terra, exercido pelas forças retrógradas do latifúndio’. Os trabalhadores estavam convencidos que a efetivação da reforma só se daria pela ‘ação organizada e decidida das massas trabalhadoras do campo’. O documento encaminha a urgência da transformação da estrutura agrária no país, substituindo-se o latifúndio pela propriedade camponesa.⁹⁶

Fernando Antônio Azevedo reforça a tese de que “seria entre 1960 e 1961 que as Ligas iriam amadurecer ideologicamente” e que a “palavra de ordem da reforma agrária radical passaria a ser o princípio estratégico da luta camponesa”, o que contribuiu para a orientação revolucionária⁹⁷ do movimento e para a amplificação de seu alcance nas massas camponesas em escala nacional, propiciando a pavimentação de “uma estrutura vertical e centralizada que unificava as suas ações”. De acordo com uma das suas publicações oficiais, “na organização política das Ligas Camponesas do Brasil, a centralização democrática é a base da sua unidade”.⁹⁸ As Ligas Camponesas atingem o ápice de sua ação político-social no ano de 1963, momento em que a tese da reforma agrária está no centro do debate político do país. De acordo com o principal líder do movimento naquele período, Francisco Julião, o povo brasileiro já podia “tomar uma decisão histórica de eliminar para sempre os seus cruéis inimigos, o

⁹⁵ Ibidem. p. 78, e 79; AZEVEDO, Fernando Antonio. op.cit. p 90.

⁹⁶ BASTOS, Elide Rugai. Op.cit. p. 78, 79, 80 e 81.

⁹⁷ Nesse momento, Francisco Julião já “defendia a possibilidade de uma revolução socialista, tendo por base inicial o campesinato e a luta armada, a partir do campo, queimando ‘etapas’, tal como tinha se passado na China e em Cuba”. AZEVEDO, Fernando Antônio. Op.cit. p.91.

⁹⁸ O documento afirmava que essa centralização democrática impunha que as decisões deveriam ser coletivas, “obrigando a minoria a aceitar e aplicar as decisões da maioria”, e que “as decisões dos organismos superiores são obrigatórias para os organismos inferiores”. BASTOS, Elide Rugai. Op.cit. p. 133.

imperialismo e o latifúndio, e de elevar os índices de vida, desde que utilize em proveito próprio todas as riquezas de que é dotado”.⁹⁹

Destacando o protagonismo das massas nesse processo, Julião afirmava ainda que para que o povo brasileiro tomasse essa decisão precisava “de unidade e de organização” a fim de “evitar movimentos espontâneos, sem objetivos bem definidos”, que podiam se perder, “retardando a marcha para Revolução Brasileira, isto é, a mudança da estrutura política e social do País”. O líder das Ligas Camponesas perguntava: “Quem vai fazer essa Revolução? A direita, o centro ou a esquerda?”. Em seguida, respondia e emendava uma outra questão: “serão as massas. Mas as massas unidas. As massas organizadas. As massas conscientes de seu papel histórico” e capazes de exigir reformas. “Mas que reformas? Simples reformas de base? Não. Reformas de base radicais. Sim. Porque as de base, pura e simplesmente, querem a direita e o centro, uns com a Constituição reformada, outro sem isso”. Julião salientava que, de reformas de base já falava “o imperialismo” e “o latifúndio”, portanto, impunha-se a necessidade de acrescentar “o adjetivo *radical* a cada reforma de base, para que seja reforma de verdade e nunca uma mistificação, um engodo, uma mentira para enganar as massas”. De acordo com o presidente de honra das Ligas e então parlamentar, “a primeira dessas reformas, a mais reclamada por nosso povo, nos campos, nas fábricas, nas escolas, nos quartéis, nos comícios populares, por toda parte”, era “a Reforma Agrária Radical”; e quem deveria “opinar em primeiro lugar sobre essa reforma” deveriam ser os camponeses porque “são eles que trabalham a terra, que nela vivem, nela sofrem e por ela morrem”. Ao fazer essas afirmações em uma publicação de junho de 1962, Francisco Julião também falou sobre o que consistia - na visão das Ligas Camponesas – essa referida “Reforma Agrária Radical”, que deveria ter, no mínimo, os seguintes pontos:

- a) radical transformação da estrutura agrária do país, com a liquidação do monopólio de propriedade da terra exercido pelos latifundiários, principalmente com a desapropriação, pelo Governo Federal, dos latifúndios, substituindo-se a propriedade monopolista da terra pela propriedade composta, em forma individual ou associada, e a propriedade estatal; b) máximo acesso à posse e ao uso da terra pelos que nela desejam trabalhar, à base da venda, usufruto, ou aluguel a preços módicos das terras desapropriadas dos latifundiários e a distribuição gratuita das terras devolutas; c) respeito ao amplo, livre e democrático direito de organização independente dos camponeses, em suas associações de classe; d) plena garantia à sindicalização livre e autônoma dos assalariados e semi-assalariados do campo; e) aplicação efetiva da legislação trabalhista aos trabalhadores agrícolas, do mesmo modo que é aplicada aos trabalhadores urbanos; f) ajuda imediata e efetiva à economia camponesa em todas as suas formas; g) urgente eliminação do inciso 16 do Artigo 141, da Constituição Federal, de modo que as indenizações por interesse público sejam mediante títulos do

⁹⁹ Ibidem. p. 85 e 86.

poder público, resgatáveis a longo prazo e a juros baixos; h) completo levantamento cadastral de todas as propriedades com mais de 500 hectares e seu aproveitamento; i) desapropriação, pelo Governo Federal, das terras não aproveitadas das propriedades com área superior a 500 hectares, a partir das regiões mais populosas, das proximidades dos centros urbanos, das principais vias de comunicação e reservas de água; j) levantamento cadastral completo pelos governos federal, estaduais e municipais, de todas as terras devolutas; l) retombamento e atualização de todos os títulos de posse para anulação de títulos ilegais ou precários de posse e reversão das terras à propriedade pública; m) imposto territorial progressivo, através de uma legislação tributária que estabeleça forte aumento de sua incidência sobre a grande propriedade agrícola e isenção fiscal para a pequena propriedade agrícola; n) regulamentação da venda, usufruto ou arrendamento das terras desapropriadas dos latifundiários, levando em conta que em nenhum caso poderão ser feitas concessões cuja área seja superior a 500 hectares ou inferior ao mínimo vital às necessidades de pequena economia camponesa; o) proibição da entrega de terras públicas àqueles que as possam utilizar para fins especulativos; p) outorga de títulos de propriedade aos atuais posseiros que efetivamente trabalham a terra, bem como, defesa intransigente de seus direitos contra a grilagem; q) planificação, estímulo e facilidade à formação de núcleos de economia camponesa através da produção cooperativa; r) ampliação da rede estadual de armazéns e silos e criação de supermercados nas cidades; s) criação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), com a finalidade de planejar e dirigir a produção agrícola no país, assim como a assistência técnica, habitacional e sanitária, além de ensino e alfabetização.¹⁰⁰

O ano de 1963 e o início de 1964 são marcados por um cenário político e social de profunda radicalização especialmente em torno das reformas de base (com destaque para a reforma agrária). É nesse cenário que Francisco Julião apresenta “a mais radical das teses” que sublinhava a necessidade de “unificar as forças revolucionárias em torno de um programa radical”, defendendo “a criação de um Movimento Unificado da Revolução Brasileira – MURB, ao qual caberia encabeçar a luta pela aplicação de uma série de reivindicações nitidamente revolucionárias”. A partir dessa tese publicada no jornal *A Liga*, Julião já “não se contentava só com uma reforma agrária radical, queria também reforma urbana radical, reforma industrial radical, reforma bancária radical, reforma de ensino radical”. De acordo com esse conjunto de medidas revolucionárias preconizadas pelo principal líder das Ligas Camponesas, “os alugueis seriam reduzidos em 50%, as grandes indústrias seriam encampadas”, o “voto seria estendido ao analfabeto”, e “o sistema financeiro seria nacionalizado”; além disso, “as Forças Armadas teriam os seus efetivos reduzidos e seriam criadas milícias voluntárias de operários, camponeses e estudantes”, a “Lei de Segurança Nacional seria revogada” e “todos os códigos de Direitos Público e Privado seriam revistos”. A “criação de um partido agrário, a votação das ‘teses’ e outras questões internas das Ligas seriam discutidas em um encontro nacional marcado para junho de 1964”.¹⁰¹

¹⁰⁰ AZEVEDO, Fernando Antônio. op.cit. p. 136 e 137.

¹⁰¹ SANTIAGO, Valdeck. *Francisco Julião: luta, paixão e morte de um agitador*. Recife: A Assembleia, 2001. p.134 e 135.

Entretanto, essa conjuntura de profunda radicalização promovia também uma contraofensiva cada vez mais intensa e mais ampla das classes dominantes, que aglutinavam frações de classe rurais e urbanas preocupadas com o avanço das teses revolucionárias e da mobilização das massas, bem como, com as iniciativas do Governo Federal em torno da agenda pelas reformas de base a partir da modificação do texto constitucional. Essa organização ampla e a ação política e ideológica contundente dos segmentos dominantes da sociedade brasileira naquele período pavimentaram o golpe de 1964, que depôs o presidente João Goulart e implantou um regime ditatorial que impôs um cenário de violenta repressão às organizações de esquerda dos campos e das cidades, que foi responsável por eliminar as Ligas Camponesas da arena política, e que se estendeu por 21 anos; corroborando a tese que afirma que “a história do Brasil é a história das suas classes dominantes, é uma história de senhores e generais, não é uma história de trabalhadores e rebeldes”.¹⁰²

1.4 Governo Jango: a Reforma Agrária no centro da agenda política do Executivo Federal

A história de João Belchior Marques Goulart e a história do Brasil durante o período analisado nesta tese estão entrelaçadas. “Também chamado de Jango, por amigos e adversários, nasceu a 1º de março de 1918, na mesma terra em que nasceu Getúlio Vargas, São Borja, fronteira do Brasil com a Argentina”. João Goulart “era o mais velho dos homens, entre sete irmãos (dois homens e cinco mulheres), e antes de completar 25 anos se encarregou dos negócios do pai, Vicente Goulart, um rico estancieiro da região”, que “possuía até então mais de 30.000 cabeças de gado e, só em campos arrendados regularmente ao Exército, tinha mais de 5.000 bois invernando”. Sua carreira política, “arregimentando o PTB em São Borja, começou àquela época” e levou o jovem herdeiro de um latifúndio e de um próspero negócio agropecuário ao posto de primeiro presidente da República a colocar a reforma agrária expropriatória no centro da agenda política do Poder Executivo.¹⁰³

Após a queda do Estado Novo, “ele se aproximou de Vargas, a quem conheceu por ligações de família, e o apoiou, sobretudo moralmente, quando muitos beneficiários da ditadura o renegavam”. Com essa atitude, conquistou “a confiança e, como seu intérprete, ascendeu na chefia do PTB e na política nacional. Valeu-lhe também enorme capacidade de comunicação com a massa”. Jango, “da mesma forma de Vargas, era natural da zona das Missões, onde o

¹⁰² Idem; MARTINS, José de Souza. Op.cit. p.26.

¹⁰³ BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961 – 1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 25 e 26.

caudilho se retemperava e sua autoridade se impunha, à medida em que ele se confundia com os peões, nas cavalgadas e nas fainas”. Para Bandeira, “essa tradição igualitária do gaúcho missioneiro, simbolizada pela roda de chimarrão, ajudou o trato de Goulart com os líderes sindicais, que o acatavam como um dos seus”. A sua capacidade de mobilização e diálogo com a massa de trabalhadores de fato foi um ponto crucial para a sua ascensão, bem como, para a sua queda política. João Goulart “não atuava como um demagogo, que entorpecia as massas e as desorganizava, para resguardar o domínio do grande capital, a exemplo do que Jânio Quadro e Ademar de Barros faziam”. Segundo a “tipologia de Darcy Ribeiro, era um reformista. E a sua política se assentou fundamentalmente na massa organizada, nos sindicatos e num partido político, o PTB, bem ou mal um partido de composição operária” que tinha uma “*praxis* que mais se assemelhava à da Social-Democracia europeia depois da guerra de 1914-1918, nas condições históricas do Brasil, do que à *praxis* do populismo”.¹⁰⁴ De acordo com Moniz Bandeira, as classes dominantes brasileiras jamais aceitaram a ação política com viés popular de João Goulart e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que teria sido “construído com a argamassa da legislação social”:

As classes dominantes, *grosso modo*, nunca o admitiram, nem mesmo como opção política dos trabalhadores, que formavam consciência de classe para si, ainda que não tomassem uma posição *antagônica ao regime*. Hostilizaram-no à medida em que ele se expressava como corrente do movimento operário, participando dos choques sociais. E a animosidade recrudesceu dada a ênfase com que o PTB defendeu a intervenção do Estado na economia, o que incompatibilizava ainda mais com significativa parcela do empresariado. O problema político do desenvolvimento econômico do país, que trustes e carteis obstaculizavam, somou-se assim às questões de classe, no plano da produção. E o aguçamento da contradição antiimperialista, entrançando-se com as lutas sociais, contribuiu para afirmar o PTB na direção da esquerda, como um partido de reformas populares, não populista. Essa tendência se cristalizou após a morte de Vargas, sob o impacto da Carta-testamento, enquanto na esteira da industrialização, o PTB emergia como a segunda força eleitoral do país, elevando a sua bancada na Câmara Federal de 22 Deputados, em 1946, para 66, em 1958, e 116, em 1962. Goulart, que o comandava de 1952, transformou-se então no alvo das diatribes do reacionarismo civil e militar.¹⁰⁵

¹⁰⁴ A posição do PTB no espectro ideológico da esquerda com tendência reformista é explicitada no documento com “a linha de ação política e doutrinária, as diretrizes ideológicas que o Congresso Trabalhista deveria discutir e homologar no início da década de 1960”, que dizia: “a posição fundamental do Partido é a de um instrumento de reforma, de mudança, de superação da estrutura social brasileira. Não quer o PTB apenas corrigir a estrutura social existente. Quer mudá-la para coisa melhor, favorável à incorporação do povo brasileiro a níveis de educação, produtividade e consumo tão superiores que são, por isto mesmo, diferentes em qualidade e finalidade dos atuais. Por isto, o PTB deve afirmar-se como um partido de esquerda, um partido de massa, como um partido que se dispõe a liderar a transformação da estrutura social brasileira por métodos democráticos até onde for indispensável ao bem do povo”. Ibidem. p. 25, 26, 27, 28 e 41.

¹⁰⁵ Ibidem. p. 30.

Ainda em 1953, quando assumiu o cargo de Ministro do Trabalho no governo Vargas, João Goulart já enfrentava uma “violenta campanha desde o primeiro dia de sua gestão. Durante oito meses, todos os dias, jornais burgueses intrigaram-no e agrediram-no, acusando-o de pretender, com Vargas, implantar no Brasil uma República Sindicalista, ao estilo de Perón”. Essa ofensiva se agudizou “quando ele sugeriu a elevação de 100% para os salários-mínimos que vigoravam na época”, culminando num “memorial, assinado por inúmeros Coronéis e Tenentes-Coronéis, exorcizando o ‘comunismo solerte’ e condenando a medida anunciada, sob a alegação de que *subverteria* os valores profissionais”. Após uma gestão relativamente curta, Jango não resistiu às pressões e caiu, “mas, segundo ele próprio salientou, não se deixaria intimidar com o descontentamento que sua conduta provocara ‘naqueles que vivem acumulando lucros à custa do suor alheio’”. É importante ressaltar que, antes de deixar o Ministério, João Goulart entregou ao presidente Vargas “os estudos para adoção de várias medidas do maior alcance: revisão dos níveis de salário-mínimo, congelamento dos preços, extensão das leis sociais aos trabalhadores do campo e fiscalização pelos próprios operários do cumprimento da legislação trabalhista”.¹⁰⁶

A ofensiva dos jornais burgueses e de diferentes frações das classes dominantes contra João Goulart e o trabalhismo “não cessou nem com a sua saída do Ministério do Trabalho nem com o suicídio de Vargas”. Café Filho, que assumiu a presidência da República, “foi aconselhado a proceder com mão-de-ferro, através de providências drásticas, como a suspensão dos direitos políticos dos getulistas e até a cassação do registro do PTB”. É evidente que “o getulista mais visado era Goulart, legatário político de Vargas, e os círculos mais reacionários do empresariado e das Forças Armadas, tentaram impedir sua candidatura à Vice-Presidente da República, na chapa de Juscelino Kubitschek”, recorrendo “aos expedientes mais infames para combatê-la”. Contudo, João Goulart se elegeu, em 1955, “com 3.591.409 votos, meio milhão a mais que seu companheiro de chapa”. De acordo com o próprio Jango, aquela era uma resposta do povo brasileiro “aos inimigos do regime, que se preparavam para assaltar o país, instituindo o Governo dirigido à distância pelos trustes internacionais, durante o qual seriam liquidadas as conquistas sociais alcançadas pelo trabalhador”.¹⁰⁷

De acordo com a Constituição vigente à época, João Goulart passou a ocupar, “além da vice-presidência da República, a presidência do Senado. Além disto, o acordo PSD-PTB previa que o presidente nacional deste segundo partido” — no caso, o próprio Jango — “seria o

¹⁰⁶ Ibidem. p. 31 e 32.

¹⁰⁷ Ibidem. p. 32, 33 e 35; GOULART, João. *Apud* BANDEIRA, Moniz. Op.cit. p.35..

responsável pela indicação do ministro do Trabalho, dos presidentes das autarquias ligadas à pasta e do primeiro escalão da Previdência Social”. O líder petebista passou a ser o responsável pelo “funcionamento da política sindical do governo, que tinha como objetivo evitar os antagonismos de classes e promover a unidade e cooperação entre patrões e empregados, contemporizando os conflitos sociais” e buscando “conter os aspectos mais agudos e agressivos das reivindicações sociais”. Para obter êxito nessa empreitada, João Goulart “teve que montar um complicado sistema de alianças políticas, de um lado com o PSD e de outro com líderes sindicais, de forma a promover a unidade trabalhista”.¹⁰⁸

O final da década de 1950 e o início dos anos 1960 são marcados por uma aproximação até então sem precedentes de João Goulart e do PTB com a classe trabalhadora das áreas urbanas, bem como, da zona rural. O Partido liderado por Jango e Brizola, “direcionava suas atividades políticas para as bases populares e aproximava-se do PCB”. Naquele momento, o PTB atingira “determinado grau de amadurecimento ideológico, do qual o programa de reformas de base, propugnado por Goulart, constituía o primeiro reflexo”. Tal programa, “que tinha como cerne o problema agrário, não representava mero discurso demagógico, populista, eleitoral”.¹⁰⁹ Segundo Moniz Bandeira:

Correspondia a um nível de consciência da problemática brasileira. E Goulart anunciou-o, pela primeira vez, em março de 1958, indicando a inevitabilidade de mudanças constitucionais, para possibilitar sua execução. Tomou-o como centro de toda a sua pregação e, batendo-se por ele, reelegeu-se Vice-Presidente da República, em 1960, enquanto seu companheiro de chapa, Marechal Lott, candidato do PSD à Presidência, perdia para Jânio Quadros, cuja popularidade a UDN cavalgava. Era natural, portanto, que ele tratasse de promover as reformas, uma vez no Governo. E foi o que tentou fazer quando ascendeu à Presidência da República, após a renúncia de Jânio Quadros.¹¹⁰

Na década de 1960, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) tinha a reforma agrária como um elemento central da sua ação política, de sua perspectiva ideológica, e de sua visão programática. Ao assumir a presidência da República, o principal líder trabalhista daquele período colocou a reforma agrária no centro da agenda do Governo Federal, capitaneando um conjunto de medidas reformistas, as reformas de base, que visavam à transformação estrutural do Brasil. E esse movimento de Jango e do PTB de dar centralidade ao debate sobre a questão agrária estava em consonância com os anseios de diferentes segmentos da população brasileira naquele período, afinal, como lembra Melissa Natividade:

¹⁰⁸ <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-belchior-marques-goulart>

¹⁰⁹ Idem; BANDEIRA, Moniz. op.cit. p. 41 e 42.

¹¹⁰ Idem.

Ao longo das décadas de 1950 e 1960, consolidou-se a visão de que havia uma questão agrária a ser resolvida no Brasil. A concentração da propriedade fundiária, traço contínuo de nossa história desde os tempos coloniais, era a base de todo um conjunto de problemas com os quais se deparava a grande maioria da população rural, como miséria, fome, isolamento, baixos níveis de escolaridade, precárias condições de moradia e infraestrutura, apenas para citar alguns. Tais problemas, por sua vez, passaram a ser vistos como fortes entraves à industrialização e ao desenvolvimento econômico do país como um todo, na medida em que determinavam a exclusão da população rural, então a maioria de nossa população, do mercado de consumo. Na visão que se firmou, portanto, era fundamental que se resolvesse a questão agrária para que o país pudesse avançar rumo ao desenvolvimento capitalista em curso. Dessa forma, reforma agrária e sindicalização de proprietários e trabalhadores rurais, são questões que levantaram inúmeras propostas advindas dos mais distintos setores da sociedade civil e do Estado restrito. [...] A mudança na estrutura agrária do Brasil gerou grandes debates e o confronto entre múltiplos interesses. A questão da redistribuição fundiária era levantada por diversos segmentos das sociedades civil e política, como as organizações de trabalhadores rurais, os partidos políticos, o Poder Executivo, a alta hierarquia da Igreja Católica, especialistas, frações da classe proprietária rural, entre outros. Tais grupos elaboravam suas próprias propostas de reforma agrária que, muitas vezes, atendiam a diferentes finalidades.¹¹¹

Nos anos 1960, “pesquisas realizadas pelo Ibope em dez capitais do país revelavam que 62% das pessoas consultadas se manifestavam favoráveis à reforma agrária, enquanto apenas 11,5% se posicionavam contrários”. Esses levantamentos ainda apontavam que “aqueles que eram a favor da distribuição da propriedade fundiária consideravam essa a mais urgente de todas as mudanças estruturais na sociedade brasileira”. Diante desses dados, Jango “decidiu agitar o tema da reforma agrária, assumindo pessoalmente o comando da campanha”.¹¹² Para

¹¹¹ NATIVIDADE, Melissa. *A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL ENTRE 1961-1964: uma arena de luta de classe e intraclasse*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. p.2.

¹¹² De acordo com Nilson Yamauti, “a campanha da reforma agrária seria fundamentada pelo seguinte esquema de argumentação: a) a causa da paralisia do governo está nas ‘velhas e superadas estruturas’ que emperram ‘o desenvolvimento da Nação’6 ; b) as crises geradas pelas ‘estruturas arcaicas’ têm a sua solução na transformação dessas estruturas por meio das reformas de base (Dé Carli, 1980: 198; O Cruzeiro, 9/3/63); c) o Congresso Nacional é que vem obstaculizando as reformas; d) a culpa pela crise econômica e pela suposta crise de autoridade do presidente da República é do Congresso — dominado que está pelos partidos conservadores — e não do governo (Cf. O Estado de São Paulo, 30/7/63); e) a mobilização do dispositivo de pressão contra o Congresso é, portanto, legítima porque visa o bem do povo. Em suma, a solução da crise econômica estaria na reforma das estruturas arcaicas do país; se o Congresso impede a aprovação das reformas, a culpa pela crise econômica é de um Congresso dominado pelo arcaísmo e não do governo. Poderia ser acrescentada a esse esquema de argumentação a seguinte premissa: a presença do chefe de governo no comando da campanha pelas reformas representa um dique de contenção dos impulsos revolucionários das classes populares (Castelo Branco, 2º tomo, 1975: 43). Em termos práticos, a campanha pela reforma agrária deveria atingir os seguintes objetivos do governo: a) deslocar a atenção da opinião pública do impasse do governo na administração dos problemas econômicos — sobretudo das maciças emissões de papel-moeda que estavam programadas para o segundo semestre de 1963 e que deveriam acarretar inflação, aumento de preços e acirramento perigoso dos conflitos de caráter distributivo — para questões de caráter estrutural como a da distribuição da propriedade rural; b) amenizar o vácuo político instaurado pelos impasses do governo e refrear o processo de desgaste da legitimidade do presidente da República por meio do esquema de argumentação reformista; c) possibilitar a Goulart a retomada da liderança da frente nacionalista reformista e o comando das massas para, com essa base de apoio político, impor-se, com a sua legitimidade revitalizada, sobre as forças civis e militares golpistas; d) alcançar a unidade das forças que davam apoio ao governo: setores da Igreja e das Forças Armadas, entidades estudantis, sindicatos, PTB, PCB, facções reformistas do PSD; e) manter na defensiva os setores golpistas e os parlamentares oposicionistas, imputando-lhes a responsabilidade pelo fracasso do governo; f) preservar o

“neutralizar” a reação de setores conservadores, o líder petebista difundia a narrativa de que as “forças interessadas em obstaculizar as reformas estruturais” não estavam se dando conta “do perigo” em que estavam vivendo e que não havia “de ser com injustiças sociais, com a manutenção de velhas e superadas estruturas” que o Brasil conseguiria “criar a paz, a segurança e o entendimento, em nome dos quais se fala tanto neste País”.¹¹³

Ao longo de “toda a década de 1960 tivemos o florescimento de inúmeros programas e teses políticas em defesa da reforma agrária. O governo de João Goulart é marcado pela intensificação do debate em torno da questão agrária no Brasil”, não só a partir da ação do Poder Executivo, mas de outros atores da arena política que atuavam em defesa da reestruturação fundiária no Brasil. Por exemplo, o encaminhamento do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas “sobre o caráter da Reforma Agrária e o próprio Congresso Camponês, demonstravam um cenário de acumulação de forças em prol de uma mudança profunda na estrutura fundiária brasileira”. Já a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, “demonstra, por sua vez, um redirecionamento das discussões em prol das relações trabalhistas no campo. O Estado chamou para si a responsabilidade do atrelamento dos sindicatos rurais à burocracia estatal”. Ainda é necessário lembrar que “Jango governou sob o regime parlamentarista até janeiro de 1963”, derrubado em plebiscito. “A partir de então, com seus atributos legais para ocupar o cargo de presidente da República restituídos, intensificou suas ações em torno das Reformas de Base”, sobretudo, da reforma agrária.¹¹⁴

Naquele momento, o Governo Federal já havia definido que adotaria o modelo de uma reforma agrária expropriatória com redistribuição das terras e “o ponto nevrálgico de discussões tornou-se a modificação do Artigo 141 da Constituição Federal, em seu parágrafo 16, que estabelece a exigência de ‘indenização prévia, justa e em dinheiro’, para os casos de desapropriação de terras por interesse social”. A proposta do “anteprojeto do governo, era que esse dispositivo fosse eliminado e reformulado, determinando que as indenizações fossem feitas mediante títulos do poder público, resgatáveis a prazo longo e a juros baixos”.¹¹⁵ De acordo com a autora do estudo “*A questão agrária no Brasil entre 1961 e 1964: uma arena de luta de classe e intraclasse*”:

prestígio do presidente em termos eleitorais, concedendo-lhe a reputação histórica de defensor das reformas de base”. YAMAUTI, Nilson. *A questão da reforma agrária no governo João Goulart*. Acta Sci. Human Soc. Sci. Maringá, v. 27, n. 1, p. 69-86, 2005. p.72 e 73.

¹¹³ Idem.

¹¹⁴ NATIVIDADE, Melissa.op.cit. p. 8 e 9.

¹¹⁵ Idem.

Tal proposta de mudança constitucional transformou-se em verdadeira “queda de braço” entre o Executivo e o Legislativo, e toda a discussão da questão agrária passou a girar basicamente em torno daquela alteração constitucional. A mensagem do presidente enviada ao Congresso Nacional, no início da legislatura de 1963, propunha a aprovação de uma emenda constitucional conforme sinalizado acima. O governo justifica seu pedido alegando que o pagamento prévio em dinheiro exigiria recursos tão grandes que tornaria praticamente impossível qualquer reforma agrária significativa. Junto à mensagem, o governo circulou entre os líderes dos partidos o anteprojeto elaborado por sua assessoria técnica, isso porque, o projeto não poderia seguir a plenário, uma vez que previa as indenizações de desapropriações pagas por títulos de dívida pública, sendo assim inconstitucional.¹¹⁶

A proposta de reforma agrária do Governo Goulart “orientava-se pelo princípio de que ‘o uso da propriedade é condicionado ao bem-estar social’, não sendo a ninguém ‘lícito manter a terra improdutivo por força do direito de propriedade’”. Dessa forma, “mediante pagamento em títulos públicos de valor reajustável, o Governo poderia desapropriar todas as terras não exploradas ou ‘parcelas não exploradas de propriedades parcialmente aproveitadas’”. No projeto do Poder Executivo enviado ao Congresso, “a produção de gêneros alimentícios para o mercado interno teria prioridade sobre qualquer outro emprego da terra, tornando-se obrigatória a sua existência em todos os estabelecimentos agrícolas ou pastoris”. Também caberia ao Governo Federal fixar “a proporção mínima da área de cultivo de produtos alimentícios para cada tipo de exploração agropecuária nas diferentes regiões do país”, sendo que “em todas as terras destinadas a cultura haveria rodízio” e a quarta parte da plantação, obrigatoriamente, deveria destinar a sua produção exclusivamente ao mercado nacional. Portanto, a reforma agrária proposta por Jango “constituía, sobretudo, um instrumento para a ampliação do mercado interno, necessária ao desenvolvimento do próprio parque industrial do país”, onde, “numa população de 70 milhões de brasileiros, somente 3.350.000 possuíam terras, sendo que 2,2%, isto é, 73.737 proprietários ocupavam 58% da área total dos hectares”. João Goulart “responsabilizava essa má distribuição das terras pelo seu baixíssimo índice de aproveitamento na lavoura e entendia que o instituto da propriedade estaria melhor defendido se 10 milhões de brasileiros e não apenas 3.350.000 dele se beneficiassem”.¹¹⁷ Para Bandeira:

A tentativa de reorientar a produção agrícola para o abastecimento do mercado interno, combatendo fatores de inflação, liquidaria o remanescente caráter colonial da lavoura brasileira, voltada predominantemente para a exportação, e afetaria os interesses tanto dos latifundiários como da grande burguesia comercial e do próprio imperialismo norte-americano. Não se tratava de demagogia. Ninguém faz populismo às custas do direito de propriedade, o único direito inviolável para as classes dominantes. E Goulart o feriu. Mostrara a sua disposição de promover a reforma agrária, de qualquer maneira.¹¹⁸

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ BANDEIRA, Moniz. Op.cit. p. 164 e 165.

¹¹⁸ Idem.

João Goulart avança com as reformas de base através da agenda político-institucional, mas, também, busca consolidar e robustecer uma base de sustentação popular nas massas de trabalhadores dos campos e das cidades. É nesse esforço que, “perante multidão de 200.000 pessoas, arregimentadas pelos sindicatos e outras organizações”, Jango, no dia 13 de março de 1963, proclama em um histórico comício, “sem temer que o chamassem de subversivo, a necessidade de mudanças na Constituição, que legalizava ‘uma estrutura econômica superada, injusta e desumana’”, anunciando “a adoção de importantes medidas, através de decretos, como a encampação de refinarias particulares, o tabelamento dos aluguéis dos imóveis desocupados e a desapropriação das terras valorizadas pelos investimentos públicos”.¹¹⁹ Miguel Arraes e Leonel Brizola também estiveram presentes no comício “a fim de consolidar a formação e a unidade da Frente Popular de apoio às reformas de base, condensadas, as principais, nos seguintes itens da mensagem que o Presidente da República remeteria ao Congresso Nacional”:

1) Reforma Agrária, com emenda do artigo da Constituição que previa indenização prévia em dinheiro; 2) Reforma Política, com extensão do direito de voto aos analfabetos e praças, segundo a doutrina de que os ‘alistáveis devem ser elegíveis’; 3) Reforma Universitária, assegurando plena liberdade de ensino e abolindo a vitaliciedade de cátedra; 4) Reforma da Constituição para delegação de poderes legislativos ao Presidente da República; 5) Consulta à vontade popular, através de plebiscitos, para o *referendum* das reformas de base.¹²⁰

Apesar da ascensão ao comando do Poder Executivo de Jango e de seu programa reformista capitaneado pela reforma agrária expropriatória terem sido recebidos com

¹¹⁹ BANDEIRA, Moniz. Op.cit. p. 163 e 164. Segundo o autor do artigo *A questão da reforma agrária no governo João Goulart*, “o comício-monstro do dia 13 de março, no Rio de Janeiro, daria início ao novo estilo do governo Goulart, baseado em decretos presidenciais, em diálogos diretos com o povo, sem intermediações paralisantes (O Estado de São Paulo, 24/1/64, 4/2/64, 12/2/64, 20/2/64, 21/2/64, 22/2/64, 14/3/64; Castelo Branco, 1975: 188). O Brasil teria, pela primeira vez, um governo realmente popular, apoiado em sindicatos e partidos de esquerda, generais nacionalistas, sargentos, cabos e marinheiros insubordinados, com um programa de reformas que pretendia conduzir o país para o estágio histórico da modernidade. O conflito entre Executivo e Legislativo, necessário para o controle de um poder sobre o outro, seria sugerido, mediante a democracia plebiscitária, como choque entre Congresso reacionário e povo (Castelo Branco, 1975: 195). As reformas viriam, enfim, ‘com o Congresso, apesar do Congresso, contra o Congresso’ e, se necessário fosse, ‘até sem o Congresso’ (O Estado de São Paulo, 17/3/64). Os comícios-monstro deveriam ser realizados nas principais capitais do país até o dia 24 de agosto, décimo aniversário da morte de Vargas. Até lá, todas as transformações necessárias para colocar Goulart definitivamente na História como o presidente das reformas deveriam estar em processo de implementação (Manchete, 28/3/64; Skidmore, 1975: 347). O chefe da República, ao assumir esse partidarismo, anunciava orgulhosamente que ‘há consonância entre o Exército e o povo’ (O Estado de São Paulo, 18/3/64). No comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964, Goulart assina o decreto de desapropriação de propriedades rurais acima de 500 hectares à margem de rodovias, ferrovias e açudes federais. O presidente gasta boa parte do seu discurso explicando que a reforma agrária não subverteria as relações capitalistas de produção, e, pelo contrário, além de reforçar tais relações e favorecer o desenvolvimento econômico, promoveria inclusive a ‘dignidade da pessoa humana’ — finalidade essa defendida pelo ‘inolvidável Papa João XXIII’”. YAMAUTI, Nilson. op.cit. p.75 e 76.

¹²⁰ BANDEIRA, Moniz. Op.cit. p. 163 e 164.

entusiasmo pelos setores mais progressistas da sociedade brasileira, a chegada do líder trabalhista ao poder em 1961 – que, como vimos, enfrentava a oposição das elites nacionais desde antes de assumir a Presidência – e a agenda política proposta pelo governo do PTB alarmaram as classes dominantes rurais e urbanas do Brasil. As reformas de base, em especial a reforma agrária, e as mobilizações populares em torno dessa agenda, iam de encontro aos interesses e privilégios de diversas frações/segmentos oligárquicos do país. João Goulart deu protagonismo aos movimentos de camponeses organizados e trouxe a discussão em torno da questão fundiária nacional para o centro do debate político-institucional. Nessa conjuntura, as classes dominantes “recearam que a democracia burguesa desbordasse e as massas, em ascensão, aprofundassem o processo de reformas”.¹²¹ Assim sendo:

existiam preocupações com o discurso de reformas de base proposto por Goulart, e o temor das elites brasileiras e dos Estados Unidos com a possível mobilização comunista protagonizada pelos movimentos camponeses no Brasil (e no conjunto da América Latina), sobretudo após a Revolução Cubana de 1959. Martins (1994) e Ribeiro (2010) afirmam que as lutas camponesas em torno da pauta da reforma agrária e de uma transformação da estrutura fundiária concentrada inquietavam vividamente os grandes proprietários de terras desde a década de 1950 em plena associação com as forças militares.¹²²

Portanto, “ao mesmo tempo em que crescia a ofensiva de Goulart para pôr em prática seu plano no âmbito da questão agrária, crescia ainda mais a frente oposicionista”. O projeto de “de reforma agrária de Goulart aglutinou frações da classe dominante no Brasil e fez parte da complexa conjuntura que cercou a construção do golpe de 1964”. Nesse cenário, “intensificaram-se também as reações, tanto da classe dominante agrária quanto as de setores de partidos políticos como o PSD e a UDN”, contra as ações do Governo Goulart “e, as frações de classe que ainda davam algum tipo de apoio ao governo, passaram à oposição ferrenha”. Ligia Osório Silva (2006) afirma que “se efetivou uma ampla aglutinação política de classe com uma coesão raramente vista na história brasileira, coesão que se mobilizou para a manutenção dos interesses dos capitalistas urbano-industriais nacionais e multinacionais e das oligarquias fundiárias”.¹²³ Essa coesão, que também embarcou setores da classe média conservadora, foi fundamental para o sucesso da empreitada golpista em 1964 e para a consolidação do regime ditatorial. Nesse sentido, é relevante destacar que:

¹²¹ DEZEMONE, Marcus. 2008.op.cit. p. 202; BANDEIRA, Moniz. op.cit. p. 165.

¹²² PRIETO, Gustavo. *A aliança entre a terra e o capital na ditadura brasileira*. Mercator, Fortaleza, v. 16, 2017. p. 3.

¹²³ NATIVIDADE, Melissa. op.cit. p. 8 e 9; SILVA, Ligia Osório. *Desenvolvimentismo e intervencionismo militar*. Ideias, v. 12/13, n.1, p. 11 - 40, 2006.

Dreifuss (1981) e Martins (1994) enfatizam que o golpe de Estado de 1964 não teria sido possível sem a intervenção ideológica dos grandes proprietários de terra. Disseminados pelo território nacional, os latifundiários funcionaram como catalisadores do processo de aglutinação de interesses de classe, reunindo ao redor de si a burguesia urbana (empresariado e industriais), frações das classes médias, parte do aparato militar e repressivo do Estado (principalmente as forças armadas) e grupos conservadores do clero, na profunda crítica às reformas de base do governo do presidente João Goulart e aos supostos “atentados” (morais e ideológicos) representados pelos comunistas, sindicalistas e movimentos camponeses aos “valores da tradição”: Deus, família e propriedade privada.¹²⁴

Em 1964, “a agitação contra Goulart recrudesceu. Conflitos irromperam em São Paulo e Belo Horizonte, provocados pelos grupos de direita”. Nessa mesma conjuntura, “a UDN, parte do PSD, e outros partidos menores reclamavam o *impeachment* de Goulart, e entidades financiadas pela CIA e pelo empresariado”, a exemplo da “Campanha da Mulher Democrática (CAMDE), Fraterna Amizade Urbana e Rural (FAUR), União Cívica Feminina (UCF), Sociedade Rural Brasileira (SRB), e outras”, organizavam as chamadas “*Marchas da Família, com Deus, pela Liberdade*”, com o objetivo “de atizar a fúria anticomunista nas classes médias”. De acordo com o próprio João Goulart, nessas manifestações os cartazes e faixas “não eram dirigidos contra a pessoa do Presidente ou contra as reformas de bases por ele preconizadas. Todos visavam a atingir o sentimento profundamente religioso do povo e mostrar o perigo da tomada do poder pelos comunistas”.¹²⁵

Também é necessário ressaltar que, naquele momento, “o tom e a cadência da campanha para a derrubada do Governo indicavam que um regente invisível dirigia a orquestra, explorando os conflitos internos e as lutas de classes”, que se aprofundavam “e das quais o imperialismo norte-americano também participava como empresário”. De acordo com Moniz Bandeira, “a CIA manejou discretamente os cordéis, pois Walters acreditava ‘que os brasileiros se melindrariam se os Estados Unidos demonstrassem liderança no golpe’”. E, de fato, “obteve significativos resultados. Sob o impacto do apelo religioso e da propaganda anticomunista, ativada pela imprensa reacionária, considerável parcela das classes médias, que a inflação castigava, derivou para a direita, para engrossar a luta anti-Governo”. Ou seja, “o equilíbrio de forças se rompeu, o centro, como em todos os momentos de crise, sumiu e o Governo balançou” até a queda definitiva entre os dias 31 de março e 1 de abril de 1964.¹²⁶

¹²⁴ MARTINS, J. S. e DREIFUSS, R. *Apud* PRIETO, Gustavo. op.cit. p. 3; MARTINS, J. S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981. MARTINS, J. S. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994; DREIFUSS, R. *1964: A conquista do Estado (Ação política, poder e golpe de classe)*. Petrópolis: Vozes, 1981.

¹²⁵ BANDEIRA, Moniz. Op.cit. p. 165 e 166.

¹²⁶ Idem.

É fundamental sublinhar que essa articulação entre diversos setores das classes dominantes contrários à reforma agrária e às demais teses e reformas que ameaçavam os privilégios das elites rurais e urbanas, somada ao papel do governo estadunidense e à mobilização da classe média conservadora convencida de um suposto iminente “perigo vermelho”, também teve a participação de importantes empresários do campo da comunicação no Brasil. É um fato conhecido que diversos segmentos da imprensa nacional assumiram claramente uma postura crítica ao governo Goulart e às suas reformas de base, tanto que a maioria absoluta dos grandes veículos da imprensa apoiou editorialmente o golpe de 1964, e, muitos deles, foram fundamentais na sustentação político-simbólica no regime instaurado a partir de então. Desde a década de 1950, vários empresários da comunicação, dentre eles Roberto Marinho, viam seus interesses de classe e de empresa ameaçados com o crescimento dos movimentos sociais/populares do campo e da cidade e, posteriormente, com a agenda política desenvolvida por João Goulart nesse cenário de agitação sociopolítica. Neste estudo, entendemos que grandes meios de comunicação brasileiros como o jornal *O Globo* também foram mecanismos/instrumentos que contribuíram com os “esforços das elites políticas para impor sua visão de mundo e controlar as ‘classes perigosas’”, enfraquecer lideranças com visões antagônicas, e desestruturar as agendas políticas que ameaçavam seus privilégios e sua hegemonia econômica e política.¹²⁷

¹²⁷ LUCA, Tania Regina de. In PINSKY, Carla B. (org.). *Fontes Históricas*. 2.ed., I a reimpressão.— São Paulo : Contexto, 2008. p. 120.

2 LATIFÚNDIOS DA MÍDIA: A OLIGOPOLIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO DE MASSA NO BRASIL

Tal como a importância de alguns latifundiários brasileiros deriva do fato de serem herdeiros de grandes extensões de terras – não teriam a mais mínima possibilidade de construir propriedades territoriais extensas, dessas dimensões, hoje, por compra – a importância da maioria das empresas jornalísticas deriva do fato de terem sido herdadas: os seus proprietários atuais também não teriam a mais mínima possibilidade de montá-las, hoje, por investimento. Convém examinar de perto, na intimidade, essas singulares empresas, esses colossos de pés de barro.

(Nelson Werneck Sodré – História da Imprensa no Brasil, 1977)

“Sim, eu uso o poder [da Globo], mas eu sempre faço isso patrioticamente, tentando corrigir as coisas, buscando os melhores caminhos para o país e para os estados. Nós gostaríamos de ter poder suficiente para consertar tudo o que não funciona no Brasil. A isso dedicamos todas as nossas forças”.

(Roberto Marinho em entrevista ao jornal norte-americano The New York Times, na década de 1980).

2.1. Comunicação, poder e política: a luta de classes e os Aparelhos Privados de Hegemonia

A tese de que existe uma interseção entre comunicação, poder e política vai nortear este estudo que entende que a “Mídia constitui o *locus* por excelência de luta” dentro dos “campos de batalha simbólicos” e que a busca “por representação tem correspondência com a esfera política”; como salienta Richard R. Fagen, “a comunicação como processo penetra a política como atividade”. Nesse sentido, é necessário lembrar que “o papel desempenhado pelos meios de comunicação” vai além do “campo da política institucional” e passa pela “construção de representações sociais, assim como sua capacidade em influir na produção de subjetividade e sociabilidade” e de propagar visões de mundo em diferentes conjunturas históricas e políticas.¹²⁸ Portanto:

¹²⁸ ELHAJJI, Mohammed e ZANFORLIN, Sofia. *Dos modos de construção da identidade nacional: pertencimento – mídia -alteridade*; MAZETTI, Henrique. *Mídia e questionamento do poder: três abordagens teóricas*. In COUTINHO, Eduardo Granja, FILHO, João Freire e PAIVA, Raquel (orgs.). *Mídia e Poder: ideologia, discurso e subjetividade*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008. p. 255, 256, 270 e 295; SHOHAT, Ella e STAM, Robert. *Crítica da imagem eurocêntrica*. São Paulo: Cosac Naify, 2006. p. 268; ALEXANDRE, Marcos.

Os meios de comunicação formam “um campo autônomo, capaz de representar o social, construir diferentes realidades, criar distintas modalidades de socialização e influenciar e mediar outras esferas da vida social”. Ou seja, “a realidade é construída socialmente. A comunicação consegue *criar, construir* uma camada superior, simbólica, baseada em sinais e convenções que passam a ser A Realidade, o que realmente interessa”. Na era da comunicação de massa, “a maior parte de nossas emoções e opiniões diz respeito a acontecimentos, reais ou fictícios, que chegam até nós trazidos pelos meios de comunicação. Pensamos, falamos, sonhamos, sentimos, reagimos a fatos e situações tornadas presentes pela comunicação”. Denis de Moraes afirma que “por deter a capacidade de interconectar o planeta”, os “dispositivos de comunicação concatenam, simbolicamente, as partes das totalidades”, e procuram “unificá-las em torno de crenças, valores, estilos de vida e padrões de consumo quase sempre alinhados com a razão competitiva dos mercados globalizados”. Podemos dizer que os meios de comunicação acabaram “se tornando um elemento fundamental na construção de imaginários sociais e na construção daquilo que se compreende como realidade” e, neste sentido, a Mídia “se torna essencial em qualquer projeto de formação de ideologias e de chegada ao poder”, porque tem a capacidade “de alterar a realidade” pois “consegue elaborar várias opiniões sobre homens e fatos”.¹²⁹

Neste estudo, partimos da premissa de que “comunicação de massa é poder” e que o controle dos “meios de comunicação de massa é a garantia do alcance de um discurso/mensagem”, representa a certeza “de amplificar uma perspectiva”. Assim sendo, “a manipulação do discurso, do instrumento semântico, pelas instituições” da Grande Mídia “impede as confrontações, restringe as partes envolvidas, [...] torna difícil as averiguações”. De acordo com Jesus Barbosa de Souza, “‘é opinião quase unânime’ que os meios de comunicação de massa (*mass media*) ‘tornaram gigantesca a difusão da mensagem’ e, conseqüentemente, sua influência não só sobre a própria mensagem, como também, sobre o receptor do discurso”.¹³⁰

O termo “meios de comunicação de massa” é utilizado para “descrever os meios de comunicação que operam em grande escala [...]. Refere-se a meios de comunicação social familiares e há muito estabelecidos, como jornais, revistas, filmes, rádio, televisão”. De acordo com o professor jubilado da Universidade de Amsterdã, Denis McQuail, a comunicação de massa se tornou “um elemento essencial no processo político democrático, providenciando uma arena e um canal para um debate alargado, tornando mais conhecidos os candidatos aos lugares políticos e distribuindo informação e opiniões diversas”, além de “um meio de exercer poder em virtude do acesso relativamente privilegiado que a ele têm os políticos e os agentes do governo, apresentado como um direito legítimo”. Em relação à cultura, esses meios “constituem

e FERNANDES, Renata. *O poder hoje está na mídia*. Rio de Janeiro: *Revista Comum*. v. 11 - nº 26 – p. 145 a 168 – janeiro/junho, 2006. p. 146 e 147; FAGEN, Richard R. *Política e comunicação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971. p. 20.

¹²⁹ COUTINHO, Eduardo Granja, FILHO, João Freire e PAIVA, Raquel; RAMOS, Roberto; MORAES, Denis de; ALEXANDRE, Marcos; FERNANDES, Renata; e FAGEN, Richard *Apud* BAPTISTA, Bruno Ferrari. op.cit. p.17.

¹³⁰ SODRÉ, Muniz. *Apud* BAPTISTA, Bruno. op.cit. 18; PAILLET, Marc. *Apud* BAPTISTA, Bruno. op.cit.p.18; SOUZA, Jesus Barbosa de. *Apud* BAPTISTA, Bruno. op.cit. p.18.

uma fonte básica de definições e imagens da realidade social e a expressão mais alargada da identidade comum”. Assim sendo, “a condução das políticas democráticas (ou não democráticas) a nível nacional e internacional depende cada vez mais dos *media* de massas e há poucos assuntos com significância social que possam ser abordados sem consideração pelo seu papel, para o bem ou para o mal”. Nesse cenário, “as questões mais fundamentais para a sociedade - as que se referem à distribuição e ao exercício do poder, à gestão de problemas e aos processos de integração e de mudança - dizem todas respeito à comunicação”, principalmente quando falamos das “mensagens trazidas pelos meios públicos de comunicação, na forma de informação, opinião, estórias ou entretenimento”.¹³¹

As grandes empresas de comunicação, que são robustos “negócios capitalistas”, ultrapassam os limites dos “interesses financeiros para funcionarem como uma máquina de reprodução ideológica calcada em alicerces capitalistas e liberais”. Através de “sua capacidade de reproduzir os discursos que cimentam o *status quo*, de marginalizar alternativas aos modelos vigentes e de contribuir para a produção de um ‘pensamento único’”, os grandes meios de comunicação assumem sua dimensão política e, influenciam, de fato, os embates políticos, econômicos e ideológicos na sociedade. À luz disso, consideramos “a importância da Comunicação na formação e manutenção da hegemonia política”, com uma “participação cada vez mais orgânica e decisiva para a reprodução da própria ordem capitalista”. Portanto, pensamos “a Mídia como *instrumento* ou *espaço* de poder, com relevante papel, por exemplo, na disputa pela hegemonia, na promoção de ideais identitários, na regulação de comportamentos, na administração da memória”, bem como, “na constituição da opinião pública e na formulação de agenciamentos democráticos”. Entendemos a Mídia como “um dispositivo capaz de” difundir ideologias e “influenciar significativamente, das formas mais diversificadas, a vida cotidiana e a atuação política dos indivíduos”. Seu poder “tem expressiva abrangência, abarcando alterações fundantes do estar no mundo”, capaz de influir na ‘percepção sensível e/ou intelectual’. A partir desse entendimento, é fundamental salientar que este poder midiático exercido pelos grandes veículos de comunicação está “relacionado à dominação de classe”.¹³²

Diante disso, é possível afirmar que a comunicação de massa é um componente fundamental da luta de classes na contemporaneidade, representando um instrumento poderoso no campo da “batalha de ideias”. É necessário lembrar que “a correlação entre os conflitos sociais e ideias foi ressaltada por Friedrich Engels e Karl Marx” ainda no século XIX, que salientavam “que numa ordem social onde há exploração do Homem pelo Homem, as classes dominantes necessitam construir ou lançar mão de mecanismos já existentes para dar

¹³¹ McQUAIL, Denis. *Teorias da comunicação de massa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.p. 4 e 5.

¹³² MAZETTI, Henrique; SILVA, Carlos Eduardo Lins da; COUTINHO, Eduardo Granja, FILHO, João Freire e PAIVA, Raquel; RUBIM, Antonio Albino Canelas *Apud* BAPTISTA, Bruno. Op.cit. p.19.

‘universalidade’ às suas perspectivas”. Ou seja, “precisam difundir suas ideologias e “representar o seu interesse como sendo interesse de todos os membros da sociedade”.¹³³

Para Karl Marx, a “ideologia denotava ideias e teorias que são socialmente determinadas pelas relações de dominação entre as classes e que determinam tais relações, dando-lhes uma falsa consciência” qualquer doutrina sobre a realidade social que tenha vínculo com uma posição de classe. Assim sendo, “a ideologia só adquire um estatuto objetivo quando considerada em termos da luta de classes”, ou seja, “é fundamentalmente um lugar de confronto, de luta de classes. Por isso, as ideologias não podem ser meramente formações sociais de representações ou sistemas de imagens, de signos, etc., mas sim as formas nas quais o conflito se desenvolve”. Nessa perspectiva, as ideologias “devem ser concebidas como sistemas (ou processos), representando interesses de classes e o desenvolvimento das lutas de classes. Esses sistemas ou processos são exercícios da luta de classes no domínio das práticas simbólicas”. São, portanto, “regras, moldes, matrizes ideológicas de uma certa visão de mundo que vão modelar conteúdos, modas, costumes, gostos, comportamentos”, sempre a partir de um “vínculo com uma posição de classe”.¹³⁴

Antonio Gramsci ressaltava que “as ideologias não têm nada de ilusão e aparência; são uma realidade objetiva e operante, mas não são a mola da história, eis tudo. Não são as ideologias que criam a realidade social, mas é a realidade social, na sua estrutura produtiva, que cria as ideologias”. Ou seja, a classe que detém a hegemonia econômica também cria condições para tornar dominante as suas ideologias.¹³⁵ A “ideologia de uma classe existe primeiro e principalmente em instituições, naquilo que” Louis Althusser “chama de aparelhos ideológicos. A ideologia dominante é um poder organizado em instituições – o sistema de conhecimento, o sistema da mídia etc”. De acordo com o pensador francês, a “ideologia dominante cumpre uma função prática: ela confere certa conferência e relativa unidade, ela cimenta e unifica o edifício social”. Na visão althusseriana, através dos “Aparelhos Ideológicos de Estado - AIEs”¹³⁶ que

¹³³ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Textos* (3 v.). São Paulo: Edições Sociais, 1977 e MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1989. p. 49; BAPTISTA, Bruno. op.cit. p. 20.

¹³⁴ STOPPINO, Mario. In BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1 ed., 1998. p. 585; LÖWY, Michael. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 12; RANCIÈRE, Jacques. *Apud* MOTTA, Luiz Gonzaga. *Ideologia e processo de seleção de notícias*. In MOTTA, Luiz Gonzaga. (org.). *Imprensa e Poder*. Brasília: Editora UNB, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 140.

¹³⁵ GRAMSCI, Antonio. *Apud* LIGUORI, Guido. *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007. p. 82 e 83.

¹³⁶ Segundo Althusser, “a grande maioria dos Aparelhos Ideológicos de Estado pertence ao domínio privado. Igrejas, partidos, sindicatos, famílias, algumas escolas, a maioria dos jornais, os empreendimentos culturais [...] Os AIEs ‘funcionam’ maciça e predominantemente pela ideologia, o que unifica sua diversidade é precisamente esse funcionamento, na medida em que a ideologia pela qual eles funcionam é sempre efetivamente, a despeito

“se constrói a ideologia dominante na sociedade, a partir da submissão de classes, através do convencimento”, pois “todos os aparelhos ideológicos de Estado concorrem para o mesmo resultado: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalistas”. Ou seja, “cada um deles concorre para esse resultado de uma maneira que lhe é própria, isto é, submetendo (sujeitando) os indivíduos a uma ideologia”. Nesse sentido, o *modus operandi* dos Aparelhos Ideológicos de Estado “é dominado por uma partitura única, a ideologia da classe dominante”.¹³⁷ Portanto:

A ideologia da classe dominante é, em qualquer época, a ideologia dominante. Isto é, a classe que domina as forças materiais da sociedade – como disse Marx – é, ao mesmo tempo, a que domina suas forças intelectuais. Essa premissa, entretanto, não deve ser entendida mecanicamente. Algumas considerações ajudam-nos a perceber ainda melhor as sutilezas da questão da ideologia como categoria de análise: 1) o fato verdadeiro é que a ideologia da classe dominante é a forma assumida pelas relações sociais de dominação, que impregnam toda sociedade; 2) a ideologia da classe dominante pode ser a soma dos interesses e das práticas dos grupos dominantes, cada qual possuindo interesses materiais e intelectuais que podem aparecer articulados ou fundidos na ideologia hegemônica, dependendo de relações sociais concretas; 3) a ideologia dominante assimila elementos de ruptura das classes dominadas, absorvendo-os no processo de dominação ideológica, assim como impregnando muitas manifestações de resistência [...] É a ideologia dominante que estabelece as regras sociais, os costumes, como também forma atitudes e influencia o conteúdo dos discursos sociais [...] Por que a ideologia dominante ‘regula’ as classes sociais? Porque é a classe dominante que governa as instituições ideológicas, os aparelhos ideológicos, que a cada dia contribuem para a reprodução dessas relações. Na sociedade contemporânea, a mídia é especialmente uma instituição onipresente. A ideologia dominante é um sistema de poder constantemente reproduzido pelas instituições ideológicas como a igreja, o sistema jurídico, a escola e, cada vez de forma mais abrangente, pela rede global de meios de comunicação de massa, o principal aparelho ideológico da sociedade mercantil *mundializada* [...] As instituições ideológicas (ou aparelhos ideológicos) são, portanto, as instâncias que materializam essa produção, reproduzem e fazem circular os produtos ideológicos.¹³⁸

Dentro da lógica da luta de classes, o controle de mecanismos poderosos de disseminação de determinadas ideologias é algo fundamental para a construção de hegemonia. De acordo com Silvano Belligni, houve, no marxismo, uma “oscilação entre dois significados

de sua diversidade e suas contradições, unificada sob a ideologia dominante, que é a ideologia da classe dominante”. Ou seja, “os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam de um modo massivamente prevalente pela ideologia embora funcionando secundariamente pela repressão, mesmo que no limite, mas apenas no limite, esta seja bastante atenuada, dissimulada ou até simbólica”. ALTHUSSER, Louis. *Apud* ZIZEK, Slavoj (org.). *Um mapa da ideologia*. Contraponto: Rio de Janeiro, 1999. p. 114, 115 e 116. ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. Lisboa, 1969. p. 47.

¹³⁷ RANCIÈRE, Jacques. *Apud* MOTTA, Luiz Gonzaga. op.cit., p. 140 e 141; ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. *Apud* MARQUES, Rafael da Silva. *Os aparelhos ideológicos de Estado: breves considerações sobre a obra de Louis Althusser*. Santa Catarina. 2007. (<http://docplayer.com.br/19744985-Os-aparelhos-ideologicos-de-estado-breves-consideracoes-sobre-a-obra-de-louis-althusser.html>). p. 5 e 6; BUDÓ, Marília de Nardin. *Mídia e controle social: da construção da criminalidade dos movimentos sociais à reprodução da violência estrutural*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2013. p. 88; GUARESCHI, Pedrinho A. *Comunicação e poder: a presença e o papel dos meios de comunicação de massa estrangeiros na América Latina*. Petrópolis: Editora Vozes, 1987. p. 20.

¹³⁸ MOTTA, Luiz Gonzaga. op.cit., p.

predominantes” do conceito de hegemonia. No contexto da terceira internacional, havia uma tendência “a equiparar, ou, em torno do caso, a aproximar hegemonia e domínio, acentuando mais o aspecto coativo que o persuasivo, a força mais que a direção”, ou seja, “a submissão de quem suporta a Hegemonia mais que a legitimação e o consenso, a dimensão política mais que a cultural, intelectual e moral”. Contudo, prevaleceu a tese que entende que a hegemonia é a “capacidade de direção intelectual e moral, em virtude da qual a classe dominante, ou aspirante ao domínio, consegue ser aceita como guia legítimo, constitui-se em classe dirigente e obtém o consenso ou a passividade da maioria da população” perante às “metas impostas à vida social e política de um país”. É essa tese “que se depreende da ‘teoria da Hegemonia’ que Antônio Gramsci transformou em centro da sua reflexão sobre a política e o Estado modernos e se acha registrada nas páginas dos *Cadernos do Cárcere*”.¹³⁹ Em uma análise sobre Comunicação e Hegemonia a partir da perspectiva gramsciana, Denis de Moraes diz que:

O conceito de hegemonia – qualificado por Gramsci como “o traço essencial da filosofia da práxis moderna” – ajuda-nos a desvendar os jogos de consenso e dissenso que atravessam e condicionam a produção simbólica na ambiência midiática atual. Segundo ele, a hegemonia não se reduz a coerção militar e à superioridade econômica, pois pressupõe a conquista do consenso e da liderança cultural e político-ideológica por uma classe ou bloco de classes. Ela envolve a capacidade de um determinado bloco de articular um conjunto de fatores que o credenciem a dirigir moral e culturalmente, e de modo sustentado, a sociedade como um todo. Além de congregar as bases econômicas, a hegemonia tem a ver com entrecios de percepções, juízos de valor e princípios entre sujeitos da ação política.¹⁴⁰

Para Gramsci, a hegemonia “opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer”.¹⁴¹ Segundo o marxista italiano, “todo ato histórico não pode deixar de ser realizado pelo ‘homem coletivo’”, ou seja, “pressupõe a conquista de uma unidade ‘cultural-social’ pela qual uma multiplicidade de vontades desagregadas, com fins heterogêneos, solda-se conjuntamente na busca de um mesmo fim, com base numa idêntica e comum concepção de mundo”. Nesse sentido, “a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’” pois

¹³⁹ BELLIGNI, Silvano. In BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. op.cit., p. 579 e 580.

¹⁴⁰ MORAES, Denis de. *Gramsci e as mutações do visível: comunicação e hegemonia no tempo presente*. In MORAES, Denis de. (org.). *Mutações do visível: da comunicação de massa à comunicação em rede*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010. p. 77 – 80.

¹⁴¹ GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p. 3. É importante ressaltar que Antonio Gramsci deixa claro que “se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica”. GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere Vol III – Maquiavel: notas sobre o Estado e a Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p.49.

“a hegemonia é obtida e consolidada em disputas que comportam não apenas questões vinculadas à estrutura econômica e à organização política”, mas, também, “no plano ético-cultural, à expressão de saberes, práticas, modos de representação e modelos de autoridade que querem legitimar-se e universalizar-se”.¹⁴² Ou seja:

a hegemonia não deve ser entendida nos limites da coerção pura e simples, pois inclui a direção cultural e o consentimento social a um universo de convicções, normas morais e regras de conduta. [...] A hegemonia constitui então, segundo Gramsci, “um senso da realidade para a maioria das pessoas na sociedade, um senso de realidade absoluta, por que experimentada, e além da qual é muito difícil para a maioria dos membros da sociedade movimentar-se, na maioria das áreas de sua vida”. [...] Na perspectiva gramsciana, a hegemonia pode (e deve) ser preparada por uma classe que lidera a constituição de um bloco histórico que articula e dá coesão a diferentes grupos sociais em torno da criação de uma vontade coletiva ‘que Gramsci define como “consciência operosa da necessidade histórica”. Para consolidar sua influência, o bloco hegemônico precisará conservar apoios às suas orientações. Uma direção ético-política eficiente não depende somente da força material que o poder confere. Deve ser alcançada também através de estratégias de argumentação e persuasão e de interpretações convincentes sobre o quadro social. Conforme Luciano Gruppi, “uma classe é hegemônica, dirigente e dominante até o momento em que – através de sua ação política, ideológica, cultural – consegue manter articulado um grupo de forças hegemônicas e impedir que o contraste existente entre tais forças exploda, provocando assim uma crise na ideologia dominante que leve à recusa de tal ideologia, fato que irá coincidir com a crise política das forças no poder”.¹⁴³

Para abordar “o exercício da hegemonia”, Antonio Gramsci, “diferenciou duas esferas na superestrutura que, ‘organicamente ligadas’, numa ‘relação de unidade-distinção’, constituem o ‘Estado ampliado’: a ‘sociedade política’ e a ‘sociedade civil’”. De acordo com o autor dos *Cadernos do Cárcere*: “‘Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção’. Lembrando que ‘historicamente, o poder exercido pelos grupos dominantes conjugou força e persuasão ou, em termos gramscianos, *coerção e consenso*’”. Como destacava Nicolau Maquiavel: “A natureza dos povos é lábil; é fácil persuadi-los de uma coisa, mas é difícil que mantenham sua opinião. Por isso, convém ordenar tudo de modo que, quando lhes falte a crença, se lhes possa fazer crer pela força”. Por conseguinte, “a sociedade política consiste no conjunto de mecanismos e instituições por meio dos quais a classe dominante detém o poder legal da repressão, da coerção e da violência”, é o “‘aparelho de coerção estatal’ que garante ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’”. Por outro lado, a sociedade civil, “‘é constituída pelos organismos sociais responsáveis pela elaboração e difusão de ideologias (sistema escolar, partidos, **jornais**)’”. Estes

¹⁴² GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Vol. I. Introdução ao estudo da filosofia - A filosofia de Benedetto Croce*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. p. 398; GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Vol. V – O Risorgimento: notas sobre a História da Itália*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. p. 62. GRAMSCI, Antonio. *Apud MORAES. Denis de. (org.). 2010. op.cit., p. 79.*

¹⁴³MORAES. Denis de. (org.). 2010. op.cit., p. 79 e 80.

elementos da sociedade civil elaboram e/ou propagam ‘ideologias enquanto concepção de mundo’”. Desse modo, “na sociedade civil, as classes procuram ganhar aliados para seus projetos através da direção e do consenso”, por isso, na tese gramsciana, “a dominação de classes não se dá apenas por meio de aparelhos de coerção, mas também pela ‘hegemonia’, isto é, pela busca do ‘consenso’ do dominado. A sociedade civil, a esfera da cultura, aparece como uma das instâncias da luta política”.¹⁴⁴ Consequentemente:

a hegemonia insere-se no quadro da atividade cultural, moral e intelectual, que se desdobra em experiências e práticas ativas de produção de sentido, argumentação e persuasão, todas elas inseridas nas batalhas ideológicas e políticas que envolvem as classes em tensão e antagonismo na sociedade civil. Na raiz desses entrechoques, está a disputa pelos campos de domínio e subordinação, isto é, pela direção política e cultura.¹⁴⁵

Segundo Maria Macciocchi, o marxista italiano “faz uma distinção tão sutil quanto complexa entre ‘sociedade civil’ e ‘sociedade política’ no Estado de classe. O Estado seria a ‘sociedade política’ e representaria o momento da força e da coerção”, por outro lado “a ‘sociedade civil’ conformaria uma rede complexa de funções educativas e ideológicas, aquilo em função de que a sociedade é não apenas comandada, mas também dirigida”. Portanto, na visão gramsciana é possível “distinguir dois grandes ‘níveis’ na superestrutura, o que pode ser designado como ‘sociedade civil’, isto é, o conjunto de organismos habitualmente chamados ‘internos e privados’, e o da ‘sociedade política ou Estado’”, que correspondem “respectivamente à função de ‘hegemonia’ que o grupo dirigente exerce sobre o conjunto do corpo social e à da ‘dominação direta’ ou comando, que se expressa através do Estado e do poder ‘jurídico’”.¹⁴⁶ Ao estabelecer “dois grandes planos superestruturais”: Antonio Gramsci salienta que eles correspondem à:

função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de ‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado e no governo jurídico. Essas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os

¹⁴⁴ BRAVO, Pigozzi Guilherme. *O partido impresso: imprensa e hegemonia no pensamento de Gramsci*. São Paulo. 2011. p.2; GRAMSCI, Antônio. 2016. p. 248; COUTINHO, Eduardo Granja. 2008. op.cit., p. 45; MAQUIAVEL, Nicolau. *Apud* COUTINHO, Eduardo Granja. 2008. op.cit., p. 45; GRAMSCI, Antonio. 2015. Op.cit. p. 62; BAPTISTA, Bruno. op.cit. p. 33 e 34 (grifos nossos).

¹⁴⁵ MORAES, Denis de. *Crítica da mídia e hegemonia cultural*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2016. p. 19.

¹⁴⁶ MACCIOCHI, Maria Antonietta. *A favor de Gramsci*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 150 e 151. Em seu livro “*A favor de Gramsci*”, Maria Antonietta Macchiochi, também afirma que: “A hegemonia é, portanto, a parte visível do iceberg, que esconde a enorme massa de um corpo teórico político, representando o resultado de um genial e complexo trabalho: o conceito de ‘bloco histórico’, a relação infraestrutura e superestrutura, o conceito de Estado e a distinção interna que Gramsci faz entre sociedade política e sociedade civil, a definição do partido revolucionário como ‘príncipe moderno’, intérprete de uma vontade coletiva, o papel dos intelectuais enquanto promotores do consenso, em função de sua possibilidade como elemento de ligação” (p. 148).

‘comissários’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso ‘espontâneo’ das grandes massas da população quanto à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante, à vida social, consenso que nasce ‘historicamente’ do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal, que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído por toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo.¹⁴⁷

De acordo com o professor Denis de Moraes, “Gramsci entende a sociedade civil como espaço político por excelência, que engloba o conjunto de ideologias que desejam fixar a sua potência, isto é, a sua capacidade de mobilização política e, finalmente, sua realização histórica”, projetando-se “como espaço dedicado a fomentar a articulação e unificação dos interesses, a politizar consciências e a sobrepujar tendências corporativistas e ambições competitivas”. A sociedade civil, que é “concebida por Gramsci como arena de luta de classes”, seria “um âmbito de múltiplas relações de poder e de contradições, lugar de disputa entre forças e grupos sociais, esfera pluralista de organizações, de sujeitos coletivos, em luta ou em aliança entre si, [...] o espaço de luta pelo consenso, pela direção político-ideológica”. Quando Gramsci utiliza o termo “arena”, ele está propondo a ideia de “um campo de dissonâncias, um palco de conflitos e duelos entre forças antagônicas que desejam fazer prevalecer seus juízos de valor na formação das mentalidades e na definição das agendas públicas”.¹⁴⁸

Ao afirmar que a sociedade civil é um “espaço autônomo e específico” de disputa hegemônica, o comunista italiano ressalta que a construção da hegemonia por parte de uma determinada classe ou fração de classe é caracterizada “pela combinação da força e do consenso”, porém, buscando “fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – (jornais...)”.¹⁴⁹ Assim sendo, dentro daquilo que Gramsci chama de “exercício normal da hegemonia”, a grande imprensa:

torna-se um centro de formação e reprodução de uma classe intelectual dirigente, educada a partir de uma concepção de mundo que nortearia suas ações no campo cultural e político. Pode-se, desta maneira, considerar estes intelectuais como “orgânicos”, ou seja, que tem a capacidade de expressar as demandas e interesses de uma classe social de forma a torná-la homogênea e consciente de sua função no plano econômico, político e social.¹⁵⁰

¹⁴⁷ GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da Cultura*. São Paulo. Círculo do Livro. 1991. op.cit., p. 13 e 14.

¹⁴⁸ MORAES, Denis de. *Crítica da mídia e hegemonia cultural*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2016. p. 19. e 20.

¹⁴⁹ COUTINHO, Eduardo Granja. (org.). *Comunicação e contra-hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência*. Editora UFRJ, 2008, p. 128; GRAMSCI, Antônio. 2016. op.cit. p. 96.

¹⁵⁰ BRAVO. 2011. op.cit., p. 11.

Na visão gramsciana, a “opinião pública está estreitamente ligada à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a ‘sociedade civil’ e a ‘sociedade política’, entre o consenso e a força”. Para Gramsci, “a opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante: por isso, existe luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública”, o que permite “que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica”. Portanto, “a difusão e aceitação das ideologias e perspectivas das classes dominantes são fatores fundamentais para a manutenção e ampliação do poder dessas classes dirigentes perante às classes subalternas”, afinal, o segmento dominante tem a capacidade de difundir continuamente “suas formas de ver e pensar o mundo, procurando obter direção intelectual e moral, processo no qual a repressão e a coerção também desempenham papel importante”, conservando “a unidade ideológica de todo bloco social, que é cimentado e unificado precisamente por aquela determinada ideologia”.¹⁵¹ Ou seja:

trata-se de regular a opinião social através de critérios exclusivos de agendamento dos temas que merecem ênfase, incorporação, esvaziamento ou extinção. O ponto nodal é transmitir conteúdos que ajudem a organizar e a unificar a opinião pública em torno de princípios e medidas de valor. Por isso, formar a opinião é uma operação ideológica estreitamente ligada à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a sociedade civil e a sociedade política, entre o consenso e a força. [...] A classe dominante exerce, portanto, seu poder, independentemente dos compromissos materiais com outras forças sociais, não somente através dos instrumentos de coerção, mas também pela sua visão do mundo, isto é, por uma filosofia, uma moral, costumes, um senso comum, que favorecem o reconhecimento de sua dominação pelas classes dominadas. Em linguagem histórico-política, isso significa que o exercício do poder por uma classe, num momento histórico determinado, não somente é expressão das relações econômicas dominantes naquele momento, como também propicia a veiculação de certos valores.¹⁵²

Portanto, a hegemonia “não brota mecanicamente da preponderância econômica de um determinado grupo social, daí a necessidade deste de formular e difundir seus valores, doutrinas, crenças, convicções e representações, obtendo consenso” e “fazendo com que as demais classes e frações de classe compartilhem de sua visão de mundo”.¹⁵³ Essa difusão é operada por meio daquilo que Antonio Gramsci conceitua como “**Aparelhos Privados de Hegemonia**”¹⁵⁴, que

¹⁵¹ GRAMSCI, Antonio. 2016. op.cit., p. 269; BAPTISTA, Bruno. op.cit. p.37; GRAMSCI, Antonio. *Apud* ARÊAS, João Braga 2012. op.cit., p. 41; GRAMSCI, Antônio. *Apud* GRUPPI, Luciano.1978. op.cit., p. 69 e 70.

¹⁵² GRAMSCI, Antonio. *Apud* MORAES, Denis de. 2010. op.cit., p. 67; MACCIOCHI, Maria Antonietta. op.cit., p. 150.

¹⁵³ ARÊAS, João Braga. op.cit. p. 39.

¹⁵⁴ Lembrando que “o conceito de aparelho privado de hegemonia não se confunde com o de Louis Althusser de aparelhos ideológicos de Estado. A teoria althusseriana implica uma ligação umbilical entre Estado e aparelhos ideológicos”, já a “de Gramsci pressupõe uma maior autonomia dos aparelhos privados em relação ao Estado em sentido estrito”. Ou seja, “a diferença importante entre os enfoques de Althusser e as instituições de hegemonia

“são os espaços responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias”, imprescindíveis “para a conquista do poder de Estado nas sociedades complexas do capitalismo recente”. Ou seja, “tais aparelhos são os agentes fundamentais da hegemonia”, atuam como “portadores materiais das ideologias que buscam sedimentar apoios na sociedade civil”, portanto, são “meios para organizar e difundir determinados tipos de cultura”. Segundo Gramsci, os jornais estão entre os diferentes tipos de Aparelhos Privados de Hegemonia porque atuam “na construção e consolidação de visões de mundo, disputando a influência sobre os diversos setores da sociedade, e muitas vezes construindo perspectivas consensuais”.¹⁵⁵ Portanto, a visão gramsciana entende “a cultura como instância de luta política”, e os veículos de comunicação “como instrumentos de hegemonia por meio dos quais uma classe ou fração de classe impõe sua liderança intelectual e moral sobre o conjunto da sociedade”. Assim sendo, através de meios de comunicação como os grandes jornais foi possível reduzir “o uso da força para o exercício e a conquista do poder. A imprensa passou a ser um instrumento nas mãos do poder”.¹⁵⁶

Dentro dessa perspectiva, podemos afirmar que “a reflexão sobre hegemonia cultural não pode desconsiderar o protagonismo dos meios de comunicação na definição de linha do imaginário coletivo, a partir de suas intervenções político-ideológicas em determinada

de Gramsci está do fato de este último ter destacado que a ligação dos aparelhos ideológicos com o Estado não decorre de um atributo estrutural imutável”. É importante ressaltar que neste estudo estamos balizados pela perspectiva de Antonio Gramsci acerca da ideia de aparelhos hegemônicos/ideológicos. MORAES, Denis de. (2016). op.cit., p.20. *Apud* BAPTISTA, Bruno. op.cit. p.39; BAPTISTA, Bruno. op.cit. p.39.

¹⁵⁵ É necessário ressaltar que segundo Gramsci todas as classes podem lançar mão de Aparelho Privados Hegemonia para difundir suas ideologias, mas quando se refere ao jornal burguês, o marxista italiano sublinha que: “Tudo o que se publica é constantemente influenciado por uma ideia: servir a classe dominante, o que se traduz sem dúvida num fato: combater a classe trabalhadora. E, de fato, da primeira à última linha, o jornal burguês sente e revela esta preocupação. Mas o pior reside nisto: em vez de pedir dinheiro à classe burguesa para subvencionar a obra de defesa exposta em seu favor, o jornal burguês consegue fazer-se pagar pela própria classe trabalhadora que ele combate sempre. E a classe trabalhadora paga, pontualmente, generosamente. Centenas de milhares de operários contribuem regularmente todos os dias com seu dinheiro para o jornal burguês, aumentando a sua potência. Por quê? Se perguntarem ao primeiro operário que encontrarem no elétrico ou na rua, com a folha burguesa desdobrada à sua frente, ouvirão esta resposta: É porque tenho necessidade de saber o que há de novo. E não lhe passa sequer pela cabeça que as notícias e os ingredientes com as quais são cozinhadas podem ser expostos com uma arte que dirija o seu pensamento e influa no seu espírito em determinado sentido. [...] os jornais burgueses apresentam os fatos, mesmo os mais simples, de modo a favorecer a classe burguesa e a política burguesa com prejuízo da política e da classe operária. Rebenta uma greve? Para o jornal burguês os operários nunca têm razão. Há manifestação? Os manifestantes, apenas porque são operários, são sempre tumultuosos, facciosos, malfeitores”. GRAMSCI, Antonio. *Os jornais e os operários*. (1916). Marxists Internet Archive, 2005. (<http://www.marxists.org/portugues/gramsci/1916/mes/jornais.htm>).

¹⁵⁶ GRAMSCI, Antônio. *Apud*. COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 127 e 135; MORAES, Denis de. *A batalha da mídia: governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009. p. 40; GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere. Vol. II – Os intelectuais e o princípio educativo do jornalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. (grifos meus); COUTINHO, Eduardo Granja. (org.). 2008. op.cit., p. 8; MOTTA, Luiz Gonzaga. *Apud* ALEXANDRE, Marcos. e FERNANDES, Renata. op.cit. p. 146.

temporalidade” afinal, “se observarmos o que se passa a nossa volta, percebemos o quanto de intencional se transmite nos discursos hegemônicos, sobretudo os midiáticos”.¹⁵⁷ Logo:

Enquanto a sociedade política tem seus portadores materiais nas instâncias coercitivas do Estado, na sociedade civil operam os aparelhos privados de hegemonias (organismos relativamente autônomos em face do Estado em sentido estrito, como a imprensa, os partidos políticos, os sindicatos) [...] Tais aparelhos são os agentes fundamentais da hegemonia, os portadores materiais da ideologia, que querem sedimentar apoios na sociedade civil, seja para manter a dominação, seja para contraditar seus pressupostos. Disseminam ideias, valores e filosofias que funcionam como caixas de ressonância de posições presentes nas pelejas ideológico-culturais. [...] Os aparelhos de hegemonia atuam como difusores de concepções particulares de mundo, que almejam legitimar-se na sociedade civil. É o caso precípua dos meios de comunicação, atores políticos diferenciados, tendo em visto o seu raio de alcance massivo, a capacidade persuasiva e a interferência desmedida na conformação do imaginário coletivo.¹⁵⁸

Ao abordar o exercício da hegemonia, Jesús Martin Barbero ressalta que é necessário “pensar o processo de dominação social já não por imposição a partir de um *exterior* e sem *sujeitos*, mas como um processo no qual uma classe hegemônica, na medida em que representa interesses que também reconhecem como seus as classes subalternas”.¹⁵⁹ É nesse sentido que Noam Chomsky defende a tese de que os meios de comunicação são mecanismos utilizados para “construir o consenso”, obter “a concordância do povo a respeito de assuntos os quais ele não estava de acordo”, e “controlar o juízo público”.¹⁶⁰ Assim sendo, é possível afirmar que “os meios de comunicação são os instrumentos mais utilizados pelos detentores do poder econômico e político para tentar inculcar sua racionalidade de dominação no restante da sociedade” porque são justamente “os aparelhos mais eficientes na tarefa de manutenção da hegemonia burguesa”. Por conseguinte, “se a hegemonia significa a manutenção da coesão e da direção da sociedade através da ação ideológico-cultural”, é lógico pensar “que nenhum conjunto de forças sociais a deterá na sociedade contemporânea sem ter acesso aos mais eficazes instrumentos de difusão ideológico-cultural”.¹⁶¹ De acordo com Antonio Gramsci:

como meio privilegiado de que a burguesia dispõe para expressar sua vontade, defender seus interesses econômicos e preservar seu poder, os jornais desempenham a função de ‘partidos’, ‘frações de partido’ ou ‘funções de determinados partidos’. Perseu Abramo sustenta que “a afirmação de que os órgãos de comunicação se

¹⁵⁷ MORAES, Denis de. *Gramsci e as mutações do visível: comunicação e hegemonia no tempo presente*. In MORAES, Denis de. (org.). 2010. op.cit., p. 77 – 80.

¹⁵⁸ Ibidem. p. 19 e 20.

¹⁵⁹ BARBERO, Jesús Martin. *Dos Meios às Mediações: Comunicação, Cultura e Hegemonia*. Editora UFRJ. 2013. p. 112.

¹⁶⁰ CHOMSKY, Noam. *Mídia: Propaganda Política e Manipulação*. São Paulo. Editora Martins Fontes. 2013. p. 14 e 15; CHOMSKY, Noam. *Propaganda ideológica e controle do juízo público*. Rio de Janeiro. Achiamé. p. 11 e 13.

¹⁶¹ SILVA, Carlos Eduardo Lins da. (org.). *Comunicação, hegemonia e contra-informação*. São Paulo: Cortez Editora/INTERCOM, 1982. p.17.

transformaram em novos órgãos de poder, em órgãos político-partidários, e é por isso que eles precisam recriar a realidade onde exercer esse poder, e para recriar a realidade precisam manipular as informações”. Portanto, “a manipulação, assim, torna-se uma *necessidade* de empresa de comunicação, mas, como a empresa não foi criada nem organizada para exercer *diretamente* o poder, ela procura transformar-se em um partido político”. Ou seja, “os órgãos de comunicação se transformam em entidades novas, distintas das demais instituições sociais, mas extremamente semelhantes a um determinado tipo dessas instituições sociais, que são os partidos políticos”. Mesmo que esses órgãos de comunicação não sejam “partidos políticos na acepção rigorosa do termo, são, pelo menos, agentes partidários, entidades parapartidárias, únicas, *sui generis*. Comportam-se e agem como partidos políticos”.¹⁶² Será necessária a ação política (em sentido estrito) para que se possa falar de “partido político”? Pode-se observar que no mundo moderno, em muitos países, os partidos orgânicos e fundamentais, por necessidade de luta ou por alguma outra razão, dividiram-se em frações, cada uma das quais assume o nome de partido e, inclusive, de partido independente. Por isso, muitas vezes o Estado-Maior do intelectual do partido orgânico não pertence a nenhuma dessas frações, mas opera como se fosse uma força dirigente em si mesma, superior aos partidos e às vezes reconhecida como tal pelo público. Esta função pode ser estudada com maior precisão se se parte de um ponto de vista que um jornal (ou um grupo de jornais), uma revista (ou um grupo de revistas) são também “partidos”, “frações de partidos” ou “funções de determinados partidos”.¹⁶³

Ou seja, na perspectiva gramsciana, os “partidos” não são vistos “apenas como aquelas instituições cujos membros disputam eleições periodicamente”. Para Antonio Gramsci, um partido representa um grupo social na medida que “expressa e ao mesmo tempo constrói uma vontade coletiva organizada, pois contribui para que a classe ou fração de classe tenha um caráter mais homogêneo”. Portanto, para o marxista italiano, os jornais e revista “são também partidos de determinados grupos sociais, comprometidos com a difusão e consolidação de

¹⁶² COUTINHO, Eduardo Granja. 2008. op.cit., p. 51; ABRAMO, Perseu. *Significado político da manipulação na grande imprensa*. In ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação da grande imprensa*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 44 – 46. *Apud* BAPTISTA, Bruno. op.cit. 40. Perseu Abramo, aponta algumas similaridades entre partidos políticos e meios de comunicação: “1) Da mesma forma que os partidos têm seus manifestos de fundação, seus programas, suas teses, os órgãos de comunicação têm seus projetos editoriais, suas linhas editoriais, seus artigos de fundo; 2) Os partidos têm estatuto, regimentos internos, regulamentos; os órgãos de comunicação têm seus Manuais de Redação, suas Normas de Trabalho; 3) Os partidos têm sede central, diretórios regionais e locais, células, núcleos, áreas de influência e intercâmbio com entidades do movimento social. Os órgãos têm sede central ou matriz, sucursais correspondentes e enviados especiais, contratos e convênios com outros órgãos e com agências internacionais; 4) Os partidos são pontos de referência para segmentos sociais, têm seus simpatizantes e seu eleitorado. Os órgãos também são pontos de referência para milhares ou milhões de leitores/espectadores, têm seus simpatizantes e seguidores, o seu eleitorado; 5) Os partidos procuram conduzir partes da sociedade ou o conjunto da sociedade para alvos institucionais, para a conservação de algumas instituições e para a transformação de outras; têm enfim um projeto histórico relacionado com o poder. Os órgãos de comunicação também procuram conduzir a sociedade, em parte ou no todo, no sentido da conservação ou da mudança das instituições sociais; têm, portanto, um projeto histórico relacionado com o poder; 6) Os partidos têm representatividade, em maior ou menor grau, na medida em que exprimem interesses e valores de segmentos sociais; por isso destacam, entre seus membros, os que disputam e exercem mandatos de representação, legislativa ou executiva. Os órgãos de comunicação agem como se também recebessem mandatos de representação popular, e alguns se proclamam explicitamente como detentores de mandatos. Oscilam entre se auto-suporem demiurgos da vontade divina ou mandatários do povo, e confundem o consumo dos seus produtos ou o índice de tiragem ou audiência como o voto popular depositado em urna”. ABRAMO, Perseu *Apud* ALEXANDRE, Marcos. e FERNANDES, Renata. op.cit., p. 153 e 154.

¹⁶³ GRAMSCI, Antonio. 2016. op.cit., p. 354 e 355.

visões de mundo”. Nesse sentido, a imprensa como partido “tem a função diretiva e organizativa, além de educativa e intelectual”, buscando interferir e até “modificar a opinião média da sociedade, criticando, sugerindo, ironizando, corrigindo, renovando e, em última instância, introduzindo novos lugares comuns” e determinadas agendas políticas e econômicas. É a conexão entre poder simbólico e poder político.¹⁶⁴

A interseção entre imprensa, poder e hegemonia é ressaltada por diferentes autores como Luiz Gonzaga Motta, que lembra que “não há poder sem imprensa nem imprensa sem poder” e que “ambos estão historicamente relacionados desde 1440, quando Gutemberg inventou a tipografia e permitiu a impressão em massa, a imprensa vem sendo utilizada como instrumento da luta pelo poder”. Para Motta, “a invenção da imprensa, de fato, coincide com a criação das nações e do Estado moderno e com o exercício do poder não apenas de forma coercitiva, pelo uso da força, mas por meio de formas mais sutis de coerção e de persuasão”. Desde então, “a imprensa sempre esteve ligada à luta política”, ajudou “a persuadir o povo” e a legitimar a classe dominante “diante das massas. Todo poder é político, precisa de visibilidade, necessita institucionalizar-se como expressão do todo social e, por isso, precisa da imprensa”.¹⁶⁵ De acordo com o professor Eduardo Granja Coutinho:

Em última análise, todo processo de hegemonia é, necessariamente, um processo comunicacional. Afinal, é pela integração semiótica, pela reelaboração e compartilhamentos dos signos, que os sujeitos constroem suas identidades, organizam a sua visão de mundo, representando a realidade a partir de uma determinada perspectiva e de acordo com seus interesses, anseios e expectativas. Pela comunicação formam-se e transformam-se as ideologias que agem ética e politicamente na transformação da história. Gramsci se refere a essa identidade entre comunicação e política quando sustenta que: “Todo ato histórico não pode deixar de ser realizado pelo homem coletivo, isto é, pressupõe, a conquista de uma unidade ‘cultura-social’ pela qual uma multiplicidade de vontades desagregadas, com fins heterogêneos, solda-se conjuntamente na busca de um mesmo fim, com base numa idêntica e comum concepção de mundo. [...] Já que assim ocorre, releva-se a importância da questão linguística geral, isto é, da conquista coletiva de um mesmo ‘clima’ cultural”. É no terreno das ideologias – acionadas/mobilizadas pela comunicação – que se dá a constituição das subjetividades coletivas. É aí, diria Gramsci, que “os homens se

¹⁶⁴ ARÊAS, João Braga. Op.cit. p. 39 e 40.

¹⁶⁵ MOTTA, Luiz Gonzaga. op.cit, p. 13. De acordo com Luiz Gonzaga Motta, “não existe imprensa sem inserção política. A política não é a única instância de ação da imprensa. Ela desempenha igualmente funções econômicas, especialmente comerciais, quando estimula, por meio de seus anúncios, o consumo de bens. Da mesma forma, ela tem um papel cultural na medida em que veicula e consolida hábitos, costumes, gostos. Possui, ainda, um papel jurídico-institucional como legitimadora de regras éticas e morais socialmente aceitas. Mas essas funções são complementares à política, quando entendemos política como relações de poder. [...] As sociedades passaram a ser impulsionadas por uma lógica midiática. A mídia passou a ser a instituição política e ideologicamente mais notável da sociedade, suplantando outros poderes, como o Parlamento, no jogo político. E superando outras instituições poderosas, como a igreja e a escola, na produção e disseminação de ideologias, condicionando tudo à lógica midiática. O processo político ficou inexoravelmente dependente e condicionado, e passou a ser um prolongamento da mídia em geral e da imprensa em particular. Há muito a imprensa (e o resto da mídia) deixou de apenas intermediar o real, usa o simbólico para estruturar e constituir o real. É a imprensa que seleciona, tipifica, descontextualiza, estrutura e referencia o real”. MOTTA, Luiz Gonzaga. op.cit, p.15, 16, e 17.

movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc”. A luta pela hegemonia, isto é, pela criação e difusão de uma determinada concepção de mundo, tendo como objetivo a conservação ou transformação da estrutura socioeconômica, pressupõe a “construção de um universo *inter-subjetivo* de crenças e valores”. Implica, portanto, a persuasão e o diálogo, a mediação da linguagem, o “tornar comum” da práxis interativa comunicacional.¹⁶⁶

O sociólogo francês, Pierre Bourdieu, afirma que “as ideologias, por oposição ao mito, produto coletivo e coletivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo”, fabricando “ilusões necessárias para a gestão social”. Dito isso, é importante ressaltar que “os meios de comunicação não têm o monopólio da formulação ideológica”, mas “tem a hegemonia de sua difusão”, lembrando que “nos sistemas democráticos as ilusões necessárias não podem se impor pela força. É melhor injetar na mente do público por meios mais sutis”. É através daquilo que Bourdieu chamou de “Poder Simbólico” que “aparelhos privados de hegemonia” como os jornais propalam visões de mundo, ressignificam pontos de vista e constroem consensos. De acordo com Bourdieu, “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos”, porque “não é imposto coercitivamente, ele age através da persuasão e encontra um ambiente perfeito para florescer nos grandes meios de comunicação”.¹⁶⁷ Ou seja:

O poder simbólico é o poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e crer, de confirmar ou transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário [...] O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder. [...] O Poder Simbólico é um poder de construção da sociedade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato de mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o *conformismo lógico*, quer dizer “uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências” [...] É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a função política de instrumentos de imposição ou legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a “domesticação dos dominados”. [...] O campo da produção simbólica é um microcosmos da luta simbólica entre classes [...] A classe dominante é o lugar de uma luta pela hierarquia dos princípios de hierarquização: as frações dominantes, cujo poder assenta no capital econômico, têm em vista impor a legitimidade da sua dominação por meio da própria produção simbólica.¹⁶⁸

¹⁶⁶ COUTINHO, Eduardo Granja. (org.). 2008. Op.cit. p. 43 e 44.

¹⁶⁷ BOURDIEU, Pierre. *Apud* MOTTA, Luiz Gonzaga. op.cit., p. 7 e 8; SZPACENKOPF, Maria Izabel Oliveira. *O olhar do poder: a montagem branca e a violência no espetáculo telejornal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 179; NETO FRANZÃO, Ângelo. *Midialização: o poder da mídia*. São Paulo: Nobel, 2006. p. 149.

¹⁶⁸ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 2012. p. 9, 11, 12 14, e 15.

Portanto, “as relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder simbólico”. Através do controle daquilo que Gramsci chamou de “aparelhos privados de hegemonia”, as classes dirigentes são capazes de universalizar “a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses”, reforçando “dentro da classe e fora da classe a crença na legitimação da dominação de classe”.¹⁶⁹A construção da hegemonia está baseada “em disputas ideológicas e culturais que influenciam e condicionam o imaginário social, a opinião pública, os sentidos de compreensão da realidade”, logo “a conquista do consenso em torno de determinadas visões de mundo torna-se o alvo central das batalhas de ideias, travadas entre classes” e “frações de classes”. Assim sendo, é fundamental salientar que “o consenso fabricado no interior da mídia costuma situar o dissenso como ‘irresponsável’, ‘inconsequente’, ‘desagregador’, etc”; ou seja, “não se reconhece no dissenso ‘uma ação emancipatória ou de transformação, e sim um papel de antagonismo ao consenso’”.¹⁷⁰ De acordo com Ana Regina Rêgo:

O discurso prevalecente [...] é tomado por vozes de uma realidade parcial, tornadas verdades pelo seu construtor, na maioria das vezes [...] deixando de lado a verdade ou a versão dos vencidos. Desde os primórdios da imprensa, a mídia exerce papel relevante nesse percurso.¹⁷¹

É importante ressaltar que “quando falamos de mídia estamos nos referindo à indústria da cultura, isto é, às emissoras de rádio e de televisão (aberta e paga), aos jornais, às revistas e ao cinema, portadores do que se chama de comunicação de massa”. Segundo Venício. A. Lima, “ela é parte de nossas vidas da mesma forma que o caminhão para o fiscal da alfândega. E é por isso que quase não nos apercebemos dela e de sua importância. A mídia, plural latino de

¹⁶⁹ Ibidem. p. 11 e 12; BOURDIEU, Pierre. *Apud* ALEXANDRE, Marcos. e FERNANDES, Renata. op.cit., p.150.

¹⁷⁰ CAMARGO, Nelly de. *Política de comunicação: tecnologia e as perplexidades do desenvolvimento*. In VIEIRA, R.A. Amaral. (org.). *Comunicação de massa: o impasse brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978. p. 38 e 39; MORAES, Denis de. 2016. op.cit. p. 15 e 114. Segundo Denis de Moraes, “o sistema midiático demonstra capacidade de fixar sentidos e ideologias, selecionando os conteúdos que, a seu critério, devem ser vistos, lidos ou ouvidos pelo conjunto do público. Por mais que haja escolhas, respostas e reações diferenciadas aos conteúdos recebidos pela audiência, sabemos que são os meios massivos que, na essência, definem nos enfoques editoriais, quais são os atores sociais que merecem ser incluídos ou marginalizados em seus noticiários e programações, e quais as agendas e pautas que devem ser destacadas ou ignoradas no que poderíamos chamar de gestão midiática da realidade. Esses veículos difundem juízos de valor e sentenças sobre fatos e acontecimentos, como se autorizados a funcionar como uma espécie de tribunal, sem delegação para tal. Sua intenção, assumida, mas não declarada, é disseminar informações, ideias e princípios que ajudem a organizar e unificar a opinião pública em torno de determinadas concepções de mundo. [...] A opinião pública é induzida ao convencimento de que só tem relevância social aquilo que se expõe em telas e monitores. Dentro dessa lógica, o que não aparece em telejornais e portais dos grupos midiáticos, bem como em jornais e revistas de maior circulação, corre o risco de ser menosprezado ou desacreditado, aí incluídas outras abordagens que contrariam a orientação editorial e ideológica”. Ibidem. p. 112 e 115.

¹⁷¹ RÊGO, Ana Regina. *Jornalismo, cultura e poder*. Teresina: EDUFPI, 2007. p. 70.

médium, meio, é [...] o conjunto das instituições que” lançam mão de “tecnologias específicas para realizar a comunicação humana. Vale dizer que a instituição mídia implica sempre a existência de um aparato tecnológico intermediário para que a comunicação se realize”. Portanto, “a comunicação passa a ser uma comunicação *mediatizada*.” Ou seja, “um tipo específico de comunicação, realizado através de instituições que aparecem tardiamente na história da humanidade e constituem-se em um dos importantes símbolos da modernidade”. Entretanto, o papel mais relevante “que a mídia desempenha decorre do poder de longo prazo que ela tem na *construção da realidade*” por meio “da representação que faz dos diferentes aspectos da vida humana” – das etnias (branco/negro), dos gêneros (masculino/feminino), das gerações (novo/velho), da estética (feio/bonito) etc, - e, em particular, “da política e dos políticos”. Assim sendo, é possível afirmar que “é através da mídia – em sua centralidade – que a política é construída simbolicamente”.¹⁷² Ou seja:

Os meios de comunicação têm a possibilidade de agendar/induzir as prioridades da sociedade, sublinhando determinadas perspectivas, mas, por outro lado, depreciando ou ocultando/obscurecendo outras. Essa Mídia “formadora de agendas” é dominada por instituições/empresas que “são corporações, na verdade, megacorporações, altamente lucrativas – e que, na maioria, também se unem em conglomerados ainda maiores”. Os veículos de grande audiência da Mídia têm a capacidade de dar relevância, de credibilizar; todavia, também são capazes de desprestigiar e/ou condenar à irrelevância. Portanto, os meios de comunicação de massa também “são poderosíssimos naquilo de que eles não tratam, não mostram, não cobrem, excluem”. Por conseguinte, a mídia de massa tem um “poder muito grande, não só em relação ao que está neles, mas, sobretudo, em relação ao que não está”. Omite “a informação, ignora certos setores. Isso pode ser feito não só ignorando pessoas, como ignorando posições e assuntos”. Da mesma maneira, “os *media* tem a capacidade de pautar, agendar determinados assuntos, colocando-os no cotidiano de cada um de nós”. É um fato que “os *media* – a televisão, os jornais, o rádio e as revistas – é que nos apresentam boa parte daquilo que constitui o nosso saber”.¹⁷³

Portanto, é necessário ressaltar que “o papel assumido pelos meios de comunicação na propagação da ideologia dominante e na conformação de consciência” faz com que “as visões de mundo das classes dominantes sejam ‘interiorizadas’ pelo conjunto da ‘sociedade’” por meio de uma “manifestação reiterada e perfeita na estrutura dos meios de comunicação, que, por meio do aparato tecnológico, da atopia e da acronia, e dos procedimentos de encenação e persuasão” emergem “com a capacidade mágica de fazer acontecer o mundo”. De acordo com Marilena Chauí, “essa capacidade é a competência suprema, a forma máxima de poder: o de

¹⁷² LIMA, Venício A. *Mídia: crise política e poder no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. p. 52, 53 e 55.

¹⁷³ CHOMSKY, Noam. In MITCHELL, Peter R. e SCHOEFFEL. (orgs.). *Para entender o poder: o melhor de Noam Chomsky*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 31; LIMA, Venício A. de. *Comunicação e política na América Latina*. São Paulo: *Revista Comunicação & política*. CBELA (Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos). Ano XI – Nº 17 - 1991. p. 6. *Apud* BAPTISTA, Bruno. p.27.

criar a realidade. E esse poder é ainda maior (igualando-se ao divino) quando, graças a instrumentos técnicos-científicos, essa realidade é virtual ou a virtualidade é real”. Assim sendo, “o poder ideológico-político se realiza como produção de simulacros”.¹⁷⁴ Segundo John B. Thompson:

A produção e circulação das formas simbólicas nas sociedades modernas é inseparável das atividades das indústrias da mídia. O papel das instituições da mídia é tão fundamental, e seus produtos se constituem em traços tão onipresentes da vida cotidiana, que é difícil, hoje, imaginar o que seria viver um mundo sem livros e jornais, sem rádio e televisão, e sem os inúmeros outros meios através dos quais as formas simbólicas são rotineira e continuamente apresentadas a nós. Dia a dia, semana a semana, jornais, estações de rádio e televisão nos apresentam um fluxo contínuo de palavras e imagens, informações e ideias, a respeito dos acontecimentos que têm lugar para além do nosso ambiente social imediato.¹⁷⁵

Neste estudo corroboramos a tese de Stig Hjarvard que afirma que “os meios de comunicação” tem a capacidade de cumprir um “importante papel no exercício do poder político”, pois – por conta das “transformações por que passaram as sociedades modernas contemporâneas” - os meios de comunicação de massa “imbricaram-se na prática da política, transformando-a de tal maneira e com tal intensidade que faz sentido falar de política ‘mediatizada’, e não apenas de ‘política mediada’”.¹⁷⁶

Enxergamos, portanto, “a mídia como um ator privilegiado do sistema político” e entendemos que “um aspecto básico da comunicação é o poder” e que “é essa relação da comunicação com o poder que sustenta o mundo concreto, induz o consenso e traz o conhecimento”. Assim sendo, através daquilo que Pierre Bourdieu chamou de Poder Simbólico, “a comunicação cumpre uma função política de construir consensos, legitimar e/ou impor a hegemonia”. Logo, “o poder da mídia é um poder político”, porque “é no domínio da comunicação que se fixa a síntese político-ideológica da ordem hegemônica”. Dessa forma, “o poder exercido através dos meios de comunicação é parte importante no processo de construção de hegemonia” no contexto da luta de classes.¹⁷⁷

¹⁷⁴ CHAUI, Marilena. *Simulacro e Poder: uma análise da mídia*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006. p. 78; BAPTISTA, Bruno. op.cit. p.31.

¹⁷⁵ THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massas*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2000. p. 219.

¹⁷⁶ HJARVARD, Stig. *A mediatização da cultura e da sociedade*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2014. p. 73, 77 e 78.

¹⁷⁷ ALEXANDRE, Marcos. e FERNANDES, Renata. op.cit., p. 150; ABREU, Alzira Alves de., LATTMAN-WELTMAN, Fernando., KORNIS, Mônica Almeida. *Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 13; MORAES, Denis de. *O capital da mídia na lógica da globalização*. In MORAES, Denis de. (org.). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2012; p. 188; BAGDIKIAN, Bem H. *O monopólio da mídia*. São Paulo: Scritta Editorial, 1993. p. 18; BAPTISTA, Bruno. op.cit, p. 32.

2.2. A tardia história da imprensa brasileira

O surgimento da impressão no ocidente aconteceu na Europa, aproximadamente em 1450, a partir da “prensa gráfica”¹⁷⁸ apresentada por Johannes Gutenberg. Em pouco tempo, a palavra impressa se espalhou pelo continente europeu e provocou fortes impactos naquela sociedade. De acordo com os historiadores britânicos, Asa Briggs e Peter Burke, “por volta de 1500, haviam sido instaladas máquinas de impressão em mais de 250 lugares na Europa”.¹⁷⁹ A partir dessas diversas instalações gráficas foram produzidas “cerca de 27 mil edições até o ano de 1500, o que significa que – estimando-se uma média de quinhentas cópias por edição – cerca de 13 milhões de livros estavam circulando naquela data”.¹⁸⁰

A impressão também não tardou a chegar nos domínios coloniais da Espanha e da Inglaterra; no século XVI, já era possível encontrar tipografias na América. Segundo Semeraro (1979), “em 1533, os espanhóis instalaram tipografias no México; em 1577, no Peru; e, em 1612, na Bolívia. Na América Inglesa, o primeiro prelo surgiu em 1638”. Os primeiros jornais na América espanhola já circulavam durante o século XVIII: a partir de janeiro de 1722, dois periódicos eram publicados no México, a *Gaceta de México* e *Nueva Espanha*. Em 1729, surge o primeiro jornal da Guatemala, intitulado *Gaceta de Guatemala*. No ano de 1743, teve início a circulação da publicação peruana *Gaceta de Lima*. Ou seja, a imprensa chegou à América Espanhola 14 anos após o “início da ocupação territorial”, já na América inglesa a introdução da tecnologia da impressão tardou 18 anos. Por outro lado, a implementação oficial da imprensa na América Portuguesa só aconteceu depois de 276 anos.¹⁸¹ Nelson Werneck Sodré e José Marques Melo “apontam uma série de questões sobre as razões que levam a tal discrepância”, são elas:

1º) O tipo de colonização: tanto na América Espanhola quanto na Inglesa, desde o início estabeleceu-se uma estrutura administrativa (audiências e vice-reis no caso espanhol e assembleias colonizadoras e governadores no caso inglês). Na América Portuguesa há uma grande distância entre a ocupação e a organização administrativa,

¹⁷⁸ A prensa móvel ou prensa gráfica era um maquinário de impressão que utilizava tipos móveis. Asa Briggs e Peter Burke afirmam que essa invenção “talvez tenha sido inspirada pelas prensas de vinho de sua região natal, banhada pelo rio Reno – que usava vários tipos móveis de metal”. BRIGGS, Asa. e BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2009. p. 27.

¹⁷⁹ Desse total, “oitenta na Itália, 52 na Alemanha, e 43 na França”. Ibidem. p.28.

¹⁸⁰ Vale ressaltar que o continente europeu no início do século XVI tinha aproximadamente 100 milhões de habitantes. Idem.

¹⁸¹ SEMERARO, Giovanni. *Apud MENDES, Jairo Faria. O atraso do surgimento da imprensa no Brasil com relação à América espanhola e inglesa*. Bogotá: Artigo publicado no X Congresso ALAIC, 2010. p.2; VICENTE, Enrique Rios. *O jornalismo na América Latina*. In: QUINTEIRO, Alejandro Pizarroso (Coord.). *História da imprensa*. Lisboa: Planeta, 1994; *Apud OLIVEIRA, Rodrigo Santos de*. Op.cit. p. 131.

estruturada muito tempo depois. 2º) Urbanização e tipo de população autóctone: Na América Espanhola ocorreu um acelerado processo de urbanização, principalmente pela criação de cidades junto aos territórios conquistados; além disso, nos territórios de sua colonização já havia civilizações em acelerado grau de desenvolvimento. Na América Inglesa, a população autóctone não era desenvolvida, mas o tipo de colonização visava, a partir da construção de cidades, à fixação das populações. Com esse acelerado desenvolvimento urbano, acabou ocorrendo, mesmo que em escala menor, a reprodução do cotidiano vivido na metrópole, levando ao funcionamento de uma série de instituições urbanas para as quais a existência da imprensa era indispensável. 3º) Grau de instrução nas colônias: Nas áreas de colonização espanhola e inglesa ocorreu a criação de instituições universitárias, o que permitia não apenas desenvolver intelectualmente os indivíduos como prepará-los para produzir obras intelectuais. Na área portuguesa, por sua vez, a instrução se reduzia aos conhecimentos básicos, apenas o necessário para se ler a Bíblia.¹⁸²

Portanto, “a imprensa no Brasil tem seu início tardiamente, não apenas se compararmos com o surgimento da imprensa em geral, mas também em relação com a sua introdução, por parte dos europeus nas áreas conquistadas do continente americano”. O surgimento efetivo da “revolução da impressão gráfica”¹⁸³ no Brasil teve um atraso de séculos, a tecnologia da impressão chegou oficialmente¹⁸⁴ ao território brasileiro juntamente com a família real e a corte portuguesa, que desembarcam no Rio de Janeiro, no início do século XIX, para fugir das tropas napoleônicas. Como afirma Marco Morel, “a circulação de periódicos que fossem impressos nas terras brasileiras era uma novidade que surgira em 1808, com restrições, e só conheceria um certo aumento quantitativo em 1821”.¹⁸⁵ No livro “*História da Imprensa no Brasil*”, Nelson Werneck Sodré destaca que:

A imprensa surgiria, finalmente, no Brasil, - e ainda desta vez, a definitiva, sob proteção oficial, mais do que isso: por iniciativa oficial - com o advento da Corte de D. João. Antônio de Araújo, futuro conde de Barca, na confusão da fuga, mandara colocar no porão da *Medusa* o material gráfico que havia sido comprado para a Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, de que era titular, e que não chegara a ser montado. Aportando no Brasil, mandou instalá-lo nos baixos de sua casa. Daí o ato real de maio: “Tendo-me constado que os prelos que se acham nesta capital eram destinados para a Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, e atendendo à necessidade que há de oficina de impressão nesses meus Estados, sou servido que a casa onde eles se estabeleceram sirva inteiramente de impressão Régia”.¹⁸⁶

¹⁸² MELO, José Marques de. e SODRÉ, Nelson Werneck. *Apud* OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. 2011. p. 131 e 132.

¹⁸³ BRIGGS, Asa. e BURKE, Peter. *Op. Cit.* p. 27.

¹⁸⁴ É importante lembrar que pequenas tipografias foram instaladas no Brasil durante o século XVIII, inclusive no Recife sob anuência do governador Francisco de Castro Moraes, mas foram reprimidas pelo poder real. Como destaca Nelson Werneck Sodré, uma carta régia “liquidou a tentativa”, determinando “que se devia ‘sequestrar as letras impressas e notificar os donos delas e os oficiais de tipografia que não imprimissem nem consentissem que se imprimissem livros ou papéis avulsos’”. SODRÉ, Nelson Werneck. *Op.cit.* p. 20.

¹⁸⁵ MELO, José Marques de. *Apud* OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. 2011. *Op.Cit.* p. 131; MOREL, Marco. *Independência no papel: a imprensa periódica.* In JANCSÓ, István (org.), *Independência: história e historiografia.* São Paulo: Hucitec/ FAPESP, 2005.

¹⁸⁶ A partir de uma decisão em 24 de junho de 1808, “a administração da Imprensa Régia caberia a uma junta”, composta por José Bernardes de Castro, Mariano José Pereira da Fonseca, e José da Silva Lisboa; também atuavam como censores o frei Antônio de Arrábida e o padre João Manzoni. “Competia à junta, além da

Como destaca Jurandir Malerba, “a impressão régia passou a funcionar no próprio dia de sua criação, 8 de maio de 1808, estampando, em um folheto de 27 páginas, a relação de despachos publicada no dia de anos do príncipe regente”. Meses depois, a imprensa régia começa a publicar o primeiro jornal editado no Brasil: em setembro daquele ano surge a *Gazeta do Rio de Janeiro*, periódico vinculado ao poder real e que, obviamente, estava a serviço dos interesses da Coroa. Nessa publicação “constavam informações oficiais (como decretos e éditos)”, bem como, “informações diversas de amplo interesse, formando redes de notícias do início do século XIX, indicando também a forma como essas notícias passam do mundo oral para o mundo impresso”.¹⁸⁷ Como afirma Marialva Barbosa no livro “*História Cultural da Imprensa: Brasil - 1800 – 1900*”:

A rigor, a *Gazeta do Rio de Janeiro* era o jornal oficial da corte de Dom João, que saía diretamente dos prelos da Imprensa Régia, a quem competia o monopólio da impressão de qualquer obra tipográfica no país, o que não impedia a inclusão nesse periódico de informações de interesse mais amplo para o público a que se dirigia, como veremos mais adiante. O fato de ser impresso sob a égide da Coroa Portuguesa não fazia dela menos jornal. As ideias daquele tempo e lugar, as formas como se instauravam o jornalismo na Colônia, as fontes e as redes de informação, as materialidades do impresso e as formas de leitura, tudo isso pode ser descortinado visualizando essas páginas impressas.¹⁸⁸

É evidente que todo esse conjunto de informações precisava passar pelo crivo real, deveria dialogar sempre com os diversos interesses e objetivos régios. Portanto, como afirma Malerba, “o jornalismo que se fazia no Brasil antes de 1821 era aquele típico dos regimes absolutistas anteriores à Revolução Francesa”. Uma “imprensa que servia às intenções da administração colonial, publicando edições ordinárias e outras extraordinárias” e que deixou “como restos e vestígios do século XIX muito da cultura oral-letrada que se espraiava pelo Reino de Portugal e Algarves”. Na imprensa régia, “ao lado das notícias da guerra napoleônica e de outras informações d’além-mar, as que tinham maior primazia, figuravam informações cotidianas, impressões dos leitores”; sendo assim, “um sistema útil aos interesses do poder e sendo concessão do Estado a quem competia difundir por suas páginas aquilo que era

gerência, ‘examinar os papéis e livros que mandassem publicar e fiscalizar que nada se imprimisse contra a religião, o governo e os bons costumes’. Era a censura. Nada se imprimia sem o exame prévio dos censores reais”. SODRÉ, Nelson Werneck. Op.cit. p. 22 e 23.

¹⁸⁷ É relevante pontuar que “o primeiro redator da *Gazeta do Rio de Janeiro* foi o frade português, Tibúrcio José da Rocha, funcionário da mesma secretaria à qual estava vinculada a gráfica. Em março de 1812, o frade demitiu-se e foi substituído pelo capitão Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, no cargo entre 1813 e 1821”. MALERBA, Jurandir. *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 243; BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil – 1800 – 1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. p. 22.

¹⁸⁸ BARBOSA, Marialva. 2008. Op.cit. p. 94.

considerado relevante, era também uma gazeta no sentido lato do termo”. Até o início da década de 1820, “será o único jornal (ao lado da *Idade d’Ouro do Brasil*¹⁸⁹, publicado na Bahia) a ter oficialmente licença para impressão”.¹⁹⁰

Entretanto, é preciso lembrar que publicações clandestinas circulavam no Brasil nesse período. Esses impressos à margem da tutela real tiveram um papel bastante relevante na circulação de ideias e, conseqüentemente, nas discussões políticas: “o que se lia aqui sobre política entrava sob a forma de impressos clandestinos vindos do exterior”. Esses periódicos eram “tidos como malditos aos olhos da Coroa Portuguesa pelas críticas que faziam abertamente ao regime”.¹⁹¹ A mais importante dessas publicações era o *Correio Braziliense*, editado por Hipólito da Costa, em Londres.¹⁹² O periódico lançado “no dia 1º de junho de 1808, três meses antes, portanto, da data em que surgiu a *Gazeta do Rio de Janeiro*”, era editado na Inglaterra para escapar da censura da monarquia da Casa de Bragança, alvo de profundas críticas nas páginas do *Correio Braziliense*.¹⁹³ Como afirma o próprio Hipólito da Costa: “resolvi lançar essa publicação na capital inglesa dada a dificuldade de publicar obras periódicas no Brasil, já pela censura prévia, já pelos perigos a que os redatores se exporiam, falando livremente das ações dos poderosos”.¹⁹⁴ Apesar de ser publicado a milhares de quilômetros do Brasil, “tais jornais, como o *Correio Braziliense* entravam cladestinamente onde deviam entrar. O que lhes dava caráter nacional era a estreita ligação com as condições internas

¹⁸⁹ Em 1812, na Bahia, também “surgiu à primeira revista não oficial do país lançada pelo jornal *Idade d’Ouro do Brasil*. A publicação tinha como título: *As Variedades ou Ensaios de Literatura*. Ambos, o jornal e a revista, foram criados na tipografia de Manuel Antonio da Silva Serva, publicados sobre a proteção do Conde dos Arcos. Os

redatores eram Diogo Soares da Silva de Bivar e o padre Ignácio José de Macedo. A linha editorial era conservadora e, portanto, defendia o absolutismo monárquico português”. MOURA, Ranieli. *História das Revistas Brasileiras – informação e entretenimento*. Trabalho apresentado no GT de História da Mídia Impressa, integrante do VIII Encontro Nacional de História da Mídia, 2010. p.2. Contudo, é necessário ressaltar que a revista *O Patriota*, fundada por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, que assumiu o lugar do Frei Tibúrcio na redação da *Gazeta do Rio de Janeiro*, e “que circulou entre 1813 e 1814, sendo mensal no primeiro ano e bimestral no segundo, foi considerada por muito tempo e por muitos autores, a primeira revista brasileira, até o resgate de *As Variedades*, publicação pioneira da Bahia”. COSTA, Carlos Roberto. *A revista no Brasil: o século XIX*. Tese de doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo (USP), 2007. p. 58

¹⁹⁰ É importante lembrar que “alguns autores fazem uma distinção entre tipos de periódicos que circulavam no início do século XIX: as gazetas e os jornais, sendo que alguns impressos se auto-denominavam compiladores. Tanto os primeiros, como os segundos faziam das notícias que circulavam originalmente nos jornais estrangeiros mola mestra para a divulgação dos temas da atualidade. Para esses autores, o fato de as gazetas deterem o caráter oficial, já que eram publicadas sob o regime de concessão e privilégios da Imprensa Régia, limitava o conteúdo de suas publicações às notícias de interesse do Estado. Já os jornais privilegiavam as notícias de interesse de um público que se queria mais amplo”. Ibidem. p. 94 e 95; MALERBA, Jurandir. Op.cit. p. 243 e 244.

¹⁹¹ Idem.

¹⁹² Idem. BARBOSA, Marialva. (2010). Op.cit. p. 23.

¹⁹³ SODRÉ, Nelson Werneck. Op.cit. p. 24.

¹⁹⁴ Idem.

em que procuravam também influir”. A linha discursiva dessas publicações era opinativa e panfletária, com um viés contestatório diante da administração da Coroa Portuguesa. É possível afirmar que o ponto de interseção entre os primeiros exemplos da imprensa periódica brasileira é o caráter “doutrinário e não noticioso”. Essa tônica marcava tanto o discurso contestatório de publicações clandestinas como o *Correio Braziliense*, quanto as narrativas da *Gazeta do Rio de Janeiro* e de outras publicações oficiais.¹⁹⁵ Segundo Marialva Barbosa:

A *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1822) inaugurou a impressão no Brasil e a circulação regular de periódicos que aqui passaram a ser impressos e se tornaram, gradativamente, acessíveis a um público mais amplo. Junto com ela vieram outras publicações: livros, opúsculos, livretos, jornais, boletins e outros impressos clandestinos, como o *Correio Braziliense* (1808-1822). Criam-se condições para que a troca de informações saísse da esfera privada para o âmbito público. Há a necessidade política e burocrática de ampliar a comunicação para um território mais amplo e entre um maior número de pessoas. Daí para a necessidade de adesão, aprovação, publicização será só questão de tempo. Mais além dessas condições políticas e econômicas, era preciso que se desenvolvesse uma mentalidade num público mais amplo sobre o que eram, de fato, esses periódicos que aqui circulavam de maneira ainda restrita. Um longo período foi necessário para que a imprensa ocupasse lugar efetivo no jogo político das ideias que circulavam na corte. Apenas após o término da censura, em 1821, seriam criadas condições para a proliferação de jornais, inclusive nas províncias mais distantes do Rio de Janeiro. Mas seriam necessários alguns decênios para que o cotidiano dos jornais fizesse gradativamente parte do universo oral/letrado de uma população mais vasta. A teia das notícias era construída, sobretudo, pela rede de informações verbais, que podiam ter origem nas letras impressas, as quais eram retransmitidas oralmente a outros ou diretamente pela conversa oriunda dos ambientes privados. Ao mesmo tempo, as letras impressas passam a se nutrir do jogo das práticas orais. Somente uma mentalidade abstrata pode atribuir valor efetivo a algo imaterial como ideias que circulam sob a forma de jornais. Não bastam, portanto, condições econômicas e políticas concretas. Para existir a imprensa e se atribuir a ela o valor de transmissora de opinião e informação é preciso que se desenvolva essa mentalidade abstrata. Assim, se os portugueses que aqui aportaram em 1808 já traziam essa disposição, seria necessário ainda um longo período para que o valor abstrato da imprensa se esparramasse pelas cidades, criando efetivamente um público ávido por informações. Não era tão somente o analfabetismo que impedia a explosão da imprensa. Numa sociedade oralizada por excelência, as letras impressas foram sempre mais ouvidas que lidas.¹⁹⁶

A tônica político-panfletária permaneceu na maior parte imprensa brasileira no início da década de 1820, impulsionada pelos relevantes acontecimentos que marcaram a agitada conjuntura política em Portugal e no Brasil. Nesse período, “acontece um surto de pequenos veículos, de jornais radicais e de panfletos”, a partir da década de 1820¹⁹⁷, diversos periódicos

¹⁹⁵ Idem.

¹⁹⁶ BARBOSA, Marialva. (2008). Op.cit. p. 93 e 94.

¹⁹⁷ De acordo com Francisco Rüdiger, “o processo que levou à Independência do país gerou grande estímulo à produção autóctone de impressos, seja de obras literárias, seja de periódicos. As províncias, paulatinamente, foram incrementando a sua produção, o que, com o passar do tempo, acarretou tanto o desenvolvimento da imprensa local como a utilização de sua força política. Das lutas políticas que acompanharam a Independência, as elites provinciais tiveram a noção da força que a imprensa tinha sobre a sociedade. Com isso, passaram a utilizar a imprensa como mecanismo de difusão ideológica sobre a sociedade. Ao mesmo tempo, essa imprensa

são lançados no Brasil. A circulação de jornais no território brasileiro é significativamente ampliada e as narrativas da imprensa periódica passam a ter bastante influência naquela sociedade.¹⁹⁸ Ao analisar o contexto da história da imprensa no século XIX, Marialva Barbosa ressalta que:

No caso da imprensa brasileira, depois da gênese – instaurada pela implantação da imprensa no país com a vinda da Família Real em 1808 – passa-se a um período em que a imprensa divide-se entre oficial e “oficiosa”: é o tempo da supremacia do jornalismo como representante da fala oficial do poder político. Na sucessão de tempos dessa história, a fundação da *Aurora Fluminense*, por Evaristo da Veiga, e do *Jornal do Commercio* (e de seu antecessor direto, o *Spectador Brasileiro*), em 1827, marcaria outro tempo singular: o início de uma imprensa que buscaria na construção de um discurso de cunho político a base de sua produção editorial. No momento seguinte, irrompem os debates em torno da questão republicana e abolicionista e o jornalismo será – nessas interpretações – palco fundamental para a ampliação dos grandes embates discursivos nacionais. Ampliando a nova cultura política, os jornais amplificam as discussões, construindo ideias dominantes num jornalismo de viés exclusivamente opinativo. Nesse cenário, ganha uma interpretação particular o jornalismo abolicionista: se para alguns autores sua atuação foi fundamental, para outros o poder de difusão restrito desses periódicos construíram mais uma importância simbólica do que a que de fato exerceram na sociedade. E, finalmente, nessa história sujeita a interpretações particulares emergem as tecnologias de um novo século e as transformações da imprensa na cidade, capitaneadas pelas transformações da alvorada do século XX.¹⁹⁹

Especialmente a partir do fim do século XIX, há uma separação entre opinião/comentário e “informação”, pavimentando a tese da imparcialidade/neutralidade²⁰⁰ (fundamental para a ampliação da audiência e da credulidade do público). Importantes periódicos passaram a “ser vistos como ‘instituições’, crescem em prestígio e o seu papel social muitas vezes acabava formando a opinião pública”, evidenciando “‘indícios de uma imprensa mais moderna, tanto do ponto de vista técnico como no de organização, forma de apresentação da mensagem e relações com a publicidade’”.²⁰¹ Diversos jornais, ainda no século XIX, adquiriram o que Pierre Bourdieu chama de “Capital Político”²⁰², ganharam prestígio e

ainda não havia construído um conceito próprio e se confundia ‘com a noção de literatura pública, de finalidade moral e política’” RÜDIGER, Francisco. *Apud OLIVEIRA, Rodrigo Santos de*. 2011. Op.Cit. p. 133.

¹⁹⁸ Entretanto, já em junho de 1821, passa a ser publicado “o primeiro jornal informativo a circular no Brasil”, o *Diário do Rio de Janeiro*. Como destaca Sodré: “do ponto de vista da imprensa, como entendemos hoje, foi percussor originalíssimo, e teve todas as características do jornal de informação”. SODRÉ, Nelson Werneck. Op.cit. p. 58 e 59.

¹⁹⁹ BARBOSA, Marialva. 2008. Op.cit. p. 98.

²⁰⁰ Esses “jornais apresentavam-se como órgãos imparciais, cujo objetivo era informar a população. Mesmo que tivessem posicionamentos políticos definidos, eles chegavam ao leitor como imparciais; “começava então a esboçar-se uma imprensa de massas, no sentido de estar mais preocupada com o público leitor e menos em expressar interesses individuais e de grupos”. TASCHNER, Gisela. *Apud OLIVEIRA, Rodrigo Santos de*. op.cit. p. 139.

²⁰¹ TASCHNER *Apud OLIVEIRA, Rodrigo Santos de*. op.cit. p. 139 e 140.

²⁰² Uma forma de “capital simbólico, *crédito* firmado na *crença* e no *reconhecimento*”. BOURDIEU, Pierre. Op.cit. p. 187.

credibilidade, suas notícias e opiniões publicadas eram recebidas com confiança pelos leitores, e esses veículos de comunicação acabaram se tornando a principal fonte de informação para uma quantidade gigantesca de pessoas:

As notícias vendidas tornaram-se “uniformes, neutras e imparciais”, servindo a jornais com tendências políticas diversas. A mudança envolveu isenção na hora de redigir a notícia, que aparecia, agora, nua e crua, sem interpretação. Os leitores começaram a ter uma informação diferente, possibilitando aos donos de jornal consolidar seu negócio. Ocorreu a separação entre informação e comentário, o que elevou vendas e faturamento. O público passou a ter jornais menos tendenciosos, com mais verdade e credibilidade, além de uma comercialização mais fácil. Era o que faltava para a criação de empresas grandes e sólidas, que, depois, tornaram-se verdadeiros conglomerados, “impérios jornalísticos”.²⁰³

É evidente que os periódicos que se destacaram na adesão do público também conquistaram bastante “capital financeiro” e passaram a investir em infraestrutura e na ampliação da produção. Alguns desses jornais atingiram uma escala sem precedentes, ampliaram seu alcance, sua qualidade técnica, e, conseqüentemente, sua influência e seus rendimentos econômicos. Ainda no século XIX, segmentos da imprensa periódica nacional deram uma guinada rumo à uma estruturação empresarial e grandes negócios da comunicação impressa são consolidados no Brasil no século XX.

2.3. A ascensão do “jornal-empresa” e a interseção entre imprensa e capitalismo

Sodré afirma que, “por muitas razões”, a “história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista”.²⁰⁴ No Brasil, o desenvolvimento da imprensa - a partir do último quarto do século XIX e, sobretudo, no século XX - está intimamente associado à lógica do capitalismo. A publicação e circulação de periódicos ultrapassa a função política de instrumento que promove a difusão de ideias e perspectivas e assume, também, o aspecto econômico-empresarial.²⁰⁵ Robustas empresas são erguidas a partir e em torno de veículos

²⁰³ SOUZA, Diana. *Trajectoria Histórica do Jornal Empresa: das Origens aos Conglomerados de Mídia*. Artigo apresentado no Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação V Congresso Nacional de História da Mídia – São Paulo – 31 maio a 02 de junho de 2007. p. 8.

²⁰⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. Op.cit. p. 1.

²⁰⁵ Nesse período, verifica-se “dois novos padrões de imprensa, que passam a dividir espaço com a imprensa político-partidária, e que diferem tanto desta quanto da antiga estrutura de pasquinagem. De um lado surgia, mesmo que de forma bastante efêmera, em princípio, uma imprensa organizada nos moldes empresariais e voltada à notícia enquanto produto; de outro, uma imprensa combativa e que buscava representar um setor ainda incipiente da sociedade brasileira, o operariado urbano”. OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. op.cit. p. 138.

impressos, poderosas estruturas de comunicação são construídas no país em uma clara “transição da pequena à grande imprensa”:

A passagem do século, assim, assinala a transição da pequena à grande imprensa. Os pequenos jornais, de estruturas simples, as folhas tipográficas, cedem lugar às empresas jornalísticas com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício de sua função. Se é assim afetado o plano da produção, o da circulação também o é, alterando-se as relações do jornal com o anunciante, com a política, com os leitores. Essa transição [...] está naturalmente ligada às transformações do país, em seu conjunto, e, nele, à ascensão burguesa, ao avanço das relações capitalistas: a transformação na imprensa é um dos aspectos desse avanço; o jornal será, daí por diante, empresa capitalista. O jornal como empreendimento individual, como aventura isolada, desaparece das grandes cidades. [...] Uma das consequências imediatas dessa transição é a redução do número de periódicos. Por outro lado, as empresas jornalísticas começam a firmar sua estrutura, de sorte que é reduzido o aparecimento de novas empresas. [...] É agora muito mais fácil comprar um jornal do que fundar um jornal; é ainda mais fácil comprar a opinião do jornal do que comprar o jornal.²⁰⁶

É um fato que, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, “a imprensa artesanal estava sendo substituída pela imprensa industrial. A imprensa brasileira aproximava-se, pouco a pouco, dos padrões e das características peculiares a uma sociedade burguesa”. Como lembra Nelson Werneck Sodré, dentro daquele contexto, “profundas alterações se denunciam na vida brasileira, tais alterações, para a imprensa, acentuam rapidamente o acabamento da sua fase industrial, relegando ao esquecimento a fase artesanal”, ou seja, “um periódico será, daí por diante, empresa nitidamente estruturada em moldes capitalistas”.²⁰⁷ Nesse período, há grandes investimentos em infraestrutura de produção e na estrutura das publicações, os jornais “mais fortes mudaram de formato, abandonando o tamanho pequeno, característico da fase inicial, incorporaram prelos mais modernos e instalaram-se em prédios construídos especialmente para abrigá-los”.²⁰⁸ De acordo com Gisela Taschner:

²⁰⁶ Sodré ainda ressalta que “a ascensão burguesa acompanha, necessariamente, o lento desenvolvimento das relações capitalistas no país e sofre tortuoso processo., que nada tem de contínuo e harmonioso. Ao mesmo tempo, padece da normal antecipação do econômico sobre o político, isto é, sofre os reflexos de uma burguesia economicamente ascensional, embora sem continuidade, mas, ainda politicamente débil. Essa disparidade, marcada por defasagem, define-se no problema político essencial, que é o problema do poder. Esse aspecto tem interesse particular no desenvolvimento da imprensa porque o poder afeta diretamente tal desenvolvimento. Assim, como a fase é de ascensão capitalista lenta e peculiar a país de longo passado colonial – presente em sua estrutura econômica, - por isso de acomodação entre burguesia e o latifúndio pré-capitalista – a imprensa, embora apresente agora estrutura capitalista, é forçada a acomodar-se ao poder político que não tem ainda conteúdo capitalista, porque o Estado serve principalmente à estrutura pré-capitalista tradicional”. *Ibidem*. p. 315 e 316.

²⁰⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *Op. cit.* p. 409.

²⁰⁸ É importante lembrar que diversos elementos da conjuntura tecnológica também contribuíram para o crescimento de grandes empresas jornalísticas no Brasil. O telégrafo elétrico, por exemplo, “foi introduzido no Brasil em 1852. Nos anos seguintes, a rede operada pela Repartição Geral dos Télégraphos foi ampliada paulatinamente e em maio de 1889 media 10.755Km, com 172 estações entre o Pará e o Rio Grande do Sul e ramificações para cidades do interior de diversos estados. Essa rede nacional foi interligada ao cabo submarino

Esse período que [...] vai de 1880 a 1930 aproximadamente é a fase da aventura e consolidação industrial. A organização (ou reorganização) empresarial dos jornais, que então se deu, está ligada a um processo de modernização tecnológica e diferenciação funcional. As gráficas dos jornais foram se separando das tipografias e adquirindo contornos mais industriais. [...] influíram sobre as características dos jornais, que evoluíram para o formato standard e puderam ampliar as suas tiragens.²⁰⁹

Ou seja, “as máquinas e a organização da produção próprias do capitalismo industrial chegavam aos jornais, fazendo com que o jornalismo, já um empreendimento, se tornasse empresarial”. Naquele momento, boa parte das “despesas editoriais passaram a ser custeadas, em grande medida, por anúncios publicitário”, nesse modelo, “o público deveria ser informado da oferta de bens de consumo, convencido a consumir e, depois, induzido à compra por todo arsenal de instrumentos de intervenção psicológica que se pudesse utilizar”. Portanto, “a promoção do consumo vinha ao encontro dos interesses do sistema econômico ora emergente. Os jornais começaram a se estruturar como organizações econômicas, produtoras de bens de consumo”²¹⁰:

Os periódicos “de cunho empresarial” ampliam seu desenvolvimento e se consolidam nas “capitais e principais cidades do país”. Entretanto, “não há um aumento radical no número de jornais-empresas, ficando restritos a poucos deste tipo por cidade, que disputavam entre si a parcela do mercado crescente que era a própria ‘informação’”; nesse cenário, essas empresas jornalísticas alcançaram “grande crescimento em tiragem e prestígio” e começam “a existir os ‘conglomerados’ jornalísticos.”²¹¹ Os grandes jornais passam a ser vistos como ‘instituições’,

que partia de Londres e chegava a Recife, cujo trecho transatlântico foi inaugurado em 1874.

O custo e as condições de transmissão não favoreciam o envio de mensagens longas, mas permitiram aos jornais das maiores cidades brasileiras receberem informações sobre os principais acontecimentos no mesmo dia em que ocorriam”. (<https://www.anj.org.br/site/servicos/menindjornalistica/107-historia-do-jornal-no-brasil/738-imprensa-brasileira-dois-seculos-de-historia.html> – acessado em 20/10/2020).

²⁰⁹ TASCHNER, Gisela. *Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p.31. Gisela Taschner ainda afirma que “com o novo tipo de imprensa, os jornais apresentavam-se como órgãos imparciais, cujo objetivo era informar a população. Mesmo que tivessem posicionamentos políticos definidos, eles chegavam ao leitor como imparciais”. TASCHNER, Gisela. *Apud OLIVEIRA, Rodrigo*. 2011. Op.cit. p.139.

²¹⁰ Essas empresas jornalísticas passaram “explorar novas oportunidades para reunir e registrar informações, para produzir e reproduzir formas simbólicas, e para transmitir informação e conteúdo simbólico para uma pluralidade de destinatários em troca de algum tipo de remuneração financeira”. A indústria da mídia possibilitou a produção em larga escala de formas simbólicas, ou seja, a sua mercantilização: “em virtude da valorização econômica, as formas simbólicas se tornam mercadoria: objetos que podem ser vendidos e comprados no mercado por um determinado preço. [...] A reproduzibilidade das formas simbólicas é uma das características que estão na base da exploração comercial dos meios de comunicação. As formas simbólicas podem ser “mercantilizadas”, isto é, transformadas em mercadorias para serem vendidas e compradas no mercado; e os meios de “mercantilização” das formas simbólicas estão justamente no aumento e no controle da capacidade de sua reprodução”. THOMPSON, John B. *Apud OLIVEIRA, SOUZA, Diana*. op.cit. p. 10.

²¹¹ Foi justamente no contexto da década de 1920, “que tiveram início os Diários Associados, de Assis Chateaubriand, que foi a maior cadeia de jornais que o país já teve, e, também *O Globo*, de Irineu Marinho, que posteriormente viria a se tornar o maior complexo de meios de comunicação de massa do Brasil”. OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. op.cit. p. 139.

crecem em prestígio e o seu papel social muitas vezes acaba formando a opinião pública”. Essa lógica que mantinha poucos e fortes jornais-empresas atuando no mercado foi fundamental para a consolidação do modelo monopolista na exploração empresarial da comunicação no Brasil.²¹²

Segundo Nelson Werneck Sodré:

Acentuando-se desde o terceiro e quarto decênio do século, a concentração da imprensa era tão marcante, em sua segunda metade que, tendo desaparecido numerosos jornais e revistas, uns poucos novos apareceram. [...] A concentração tomaria aspectos ainda mais acentuados com o desenvolvimento do rádio e da televisão: a tendência às grandes corporações, de que os Diários Associados constituem o primeiro exemplo, agravar-se-ia com a constituição de corporações complexas, reunindo jornais e revistas, emissoras de rádio e televisão. É fácil constatar o poder de que dispõem as empresas que lidam com o jornal, a revista, o rádio e a televisão. A época é das grandes corporações que manipulam a opinião, conduzem as preferências, mobilizam os sentimentos. Campanhas gigantescas, preparadas meticulosamente, arrasam reputações, impõem notoriedades, derrubam governos. A concentração, implacavelmente, reduziu as possibilidades de multiplicação de jornais, como das emissoras de rádio e televisão, além do que, no caso destas, há ainda limitações técnicas, pelo número restrito de canais disponíveis. A empresa jornalística, mesmo tomada isoladamente, já tem dimensões e complexidades que o capital para montá-la está ao alcance de poucos. No Brasil, por isso desaparece a pequena imprensa, só a grande existe. Não há novos jornais, o que há, e raramente, é a compra dos já existentes, o que acontece, na normalidade dos casos, nem é a compra do jornal, mas a da sua opinião. [...] As relações capitalistas nesse campo, estão acabadas, amplas, imperiosas, dominadoras. As empresas existentes, por sua vez, ampliam-se, incorporam revistas, emissoras de rádio e de televisão. Em alguns casos, transcendem o campo específico e integram indústrias as mais diversas. Essas empresas visceradas de gigantismo são, entretanto, dependentes – não da opinião, embora ainda tenham de considerá-la em parte – mas de outras empresas ainda mais gigantescas e além de tudo, estrangeiras. Porque a imprensa brasileira atingiu, realmente, essa etapa empresarial de enormes dimensões guardando estranha vulnerabilidade, ligada à situação do país, ao seu nível de desenvolvimento. Dependem de papel, importado em grande escala, e isso é o de menos: escravizaram-se a forças não nacionais, e quase sempre antinacionais. [...] Enquanto não afetam o que interessa a tais forças – intimamente associadas ao capitalismo monopolista de Estado que deu conteúdo novo ao imperialismo – são dependentes apenas da vontade dos proprietários. É um gigantismo estranho, pois: as empresas jornalísticas, na maioria esmagadora dos casos, são fechadas, pertencem a poucos, quando não a famílias ou indivíduos. Não se trata sequer do simulacro das sociedades anônimas, comum na indústria brasileira. São falsas sociedades anônimas, quando o são. E suas possibilidades derivam, em grande parte, de serem assim *há longo tempo*. Tal como a importância de alguns latifundiários brasileiros deriva do fato de serem herdeiros de grandes extensões de terras – não teriam a mais mínima possibilidade de construir propriedades territoriais extensas, dessas dimensões, hoje, por compra – a importância da maioria das empresas jornalísticas deriva do fato de terem sido herdadas: os seus proprietários atuais também não teriam a mais mínima possibilidade de montá-las, hoje, por investimento. Convém examinar de perto, na intimidade, essas singulares empresas, esses colossos de pés de barro.²¹³

Esses “jornais se configuraram como grandes empreendimentos comerciais, cujos investimentos exigiam enorme quantidade de capital. Além disso, a competitividade tornou-se

²¹² Idem.

²¹³ SODRÉ, Nelson Werneck. Op.cit. p. 446, 447 e 448.

inerente também à indústria jornalística”, e a luta por fatias cada vez maiores do mercado se acirrou no século XX, período em que empresas jornalísticas se destacaram e transformaram-se em grandes oligopólios de comunicação; afinal, um “jornal-empresa possui um caráter não revolucionário, e deve multiplicar o capital”. Nas palavras de Thompson, “o tradicional editor-proprietário que tinha um ou dois jornais de interesses familiares gradualmente cedeu a vez para o desenvolvimento de organizações multimídia e multinacionais de grande porte”. Esse momento é caracterizado pela “transformação das instituições da mídia em interesses comerciais de grande escala”, com a comunicação assumindo uma tendência globalizante e encaminhando-se para o protagonismo “das formas de comunicação eletronicamente mediadas”.²¹⁴

2.3.1. Grandes conglomerados da mídia nacional: comunicação de massa, poder e monopólio

É um fato que o “sistema socioeconômico capitalista brasileiro caracteriza-se pela grande concentração, em poder de poucos, tanto da propriedade fundiária como também dos capitais industriais e dos financeiros, da renda em geral e do poder político”, bem como, dos meios de comunicação, que também estão concentrados nas mãos de algumas famílias/grupos. É no século XX que efetivamente se molda a lógica da comunicação de massa brasileira que persiste até os dias de hoje, com o protagonismo dos grandes oligopólios de mídia concentrados nas mãos de algumas famílias do topo da pirâmide social do país. Esse período é marcado por “uma crescente concentração de recursos em muitos setores da indústria, com poucas organizações no comando das maiores porções do mercado”. Essa também é a realidade da atividade empresarial/industrial de comunicação no Brasil: jornais-empresas se transformam em grandes conglomerados de mídia, ampliando “sua área de atuação, assumindo uma feição multimídia”. Essas “grandes corporações vão adquirindo participação crescente nos vários setores das indústrias da mídia, desde as edições de jornais locais e nacionais às transmissões televisivas, das publicações de livros e revistas à produção e distribuição de filmes”, consolidando grandes monopólios comunicacionais no país.²¹⁵

²¹⁴ THOMPSON, John B. *Apud* OLIVEIRA, SOUZA, Diana. *op.cit.* p. 13.

²¹⁵ SOUZA, Diana. *op.cit.* p. 12; MARTINEZ, Paulo. *Reforma Agrária: questão de terra ou de gente?* São Paulo: Moderna, 1987. p. 7.

Nesse cenário, “a grande imprensa desponta como elemento hegemônico no poder”²¹⁶ político e como ator econômico protagonista. Grandes fortunas e poderosas estruturas de poder político-simbólico foram construídas através da exploração de veículos de comunicação de massa – tendo como ponto de partida o jornal impresso. Esses conglomerados comunicacionais foram fundamentais para a prevalência dos interesses das classes dominantes (onde estão inseridos os grandes barões da mídia nacional), contribuindo para a hegemonia cultural e econômica. Janice Caiafa expõe que:

Esses meios contribuem expressivamente para a perpetuação entre nós de um capitalismo autoritário. Os grupos familiares que detêm em suas mãos as emissoras de televisão e rádio, os jornais, as revistas, etc. – contornando uma lei pouco clara e, portanto, indefesa contra essas adulterações – são, como é notório, os aliados dos mesmos grupos que se perpetuam no governo do país. Quando um serviço de utilidade pública é norteado antes de tudo por objetivos comerciais, é claro que o principal interesse é vender e fazer consumir. E é preciso no mesmo lance gerar uma expressão padronizada que produza em nós não só a ignorância que eles por sua vez vão nos atribuir, mas os afetos mais conservadores, o desejo mais reacionário.²¹⁷

Através da propriedade cruzada de diferentes veículos de comunicação de massa com alcance nacional, poucos grupos/indivíduos concentraram gigantescas estruturas multimídia. Essa “grande mídia privada, impressa e/ou eletrônica, constitui-se na forma dominante através da qual a maioria de nossa população ainda hoje recebe as informações que moldam a sua percepção do que é e de como funciona o mundo, próximo e distante”. Essa capacidade de influência a partir de um emaranhado comunicacional multimídia garante poder e lucro para “o sistema brasileiro de mídia, que além de historicamente concentrado, é controlado por poucos grupos familiares, e vinculado às elites políticas locais e regionais”, servindo aos interesses econômicos e de classe dos barões da mídia e, obviamente, dos grupos dominantes dos quais fazem parte.²¹⁸

A integração multimídia foi um dos pontos imprescindíveis para a consolidação dos grandes conglomerados de comunicação. Entretanto, a maioria dessas complexas empresas de mídia foram erguidas a partir da estruturação de jornais-empresa. É o caso dos dois maiores conglomerados de comunicação brasileiros do século XX: O grupo *Diários e Emissoras Associados*, de Assis Chateaubriant, e as *Organizações Globo*, de Roberto Marinho. Esses “grupos multimídia que surgiram a partir da mídia impressa para depois incorporar emissoras

²¹⁶ OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. op.cit. p. 140.

²¹⁷ CAIAFA, Janice. *Nosso século XXI: notas sobre arte, técnica e poderes*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000. p. 57.

²¹⁸ LIMA, Venício A. *Apud* BORGES, Altamiro. *A ditadura da mídia*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009. p. 10.

de rádio e/ou televisão entre suas propriedades” cresceram de forma abissal no século XX; a exemplo de outras megacorporações midiáticas nacionais.²¹⁹

No fim do século XX, nove famílias hegemonizavam o setor de comunicação no Brasil: Marinho (Globo), Abravanel (SBT), Saad (Bandeirantes), Bloch (Manchete), Civita (Abril), Mesquita (Estado), Frias (Folha), Levy (Gazeta) e Nascimento e Silva (Jornal do Brasil). Na segunda década do XXI, são as famílias Marinho (Globo), Macedo (Record), Saad (Bandeirantes), Sirotsky (RBS), Frias (Folha), Abravanel (SBT), Mesquita (Estado de São Paulo), Dallevo (RedeTV) que hegemonizam a comunicação de massa no país (sendo que, no setor televisivo, a empresa dos Marinho possui rendimento e audiência maiores que todas suas concorrentes juntas).²²⁰ Tal fato evidencia o caráter monopolista da comunicação nacional que tem seu embrião ainda no século XIX com a interseção entre capitalismo e imprensa a partir da consolidação dos jornais-empresas. Como salienta o professor Venício A. Lima:

A grande mídia privada, impressa e/ou eletrônica, se constitui na forma dominante através da qual a maioria de nossa população ainda hoje recebe, sem possibilidade de interação, as informações que moldam a sua percepção do que é e de como funciona o mundo, próximo e distante. E aí se incluem as construções de longo prazo dos direitos, dos valores e das representações sociais, inclusive de gênero, de etnia e, claro, da política e dos políticos [...] O sistema brasileiro de mídia, além de historicamente concentrado, é controlado por poucos grupos familiares, é vinculado às elites políticas locais e regionais, e é hegemonizado por um único grupo, as Organizações Globo.²²¹

Apesar do atraso de séculos do Brasil acerca da produção impressa, a correlação simbiótica entre capitalismo e imprensa tardou apenas algumas décadas – em relação à Europa e aos Estados Unidos²²² – para se consolidar no Brasil. A partir da construção e consolidação de jornais-empresas, ainda no século XIX, grandes estruturas empresariais e comunicacionais foram erguidas, tornando-se altamente lucrativas do ponto de vista financeiro e político. Nessa

²¹⁹ FADUL, Ana Maria. *A internacionalização dos grupos de mídia no Brasil nos anos 90*. Revista Comunicação e Sociedade. São Bernardo do Campo – SP. p. 70.

²²⁰ Idem. O Grupo Globo “cobre 99% da população brasileira. A audiência é de 120 milhões de espectadores por dia, nas televisões aberta e fechada” (<https://valor.globo.com/empresas/coluna/maior-grupo-de-comunicacao-do-pais-globo-tem-novo-comando-executivo.ghtml>). Em abril de 2022, por exemplo, “a Globo liderou o Pannel Nacional de Televisão (PTN), com média de 12,1 pontos de audiência. Teve 3 vezes mais público do que a rival, Record TV, e 4 vezes mais telespectadores do que o rival o SBT. A distância em relação à Band foi ainda maior: 12 vezes mais pontos. Na comparação com a RedeTV!, 40 vezes. Ainda que a Globo tenha perdido audiência nos últimos tempos, não corre risco de ser alcançada tampouco superada no ranking”. Do ponto de vista financeiro, quando comparamos com suas duas principais concorrentes, “o grupo do clã Marinho fatura 5 vezes mais do que a Record TV do bispo Edir Macedo e 15 vezes mais do que o SBT de Silvio Santos”. <https://www.terra.com.br/diversao/tv/numeros-reforcam-o-poder-da-globo-sobre-os-concorrentes,7e27c4e6e2dbd6c89518bf791a42716c7msxnf1z.html> (acessado em 10/06/2023).

²²¹ LIMA, Venício A. de. *Apud* BORGES. Altamiro. 2009. op.cit. p. 9 e 10.

²²² Nas décadas de 1820/1830 já era possível notar características de jornais-empresas em periódicos norte-americanos.

conjuntura, os grupos de comunicação mais importantes se estabeleceram como atores decisivos em diversas esferas da sociedade brasileira. É evidente que esse crescimento acelerado e contundente garantiu aos “donos da mídia” grande prestígio social e bastante poder político e econômico.

Assim como na história fundiária, o monopólio é um elemento comum na história da comunicação de massa do Brasil. Poucos grupos passaram a concentrar diversos veículos formando grandes e complexas redes de comunicação estruturadas a partir de uma lógica empresarial-capitalista. Outra característica evidente que se repete na trajetória da grande mídia nacional é a gestão familiar dessas grandes empresas: a maioria dos grandes conglomerados comunicacionais do Brasil pertencem à famílias, tornando-se uma espécie de “capitania hereditária”²²³ da comunicação que perpetua esse gigantesco poder econômico e político-simbólico nas mãos desses mesmos grupos. Ou seja, essa “tendência de estrutura familiar dos meios de comunicação do Brasil configura uma tradição e visa manter o domínio acionário à margem de influências estranhas ao grupo de parentes”.²²⁴

2.4. Os donos da mídia e a construção dos oligopólios da comunicação de massa no Brasil

A interseção entre capital e imprensa no Brasil a partir da solidificação dos jornais-empresas se torna cada vez mais aguda no século XX e a estrutura da comunicação no Brasil passar a ser moldada pela iniciativa privada, que aposta na concentração de diferentes veículos de comunicação e na formação de grandes conglomerados multimídia (que reuniam desde um conjunto de publicações impressas como jornais e revistas, a emissoras de rádio e de televisão).

Ao longo do século XX, alguns indivíduos passaram a hegemonizar o setor de mídia no país através de complexas redes de comunicação de massa e a perenizar essa concentração midiática através da manutenção desses conglomerados nas mãos de seus herdeiros. A história da mídia no Brasil é marcada por um processo de centralização dos meios de comunicação de massa nas mãos de poucas famílias, revelando o caráter oligopolista da mídia nacional.

²²³ LARANGEIRA, Álvaro Nunes. *O compadrio na formação das capitânicas hereditárias da mídia brasileira*. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação – E-Compós. Brasília. v.12. n.3. set-dez, 2009.

²²⁴ BAHIA, Benedito Juarez. *História, jornal e técnica: história da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p. 234.

2.4.1. Assis Chateaubriand: o primeiro barão da comunicação brasileira e o latifúndio midiático dos Diários e Emissoras Associados

Bernardo Kucinski, no livro “*A síndrome da antena parabólica*”, apresenta “considerações relevantes sobre o que se convencionou chamar de ‘barões da imprensa’. Eles teriam surgido na segunda metade do século XIX, quando a imprensa escrita atingiu sua ‘era de ouro’”. De acordo com o autor, “as grandes tiragens e o mercado em expansão serviram de estímulo para que os donos de jornais ampliassem seus conglomerados, comprando os pequenos veículos que não conseguiriam sobreviver àquela disputa”. Essa “formação de cadeias de jornais e o acúmulo de poder nas mãos de seus proprietários foram inevitáveis” e “esses ‘barões’ se impuseram junto a magnatas e líderes de Estado, certos do poder e do temor que a mídia trazia”. No Brasil, Assis Chateaubriand foi o primeiro dos grandes “barões da mídia”, em algumas décadas o paraibano “que fora alfabetizado aos 12 anos, construiu um dos maiores impérios noticiosos do mundo. Entre várias proezas, criou a segunda agência de notícias da América Latina (a primeira fora uma tentativa frustrada de Cásper Líbero)”, aglutinou dezenas de veículos impressos, fundou uma das rádios mais populares da história do Brasil, além de ter sido “o pioneiro na televisão, inaugurando a TV Tupi de São Paulo em 1950”.²²⁵

Em 1924, Assis Chateaubriand iniciou sua trajetória como empresário do setor de comunicações: com o auxílio de Alexandre Mackenzie e Alfredo Pujol, adquiriu no Rio de Janeiro o matutino *O Jornal*, “de propriedade de Renato Lopes e cuja situação financeira era precária”. Meses depois, comprou seu segundo periódico, o *Diário da Noite*, dessa vez em São Paulo. A partir desses veículos, “iniciou a estruturação de uma grande empresa jornalística, que mais tarde viria a ser conhecida como Diários Associados”. Em 1927, fundou a revista *O Cruzeiro*, semanário que, de acordo “com o próprio Chateaubriand, teria contado em seu lançamento com o auxílio de Getúlio Vargas, então ministro da Fazenda, o qual teria obtido a metade do capital necessário”. A expansão de sua “cadeia jornalística” tem um novo marco em 1929, quando o jornal *O Estado de Minas* é incorporado aos Diários Associados. Após as convenções partidárias visando às eleições presidenciais de 1930, “Assis Chateaubriand colocou seus jornais a serviço da causa aliancista e obteve recursos para lançar mais dois órgãos,

²²⁵ LIMA, Ana Paula Pereira. *Assis Chateaubriand e Silvio Santos: patrimônios da imprensa nacional*. Juiz de Fora: UFJF; FACOM, 2.sem.2001. 121 fl. mimeo. Projeto Experimental do Curso de Comunicação Social, 2001. p. 9;

o *Diário de São Paulo*, na capital paulista, e o *Diário da Noite*, no Rio de Janeiro”.²²⁶ De acordo com Fernando de Moraes, biógrafo do empresário paraibano:

O soberano desprezo com que tratava inimigos, adversários e concorrentes não ocultava a obsessão de que Chateaubriand estava tomado: reforçar sua presença no Rio e São Paulo e ampliar sua rede de veículos de comunicações por todo o país, com os olhos postos no pleito de 1930. Para chegar lá, entrou em 1929 enfiando o pé na porta do mercado de São Paulo. Na primeira semana de janeiro nas estava nas bancas o *Diário de S. Paulo*, o ‘jornal sério’ que ele vinha preparando sigilosamente para os paulistas. Só no lançamento, no dia 5 de janeiro, é que se tomou conhecimento do plano secreto que o próprio dono arquitetara: além do reparte destinado à venda avulsa, mais 30 mil exemplares foram impressos e distribuídos gratuitamente pelo correio a uma lista de pessoas residentes em todo o estado. A promoção iria durar um mês. As listas dos destinatários vinham sendo obtidas discretamente pelo próprio Chateaubriand nos meses anteriores: eram os *mailings* de clientes de seus amigos industriais e empresários, associados de entidades de classes, pequenos e médios comerciantes que faziam parte dos cadastros dos grandes industriais paulistas. No dia seguinte, mais uma lista de 30 mil nomes era acrescentada à primeira.²²⁷

Após a vitória da revolução e o início do governo provisório de Getúlio Vargas, de acordo com Renato Jardim, “Chateaubriand teria recebido inúmeros favores, entre eles a concessão de vultosos empréstimos à cadeia dos Diários Associados, através da Caixa Econômica Federal”. A partir da “ampliação de sua cadeia jornalística e seu envolvimento com proeminentes figuras do governo, fundou em agosto de 1931 a agência de notícias *Meridional*, com o objetivo de fornecer informações para seus próprios jornais e, ao mesmo tempo, vendê-las para outros periódicos”. Em abril de 1934, a revista *A Cigarra* (Rio de Janeiro) passa a integrar os Diários Associados e, nesse mesmo ano, Assis Chateaubriand compra a sua primeira estação de rádio, a *Tupi* do Rio de Janeiro. “Pouco tempo depois adquiriu a *Rádio Tupi* de São Paulo e a *Educadora* do Rio, que passou a se chamar *Rádio Tamoio*, dando início à constituição de uma cadeia de radioemissoras que chegou a ter 25 estações”. Em 1950, “a cadeia dos Diários Associados abriu uma nova frente de atuação inaugurando em São Paulo a TV Tupi, que foi a primeira estação de televisão da América Latina”, introduzindo no Brasil o audiovisual televisivo, que viria a se tornar o grande fenômeno da comunicação de massa brasileira. Após a entrada no setor de radiodifusão, a empresa de Chateaubriand passa se chamar *Diários e Emissoras Associados*.²²⁸

²²⁶ FERREIRA, Marieta de Moraes. *Assis Chateaubriand*. Verbete biográfico - CPDOC. (<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CHATEAUBRIAND,%20Assis.pdf> – Acessado em 12/05/2022). p. 4, 5 e 6.

²²⁷ MORAES, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 191 e 192.

²²⁸ Idem; FERREIRA, Marieta de Moraes. op.cit.p.7.

Diários e Emissoras Associados é a primeira empresa de comunicação brasileira “que se constituiu com uma dimensão nacional e multimídia”. O conglomerado de Assis Chateaubriand “foi um dos primeiros grupos brasileiros a optar pela concentração dos jornais ainda na década de 20 e pela diversificação de suas empresas de mídia na década de 30”. Alcançou “seu apogeu nas décadas de 50 e 60, quando chegou a ser o mais importante grupo de mídia, com uma grande influência política”.²²⁹ De acordo com Altamiro Borges, no ano de 1959, o empresário “era dono do maior império jornalístico da América Latina, com 40 jornais e revistas, mais de 20 estações de rádio, uma dezena de emissoras de televisão, uma agência de notícias e outra de publicidade – além de” possuir “um castelo na Normandia, nove fazendas espalhadas por quatro estados, indústrias químicas e laboratórios farmacêuticos”.²³⁰ Na década de 1960, o conglomerado multimídia de Assis Chateaubriand era constituído pelos seguintes veículos:

1) os diários O Jornal (Rio), Jornal do Comércio (Rio), Diário de S. Paulo (S. Paulo), Diário da Noite (S. Paulo), Diário dos Esportes (S. Paulo), O Diário (Santos-SP), O Estado de Minas (Belo Horizonte), Diário da Tarde (Belo Horizonte), Diário Mercantil (Juiz de Fora-MG), Diário da Tarde (Juiz de Fora-MG), Diário de Notícias (Porto Alegre), A Razão (Santa Maria-RS), Estado da Bahia (Salvador), Diário de Notícias (Salvador), Diário de Aracaju (Aracaju), Diário de Pernambuco (Recife), O Norte (João Pessoa), Diário de Borborema (Campina Grande-PB), Diário de Natal (Natal), O Poti (Natal), A Província do Pará (Belém), Correio do Ceará (Fortaleza), Unitário (Fortaleza), O Imparcial (S. Luís), Jornal do Comércio (Manaus), A Nação (Florianópolis), Jornal de Joinville (Joinville-SC), Jornal de Alagoas (Maceió), Folha de Goiás (Goiânia), Diário do Paraná (Curitiba), Monitor Campista (Campos-RJ), Correio Brasiliense (Brasília), O Rio Branco (Rio Branco), Alto Madeira (Porto Velho-RO), Diário da Serra (Campo Grande-MS); 2) as revistas O Cruzeiro, O Guri, A Cigarra, Luluzinha, Bolinha, Brasinha, Gasparzinho, Aventura, Gurilândia, Pré-Estréia, Manda-Chuva, Os Flinstones, Os Jetsons, Pimentinha, Zé Colméia, Combate, Homem no Espaço, Galáxia; 3) as emissoras Rádio Tupi (Rio), Rádio Tamoio (Rio), Rádio Difusora (S. Paulo), Rádio Tupi (S. Paulo), Rádio Cultura (S. Paulo), Rádio Guarani (Belo Horizonte), Rádio Mineira (Belo Horizonte), Rádio Sociedade (Juiz de Fora-MG), Rádio Farroupilha (Porto Alegre), Rádio Sociedade da Bahia (Salvador), Rádio Clube de Pernambuco (Recife), Rádio Tamandaré (Recife), Rádio Borborema (Campina Grande-PB), Rádio Cariri (Campina Grande-PB), Rádio Poti (Natal), Rádio Marajoara (Belém), Ceará Rádio Clube (Fortaleza), Rádio Araripe (Crato-CE), Rádio Gurupi (S. Luís), Rádio Baré (Manaus), Rádio Progresso (Maceió), Rádio Vitória (Vitória), Rádio Difusora (Teresina), Rádio Clube de Goiânia (Goiânia), Rádio Planalto (Brasília); 4) as emissoras de televisão TV Tupi (Rio), TV Tupi (S. Paulo), TV Cultura (S. Paulo), TV Ribeirão Preto (Ribeirão Preto-SP), TV Itacolomi (Belo Horizonte), TV Alterosa (Belo Horizonte), TV Mariano Procópio (Juiz de Fora-MG), TV Piratini (Porto Alegre), TV Itapoan (Salvador), TV Rádio Clube (Recife), TV Borborema (Campina Grande-PB), TV Marajoara (Belém), TV Rádio Clube (Fortaleza), TV Vitória (Vitória), TV Rádio Clube (Goiânia), TV Paraná (Curitiba), TV Coroados (Londrina-PR), TV Brasília (Brasília); e 5) as agências: Agência Meridional (de notícias, com matriz no Rio e sucursais em todo o Brasil) e SIRTA

²²⁹ Ibidem. p. 71; KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998. p. 165.

²³⁰ BORGES, Altamiro. op.cit. p. 57.

Serviços de Imprensa, Rádio e Televisão Associados (de publicidade, com matriz no Rio e filiais em todo o Brasil).²³¹

Ainda em 1959, visando à continuidade de sua empresa, “instituiu o condomínio acionário das Emissoras e Diários Associados”. Assis Chateaubriand “distribuiu 49% das ações e quotas que possuía dentro de toda a cadeia a 22 de seus auxiliares, entre os quais seus dois filhos, gravando-as com as cláusulas de inalienabilidade e incomunicabilidade”. No início dos anos 1960, “Chateaubriand foi acometido de uma dupla trombose que lhe provocou uma paralisia quase total”. Em 1962, “a preocupação com o destino de sua cadeia jornalística levou Chateaubriand a doar os 51% restantes das ações e quotas que reservara para si a seus auxiliares, que já haviam recebido os primeiros 49%, excluindo, porém, seus filhos”. No ano de 1965, Assis Chateaubriand “foi acometido de um distúrbio das coronárias e seu estado de saúde agravou-se seriamente. Veio a falecer em São Paulo no dia 4 de abril de 1968”. O primeiro dos grandes barões da mídia brasileira foi o único que não manteve o seu “latifúndio midiático” nas mãos de seus herdeiros diretos.²³²

2.4.2. Roberto Marinho: o maior barão da mídia nacional e a construção do império Globo

Durante décadas o império de Assis Chateaubriand hegemônizou o mercado de mídia no Brasil, consolidando-se como líder disparado em audiência e infraestrutura. Entretanto, a partir de 1965, as Organizações Globo começam a ganhar proporções sem precedentes e, em alguns anos, já seriam o maior, mais poderoso e lucrativo conglomerado de comunicação do país. Durante a ditadura militar, Roberto Marinho supera o fundador dos Diários e Emissoras Associados e se torna o maior barão das comunicações da história do Brasil:

As Organizações Globo começaram como empresa segmentada de informação, mas se diversificaram, ampliaram sua capilarização, matizaram formas e conteúdos, tornando-se um imenso oligopólio de comunicação, com uma ampla variedade de veículos, uma gigante penetração e audiência; e com forte aporte de capital estrangeiro. Este grupo de comunicação acompanhou e fez parte do desenvolvimento do capitalismo no Brasil durante grande parte do século XX, e segue forte até os dias de hoje.²³³

O primeiro dos veículos daquilo que viria a ser as Organizações Globo foi o jornal *O Globo*, fundado em 1925, por Irineu Marinho, pai de Roberto Marinho.²³⁴ Em 1944, Roberto

²³¹ FERREIRA, Marieta de Moraes. op.cit. p.11 e 12.

²³² Ibidem. p.10.

²³³ BAPTISTA, Bruno Ferrari. op.cit.

²³⁴ Anteriormente, Irineu Marinho já havia fundado e dirigido um jornal chamado “*A Noite*”.

Marinho – que assume a direção da empresa em 1931, aos 27 anos – dá um importante passo rumo ao “império” Globo fundando a *Rádio Globo*. Contudo, a empresa dos Marinho só assume a sua proporção através da exploração da *TV Globo*: a partir de uma associação ilegal com o grupo *Time Life*, de uma relação protooperativa com a ditadura militar, e de uma produção inovadora e de alta qualidade técnica, o Grupo Globo se torna a maior empresa de comunicação de massa da América Latina:

O império comunicacional em que se tornou a Rede Globo foi iniciado no dia 29 de julho de 1925, no Rio de Janeiro, com a fundação do jornal *O Globo* pelo jornalista Irineu Marinho. A primeira publicação do periódico contou com duas edições que totalizaram uma tiragem de “33.435 exemplares”, um número bem considerável para a época. Irineu Marinho - que já tinha uma experiência no ramo editorial-jornalístico, anteriormente já havia fundado e dirigido um jornal chamado “*A Noite*” – não teve tempo para ver a evolução do jornal *O Globo*, pois “aos 49 anos, morreu prematuramente”, no dia 21 de agosto, poucas semanas após o lançamento da primeira edição. Na época o filho de Irineu, Roberto Marinho, com apenas 20 anos de idade, não tinha experiência para dirigir o veículo de comunicação da família. Roberto Marinho, passou “a participar mais ativamente da administração do jornal”, mas quem – de imediato – assumiu o comando de *O Globo* foi o “jornalista Eurycles de Mattos, amigo de confiança de Irineu”. Só após a morte de Eurycles, em 1931, que Roberto Marinho passa a comandar o jornal *O Globo*. Aos 27 anos, o filho primogênito de Irineu, se autoproclama “Diretor-Redator-Chefe”, alcunha que começa a ser publicada na capa do periódico.²³⁵

Roberto Marinho – que permaneceu à frente do Grupo Globo até a sua morte em 6 de agosto de 2003 – “conseguiu impulsionar e ampliar o desenvolvimento das Organizações Globo, diversificando os veículos e os conteúdos de comunicação, expandindo os tentáculos do Grupo à diversos segmentos comunicacionais (TV Paga, internet, revistas, cinema)”, e transformando a empresa familiar de comunicação”, construída “a partir de um jornal impresso local do Rio de Janeiro (só em 1961 que *O Globo* passou a ter circulação nacional), no maior conglomerado de mídia do Brasil” e o 17º do planeta; uma empresa gigantesca que diversificou seu capital e chegou no fim do século XX alcançando uma receita bruta anual que “aproximou-se de US\$ 5,5 bilhões”.²³⁶ De acordo com Daniel Herz, na década de 1990, a Rede Globo absorvia “dois terços das verbas publicitárias distribuídas à televisão e tinha uma audiência

²³⁵ FERREIRA, Cristiane. *A história do jornal O Globo*. Monografia defendida no Curso de Comunicação Social da UFF, 2001. p. 15; Memória O Globo. (<http://memoria.oglobo.globo.com/linha-do-tempo/o-globo-eacute-lancedilado-9196292>) Apud BAPTISTA, Bruno. op. cit. p. 44. Memória Roberto Marinho. (<http://www.robertomarinho.com.br/obra/o-globo/o-inicio/diretor-redator-chefe.htm>).

²³⁶ Memória Globo. (<http://memoria.oglobo.globo.com/perfis-e-depoimentos/roberto-marinho-9055075>); MORAES, Denis de. *O concreto e o virtual: mídia, cultura e tecnologia*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001. p. 19.

potencial de 80 milhões de telespectadores abrangendo 98% do território nacional”.²³⁷ O conglomerado hegemônico da família Marinho chegou ao século XXI com:

35 grupos afiliados que controlam, ao todo, 340 veículos. Sua influência é forte não apenas no setor de TV. A relação com empresas em todos os estados permite que o conteúdo gerado pelos 69 veículos próprios do grupo carioca seja distribuído por um sistema que inclui 33 jornais, 52 rádios AM, 76 rádios FM, 11 rádios OC, 105 emissoras de TV, 27 revistas e 17 canais e nove operadoras de TV paga. Além disso, a penetração de sua rede é reforçada por um sistema que inclui 3.305 retransmissoras.²³⁸

A relação de Roberto Marinho com o seu conglomerado de comunicação – especialmente com o jornal que foi o ponto de partida de seu império de mídia – era simbiótica: nas palavras do próprio mandatário do Grupo Globo, ele não “tinha história pessoal” e que a sua “história é a de *O Globo*”. De acordo com o biógrafo do empresário, “o jornal transferia poder político a Roberto Marinho e, ainda sim, era Roberto Marinho quem transferia poder político ao *Globo*”.²³⁹ Nesse sentido, é importante ressaltar que:

À frente de *O Globo*, Roberto Marinho opinou sobre e participou ativamente das diversas conjunturas políticas vividas no Brasil durante grande parte do século XX. A trajetória de Roberto Marinho à frente do jornal foi um sucesso absoluto, tanto que o jornalista transformou o periódico em um gigantesco e diversificado oligopólio de comunicação, um dos maiores do mundo. O tom opinativo de *O Globo* foi uma característica marcante do jornal. Os editoriais do periódico deixavam claras as opiniões da família Marinho acerca da política nacional em diversas conjunturas históricas. Roberto Marinho, por exemplo, através de *O Globo* apoiou editorialmente o golpe empresarial-militar de 1964 e colheu as benesses deste apoio político. A grande guinada do grupo de comunicação da família Marinho aconteceu justamente a partir da criação da TV Globo em 1965. Neste ano, Roberto Marinho – que já havia fundado a Rádio Globo em 1944 – efetivou e colocou em prática sua concessão de explorar o sinal de televisão aberta no Brasil. A amplitude alcançada pela TV Globo fez com que o mandatário da empresa de comunicação recebesse, em 1983, no Emmy Internacional (a mais famosa premiação do universo televisivo), o prêmio de “Personalidade Mundial da Televisão”.²⁴⁰

De fato, o grande salto de Roberto Marinho como empresário da comunicação foi a fundação e o crescimento da TV Globo. Para que isso fosse possível, a associação com uma “das maiores corporações norte-americanas” foi imprescindível. O grupo Time Life, que “é proprietário de quatro grandes revistas muito conhecidas nos EUA: *Time*, *Life*, *Fortune* e *Sports Illustrated*” e “controla, além disso, várias estações de TV e rádio, uma casa editorial, fábricas

²³⁷ HERZ, Daniel. *A história secreta da Rede Globo*. Porto Alegre. Editora Tchê!, 1987. p. 21.

²³⁸ BORGES, Altamiro. 2009. op.cit. p. 59. Os dados citados por Altamiro Borges vieram do projeto “*Donos da Mídia*”, idealizado pelo jornalista Daniel Herz (falecido em 2006). O projeto monitorava os veículos da mídia nacional e disponibilizava os dados atualizados na internet através do site: www.donosdamidia.com.br. O site atualmente está desativado.

²³⁹ BIAL, Pedro. op.cit. p.13 e 195.

²⁴⁰ BAPTISTA, Bruno. op.cit. p. 45.

de papel, de madeira de construção, poços de petróleo e propriedades imobiliárias”, fez um acordo com Roberto Marinho e realizou um robusto investimento em sua empresa de mídia (“o que era proibido pela legislação brasileira em vigor na época”).²⁴¹ De acordo com Pedro Guareschi:

A história da Rede Globo e sua espantosa ascensão está ligada, em grande parte, à grande penetração do capital estrangeiro nos meios de comunicação nacionais. Essa penetração, no caso da Globo, [...] se consolidou nos anos 60. O escândalo Globo-Grupo Time-Life nos fornece um exemplo dessa penetração [...] O Grupo Time-Life, em sua política de diversificar suas atividades econômicas nas áreas culturais, entrou em contato, primeiramente, com outras entidades brasileiras, como o *Estado de São Paulo* e os *Diários Associados*. Ambos recusaram a ajuda do Time-Life. A Globo aceitou, então, a oferta de mais de 5 milhões de dólares [...] De 1962 a 1965 processaram-se as maquinações e confabulações para burlar a legislação brasileira, pois esta proibia a intromissão de capital estrangeiro nos meios de comunicação do País. Os 5 milhões de dólares entraram no Brasil por caminhos indiretos e seriam destinados à *assistência técnica e administrativa, implantação de novas técnicas de programação, controle financeiro, assistência para compra de equipamentos, treinamento de pessoal no estrangeiro* (leia-se nos EUA), *assistência no que concerne a venda de anúncios* etc. A entrada do capital foi feita como um investimento indireto. O Grupo Globo vendeu seu imóvel ao Grupo Time-Life e, em troca, pagaria um aluguel no montante de 45% seu lucro líquido; pela assistência técnica e formação de pessoal, a Globo pagaria 3% do lucro bruto. [...] Apesar de o primeiro contrato entre a Globo e Time-Life ter sido assinado em 1962, a inauguração da TV Globo se fez, somente, em 1965, e foi, então, que grandes somas de dinheiro foram derramadas na Globo. Nesse período, os que assumiram o poder tinham a necessidade dos meios de comunicação de massa, principalmente da televisão, para criar uma legitimidade que não possuíam. O escândalo da Globo só foi descoberto pelo fato de os outros grupos econômicos brasileiros no campo da comunicação [...] terem denunciado a manobra.²⁴²

Além da associação ilegal do grupo empresarial liderado por Roberto Marinho com o conglomerado de mídia norte-americano *Time-Life*, a articulação protooperativa com os militares que passaram a exercer o poder através de um golpe de Estado em 1964 também foi um fator fundamental para o crescimento expressivo da Rede Globo e para o consequente aprofundamento do poder manejado por seu mandatário. De acordo com Altamiro Borges, a relação entre a família Marinho e a ditadura militar foi importante para ambos os lados. Ao analisar a trajetória das Organizações Globo, o autor afirma que:

a sua ascensão ocorre, de fato, com a criação da TV Globo, em 1965. Ela é beneficiada pela ditadura militar, que ergue toda a estrutura de telecomunicações para ‘garantir a segurança nacional’. O regime militar também foi cúmplice de várias negociatas do grupo, como na obscura associação com a multinacional estadunidense *Time-Life*, o que era proibido pela legislação em vigor. A ditadura cristaliza a concentração da mídia. ‘O projeto de integração nacional, perseguido pelo regime militar, adquiriu materialidade nas redes de televisão e encontrou sua melhor tradução no modelo constituído pela Rede Globo. Ao longo de quase quatro décadas, enquanto

²⁴¹ GUARESCHI, Pedrinho A. op.cit. p. 45, 46 e 47; BAPTISTA, Bruno. op.cit. p. 46.

²⁴² Idem.

expandiam-se país adentro, com a patriótica missão que lhes foi atribuída, as redes de tevê aberta forjaram um mapa do Brasil baseado nos interesses políticos e comerciais privados dos seus proprietários... O resultado foi a criação de um Brasil refém das grandes empresas da mídia, imunes a qualquer forma de controle público, comandadas de forma vertical e sustentadas em alianças regionais que reproduzem e amplificam ideias, concepções e valores para milhões de habitantes”.²⁴³

Segundo Paulo José da Cunha, “as lideranças militares perceberam a necessidade de um mecanismo capaz de promover e assegurar a integração nacional” e entenderam que Roberto Marinho e o Grupo Globo seriam a solução aquedada. Ou seja, “o projeto de uma rede de televisão sob o comando de um jornalista-empresário de confiança do regime, que havia oferecido apoio de primeira hora à nova ordem, caía como uma luva”.²⁴⁴ De acordo com Cunha:

A existência das condições propiciadas pela expansão e pela modernização dos serviços de telecomunicações por meio da implantação de moderna rede de micro-ondas, projeto gerenciado pela recém-criada Embratel e pelo Ministério das Comunicações forneceu o suporte tecnológico. E assim surgia a Rede Globo de Televisão, sob as bênçãos do novo regime, dotada de todos os requisitos de confiança que se exigia de uma emissora que iria cumprir o papel de fiel depositária da ideologia oficial.²⁴⁵

Como ressalta José Arbex Júnior, “a ditadura teve na Rede Globo uma grande aliada quando se tratou de disseminar uma imagem positiva do regime, de mostrar à classe média as ‘vantagens’ do chamado ‘milagre econômico’ e mesmo de construir uma falsa sensação de ‘união nacional’ em torno do poder”. Essa relação protooperativa foi importante para o regime encerrado em 1985, mas foi fundamental para a ascensão da TV Globo, que “sob o comando de Roberto Marinho, ao longo dos anos da ditadura militar”, tornou-se “uma das maiores, mais lucrativas e mais poderosas redes de televisão do planeta”, o principal veículo de um poderoso conglomerado de mídia que alcançava diariamente milhões de telespectadores, ouvintes e leitores em todo o Brasil.²⁴⁶

De acordo com Daniel Herz, a família Marinho chegou a controlar um conjunto de “mais de quarenta empresas atuando em diversos ramos da economia”.²⁴⁷ No fim do século XX, somente “a Rede Globo – que inclui sete emissoras totalmente de sua propriedade, seis emissoras de propriedade parcial e 36 emissoras afiliadas” – tinha uma receita anual estimada

²⁴³ BORGES, Altamiro. 2009. op.cit., p. 57 e 58.

²⁴⁴ BORELLI, Silvia H. Simões. E PRIOLLI, Gabriel. (coords.). *A deusa ferida: porque a Rede Globo não é mais a campeã absoluta de audiência*. São Paulo: Summus, 2000. p. 79 e 80; LOPES, Genésio. *O superpoder: o raio X da Rede Globo – Um império da ganância e da lucratividade*. São Paulo: Ibrasa, 2001. p.244; CUNHA, Paulo José. *Televisão e poder no Brasil*. In MOTTA, Luiz Gonzaga. op.cit. p. 218.

²⁴⁵ Idem.

²⁴⁶ ARBEX JR., José. *O jornalismo canalha: a promíscua relação entre a mídia e o poder*. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2003. p. 43; LIMA, Venício A. op.cit. 2006. p. 65 e 66.

²⁴⁷ HERZ, Daniel. 1987. p. 21.

em US\$500 milhões e um valor patrimonial em US\$1 bilhão”. Naquele período, segundo o autor do livro “*A História Secreta da Rede Globo*”:

Com seus 12 mil funcionários – 1500 dos quais dedicados à produção de quase três horas diárias de ficção – a Rede Globo produz cerca de 80% dos seus próprios programas, sendo a quarta maior rede de televisão do mundo, só atrás das três gigantes norte-americanas (CBS, NBC e ABC). Na área da comunicação de massa, além dos ramos de televisão, as Organizações Globo envolvem pelo menos 18 emissoras de rádio AM e FM, o segundo maior diário do país, duas editoras de revistas e livros, produtora de vídeo, distribuidora de videocassete, três gravadoras, produtoras de serviços para publicidade, entre outras empresas. O grupo econômico encabeçado por Roberto Marinho inclui ainda empresas envolvidas em diversos outros ramos: indústria de bicicletas, indústria eletrônica, indústria de telecomunicações, negócios imobiliários, **agricultura e pecuária** – destacando-se fazendas na Amazônia -, mineração, distribuidoras de títulos e valores, entre outras atividades econômicas. A Rede Globo absorve dois terços das verbas publicitárias distribuídas à televisão e tem uma audiência potencial de 80 milhões de telespectadores abrangendo 98% do território nacional. Só Jornal Nacional, noticiário das 20 horas, tem uma audiência de mais de 50 milhões de telespectadores.²⁴⁸

Roberto Marinho faleceu em 2003 e deixou para seus herdeiros o maior conglomerado de mídia da história do Brasil, além de uma complexa e diversificada estrutura empresarial que garantiu à família Marinho a manutenção de seu poder político, simbólico e econômico. Em 2022, Roberto Irineu Marinho, João Roberto Marinho, e José Roberto Marinho, detinham uma fortuna combinada de R\$30 bilhões de reais e o controle da maior estrutura de produção de comunicação de massa da América Latina e o maior “latifúndio midiático” do Brasil; revelando novamente o caráter oligopolista dos meios de comunicação no território nacional.²⁴⁹

2.4.3. O político-empresário Júlio de Mesquita Filho e a ascensão do jornal *O Estado de São Paulo*

É um fato que “o binômio Política/Jornalismo permeia várias gerações” da família Mesquita, mas o grande responsável pela ascensão do jornal *O Estado de São Paulo* e pela reafirmação desta vocação geracional foi Júlio Mesquita Filho.²⁵⁰ Nascido no município de São Paulo em 14 de fevereiro de 1892, filho de Júlio César de Mesquita e de Lucila Cerqueira César de Mesquita, herdou de seu pai – “advogado e deputado estadual na ‘República Velha’” - o

²⁴⁸ Ibidem. p. 21 e 22. (grifos nossos).

²⁴⁹ <https://www.uol.com.br/splash/noticias/2023/04/04/familia-marinho.htm#:~:text=Patrim%C3%B4nio%20da%20fam%C3%ADlia%20Marinho%20cai%20R%24%203%20bilh%C3%B5es> (Acessado em 17/05/2023).

²⁵⁰ LIMA, Soraia. *JULIO DE MESQUITA FILHO: entre a máquina de escrever e a política O discurso como elo entre o líder civil e o jornalista na cobertura da Revolução de 32 pelo jornal O Estado de S. Paulo*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da USP, 2008. p. 12.

jornal *O Estado de São Paulo*, “fundado originalmente com o nome de *A Província de São Paulo* por seu avô materno, José Alves de Cerqueira César, grande proprietário rural representante da lavoura cafeeira do Oeste Novo paulista”. Membro de “uma família cujo pioneirismo no jornalismo – ofício conhecido por eleger os temas de discussão e definir suas relevâncias” – era notório, Mesquita Filho “se enveredaria ao longo de sua trajetória de vida pelos terrenos da política brasileira”, tornando-se “não apenas um observador passivo, mas também um participante, militante em seus escritos e, em determinados momentos, como homem de armas”²⁵¹ Em sua análise sobre a trajetória de Júlio Mesquita, Marieta de Moraes afirma que:

Dedicando-se à política ainda estudante, participou em dezembro de 1916 da fundação da Liga Nacionalista, organização que surgiu como um desdobramento da Liga de Defesa Nacional com o objetivo de mobilizar os sentimentos patrióticos dos brasileiros e promover uma aproximação entre civis e militares através do incentivo ao serviço militar obrigatório. Coerente com essa proposta, engajou-se no 2º Regimento de Infantaria, sediado no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e obteve um dos primeiros certificados de reservista do Exército.

Bacharelando-se em 1917, abriu um escritório de advocacia e iniciou sua carreira profissional em uma conjuntura marcada pela deflagração de sucessivas greves operárias. Em várias ocasiões atuou como intermediário entre grevistas e patrões, defendendo a concessão de algumas reivindicações trabalhistas como forma de impedir o surgimento de novas e violentas convulsões sociais, numa atitude contrária, portanto, à da elite política da época. Paralelamente às suas atividades como advogado, começou a trabalhar no jornal *O Estado de S. Paulo*, já propriedade de seu pai. Aí exerceu funções diversificadas em todas as seções até 1919, quando assumiu a secretaria de redação. Desde há muito interessado pela situação da cafeicultura no país, passou então a escrever artigos reforçando a necessidade de criação de um órgão de defesa do café.

Em 1925 publicou seu primeiro livro, *A crise nacional*, que, segundo Edgar Carone, expressava o pensamento de uma camada mais jovem da burguesia urbana paulista. Nesse estudo analisava a conjuntura política brasileira apontando a decadência do regime republicano e valorizando, em contrapartida, a missão comunitária dos paulistas de formação da nacionalidade. Pregava também a instituição do voto secreto, como forma de renovar o Parlamento, e a reforma educacional. Interessado nesse último tema, em 1926 pediu a Fernando Azevedo que elaborasse uma pesquisa sobre a instrução pública no país, visando estabelecer as bases para a estruturação futura de uma universidade que formasse uma nova elite intelectual capaz de governar a nação. Ainda em 1926, apoiou a criação do Partido Democrático (PD), liderado por Antônio Prado, por considerar que seu surgimento representava uma tentativa de recuperação da elite paulista, então sob a hegemonia do Partido Republicano Paulista (PRP).²⁵²

Em 1927, com a morte de seu pai, “assumi a direção geral de *O Estado de S. Paulo*, adquirindo assim maior destaque na vida pública paulista”. Após a eleição de Júlio Prestes em

²⁵¹ SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: companhia das letras, 1992; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Apud MACEDO, Francisco. Júlio Mesquita Filho e a “crise nacional”: conflitos e contradições de uma trajetória intelectual*. Anpuh-Brasil – 30º Simpósio Nacional de História, Recife, 2019. p. 3;

²⁵² FERREIRA, Marieta de Moraes. *Júlio de Mesquita Filho*. Verbete CPDOC. (<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CHATEAUBRIAND,%20Assis.pdf> – Acessado em 12/05/2022).

março de 1930, “tomou parte nas conspirações revolucionárias iniciadas logo a seguir, embora seu jornal mantivesse uma posição discreta. Logo após a vitória da revolução em outubro e a instauração do Governo Provisório de Getúlio Vargas”, Júlio Mesquita Filho “apoiou o governo revolucionário do tenente João Alberto Lins de Barros em São Paulo”. Diante do agravamento “da tensão entre o governo central e as forças políticas paulistas, engajou-se nas articulações revolucionárias iniciadas em seu estado” e apoiou a criação “da Liga Paulista Pró-Constituinte”, em fevereiro de 1932. O dono do “*Estadão*” se tornou “um dos organizadores do movimento revolucionário deflagrado em 9 de julho de 1932”, atuando “no vale do Paraíba junto ao estado-maior do coronel Euclides Figueiredo. Com a derrota do movimento em outubro, foi preso e exilado em Lisboa, deixando a direção do jornal entregue a seu cunhado, Armando Sales”.²⁵³

Com “o processo de redemocratização do país em 1933 e a nomeação de Armando Sales para a interventoria paulista em agosto, criaram-se as condições para o regresso de Júlio de Mesquita Filho ao Brasil, ocorrido no final do ano”. Entretanto, com “a decretação do Estado Novo em 10 de novembro de 1937, foi detido e a seguir libertado. Nos meses seguintes sofreu sistematicamente novas prisões até novembro de 1938, quando se exilou na França”. Durante o período em que esteve ausente do Brasil, a direção de *O Estado de S. Paulo* ficou a cargo de seu irmão, Francisco Mesquita. Contudo, em março de 1940, o periódico “foi invadido pela polícia e fechado sob a acusação de que nele se conspirava contra o regime”. Posteriormente, “após pressionar a família Mesquita, o governo adquiriu o controle acionário do jornal, que voltou a circular no dia 7 de abril, já tutelado por uma nova diretoria articulada com os interesses da situação”.²⁵⁴ No ano de 1943, “Júlio de Mesquita Filho retornou ao Brasil, sendo imediatamente preso. Libertado dois meses depois, ficou confinado na fazenda Louveira, de propriedade de sua família, até a queda do Estado Novo em outubro de 1945”. De acordo com Marieta de Moraes:

De volta à vida pública, vinculou-se à União Democrática Nacional (UDN), que lançou a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à presidência da República nas eleições de 2 de dezembro de 1945, em oposição à do general Eurico Gaspar Dutra, apoiado por uma coligação constituída pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD). No dia 6 de dezembro desse ano, o governo estadual devolveu O Estado de S. Paulo à família Mesquita mediante o reembolso da quantia que havia gasto na compra de ações e no aumento do capital da empresa. Júlio de Mesquita Filho reassumiu a direção do jornal, que voltou a circular repudiando os quase seis anos de intervenção e restabelecendo sua tradicional linha política. Após a vitória de Dutra e sua posse na chefia do governo em janeiro de 1946, e com a instalação da Assembleia Nacional Constituinte em fevereiro, Júlio de Mesquita Filho participou da campanha pela revogação total da Carta de 1937, comandando em São Paulo uma passeata que visava a mobilização da opinião pública para esse

²⁵³ Idem.

²⁵⁴ Idem.

objetivo. Nos anos seguintes dedicou-se a ampliar e a modernizar o jornal através de novos investimentos e da compra de nova maquinaria, restringindo sua militância política pessoal. Denunciando os perigos da volta ao getulismo, O Estado de S. Paulo passou a defender a candidatura udenista de Eduardo Gomes às eleições presidenciais de outubro de 1950, em oposição à de Vargas, lançada pelo PTB e o PSD e afinal vitoriosa. Desapontado com a segunda derrota de seu candidato, Júlio de Mesquita Filho empreendeu uma viagem à Europa, durante a qual escreveu uma série de artigos analisando as modificações trazidas pela guerra ao velho continente, textos esses que mais tarde foram reunidos no livro *A Europa que eu vi*.

De volta ao Brasil, intensificou o combate ao governo de Vargas através de seu jornal, que passou a desenvolver ainda uma campanha sistemática contra o jornal governista Última Hora. Com o suicídio de Vargas em agosto de 1954 e a posse do vice-presidente João Café Filho, colocou-se a favor do novo presidente, considerando-o identificado politicamente com algumas orientações da UDN, o que certamente dificultaria a reorganização das forças getulistas. Nas eleições presidenciais de outubro de 1955, defendeu a candidatura udenista de Juarez Távora, lançada em oposição à de Juscelino Kubitschek, que era apoiada pelo PTB e o PSD. Após a derrota de Juarez, aderiu às iniciativas que se desenvolveram no sentido de impedir a posse do presidente eleito, sob a alegação da inexistência de maioria absoluta nas eleições. Com a vitória do Movimento do 11 de Novembro, liderado pelo general Henrique Teixeira Lott, que provocou o impedimento do presidente Carlos Luz, em exercício, e de Café Filho, licenciado, e garantiu a posse de Juscelino em janeiro de 1956, passou a desenvolver cerrada oposição ao novo governo. Durante esse período concentrou seus esforços na remodelação do jornal e, em 1958, fundou a Rádio Eldorado de São Paulo.²⁵⁵

Júlio Mesquita “apoiou a candidatura de Jânio Quadros, mas foi contra a posse de João Goulart em setembro de 1961”, quando passou a denunciar “sistematicamente o que denominava a infiltração comunista no governo”. De acordo com René Dreifuss, o empresário paulista “era membro proeminente da seção paulista do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPÊS), organização de empresários criada em 1962 com o objetivo ‘de defender a liberdade de empresa ameaçada pelo plano de socialização dormente no seio do governo Goulart’”. No IPÊS, fazia parte do “grupo caracterizado como ‘linha dura’, que pregava a anticorrupção e o anticomunismo e mantinha estreitos vínculos com os extremistas de direita”, dessa forma, “participou ativamente da conspiração articulada de início nos meios militares visando à derrubada do regime, tendo redigido um documento sobre os princípios do movimento, que mais tarde se tornou conhecido com o título roteiro da revolução”.²⁵⁶

A família Mesquita, proprietária de terras, sempre defendeu – por meio de sua estrutura de comunicação - as posições da classe rural brasileira. *O Estado de São Paulo* se tornou um porta-voz dos latifundiários e “o direito de propriedade, um dos sustentáculos da doutrina neoliberal, configura-se como conceito maior na ideologia do jornal”. Júlio de Mesquita Filho foi um abnegado defensor dessa posição e consolidou a linha editorial do Grupo Estadão, bem

²⁵⁵ Idem.

²⁵⁶ DREIFUSS, René. *Apud* FERREIRA, Marieta de Moraes. op.cit.

como, foi o grande responsável pela ascensão e estruturação da empresa jornalística. O empresário e político paulista faleceu em 12 de julho de 1969, aos 77 anos, após se submeter a uma cirurgia gástrica. O Grupo Estado de São Paulo permaneceu sob o comando da família Mesquita e o controle da empresa foi assumido Júlio Mesquita Neto.²⁵⁷

2.4.4. O ucraniano que virou barão da mídia no Brasil: Adolfo Bloch e a Manchete

Adolfo Bloch nasceu na cidade em Jitomir, a cerca 120 quilômetros da capital ucraniana, Kiev, no dia 8 de outubro de 1908, em uma família de origem judaica. “Seu pai era dono de uma litotipografia e orientou os três filhos homens, Adolfo, Arnaldo e Bóris, nas artes gráficas”. Diante da instabilidade política no leste europeu, a família Bloch emigra para o Rio de Janeiro em 1922 e, “com os poucos recursos que trouxe, Joseph Bloch montou uma pequena gráfica, com máquinas impressoras manuais, para a qual Adolfo trabalhava procurando encomendas no comércio”. Adolfo Bloch “já nessa época começou a frequentar redações de jornais do Rio, onde travou contato com jornalistas e escritores”. O primeiro grande negócio da família, que tornou a gráfica dos Bloch conhecida, “foi a impressão de papel de seda especial para embalar laranjas para exportação”. Após o falecimento do pai, Adolfo Bloch “assumiu junto com os dois irmãos o comando da gráfica”.²⁵⁸

O ucraniano seguiu expandindo seus negócios no setor gráfico brasileiro e, em 1951, “teve a ideia de criar uma revista semanal ilustrada do tipo Paris-Match e para isso comprou novas máquinas, instalando a redação na sede da rua Frei Caneca”. Adolfo Bloch teria enfrentado “a resistência de todos, inclusive dos irmãos, que consideravam impossível competir com a revista *O Cruzeiro*, dos Diários Associados, líder absoluta do mercado editorial da época”. Contudo, o empresário concretizou o ambicioso projeto editorial e, no dia 26 de abril de 1952, chegou às “bancas o primeiro número da revista Manchete, que reunia uma equipe de jornalistas de grande notoriedade, como Carlos Drummond de Andrade, Rubem Braga, Sérgio

²⁵⁷ É importante ressaltar que o *Estado de São Paulo* foi um dos grandes jornais que engrossaram o coro e *O Globo* e da imprensa burguesa contra a tese da reforma agrária expropriatória e contra a ação das Ligas Camponesas e de João Goulart. Na década de 1960, o periódico da família Mesquita vinculava a agenda em prol da reforma agrária à “*Demagogia e Extremismo*” e afirmava, por exemplo, que o movimento camponês protagonizado pelas Ligas Camponesas ganharia “*novas proporções, atingindo as classes proletárias das cidades, com invasão de fábricas, com assaltos a casas de residência, com depredações de bancos e estabelecimentos comerciais. A revolução é assim*”. AZEVEDO, Fernando Antônio. Op.cit. p. 71; CAPELATO, Maria Helena. e PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980. p. 91.

²⁵⁸ KROPFT, Simone. *Adolfo Bloch*. Verbete Bibliográfico – CPDOC-FGV (<https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/bloch-adolfo>).

Porto, Oto Lara Resende, Fernando Sabino, entre outros”.²⁵⁹ Como salientam Carla Siqueira e Tatiana Murilo:

No início de *Manchete*, Adolfo Bloch dispunha de uma rotativa Webendorfer, a primeira *offset* do Brasil, que durante quatro dias da semana imprimia publicações de outras empresas, reservando somente três dias para a impressão da sua revista. Ao lançar *Manchete*, Bloch estava consciente da importância das imagens coloridas e contratou agências estrangeiras que forneciam material fotográfico de qualidade, o que impulsionou as vendas da revista. Além do apuro gráfico, a redação da revista foi instalada na rua Frei Caneca. A capa do primeiro número exibia a bailarina Inês Litowski do Teatro Municipal, posando ao lado de uma carruagem do Museu Imperial, em foto de Orlando Machado. Essa edição trazia ainda uma reportagem fotográfica de Jean Manzon, o fotógrafo francês que tinha sido um dos responsáveis pelo sucesso de *O Cruzeiro*. No expediente constavam os nomes de Adolfo Bloch, como diretor-presidente; Oscar Bloch, diretor-superintendente; Néelson Alves, diretor-gerente; Henrique Pongetti, diretor-responsável; e Dirceu Torres Nascimento, diretor-secretário. A revista era propriedade de Bloch Editores, dirigida por Bóris e Arnaldo Bloch. [...] Em 1957, *Manchete* passou a ser impressa em rotogravura, em uma máquina Albertina, então o mais recente modelo da marca alemã Frakenthal. Quando o presidente João Goulart foi deposto por um movimento militar em 31 de março de 1964, *Manchete* foi a única revista a publicar a foto de Goulart, em companhia de Eugênio Caillard, no momento em que deixava o Rio de Janeiro. [...] Em 1968, Bloch adquiriu do editor José Olímpio alguns terrenos em Parada de Lucas, no Rio de Janeiro, onde construiu um parque gráfico para a impressão de suas revistas. [...] Em 1979, Bloch fez melhorias em seu parque gráfico, trazendo da Itália uma rotativa Cerutti capaz de imprimir 42 mil exemplares por hora a quatro cores. Foram colaboradores de *Manchete*: Carlos Drummond de Andrade, Guilherme Figueiredo, Raimundo Magalhães Júnior, Rubem Braga, Joel Silveira, Orígenes Lessa, Marques Rebelo, Oto Maria Carpeaux, Manuel Bandeira, Lígia Fagundes Teles, Elsie Lessa, Paulo Mendes Campos, Fernando Sabino e o ex-presidente Juscelino Kubitschek, entre tantos outros.²⁶⁰

Adolfo Bloch “foi um dos grandes incentivadores do governo do presidente Juscelino Kubitschek” e, “apostando no desenvolvimentismo do programa de metas e publicando reportagens sobre a construção de Brasília, a *Manchete* aumentou sua tiragem e seu volume de publicidade e, com a decadência de *O Cruzeiro*, tornou-se a primeira revista brasileira”. Nessa conjuntura favorável, “Bloch reequipou seu parque gráfico e criou novas revistas, como Fatos e Fotos, Joia, Pais e Filhos, Ele e Ela, Desfile, Amiga, Sétimo Céu e outras”. Em 1968, o empresário inaugurou a nova sede “da sua editora na praia do Russel, Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, projetada por Oscar Niemeyer, onde funcionariam, além das redações do grupo, as emissoras de FM e AM, o Museu de Arte Brasileira e o Teatro Adolfo Bloch, inaugurado em 1973”.²⁶¹ Na década de 1980, Adolfo Bloch também passou a atuar no setor televisivo e, “em junho de 1983, inaugurou a Rede Manchete de Televisão, com estações próprias nas cidades de São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Recife e Fortaleza, além de 40 afiliadas pelo

²⁵⁹ Idem.

²⁶⁰ SIQUEIRA, Carla. e MURILO, Tatiana. *Manchete*. Verbete Temático CPDOC-FGV (<https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/manchete>).

²⁶¹ KROPFT, Simone. op.cit.

território nacional”. Entretanto, “menos de dez anos depois a rede estaria mergulhada em graves dificuldades financeiras, a tal ponto que, em junho de 1992, devido ao acúmulo de dívidas, 49% de suas ações foram vendidas”.²⁶²

No dia 19 de novembro de 1995, o ucraniano que se tornou cidadão brasileiro, Adolfo Bloch, “faleceu de embolia pulmonar e disfunção da válvula mitral, aos 87 anos, ao submeter-se a uma cirurgia cardíaca no Hospital da Beneficência Portuguesa, em São Paulo”. O comando do seu grupo empresarial permaneceu com a família, “seu sucessor nos negócios foi o sobrinho Pedro Jaques Kapeller, que ocupava a vice-presidência das empresas Bloch”.²⁶³

2.4.5. Roberto Civita e o império editorial brasileiro: a ascensão do Grupo Abril

A história do Grupo Abril começa em 1949, com a chegada de Victor Civita, norte-americano com ascendência italiana, ao país. O fundador do Grupo traz em “sua bagagem” um “acordo com a empresa Disney”. No ano seguinte, Civita funda a Editora Abril, “lança as tiras do *Pato Donald*, e logo desbanca todos os concorrentes no mercado das revistas infantis”. Em seguida, “ingressa no lucrativo negócio das fotonovelas” e reúne um considerável investimento que aplica na criação de “revistas de moda, automóveis, turismo e outras”. As primeiras revistas publicadas pela Editora Abril “foram *Cláudia*, *Capricho* e *Quatro Rodas*”. O “parque industrial” do grupo editorial “foi logo aperfeiçoado, permitindo a publicação de listas telefônicas, chegando aos anos 1970 capacitado a receber trabalhos bastante lucrativos, como a publicação dos livros do Mobral”.²⁶⁴

Em 1968, “após consolidar seu império, que incluía a maior distribuidora em bancas, o Grupo Abril lança a revista *Veja*”. O semanário – “que surgiu sob influência” da revista “norte-americana *Time*” - desde a sua concepção foi tratado com ampla prioridade pelo mandatário da Editora, tanto que Roberto Civita, filho de Victor Civita, foi enviado para os Estados Unidos para estudar este modelo de revista. Roberto durante um bom tempo “estagiou e aprendeu” na “*Times Inc*”, onde assimilou “a fórmula para a construção da revista”. Segundo Mario Sérgio Conti, ao longo do período de estágio – que durou cerca de 18 meses - Roberto Civita “aprendeu mais do que em quatro anos em duas faculdades”. Passava dois meses em cada departamento: “Planejamento, Comunicação, Publicidade, Circulação, Assinaturas, Redação e Distribuição.

²⁶² Idem.

²⁶³ Idem.

²⁶⁴ SILVA, Carla Luciana Souza da. *Veja: O indispensável partido neoliberal (1989 – 2002)*. Tese de doutorado em História defendida na UFF em 2005. p. 51 – 55.

Fazia desde reportagens à campanhas publicitárias”. O filho do dono da Editora Abril, “leu tudo o que havia nos arquivos da empresa sobre a operação latino-americana”, foi um “aluno tão aplicado que ganhou o cargo de vice-diretor de *Time Inc* no Pacífico. No entanto, não aceitou, pois os planos de seu pai eram de ampliar o seu próprio negócio”. No grupo norte-americano, Civita, “estava fadado a ser um entre outros. No Brasil, seria o único a saber os meandros de revistas: tiragens, circulação, tabela de publicidade, campanhas de lançamento e renovação de assinaturas”. Aqui “seria o único e o primeiro”. Tanto que - três décadas após declinar do convite da *Time Inc* e retornar ao Brasil para, ao lado do pai, tocar a empresa de comunicação familiar - Roberto Civita já detinha “a sua *Time*, *Veja*, a sua *Fortune*, *Exame*, e sua *Playboy*, *Playboy*”; despontando no cenário nacional como o presidente do maior grupo editorial do país. Sob a tutela de Roberto Civita (editor-chefe da revista desde a sua fundação), a *Veja* se transformou na revista informativa mais importante da América Latina e uma das mais relevantes do mundo.²⁶⁵

Em 1990, após a morte de seu pai, Roberto Civita assumiu a presidência do Grupo Abril, ampliando e diversificando a abrangência do conglomerado midiático de sua família. Foi justamente nessa década que a Editora Abril deixou de se restringir às publicações impressas e passou a explorar efetivamente outros segmentos de comunicação. O Grupo passa a ter “participação nos canais de televisão TVA, Direct TV, MTV, HBO Brasil, ESPN/Brasil, além de retransmitir os programas de vários outros canais”.²⁶⁶

A empresa de comunicação da família Civita chegou ao século XXI atingindo um faturamento próximo “de US\$1,5 bilhão por ano”. Transformou-se em “um conglomerado editorial que emprega mais de dez mil funcionários e possui o maior parque gráfico da América Latina”. O Grupo Abril passou a englobar a “Editora Abril (revistas), Abril Digital, MTV, FIZ TV e Canal Ideal (TVs segmentadas), TVA (parceria estratégica com a *Telefônica*), além das editoras Ática e Scipione”. Além disso, “sete das dez revistas mais lidas no Brasil são da Abril”, que também detém “a liderança no mercado brasileiro de livros escolares, além de monopolizar o sistema de distribuição das publicações em bancas”. Denis de Moraes salienta que, no fim do século XX, essa teia gerou “211 milhões de exemplares de revistas por ano; 1,1 milhão de assinantes da TVA; 10 milhões de listas telefônicas, com 16 milhões de nomes no banco de dados Datalistas”; além de “1,5 milhão de CDs vendidos por catálogo; milhões de livros,

²⁶⁵ Idem; CONTI, Mario Sergio. *Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo. Cia das Letras, 1999. p. 152 e 153.

²⁶⁶ SILVA, Carla Luciana Souza da. 2005. op.cit.

coleções de fascículos e CD-ROMs; e 750 mil sócios do MusicClub”. A expansão do Grupo comunicacional foi tamanha que Victor Civita, *in memoriam*, foi “eleito no final da década de 1990 o ‘Brasileiro do Século’ na Categoria Comunicação”. Em 2003, somente a Editora Abril “possuía 78 Títulos”²⁶⁷, são eles:

Ação Games; Ação Games PC; Ação Games Playstation; Guia do Estudante; Ana Maria; Arquitetura & Construção; Atividades (3 títulos); Boa Forma; Bons Fluídos; Capricho; Caras; Casa Cláudia; Cláudia; Cláudia Cozinha; Contigo; Elle; Exame; Família DC Comics (5 títulos); Família Disney (5 títulos); Família Image (1 título); Família Marvel (1 título); Guias (18 títulos); Horóscopo; Info Exame; Manequim; Manequim Faça & Venda; Manequim Noiva; Manequim Ponto Cruz; Minha Novela; National Geographic Brasil; Nova; Nova Beleza; Nova Escola; Os Caminhos da Terra; Placar; Playboy; Quatro Rodas; Recreio; Revista da Web!; Revista Oficial Digimon; Revista Serafim; Saúde; Superinteressante; Tudo; Veja; Veja Rio; Veja São Paulo; Viagem & Turismo; Vip; Viva Mais; Você S.A.”.²⁶⁸

Roberto Civita, que ao longo de toda a sua vida foi preparado por seu pai para assumir a direção da empresa, foi o responsável pela grande expansão da Editora Abril, que se consolidou como o maior grupo editorial do Brasil e agregou novos veículos comunicacionais transformando o Grupo Abril em uma empresa efetivamente multimídia. Civita morreu no dia 26 de maio de 2013 “devido à falência múltipla dos órgãos, depois de três meses internado no hospital Sírio Libanês, em São Paulo, para a correção de um aneurisma abdominal”. O dono do Grupo Abril também deixou o comando de seu conglomerado midiático para os herdeiros, “seu filho Giancarlo Civita assumiu seu lugar na presidência do Conselho de Administração”.²⁶⁹

2.4.6. João Jorge Saad e a trajetória do Grupo Bandeirantes

João Jorge Saad nasceu no 22 de julho de 1919, na cidade Monte Azul Paulista (atual Olímpia), localizada no estado de São Paulo. “Filho de imigrantes libaneses, fez fortuna no comércio de tecidos”. No ano de 1944, casou-se com Maria Helena Mendes de Barros, “filha do ex-governador de São Paulo Ademar de Barros, que, em 1948, comprou a Rádio Bandeirantes de Paulo Machado de Carvalho, proprietário da TV Record”. A partir da aquisição do veículo comunicacional por seu sogro, “João Jorge Saad passou a trabalhar na Rádio Bandeirantes, vindo a assumir definitivamente o controle da empresa em 1951”.²⁷⁰

²⁶⁷ MORAES, Denis de. *Planeta Mídia: tendências da comunicação na era global*. Campo Grande. Editora Letra Livre, 1998. p. 125; SILVA, Carla Luciana Souza da. 2005. op.cit., p. 52.

²⁶⁸ Idem.

²⁶⁹ <https://oglobo.globo.com/economia/morre-empresario-roberto-civita-socio-do-grupo-abril-8506588> (acessado em 11/01/2022).

²⁷⁰ JORGE, Vladimyr. *Rede Bandeirantes*. Verbete Temático CPDOC-FGC (<https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/rede-bandeirantes>).

Na década de 1950, “João Jorge Saad recebeu do presidente Getúlio Vargas a concessão para explorar um canal de televisão em São Paulo. Durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1951), a concessão chegou a ser cancelada”, entretanto, “Saad a recuperou durante o governo do presidente João Goulart (1961-1964)”. Contudo, “a TV Bandeirantes, canal 13 de São Paulo, só iniciou suas transmissões em 13 de maio de 1967”. De acordo com Vladimyr Jorge, “nas três décadas seguintes à sua entrada em operação, a TV Bandeirantes transformou-se em uma rede, com a criação ou aquisição de emissoras” em diferentes estados como: “Distrito Federal (canal 4 de Brasília), Minas Gerais (canal 7 de Belo Horizonte), Rio de Janeiro (canal 7 do Rio de Janeiro), Bahia (canal 7 de Salvador), Paraná (canal 2 de Curitiba) Rio Grande do Sul (canal 10 de Porto Alegre)”, e “São Paulo (canal 6 de Taubaté, canal 3 de Campinas e canal 10 de Presidente Prudente)”. Entretanto, em 1969, um “incêndio destruiu o prédio do Morumbi e todo o equipamento da emissora, que continuou transmitindo suas imagens dos seus caminhões de externa”. Naquele incidente, “foram perdidos também 30% do arquivo de filmes e muitos capítulos inéditos da novela *O Bolha*, que tiveram que ser regravados”. Depois do “incêndio, a TV Bandeirantes passou a ser sustentada financeiramente pela Rádio Bandeirantes”.²⁷¹

Apesar do grave problema, o grupo de comunicação se manteve estruturado e a TV Bandeirantes se recuperou progressivamente, tornando-se uma das principais emissoras do setor brasileiro. João Jorge Saad liderou uma empresa televisiva que foi pioneira em diferentes momentos da história da TV nacional: por exemplo, “a telenovela *Os Miseráveis*, de Wálter Negrão e Chico Assis baseada na obra homônima do escritor francês Victor Hugo”, foi dirigida por Walter Avancini e “era exibida em capítulos diários de 45 minutos, uma inovação já que os capítulos duravam, na época, entre 15 a 30 minutos. A TV Bandeirantes estabeleceu, desta forma um padrão que passou a ser usado por todas as emissoras de televisão”. Outro marco da empresa foi em relação a uma tecnologia que revolucionou a transmissão televisiva: as cores. Assim que “o governo acenou que a TV em cores seria implantada no país, o grupo Bandeirantes decidiu substituir os equipamentos destruídos pelo incêndio por máquinas que permitissem a emissora transmitir em cores sua programação”. A medida “possibilitou à TV Bandeirantes, em 1972, ser a primeira emissora a produzir e transmitir integralmente uma programação em cores”.²⁷²

²⁷¹ Idem.

²⁷² Idem.

Entre os anos de 1977 e 1980, “a Rede Bandeirantes dobrou o número de estações espalhadas pelo País: passou de 12 pequenas estações para 24 emissoras”. No ano de 1982, a Rede Bandeirantes de Televisão “barateou os custos de sua operação substituindo o sistema de microondas pelo satélite, tornando-se a primeira emissora de televisão brasileira a empregar esta tecnologia”. De acordo com “a própria emissora, isso ocorreu para permitir o crescimento da cobertura nacional. Ainda em 1982, foi a primeira emissora brasileira a levar ao ar produções independentes”. Apesar da “tradição esportiva da Rede Bandeirantes” ter surgido ainda na década de 1970, “somente a partir de 1983 a emissora começou a investir mais neste segmento”. Foi neste ano que “estreou o programa *Show do Esporte*, que permaneceu no ar durante 20 anos, tendo, entre os membros da equipe jornalística, Luciano do Valle, Silvio Luiz e Álvaro José”. A rede de TV dirigida por João Jorge Saad “foi a primeira a transmitir a Fórmula Indy, o basquete norte-americano da *National Basketball Association (NBA)* e os campeonatos de futebol italiano e espanhol”. Também “enviou equipes de reportagens para fazerem a cobertura dos Jogos Olímpicos de Los Angeles (1984), Seul (1988), Barcelona (1992), Atlanta (1996), Sydney (2000), Atenas (2004) e Pequim (2008)”. Em julho de 1989, a Bandeirantes exibiu “o primeiro debate com os candidatos à presidência da República, o que levou a sua audiência a crescer de 1% para 13% naquele horário. Além desse, a emissora promoveu, ainda, outros três debates televisivos durante essa campanha”.²⁷³

João Jorge Saad morreu no dia 10 de outubro de 1999 em sua casa no bairro de Higienópolis, na capital paulista. O comando do Grupo Bandeirantes também permaneceu com a família, seu sucessor foi seu filho João Carlos Saad, que passou a ocupar o cargo de presidente do conglomerado de mídia.

2.4.7. Senhor Abravanel: empresário de mídia e comunicador popular consagrado como Silvio Santos

O comunicador que o Brasil conhece desde meados do século XX como Silvio Santos foi batizado como Senhor Abravanel, um carioca nascido no dia 12 de dezembro de 1930. Seus pais, “Alberto Abravanel, imigrante grego de Salônica, e Rebeca Abravanel, originária de Smirna, na Turquia, tiveram seis filhos brasileiros”. No Rio de Janeiro, então capital da

²⁷³ Idem.

República, “Alberto Abravanel, jornalista no seu país de origem e conhecedor de várias línguas, estabeleceu-se na praça Mauá, negociando com turistas”.²⁷⁴

Senor Abravanel, aos 14 anos, começou a trabalhar como camelô nas ruas do centro do Rio de Janeiro. Aproveitando o contexto das eleições presidenciais que voltavam a acontecer após anos de Estado Novo, o jovem comerciante vendia carteirinhas plastificadas utilizadas para guardar título de eleitor. “Sua carreira de animador, pode-se dizer, teve como ponto de partida sua atividade como camelô na avenida Rio Branco”. Foi justamente “de seu ponto de camelotagem que ele partiu para a sua primeira experiência no mundo artístico, como locutor de rádio”.²⁷⁵ De acordo com Maria Ester Pereira:

Em uma das investidas da polícia na repressão à atividade dos camelôs, Renato Meira Lima, então chefe da fiscalização da prefeitura, impressionado com a comunicabilidade do jovem camelô, orientou-o a procurar seu amigo Jorge de Matos, proprietário da Rádio Guanabara, onde, naquele momento, acontecia um concurso para o preenchimento de uma vaga de locutor. Concorrendo com 300 candidatos, entre eles Chico Anísio, José Vasconcelos e Celso Teixeira, Senhor conseguiu o primeiro lugar, dando início à sua primeira atividade artística. Considerando, porém, mais atrativa a atividade de camelô, logo o locutor voltou para a avenida Rio Branco. De vendedor de carteirinhas para títulos de eleitor, tornou-se o “rei das canetas”. Nessa época, os programas de auditório de rádio eram grande sucesso. Senhor, sempre que possível, assistia aos programas de seus ídolos César de Alencar e Heber de Bôscoli, que passou a imitar, aperfeiçoando seu próprio talento de comunicador. Aos 18 anos ingressou na escola de paraquedistas, em Deodoro. Como soldado, suspendeu temporariamente suas atividades de camelô e voltou para o rádio, indo para a Rádio Mauá. Ao terminar o período do serviço militar, transferiu-se, com Silveira Lima, para a Rádio Tupi. Da Rádio Tupi, o então radialista, foi para a Continental, rádio que tinha seus estúdios em Niterói. Com o dinheiro recebido pela posterior demissão da Rádio Continental, instalou um sistema de alto-falantes nas barcas que faziam o transporte entre o Rio de Janeiro e Niterói. Apelidado de Silvinho desde a infância, Senhor Abravanel tornou-se Sílvio Santos quando começou a aumentar seu contato com o público das barcas. Ainda no início da década de 1950, Sílvio Santos foi para São Paulo e começou a trabalhar na Rádio Nacional. Deu início à revista de entretenimento “Brincadeiras para você”, com palavras cruzadas, anedotas, charadas, etc., retomando a atividade de corretor de anúncios. Em paralelo, começou a trabalhar com circo, montando uma caravana de artistas que se apresentava na capital e no interior.²⁷⁶

Em 1957, surgiu, na cidade de São Paulo, “a ideia do ‘Baú’. Vendiam-se pequenas arcas de presentes, em 12 prestações, para entrega no Natal”. O consagrado radialista Manuel da Nóbrega, “procurado por um dos criadores da nova ideia, passou a fazer a propaganda do ‘Baú’ em seu programa da Rádio Nacional”. Entretanto, “em pouco tempo, porém, os proprietários do negócio viram-se sem possibilidade de fazer a entrega das arcas vendidas. Sofrendo as pressões do escândalo, Manuel da Nóbrega pediu a ajuda de Sílvio”. Foi quando Senhor

²⁷⁴ PEREIRA, Ester. *Silvio Santos*. Verbete Bibliográfico CPDOC-FGC

(<https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/senor-abravanel>). s/p.

²⁷⁵ SILVA, Arlindo. *A fantástica história de Silvio Santos*. São Paulo: Editora Seoman, 2017.

²⁷⁶ PEREIRA, Ester.op.cit. s/p.

Abravanel “reformulou a sua administração e seu funcionamento e começou a fazer a entrega das mercadorias”. Posteriormente, Manuel da Nóbrega “retirou-se do negócio por considerá-lo muito arriscado e Sílvio Santos tornou-se seu único proprietário”.²⁷⁷

No ano de 1961, o apresentador elaborou um programa próprio na Rádio Nacional, o “*Vamos brincar de forca*”. A partir de então, “a propaganda que Sílvio Santos passou a fazer em seus programas garantiram o crescente interesse pelo ‘Baú da Felicidade’”. No ano seguinte, “com os primeiros rendimentos do ‘Baú’, Sílvio Santos comprou a concessão de um horário na TV Paulista (Organizações Victor Costa) para apresentação do ‘*Vamos brincar de forca*’”. A atração era constituída “por diversos quadros de variedades, sendo apresentado num horário até então desprezado: aos domingos, do meio-dia às duas da tarde”. Posteriormente, “lançou pela mesma emissora de TV o primeiro programa de prêmios para os fregueses do ‘Baú’, o ‘*Prá ganhar é só rodar*’”, que passou a ser exibido às quintas-feiras, na faixa das 21h. Em 1966, a TV Paulista foi comprada por Roberto Marinho e passou a integrar as Organizações Globo, apesar disso, Sílvio Santos manteve a concessão de parte da programação de domingo, quando começou a apresentar o “programa ‘*Música e Alegria*’ com quatro horas de duração”. A partir do “apoio da publicidade do ‘Baú da Felicidade’, o programa cresceu tomando conta das tardes de domingo e vindo, com o tempo e o sucesso popular, a se tornar conhecido como o ‘Programa Sílvio Santos’”.²⁷⁸

Em 1968, Sílvio Santos era o apresentador de TV mais popular do Brasil, mas também era um grande empresário que estava à frente do Baú da Felicidade Utilidades Domésticas e Brinquedos Ltda, da Construtora e Comércio Baú da Felicidade Ltda, e da Publicidade Sílvio Santos Ltda; posteriormente, o grupo empresarial da família Abravanel chegou a ter “17 empresas” e, também, passou a ter investimentos no setor de reflorestamento e agropecuária. Entretanto, o grande objetivo de Senhor Abravanel era ser dono de uma Rede de Televisão. No início da década de 1970, parte da TV Record foi colocada à venda, o que despertou o interesse do dono do “Baú da Felicidade”. Em 1971, “enquanto transcorriam as negociações das ações da TV Record, Roberto Marinho, presidente das Organizações Globo, ofereceu uma renovação do contrato de concessão de horário ao apresentador com duração de cinco anos”. Contudo, o documento continha uma “cláusula que buscava impedir o empresário de comprar ações ou participar de qualquer concessão de televisão sob pena de pesada multa”. Apesar disso, “Sílvio Santos veio a comprar as ações da TV Record em nome de Lucita Gordinho como artifício para

²⁷⁷ Idem.

²⁷⁸ Idem; MIRA, Maria Celeste. *Circo eletrônico: Sílvio Santos e o SBT*. São Paulo: Editora Olho D’Água, 1995. p.23.

escapar às cláusulas impostas em seu contrato com a TV Globo”. A partir de então, Senhor Abravanel “criou seu próprio centro de produções e dedicou-se ao reerguimento da TV Record”. No ano de 1974, “uma de suas primeiras empresas, a Publicidade Sílvio Santos LTDA, foi transformada nos Estúdios Sílvio Santos Cinema e Televisão LTDA, com sede na Vila Guilherme”.²⁷⁹ Mas a empreitada do empresário e comunicador no setor de emissoras de TV estava apenas começando:

Em 1975, o governo do general Ernesto Geisel abriu nova concorrência para a concessão de mais um canal de televisão - o canal 11 do Rio de Janeiro. A proposta apresentada pelo Grupo Sílvio Santos, além de cumprir os requisitos exigidos pelo edital da licitação, trazia algo que não fora apresentado por nenhum dos outros grupos concorrentes. O empresário prometia a entrada em funcionamento da nova rede em um prazo de 15 a 60 dias e garantia o fato de seu grupo não necessitar de nenhum financiamento oficial ou particular para a instalação de sua estação. Sílvio Santos venceu a disputa com a Editora Bloch, a Editora e Impressora de Jornais e Revistas (que publicava os jornais *O Dia* e *A Notícia*) e a Fundação Cásper Líbero já responsável pela TV Gazeta, canal 11, de São Paulo. A obtenção da concessão do canal 11 do Rio de Janeiro e a consequente constituição da TVS veio a pôr fim nas relações entre o empresário e a Rede Globo. Ainda que não sofrendo a execução da multa prevista no contrato assinado com Roberto Marinho, em 5 de janeiro de 1976 foi ao ar o último “Programa Sílvio Santos” transmitido pela Rede Globo. Entre os anos de 1975 e 1976, o empresário negociou e alugou, da Caixa Econômica Federal, os antigos estúdios da TV Excelsior, instalando ali mais tarde a sede da TVS. A partir de 1976, Sílvio Santos impôs modificações em sua equipe de produção, centralizando-a nos estúdios da Vila Guilherme. Garantida a concessão de um canal de televisão, sua programação passou a ser emitida pela TVS-Rio. Diferentemente, o “Programa Sílvio Santos” era transmitido simultaneamente pelas TVs Record e Tupi, em São Paulo, e pelas TVs Tupi e TVS, no Rio de Janeiro. Em 16 de julho de 1980, sem conseguir resolver as dificuldades que enfrentara por toda a década anterior, a TV Tupi foi declarada extinta pelo Governo Federal. Nesse mesmo ano, o “Programa Sílvio Santos” era transmitido por 19 emissoras afiliadas ao sistema TV Record-TVS e que haviam sido angariadas a partir do desmantelamento da Rede Tupi. Em 1980, os editais 34 e 35/80, abriram mais uma licitação para a concessão de nove canais que deveriam formar duas redes de televisão. Destes nove canais, sete tinham pertencido à Rede Excelsior e dois haviam sido devolvidos pelo *Jornal do Brasil*, que, desde que os recebera em 1973, não conseguira colocá-los em funcionamento. Dos nove grupos empresariais que se inscreveram, apenas seis foram aceitos: Televisão Abril Ltda., Rádio Jornal do Brasil Ltda., Visão Rádio e TVS/C Ltda., TV Manchete Ltda., Rádio e Televisão Universitária Metropolitana Ltda. e o Sistema Brasileiro de Televisão S/C Ltda. [...] Na disputa por essa concessão, Sílvio Santos organizou uma comissão especial para trabalhar por sua viabilização. Délio Jardim de Mattos, ministro da Aeronáutica, intercedera junto a Sílvio para que ajudasse seu amigo Dom, da dupla Dom e Ravel, passando este a fazer parte do júri do “Programa Sílvio Santos” e a coordenar as negociações para a concessão junto à área militar do governo. Carlos Renato, primo de dona Dulce Figueiredo - então primeira-dama do país -, também integrava o júri do programa de calouros de Sílvio Santos e trabalhou como intermediário nas negociações com o presidente Figueiredo. O próprio Sílvio Santos encarregou-se da coordenação das outras áreas de organização da proposta. Sílvio Santos contornou o fato de já ser proprietário de concessão pública - possuía 50% das ações da TV Record e o canal 11 do Rio de Janeiro - constituindo a empresa SBT S/C Ltda, cujos sócios vinham a ser seus familiares, alguns diretores de suas empresas e Carlos Marcelino Machado de Carvalho. O projeto entregue pelo SBT, para a concorrência, fundamentou-se no quadro empresarial evolutivo do Grupo Sílvio

²⁷⁹ Idem.

Santos, formado, então, por um conglomerado de quarenta empresas que contava com lojas de varejo, financiadoras, empresas de publicidade, empresas agropecuárias, revendedoras de carro, empresas de previdência privada e etc. Além disso, em documento anexo o empresário comprometia-se, caso viesse a ser beneficiado com a nova concessão, a vender suas ações da TV Record à família Machado de Carvalho, ficando cada um com sua rede. Em meio a grande polêmica as empresas lideradas por Sílvio Santos e Adolfo Bloch saíram vencedoras dessa disputa. A concessão do SBT foi ganha em nome de Carmem Abravanel e de Paulo Machado de Carvalho, sendo que este último, pouco depois, veio a desistir do negócio. Assim que iniciou suas operações, o Sistema Brasileiro de Televisão S/C Ltda (SBT) lançou o quadro “Semana do Presidente”, no qual apresentava a agenda cumprida durante a semana pelo então presidente da República, general João Batista Figueiredo, mantendo-o como parte integrante do “Programa Sílvio Santos”.²⁸⁰

No final da década 1980, o Sistema Brasileiro de Televisão de Sílvio Santos já abarcava 44 estações de TV, possuía uma audiência sólida e contava com um elenco popular liderado por um comunicador consagrado; tornando-se a segunda maior rede de televisão do Brasil, atrás apenas da Rede Globo, de Roberto Marinho. Apesar de ter perdido o Banco Pan Americano, Sílvio Santos chegou a comandar um império empresarial com empresas como SBT, SBT International Corporation, Música do SBT, SBT Filmes, Sílvio Santos Participações, Liderança Capitalização, Sisan Empreendimentos Imobiliários, TV Alphaville, Canal TV Alphaville, Centro Cultural do Grupo Sílvio Santos, Baú em Casa, Hotel Jequitimar, Jequitin Cosméticos, Lojas do Baú Crediário, Teleton Brasil, Teatro Imprensa, Baú da Felicidade, Tele Sena, entre outras.

²⁸⁰ PEREIRA, Ester. op.cit. s/p.

3 O PERIGO DE ENXADA NA MÃO: O DISCURSO SOBRE O MOVIMENTO CAMPESINO ORGANIZADO E AS REPRESENTAÇÕES DAS LIGAS CAMPONESAS EM *O GLOBO*

Era preciso agravar as amarguras daquele povo, primeiro exagerando seu drama como um caso excepcional no mundo para, depois, apresentar as desordens e tropelias maquinadas e manobradas por agentes especiais como demonstrações típicas das teses marxistas.

Como, apesar de tudo, o velho Nordeste heroico resiste aos cantos de sereia do comunismo como um galho agreste de mandacaru resiste à seca, procura-se agora incrementar a ação subversiva que se desenvolve no Nordeste, iniciada com as Ligas Camponesas [...]

A trama da sovietação é por demais evidente, ramificada e fortalecida por conveniência e estudada omissão para que sobrem muitas dúvidas para a maioria democrática brasileira.

Confiemos apenas que essa maioria tome as providências que já tardam e que, mais uma vez, o bravo povo pernambucano com todos os seus irmãos do Nordeste saibam repelir os traidores e vendidos, ganhando novos títulos ao reconhecimento e à admiração do Brasil.

O GLOBO 09/11/1963 p. 1

3.1 *O Globo* e a marginalização do movimento campestino: violência, agitação e manipulação comunista nas Ligas Camponesas

O desenvolvimento e a expansão do movimento campestino organizado no Brasil, sobretudo, das Ligas Camponesas, provocaram reações em diferentes setores da sociedade brasileira, dentre eles, segmentos da grande imprensa como o jornal *O Globo*. Desde o advento do movimento no Engenho da Galileia, que deu início às organizações que ficaram conhecidas como Ligas Camponesas, o discurso do periódico de Roberto Marinho acerca das ações e lideranças do movimento camponês organizado girou em torno da violência praticada por essas organizações e da influência comunista que – segundo *O Globo* – norteava a ação das Ligas Camponesas em Pernambuco e em todo o país.

Ainda em 1953, o jornal *O Globo* já alertava os seus leitores sobre os riscos que o movimento campestino organizado trazia para a zona rural brasileira. Segundo o diário carioca, “aquelas tranquilas fazendas” poderiam “se transformar em campos de conflitos e guerrilhas das mais graves consequências”.²⁸¹ Nesse momento, o jornal *O Globo* já associava o

²⁸¹ Matéria. *Começam as guerrilhas do vale do rio Doce!* 28/01/1953. p. 8.

comunismo à organização camponesa, como fica evidente em uma das reportagens publicadas pelo periódico no início de 1953:

*E a agitação comunista? De certo existe. A reportagem d'O GLOBO, que foi ao Vale do Rio Doce a fim de empreender um inquérito imparcial, ouvindo elementos dos dois grupos, acusadores e acusados, pôde verificar que, a rigor, o caráter político que se quer dar ao conflito, decorre tão somente do aproveitamento que poucos elementos comunistas estão fazendo da contenda para, através dela, pôr em prática seus planos.*²⁸²

Na matéria, o jornal de Roberto Marinho ainda abre aspas para um coronel da região que afirmou que “os comunistas” estariam “insuflando os posseiros, gente inculta e que pensa que as terras são devolutas” e “orientando os posseiros para um sistema de guerrilha, pois os invasores” estariam “concentrados, em grupos de dez a vinte homens, armados, esperando somente uma ordem para começarem as hostilidades”.²⁸³ Ao longo da década de 1950, o discurso que associava o movimento camponês organizado à “agitação comunista” e à violência era recorrente nas páginas do jornal *O Globo*. Por exemplo, a matéria “Atacam a pau e pedra o choque da polícia militar” falava sobre a reação dos trabalhadores rurais organizados pela Associação dos Lavradores diante da demarcação de terras “da antiga fazenda dos Coqueiros, em Senador Camará”, onde eram sitiadas. O foco da matéria é a ação incisiva dos lavradores diante da demarcação. De acordo com o texto, “uma pequena multidão cercava o carro da polícia e o engenheiro” que fazia o procedimento e “alguns populares armados de paus e pedras tomavam posição para atacar o choque, sendo que alguns petardos chegaram a atingir os ocupantes do carro”. A matéria ainda salientava que os camponeses teriam sido “instruídos por agitadores infiltrados na Associação de Lavradores, entidade que” congregava “cerca de 600 sitiadas da região”.²⁸⁴

Nos primeiros anos da década de 1960, o jornal *O Globo* intensificou o seu discurso que atrelava o movimento campesino organizado (sobretudo, as Ligas Camponesas) ao comunismo e aos métodos violentos. Em muitas matérias, artigos e editoriais, o periódico de Roberto Marinho mostrou aos seus leitores que os camponeses organizados estariam “aterrorizando” todo o país e preparando o terreno para um processo revolucionário de cunho socialista que acabaria com o regime democrático brasileiro e com a propriedade privada. Por exemplo, em 1960, *O Globo* publicou uma matéria com o ex-arcebispo de Recife (recém transferido para Niterói), Dom Antônio de Almeida Moraes Junior. A publicação intitulada “Os comunistas

²⁸² Idem.

²⁸³ Idem.

²⁸⁴ Matéria “Atacam a pau e pedra o choque da polícia militar (23/09/1957. p. 14).

preparam uma revolução em Pernambuco”, afirmava que “*os lavradores pernambucanos organizaram, mesmo, um chamado ‘Exército Popular Camponês’, cuja atividade*” vinha “*perturbando a vida econômica e social do Estado*”. O jornal chamou o movimento camponesino organizado de Pernambuco de “*ousadia bolchevista*” e salientou que se agravava “*a crise nos campos*” pois “*grupos de até 100 bolchevistas*” continuavam “*a assaltar os engenhos [...], e deles se*” apoderavam “*como se fossem legítimos proprietários*”. Diante disso, mostravam-se “*perplexos os homens de bem em Pernambuco*”. O *Globo* ainda afirmou que Dom Antonio apelava “*para que os jornais do Rio e São Paulo*” enviassem “*seus repórteres para Pernambuco, sobretudo ao interior, a fim de constatar a ação subversiva que ali se verificava*”.²⁸⁵

O jornal também publicou uma matéria intitulada “*comunistas armados ameaçam invasão de terras na Bahia*” afirmando que “*um movimento nitidamente comunista*” estaria organizando uma ação a partir de palavras de ordem como “*abaixo o latifúndio*”, “*revolução pelas armas*”, “*viva Fidel Castro*”, “*só a reforma agrária resolverá nossos problemas*”. De acordo com o jornal, os comunistas agiam “*calculadamente, distribuindo material impresso, de natureza subversiva, e jornais editados no sul do país, pregando a luta armada*”.²⁸⁶ O *Globo* fazia questão de ressaltar que as Ligas Camponesas – desde a origem – eram um instrumento comunista em território nacional e que a “*a confusa história da sede da S.A.P.P.P*” ajudava a revelar “*a ameaça e o terrorismo dos ‘camponeses’ dirigidos*” pelos “*comunistas prontuariados na diretoria da Liga Camponesa*”.²⁸⁷ Segundo o jornal *O Globo*:

Basta ver o prontuário dos demais membros da diretoria ou seus líderes, para buscarmos a origem comunista do movimento. O movimento preparatório da SAPPP foi uma Conferência Estadual dos Plantadores de Algodão de Pernambuco, programada 16 de novembro de 1954, afinal impedida de realizar-se por iniciativa do delegado de Vitória de Santo Antão, o então capitão Jesus Jardim de Sá, isto porque, nas vésperas das reuniões, chegou às mãos do delegado farto documentário de propaganda comunista. Os organizadores da Conferência foram os Srs. Pedro Ranaux Soares, que era vereador pelo P.C e teve seu mandato cassado, em 1948, e Alberico Tiné da Silva, que cumpriu pena, por incendiário, no município de Bonito. [...]

A informação da Delegacia auxiliar afirma também: “Outrossim, informo que em princípio de julho de 1955 esta delegacia, cientificada de que comunistas componentes da Sociedade em referência (a SAPPP) premeditaram um assalto às propriedades do Engenho Galileia, no município de Vitória de Santo Antão, mandou proceder a uma sindicância, sendo informada de que existe, realmente, grande número de trabalhadores no engenho, sendo a sua maioria de analfabetos, os quais, sob a orientação de José dos Prazeres e outros elementos vermelhos, vinham insuflando os trabalhadores a manifestarem-se contra o proprietário do mesmo

²⁸⁵ Matéria. *Os comunistas preparam uma revolução em Pernambuco* 12/08/1960. p.6.

²⁸⁶ Matéria. *Comunistas armados ameaçam invasão de terras na Bahia* 04/08/1962 p.2.

²⁸⁷ Matéria. *Comunistas prontuariados na diretoria da Liga Camponesa* 10/06/1959 p.7.

*engenho. Na última reunião realizada, [...] foi esclarecido aos presentes, pelos mesmos agitadores, que as terras seriam desapropriadas em benefícios dos trabalhadores; motivo por que começou o não pagamento dos sítios arrendados aos mesmos. Nessa ocasião, os policiais que compareceram ao local advertiram os trabalhadores para não obedecerem às ordens dos agitadores”.*²⁸⁸

O jornal também reportava aos seus leitores sobre os mecanismos de comunicação utilizados pelas Ligas Camponesas, associando essas publicações ao movimento comunista. De acordo com uma matéria publicada por *O Globo* e intitulada “*Jornais comunistas vem sendo impressos no interior de Pernambuco*”, os dirigentes das Ligas Camponesas utilizavam os veículos impressos para promover agitação e propalar a ideologia comunista entre os trabalhadores rurais pernambucanos. Nesse sentido, o periódico afirmava que o avanço ideológico dos comunistas das Ligas Camponesas sobre os lavradores estava tornando “*politicizados os camponeses de Pernambuco*”.²⁸⁹ O jornal carioca repetia constantemente em suas páginas a tese de que os trabalhadores rurais estavam “*sendo iludidos em sua boa-fé*” por elementos comunistas que comandavam as Ligas Camponesas e exploravam o campesinato “*para servir a interesses políticos e muitas vezes subversivos*” a fim de promover a “*agitação*” e preparar o terreno para uma revolução socialista.²⁹⁰

De acordo com o jornal *O Globo*, as Ligas Camponesas estavam “*mesmo sob o comando dos comunistas*” e os membros das Ligas Camponesas eram “*agitadores profissionais e bem instruídos na arte de fazer depredações, [...] aproveitando todas as oportunidades para*” excitar os camponeses “*contra a ordem pública e contra a propriedade privada*”. O periódico sublinhava que “*as organizações comunistas chamadas ‘ligas camponesas’ possuem em armas e bem treinados cerca de dez mil homens prontos a entrar em função, em estreito entendimento com os agitadores cubanos*”, o que ameaçava “*apagar no Continente Americano os últimos vestígios do sol da democracia*”. Nas páginas de *O Globo* prevalece, no período estudado, a tese de que “*os comunistas insuflam as ‘ligas camponesas’ para a invasão de propriedades*” a fim de instaurar um clima de insegurança, subverter a ordem estabelecida, e pavimentar o caminho para a revolução socialista no Brasil a partir dos campos nordestinos.²⁹¹ O

²⁸⁸ Idem.

²⁸⁹ Matérias. *Jornais comunistas vem sendo impressos no interior de Pernambuco* 12/06/1959 p.5; *Revelam-se politicizados os camponeses de Pernambuco* 15/06/1959 p.11.

²⁹⁰ Matéria. *Os trabalhadores rurais estão sendo iludidos em sua boa-fé* 19/06/1959 p.6.

²⁹¹ Matéria. *As Ligas estão mesmo sob o comando dos comunistas* 22/06/1959 p. 17; Artigo de Maurício Joppert da Silva. *A lição dos fatos* 14/06/1961 p.11; Matéria. *Os comunistas insuflam as ‘ligas camponesas’ para a invasão de propriedades* 14/06/1961 p.17. O autor do artigo citado era Maurício Joppert da Silva, político conservador e colunista regular de *O Globo*, foi presidente do Clube de Engenharia, deputado federal pela UDN na Legislatura 1959-1963 (efetivado no mandato somente em 1961), e também ocupou o cargo de Ministro dos Transportes no curto Governo de José Linhares (1945-1946). (<https://www.camara.leg.br/deputados/130836/biografia>).

periódico ainda destacava a repercussão externa da ação das Ligas Camponesas nos estados nordestinos, afirmando que a imprensa internacional compartilhava com o diário fluminense a tese de que o “*Dr. Castro e o comunismo encontram apoio nos sete estados que formam o saliente Nordeste*”, o que representaria um risco concreto de uma gestação de um processo revolucionário dentro das balizas político-ideológicas do comunismo.²⁹²

O jornal *O Globo* também denunciava em suas páginas a suposta articulação entre o movimento comunista internacional e as Ligas Camponesas, que estariam sendo instruídas pela China comunista para a prática de guerrilha nas zonas rurais brasileiras. Por exemplo, no editorial e na enorme manchete de capa da edição do dia 7 de abril de 1961, o periódico de Roberto Marinho alertava que os “*comunistas chineses ensinam aos brasileiros como fazer guerrilha*”, evidenciando a “*incrível ousadia que desmascara as intenções da China comunista para com o nosso País*”.²⁹³ Já a reportagem “*Pequim elogia seus agentes no Brasil*”, salientava que a China Comunista elogiou a ação de diferentes movimentos ao redor do mundo, dentre eles, as “*Ligas Camponesas de Julião*”, que seriam – segundo o periódico de Roberto Marinho – “*agentes*” do comunismo sino-soviético no Brasil.²⁹⁴ Segundo o jornal *O Globo*:

Não é mais segredo para ninguém que há muito os chineses vermelhos lançam olhares gulosos para a América Latina, onde veem, talvez pelo apetite aguçado pelo presente que Fidel Castro fez ao comunismo da pátria cubana, um campo fértil para as suas caçadas de conquista.

De acordo com uma estratégia que não deve enganar senão os querem ser enganados, enquanto a Rússia se abstém da propaganda muito ostensiva e prega a coexistência pacífica, a China, em aparente divergência com Moscou, assume o papel do antigo Comintern e trata de subverter as nações livres, especialmente as da América Latina. No Brasil, sabemos que infelizmente as cabeças de ponte já estão lançadas. O programa de convites para visitas à China já dura há algum tempo, como dura o trabalho de formação das “ligas camponesas” provavelmente inspiradas e seguramente fomentadas por Pequim.

Se alguma dúvida houvesse a esse respeito, bastaria ler o folheto de propaganda subversivo, intitulado “Táticas de Guerrilha”, baseado em escritos de Mao Tse-Tung e editado em Pequim [...]

Em suma, a República Popular e Democrática da China prega nesse folheto criminoso que os quinta-colunas comunistas devem estar espalhados por todo País, a derrubada do Governo, a luta contra as instituições, e a campanha de guerrilhas contra o Exército Nacional, numa intervenção franca e deslavada nos nossos assuntos internos, que deve ser divulgada para que os inocentes úteis abram os olhos, compreendam a extensão do perigo e não se iludam com as verdadeiras intenções dos “povos amantes da paz” e dos que neste país os defendem e aplaudem.”²⁹⁵

²⁹² Matéria. *Os distúrbios do Recife e a visita de Stevenson analisadas na Inglaterra* 03/07/1961 p.8.

²⁹³ Editorial. *Comunistas chineses ensinam aos brasileiros como fazer guerrilha* 07/04/1961 p.1.

²⁹⁴ Matéria. *Pequim elogia seus agentes no Brasil* 11/10/1963 p.11.

²⁹⁵ Editorial. *Comunistas chineses ensinam aos brasileiros como fazer guerrilha* 07/04/1961 p.1.

Dias depois, o jornal *O Globo* publicou uma matéria informando que a “*polícia de Pernambuco*” confirmou que “*houve distribuição de folhetos subversivos*”, baseados nas ideias do revolucionário chinês Mao Tse-Tung, para propagar as “*táticas de guerrilha*” entre o campesinato. De acordo com o jornal carioca, “*os exemplares do folheto foram distribuídos pelas Ligas Camponesas, no interior*”.²⁹⁶ O periódico chegou a afirmar que essa difusão de textos de Mao Tse-Tung e Fidel Castro era mais perigosa que a circulação de *Mein Kampf*, de Adolf Hitler.²⁹⁷ De acordo com um dos editoriais do jornal *O Globo*:

Muito se esforçaram os titulares da Pasta da Justiça para coibir a venda de “Minha Luta” de Adolf Hitler. [...]

A nosso ver, muito mais perigoso para o Brasil do que o desacreditado e caduco livro do enlouquecido ditador alemão é a tradução e a intensa divulgação que se faz em nosso País [...] de escritos de caráter subversivo e antinacional como os de Mao Tse-Tung e Fidel Castro, destinados a ensinar como se derrubam os governos democráticos, através de revoluções e guerrilhas, para a instalação do regime comunista.

Não se vê, da parte das mesmas autoridades que ainda combatem o famigerado – mas derrotado e desaparecido – chefe do III Reich, menor cuidado em impedir a circulação dos trabalhos muitos mais atuais e, conseqüentemente, mais perigosos, de seus êmulos da China Vermelha e da soviética Cuba.

*As cartilhas e manuais da subversão são traduzidos, petulantemente editados e espalhados com a complacência governamental, por todo o interior do Brasil. [...] A motivação de sua agressão às instituições era a pretensa Reforma Agrária.*²⁹⁸

Em maio de 1961, o jornal *O Globo* apresentou uma publicação especial - que ocupava uma página inteira – para falar sobre os desdobramentos do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, dentre eles, “*a iniciativa, a orientação e comando do desenvolvimento da política comunista no mundo ocidental*”. Entre outros movimentos e países latino-americanos destacados na publicação, o periódico de Roberto Marinho apresentou um tópico especial para falar das “*Ligas Camponesas de Francisco Julião*” e de seu suposto papel como principal instrumento de “*comunização*” do Brasil.²⁹⁹ Segundo o jornal *O Globo*:

Não obstante a controvérsia que surge, de vez em quando, sobre a natureza real das Ligas Camponesas de Pernambuco, organizadas pelo Deputado Francisco Julião, a verdade é que essas ligas representam uma das mais perigosas infiltrações comunistas no País. Aproveitando as más condições em que vivem os lavradores do Nordeste, o deputado Julião promove o mais intenso movimento subversivo de preparação da revolução comunista no Brasil, acobertado pelo pretexto de exigir a Reforma Agrária.

Como exemplo e ídolo, Francisco Julião apresenta ao lavrador nordestino a figura de Fidel Castro, levada àquelas paragens como salvador do camponês cubano e inspirador de todos os homens do campo da América. Em seu trabalho constante, as

²⁹⁶ Matéria. *A polícia de Pernambuco confirma a distribuição de folhetos subversivos* 11/04/1961 p.5.

²⁹⁷ Editorial. *Cadernos contra o Brasil* 24/09/1962 p.2.

²⁹⁸ Idem.

²⁹⁹ Idem.

*ligas subvertem a ordem, provocam a ação policial, prejudicam o equilíbrio econômico da região e preparam o terreno para a ação dos agentes comunistas. Mas de tudo o que mais impressiona é a exaltação permanente de Fidel Castro, o homem que entregou Cuba ao comando do imperialismo sino-soviético. Compreende-se, naturalmente, que os camponeses do Nordeste brasileiro tenham justa ansiedade em resolver seus problemas econômicos e sociais, mas, positivamente, não se compreende que a solução de tais problemas seja oferecida a troco da traição à Pátria. Mesmo porque jamais haverá solução para o homem do campo sob o regime que Fidel Castro instalou em Cuba, como muitos outros agentes de Moscou têm instalado em outras nações hoje escravizadas ao jugo soviético.*³⁰⁰

Já o editorial do jornal *O Globo* intitulado “*Guerrilheiros para Pernambuco*” afirmava que “*se fosse possível consultar os arquivos da central sediciosa que de Moscou*” dirigia e fomentava “*a subversão vermelha através do mundo, deveria ver-se que o Nordeste brasileiro foi há muito escolhido pelos técnicos soviéticos da revolução como o campo de prova para a comunização do Brasil*”.³⁰¹ De acordo com a opinião do periódico de Roberto Marinho:

Era preciso agravar as amarguras daquele povo, primeiro exagerando seu drama como um caso excepcional no mundo para, depois, apresentar as desordens e tropelias maquinadas e manobradas por agentes especiais como demonstrações típicas das teses marxistas.

Como, apesar de tudo, o velho Nordeste heroico resiste aos cantos de sereia do comunismo como um galho agreste de mandacaru resiste à seca, procura-se agora incrementar a ação subversiva que se desenvolve no Nordeste, iniciada com as Ligas Camponesas e tomada de novo impulso com a eleição do Sr. Miguel Arraes. [...]

A trama da sovietação é por demais evidente, ramificada e fortalecida por conveniência e estudada omissão para que sobrem muitas dúvidas para a maioria democrática brasileira.

*Confiemos apenas que essa maioria tome as providências que já tardam e que, mais uma vez, o bravo povo pernambucano com todos os seus irmãos do Nordeste saibam repelir os traidores e vendidos, ganhando novos títulos ao reconhecimento e à admiração do Brasil.*³⁰²

Reforçando em seu público a ideia de que as Ligas Camponesas tinham fortes ligações com o comunismo internacional, representado também pelo regime liderado por Fidel Castro, o jornal *O Globo* repercutia em suas páginas a informação – posteriormente desmentida por Francisco Julião - de que as Ligas Camponesas pretendiam “*comemorar o 26 de julho (que assinala a primeira tentativa de Fidel Castro chegar ao poder) hasteando bandeiras cubanas nas suas sedes*”.³⁰³ O jornal *O Globo* fomentava em suas páginas a tese de que as Ligas Camponesas, “*obedecendo as ordens do deputado Francisco Julião*”, estavam promovendo a “*comunização das propriedades*” e levando o terror a Pernambuco, criando um “*cinturão*

³⁰⁰ Idem.

³⁰¹ Editorial. *Guerrilheiros para Pernambuco* 09/11/1963 p.1.

³⁰² Idem.

³⁰³ Matérias. *Bandeiras cubanas nas Ligas: o Exército ignora o fato* 10/07/1961 p.3 / *Francisco Julião ataca Governo em São Paulo* 06/07/1961 p.6.

vermelho em torno do Recife”. Esse cenário poderia ameaçar – dentro de algum tempo – todo o país, pavimentando o terreno para a revolução comunista no Brasil.³⁰⁴ Em 1960, o jornal *O Globo* alertava os seus leitores de que:

*O clima de tensão criado em Pernambuco chegou ao auge com as sucessivas invasões de terras por elementos das Ligas Camponesas. A comunização das propriedades vinha sendo efetuada em intervalos longos entre a posse de um engenho e a invasão de outro, completando-se o trabalho com a desapropriação pelo Governo. Os sectários do deputado Francisco Julião tomaram atento à neutralidade das autoridades policiais e agora já cogitaram formar um cinturão em torno da metrópole pernambucana.*³⁰⁵

O jornal *O Globo* afirmava em seus editoriais que onde o circo “*vermelho e ‘nacionalista’*” se apresentava mais evidente era “*no Recife, quartel-general dos agitadores, com as Ligas Camponesas*” levando a comunização a todo estado de Pernambuco, objetivando – contudo - expandir seus tentáculos para todo o Brasil. O periódico também sublinhava a presença de “*farto material de propaganda comunista*” juntamente com “*rifles, espingardas e pistolas*” nas apreensões da polícia realizadas em operações contra as Ligas Camponesas.³⁰⁶ De acordo com *O Globo*, as Ligas Camponesas – que nasceram no Engenho da Galileia, em Pernambuco -, sob a tutela de Francisco Julião, “*se estenderam*” e já estavam “*se movendo para ocupar propriedades alheias*” de forma violenta em diversos estados brasileiros a fim – em última instância – de levar o Brasil à “*comunização*”. Na visão propagada por *O Globo*, as Ligas Camponesas se tratavam, simplesmente, de “*um movimento atizado por agitadores comunistas, aos quais não interessa nenhuma solução pacificadora*”.³⁰⁷

O diário carioca mostrava aos seus leitores que a expansão das Ligas Camponesas em escala nacional acontecia de diferentes formas, inclusive, através da disseminação de propaganda comunista e “*subversiva*”, como destacava a matéria intitulada “*Material subversivo de Pernambuco para o Rio*”. A publicação relatava o envio de instrumentos de propaganda do comando das Ligas Camponesas de Pernambuco para os seus representantes fluminenses, propagando a ideia de que o movimento ganhava abrangência nacional a partir da orientação e do “*comando central*” das Ligas Camponesas pernambucanas, sempre sob a liderança máxima do deputado Francisco Julião.³⁰⁸ Em editorial, o jornal *O Globo* colocava as

³⁰⁴ Matéria. *Cinturão vermelho em torno do Recife* 09/06/1960 p.2

³⁰⁵ Idem.

³⁰⁶ Editorial. *Análise de uma eleição* 07/10/1960 p.1; Matéria. *Têm influência comunista os incêndios nos canaviais* 08/12/1960 p.13.

³⁰⁷ Artigo de Maurício Joppert da Silva. *Subsídios para a questão agrária* 06/04/1962 p.7.

³⁰⁸ Matéria. *Material subversivo de Pernambuco para o Rio* 11/04/1962 p.6.

Ligas Camponesas entre os “*inimigos da democracia e da paz interna*” e falava que: “*Descobriram que o Nordeste é uma região sofredora e flagelada pelas secas, [...] levam uma pregação subversiva, exagerando nas cores e estimulando o descontentamento e a revolta, pois esses agitadores não estão em busca de soluções, mas de revoluções*”.³⁰⁹

Em diferentes publicações, o jornal *O Globo* alertava que as Ligas Camponesas estavam se consolidando em vários estados, deixando os proprietários alarmados e pavimentando o suposto plano da revolução comunista a partir dos campos brasileiros. Nesse sentido, a matéria “*Pregação subversiva em zonas rurais de Minas*” afirmava que: *os fazendeiros da região* estavam “*apreensivos com a crescente infiltração de elementos filiados às chamadas Ligas Camponesas*” e com “*os boletins subversivos que estavam sendo espalhados em todos os municípios do centro do estado*”. A publicação salientava, ainda, que “*os líderes do movimento*” estavam “*pregando abertamente a revolução agrária em comícios e reuniões realizados em pequenos povoados*”.³¹⁰ O jornal mostrava ao seu público que a “*subversão e a agitação comunistas*” orientavam o movimento organizado do campesinato brasileiro em escala nacional, no seu mais alto nível de organização, sendo – inclusive – a grande marca do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em 1961.³¹¹ A cobertura do jornal *O Globo* do principal evento da classe camponesa organizada resultou na matéria “*Subversão e agitação comunista no Congresso Nacional de Lavradores*”, que afirmava que:

³⁰⁹ Matéria. *Inimigos da democracia e da paz interna* 17/05/1962 p.1. Na mesma sintonia discursiva dos editoriais e textos de opinião, bem como, de outras reportagens que versavam sobre o tema, uma matéria publicada pelo jornal *O Globo* alertava para a “*violência*” das “*invasões*” que aconteciam em latifúndios do Rio de Janeiro e afirmava – ainda – que essas ações estavam sendo realizadas por pessoas de “*ideologia suspeita*” com anuência de “*políticos inescrupulosos*”. A matéria intitulada “*Políticos sem escrúpulos estimulam as invasões de fazendas fluminenses*” destacava que estaria em processo no território fluminense uma “*reforma agrária pela violência, em terras cultivadas*”, afirmando que: “*insuflados por elementos de ideologia suspeita e encorajados pelo sucesso de outros invasores acobertados por políticos do Estado do Rio de Janeiro, vinte homens invadiram a fazenda Agropastoril Vargem Grande (32.281.267 m²) em Itaboraí. Sem o menor respeito à propriedade particular, cercaram um alqueire de terra, limpam o terreno e plantaram mudas de mandioca, milho e arroz. Antes derrubaram a mata virgem vizinha ao local e cortaram centenas de metros de lenha para vender. Chegaram a construir um rancho e, quando foram surpreendidos pelo Sr. Anor Junqueira, administrador da fazenda, estavam iniciando a construção de casebres pelos quais receberiam vultosas indenizações em caso de expulsão. [...] Essas invasões de terra, que se repetem de maneira alarmante no Estado do Rio, estão inquietando os fazendeiros, tal a impunidade com que agem os invasores. [...] Segundo verificou a reportagem, o clima entre os proprietários de terra é de apreensão e insegurança, tal a falta de garantias do Governo, que parece manter-se alheio às invasões*”. Matéria. *Políticos sem escrúpulos estimulam as invasões de fazendas fluminenses* 14/11/1961 p.5.

³¹⁰ Matéria. *Pregação subversiva em zonas rurais de Minas* 05/06/1962 p.11.

³¹¹ Matéria. *Subversão e agitação comunista no Congresso Nacional de Lavradores* 20/11/1961 p.5.

Gritos e manifestações de louvor a Fidel Castro, tendo como fundo a gravação de um dos discursos do ditador cubano, deram colorido extremista à solenidade de encerramento do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. Entre os milhares de congressistas, muitos empunhavam cartazes com frases como “Reforma agrária ou revolução”, “Terra ou morte”, “Na lei ou na marra”. O discurso de Fidel, de defesa da reforma agrária e condenação ao imperialismo norte-americano, foi entrecortado de “hurras” e manifestações de entusiasmo no plenário³¹².

O periódico de Roberto Marinho propalava em suas páginas a ideia de que a “violência” e o “terror” das Ligas Camponesas estavam se expandindo para todo o Brasil. O jornal *O Globo* sustentava a sua tese de que as Ligas eram parte de um projeto revolucionário dos comunistas brasileiros em aliança com o movimento comunista internacional, ressaltando que as ações dos camponeses organizados nesse movimento eram parte de um violento processo revolucionário que tendia a se agudizar quando chegasse à zona rural de diversos estados, ganhando uma abrangência nacional. Em suas matérias, editoriais e artigos, o jornal *O Globo* alertava os seus leitores sobre a expansão violenta das Ligas Camponesas nas diferentes regiões do Brasil, que estaria levando “pânico” para municípios de vários estados. Por exemplo, a matéria “*Colonos amotinados, aos gritos de ‘al paredón’, queriam matar fazendeiros e saquear propriedades*” afirmava que “*instigados por agitadores comunistas*” das Ligas Camponesas, “*mais de 300 colonos provocaram pânico em Cachoeira de Macacu*”, cidade localizada no interior do Rio de Janeiro. A publicação destacava, ainda, que “*o líder da União das Ligas Camponesas encabeçava o movimento rebelde*” que supostamente chegou a levar “*cinco prisioneiros*” para serem ‘ *julgados à moda Fidel Castro*’.³¹³ De acordo com a reportagem de *O Globo*:

Mais de trezentos colonos armados com espingardas, revólveres, facões, e foices rebelaram-se contra administradores de granjas e fazendas, na localidade de São José da Boa Morte, 3º distrito de Cachoeira de Macacu, estado do Rio. O movimento rebelde foi instigado pelas Ligas Camponesas daquele estado e, segundo um de seus participantes, tinha como objetivo atacar as propriedades daquela região e “passar nas armas” seus proprietários. Graças, porém, à intervenção da Polícia fluminense não foram consumados os sangrentos propósitos dos rebeldes. Vários agitadores comunistas lideravam a rebelião.

Os camponeses amotinados fecharam todas as vias de acesso à região por eles dominada, impedindo, por várias horas, o trânsito de pessoas. Só passava quem tivesse a senha fornecida pelas Ligas Camponesas. Conseguindo, assim, fazer alguns prisioneiros [...]. Os prisioneiros foram levados para um terreno espaçoso em Água Branca e foram colocados de pé frente a uma barreira. A três metros de distância postaram-se vários colonos, munidos de rifles e garruchas. Francisco de Assis, comunista fichado e um dos líderes da sedição, iniciou um julgamento sumário com a visível intenção de instigar o assassinato dos prisioneiros. Em sua arenga, procurava despertar o ódio dos colonos contra os cinco homens.

³¹² Idem.

³¹³ Matéria. *Colonos amotinados, aos gritos de ‘al paredón’, queriam matar fazendeiros e saquear propriedades* 20/11/1961 p. 25.

*Enquanto isso, o cabeça do movimento, Mariano Béser, líder da União das Ligas Camponesas do Estado do Rio de Janeiro, em brados, conclamava os colonos a determinar a pena máxima: “Al paredón”.*³¹⁴

O periódico mostrava exemplos de ações violentas das Ligas Camponesas em diferentes localidades – como a Serra dos Órgãos -, ressaltando a abrangência que esse movimento vinha ganhando a partir da orientação dos “comunistas”, que “aliciavam os trabalhadores locais”. O jornal afirmava que em muitas ações das Ligas não se encontrava “nenhum lavrador, mas apenas desordeiros e comunistas” e que – no caso do município de Silva Jardim – pretendiam “transformar a Serra dos Órgãos em ‘Sierra Maestra’”.³¹⁵

O caráter violento das ações das Ligas Camponesas era constantemente ressaltado pelo jornal *O Globo*, que repetia em suas páginas que o movimento era idealizado e comandado por “agitadores comunistas”, que “faziam tropelias, ameaçando os agricultores que queriam resistir à invasão” de suas propriedades. De acordo com publicações de *O Globo* como a matéria de capa “Assassinado porque não quis ingressar nas Ligas Camponesas”, a violência praticada pelo movimento camponesino liderado pelo deputado Francisco Julião era tamanha que os trabalhadores rurais que se negavam a atuar nas Ligas eram sumariamente executados pelos líderes do movimento. O periódico ainda ressaltava que – através de métodos violentos - “os membros das Ligas Camponesas” davam “um prazo de 24 horas para a população do Engenho abandonar as suas terras”.³¹⁶ A cobertura realizada pelo jornal *O Globo* das ações do movimento camponesino organizado focava na exposição dos métodos violentos e radicais utilizados pelas Ligas Camponesas. Por exemplo, jornal publicou uma matéria intitulada “Homens armados tomaram de assalto a fazenda Piranema” chamando a atenção para a “violência” empregada por integrantes da Associação Brasileira de Lavradores. Citando as declarações do latifundiário que tinha a propriedade da fazenda, o jornal falou “do perigo existente para o país” pois tinha “aquele movimento de homens armados, com caráter nitidamente subversivo”.³¹⁷ Nas palavras de *O Globo*:

Consumou-se nesse domingo a ameaça dos componentes da chamada Associação Brasileira de Lavradores, em atacar a fazenda Piranema, [...] Como O GLOBO anunciou, o fazendeiro vinha recebendo cartas ameaçadoras dizendo, entre outras coisas, que a reforma agrária terá de vir de qualquer modo, nem que seja a bala. Domingo cerca de 500 homens entraram na fazenda instalando-se como se fossem

³¹⁴ Idem.

³¹⁵ Matéria. *Luta para reaver sua propriedade invadida pelos desordeiros* 05/01/1962 p.11.

³¹⁶ Matéria. *Voltam a agir as Ligas Camponesas* 27/07/1960 p.6.

³¹⁷ Matérias. *Homens armados tomaram de assalto a fazenda piranema* 09/11/1961 p.13; *Assassinado porque não quis ingressar nas Ligas Camponesas* 31/01/1963 p.1

*verdadeiros donos. Armados e municidados, não sofreram qualquer reação dos empregados, que abandonaram tudo, fugindo para não morrer.*³¹⁸

O jornal sublinhava que eram “*presos em Pernambuco terroristas das ‘Ligas’*” pois “*os comunistas estavam espalhando o terror*”.³¹⁹ O periódico da família Marinho chamava o movimento liderado por Francisco Julião de “*bando de camponeses*” e afirmava que as Ligas “*assaltavam fazendas*” e que, “*à frente de camponeses armados*”, seus líderes defendiam “*a revolução, pacífica ou sangrenta, para que*” fosse instalado “*no Brasil o regime socialista*” através de “*manobras revolucionárias*” nos campos do país.³²⁰ A matéria “*As Ligas Camponesas incitam o povo à revolução no Nordeste*” falava em “*pregação subversiva*” e afirmava que “*panfletos subversivos que incitam os camponeses à revolução e à ocupação violenta das terras*” estavam sendo distribuídos pelas lideranças do movimento organizado por Francisco Julião.³²¹

O jornal *O Globo* atribuía às Ligas Camponesas “*o clima de terror nas usinas e engenhos*” e dizia que a polícia militar tinha que intervir para deter “*a invasão e a depredação por elementos das Ligas Camponesas*”, ressaltando que os usineiros e latifundiários poderiam “*armar legalmente seus vigias, formando mesmo uma tropa de defesa contra a dilapidação de seu patrimônio*”. O artigo “*Parábola da Reforma Agrária*” afirmava que “*em Pernambuco, camponeses*” estavam “*assaltando engenhos*”, pois, “*em plena ignorância, os homens do campo*” estariam “*sendo agitados*” pelos “*marxistas, organizadores e orientadores das Ligas Camponesas*”. As opiniões e reportagens do periódico ressonavam a tese de que – de fato – “*os comunistas infiltrados nas Ligas Camponesas*” estavam “*pregando abertamente a revolução na zona rural*”, o que – na visão de *O Globo* – legitimaria a formação de milícias rurais sob a tutela dos grandes proprietários de terras para fazer frente ao movimento campesino organizado.³²²

O Globo ainda trazia o alerta de que as Ligas Camponesas, dentro de seu suposto plano de ação comunista, estariam ampliando ainda mais sua expansão no território nacional, deixando de atuar somente nos campos e chegando até as cidades brasileiras. Por exemplo, a

³¹⁸ Idem.

³¹⁹ Matéria. *Presos em Pernambuco terroristas das ‘Ligas’* 02/08/1962 p.7.

³²⁰ Matéria. *O chefe do bando de camponeses confessa que é pela revolução* 10/08/1962 p.10; *Pronunciamento inadiável* 30/08/1962 p.1.

³²¹ Matéria. *As Ligas Camponesas incitam o povo à revolução no Nordeste* 16/08/1963 p.7.

³²² Matéria. *O clima de terror nas usinas e engenhos* 11/01/1963 p. 1 e 13; Matéria. *Camponeses deixam o campo e fazem passeata no Recife* 12/01/1963 p.3; Artigo de Mozart Monteiro. *Parábola da Reforma Agrária* 25/01/1963 p.9.

matéria “*Auxiliar de Julião anuncia a criação das Ligas Urbanas*” afirmava que um dos principais comandados de Francisco Julião, o estudante Joel Câmara, teria anunciado que o movimento ampliaria sua área de atuação com a criação de “*Ligas Urbanas, dentro dos mesmos moldes das Ligas Camponesas, mas visando ao aproveitamento dos terrenos das cidades*” e que a “*orientação política das Ligas Urbanas*” partiria “*também do deputado Francisco Julião*”.³²³ Seguindo com a linha de alertar os seus leitores sobre o avanço do movimento das Ligas Camponesas para os centros urbanos brasileiros (colocando em risco o direito de propriedade de forma integral no país), o jornal *O Globo* estampou na capa da edição de 9 de fevereiro de 1963 a matéria “*Julião incita os invasores de apartamentos em Brasília*”, que dizia: “*O criador das Ligas Camponesas fala em ‘direta invasão’ e em ‘planificação’ do assalto às residências vazias*”.³²⁴

Trilhando o caminho discursivo de atrelar a ação das Ligas Camponesas às mais variadas formas de violência, o jornal *O Globo* também afirmava que o movimento dos camponeses organizados chegava ao ponto de ameaçar o livre exercício do Poder Judiciário ao, supostamente, “*coagir os jurados a se pronunciarem contra o fazendeiro Adolfo Pereira Carneiro e o vigia Sérgio Inácio da Nóbrega [...], acusados da morte do empregado da fazenda de nome Natalício*”. Segundo *O Globo*, o ambiente era “*cada vez mais tenso*” pois os integrantes das Ligas Camponesas estariam propalando “*que os réus, caso fossem absolvidos, seriam trucidados à saída do Tribunal do Juri*”. De acordo com a reportagem de *O Globo*, o fazendeiro em questão foi absolvido e teve que ser escoltado pela polícia, “*uma vez que era grande a animosidade existente na cidade contra a sua pessoa, provocada pelos elementos das Ligas Camponesas*”.³²⁵ O jornal *O Globo* fez uma série de reportagens para “*pôr a nu o problema*” causado pelas Ligas Camponesas e demonstrar “*claramente o sentido subversivo das Ligas Camponesas*” e de sus “*práticas terroristas*”.³²⁶ De acordo com o periódico carioca:

É evidente a ilegalidade dessas Ligas, que têm espalhado o terror no interior pernambucano. Essa ilegalidade está bem caracterizada nas ações – cível e criminal – movidas pelo advogado do Engenho da Galileia, que pede a intervenção do estado na Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, ou sua dissolução.

³²³ Matéria. *Auxiliar de Julião anuncia a criação das Ligas Urbanas* 21/01/1963 p.2.

³²⁴ Matéria. *Julião incita os invasores de apartamentos em Brasília* 09/02/1963 p.1 e 3.

³²⁵ Matéria. *A polícia garantiu os réus sob ameaça da Liga Camponesa* 05/06/1959 p.9. É importante salientar que – apesar da narrativa de *O Globo* acerca de uma suposta violência praticada pelos camponeses no dia do julgamento – os membros das Ligas Camponesas se manifestaram através de cartazes com dizeres como: “*Senhores jurados não se desviem da verdade*”, “*Senhores jurados, procurem aplacar o ódio do povo*”, “*Para nós, camponesas, ainda resta uma esperança. Confiamos na justiça*”.

³²⁶ Matéria. *Incita os camponeses a práticas terroristas no interior de Pernambuco* 08/06/1959 p.12.

*Sobre isso, O GLOBO iniciará uma série de reportagens pondo a nu o problema e demonstrando claramente o sentido subversivo das Ligas Camponesas e suas ligações na política do estado.*³²⁷

O jornal de Roberto Marinho publicou muitas matérias reportando as ocupações de terra realizadas pelas Ligas Camponesas, sempre relatadas com o termo “invasão” por *O Globo*. Por exemplo, a matéria “*Nova invasão dos camponeses e mais um canavial queimado*” afirmava que “*dezenas de membros das Liga Camponesa do Engenho da Galileia foram presos ontem quando invadiram a cidade*” e que “*como vingança, os demais incendiariam um canavial*”. O jornal ainda diz que foram expostos “*na ocasião, dísticos e faixas alusivos à campanha que empreendem*”.³²⁸ A cobertura de *O Globo* em torno das ações das Ligas Camponesas em diferentes estados do Brasil majoritariamente associava o movimento e seus líderes à violência, à agitação e ao comunismo.

Um dos principais mecanismos discursivos utilizados pelo periódico de Roberto Marinho para ressaltar o caráter violento das Ligas Camponesas e de suas lideranças era o recorrente destaque ao “poder de fogo” do movimento. Muitas matérias, artigos e editoriais sublinhavam os armamentos utilizados pelos camponeses nas diversas ações implementadas nas zonas rurais do Brasil. Por exemplo, em dezembro de 1962, o jornal publicou a manchete principal de capa que anunciava: “*Metralhadoras e fuzis das Ligas apreendidos em Goiás*”. Abaixo da manchete, o periódico publicou a foto de um suposto “*cartão de um diplomata russo para Julião*”, que teria sido apreendido pela polícia junto com o armamento.³²⁹ De acordo com a matéria do jornal *O Globo*:

*Um carregamento de armas de guerra e munições, peças de barracas para acampamentos e publicações subversivas foi apreendido [...] por policiais. A carga e o veículo, ao que foi constatado pelas autoridades, pertencem às Ligas Camponesas, vieram de Recife e se destinavam a Dianópolis, em Goiás, município em que as Ligas, recentemente, insuflaram homens do campo a invadir terras. Segundo informaram as autoridades, [...] foi apreendido [...] um cartão de Anatole M. Chadrin, chefe da seção consular da Embaixada da URSS, endereçado ao deputado Francisco Julião. O cartão é nos seguintes termos: “Sinto muito não houver (sic) entrevistado com vosse (sic), mas espero que terei essa possibilidade no futuro”.*³³⁰

A matéria do periódico de Roberto Marinho afirmava que o cartão com esse conteúdo provava “*a articulação das Ligas Camponesas, nitidamente comunistas, com a URSS*”. Nesse sentido,

³²⁷ Idem.

³²⁸ Matéria. *Nova invasão dos camponeses e mais um canavial queimado* 17/11/1959 p.1.

³²⁹ Matéria. *Metralhadoras e fuzis das Ligas apreendidos em Goiás* 14/12/1962 p.1 e 14.

³³⁰ Idem.

as autoridades responsáveis pela apreensão deveriam alertar ao Governo Federal “*da ligação agora provada de comunistas brasileiros e russos*”. Evidenciando o perigo armado que as Ligas Camponesas representariam para o Brasil, o jornal *O Globo* fez questão de listar os tipos de armas que foram apreendidos pela polícia goiana.³³¹ Segundo a publicação do periódico carioca:

*No auto de flagrante de apreensão constam os seguintes detalhes, que caracterizam as armas: um fuzil usado, marca “I-3404”, um fuzil nº “13302”, um fuzil com o número ineleável, tendo gravadas as armas da República, um fuzil nº “C-316”, um fuzil sem marca nem número, um fuzil nº “C-4922”, uma pistola tipo Luger, nº 1.842, uma metralhadora “MP-40”, nº 1061; uma faca peixeira, com bainha de couro; o revólver Tauros [...] e o “Smith”.*³³²

No dia seguinte, o jornal *O Globo* publicou um editorial de capa sobre a apreensão intitulado “*Começam a aparecer os ‘fantasmas’*”. O texto alertava sobre “*os preparativos subversivos em expansão no País*” e chamava a atenção para o iminente risco de uma revolução socialista liderada pelas Ligas Camponesas no Brasil.³³³ De acordo com a publicação do periódico da família Marinho:

A apreensão, no subúrbio de Parada de Lucas, de metralhadoras e outros petrechos bélicos, que eram conduzidos do Recife para Goiás pelo agitador Clodomir Santos de Moraes, levanta um pouco o véu que ainda encobre os preparativos subversivos em expansão no País.

Agora ninguém poderá dizer que os denunciadores da trama revolucionária estão vendo fantasmas. O que se vê são metralhadoras, fuzis, pistolas e peças de nylon para armação de barracas.

Urgem medidas enérgicas e imediatas por parte do Governo Federal para impedir a ação dos sediciosos. Aqui, na Guanabara, eles serão detidos sempre que aparecerem, pois as autoridades estaduais encontram-se alertas, vigilantes, dispostas a preservar a ordem e as instituições. Mas o que estará acontecendo em outras unidades da Federação, sobretudo naquelas que têm sido mais trabalhadas pela pregação revolucionária dos insanos demagogos?

Não é sintomático que a agitação subterrânea que tem nas chamadas Ligas Camponesas um de seus redutos, se apresente mais intensa agora, quando a propaganda está sendo despidoradamente anunciada por maus brasileiros esquecidos de seus deveres e responsabilidades?

O Exército, a Marinha e a Aeronáutica, que serão chamados a debelar qualquer movimento contra a ordem jurídica, deveriam fazer sentir às autoridades a conveniência de prevenir já, para que as Forças Armadas não se vejam compelidas a reprimir mais tarde, o que ainda pode ser evitado, se houver um pouco mais de consciência do perigo, menos indiferença ante a ameaça e cessar o fogo diabólico dos que namoram os agitadores, esperando, ingenuamente, poder utilizar a agitação em proveito próprio.

O fato de um elemento daninho, um inimigo do regime, como esse transportador de armas, ter em seu poder cartão autógrafa de um membro da embaixada soviética dirigidos ao Sr. Francisco Julião, que é o chefe das Ligas Camponesas, está,

³³¹ Idem.

³³² Idem.

³³³ Editorial. *Começam a aparecer os “fantasmas”* 15/12/1962 p.1.

*igualmente, a merecer atenção governamental. Que conexão haverá entre o diplomata russo e o contrabandista de armas de guerra e o movimento sedicioso a que se destinavam as referidas armas?*³³⁴

Dois dias depois, o periódico de Roberto Marinho publicou uma reportagem intitulada “*Documentos apreendidos revelam plano comunista para subverter o país*”. A matéria era mais uma da série de publicações acerca da apreensão de armamentos com um membro das Ligas Camponesas.³³⁵ O texto salientava que:

*O delegado Cecil Borer, da Divisão de Polícia Política e Social, está de posse dos planos de um programa de agitação comunista, apreendidos em lugar mantido em sigilo, durante diligências posteriores à prisão do advogado das Ligas Camponesas Clodomir Santos de Moraes. O programa faz parte de um plano geral de subversão que deveria ser posto em prática no início de janeiro, sabendo-se por ele que os camponeses têm, diariamente, aulas de teoria militar, guerrilhas e politização. Entre os documentos apreendidos, encontrou-se o regimento interno das Ligas Camponesas, estabelecendo deveres e obrigações, e um esquema de orientação, visando a tornar prático o aprendizado e sem gasto abusivo. [...] O plano manda ainda intensificar, junto ao povo e nas três escolas da vila, “a exploração sutil do atraso nacional e de cada região do país”, apontando suas causas e sugerindo como solução o levante armado.*³³⁶

No dia seguinte, o jornal voltou a publicar uma reportagem sobre a mesma questão, contudo, essa publicação tinha um destaque ainda maior. Intitulada “*A polícia descobre plano de rebelião em todo o país marcado para janeiro*”, agudizava o discurso sobre a ligação entre as Ligas Camponesas e a URSS, chegando a afirmar – por meio de “*informação colhida extra-oficialmente*” - que o próprio diplomata soviético estaria “*tramando contra a segurança nacional*” pois era “*um dos planejadores do movimento subversivo*”, em tese, protagonizado pelas Ligas Camponesas.³³⁷ A publicação de *O Globo* dizia que:

Informação colhida extra-oficialmente revela que um dos planejadores do movimento subversivo seria o próprio chefe da Seção Consular da Embaixada Soviética, Anadote Chadrin, cujo depoimento, a polícia pretende tomar, aguardando para isso apenas instruções do Itamarati. [...] A prisão do advogado Clodomir de Moraes foi apenas mais um dado comprobatório de que um dispositivo de inquietação está montado em Goiás [...], onde agitadores profissionais, na maioria procedentes de Pernambuco e cumprindo ordens do Deputado Francisco Julião, fundaram núcleos das Ligas Camponesas e centros de treinamento de guerrilhas e doutrinação comunista nos moldes preconizados nos livros de Ernesto “Che” Guevara e Mao Tse-Tung. [...] Autoridades brasileiras descobriram recentemente um dos centros de treinamentos que funcionavam em Goiás: estava situado em Divinópolis, onde foi apreendida

³³⁴ Idem.

³³⁵ Editorial. *Documentos apreendidos revelam plano comunista para subverter o país* 17/12/1962 p.14.

³³⁶ Idem.

³³⁷ Matérias. *A polícia descobre plano de rebelião em todo o país marcado para janeiro* 18/12/1962 p.7. / *O diplomata russo tramava contra a segurança do país em encontros com Clodomir* 20/12/1962 p.10.

*grande quantidade de armas de guerra, munição, farto material de propaganda comunista e cerca de 200 mil cruzeiros.*³³⁸

No último dia do ano, o jornal *O Globo* publicou uma matéria especial listando os “*Crimes, desastres e tragédias que caracterizaram o ano de 1962*”, entre os atos criminosos e trágicos relatados pela publicação do periódico de Roberto Marinho estavam, por exemplo, casos como o do “*estrangulador da Lapa*”, de um “*latrocínio em Botafogo*”, e de um “*esquartejador*”, juntamente com o episódio da apreensão de armas das Ligas Camponesas.³³⁹ O trecho que abordava este acontecimento afirmava que:

Metralhadoras e fuzis das Ligas Camponesas, que iam de Recife para Divinópolis, foram apreendidos na estrada Rio-São Paulo. Foram presos o motoristas José Francisco da Silva, Clodomir Santos de Moraes, advogado das Ligas, e sua amante Célia Lima. Ficou evidenciado um vasto plano subversivo vermelho, com a finalidade de preparar técnicos de Guerrilha. A apreensão foi feita no dia 13 de dezembro.

Diversas publicações de *O Globo* ressaltavam o poder de fogo das Ligas Camponesas e, costumeiramente, listavam os tipos de armas utilizadas pelos membros da organização em suas ações em diferentes estados brasileiros, citando, desde fuzis, metralhadoras, revólveres, pistolas, armas de caça, peixeiras, enxadas, foices, até “*bombas de fabricação doméstica*”. A matéria “*As Ligas Camponesas planejam a invasão dos 52 engenhos de També*”, além de citar o armamento, também mostrava uma foto de dois camponeses empunhando uma carabina com a seguinte legenda: “*Dois dos agitadores das Ligas Camponesas presos na Paraíba. Em cima do banco estão, além das carabinas e das foices, as chamadas ‘bombas Julião’*”.³⁴⁰ Na matéria “*Preso membro das Ligas Camponesas e contrabandista de munições*” o jornal *O Globo* afirmava que um militante do movimento liderado por Francisco Julião havia sido preso com “*duas malas contendo grande quantidade de munições de calibres 7 e 9, e farto material de propaganda das Ligas Camponesas*”.³⁴¹

Já a matéria “*Condenados os contrabandistas de armas das Ligas Camponesas*” tratava o movimento como uma organização criminosa responsável por “*atrocidades cometidas*” em diversos estados do Brasil e que estaria montando um arsenal de guerra para “*a formação de guerrilhas no interior do País*”.³⁴² Em várias publicações o jornal seguia alertando sobre o nível

³³⁸ Idem.

³³⁹ Matéria. *Crimes, desastres e tragédias que caracterizaram o ano de 1962* 31/12/1962 p.14.

³⁴⁰ Matérias. *Engenhos invadidos na Paraíba e em Pernambuco* 14/01/1963 p.2; *Elementos das Ligas Camponesas tomaram engenho em Pernambuco* 17/01/1963 p.6; *As Ligas Camponesas planejam a invasão dos 52 engenhos de També* 15/01/1963 p. 2.

³⁴¹ Matéria. *Preso membro das Ligas Camponesas e contrabandista de munições* 23/01/1963 p.12.

³⁴² Matéria. *Condenados os contrabandistas de armas das Ligas Camponesas* 03/04/1963 p.11.

de armamento das Ligas Camponesas em diferentes estados da Federação, mostrando que havia uma grande e complexa operação de distribuição de armas e munições em todo o país. Por exemplo, a matéria “*Até caminhões varavam as matas para armar as “Ligas” em Campos*” ressaltava o grau de complexidade e a amplitude das ações de entrega de armas para os núcleos do movimento camponês sob a liderança de Francisco Julião.³⁴³

O jornal *O Globo*, que naquela época raramente utilizava o recurso da fotografia para ilustrar suas publicações, diversas vezes publicou fotos de camponeses das Ligas armados. Por exemplo, a matéria “*Guerrilheiros das Ligas Camponesas ocupam novos engenhos em Pernambuco*” estampava a foto de um grande grupo de trabalhadores rurais portando armas de fogo, a legenda da imagem dizia que: “*invasores estão fortemente armados, dispondo de vários tipos de armas de fogo*”.³⁴⁴

³⁴³ Matéria. *Até caminhões varavam as matas para armar as “Ligas” em Campos* 09/04/1963 p.3.

³⁴⁴ Matéria. *Guerrilheiros das Ligas Camponesas ocupam novos engenhos em Pernambuco* 12/07/1963 p.1 e 2.

GUERRILHEIROS DAS LIGAS CAMPONESAS OCUPAM NOVOS ENGENHOS EM PERNAMBUCO



Os invasores estão fortemente armados, dispostos de vários tipos de armas de fogo

RECIFE, 12 (O GLOBO) — Dois mil camponeses, na maioria filiados às Ligas Camponesas e sob a orientação do estudante secundarista João Alfredo dos Anjos, estão enfileirados em pontos estratégicos do engenho Coqueiro, em Vitória de Santo Antão e nos remANHOS que levam à propriedade de 800 hec-

Duas Vilas

Os invasores já construíram duas vilas em terras do Engenho Coqueiro. A uma deram o nome de Vila João Pedro Teixeira, em homenagem ao presidente da Liga Camponesa em Supé, na Paraíba, que foi morto em luta com os proprietários. A segunda serve de quartel-general das Ligas e é dali que partem as ordens para a ocupação da propriedade. As mulheres lidam com a cozinha.

Engenhos Invadidos

Mais dois engenhos foram também invadidos pelos camponeses — Camarão e Tamalimira, ainda no município de Vitória de Santo Antão. Alegam que essas propriedades estão abandonadas há cerca de 12 anos e que numa delas apenas residem familiares do Sr. Conselheiro Maranhão ex-deputado estadual.

Para solucionar o problema, os invasores apresentaram as seguintes reivindicações: compra das propriedades pelo Governo; venda, a longo prazo, pelos proprietários. Se nenhuma delas for atendida, estão dispostos a lutar até à vitória final.

Polícia, Não; Exército,

Sim

Os dois investigadores manda-

dos pela Chefatura de Polícia para o Engenho Coqueiro não puderam chegar ao local, pois, obstados por elementos armados. Estes declararam que só tropas do Exército terão livre acesso ao local da concentração.

A principal preocupação do seu comandante relaciona-se com o problema da alimentação. O estudante João Alfredo dos Anjos afirma que invadirá a cidade de Vitória de Santo Antão

Eram Contrabandistas os Bolivianos Presos em Arica, no Chile

SANTIAGO, 11 (O GLOBO) — Os quatro cidadãos bolivianos presos na cidade chilena de Arica eram contrabandistas de cocaína. Foram detidos por carabinieri na estação ferroviária onde vão dar os trens procedentes de La Paz, e em seu poder foram apreendidos onze quilos de folhas de coca, além de outras mercadorias proibidas, que pretendiam vender em Arica e Santiago.

O chefe da invasão disse que virá à Capital avistar-se com o Governador Miguel Arrais. Adverte, entretanto, que os camponeses estão dispostos a enfrentar a polícia se esta tentar expulsá-los. Para o local, o Chefe de Polícia enviou dois investigadores, com o objetivo de observar a situação e apresentar-lhe relatório.

se o Governo não der solução imediata à partilha das terras.

Marcha Contra Outros

Engenhos

Adoçando o sistema de guerrilha chinesa, os camponeses, bem armados, avançam em forma de leque, contra os engenhos Bento Velho e Serra Grande. Os proprietários, alarmados, pediram garantias à polícia, sem obtê-las, entretanto. Todos os planos de invasão foram preparados pelo Deputado Francisco Julião e seu "testa-de-ferro", estudante João Alfredo dos Anjos.

Prêso o Agente de

O GLOBO

Nas proximidades do Engenho Coqueiro, o fotógrafo José Gomes, que é o agente de O GLOBO em Vitória de Santo Antão, foi prêso, durante várias horas, pelos invasores, e ameaçado de morte. Por fim, conseguiu a liberdade sob a promessa de não mais voltar ali. Antes, porém, foi obrigado a inutil-



O estudante João Alfredo dos Anjos, que comanda os camponeses armados. É "testa-de-ferro" de Julião

lizar o filme que documentava as atividades dos invasores.

Condições

RECIFE, 11 (O GLOBO) — Uma comissão de quinze camponeses esteve hoje em visita ao Governador, tendo o Sr. Miguel Arrais afirmado que só poderia tratar dos seus interesses se deixassem as propriedades invadidas, pois não podia admitir desrespeito ao patrimônio privado. Os camponeses prometeram sair dos engenhos até amanhã às 18 horas, quando passarão a discutir a solução do problema com as autoridades governamentais.

Diante desse cenário de "terror" e de ameaça ao regime democrático no Brasil apresentado por *O Globo* aos seus leitores, o periódico de Roberto Marinho afirmava que era preciso estimular uma resistência dos "democratas" e "patriotas", bem como, de instituições públicas como as Forças Armadas e as polícias. O jornal *O Globo* dava bastante espaço para personagens e organizações que corroboravam a tese do periódico de que existia uma ação de cunho comunista³⁴⁶ sendo impetrada em escala nacional pelas Ligas Camponesas, ameaçando a propriedade privada nas zonas rurais e nas cidades, e pondo em cheque a própria democracia

³⁴⁵ Idem.

³⁴⁶ O jornal *O Globo* realizou uma intensa cobertura da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou as Ligas Camponesas na década de 1960 ressaltando a "documentação aterrorizadora" sobre o movimento liderado por Francisco Julião que foi analisada pelos parlamentares que compunham o grupo responsável por aquela investigação. O jornal estampava em suas manchetes que "A CPI confirma a infiltração comunista nas Ligas Camponesas", um suposto "fenômeno trágico" que já vinha sendo alertado por *O Globo* em suas páginas há anos. A CPI confirma a infiltração comunista nas Ligas Camponesas 22/05/1962 p.3.

no Brasil. As diferentes entidades e personalidades da política e da sociedade civil que tinham espaço no jornal, reforçavam a perspectiva defendida por *O Globo* acerca do movimento campesino. Por exemplo, o periódico publicou uma matéria de destaque elogiando o discurso do chefe de polícia do Rio de Janeiro, Segadas Viana, que afirmava que “*a agitação está implantada em todo país*” e que clamava para que “*as forças democráticas*” salvassem “*o regime*”.³⁴⁷ A publicação do periódico do Rio de Janeiro dizia que:

*O chefe de polícia, Sr. Segadas Viana, apelou para que as forças democráticas da nação se unam e ajam para a preservação do regime e da liberdade, pois o clima de agitação está implantado em todo país, constituindo o primeiro passo a convulsão de São Paulo e do Rio, para o que é necessária a tomada do estado Rio, já iniciada com o movimento armado dos lavradores.*³⁴⁸

Ao longo da matéria, o jornal destacou uma série de trechos da fala proferida pelo Chefe de Polícia fluminense, sobretudo, as partes em que Segadas Viana alertava para o avanço do comunismo através do movimento organizado dos lavradores no estado, onde se destacava a ação das Ligas Camponesas lideradas por um dos homens de confiança de Francisco Julião, o espanhol Mariano Béser:

*As forças democráticas não podem continuar dentro dessa estática, pois estamos atravessando período dos mais críticos. É preciso alertar o eleitorado, porque, fracassando a agitação, os comunistas tentarão chegar ao poder através das fórmulas legais. E com maioria no Congresso, investirão contra a Constituição. Unam-se de qualquer maneira para a salvação do Brasil. Esqueçam-se das rivalidades pessoais e econômicas e quantas mais existirem. O plano de agitação se desenvolve a cada instante. No Nordeste, a revolução ainda não se deflagrou porque a região é desfavorável sob o ponto de vista do abastecimento de armas e munição. Os comunistas visam principalmente a São Paulo e ao Rio. E não é difícil ver-se que os crescentes e constantes movimentos de lavradores fluminenses ocorrem nessas zonas estratégicas, seja Macacu, seja Itaguaí, ou Xerém, ou tantas outras localidades. Posso assegurar-lhes, entretanto, que estamos em condições de enfrentar uma subversão armada. Acredito firmemente no patriotismo e na união das Forças Armadas. [...] Unam-se pela salvação do Brasil.*³⁴⁹

Diversas lideranças ruralistas tinham espaço no jornal *O Globo* para criticar a ação dos movimentos campesinos organizados, na maioria das vezes, também associando-os à violência, à agitação social, e ao comunismo. Os ruralistas buscavam se contrapor aos camponeses organizados e, nesse sentido, as matérias do jornal de Roberto Marinho defendiam as posições da classe rural brasileira, ressaltando que os ruralistas agiam para “*impedir que o socialismo*”

³⁴⁷ Matéria. *A agitação já está implantada em todo o país; que as forças da democracia salvem o regime* 12/01/1962 p.2.

³⁴⁸ Idem.

³⁴⁹ Idem.

fosse “*implantado em nosso país como foi em Cuba*”. Por exemplo, um dos principais líderes ruralistas, o presidente da FECOLAN, Brigadeiro Rubem Canabarro Lucas, teve sua visão sobre o movimento dos trabalhadores sem-terra do Rio Grande do Sul exposta com destaque nas páginas de periódico. De acordo com a declaração do ruralista publicada por *O Globo*, havia “*uma infiltração comunista nos movimentos dos agricultores sem-terra*”.³⁵⁰ Nas palavras do Brigadeiro Rubem Canabarro Lucas:

*“Onde existe agitação social, está aí o comunista com sua técnica. Em cada agrupamento existe o líder comunista camuflado com técnica, organização e disciplina fanatizadas, pronto para assumir imediatamente o controle e, em seguida, a direção.”*³⁵¹

Tanto o jornal *O Globo* quanto a classe rural organizada no Brasil defendiam a ideia de que “*a vida rural e o marxismo repelem-se*” e que “*a agricultura não é marxista*”, portanto, a ação das Ligas Camponesas deveria ser combatida nos campos do país.³⁵² *O Globo* também repercutia as teses das classes produtoras que – a exemplo do que pregava o periódico – defendiam que as Ligas Camponesas eram instrumentos de agitação utilizados pelos comunistas. Por exemplo, *O Globo* publicou uma matéria de destaque para reportar a ação empreendida pelo Conselho Superior das Classes Produtoras (CONCLAP) para analisar “*a penetração comunista no Nordeste*”, que - segundo o jornal - seria “*um importante trabalho feito pela CONCLAP sobre a cabeça de ponte bolchevista no Brasil*”.³⁵³ A matéria “*Penetração comunista no Nordeste cria um clima de insegurança*” destacava que:

Conselho Superior das Classes Produtoras (CONCLAP) tornou público um amplo trabalho em que analisa, baseado em dados e fatos conhecidos, a penetração comunista no Nordeste e a grande influência que os vermelhos têm na atual administração pernambucana. Intitulada “Perspectiva de Insegurança Social e Política no Estado de Pernambuco”, o documento faz exaustiva observação da penetração comunista no Governo, no Judiciário e no Legislativo, sua influência nos meios estudantis e sindicais, e sua ação nos meios rurais. “A divulgação do importante trabalho”, diz a CONCLAP, “tem como objetivo alertar o público e os homens públicos para que evitem, pela sua omissão ou passividade, colaborar com a expansão comunista no País”. [...]

O trabalho diz que “com a finalidade de agitar os homens rudes da lavoura e os reunir sob uma orientação política, diretamente ligada ao Secretário do PCB e os organizar em grupos de guerrilhas, foram criadas as Ligas Camponesas que funcionam como uma central sindical. [...]

Vários proprietários de terra, industriais, elementos de projeção na sociedade etc começaram a apelar inicialmente para as autoridades estaduais e em seguida para

³⁵⁰ Matéria. Nova denúncia de agitação comunista no Rio Grande 07/02/1962 p.12.

³⁵¹ Idem.

³⁵² Artigo. O comunismo é inadapável à produção agropecuária 07/05/1962 p.2.

³⁵³ Matéria. Penetração comunista no Nordeste cria um clima de insegurança 26/05/1960 p.5.

*os comandos militares federais, alarmados com a falta de garantias, em face das constantes e crescentes ameaças das Ligas Camponesas. [...] Enquanto isso, sucedem as agitações, as invasões de posseiros, os incêndios frequentes e propositados nos canaviais. A situação chega a tal ponto que, ante a indiferença das autoridades e insegurança das propriedades, os agricultores organizaram uma polícia particular para a sua defesa, a qual já teria entrado em choque com membros das Ligas.*³⁵⁴

O periódico de Roberto Marinho ainda repercutia com destaque em suas páginas declarações de políticos que estavam sintonizadas com a sua linha discursiva sobre as Ligas Camponesas. A exemplo do udenista e ex-ministro da Agricultura, João Cleofas (derrotado na eleição ao Governo de Pernambuco em 1962 e nos dois pleitos anteriores), que tinha uma presença constante no jornal *O Globo*, sobretudo, para difundir seus posicionamentos sobre o movimento campesino liderado por Francisco Julião. O periódico carioca ressonou afirmações de Cleofas que davam um “brado de alerta” ao ressaltar que “comandos revolucionários” estariam transformando o estado de Pernambuco em uma “Ilha vermelha” e que – dentro de pouco tempo – expandiriam sua ação para todo o território nacional, promovendo “a liquidação da democracia no Brasil”³⁵⁵:

Pernambuco é hoje uma ilha vermelha, uma Cuba, plantada no coração do Nordeste, região em que a miséria e a injustiça social preparam a sementeira ideal para a revolução brasileira. Fala-se muito hoje em infiltração comunista no Brasil; pois bem, eu quero afirmar que não há infiltração comunista em Pernambuco. Este estágio já está superado.

*Pernambuco é hoje um soviete organizado, preparado, adestrado e equipado para liderar a subversão social no Brasil.*³⁵⁶

O Globo também buscava sublinhar o unísono discurso da grande imprensa brasileira sobre as Ligas Camponesas ao publicar em suas páginas textos de outros grandes veículos jornalísticos sintonizados com a narrativa do jornal de Roberto Marinho. Por exemplo, *O Globo* transcreveu um editorial do *Diário de Pernambuco* - principal publicação daquele estado e parte do império midiático de Assis Chateaubriand, os Diários e Emissoras Associados – que mostrava a sintonia discursiva dos dois jornais sobre o movimento campesino liderado por Francisco Julião. O texto do jornal pernambucano estampado em *O Globo* dizia que:

Não é possível transigir com o atual estado de coisas. Ou se é a favor da democracia ou se é contra. Ou o povo de Pernambuco reage firmemente contra os agentes de Moscou ou de Pequim, disfarçados em Ligas Camponesas ou em associações similares, ou num futuro não muito distante teremos a cassação de nossos legítimos direitos com a implantação de um sistema que conspurca personalidade do homem,

³⁵⁴ Idem.

³⁵⁵ Matéria. Cleofas denuncia: Arraes é o grande comissário do comunismo no Brasil 22/03/1963 p.2.

³⁵⁶ Idem.

*aviltando até destruí-la por completo, tornando-o simples instrumento nas mãos de uma tirânica oligarquia estatal.*³⁵⁷

Através de seus editoriais, artigos e reportagens, o jornal *O Globo* difundia a tese (compartilhada com a classe rural organizada e outras forças políticas do Brasil) de que o movimento camponês organizado, especialmente as Ligas Camponesas, tinham como objetivo final a implementação do socialismo no Brasil, e – para alcançar esse fim – estariam dispostas a levar o “terror” e a “violência” para todas as regiões do país, atingindo não só as zonas rurais, mas – em algum momento – também as cidades brasileiras.

As Ligas Camponesas eram apresentadas aos leitores do jornal carioca como organizações criminosas que tinham um forte “poder de fogo” e que estariam espalhando seus tentáculos em diferentes estados do Brasil. Segundo *O Globo*, esse “terror” supostamente provocado pelo movimento camponês nos campos do país era reflexo do comando violento operado pelas lideranças das Ligas, especialmente, por Francisco Julião. Nesse sentido, é importante sublinhar o discurso do jornal *O Globo* sobre o principal líder do movimento camponês organizado naquele período, revelando a imagem de Francisco Julião arquitetada pelo periódico de Roberto Marinho em suas páginas.

3.1.1. A imagem de Francisco Julião construída por *O Globo*

A exemplo do que fez com as Ligas Camponesas, o periódico de Roberto Marinho associou o então líder deste movimento camponês, Francisco Julião, à violência, à agitação e ao comunismo. O jornal *O Globo* afirmava que Julião incitava “*os camponeses a práticas terroristas no interior de Pernambuco*” e que “*o deputado-místico, criador das Ligas Camponesas,*” promovia “*a sublevação do homem do campo*”, usando “*uma linguagem evangélica*” mas, ao mesmo tempo, pregando “*os chavões marxistas*”.³⁵⁸ O jornal traçou um perfil do líder das Ligas Camponesas afirmando que:

O tema central das conversas e discussões dos políticos da esquerda em Pernambuco, é a reforma agrária, a distribuição de terras, a luta entre latifundiários e trabalhadores do campo. Um movimento entre esses trabalhadores foi iniciado, há 4 anos, por um só homem, o deputado pelo Partido Socialista Brasileiro, Francisco Julião Arruda de Paula. Ele nega ser comunista, embora realize um trabalho nitidamente comunista, em companhia de elementos comunistas, como as Ligas Camponesas.

³⁵⁷ Editorial *Diário de Pernambuco. Pescadores de águas turvas* 23/08/1963 p.11.

³⁵⁸ Matéria. *Incita os camponeses a práticas terroristas no interior de Pernambuco* 08/06/1959 p.12.

“A terra é de quem trabalha”. Esta é a frase chave que tem sido utilizada pelos dirigentes das Ligas Camponesas, e que já levou o incêndio aos engenhos em Pernambuco, à tomada da terra aos seus legítimos donos. E nos seus argumentos pergunta o místico Francisco Julião, ao espalhar a revolta entre os homens simples do campo:

“É justo que cada dois brasileiros, entre 60 que moram no campo, tenham terra e os outros 58 não fiquem com um naco? Não é justo, o justo é que haja um pedaço de terra para cada um deles. [...]”

Julião criou a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, que vem abrindo filiais por todo o estado, já havendo mais de 30 (segundo afirmou) às quais ele chama de Delegacias. É a estas sociedades que todos chamam de “Ligas Camponesas”.³⁵⁹

O jornal *O Globo* apresentava Francisco Julião aos seus leitores como o chefe de um grupo armado que liderava “assaltos” no interior de Pernambuco e preparava o terreno para uma radical e violenta revolução socialista no Brasil a partir das zonas rurais do Nordeste. Por exemplo, a matéria “*Chico Julião’ comanda novos assaltos das Ligas Camponesas*” alertava que:

Seguiu para Jaboatão, tropa embalada da Polícia Militar que, por solicitação do juiz local, vai reforçar o policiamento, ante ameaça de invasão do Engenho Manassu [...] por membros das “Ligas Camponesas”.

Os camponeses recusaram-se a sair da propriedade, ameaçando, inclusive, o emprego de força. O proprietário do Engenho Manassu acusa o deputado Francisco Julião como o orientador de todo o movimento e o coordenador da invasão, marcada para amanhã.

O deputado socialista teria dito que a atitude foi tomada de acordo com o “General Fome” e que seria impossível deter a marcha dos camponeses.

Dois agricultores, que prestaram declarações à polícia, confirmaram estar marcado para amanhã o assalto, que vai contar com a participação de mais de 150 homens aos engenhos Galileia, Malembra, Pindobaí, e Manassu, sob as ordens diretas de “Chico Julião”.³⁶⁰

O jornal *O Globo* ressaltava que Francisco Julião era chefe de “guerrilhas” que agiam contra os proprietários de terra e que, em pouco tempo, se voltariam contra o Estado brasileiro, portanto, nesse sentido, deveriam ser contidas pelo Exército. A matéria “*Plano de guerrilha descoberto e frustrado pelo IV Exército*”, por exemplo, afirmava que “*um plano de guerrilhas, com a liderança do estudante Joel Câmara e sob o comando de Francisco Julião, já em execução no município de Bom Jardim e adjacências, foi descoberto e frustrado pelo IV Exército*”.³⁶¹ O periódico carioca salientava que o deputado Francisco Julião pretendia ser “*a réplica brasileira*” de Fidel Castro, tendo como objetivo final liderar e tornar vitoriosa uma

³⁵⁹ Idem.

³⁶⁰ Matéria. “*Chico Julião*” comanda novos assaltos das Ligas Camponesas 06/06/1960 p.2.

³⁶¹ Matéria. *Plano de guerrilha descoberto e frustrado pelo IV Exército* 09/08/1962 p.17.

revolução socialista protagonizada pelo campesinato organizado. Por exemplo, no editorial de capa “*O Nordeste e as Ligas Camponesas*”, o periódico carioca disse que:

Nem o Governo nem a opinião pública podem desconhecer de um agitador e de uma agitação em marcha, possivelmente ameaçando a ordem estabelecida no Brasil.

Foi assim que começaram outros movimentos, nem sempre vitoriosos, é certo, mas nem por isso menos merecedores de atenção, por suas conseqüências longínquas. [...] Faz tempo que toda gente se acha informada da existência das Ligas Camponesas e de sua atividade militante. O Deputado Julião, que é seu porta-estandarte, andou pelo menos uma vez em Cuba e não tem cessado de fazer, em qualquer oportunidade e até sem ela, apologia de Fidel Castro e das reformas introduzidas na ilha.

Qualquer um, por menos observador que seja, tem indícios suficientes para concluir que o Sr. Julião pretende ser a réplica brasileira do barbudo comandante dos guevaras, o qual, fraudando os ideais da revolução que se abateu sobre Batista, e defraudando as esperanças de paz de seus compatriotas, plantou ali uma ativa sucursal do comunismo soviético. [...]

O auto-retrato mental do Sr. Julião aí está completo. Por ele ficam os brasileiros habilitados a saber o que pretende o homem que mistura Cristo com Lenine, Mao Tse-Tung e Fidel Castro. [...]

Mas o que interessa não é o auto-retrato do Sr. Julião, nem a sua biografia. É saber o que ele pretende com as suas Ligas.

A resposta vem na própria entrevista: “o acesso à terra, liberdade para cultivá-la e justiça social”.

Se não nos enganamos, esse tripé já fora aqui outrora anunciado por uma das variantes do comunismo sob a legenda: “Pão, terra e liberdade”.

A entrevista e as declarações do deputado pernambucano transpiram sua preocupação de estender a todo o nosso país as agitações que está promovendo no Nordeste. Com que fim? O Sr. Julião não o oculta: “liquidar a sociedade capitalista”. Não só isso; também aparenta com o seu ídolo e modelo, o Sr. Fidel Castro. Veja-se esta tirada: “o americano sufoca o nosso país, não o povo norte-americano, mas os grandes interesses de trustes poderosos”.

Isso é puro Fidel Castro, Guevara et caterva. [...]

Como se vê, as Ligas do Sr. Julião podem produzir muito barulho e até desordens sociais. Auxílio mesmo e obra construtiva, não.³⁶²

Usando como fonte um suposto integrante “do Conselho das Ligas Camponesas no Estado do Rio de Janeiro” (que estaria em “luta aberta com o líder das Ligas”), o periódico de Roberto Marinho informou aos seus leitores que Francisco Julião “presidiu um tribunal vermelho em Copacabana”, onde comandou o encaminhamento do destino do líder camponês fluminense Mariano Béser. Na mesma reportagem, o jornal também afirmou que “Fidel Castro apoiara Julião com dinheiro e armas” e que “uma das filhas” de Francisco Julião “era miliciana em Havana”. O *Globo* ainda ressaltou na publicação que Julião teria dito “que o movimento armado das Ligas virá no momento oportuno, pois para seu êxito não faltam nem armas nem dinheiro. Sobretudo armas”, que estariam guardadas “em grande quantidade, em local secreto”.³⁶³ A matéria “Julião prega em Havana a revolução na América Latina” atribuía ao deputado pernambucano a afirmação de que não havia “outra saída senão a luta armada na

³⁶² Editorial. *O Nordeste e as Ligas Camponesas* 18/07/1961 p.1.

³⁶³ Matéria. *Líder camponês revela: Julião presidiu tribunal vermelho em Copacabana* 25/01/1963 p.6.

América Latina”.³⁶⁴ A partir de fontes citadas como “*observadores*”, o periódico dizia ainda que o Governo norte-americano estaria monitorando com atenção a presença simultânea de Francisco Julião e Luís Carlos Prestes na ilha socialista:

*A presença simultânea de Luís Carlos Prestes e Francisco Julião em Cuba despertou interesse de círculos diplomáticos de Washington, abrindo campo para especulações sobre suas atividades em Havana. Observadores acreditam que a presença dos comunistas brasileiros em Cuba torna evidente que o maior perigo do regime comunista na ilha reside no fato de sua transformação em base de treinamento para rebeldes de outros países do Hemisfério e a exportação da revolução cubana. [...] A presença dos dois comunistas brasileiros em Havana desperta muito interesse, pois cada um representa tendências diferentes dentro do movimento comunista internacional. [...] Prestes, que regressa de Moscou, representa o ponto de vista soviético que advoga o emprego de táticas pacíficas para a tomada do poder pelos comunistas, enquanto Julião, grande admirador de Castro, é partidário da revolução imediata, ponto este apoiado por chineses e cubanos. [...] Esse [...] ponto tem sido o principal item da controvérsia ideológica entre a União Soviética e a China Comunista e divide opiniões entre os diversos Partidos Comunistas da América Latina. Observadores de Washington afirmaram que Prestes e Julião poderiam estar tentando encontrar uma solução para essa divisão ideológica em suas conversações com Castro.*³⁶⁵

O jornal *O Globo* dava ressonância às declarações e posicionamentos de políticos e figuras proeminentes da sociedade nordestina e brasileira que estavam em sintonia com o discurso do periódico acerca da figura de Francisco Julião, apresentado constantemente como “*marxista, adepto fervoroso da Cuba de Fidel Castro e da Rússia bolchevista*”, um “*explorador de massas’ paranoico ou demagogo, mas jamais ingênuo*”, que estava liderando o estopim de um processo revolucionário que já se mostrava vivo – por exemplo - nos incêndios aos canaviais promovidos pelas Ligas Camponesas, sob a liderança de Francisco Julião. A visão de que “*as Ligas Camponesas*” estavam “*vinculadas a esses atentados*” e a outros métodos “*comunistas*” de ação política era propagada pelo jornal e apresentada como óbvia pelo fato “*do Deputado Francisco Julião pregar abertamente em todo o País, beneficiando-se das franquias democráticas, os métodos da revolução, os únicos em seu entender que servem para a redenção do Brasil*”. Ou seja, ressonava nas páginas de *O Globo* a ideia de que Francisco Julião pregava “*o descontentamento no meio rural com a finalidade de facilitar a implantação do regime comunista no país*” e que o líder das Ligas Camponesas constituía “*o real perigo*

³⁶⁴ Matéria. *Julião prega em Havana a revolução na América Latina* 28/02/1963 p.5; O jornal também sublinhou a ação de Francisco Julião em defesa do governo cubano, sob ameaça dos Estados Unidos em 1961, destacando que o “*organizador das Ligas Camponesas já contava com 66 voluntários camponeses, entre os quais três mulheres e um jovem de 16 anos*”. *Simpatizantes de Fidel Castro protestam nas ruas contra a invasão de Cuba* 19/04/1961 p.11.

³⁶⁵ Idem.

para a segurança nacional” pois era o “principal responsável pelas ações subversivas desenvolvidas pelos trabalhadores rurais”.³⁶⁶

O periódico publicou diversas matérias, editoriais e artigos indicando que Francisco Julião usava a violência como principal meio de ação política das Ligas Camponesas, ameaçando – inclusive – os poderes constituídos. Por exemplo, de acordo com uma publicação do jornal *O Globo*, Julião ameaçava “Pernambuco com um ‘banho de sangue’ [...] caso o juiz de Vitória de Santo Antão” decretasse “o despejo dos moradores do Engenho da Galileia”, pois o deputado já havia frisado que “os posseiros” se achavam “dispostos a enfrentar qualquer situação” e que ele estaria “em condições de poder incendiar os canaviais de Pernambuco dentro de 48h”, o que – segundo *O Globo* – seria “um ultimato aos poderes públicos, inclusive ao Judiciário”, o que teria tornado a situação “muito tensa” na região. Em diferentes publicações, o jornal *O Globo* repetiu que a prática de “incendiar canaviais” era recorrente nas Ligas Camponesas lideradas por Julião, o que – além de tudo – fazia com que “os prejuízos causados” em cada incêndio chegassem a “milhares de cruzeiros”.³⁶⁷ Mesmo quando Francisco Julião fazia questão de ressaltar o viés pacífico do movimento das Ligas Camponesas, o jornal *O Globo* usava termos para aproximar a ação da perspectiva violenta. Por exemplo, ao relatar as movimentações de Julião, que pretendia mostrar o caráter não violento das Ligas através de uma grande passeata pacífica, o periódico de Roberto Marinho afirmava que: “Ameaça Julião levar 100 mil camponeses em marcha no Recife”.³⁶⁸

Muitas alcunhas foram usadas pelo jornal de Roberto Marinho para se referir ao líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião, sempre em tom pejorativo ou em associação ao movimento comunista. Por exemplo, o artigo intitulado “Cuba ou Argentina” afirmou que: “a propaganda do marxismo-leninismo agora é livre e financiada pelas embaixadas de Cuba e da Rússia” e que “um **demagogo vermelho** fundou as Ligas Camponesas e passeia sua ousadia pelos quatro cantos do Brasil, como impune **cavaleiro andante da subversão**”.³⁶⁹ O jornal ainda salientava que a ação de Francisco Julião aguçava outros atores da política nacional que tinham supostas intenções revolucionárias, alertando para o alcance do “perigo vermelho” representado

³⁶⁶ Matérias. *O fenômeno Julião e as Ligas Camponesas* 07/12/1961 p.12; *Pretendem a sublevação do Nordeste com base na fome provocada criminosamente* 19/01/1962 p.2; *Líder camponês diz que o prestígio de Julião está caindo* 30/01/1962 p.8; *Padre Melo diz que Julião constitui o real perigo para a segurança nacional* 23/04/1962 p.12.

³⁶⁷ Matérias. *Ameaça Pernambuco com “banho de sangue”* 04/11/1959 p.8; *A liga camponesa volta a incendiar canaviais* 18/12/1959 p.8.

³⁶⁸ Matéria. *Ameaça Julião levar 100 mil camponeses em marcha no Recife* 03/08/1959 p.6.

³⁶⁹ Artigo de Armando Falcão. *Cuba ou Argentina* 28/05/1962 p.2. (grifos nossos).

pelo líder das Ligas Camponesas, que – para *O Globo* – despontava como um possível comandante de um processo revolucionário mais amplo, em escala nacional, que levaria o Brasil ao comunismo através – inicialmente – da luta radicalizada do campesinato nacional. De acordo com o periódico de Roberto Marinho:

*A divulgação das atividades do Deputado Francisco Julião, preparando a comunização do Brasil através da instituição das Ligas Camponesas, no Nordeste, despertou a atenção de outros aprendizes de taumaturgos, demagogos de segunda classe, que viram nesse programa um meio de empolgar as multidões incautas e arrebatá-lo ao chefe o bastão de líder de um movimento que convém aos seus propósitos de arrivismo.*³⁷⁰

A tese de que a “*comunização do Brasil*” viria por meio da agitação socialista promovida pelas Ligas Camponesas, sob a liderança de Julião, nos campos brasileiros, foi exposta repetidas vezes nas páginas do jornal *O Globo*. Nesse sentido, o periódico de Roberto Marinho sublinhava exemplos de vizinhos da América Latina que viram o avanço do comunismo a partir da radicalização do campesinato sob a bandeira da Reforma Agrária expropriatória. Portanto, é fundamental destacar as publicações do jornal *O Globo* que versam sobre esses exemplos latino-americanos.

3.2. Os métodos das Ligas Camponesas no Brasil e a Reforma Agrária dos movimentos revolucionários e governos populares na América Latina

Os movimentos revolucionários e os governos populares que chegaram ao poder na América Latina entre 1953 e 1964 também foram associados pelo jornal *O Globo* ao comunismo internacional. Os diferentes governos de esquerda que atuaram no continente ao longo do período estudado - em diversos artigos, editoriais e matérias - foram tratados como uma “ameaça vermelha” às democracias latinas. Esse discurso do jornal *O Globo* se concentrou especialmente nas iniciativas de reforma agrária implementadas nesses países a partir da perspectiva política da esquerda, que eram tratadas como instrumento de “comunização” daquelas nações.

De acordo com o periódico de Roberto Marinho, “*quase todos os movimentos do gênero na América Latina,*” sofreram “*a inspiração ou o esforço perturbador dos vermelhos*” e que “*o novo movimento relativo à Reforma Agrária na América Latina*” estaria “*se tornando, aos poucos, outro ponto de apoio para a ação demolidora dos esquerdistas e comunistas contra o*

³⁷⁰ Artigo de Maurício Joppert da Silva. *Aprendizes de taumaturgos* 07/02/1962 p.7.

capitalismo”. O jornal *O Globo* dizia, por exemplo, que “*da Guetemala à Argentina*” as ações pela reforma agrária estariam sendo fomentadas e capitaneadas pelos comunistas.³⁷¹ De acordo com a publicação:

a grande publicidade a respeito do assunto revelou como os cupins vermelhos tomaram para si o programa de distribuição da terra na Guatemala e o converteram num pretexto para o confisco das propriedades agrícolas. A opinião pública responsável e os proprietários, em numerosos outros países em que os governos estabeleceram programas semelhantes, mostraram-se alarmados em face da possibilidade de que lhes viesse a suceder o mesmo [...]

*No Chile, extremistas têm feito pressão sobre as autoridades em prol da expropriação de grandes propriedades agrárias. O presidente Perón ultrapassou muitos dos fanáticos esquerdistas com o confisco das grandes explorações agrícolas e a completa dominação pelo governo das indústrias ligadas à lavoura e à criação. E o mais importante é que as medidas postas em prática tiveram apoio do Partido Comunista Argentino.*³⁷²

O Globo ainda cita como fonte “*um banqueiro de São Paulo ligado à produção agrícola*” que afirmou: “*os reformadores, os esquerdistas e o políticos mal orientados*” pareciam “*querer voltar ao arado de madeira, ao tempo do ‘homem e do burro’*. É a isso que *os comunistas*” desejavam “*chegar*”. De acordo com o texto, eles almejavam “*ver a produção reduzida, a economia nacional paralisada, o que*” acarretaria “*maior miséria e destruição do capital*”. A publicação ainda afirma que, dessa forma, estariam “*aptos, então, a tomar conta de tudo*” e que “*o grosso da propaganda que aparece por trás dos programas de ‘reforma agrária’ é comunista ou de inspiração comunista*”.³⁷³ Em sintonia com matérias e artigos do jornal, o editorial “*A ameaça da Guatemala*” afirmava que:

*Há muito tempo que a infiltração comunista no governo da Guatemala, tornando-se pouco a pouco um domínio completo, vem alarmando observadores no hemisfério [...] porque estabelece um precedente perigoso de tomada de poder pelos bolchevistas, podendo o processo ser seguidos em outros países que estejam em circunstâncias semelhantes às da Guatemala [...] Os comunistas representam 1% ou uma porcentagem ainda menor da população do país. Entretanto, essa pequena minoria conseguiu subir ao poder apoiando-se no voto das massas ignorantes e iludidas e ali estabelecer-se firmemente, de uma maneira que indica, a quem está a par dos processos vermelhos, que de lá só sairão pela violência. O perigo, portanto, é que essa conquista sorrateira e por meios democráticos do poder se processe em outras repúblicas americanas, onde haja a mesma opinião pública pouco informada e um grupo comunista hábil em disfarçar-se sob a capa sedutora das reformas agrárias ou das promessas falazes de cornucópias de abundância derramada sobre o povo.*³⁷⁴

³⁷¹ Artigo. *Reforma Agrária: assunto agradável aos comunistas* 29/01/1954. p.2.

³⁷² Idem.

³⁷³ Idem.

³⁷⁴ Editorial. *A ameaça da Guatemala* 19/01/1954. p.5.

Na década de 1950, o jornal *O Globo* publicou uma matéria para destacar um artigo da revista norte-americana *Saturday Evening Post* assinado pelo articulista Daniel James e intitulado “*Cabeça-de-ponte vermelha na América*”. Citando trechos do artigo original, a publicação afirmava que “*enquanto o Estados Unidos se*” ocupava “*em conter o comunismo no leste e no oeste, ‘o comunismo se*” infiltrava “*pelo sul’ e que ‘a penetração comunista em nossos vizinhos latino-americanos chegou ao ponto em que se constitui como uma clara ameaça a nossa paz e segurança*”. De acordo com a publicação, “*o comunismo*” já controlava “*um país latino-americano (Guatemala) e já*” estaria “*próximo de dominar alguns outros*” e que “*Moscou adotou como tática de penetração na América Latina a fórmula do comunismo chinês pregar ‘a reforma agrária’, a ‘libertação nacional’, o ‘anti-feudalismo’, e o ‘anti-imperialismo’*”, algo similar ao que – na visão de *O Globo* – faziam as Ligas Camponesas no Brasil.³⁷⁵ *O Globo* também publicou um artigo, com enorme destaque, falando sobre a análise de um correspondente do *The New York Times* sobre o livro “*As seis chaves do sistema soviético*”, de Bertram D. Wolfe, que – segundo o jornal *O Globo*, era um “*ex-comunista que se tornou um dos melhores conhecedores das estratégias e táticas do comunismo*”. No artigo, o jornal salientava que – de acordo com Wolfe – dentre “*as armas que os comunistas dispõem para o domínio do mundo*” estaria a “*Reforma Agrária*”.³⁷⁶

Seguindo essa sua linha discursiva, o jornal *O Globo* produziu uma destacada reportagem com o Almirante Pena Boto, presidente da “*Cruzada Anti-Comunista*” e representante brasileiro no II Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina, que afirmava “*que ficou comprovado que os dirigentes soviéticos haviam deliberado aplicar ao país subdesenvolvido, como o Brasil, a variante chamada maoísmo (de Mao-Tse-Tung)*” que era fundamentada “*em duas teses principais: o ‘nacionalismo’, do tipo jacobino, que visa ao isolamento dos Estados Unidos, e a Reforma Agrária*”. Citando o peruano Ravines, o almirante ainda disse na matéria que “*o anti-imperialismo, qualquer que seja a sua roupagem, seja a de ‘aprismo’ no peru, ‘justicialismo’ na Argentina, ou ‘trabalhismo’ ou ‘janguismo’ no Brasil*”, representava “*atitude nitidamente comunista*” e que “*todo aquele que fala em anti-imperialismo é, consciente ou inconscientemente, um homem em função do comunismo, a serviço do comunismo*”.³⁷⁷

³⁷⁵ Matéria. *Cabeça-de-ponte vermelha na América* 21/04/1954. p.5.

³⁷⁶ Artigo. *Um brasileiro na terra do Tio Sam* 19/03/1956. p.2.

³⁷⁷ Matéria. *Todos os anti-imperialista estão em função do comunismo* 04/07/1957. p.12.

O periódico de Roberto Marinho publicou diversos artigos, editoriais e reportagens que ressaltavam que a Reforma Agrária foi um instrumento utilizado por movimentos e lideranças comunistas para consolidar o socialismo em diferentes países da América Latina. Contudo, o periódico deu especial atenção a Cuba de Fidel Castro. O jornal dizia que era “*na reforma agrária que a revolução fidelista pôs todas as suas complacências, ligando à mesma esperançadamente seu destino*” e que era através da reforma agrária que Fidel Castro conseguiu enraizar o socialismo na ilha caribenha.³⁷⁸ Em um editorial de capa intitulado “*Satã conduz o baile*”, o jornal *O Globo* criticava a ação e o discurso de Fidel Castro e do regime cubano, o periódico afirmava que “*Fidel Castro usurpou a soberania que pertence ao povo, e deu começo a obra que lhe pareceu mais urgente: a reforma agrária, com a denegação da propriedade privada*” e que tudo que se assemelhava a então fase “*da revolução cubana àqueles conselhos de operários, marinheiros e soldados que se apossaram da antiga Rússia czarista*”.³⁷⁹ O periódico também publicou, em janeiro de 1962, uma série de textos de opinião (que ocupavam páginas inteiras nas edições) sobre o regime de Fidel Castro em Cuba.³⁸⁰ Em uma dessas publicações, o jornal afirmava que a reforma agrária foi uma “*ponta de lança da comunização*” na ilha caribenha e que:

*A declaração de Sierra Maestra dizia em síntese: ‘Lutemos pela reforma agrária, não pela coletivização da agricultura, mas por uma sábia e radical planificação da mesma, de modo que desapareça o latifúndio improdutivo, substituído por um sistema em que as terras [...] passem às mãos dos que estão dispostos a fazê-las produzir’. Essas palavras, suficientemente demagógicas, ao gosto da propaganda vermelha, são bem diferentes dos fatos reais que se passaram em Cuba. A reforma agrária cubana não é mais que um simples expediente de confisco que visa à instalação do regime de proprietário único, o Estado. Em consequência disso, a produção nacional, em vez de aumentar, diminuiu consideravelmente. Os camponeses, que iriam ser redimidos, viram aumentar sua miséria, pois só teoricamente são donos da terra. Na prática, essas pertencem a outro patrão, mais exigente, mais distante e com um poder de opressão e uma vontade de exploração infinitamente maiores do que porventura mostravam os antigos latifundiários.*³⁸¹

Em 1960, o jornal carioca apresentou aos seus leitores uma publicação - que ocupava quase que a totalidade da página - com a exposição, à Conferência de Chanceleres, da “Frente Revolucionária Democrática”, fundada naquele ano por exilados opositores de Fidel Castro e críticos ao regime cubano. A publicação intitulada “*Cuba denuncia a trama comunista*” afirmava que houve uma “*traição do regime de Castro aos ideais da revolução cubana*” e que

³⁷⁸ Artigo. *Reforma Agrária* 12/04/1960. p.14.

³⁷⁹ Editorial. *Satã conduz o baile* 13/08/1960 p.1.

³⁸⁰ Artigo. *Reforma Agrária - ponta de lança da comunização* 19/01/1962 p.10.

³⁸¹ Idem.

“a reforma agrária cubana, pedra angular da propaganda fidelista, não” era “outra coisa senão um simples expediente confiscatório visando a instauração do regime do empresário único (o Estado)” e que as “terras, que aparentemente seriam repartidas” passavam “às mãos do governo” fazendo a “a produção nacional” diminuir “consideravelmente”. De acordo com *O Globo*, “os camponeses, que seriam redimidos, viram aumentar sua miséria” pois “sob o pretexto de reforma agrária, aboliu-se em Cuba o direito de propriedade, base e fundamento das liberdades individuais”.³⁸²Dias depois, o jornal publicou um grande editorial intitulado “*Quem está traindo a revolução cubana?*” que reafirmava diversos pontos do texto assinado pelo Comitê Executivo da Frente Revolucionária Democrática. O editorial apresentado aos leitores pelo periódico da família Marinho dizia que:

*E hoje tão acentuada é a deturpação da bandeira erguida em Sierra Maestra, que Cuba não passa de uma tirania totalitária, em detrimento do povo cubano [...]. Quem está traindo a revolução cubana? Traidores tem de ser considerados aqueles que burlaram a confiança depositada pelo povo cubano e pelo povo latino-americano. A bandeira democrática da liberdade e[...] da reforma social e agrária congregou a grande maioria dos cubanos. Nada mais grave que trair a confiança popular desviando a revolução de seu roteiro democrático para lançá-la nos braços do comunismo internacional. Traições sucessivas foram permitidas pelos principais líderes do movimento, começando pela infiltração comunista, a colocação de entreguistas de Moscou em postos chave, e a subordinação ideológica no marxismo-leninismo [...] A luta heroica do povo cubano [...] foi substituída pelos desmandos administrativos, pela conversão de bens privados em propriedade do Estado e a transformação dos planos de reforma agrária e de cooperativismo em novos ‘kolkhoses’ e ‘comunas populares’. [...] A famosa reforma agrária converteu-se [...] em um instrumento da ditadura através da estatização do solo e de um cooperativismo obrigatório e burocrático que rapidamente se identifica com o coletivismo soviético e as ‘comunas’ chinesas”.*³⁸³

O Globo deu bastante espaço para opositores do regime cubano que corroboravam as teses também defendidas pelo periódico de Roberto Marinho. Por exemplo, o jornal publicou uma matéria de destaque com um grande adversário do Governo de Fidel Castro, Jorge Zayas Menéndez, proprietário de um periódico “*expropriado pelo líder revolucionário cubano*”. Na reportagem intitulada “*Cai o prestígio popular de Fidel Castro em Cuba*”, *O Globo* destacava a afirmação do entrevistado sobre a reforma agrária na ilha socialista, que salientava que Castro havia prometido “*muitas coisas ao povo*”, contudo, “*o que fez foi escravizar os trabalhadores e camponeses*”, que “*inicialmente*” aplaudiram “*a promessa de reforma agrária de Fidel*”, mas depois teriam percebido “*que só mudou de patrão. Antes era o particular*”, após a reforma

³⁸² Artigo. *Cuba denuncia a trama comunista* 15/08/1960 p. 18.

³⁸³ Editorial. *Quem está traindo a revolução cubana?* 27/08/1960. p.5.

castrista, passou a ser “o próprio Estado”.³⁸⁴ Cerca de um mês depois, o jornal mandou um enviado especial a Cuba para falar sobre a conjuntura no país, e o jornalista do periódico escreveu uma frase muito similar à proferida pelo dono do jornal expropriado: “*O camponês não é dono da terra, nem dos instrumentos de trabalho. Antigamente ele trabalhava para algum grande proprietário. Agora trabalha para o Estado*”.³⁸⁵

Em uma extensa matéria sobre outro movimento de oposição ao regime de Castro, “*a Cruzada Feminina Cubana, com sede em Miami, Flórida*”, o jornal apresentou um grande texto introdutório afirmando que as participantes do movimento “*eram donas de casa, mães extremadas, e pertenciam à chamada classe média de Havana. Cuidavam tão somente dos seus maridos, dos seus filhos e dos seus jardins. [...] Davam-se por felizes*”, mas - desde agosto de 1959 - estavam “*fugindo do que chamam a pior praga de todos os tempos*”, aquele “*que iludiu o povo e hoje é mais tirânico que Fulgêncio Batista: o ditador totalitário comunista Fidel Castro*”. O jornal também ressaltava que “*a reforma agrária é um mito*” em Cuba.³⁸⁶ De acordo com a reportagem de *O Globo*:

Sobre a propalada reforma agrária anunciada com estardalhaço pelo governo Fidel Castro, disseram as visitantes tratar-se de mais uma das mentiras do atual dirigente cubano. ‘Os camponeses estão em terras que são de propriedade do Estado, nada mais que isso, eis porque toda a produção é entregue às autoridades, que lhes pagam em vales para serem descontados exclusivamente nas cooperativas. Em tudo e por tudo um sistema igual à reforma agrária comunista em que se diz que todos são proprietários, mas que, na verdade, tudo pertence ao Estado.’³⁸⁷

No dia seguinte, o periódico apresentou aos seus leitores outra matéria com o grupo oposicionista ao regime de Castro, que supostamente tinha a missão de “*lutar para que jamais venham a sofrer o que as mulheres cubanas*” estariam “*sofrendo*”. O periódico voltou a destacar o discurso das mulheres da Cruzada Feminina Cubana sobre a reforma agrária na ilha caribenha, afirmando que “*o camponês cubano nunca esteve em situação pior*” porque não era “*dono de suas terras, pois não*” podia “*vendê-las, hipotecá-las, ou deixar para a esposa ou os filhos*”, corroborando a tese propalada por *O Globo* em seus editoriais de que “*a decantada reforma agrária do castrismo já se transformou pura e simplesmente na coletivização forçada da agricultura*”.³⁸⁸

³⁸⁴ Matéria. *Cai o prestígio popular de Fidel Castro em Cuba* (27/02/1960. p.4).

³⁸⁵ Matéria. *Fidel Castro governa o país pela televisão* 31/03/1960 p.5.

³⁸⁶ Matéria. *Fidel Castro superou o “mestre” Batista* 21/11/1960 p.5.

³⁸⁷ Idem.

³⁸⁸ Matéria. *Submetidos os cubanos a privações jamais sofridas* 22/11/1960. p.3.; Editorial. *O medo da realizada* 08/05/1961 p.8

O jornal também publicou um artigo exclusivo assinado por Salvador de Madariaga, que afirmava que o regime de Castro deixaria de ser popular “*quando o camponês*” percebesse “*que a terra continua a não ser sua, que apenas mudou de amo, que agora, em teoria, é do Estado, e que ele não deixou de ser um trabalhador*”.³⁸⁹ *O Globo* ainda estampou em suas páginas uma entrevista especial realizada em Miami com Eric Aguero, um dos líderes do movimento oposicionista cubano que articulava cinco organizações (Partido Ortodoxo, Partido Revolucionário Cubano, Movimento Democrata Cristão, Movimento de Recuperação Revolucionária, Organização “Triple A”, e a Organização Montecristo) na Frente Revolucionária Democrática. Em sintonia com o discurso apresentado por *O Globo* em seus editoriais e artigos, o entrevistado afirmava que “*a chamada Reforma Agrária nada mais representa que o estabelecimento das ‘comunas’ chinesas em Cuba*” e que “*os campesinos não*” recebiam “*as terras confiscadas dos proprietários particulares*”, trabalhando “*em terrenos que pertencem ao governo*” e sendo “*obrigados a dar parte de sua produção ao Estado*”.³⁹⁰

Em dois editoriais sobre os trabalhos da “*Comissão dos 21, órgão criado no interior da Organização dos Estados Americanos (OEA) para estudar e implementar as propostas da OPA*”, que “*apresentou suas conclusões e recomendações durante a Conferência Econômica Interamericana*”³⁹¹, em Bogotá, o jornal *O Globo* criticou as propostas e intervenções da delegação de Cuba, que teriam sido “*uma nota lamentável no regozijo que causa no continente a concretização da Operação Pan-Americana*”. Segundo o jornal: “*a delegação [cubana] apresentou propostas mirabolantes com intuito único de perturbar os trabalhos, e se desmediu em insultos e inverdades*” evidenciando “*o delírio vermelho dos dirigentes cubanos*” e o “*transbordamento verbal do chanceler cubano*”. Entre as principais propostas apresentadas pela delegação cubana estava justamente a reforma agrária, os cubanos defenderam na Conferência “*que todos os governos adotassem um programa de reforma agrária semelhante ao que vem sendo levado ao cabo em Cuba*”.³⁹² O programa proposto previa:

1- eliminação de todos os grandes latifúndios; 2 – anulação de todos os contratos feudais ou semifeudais de trabalho agrícola; 3 – distribuição de terra aos trabalhadores do campo; 4 – adoção de medidas tendentes a evitar latifúndio mediante a ampliação das propriedades demasiadamente pequenas; 5 – indenização

³⁸⁹ Artigo. *Cuba, uma derrota do ocidente* 29/08/1960.

³⁹⁰ Matéria. “*A queda de Fidel Castro é questão de tempo*” 05/09/1960. p.2.

³⁹¹ <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-para-o-progresso-1>

³⁹² Editorial. *A declaração de Bogotá* 14/09/1960 p.8; Editorial. *Marcha acelerada* 05/09/1960 p.8; Matéria. *A comissão dos 21 ratificará hoje a “Carta de Bogotá”* 10/09/1960. p.16.

*das terras expropriadas com bônus a longo prazo e juros mínimos; 6 – facilidade de crédito aos novos proprietários agrícolas.*³⁹³

O jornal *O Globo* também utilizou exemplos de processos reformistas empreendidos por lideranças e movimentos socialistas na América Latina para mostrar como a reforma agrária concebida pelo viés marxista estaria fadada ao fracasso. Por exemplo, em um artigo sobre a conjuntura política da Bolívia, o jornal afirmou que a reforma agrária no país seria uma ação do Partido Comunista e do Partido Obrero Revolucionário (POR) que “*se batiam com unhas e dentes*” pela implementação daquilo que o jornal chamou de “*revolução agrária*”. O artigo ainda salientava que a Reforma Agrária no país teria sido um “*fracasso*”.³⁹⁴ Nas palavras de *O Globo*:

Fracasso maior teria ocorrido com a Reforma Agrária [...] Aliás, o que houve na Bolívia não foi bem uma Reforma Agrária e sim uma revolução social dentro do objetivo de obter apoio das massas ‘campesinas’. O POR e o Partido Comunista reivindicaram a nacionalização das terras sem indenizações, por meio do confisco ou reversão e sua entrega a organizações de trabalhadores.³⁹⁵

Para ratificar a sua tese de que a reforma agrária de “*cunho socialista*” implementada na Bolívia teria sido um fracasso, o jornal *O Globo* publicou uma matéria - que aparecia em destaque no topo da segunda página daquela edição - apresentando uma entrevista exclusiva com Raúl Perez Alcalá, suposto Diretor-Geral da Agricultura da Bolívia. O entrevistado, que foi introduzido ao leitor como autoridade máxima da atividade agrícola na Bolívia, teceu duras críticas à reforma agrária realizada naquele país e chegou a dizer que seria necessário uma “*contra-reforma*” agrária.³⁹⁶ De acordo com Raúl Perez Alcalá:

*A reforma agrária boliviana não alcançou o problema na raiz, porque a entrega de terras para o homem do campo não aumentou a produção nem elevou o nível econômico do povo. O homem do campo [...] não tem possibilidade de vender o seu trabalho porque a média propriedade e a propriedade agrícola industrializada, na prática, foram eliminadas” De acordo com o entrevistado, o decreto que instituiu a reforma agrária na Bolívia “foi a legalização” da “invasão, pelos homens do campo, das propriedades feudais e semif feudais existentes no país”. A reforma agrária boliviana teria gerado consequências negativas porque “o trabalhador ficou de tal forma desorientado e as propriedades agrícolas e industriais foram de tal forma destruídas, que a produção caiu vertiginosamente”.*³⁹⁷

³⁹³ Idem.

³⁹⁴ Artigo. *Bolívia, campo de luta entre EUA e URSS* (20/08/1956. p.14).

³⁹⁵ Idem.

³⁹⁶ Matéria. *Preocupação na Bolívia com o fracasso da Reforma Agrária*. 25/03/1958 p.2.

³⁹⁷ Idem.

Entretanto, seis dias após a publicação da entrevista, o jornal teve que se retratar pois a embaixada boliviana emitiu um comunicado oficial informando que Raúl Perez Alcalá “*não estava autorizado a falar sobre a reforma agrária boliviana*” e que “*sua atividade na Bolívia se reduz única e exclusivamente à distribuição de adubos e inseticidas*”.³⁹⁸ Contudo, a retratação publicada pelo periódico não teve o mesmo destaque que a matéria publicada dias antes, pelo contrário, ficou restrita a um pequeno espaço no canto inferior direito da página, em meio a uma série de anúncios publicitários e abaixo da coluna de entretenimento “*O ‘repórter jacaré’ na televisão*”:

*A propósito da conferência sobre a reforma agrária na Bolívia, proferida pelo Sr Raúl Perez Alcalá, que veio ao Brasil a convite do Conselho Coordenador do Abastecimento, e que se apresentou como Diretor-Geral da Agricultura da Bolívia, a embaixada nos enviou a seguinte nota: ‘O Sr Perez Alcalá não é a pessoa autorizada para falar sobre essa importante medida nacional, uma vez que sua atividade na Bolívia se reduz única e exclusivamente à distribuição de adubos e inseticidas, na sua qualidade de funcionário da Direção de Agricultura, do Ministério da Agricultura, Pecuária, Irrigação e Colonização. A Embaixada ignora por que razões o Sr Perez Alcalá compareceu ao Simpósio de Nutrição, nem a quem representa. Finalmente, e pelo respeito à opinião pública que pode ser surpreendida em sua boa-fé, a Embaixada oferece ampla informação às instituições ou pessoas que se interessem em conhecer a realidade da reforma agrária boliviana.’*³⁹⁹

O *Globo* também publicou um extenso artigo associando a crise boliviana à reforma agrária e outras ações implementadas depois que “*o Movimento Nacionalista Revolucionário chegou ao poder por meio de um golpe sangrento*”. O texto afirmava que esse processo teria se “*originado no tubo de ensaio marxista*” e que os atores políticos que o realizaram “*foram inspirados pelos comunistas e trotskistas, especialmente quanto ao que se relacionava com a reforma agrária*”. O artigo ainda salientava que a reforma agrária implementada no país na década de 1950 foi caracterizada “*pela formação de milícias*” e levou a “*nove anos de crise na Bolívia*”.⁴⁰⁰

A reforma agrária introduzida no México após a Revolução Mexicana também foi usada como exemplo negativo pelo jornal *O Globo*. Em uma reportagem especial sobre o país, o periódico de Roberto Marinho afirmou que “*no México houve a eliminação do latifúndio, mas não se avançou até criar a pequena propriedade economicamente vantajosa*” e isso explicava a “*falta de rendimento no campo e o baixo poder aquisitivo das grandes massas rurais*”. Para o diário carioca, “*a Revolução Mexicana, no que diz respeito ao seu cerne, isto é, a Reforma*

³⁹⁸ Matéria. *Não estava autorizado a falar sobre a reforma agrária boliviana* 31/03/1958 p.14.

³⁹⁹ Idem.

⁴⁰⁰ Matéria. *Nove anos de crise na Bolívia* 03/04/1961 p.5.

Agrária, longe está de haver dado os resultados almejados e que tantos sacrifícios reclamaram dos mexicanos".⁴⁰¹

Nesse sentido, o jornal *O Globo* também publicou um extenso texto de Fausto Alvim, diretor da Carteira Agrícola e Hipotecária do Banco da Prefeitura do Distrito Federal, em que ele revia a posição apresentada dias antes quando afirmou que “*que não seria possível protelar a reforma agrária*”. Fausto Alvim disse que precisava rever e explicar a sua declaração após ser confrontado por um amigo latifundiário que “*opôs cuidadoso embargo*” as suas declarações e “*se deteve no ponto em que fixei a reforma agrária como medida indispensável, não mais adiável em nosso país*”. Alvim usou o México como exemplo para sublinhar que sua tese de reforma agrária não passava “*pela ortodoxia e violência*” que teria marcado o processo reformista no vizinho latino-americano, que – segundo ele - culminou “*em consequências desastrosas e fizeram sucumbir a agricultura mexicana*”. Fausto Alvim faz questão de salientar em seu texto de “retratação” que a reforma agrária só seria bem-sucedida “*com moderação*”, considerando “*os encargos correlativos do Estado, em matéria de expropriação e indenização dos grandes proprietários*”. Alvim ainda acrescentou que “*não basta distribuir terras, é preciso medir cuidadosamente a capacidade de quem as vai explorar e fazer produzir*”.⁴⁰²

A ideia de que a reforma agrária expropriatória foi o principal combustível para o avanço do comunismo em diferentes países da América Latina foi constantemente propalada pelo periódico de Roberto Marinho, que alertava para um cenário similar no Brasil com a ação das Ligas Camponesas e, posteriormente, com a chegada de João Goulart ao Poder. O periódico ressaltava que, além da “ameaça vermelha” embutida na defesa da reforma agrária expropriatória, essa iniciativa reformista nos campos brasileiros significaria também um fracasso econômico com consequências catastróficas para a Nação, a exemplo do que teria sido verificado em países como o México e a Bolívia.

Nesse sentido, o jornal *O Globo* salientava que seria preciso “*força para fazer frente às ameaças das Ligas Camponesas*”, que prometiam – sob o comando de Francisco Julião – “*ir às últimas consequências*”.⁴⁰³Essa “missão” de resistência a um movimento que supostamente pretendia implementar o regime socialista no Brasil a partir da mobilização do campesinato nas

⁴⁰¹ Matéria. *Um país em marcha para o desenvolvimento econômico* 14/04/1958 p.14.

⁴⁰² Matéria. *Política Agrária* 13/06/1957. p.7.

⁴⁰³ Matéria. *Força para fazer frente às ameaças da Liga Camponesa* 18/11/1959 p.1.

zonas rurais foi constantemente atribuída por *O Globo* à Igreja Católica, às organizações ruralistas como a Confederação Rural Brasileira (CRB), às Forças Armadas e ao parlamento.

3.3. Ligas Camponesas X Igreja Católica: caminhos antagônicos para a Reforma Agrária

Como foi ressaltado nas páginas anteriores, o discurso de *O Globo* - ao longo do período analisado nesta tese - criticava os métodos e a visão das Ligas Camponesas sobre a questão agrária no Brasil. O periódico mostrou aos seus leitores que o movimento camponesino organizado e liderado por Francisco Julião pretendia resolver o problema fundiário no país através da violência, utilizando a reforma agrária como instrumento para colocar em prática um processo revolucionário de cunho socialista no Brasil. Frequentemente, o jornal *O Globo* afirmava que a ação das Ligas Camponesas e o seu modelo de reforma agrária eram “anticristãos” e ameaçavam não só a democracia e a soberania nacional, mas, também, os costumes e até mesmo a religião dos brasileiros.

Para robustecer essa visão, o periódico da família Marinho publicou diversas matérias, artigos e editoriais contrapondo a visão da Igreja Católica sobre o problema da terra no Brasil à perspectiva das Ligas Camponesas, do movimento socialista, e das lideranças políticas que defendiam a tese da reforma agrária expropriatória. Por exemplo, em uma matéria sobre a mensagem do Vaticano para o IV Congresso Internacional Católico da Vida Rural, realizado em Santiago do Chile, o jornal *O Globo* destacava que a visão da Santa Sé acerca da questão fundiária era diametralmente oposta à perspectiva socialista, que orientava a ação das Ligas Camponesas no Brasil. De acordo com periódico do Rio de Janeiro:

*repudiando a doutrina marxista, que pretende a seu modo a socialização da terra, chama atenção, a mensagem, para um esforço que consiga a utilização do campo para o aumento da produtividade, sem dar lugar, contudo, a um exacerbado individualismo.*⁴⁰⁴

O jornal também apresentou uma matéria de destaque falando sobre o manifesto contra “a influência nitidamente socialista, com tendência à bolchevização existente no Brasil”. Intitulado “*Roma sim; Cuba não!*” e assinado por “um grupo de intelectuais e estudantes católicos [...] da Universidade do Brasil, da Pontifícia Universidade Católica e da Fundação

⁴⁰⁴ Matéria. *Dar ao homem do campo uma sólida formação católica*. 22/04/1957 p.11; Em outro texto sobre o mesmo evento, o jornal deu grande espaço ao delegado brasileiro no IV Congresso Internacional Católico da Vida Rural, D. José A. Vieira, que afirmou que seria necessário o fortalecimento das bases para vencer o comunismo. *Cooperação entre Igreja e Estado para a melhoria social* 29/04/1957 p.20.

Getúlio Vargas”, o manifesto criticava “a propaganda, bem orquestrada [...] em torno do comuno-fidelismo” nos campos brasileiros. De acordo com o jornal, apontava “ainda o documento a campanha ‘comuno-demagógica’ em nossos meios rurais, como um dos fatores de desagregação e da lamentável tendência socializante em nossa sociedade”.⁴⁰⁵

Segundo o jornal *O Globo*, líderes da Igreja Católica de diferentes regiões do país protestavam “contra a exploração do nordestino”, intensificavam “os trabalhos de arregimentação dos trabalhadores rurais em sindicatos que já se espalham pelo Nordeste”, e afirmavam que as “Ligas Camponesas fracassaram” pois procuravam “somente agitar e não resolvem o problema”.⁴⁰⁶ O jornal dava grande destaque aos posicionamentos de lideranças da Igreja Católica que rechaçavam os caminhos políticos da esquerda, sobretudo, em relação à reforma agrária. Segundo o periódico, líderes católicos brasileiros como D. Jaime diziam que “não precisa ir para a esquerda para se fazer o bem”.⁴⁰⁷ Por exemplo, em um editorial que abordava a suposta “ação comunista no Rio Grande do Sul”, o periódico manifestou apoio à posição do arcebispo de Porto Alegre, D. Vicente Scherer, diante da ação das Ligas Camponesas e da ideia defendida pelo movimento campesino organizado de uma reforma agrária expropriatória. O jornal dizia que “examinando em profundidade a questão da reforma agrária, mostrou D. Scherer que, com ela, ‘não se resolvem todos os angustiantes problemas do trabalhador da terra’ e que “o essencial não é possuir uma gleba de terra, mas dispor de recursos para dela tirar o sustento e o rendimento para viver”. O periódico ainda destacou a denúncia do líder religioso diante da “atividade comunista no Rio Grande do Sul” e ligou os comunistas à mobilização política liderada por Leonel Brizolla, apontando “a infiltração vermelha nas brigadas da ‘Resistência Democrática’”, que seriam “as hostes legalistas do governador Brizolla”.⁴⁰⁸

O Globo também saudou e ofereceu “aplausos” para a formação da Aliança Eleitoral pela Família (ALEF), construída pelo segmento majoritário da Igreja Católica para promover a “defesa da democracia”, a “defesa da família, condenando o divórcio”, bem como, a “defesa da nação contra o comunismo” e “a defesa dos pontos de vista cristãos perante os chamados problemas de base, como a reforma agrária”, e que excluía o caminho da expropriação e se

⁴⁰⁵ Matéria. *Roma sim; Cuba não!* 14/01/1961 p.4.

⁴⁰⁶ Matérias. *Arcebispo protesta contra a exploração do nordestino* 30/05/1962 p. 9 / *Padre sindicalista afirma que as Ligas Camponesas fracassaram* 06/11/1962 p.2.

⁴⁰⁷ Matéria. *Não precisa ir para a esquerda para se fazer o bem, diz o cardeal D. Jaime* 25/08/1962 p.3.

⁴⁰⁸ Editorial. *A “poussée” comunista no Sul* 13/10/1961 p.1.

opunha à perspectiva radicalizada presente na ação das Ligas Camponesas.⁴⁰⁹ De acordo com *O Globo*:

*A fundação da ALEF significa uma tomada de posição dos católicos em face dos interesses da coletividade. [...] Aplaudimos a iniciativa, como ela merece [...] O inacreditável é que os inimigos da ordem social e moral baseada sobre o Evangelho e das encíclicas de grandes papas ameaçam submergi-la sob a inundação do comunismo sem que se organizem as resistências cristãs, opondo ao perigo vermelho a multiplicidade de suas armas de defesa.*⁴¹⁰

O jornal destacava recorrentemente a perspectiva de líderes católicos que se contrapunham às Ligas Camponesas e criticavam os métodos e objetivos deste movimento campestre organizado, como a “*invasão de terras alheias*”, defendendo a tese de que “*o problema agrário precisa ser revisto desapassionadamente, [...] sem apelo à violência, à revolta*”. Nesse sentido, o periódico diversas vezes destacou as posições do bispo D. Severino Mariano de Aguiar, mostrando em suas páginas que o líder religioso afirmava que era “*de se notar que os insufladores de camponeses e operários*” eram “*homens que nada*” entendiam “*da vida no campo, que nunca conheceram a dureza dos instrumentos de trabalho*”.⁴¹¹ Segundo o jornal *O Globo*, o bispo acreditava:

que não anda bem-intencionado quem procura solução para o homem do campo tentando tomar terras aos que apenas estão vivendo com suas famílias. Isto não é resolver, nem querer resolver nada. Isto é agitação, atitude antidemocrática, ação subversiva, e arremedo ditatorial. [...]
Ficou bem comprovada a má-fé de certos líderes das Ligas Camponesas, tão comprometidos com agentes da desordem. [...]
*Se não formos capazes de entender a função social da propriedade e das riquezas [...] seremos mais cedo ou mais tarde vítimas do equívoco em que, por ignorância ou má-fé, tenhamos caído. [...] O mundo não terá paz se cair nas garras do comunismo ateu e perverso.*⁴¹²

O periódico de Roberto Marinho também deu grande destaque às declarações do bispo D. Mariano de Aguiar na matéria intitulada “*Estão plantando a revolta na zona rural do Nordeste*”: o jornal sublinhava o que chamou de “*dramática advertência de um bispo aos poderes públicos e aos homens responsáveis do País*” sobre “*a atuação subversiva das Ligas Camponesas – de inspiração comunista*”.⁴¹³ De acordo com *O Globo*, o líder religioso alertava que:

⁴⁰⁹ Editorial. *Alerta para a grande luta* 28/03/1962 p.3.

⁴¹⁰ Idem.

⁴¹¹ Matéria. *Solução para o problema agrário, antes que ocorram violência e a revolta* 14/08/1961 p.2.

⁴¹² Idem.

⁴¹³ Matéria. *Estão plantando a revolta na zona rural do Nordeste* 06/04/1959 p.1 e 2.

Os vermelhos encontram o caminho aberto pela miséria e pela fome. [...] Toda a zona rural do Nordeste está sofrendo grave risco com a infiltração insidiosa e perseverante dos agentes comunistas, através da instalação das chamadas “Ligas Camponesas”, aparentemente destinadas a prestar assistência aos necessitados, mas constituindo, na verdade, focos de subversão que poderão explodir quando menos esperarmos. [...] Urge conjurar o perigo que se abate sobre a nossa terra.⁴¹⁴

O jornal *O Globo* - em diferentes publicações - seguiu dando bastante destaque ao posicionamento da Igreja Católica em Pernambuco, através da figura de D. Mariano de Aguiar, que – na visão do periódico de Roberto Marinho – estaria conseguindo “*desmascarar as manobras das Ligas Camponesas*” naquela unidade da Federação. Nesse sentido, *O Globo* publicava constantemente em suas páginas posições que afirmavam que:

*As chamadas Ligas Camponesas mobilizam os trabalhadores rurais e por várias vezes já os levaram ao desastre. Haja vista a última entrada em estilo um tanto violento de vários camponeses (eu os chamaria de pretensos camponeses), de cidades do interior, conduzidos por pessoas totalmente alheias aos problemas da vida rural. É preciso acabar, portanto, com essa preocupação com os comunistas porque, afinal de contas, pergunto eu, o que foi que eles fizeram em benefício do povo? Será possível que não entendam que os nossos comunistas-mirins mentem de uma maneira irritante quando levam para as ruas modestos camponeses e tentam reivindicar para eles a divisão de terras, fazendo-lhes ao ouvido promessas que, na vigência do regime comunista, seriam impossíveis? Quem foi que disse que nos países dominados pelos comunistas os camponeses possuem terras para cultivá-las à vontade? O que há é muita confusão, e se vocês me permitem, eu lhes diria, muita falta de bom-senso e vergonha.*⁴¹⁵

O jornal de fato destacou em várias edições o posicionamento de muitos líderes da Igreja Católica que se manifestavam firmemente contra o comunismo e as organizações de cunho revolucionário como as Ligas Camponesas, dentre eles, Dom Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre, que – de acordo com *O Globo* – defendia que era preciso “*conjurar o comunismo*” e que “*nenhuma reforma executada, nenhuma reivindicação satisfeita, nenhuma situação resolvida faz parar a propaganda e o proselitismo comunista*”, portanto, seria necessário “*anular a influência de sua progressiva e planificada articulação de forças*”.⁴¹⁶ O diário carioca também dava bastante destaque às posições do Arcebispo do Recife, Dom Carlos Coelho, que pregava “*uma solução cristã para o problema agrária*” e que também criticava incisivamente Francisco Julião e contrapunha a Igreja Católica às Ligas Camponesas. Assim como o jornal *O Globo* em seus editoriais, o Arcebispo pernambucano afirmava que:

⁴¹⁴ Idem.

⁴¹⁵ Matéria. *Que fizeram os comunistas e benefício do povo?* 04/06/1959 p.1.

⁴¹⁶ Matéria. *Dom Scherer volta a fazer sérias advertências sobre a infiltração comunista* 26/02/1962 p.2.

*As Ligas Camponesas não querem resolver o problema do Nordeste e trabalham com o fim de promover agitação social. Sou favorável à sindicalização rural. É má política tomar terra de quem a tem para dar para quem não a tem. Não havendo estrutura agrária, é desnecessária uma reforma agrária. A agricultura deve ser auxiliada e mecanizada.*⁴¹⁷

O jornal *O Globo* também dava destaque às declarações dos representantes da Igreja Católica no parlamento, que teciam duras críticas a Francisco Julião e às Ligas Camponesas. Por exemplo, na matéria “*Subvencionar as Ligas é pôr em perigo a propriedade privada*”, o periódico da família Marinho mostrava a visão do parlamentar e padre Arruda Câmara (que associava o movimento camponês até mesmo à espionagem comunista internacional), afirmando que insistia:

*O deputado em que as Ligas Camponesas do Nordeste “são associações contrárias ao regime democrático, baseado na garantia dos direitos do homem, como o direito à propriedade”. Mostra, como exemplo da periculosidade dessas organizações, o fato de que “das Ligas Camponesas dava informações do exterior o capitão vermelho Josef Werner Leben, preso em São Paulo, conforme suas próprias declarações. Menciona ainda que muitos dos componentes das Ligas voltaram de excursões a Cuba encantados com a propaganda do regime do Sr. Fidel Castro. E conclui: “Do exposto se deduz que as Ligas Camponesas são associação subversivas, cujo simples funcionamento é vedado pela Constituição da República”.*⁴¹⁸

Como foi destacado anteriormente, o arcebispo de Porto Alegre, D. Vicente Scherer, também tinha recorrente destaque no jornal *O Globo*, que chegou a publicar um editorial para mostrar a posição hostil do religioso do Rio Grande do Sul diante do deputado Francisco Julião e das Ligas Camponesas. O editorial apresentado na capa do periódico de Roberto Marinho dizia que:

D. Scherer salienta com razão o espírito de intriga dos partidários de Moscou “quando tentam iludir a boa-fé do povo simples, apresentando a Igreja, principalmente os bispos e o clero, como adversários de necessárias reformas de base”.

Respondendo diretamente ao deputado Francisco Julião (o dono das “Ligas Camponesas”) diz D. Scherer que ele se intitula “pai dos pobres” e procura convencer os leitores de seu hebdomadário vermelho (o “Semanário”) que “o arcebispo de Porto Alegre está desinteressado da elevação do nível de vida dos operários e camponeses”.

O panfleto foi vastamente distribuído na capital gaúcha, que se tornou um dos centros oficiais do agitação de fundo comunista.

Examinando em profundidade a questão da Reforma Agrária, mostrou D. Scherer que, com ela, não se resolvem todos os angustiantes problemas do trabalhador da terra”. [...]

D. Scherer insiste em “alertar a coletividade contra a infiltração dos agitadores comunistas no meio rural”. [...]

⁴¹⁷ Matéria. *Arcebispo do Recife prega uma solução cristã para o problema agrária* 21/04/1962 p.6.

⁴¹⁸ Matéria. *Subvencionar as Ligas é pôr em perigo a propriedade privada* 30/09/1961 p.6.

*“Rejeitamos como desastrosa qualquer forma de colaboração com os adeptos do comunismo. Em todas as partes do mundo e em todos os tempos, a ‘política de mãos estendidas’ tem aproveitado exclusivamente à causa do extremismo revolucionário, antinacionalista, antibrasileiro, anti-cristão e ateu”.*⁴¹⁹

O Globo também apresentou aos seus leitores várias publicações divulgando e reportando a repercussão do livro *“Reforma Agrária: questão de consciência”*, de autoria dos bispos D. Antônio de Castro Mayer e D. Geraldo de Proença Sigaud.⁴²⁰ De acordo com o próprio jornal, o livro era *“uma advertência contra as manobras comunistas que, como assinala, sempre se iniciam pela reforma agrária expropriativa”* e mostrava *“que a destruição do direito de propriedade na terra significará a destruição do direito de propriedade como princípio legal”*, tornando *“inevitável a socialização de todos os meios de produção”*. O periódico ainda citou outro trecho da obra que dizia que: *“o comunismo começa sempre pela reforma agrária expropriativa. Foi assim nos países da Europa Oriental, no México, na Guatemala, na Bolívia e aí está o atual exemplo de Cuba”*.⁴²¹

O periódico ainda salientou que as ideias sobre a Reforma Agrária defendidas no livro estariam *“recebendo total apoio”* das classes produtoras e de suas entidades representativas, como, por exemplo, o *“Centro Agropecuário do CONCLAP”*.⁴²² O jornal *O Globo* afirmava que: *“Os centros agropecuários filiados ao CONCLAP acentuam que apoiam e até advogam uma reforma agrária justa e cristã, que se processe dentro do respeito absoluto do direito da propriedade e signifique a industrialização da agricultura”*.⁴²³

Semanas depois, o jornal publicou uma nota para divulgar e elogiar o livro publicado pelos bispos. *O Globo* salientava que era *“um livro destinado a despertar muita atenção”* pois tratava-se *“de obra de excelente oportunidade em que o assunto – reforma agrária”* – era *“focalizado com objetivo e empenho de esclarecer ao leitor, porventura desinformado, em meio ao debate que o problema enseja, pelos argumentos de esquerdistas”*. Segundo o periódico, *“os autores nem são agricultores nem dependem da lavoura para subsistência, o que lhes confere às considerações e insuspeição que devem ser tomadas pelo leitor”*, nesse sentido, o

⁴¹⁹ Editorial A *“poussée” comunista no Sul* 13/10/1961 p.1.

⁴²⁰ O livro teve *“a colaboração do advogado Plínio Correia de Oliveira e do economista Luiz Mendonça de Freitas, ambos de São Paulo”*.

⁴²¹ Matéria. *Reforma agrária expropriativa, sempre o início do comunismo* 16/11/1960. p.9.

⁴²² O Conclap *“foi articulado basicamente por um grupo de industriais, banqueiros, comerciantes e seguradores liderados por Jorge Behring de Matos, que consideravam que a intervenção do Estado na economia, tal como vinha sendo praticada, conduzia à abolição dos direitos e da liberdade de ação dos empresários. Defendendo a empresa privada, a estabilidade financeira e monetária e o capital estrangeiro, esse grupo se opunha com igual vigor ao controle de preços, ao direito de greve e à estabilidade de emprego”*.

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/conselho-superior-das-classes-produtoras-conclap>

⁴²³ Matéria. *Reforma agrária expropriativa, sempre o início do comunismo* 16/11/1960. p.9.

trabalho se dirigia “*a todos os homens de cultura e ação, nos quais a fé e o amor à nossa civilização mantinham “vivaz a convicção da legitimidade e benemerência da propriedade privada, e aos quais”* incumbia “*a títulos diversos, a defesa dos fundamentos da nacionalidade*”.⁴²⁴ O jornal ainda se referiu ao livro “*como uma lúcida e atualizada ‘suma’ contra a sociedade sem classe, escravizada ao dirigismo burocrático, e em favor de uma sociedade rural íntegra e solidamente baseada em princípios morais e sistema econômico sólido*”.⁴²⁵

O jornal *O Globo* também destacava a expansão da Igreja Católica nas disputas pelo comando das associações de lavradores e demais organizações que reuniam trabalhadores rurais em diferentes estados e cidades do Brasil. Por exemplo, a matéria “*Católicos derrotaram esquerdistas na reunião de lavradores em São Paulo*” reportava que “*saiu vitoriosa a chapa composta de lavradores católicos, na maioria congregados marianos*” e que “*vários oradores, se fizeram ouvir a todos exaltando a fé cristã e combatendo asperamente o comunismo*”. O jornal ainda afirmava que “*a multidão esmagadora de trabalhadores católicos*” dava “*vivas ao Cristianismo, à Igreja, e ao Bispo, hostilizando a Rússia*”, o que “*atemorizou os esquerdistas, que desistiram, inclusive, de apresentar sua chapa, para a constituição da primeira diretoria*”.⁴²⁶ Através de suas publicações, o periódico carioca ressaltava a ideia de que a Igreja Católica e seus fiéis afirmavam “*seu repúdio ao comunismo*” e – consequentemente – aos movimentos sociais que eram associados ao suposto “perigo vermelho”. Portanto, a ação dos católicos nas zonas rurais se contrapunha à perspectiva radical de tendência socialista atribuída aos movimentos camponeses, em especial, às Ligas Camponesas.⁴²⁷

O Globo apresentava a Igreja Católica e o simples associativismo sindicalista proposto pela instituição religiosa como alternativa para o trabalhador rural diante do perigoso modelo “vermelho” das Ligas Camponesas, que estaria levando “terror” para os campos brasileiros e ameaçando a democracia e os valores católico-cristãos com uma pretensa revolução comunista. Segundo o periódico de Roberto Marinho, o movimento liderado por Francisco Julião desapareceria com o aprofundamento da ação da Igreja Católica nas zonas rurais através de um

⁴²⁴ Nota. *Reforma agrária, questão de consciência* 06/12/1960 p.2; O espaço destinado pelo jornal à visão dos autores deste livro não parou no ano de 1960, o periódico chegou a publicar a íntegra de uma carta escrita pelos autores para o então presidente da República, João Goulart. A publicação da carta intitulada “*Reforma Agrária e o caráter sagrado do direito de propriedade*” ocupou uma página inteira do jornal. *Reforma Agrária e o caráter sagrado do direito de propriedade* 15/06/1962 p.5.

⁴²⁵ Matéria. *Roma sim; Cuba não!* 14/01/1961 p.4.

⁴²⁶ Matéria. *Católicos derrotaram esquerdistas na reunião de lavradores em São Paulo* 21/08/1961 p.6.

⁴²⁷ Matéria. *Católicos afirmam seu repúdio ao comunismo* 23/02/1962 p.4.

sindicalismo regido pelos preceitos cristãos que, de acordo com *O Globo*, eram sempre contrários a qualquer ataque ao direito de propriedade. Nas palavras do jornal carioca: “*Com o movimento do clero de arregimentação dos camponeses em entidades sindicais, as Ligas Camponesas estão desaparecendo rapidamente. O próprio Francisco Julião não aparece em Pernambuco há oito meses, abandonando os seus companheiros*”.⁴²⁸

Nesse sentido, o periódico do Rio de Janeiro destacava as diversas iniciativas de lideranças da Igreja Católica de construir movimentos no campo que pudessem se contrapor à expansão das Ligas Camponesas nas zonas rurais do Nordeste e das demais regiões brasileiras. Como, por exemplo, a matéria “*O Bispo de Petrolina opõe a Legião Agrária às Ligas Camponesas*”, que reportava que:

O Bispo de Petrolina, D. Antônio Campelo, iniciou um movimento de união dos homens do campo, ora em via de expansão em todo o estado, que será uma réplica católica às “Ligas Camponesas”, do deputado Francisco Julião. O novo movimento tem o nome de “Legião Agrária” e sua constituição nos moldes da Encíclica “Mater Et Magistra”. Atualmente a “Legião” do Bispo de Petrolina funciona em 12 municípios pernambucanos. Acha o Bispo D. Antônio Campelo que a “Legião Agrária” evitará no Nordeste o ódio, a revolta e a indisciplina que levaram a China ao regime de Moscou. [...]

*A Legião reúne vaqueiros, trabalhadores do campo, trabalhadores braçais, juntamente com o pequeno e o grande proprietário. “É uma necessidade - disse o Bispo – que se consiga a harmonia das classes e não se jogue uma contra as outras, pois isso seria fomentar a revolta, a luta, o ódio”.*⁴²⁹

O jornal da família Marinho constantemente sublinhava o nome e o trabalho realizado pelo Padre Antônio de Melo Costa com “*os camponeses em Pernambuco*”, afirmando que o sacerdote era “*um líder camponês talvez mais importante que Francisco Julião e que*” era “*contra a desapropriação arbitrária de terras*”. Apresentando o padre como “*autêntico líder dos camponeses*”, o jornal destacava declarações do religioso, que dizia que não deixaria seus “*camponeses caírem nas mãos de agitadores comunistas*”. O jornal propalava que “*sua argumentação*” partia “*da ideia de que*” cabia “*aos homens do campo escolher entre a demagogia de um falso profeta como Francisco Julião e a sinceridade cristã de um padre cômico das injustiças sociais*”. Segundo o periódico de Roberto Marinho, o Padre Antônio de Melo Costa ressaltava que “*um dos grandes perigos do momento*” era “*a forma pela qual se procura atrair os trabalhadores do campo para a organização em torno de ideologias ou partidos políticos*”, sublinhando, “*o caráter político de esquerda e a belicosidade que*

⁴²⁸ Matérias. *Incita os camponeses a práticas terroristas no interior de Pernambuco* 08/06/1959 p.12; *Desaparecem as Ligas Camponesas diante do movimento sindicalista* 18/05/1962 p.5.

⁴²⁹ Matéria. *O bispo de Petrolina opõe a Legião Agrária às Ligas Camponesas* 16/10/1961 p.2.

prevalecem nas ligas camponesas” e condenando “a invasão ilegal de propriedades, promovida por essas organizações”.⁴³⁰ *O Globo* apoiava a posição defendida pelo Padre Antonio de Melo - que se contrapunha às Ligas Camponesas e a Julião – acerca da reforma agrária. O periódico dizia que o religioso se manifestava “*contrariamente a tomada de terra dos grandes proprietários para reparti-las com os camponeses, alegando que o que vale não é o tamanho da terra, mas se ela é aproveitada ou não*”.⁴³¹

O jornal *O Globo* apresentou uma série de matérias louvando a ação do padre pernambucano, Antônio de Melo, com a classe camponesa, que seria um exemplar contraponto à mobilização “violenta” e “agitadora” das Ligas Camponesas. De acordo com o jornal, o religioso defendia uma “*reforma agrária cristã*” e ensinava os camponeses “*a lutar pelos seus direitos como homens esclarecidos protegidos pela Igreja, e a colocarem-se em guarda contra os falsos profetas e os falsos líderes*”.⁴³²

O diário carioca fez uma cobertura consistente da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou as Ligas Camponesas, dando bastante espaço às acusações do Padre Antônio de Melo, que afirmava que “*o perigo está no deputado Francisco Julião*”. O jornal *O Globo* chegou a salientar que o líder das Ligas Camponesas era “*o principal responsável pelas ações subversivas desenvolvidas pelos trabalhadores rurais*”. A matéria intitulada “*Padre Melo diz que Julião constitui o real perigo para a segurança nacional*” dizia que: “*se alguém deve ser preso é o deputado Francisco Julião, pois preconiza reformas sociais e apoia os ‘caciques’ do interior contra nossos padres*”.⁴³³ Na ampla cobertura que fez da CPI, o jornal *O Globo* destacou de forma recorrente o depoimento do Padre Melo e a sua visão sobre a reforma agrária e as Ligas Camponesas. Segundo o periódico carioca, o religioso pernambucano ressaltava sua perspectiva anti-expropriatória e afirmava que o “*problema agrário*” no Brasil, “*de tão grave e urgente [...] levou os bispos brasileiros à liderança do movimento reformista*”, mas sempre a partir da tese – também compartilhada por *O Globo* - de que uma reforma agrária não deveria passar pela expropriação, pois “*o latifúndio*” não deveria ser encarado “*como núcleo do problema rural*”, portanto, “*dividir terra é tolice*”.⁴³⁴

⁴³⁰ Matérias. *Um sacerdote católico lidera camponeses em Pernambuco* 06/11/1961 p.11; *Sindicatos Cristãos de Camponeses* 09/11/1961 p.2.

⁴³¹ Matéria. *Padre Melo defende a sindicalização do trabalhador rural* 31/01/1962 p.11.

⁴³² Matéria. *Sindicatos cristãos de camponeses* 09/11/1961 p.2.

⁴³³ Matéria. *Padre Melo diz que Julião constitui o real perigo para a segurança nacional* 23/04/1962 p.12.

⁴³⁴ Matéria. *Convulsão social, assevera Padre Melo* 05/05/1962 p.6.

O jornal *O Globo* também publicou uma reportagem intitulada “*O Padre Melo afirma que vencerá o comunismo no meio rural brasileiro*”, em que salientava que o líder religioso, que se opunha veementemente às Ligas Camponesas e a Francisco Julião, mostraria “*o que é a reforma agrária da Igreja*”.⁴³⁵ O periódico fundado por Irineu Marinho repercutia em suas páginas a ideia de que: “*a influência comunista nas Ligas se anula quando aparece uma liderança ativa como a do Padre Melo, que comanda, atualmente, uma legião de camponeses à beira do desespero*”.⁴³⁶

O jornal também mostrava o trabalho de lideranças da Igreja Católica se contrapondo à ação das Ligas Camponesas em vários estados brasileiros. Por exemplo, *O Globo* publicou uma matéria de destaque falando sobre “*o movimento apolítico e democrata*” de lavradores fluminenses que haviam rompido com o líder das Ligas Camponesas no Rio de Janeiro, Mariano Béser, para serem dirigidos pelo Padre Antônio da Costa Carvalho, que – segundo o periódico – promoveu a “*estruturação de todo o movimento*”.⁴³⁷ A matéria do diário carioca afirmava que:

*Lavradores de diversas regiões do estado do Rio, reuniram-se no sábado último em Cachoeiras de Macacu e deram início ao movimento apolítico e democrata em defesa dos direitos do homem do campo. Trata-se de uma reação as agitações que ali provocou, recentemente, o aventureiro espanhol, Mariano Béser, cujas verdadeiras intenções foram percebidas pelos lavradores, que agora partem para uma campanha apoiada pelo clero e pelas forças conservadoras locais.*⁴³⁸

A reportagem também cita um dos líderes do movimento dissidente como um “*antigo companheiro de Béser*”, que teria se desiludido completamente com o presidente das Ligas Camponesas no Rio de Janeiro, mas encontrou alento na ação organizada pela Igreja Católica na região.⁴³⁹ Nas palavras do jornal *O Globo*:

*Antigo companheiro de Béser, de quem se desiludiu completamente, o líder camponês Francisco de Assis explicou que a formação de um respeitável e respeitador grupo de lavradores, unidos pela justa causa de defesa da classe, é o sadio princípio de entendimento entre os homens do campo e as autoridades constituídas. [...] Ficou bem clara a disposição dos dirigentes do movimento de respeitar de maneira irrestrita o direito de propriedade e as autoridades constituídas, ao mesmo tempo. [...] Enfim, trabalho dentro dos preceitos democráticos, mas com grande potencial de força.*⁴⁴⁰

⁴³⁵ Matéria. *O Padre Melo afirma que vencerá o comunismo no meio rural brasileiro* 28/04/1962 p.4.

⁴³⁶ Matéria. *A CPI confirma a infiltração comunista nas Ligas Camponesas* 22/05/1962 p.3.

⁴³⁷ Matéria. *Camponeses dispostos a exigir obrigações do governo sem afastamento da democracia* 08/01/1962 p.12.

⁴³⁸ Idem.

⁴³⁹ Idem.

⁴⁴⁰ Idem.

O texto publicado pelo periódico de Roberto Marinho ainda destacava a declaração do Padre Antônio da Costa Carvalho, responsável pela reorganização dos lavradores sob a tutela da Igreja Católica e das forças conservadoras da região. De acordo com o líder religioso ouvido pelo jornal *O Globo*:

Nosso trabalho abrange o estado do Rio inteiramente e para isso pretendemos dividi-lo em quatro zonas a serem demarcadas. [...] Em cada uma dessas zonas estabeleceremos uma central com assistência médica, técnica e jurídica. Será assim a complementação da reforma agrária democrata, abandonando as ideias demagógicas de pura e simples distribuição de terras.⁴⁴¹

O discurso formulado pelo jornal *O Globo* em seus artigos, editoriais e reportagens, ressaltava que a Igreja Católica e seus líderes desempenhavam um papel imprescindível na resistência à “ameaça vermelha” das Ligas Camponesas. Para o periódico, a ação da Igreja nos campos brasileiros era um contraponto ao movimento camponês liderado por Francisco Julião (que só levava o “terror” e a “violência” para o interior a fim de criar condições para uma empreitada revolucionária nos moldes cubanos e chineses). De acordo com *O Globo*, ao rechaçar a tese da reforma agrária expropriatória, as lideranças da Igreja Católica no Brasil teriam comandado um movimento de arregimentação das massas camponesas sob os princípios democráticos e cristãos, afastando parte do campesinato brasileiro da influência marxista-leninista operada pelas Ligas Camponesas nas zonas rurais do país.

A Igreja Católica foi uma das instituições apresentadas pelo jornal *O Globo* como pilares desse suposto enfrentamento decisivo entre os “democratas” brasileiros e os “agitadores comunistas”, entretanto, outras organizações foram alçadas pelo periódico de Roberto Marinho a esse posto. As entidades e lideranças da classe rural organizada também foram expostas por *O Globo* como alicerces dessa resistência ao “perigo vermelho” representado pelas Ligas Camponesas e pela tese da reforma agrária expropriatória. Nesse sentido, também é imprescindível analisar o discurso do diário carioca acerca das organizações ruralistas e de seus principais líderes para comparar com o tratamento conferido às Ligas Camponesas. Além disso, essa análise também é importante para evidenciar a sintonia discursiva entre o jornal *O Globo* e a classe rural organizada no que dizia respeito à ação do movimento camponês (sobretudo, das Ligas Camponesas) e à tese da reforma agrária com expropriação e redistribuição de terras.

⁴⁴¹ Idem.

3.4. Dois pesos e duas medidas: as narrativas de *O Globo* sobre as organizações ruralistas e seus líderes

O tratamento e o espaço dado pelo jornal *O Globo* às organizações ruralistas e suas lideranças eram diametralmente opostos aos conferidos às Ligas Camponesas e aos seus líderes. A classe rural organizada era apresentada como um dos principais pilares de resistência à “ameaça vermelha” que supostamente assolava os campos brasileiros. O jornal *O Globo* dava bastante destaque para as posições, eventos e lideranças ruralistas em suas matérias, artigos e editoriais. Várias publicações do periódico divulgavam e – muitas vezes – elogiavam as ações e posicionamentos das instituições ruralistas, além de estimularem a organização dos latifundiários através das entidades representativas, como a CRB e as Confederações e Associações locais. O periódico afirmava que os “*proprietários rurais*” estavam “*em posição contra o perigo das ‘Ligas’*” e que estaria sendo elaborada, ainda em 1959, uma “*Declaração de Princípios da Lavoura*”, *ante o desenvolvimento das organizações subversivas*” e “*comunistas*” no Brasil.⁴⁴² De acordo com uma das matérias que marcaram a ampla cobertura do jornal *O Globo* sobre as movimentações da classe rural organizada:

*Estiveram reunidos dirigentes de várias associações rurais, com o objetivo de debater um plano de combate às Ligas Camponesas. [...] Na ocasião, o Sr. Eudes Teixeira, representante da Associação Pernambucana de Criadores declarou não conhecer outros objetivos nas Ligas a não ser o cunho subversivo e extremista.*⁴⁴³

O apoio do jornal de Roberto Marinho às posições e ações das classes produtoras (com destaque para o setor agropecuário) - sobretudo, em relação à reforma agrária e ao que o jornal chamava de “*infiltração vermelha*” - foi explicitado em diferentes reportagens, artigos e editoriais. Por exemplo, o editorial intitulado “*Todos à luta por um novo Brasil*”, afirmava que “*nestas horas de confusão organizada para destemperar o aço da nossa resistência à infiltração vermelha, não há como omitir-se o louvor à ação bravamente militante das classes produtoras*”, que estariam “*desmentindo as intrigas dos falsos líderes trabalhadores*”.⁴⁴⁴

O periódico carioca afirmava que a classe rural brasileira deveria ser a principal norteadora da resolução do problema da terra no Brasil. Segundo o jornal *O Globo*, os

⁴⁴² Matéria. *Proprietários rurais em posição contra o perigo das “Ligas”* 15/06/1959 p.2.

⁴⁴³ Idem.

⁴⁴⁴ Editorial. *Todos à luta por um novo Brasil* 05/02/1962 p.1.

latifundiários organizados seriam os mais preparados e os únicos capazes de capitanear aquilo que o periódico chamou de “*verdadeira reforma agrária*”, que seria um contraponto “racional”, democrático” e economicamente viável à tese expropriatória defendida pelas Ligas Camponesas, por João Goulart e por outros atores e organizações da política nacional daquele período. Por exemplo, no dia 23 de janeiro de 1962, o jornal publicou um editorial de capa para elogiar os encaminhamentos e a posição de um evento preparatório dos ruralistas gaúchos para a VI Conferência Rural Brasileira.⁴⁴⁵ Nessa “*imponente Concentração Rural*”, mais de mil latifundiários do Rio Grande do Sul se reuniram na cidade de Santa Maria, para, entre outras coisas, através de um “*operoso grupo de trabalho*”, definir as diretrizes para realizar aquilo que *O Globo* nomeava de “*verdadeira reforma agrária*”:

A deliberação de pôr-se em marcha o que se denomina “reforma agrária” vai ganhando terreno. Há muita gente que pensa e fala em reforma agrária como simples distribuição do solo. [...] Não haveria nada mais fácil e estéril do que subdividir as terras [...]

O relatório final do grupo de trabalho apresentado à Concentração Rural de Santa Maria, na feliz exposição de seu relator, o ilustre Professor Salgado Martins, ofereceu uma definição, a nosso ver acertada do que seja reforma agrária, [...] sempre com o respeito aos princípios jurídicos e morais que alicerçam nossa concepção de vida cristã e ocidental.⁴⁴⁶

De acordo com o periódico da família Marinho, a exposição dos latifundiários organizados era “*realmente magnífica*” e a ideia de reforma agrária desses ruralistas era a mais adequada porque, além de permitir “*aumentar e aprimorar a produção*”, contrastava com reforma defendida pelo movimento camponês organizado, em especial, pelas Ligas Camponesas, bem como, pelo então Governo Federal liderado por João Goulart. Segundo o editorial de *O Globo*:

Há, pois, duas formas de chegar-se à reforma agrária. Ou esta, a que aludiu o relatório perante a reunião de Santa Maria, ou a subversão esposada e aconselhada pela doutrina marxista. [...] Como bem acentuou o Professor Salgado Martins “a desapropriação em massa das terras aproveitáveis conduziria ao coletivismo e ao absentismo, porque tornaria a propriedade desprezível ao invés de desejável”. Esse método realmente conduziria à organização das granjas coletivas à russa, ou às comunas segunda a prática chinesa. Mas aquelas fórmulas acabariam levando ao trabalho forçado incompatível com os regimes democráticos. Os ruralistas gaúchos, com sua contribuição para o encaminhamento nacional de uma boa solução para o grave problema, [...] “à luz dos princípios inscritos na Constituição Federal. [...]

Acrescenta o relatório de Salgado Martins com acerto e prudência: “Mas a distribuição das terras jamais poderá ser feita à luz de critérios coletivistas”. [...]

Em suma, os ruralistas do Rio Grande adotaram uma divisa que merece consideração: a humanização da economia rural, que proscreve a violência e a injustiça, para se

⁴⁴⁵ Editorial *A verdadeira reforma agrária* 23/01/1962 p.1.

⁴⁴⁶ Idem.

afirmar pelo respeito à liberdade da pessoa sob o influxo dos princípios cristãos e ocidentais.

O projeto está em marcha e temos esperança de que em sua passagem pelo Congresso não de influir essas ideias que se consorciam com a formação do nosso povo, e não os impulsos demagógicos dos agitadores, dos formadores de “Ligas” de fundo suspeito. [...]

Tão grave passo como a reforma agrária deve ser dado para o bem do país. Não para atender os fomentadores da desordem interna. [...] O essencial é chegar a uma solução equilibrada, não a uma panaceia demagógica.⁴⁴⁷

No dia 18 de janeiro de 1962, o jornal *O Globo* chegou a utilizar a capa e as seis primeiras páginas da edição para publicar a íntegra da resolução firmada na II Reunião Plenária das Classes Produtoras, realizada em dezembro do ano anterior, e que tinha como objetivo unificar e exprimir os pontos de vista das classes produtoras brasileiras “*sobre problemas fundamentais de nossa vida social, política e econômica*”, refutando “*modalidades expropriatórias de ‘reforma agrária’*”.⁴⁴⁸ De acordo com o documento destacado pelo jornal *O Globo*:

O problema da reforma agrária, que vem dando lugar à ampla exploração demagógica, foi objeto de aprofundados estudos e extensos debates, concluindo-se pela aprovação de um corpo de recomendações práticas construtivas. A expressão ‘reforma agrária’ é dessas que suportam grande carga emocional e se prestam à propaganda extremista, ostensiva ou insidiosa. Frequentemente entende-se que tal reforma implica em profunda alteração no estatuto jurídico de propriedade rural e na sua estrutura material, com o fracionamento das grandes áreas, as quais seriam, para esse fim, desapropriadas ou expropriadas. A esse tipo de reforma opõe-se outro que visa ao efetivo aumento da produtividade agrícola, por meio de uma política de auxílios e estímulos à produção rural.

*A experiência de outros países [...] mostra que o primeiro tipo de reforma agrária tem tido consequências desfavoráveis na produção. Entretanto, é ele o mais divulgado entre nós, invocando para justificá-lo a situação da penúria em que vivem grande parte da população rural no Brasil. [...] Tal prática não se coaduna com os princípios fundamentais de nosso regime, como porque, mesmo que tão grave atentado ao direito de propriedade fosse cometido, nem por isso iriam melhorar as condições de vida da população rural brasileira.*⁴⁴⁹

O periódico de Roberto Marinho dava pouquíssimo espaço para as informações relativas à agenda em prol da reforma agrária e para as ações, eventos e deliberações dos trabalhadores rurais organizados, por outro lado, os eventos, encaminhamentos, e lideranças das entidades patronais do campo tinham bastante destaque no jornal, que realizava coberturas *in locum* dos eventos das organizações e entidades dos latifundiários. Essas matérias sempre adotavam um tom elogioso e ressaltavam a importância dos temas e decisões das entidades patronais, como é possível observar na reportagem “*Posições aprovadas pela 4ª Conferência Rural Brasileira*”,

⁴⁴⁷ Idem.

⁴⁴⁸ Resolução da II Plenária das Classes Produtoras. *II Plenária das Classes Produtoras* 18/01/1962 p.1 a 7.

⁴⁴⁹ Idem.

que dizia que ao final do evento teriam “*sido levadas a plenário, durante o importante certame, indicações que bem refletem a determinação dos ruralistas de cooperarem com a resolução dos problemas que afligem a agricultura nacional*”. A matéria ainda dava destaque às resoluções e encaminhamentos da Conferência, além de dar voz às lideranças latifundiárias, como Iris Meinberg, presidente da Confederação Rural Brasileira, que teria “*esquematisado para o repórter os três grandes assuntos em torno dos quais a Conferência tomou decisões*”.⁴⁵⁰

Nas semanas que antecederam VI Conferência Rural, o maior evento dos ruralistas “*já realizado no Rio*”, o jornal *O Globo* publicou várias matérias falando sobre o evento, dando voz para diferentes lideranças dos latifundiários organizados. Por exemplo, a matéria “*Favoráveis à reforma agrária os ruralistas*” foi elaborada a partir da entrevista concedida ao jornal pelo embaixador Batista Lusardo, integrante da comissão da Confederação Rural Brasileira (CRB) que analisava a questão da reforma agrária no Brasil. Na entrevista, o representante dos ruralistas evidencia a sintonia com o discurso anti-expropriatório de *O Globo* e “*ressalta a necessidade de resguardar o direito de propriedade privada*”.⁴⁵¹

Portanto, diferentemente do que acontecia com o movimento campesino organizado, o espaço dos eventos, atos, documentos e lideranças das entidades ruralistas regionais e nacionais era bastante vasto e privilegiado. O periódico, por exemplo, realizou uma cobertura consistente da agenda em torno da VI Conferência Rural, que – segundo o jornal – seria o momento em que “*as classes rurais dirão o que querem e pensam quanto à reforma agrária*”. No dia do evento, o jornal anunciava com destaque: “*Ruralistas de todo país reunidos do Rio*” para “*exame dos aspectos principais de uma reforma agrária democrática*”. Na manhã seguinte, *O Globo* destacou na capa o evento ruralista e afirmou que: “*Chegou a hora de uma definição positiva da agricultura nacional*”.⁴⁵²

No dia 27 de janeiro, o periódico da família Marinho publicou uma reportagem destacando o que chamou de “*sucesso da VI Conferência Rural Brasileira*”. A publicação sublinhava o “*ambiente de perfeito entendimento*” e falava sobre os encaminhamentos da Conferência dos latifundiários, expondo a íntegra do documento oficial – que *O Globo* chamou

⁴⁵⁰ Matéria. *Proposições aprovadas pela 4ª Conferência Rural Brasileira* 27/02/1956. p.12

⁴⁵¹ Matéria. *Favoráveis à reforma agrária os ruralistas* 18/01/1962 p.9.

⁴⁵² Matérias. *As classes rurais dirão o que querem e pensam quanto à reforma agrária* 23/01/1952 p.2 / *Ruralistas de todo país reunidos no Rio* 24/01/1962 p.13 / *Chegou a hora de uma definição positiva da agricultura nacional* 25/01/1962 p.1 e 9.

de “*mensagem ao povo*” - firmado pelo presidente da Confederação Rural Brasileira, Iris Meinberg⁴⁵³ e por outras lideranças ruralistas:

O ambiente de perfeito entendimento do conclave permitiu a elaboração de uma mensagem da classe rural ao povo brasileiro, firmada pelo presidente da Confederação e pelos chefes das 21 delegações, além da Sociedade Nacional de Agricultura. Seu teor é o seguinte:

“A Classe Rural, embora das mais desamparadas pelo Poderes Públicos e das que maiores dificuldades encontram no cumprimento de sua elevada missão, leva neste instante, ao término da VI Conferência Rural Brasileira. Ao povo uma palavra de fé e confiança nos altos destinos da Pátria. Conclama todos os brasileiros à ordem, à paz, ao respeito dos princípios democráticos e ao trabalho construtivo. [...]

A Classe Rural é contra a agitação, a irresponsabilidade e a demagogia; é contra remédios paliativos ministrados pelos poderes públicos para os males da vida rural; é contra a espoliação e a tentativa de desorganizar a produção através da intriga e da luta de classes”.⁴⁵⁴

Na mesma edição, o jornal *O Globo* apresentou aos seus leitores outra matéria sobre a VI Conferência Rural Brasileira. O texto publicado pelo periódico da família Marinho tecia diversos elogios ao evento, à classe ruralista do Brasil, e às suas lideranças espalhadas em diferentes regiões do país. De acordo com a reportagem elaborada pelo jornal *O Globo*:

*A VI Conferência Rural, realizada no Maracanãzinho, foi uma verdadeira demonstração de força da agricultura brasileira, notadamente do associativismo rural, ali representado por mais de 4 mil líderes do campo. Depois do contato com inúmeros dirigentes de entidades da classe rural e com figuras ligadas à agricultura, a reportagem do O GLOBO pôde salientar que a VI Conferência foi a concentração rural qualificada mais importante, até hoje, realizada no país, sobretudo pela concentração das lideranças de movimento de caráter nacional. E todos são de opinião que o ruralismo brasileiro demonstrou estar mais esclarecido e progressista.*⁴⁵⁵

A matéria ainda dava espaço para diversas lideranças nacionais da classe rural, expondo ao leitor as opiniões e declarações desses proeminentes ruralistas. Foram citados nomes como Apolônio Sales, Ex-Ministro da Agricultura e avicultor da Guanabara; o deputado Gileno de Carli; João Vieira de Oliveira, presidente da Sociedade Brasileira de Agronomia; Clóvis Sales Santos, presidente da FARESP e do GT da Reforma Agrária da VI Conferência Rural. Além do vice-presidente e do presidente da Confederação Rural Brasileira, deputado Edgar Teixeira

⁴⁵³ Nesta edição, o jornal fez questão de destacar a homenagem recebida pelo líder ruralista na VI Conferência Rural Brasileira. Matéria. *Quase pronta a declaração de princípios dos ruralistas* 27/01/1962 p.2.

⁴⁵⁴ Idem.

⁴⁵⁵ Matéria. *Coincidem com o pensamento do ruralismo brasileiro as afirmações do presidente* 27/01/1962 p.5.

Leite e Iris Meinberg, que – segundo *O Globo* - teria sintetizado “*magistralmente o que desejam os agricultores patrícios*”.⁴⁵⁶

A extensa cobertura realizada pelo jornal *O Globo* da VI Conferência Rural Brasileira recebeu o agradecimento formal da entidade máxima dos ruralistas do Brasil e pessoal de seu presidente, Iris Meinberg. A CRB enviou um ofício para a redação do jornal, evidenciando a relação amistosa entre o periódico de Roberto Marinho e a classe rural brasileira. O texto assinado pelo presidente da entidade nacional dos ruralistas foi publicado na edição do dia 3 de fevereiro de 1962, e dizia que:

*Em nome das classes rurais brasileiras e em meu próprio, venho expressar a VV. SS. os nossos sinceros e profundos agradecimentos pela excelente cobertura dada por esse prestigioso órgão de imprensa aos trabalhos da VI Conferência Rural. Esperamos continuar merecendo a valiosa atenção de VV. SS. ao mesmo tempo em que lhes apresentamos nossos protestos de estima e alto apreço.*⁴⁵⁷

Além de destacar as ações e eventos da Confederação Rural Brasileira (CRB) e de outras organizações ruralistas, o jornal *O Globo* dava bastante espaço às declarações de lideranças da classe rural. O periódico frequentemente concedia um lugar destacado para que os líderes ruralistas defendessem a ideia de que havia “*riscos imensos em uma reforma agrária sem o indispensável fundamento econômico*” e que o caminho para a melhoria das condições de vida no campo seria a ampliação dos investimentos públicos no setor agropecuário.⁴⁵⁸ A tese de que “*os ruralistas desse país – sem embargo da abnegação e sacrifício de seu trabalho e de serem os mais operosos obreiros da economia nacional*”, eram, “*na realidade, os homens mais injustiçados e esquecidos*”, também foi exposta - por lideranças ruralistas - de forma recorrente nas páginas de *O Globo*.⁴⁵⁹

Em julho de 1959, por exemplo, o jornal *O Globo* publicou uma reportagem especial de grande destaque falando sobre o ciclo de conferências promovido pela Sociedade Mineira de Agricultura (então presidida pelo deputado Dirceu Duarte Braga) em comemoração aos 50 anos da entidade dos latifundiários de Minas Gerais. O evento também marcou o lançamento de uma campanha contra a reforma agrária. A matéria foi elaborada a partir das declarações de Jacinto Guimarães, um dos dirigentes da organização ruralista, que defendia a “*preservação da*

⁴⁵⁶ Idem.

⁴⁵⁷ Nota. *A CRB agradece a O GLOBO* 03/02/1962 p.4.

⁴⁵⁸ Matéria. *Riscos imensos em uma reforma agrária sem o indispensável fundamento econômico* 02/04/1962 p. 11.

⁴⁵⁹ Matéria. *Sem agricultura técnica, nenhum país pode suportar a industrialização planejada* 01/07/1959 p.4.

propriedade” e via na reforma agrária expropriatória uma “*reforma de inspiração marxista*”.⁴⁶⁰

De acordo com a liderança ruralista entrevistada por *O Globo*:

*O ponto de partida para a reforma agrária no Brasil deve ser o fomento da agricultura e não a distribuição de terras [...] O projeto de reforma agrária que se acha em trânsito na Câmara Federal tem inspiração marxista, porque se baseia apenas na distribuição de terras, num ludíbrio à classe campesina [...] ‘Seria distribuir terras de ninguém para ninguém ou dar nozes a quem não tem dentes. Aliás esse ponto nevrálgico das reformas agrárias apregoadas com tantas restrições e perplexidades tem a gravíssima significação de mudança revolucionária das instituições jurídicas da propriedade agrícola’ [...] O Brasil precisa de homens para as terras e não de terras para os homens [...] O ressurgimento da riqueza econômica não está jamais na decretação de reformas exóticas, antijurídicas e revolucionárias, senão no fomento da agricultura.*⁴⁶¹

O Globo também publicou uma entrevista que ocupava ¼ da página com o vice-presidente da Federação das Associações Rurais de Minas, Odilon Rodrigues de Sousa, a quem o jornal chamou de “*líder das classes rurais*”. O texto destacava a afirmação do ruralista que dizia que, apesar de estar “*na moda falar em reforma agrária*”, o que o Brasil realmente precisava era “*uma revisão no nosso sistema agrário*”, que significaria fundamentalmente uma ampliação do crédito e dos investimentos no setor agropecuário.⁴⁶²

Em julho de 1961, o jornal publicou uma série de artigos intitulada “*O problema da reforma agrária*”. Os textos – que foram assinados pelo diretor da Confederação Rural Brasileira, Aldovrando Vasconcellos - versavam sobre a reforma agrária no Brasil. A publicação começa fazendo um alerta ao Governo Federal e ao parlamento brasileiro: “*Temos por seguro que o Governo e Congresso Nacional hão de pesar a responsabilidade de decisões gravíssimas, antes de resolverem introduzir abruptamente, alterações profundas nas estruturas agrárias brasileiras*”. Posteriormente, o texto diz que “*decretar-se uma reforma agrária a vigorar para todo o país, por mais que nela se preveja elasticidade regional em sua execução, será excessiva boa-fé, se não for demagogia, por não se pretender, realmente cumprir a lei*”. Segundo a opinião publicada pelo jornal *O Globo*: “*Desapropriar latifúndios em exploração precária (quase todos vivem nessas condições) e utilizar terras do Estado para a formação de pequenas propriedades produtivas exigirão do país recursos muito acima de sua capacidade financeira*”. Nesse sentido, “*uma reforma agrária drástica e brusca, de âmbito nacional ou, mesmo alterações relativamente pouco amplas das estruturas agrárias existentes*”, poderiam

⁴⁶⁰ Matéria. *O desprezo pela solução do problema agropecuário é a gênese de todas as dificuldades que a nação atravessa* 31/07/1959. p.6.

⁴⁶¹ Idem.

⁴⁶² Matéria. *Antes de mais nada precisamos de uma revisão do nosso sistema agrário* 31/01/1961. p. 6.

“incapacitar as populações rurais ao consumo de nossa produção industrial e, conseqüentemente, a sobrevivência da indústria, do comércio e do próprio débil equilíbrio econômico-financeiro do país”, onde repercutiriam “os abalos sofridos pela economia agrícola”.⁴⁶³ O artigo é encerrado com uma crítica às experiências reformistas na América Latina:

*Mais cômodo que esclarecer e advertir, seria silenciar. [...] A nosso ver, uma reforma agrária inviável antes desatende do que promove a solução do problema do uso correto da terra. Não se iludam os que descobrem perfeições em algumas das reformas agrárias vigentes em outros países, principalmente, na América Latina. Uma coisa é a lei, outra sua prática. Disto somos, infelizmente, farto repositório de exemplos, aos quais não precisamos acrescentar mais um.*⁴⁶⁴

Os outros artigos afirmavam que a reforma agrária não poderia “*ser obtida pelo passe de mágica de medidas legislativas*” e que não seriam “*os instrumentos corretivos de que possa dispor o Estado suficientes ao fornecimento aos proprietários rurais dos meios indispensáveis para a modificação radical de nossos métodos de exploração agrícola*”.⁴⁶⁵ De acordo com os textos escritos pela liderança ruralista e publicados por *O Globo* ainda no Governo de Jânio Quadros:

*O fenômeno da imitação (intensa repercussão do que se pensa ser a prática da reforma agrária em Cuba) e a natural tendência humana ao progresso, a qual, nas relações político-sociais, se traduz pela orientação para a esquerda, criaram um clima altamente favorável à eclosão da reforma agrária [...] A bandeira reformadora dos métodos administrativos, desfraldada pelo presidente Jânio Quadros [...] A força de ação de S. Ex^a e o vigor de sua personalidade conferem-lhe grande responsabilidade no modo de se trabalhar a matéria e nas conseqüências das soluções que se vierem a adotar. Nossa antiquada estrutura agrária é fértil caldo de cultura onde se proliferam, com facilidade, os movimentos das Ligas Camponesas de Pernambuco e suas imitações do Sul da Bahia. A urgência de debelar focos específicos de agitação social com subversão da ordem legal exige nesses pontos do país soluções imediatas e adequadas, muito diversas das medidas necessárias à prática racional da agricultura em regiões onde o problema deve ser equacionado de outros modos.*⁴⁶⁶

O jornal da família Marinho também publicou uma matéria de destaque com declarações de ruralistas, dentre eles Aldrovando Vasconcelos, membro do Conselho Diretor da Confederação Rural Brasileira, e Iris Meinberg, presidente da Confederação Rural Brasileira. Vasconcelos afirmou que estaria “*havendo no campo [...] verdadeira debandada com as*

⁴⁶³ Artigo. *A ilusão das reformas adotadas em outros países da América Latina* 12/07/1961. p. 2.

⁴⁶⁴ Idem.

⁴⁶⁵ Artigos. *Sem planejamento e sem recursos fartos não se aperfeiçoará a nossa estrutura agrícola* 10/07/1961 p.14; *Uma reforma mal concatenada só traria benefícios aos grandes latifundiários* 11/07/1961 p.4.

⁴⁶⁶ Idem.

notícias de reforma agrária” e que os proprietários temiam “*ter que entregar as suas terras para, em recompensa, receber juros de 6% ao ano sobre seu valor histórico*”. Diante disso, começaram “*a vendê-las para empregar seus esforços em outras atividades*”. De acordo com o texto de *O Globo*, o presidente da Confederação Rural Brasileira afirmou que a CRB teria “*ponto firmado quanto ao direito de propriedade, que emana da Constituição*”. A matéria ainda afirmava que Iris Meinberg “*lembrou a necessidade de se unir a classe num só bloco, para oferecer às autoridades o seu ponto de vista contrário*” à reforma agrária com expropriação e redistribuição de terras. *O Globo* também deu destaque para Durval Garcia de Meneses, “*um dos maiores criadores de gado da Guanabara e do estado do Rio de Janeiro*”, e para o deputado Edgar Teixeira Leite, representante dos ruralistas no Congresso Nacional, ex-vice-presidente da Sociedade Nacional da Agricultura e então vice-presidente da Confederação Rural Brasileira.⁴⁶⁷ Durval Garcia afirmou que “*o projeto de reforma agrária*” que se pretendia aplicar era “*perigoso para a estabilidade social do país*” e Edgar Teixeira Leite disse: “*trata-se de uma situação muito delicada para todos nós, ruralistas. Para a Confederação o problema é ainda muito mais sério*”.⁴⁶⁸

Em outubro de 1961, o jornal apresentou um texto de opinião elogiando a exposição televisiva realizada pelo deputado Edgar Teixeira Leite. Segundo o periódico de Roberto Marinho, “*sem politiquice vulgar, sem demagogia eleitoreira, o economista Edgar Teixeira Leite, na semana passada, no programa da Tv Continental ‘Estamos em casa’*” teria equacionado “*em termos compreensíveis para o telespectador comum, o grande problema da reforma agrária no Brasil [...]*”. Na visão exposta pelo diário carioca, “*durante a esplêndida entrevista, o economista nos contou a curiosa origem das chamadas ‘ligas camponesas’, muito mais preocupadas em agitar do que em resolver os problemas do homem do campo*”. O texto foi finalizado com a seguinte afirmação sobre as Ligas Camponesas: “*Era apenas uma cooperativa funerária, antes de ser explorada pelos agitadores comunistas*”.⁴⁶⁹

O jornal *O Globo* ainda publicou uma matéria de destaque a partir das declarações de Antonio Saint Pastous, presidente da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul. A reportagem, que já no título afirmava que “*o desvirtuamento da reforma agrária tem propósitos de colocar em risco o regime*”, dava espaço para o líder ruralista gaúcho falar sobre

⁴⁶⁷ <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/leite-edgar-teixeira>

⁴⁶⁸ Matéria. *Fazendeiro denuncia debandada nos campos com a reforma agrária* 05/08/1961 p.15.

⁴⁶⁹ O texto também tecia elogios a “revisão agrária” implementada em São Paulo pelo governador Carvalho Pinto, a qual chamou de “*exemplar reforma agrária*”. Artigo. *Reforma* 10/10/1961 p.8.

a “situação do estado com os movimentos dos chamados ‘sem-terra’”. De acordo com a publicação:

Se não houvesse por parte dos interessados suspeitos o propósito de tumultuar a solução normal ou legal, a reforma agrária que se pretende instalar no Brasil não seria motivo para inquietação social e, muito menos, para tendências de perigosa luta de classes. Evidentemente o que está acontecendo é o desvirtuamento da solução do problema [...] por interesses políticos e propósitos de agravar-se a situação política, econômica e social do país, a fim de preparar terrenos para pôr em risco o regime democrático, a ordem social, e a estabilidade dos Poderes constituídos da Nação. Na realidade, a campanha em torno da reforma agrária está sendo uma cortina de fumaça para ganhar tempo o plano subversivo, que já se tornou de ostensiva atividade em certos setores do organismo social.⁴⁷⁰

Além de tecer elogios e reforçar a importância e o papel da Confederação Rural Brasileira, bem como, conceder vasto espaço para diversas lideranças ruralistas, o jornal *O Globo* enaltecia o presidente da principal entidade ruralista brasileira, Iris Meinberg, que seria – segundo o periódico de Roberto Marinho - “o grande líder do associativismo, que há mais de trinta anos” vinha “pregando a ‘União para a vida’ – o lema da Confederação Rural Brasileira”.⁴⁷¹ Em um artigo sobre a reeleição de Meinberg para o comando da organização ruralista, *O Globo* dizia que:

Para presidente foi reeleito, pela quarta vez, Iris Meinberg, o homem que maior serviço já prestou até hoje ao associativismo rural no Brasil. Ele é incansável e voa mais de 500 horas por ano, levando sua experiência e sua palavra de fé a todos os recantos desse Brasil continental. Muitas vezes, em dias de reuniões semanais, quando está fora, e o tempo fechado, e o céu negro, algum agricultor que o espera, costuma dizer, olhando para o aeroporto: “Com um tempo desses, ele não virá, certamente...”. Puro engano. Essas previsões falham sempre com Meinberg. Iris Meinberg é mineiro de Três Pontas, mas cedo ainda radicou-se em São Paulo formando-se em Direito, onde foi promotor público, e principalmente de onde saiu sua arrancada em prol do associativismo, ocupando todos os postos [...] Em 1959, representou o Brasil no Congresso Internacional do Frio, em Copenhague. É criador em Barreto e Goiás, assim ocupa a presidência da Confederação Rural Brasileira em condições dificilmente iguais, mais pela larga experiência e grande espírito público.⁴⁷²

⁴⁷⁰ Matéria. *O desvirtuamento da reforma agrária tem propósitos de colocar em risco o regime* 05/02/1962 p.3.

⁴⁷¹ No mesmo artigo, o jornal seguiu elogiando e apresentando um breve histórico dos vice-presidentes e demais diretores da Confederação Rural Brasileira eleitos no Congresso da entidade, como Edgar Teixeira Leite, Francelino Bastos França, Múcio Teixeira, Amaro Cavalcanti, Flávio da Costa Brito, José Albuquerque Lins, Aldrovando de Vasconcelos, Oscar Tavares, entre outros. Esses homens que o jornal chamou de “experts”, de acordo com *O Globo*, “não ganham nada pelo trabalho que oferecem aos produtores rurais de todo o Brasil, comparecem a debates, preparam estudos, dedicam um pouco de sua vida ao interesse comum”. Artigo da coluna “O Globo vai a campo”. *União – a arma mais forte do produtor rural* 16/03/1963 p.13.

⁴⁷² Idem.

O jornal *O Globo* tratava Íris Meinberg como o “*porta-voz dos ruralistas*”. O periódico de Roberto Marinho salientava que, “*no momento em que se agita o problema da reforma agrária, como meio para desenvolver a produção, os representantes da classe rural*”, sob a liderança de Meinberg, condenavam, “*unanimemente, os termos demagógicos com que alguns políticos*” estavam “*colocando a questão*”. De acordo com o jornal, “*um grupo de trabalho da Confederação Rural Brasileira foi designado para examinar todos os projetos em tramitação na Câmara*” e atuar de forma vigilante contra qualquer projeto “*subversivo*”, evidenciando a sintonia político-discursiva entre *O Globo*, a classe rural organizada e suas lideranças mais proeminentes, como Iris Meinberg.⁴⁷³

O periódico de Roberto Marinho repetia que a ação da classe rural organizada diante da “subversão” das Ligas Camponesas e da “ameaça vermelha” de uma reforma agrária expropriatória era uma “*vigorosa manifestação de patriotismo*”.⁴⁷⁴ *O Globo* destacava que, diferentemente do que se observava na atuação das Ligas Camponesas e do movimento campesino organizado de uma maneira geral, era notória “*a contribuição da classe rural para a reforma agrária*”, pois defendiam uma revisão das leis agrárias sem passar pela perspectiva expropriatória, representando, assim, “*dignamente [...] o homem do campo*” no Brasil.⁴⁷⁵ A aliança política e a afinidade discursiva entre o jornal *O Globo* e as organizações ruralistas (e seus líderes) era manifestada em vários artigos, editoriais e – até mesmo – reportagens. Constantemente, o periódico da família Marinho evidenciava em suas páginas a relação amistosa e colaborativa com as classes produtoras, em especial, com as organizações ruralistas. Por exemplo, quando o jornal publicou um editorial de capa criticando duramente a indicação do chanceler San Tiago Dantas – diversas vezes apresentado por *O Globo* como um político orientado pela URSS - como presidente do Conselho de Ministros, as classes produtoras se manifestaram enviando o apoio incondicional à posição de *O Globo*. O jornal evidenciou esse apoio em uma matéria de destaque que salientava que “*As classes produtoras afirmam seu apoio à posição de O Globo*”. O presidente da CRB mais uma vez teve destaque no jornal ao transmitir os “*calorosos aplausos pelo lúcido editorial*” e suas “*saudações atenciosas*”.⁴⁷⁶

Outro exemplo é a publicação que destacava a carta enviada ao periódico pelo vice-presidente do Centro Agropecuário de Lajes, em Santa Catarina. O jornal salientava que as

⁴⁷³ Matéria. *Não é só com decretos que se resolve os problemas da lavoura*. 13/07/1959. p. 13

⁴⁷⁴ Matéria. *Vigorosa manifestação de patriotismo a palavra das classes produtoras do País* 22/01/1962 p.6.

⁴⁷⁵ Matéria. *A contribuição da classe rural gaúcha para a reforma agrária* 01/02/1962 p.13; Editorial. *O fabricante de crises* 05/05/1962 p.3.

⁴⁷⁶ Matéria. *As classes produtoras afirmam seu apoio à posição de O Globo* 20/06/1962 p.12.

lideranças ruralistas estavam externando “*aplausos à posição de O Globo quanto a reforma agrária*”. O periódico também afirmava que “*as classes rurais do sul do país*” estavam “*alarmadas com os projetos e discussões em torno*” da reforma agrária.⁴⁷⁷ *O Globo* ainda transcreveu um trecho da carta muito sintonizado com o próprio editorial publicado pelo jornal no mês anterior:

*no nosso entender isso é de primarismo chocante, já que o objetivo da Reforma Agrária deve ser o aumento da produtividade e da produção. [...] E acontece que, na agricultura moderna, a grande propriedade, altamente capitalista e tecnificada, é precisamente a que mais produz e deve merecer, portanto, maior proteção legal. [...] Desejamos apenas acentuar que a Reforma Agrária não deve constituir debate em torno do tamanho das propriedades e sim do melhor uso da terra. Por isso, parece-nos que peca pela base todos os projetos apresentados.*⁴⁷⁸

Por meio da coluna “*O Globo vai a campo*”, o periódico de Roberto Marinho exaltou diversas vezes o associativismo dos grandes produtores agropecuários afirmando que a “*UNIÃO*” era “*a arma mais forte do produtor rural*”.⁴⁷⁹ O jornal *O Globo* chegou a estimular a organização dos latifundiários através da Confederação Rural Brasileira, enviando um recado diretamente aos fazendeiros do país que naquele momento não se organizavam na entidade. O texto ressaltava que:

Já se começa, felizmente, a notar maior espírito de associativismo no meio rural brasileiro. No entanto, há muitos fazendeiros com a mentalidade do século XIX, com o espírito enclausurado dentro do individualismo mais anacrônico, maléfico e insensato que se possa imaginar.

São esses os incapazes de se adaptar às conquistas sociais dos novos tempos, sempre a pensar como se fossem o avô inconformado, intolerante e ensimesmado, iludido com uma auto-suficiência medieval. São os homens apaixonados por suas fazendas, mas que, assim agindo, estão com uma mão na rédea e outra no estribo, segurando o rubro alazão de Julião ou o cavalo de Tróia de Brizolla.

É estranho ver-se todo operário descontar parte de seu salário para seu sindicato, seu clube e o “coronel” não pagar sua mensalidade à associação rural a que pertence, quando pertence. [...]

O fazendeiro vive muitas horas “matando o tempo”, mas ainda não teve tempo para ir à cidade filiar-se à associação rural local. É um não querer nada suicida, é um não movimentar os remos incompreensível, mesmo sabendo que depois da primeira curva do rio há uma grande cachoeira.

O Brasil não pode continuar com esses agricultores retrógrados, que não se reúnem em sua associação para debater seus problemas. [...]

*Felizmente há exceções, e brilhantes. Felizmente em todos os setores há homens dedicados, que trabalham com afinco para suprir a deficiência, a indiferença de muitos. É o caso da Confederação Rural Brasileira, onde diariamente se pensa em termo de defesa intransigente dos altos interesses da lavoura nacional.*⁴⁸⁰

⁴⁷⁷ Matéria. *Aplausos à posição de O Globo quanto a reforma agrária* 22/09/1961 p.7.

⁴⁷⁸ Idem.

⁴⁷⁹ Artigo da coluna “*O Globo vai a campo*”. *União – a arma mais forte do produtor rural* 16/03/1963 p.13.

⁴⁸⁰ Idem.

Na parte final do artigo publicado na coluna “*O Globo vai campo*”, o jornal do Rio de Janeiro – sem abrir aspas – chega a se pronunciar em nome da Confederação Rural Brasileira (CRB)⁴⁸¹, colocando-se como parte da própria organização e – inclusive – solicitando a contribuição financeira dos latifundiários brasileiros para a entidade ruralista dirigida por Iris Meinberg. De acordo com o artigo apresentado pelo periódico fundado por Irineu Marinho:

No entanto, todos somos sensíveis ao estímulo à cooperação. Estamos todos animados a trabalhar muito, mas não a pregar no deserto. Não queremos que nos procurem só para pedir menores preços para os produtos agropecuários nas horas de crise. Não queremos ver companheiros apenas assustados nas horas de invasão de suas propriedades. [...] Queremos como eco de nossa vontade de ajudar, que cada qual dê um pouco de si, por espírito público ou mesmo porque, em última análise, tudo que fizer reverterá em seu próprio bem.

Mas, sem dinheiro, não podemos desenvolver nossos trabalhos no ritmo desejado. Precisamos da contribuição de todos. [...] Sem dinheiro nada poderemos fazer. [...] Mostre cada qual que ama o Brasil, que ama a sua fazenda, e o nosso estilo de vida, enfim, contribuindo para que seus representantes possam vencer a batalha que ora se trava contra os demagogos, os comunistas, os inimigos do Brasil. Mande seu cheque pagável no Rio em nome de: Confederação Rural Brasileira. O endereço é: Avenida General Justo, 171 – 5º andar – Rio de Janeiro, GB.

*Nosso pedido é o melhor investimento que você pode fazer [...] Posso garantir que este tipo de semente frutificará, queiram ou não as ervas daninhas da demagogia.*⁴⁸²

O Globo também ressaltava que a sua atuação enquanto veículo de imprensa tinha um impacto positivo na “reação” da classe rural organizada à agitação das Ligas Camponesas e ao perigo representado pela tese da reforma agrária expropriatória. Por exemplo, segundo *O Globo*, a reação dos latifundiários organizados teria sido estimulada pela série de reportagens publicadas pelo jornal acerca da ação das Ligas Camponesas no Nordeste. De acordo com o periódico, “*depois da tremenda repercussão que teve a série de reportagens que O GLOBO*” vinha “*publicando sobre as Ligas Camponesas, cujas atividades*” causaram “*agitações em vários municípios pernambucanos, os proprietários de terras*” fizeram “*sucessivas reuniões contra o movimento, preparando-se para enfrentá-lo*”.⁴⁸³ Na mesma publicação, o diário carioca ainda cita os pontos principais da “*Declaração de Princípios da Lavoura*” apresentada pelos ruralistas:

⁴⁸¹ É importante salientar que o titular da Coluna “*O Globo vai a campo*” era José Resende Peres, membro da Confederação Rural Brasileira, da Sociedade Nacional da Agricultura, e que chegou a ser presidente da Associação de Criadores de Guzerá do Brasil. (RAMOS, Carolina. *Capital e Trabalho no sindicalismo rural brasileiro*. Tese de Doutorado. 2011. UFF. p. 147 - <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1349.pdf>)

⁴⁸² Artigo da coluna “*O Globo vai a campo*”. *União – a arma mais forte do produtor rural* 16/03/1963 p.13.

⁴⁸³ Matéria. *Repercutem em Pernambuco as reportagens de O GLOBO sobre as “Ligas Camponesas”* 19/06/1959 p.9.

“Para continuar existindo como atividade de trabalho livre, a agricultura de Pernambuco, pelos órgãos de classe inframencionados, fixa os seguintes princípios básicos:

1 – Com agrado, a Agricultura aceita todas as medidas particulares ou governamentais que venham ao auxílio do trabalhador rural, desde que não firam, por mero interesse demagógico, as garantias constitucionais dos proprietários e arrendatários de terras.

2 – Não aceita interferência das chamadas Ligas Camponesas em propriedades ou terras arrendadas, devido à infiltração comunista, que pode tornar-se perigosa à manutenção da democracia e à ordem social.

3 – Pelo perigo da infiltração comunista nas Ligas, a Agricultura espera do Governo medidas que ponham em seu lugar o direito de cada um”.⁴⁸⁴

De acordo com o jornal, o problema das Ligas Camponesas se tornou “*objeto de preocupação em todas as camadas, desde que publicou uma série de reportagens, documentadas, pelas quais mostrava as ligações dos dirigentes daquelas organizações com os comunistas*”. O periódico de Roberto Marinho defendia a ideia de que suas publicações foram decisivas para fortalecer a própria organização dos latifundiários para o combate às Ligas Camponesas; enfrentamento que seria imprescindível porque os “*ódios políticos*” seguiam gerando “*conflitos e mortes no interior*” do Brasil. Além disso, *O Globo* ressaltava a sintonia político-discursiva entre o periódico e a classe rural organizada diante de qualquer iniciativa de reforma agrária que tivesse como base a expropriação do latifúndio e a redistribuição das terras no país.⁴⁸⁵

O estudo dos editoriais, matérias e artigos publicados entre os anos de 1959 e 1964 demonstra a disparidade entre o tratamento conferido pelo jornal *O Globo* às organizações ruralistas (especialmente a CRB) e o dispensado às Ligas Camponesas, tanto no que diz respeito ao conteúdo, quanto ao espaço disponibilizado pelo periódico em suas edições. No período estudado, o termo “Ligas Camponesas” foi citado 1.532 vezes em 754 páginas, em contrapartida, “Confederação Rural Brasileira” apareceu 3.207 vezes em 1.802 páginas; mais que o dobro.

A análise do conteúdo publicado nas páginas do jornal *O Globo* também evidencia essa disparidade. Enquanto as Ligas Camponesas eram chamadas de “*guerrilhas*”, “*movimento rebelde*”, e “*organizações subversivas*”, o movimento ruralista era considerado “*esclarecido*” e “*progressista*”, demonstrava “*vigorosa manifestação de patriotismo*” e provava que era a classe rural organizada que “*defendia dignamente o homem do campo*”, não o movimento camponês. Os latifundiários eram tratados pelo periódico de Roberto Marinho como “*homens de bem*” e “*operosos obreiros da economia*”, mas os integrantes das Ligas Camponesas eram

⁴⁸⁴ Idem.

⁴⁸⁵ Matérias. *Proprietários rurais pernambucanos vão pedir garantias individuais* 20/07/1959 p.2; *Ódios políticos geram conflitos e mortes no interior de Pernambuco* 20/07/1959 p.3.

retratados como “*bolchevistas*”, “*terroristas*”, “*agitadores profissionais*”, “*subversivos*”, “*guerrilheiros*”, “*agitadores comunistas*”, “*desordeiros*”, entre outras coisas.

Fica evidente - em diferentes exemplos citados ao longo deste estudo - a sintonia discursiva e política entre a classe rural organizada e o jornal *O Globo*, que contrapõe o movimento camponês (especialmente as Ligas Camponesas) à democracia e rechaça qualquer iniciativa de reforma agrária expropriatória. Nesse sentido, é imprescindível analisar o discurso do periódico da família Marinho acerca da agenda pela reforma agrária do Governo João Goulart (1961 – 1964).

4 AGENDA DA REFORMA AGRÁRIA NO GOVERNO GOULART: A EMPREITADA DISCURSIVA DO JORNAL *O GLOBO* CONTRA A SOLUÇÃO EXPROPRIATÓRIA

*Parece que houve uma fecundação com germe espúrio, de que se tomou consciência, mas seguida de uma falta de coragem que levará, por incrível conformismo, por asquerosa conformação eleitoreira, por traição à Pátria, ao nascimento de um monstro. [...] Com a fome que traria, como trouxe a outros países, a **Reforma Agrária proposta pelo governo seria a primeira condição para a rápida vitória do bolchevismo**. Aí não teríamos mais eleições e, certamente, como sempre acontece, os inocentes úteis seriam os primeiros a conhecer o “paredón”.*

Diz a quinta coluna soviética que todo o mal nacional deriva da “obsoleta estrutura agrária” nacional. [...] A terra agora tem nome de estrutura. E estrutura para eles significa retalhar propriedades dirigidas por homens práticos, [...] injustiçados e caluniados. [...]

Reformar o que? O que tem a ver a posse ou o tamanho da propriedade com a omissão e os erros de governos relapsos?

O GLOBO. 20/04/1963. p. 9.

4.1. Risco Jango: a desqualificação de João Goulart e a tese da ameaça vermelha em *O Globo*

O jornal *O Globo* apresentou uma narrativa sobre João Goulart que tinha dois focos principais: a desqualificação de Jango e a suposta “ameaça vermelha” representada pelo político gaúcho. Em diversos editoriais e artigos, o jornal *O Globo* apresentou um discurso bastante crítico à figura de João Goulart, à sua atuação política e – após a chegada de Jango à Presidência da República – também ao seu Governo. O periódico de Roberto Marinho, em diferentes oportunidades, utilizou termos pejorativos para se referir a João Goulart, ressaltando a ideia de que o político gaúcho tinha o “*primarismo*”, a “*incompetência*” e a “*demagogia*” como características marcantes de sua ação política.

Mesmo antes da renúncia de Jânio Quadros - portanto, antes de Jango assumir o Executivo Federal – o jornal *O Globo* já publicava textos muito críticos ao então vice-presidente da República, que seria caracterizado – na visão do periódico – por “*um vazio de capacidade*

construtiva” e, ao mesmo tempo, seria “denso de demagogia”.⁴⁸⁶ Nas palavras do impresso carioca:

Sob ameaça de um movimento social com reflexos econômicos, promovidos pelo Sr. João Goulart, o interesse da opinião pública é conhecer-lhes os verdadeiros objetivos e limites, para saber até que ponto eles correspondem às necessidades nacionais ou só se trata de um simples jogo para atração das massas votantes.

Até agora ninguém dispõe de elementos suficientes para emitir um julgamento imparcial do fundo do problema, suscitado com tanto estrépito pelo líder do PTB. O que o torna liminarmente suspeito é o passado do vice-presidente da República, vazio de capacidade construtiva e denso de demagogia.

Ora, os homens públicos valem muito por seus antecedentes. O do senhor Goulart, como O GLOBO tantas vezes destacou, não são bons. Sem nenhuma das manifestações do espírito que distingue os homens de Estado, sua presença em tão alta magistratura só pode ser tida como bilhete premiado com o imprevisto da sorte grande da loteria partidária. Ninguém lhe conhece uma obra, um discurso, um artigo de jornal, uma campanha de princípios, um debate em que se afirmasse como portador de uma ideia e que lhe houvesse granjeado o direito de ser uma personalidade, independentemente das posições oficiais. A Nação, que ignorava a sua existência há meia dúzia de anos, continua a ignorar suas autênticas credenciais para ocupar o cargo [...]

O que quer agora o companheiro de chapa de Juscelino Kubitschek? A reforma agrária? Mas essa faz parte dos objetivos do PTB desde a sua fundação. No entanto, os anos correram sem uma iniciativa. [...]

Mas, se a entrevista e a sua apresentação aos telespectadores é pobre de ideias, não o é de insensatez e de ameaças à ordem social vigente. Bastará registrar aqui alguns de seus parágrafos. Um deles versa sobre a crise ora vigente no Brasil, ‘cujo desfecho será’ – é o Sr. João Goulart quem o afirma – a transformação da sociedade atual, dominada pelo poder econômico e pelo egoísmo de grupos financeiros nacionais e internacionais, numa sociedade onde as diferenças de fortuna sejam menores e onde os interesses do povo não sejam esmagados pela ganância de uma minoria já superada’.

Não é tudo, o Sr. Goulart (o multimilionário dono de campos, estâncias, gado, e sítios de luxo como o Capim Melado) reclama ‘medidas de uma reforma social tendentes a impedir que uma pequena minoria, nadando no luxo e nas ostentações, continue afrontando as privações e a miséria de milhares de brasileiros [...]

Qual o fito da revolução branca anunciada pelo Sr. Goulart? Ele se encarregou de defini-la: ‘atender ao clamor da multidão angustiada, cujo desespero, se não for contigo, através de medidas corajosas e de profundidade, poderá arrastar o país ao imprevisível’.

Vendo comprometida sua posição política justamente entre ‘a multidão angustiada’, que o petebismo durante anos empulhou com palavras, enquanto muitos dos seus maiores e pelegos devoravam os melhores postos e vantagens, o Sr. Goulart a más horas recorre à ‘reforma de estrutura’ e à técnica das ameaças [...]

Fique tranquilo o presidente Kubitschek, do lado do Sr. Goulart não virá nada de concreto. Palavras apenas, os donos do partido estão solidamente atarrachados nos cargos públicos e no conforto de sua opulência. Jamais o soltarão por ideias ou ao serviço do povo.⁴⁸⁷

Nesse período, o jornal *O Globo* também alertava sobre a suposta incapacidade do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sobre a liderança de João Goulart, de “constituir uma força político-social capaz de influir beneficentemente na vida do País” pois estaria sob a tutela

⁴⁸⁶ Editorial. *A revolução branca do Sr. Goulart* 30/03/1959. p.1.

⁴⁸⁷ Idem.

do que chamou de “*caudilhismo mirim*” de Jango. De acordo com o periódico de Roberto Marinho:

*O PTB, da maneira como o dirigem, não pode constituir uma força político-social capaz de influir benéficamente na vida do País. Não chega a ser um partido, é um conglomerado de grupos [...] e sob o personalismo do Sr. João Goulart. Em palavras exatas: sob o caudilhismo-mirim do vice-presidente da República, guindado a esse alto posto sem preparação pessoal nem intelectual, sem autoridade moral (devedor do Banco do Brasil em condições estranhas e antigo partidário do ditador Perón), sem um largo horizonte donde consiga descortinar as transformações que o país carece. O latifundiário missioneiro embarcou num projeto de reforma agrária, quando devia começá-la dentro dos tapumes de suas vastas propriedades rurais [...] Nas mãos do Sr. João Goulart, o PTB constitui um feudo.*⁴⁸⁸

Após a renúncia de Jânio Quadros, as críticas do periódico de Roberto Marinho a João Goulart, a seu Governo e a seus aliados se intensificaram significativamente. Diversas publicações do jornal *O Globo* alertavam sobre os “efeitos nocivos” da renúncia e da consequente elevação de João Goulart à condição de Presidente da República. De acordo com o jornal *O Globo*, a saída de Jânio Quadro da Presidência:

Terminou com o incrível, o malsinado, o triste advento do Sr. João Goulart. Para que sobrecarregar o presidente de qualificativos? Não, não vale à pena. Basta dizer que tudo o que observou João Goulart em sua vida, observou errado; que se sofresse um exame completo verificar-se-ia poder ser ele camarada e amigo excelente, sem carregar, porém, na sua pessoa, um só grama de espírito público. E esse homem (ainda, para pagamento de nossos pecados, incrivelmente mal cercado) que nos atirou nesse escuro abismo de ressentimento e burrice.

Tendo verificado João Goulart que rende politicamente a mais sórdida demagogia, não faz outra coisa. Vira e mexe, ameaça estrangeiros; depois, retira um pouco do que disse. Agita-se, turibula-se, quer ser o reformador social, esperneia; com a sua falsa serenidade grita e quer reformas; tudo desaconselha a fazer e provoca em torno de nossa Pátria martirizada um ambiente irrespirável de desconfiança, de medo, de inapetência a meter-se com doidos.

*Não há um só brasileiro que, vindo da Europa, não experimente uma sensação de tristeza, de desalento. O Brasil, meio desconhecido de outros tempos, porém respeitado, transformou-se num centro de ridículo universal.*⁴⁸⁹

⁴⁸⁸ Editorial. *Não há dois sem três* 01/06/1959 p.1.

⁴⁸⁹ Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *O verdadeiro novo mundo* (31/08/1963 p. 2). Augusto Frederico Schmidt, autor do artigo, era colunista regular do jornal *O Globo*. Schmidt era uma figura reacionário, “de têmpera direitista, que teve forte influência na política de seu tempo” atuando inclusive “como embaixador e conselheiro financeiro no governo de Juscelino Kubitschek, de quem se aproximou por intermédio de Paulo Bittencourt”; a atuação que teve no Governo Juscelino provocava fortes críticas nas alas mais à esquerda daquela Gestão. Schmidt era filiado ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), “organização de empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo estruturada no decorrer de 1961 e fundada oficialmente em 2 de fevereiro de 1962, com o objetivo de ‘defender a liberdade pessoal e da empresa, ameaçada pelo plano de socialização dormente no seio do governo João Goulart’, através de um ‘aperfeiçoamento de consciência cívica e democrática do povo’”. Em 1962, passa integrar o “Grupo de Publicações Editorial (GPE), entidade dirigida pelo general Golbery de Couto e Silva (1911-1987) responsável pela promoção de conteúdo editorial anticomunista”. Augusto Frederico Schmidt redigiu dezenas de “artigos jornalísticos contra o presidente João Goulart (1918-1976) e em apoio aos militares”. (<https://fundacaoschmidt.org.br/ha-50-anos-morria-augusto-frederico-schmidt/>); (<https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa2880/augusto-frederico-schmidt/>); (<https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-de-pesquisas-e-estudos-sociais-ipes>).

O jornal *O Globo* construiu uma linha discursiva que contrapunha os interesses e objetivos do Governo de João Goulart aos interesses nacionais. A gestão do Executivo Federal era constantemente acusada pelo periódico de atentar contra a Nação. O diário carioca afirmava que “*a decadência do padrão intelectual do Governo da República*” era “*um fenômeno desolador*” e que “*as invectivas do Sr. Goulart*” constituíam, “*portanto, um crime contra os interesses do Brasil*”, que seria “*a grande vítima dessas invectivas tão desvairadas quanto primárias, do presidente da República*” e de seu Governo.⁴⁹⁰ O periódico de Roberto Marinho dizia que o Brasil sob o Governo de João Goulart era “*a Casa da Mãe Joana*”. O jornal *O Globo* ressaltava que Jango era o “*líder da demagogia primária e do partidarismo inconsequente*”⁴⁹¹ e dizia que não era possível:

*“entender” esse governo. [...] Donde o clima, em que se debate o país, de uma “LICENCIOSA INDISCIPLINA” vulgarmente designada por “Casa da Mãe Joana”. [...] Não me arrisco a prever por quanto tempo poderá o país suportar essa diátese de indisciplina licenciosa, sem mergulhar no caos.*⁴⁹²

A gestão de Goulart era retratada como “*uma das mais desastrosas que já teve o Brasil*”.⁴⁹³ O jornal *O Globo* difundia a ideia de que a administração de João Goulart à frente do Executivo Federal era orientada por um “*código da destruição*” capaz de gerar uma série de problemas para o país e – consequentemente – para a população brasileira. Segundo o impresso carioca, o Governo Jango operava uma “*atividade maléfica*” que poderia trazer resultados catastróficos para o Brasil e era a principal “*fonte de inquietações, de dúvidas, de temores, de angústias*”.⁴⁹⁴ De acordo com o jornal *O Globo*, nesse cenário:

⁴⁹⁰ Artigo de Eugênio Gudín. *Primarismo desolador* 15/11/1961 p.2

⁴⁹¹ Eugênio Gudín - economista, engenheiro, Ministro da Fazenda no Governo Café Filho, e um “*oráculo liberal*” segundo o próprio periódico –, que era muito alinhado com a visão econômica defendida pelos Estados Unidos e atuava como editorialista de *O Globo* especializado nas pautas econômicas e como colunista fixo do jornal, repete exatamente as mesmas palavras utilizadas no editorial de capa publicado dias antes, o texto falava sobre duas reuniões que João Goulart teve no mesmo dia: a primeira com os representantes das classes produtoras e a segunda com os representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria. O editorial afirmava que João Goulart “*na primeira ocasião se elevava à posição de Chefe de Estado*”, mas que “*logo perdeu altura, aterrando, em seguida, na tão usada pista da demagogia e do partidarismo inconsequente*”. Editorial. *O presidente em duas poses*. 17/01/1962 p.1. (<https://oglobo.globo.com/acervo/fotogalerias/eugenio-gudin-oraculo-liberal-20335339> - acessado em 10/06/2023).

⁴⁹² Artigo de Eugênio Gudín. *Licenciosa Indisciplina* 26/01/1962 p.2.

⁴⁹³ Artigo Eugênio Gudín. *Abdicar por que, em favor de quem?* 13/08/1962 p.2.

⁴⁹⁴ Artigos de Augusto Frederico Schmidt. *A noite de meu bem* 20/11/1962 p.2; *Código da destruição* 16/08/1962 p.2.

Ninguém está sossegado, ninguém se sente tranquilo, ninguém pensa, neste país, em termos de futuro. Todos que são conscientes se preparam para sobreviver. O governo pessoal do Sr. João Goulart [...], que se revelou incapaz de resolver qualquer problema administrativo, mas que provou muito bem ser capaz de gerar as mais variadas dificuldades, tropeços e perturbações. O governo do Sr. João Goulart revela-se descontente com o mal que vem produzindo e propõe-se, com esse código da destruição, estender de maneira total a sua atividade maléfica.⁴⁹⁵

O jornal *O Globo* sustentava que o que estava “*acontecendo no Brasil*” no Governo Goulart ultrapassava “*qualquer coisa imaginada*” e que a gestão Federal teria transformado o Brasil em “*uma Nação que toca no fundo de sua capacidade de humilhar-se*”. De acordo com o periódico de Roberto Marinho, os brasileiros teriam sido “*entregues e abandonados nas mãos de homens incompetentes, maléficos, destituídos de qualquer espírito público, verdadeiros destruidores do seu próprio País*”. No Brasil de Goulart, “*a mentira, a ignorância, a má fé, a corrupção em todos os sentidos, passaram a imperar*” e, no que dizia “*respeito à incompetência*”, tratava-se “*de algo tão evidente, que não*” havia “*dúvida de ninguém sobre o assunto*”.⁴⁹⁶ De acordo com essa perspectiva, “*a insensibilidade para o trato dos interesses nacionais passou a ser o apanágio do Governo*” e o sofrimento, a tristeza e a miséria se tornaram parte do cotidiano nacional:

Nunca sofremos tanto sem ter a quem recorrer. Os apelos ficam perdidos no ar. A Nação que se ia erguendo – apesar de todas as dificuldades – está ensopada pelo miserável ressentimento. Respiramos uma atmosfera de tristeza, de miséria, de decadência precoce. [...]

Estão destruindo o nosso País. E todos sabem, comentam, abanam a cabeça e ninguém quer saber de nada. Ah! meu Deus, o que se está passando que ninguém socorre este País? Que desolação é esta? Haverá uma saída para tanta desgraça? Não vemos nada na estrada. Os que deviam salvar esta Nação inquietada, ferida, humilhada, governada de forma tão triste, não surgem no horizonte. Resta-nos a resistência do povo que, apesar dos seus sofrimentos, recusa-se seguir os demagogos e exploradores. Mas tudo conspira para pôr fim a essa resistência. O sinistro “esquerdismo”, recurso do desespero, destrói, pouco a pouco, o resto do bom senso. E para que o resultado seja mais positivo e rápido, trata-se de envolver esse jovem País imenso num manto de miséria. Por quanto tempo suportaremos tantos males?⁴⁹⁷

Em diferentes publicações, o jornal *O Globo* dizia que era necessário resistir às ações de João Goulart e de seus comandados no Governo, que eram guiados pela “incompetência”, pela “demagogia” e por objetivos alheios ao “interesse público”. O periódico da família Marinho ressaltava que era preciso ter força “*para rasgar cartazes demagógicos*” e direcionava – com frequência - duras críticas a João Goulart e a outros membros de seu gabinete, salientando que o que realmente deveria ser alvo de uma “reforma” no Brasil era o próprio Governo Federal:

⁴⁹⁵ Idem.

⁴⁹⁶ Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *Por quanto tempo?* 04/06/1963 p.2.

⁴⁹⁷ Idem.

É preciso uma reforma de base na administração e essa reforma deve começar pelos homens que o Sr. Goulart, seus ministros e favoritos colocaram nas posições decisivas. Esta república pré-sindical, a república de Goulart e alguns mais, é ou não é a república dos que são conduzidos aos cargos mais importantes por razões completamente distanciadas do interesse público? É esta a república dos companheiros da canção política, dos cupinchas, dos pelegos, dos que são do peito. [...] Não é com despreparados do peito e desinformados do peito ou com doidos e violentos que se impulsiona esse difícil país. [...]

Mas já se pagou para ver que os do peito do Sr. Goulart, que o fanático San Tiago Dantas, [...] não deixam, não querem, não consentirão que se arrume a casa, que se ponha o Brasil na faixa de segurança. [...] É preciso uma reforma de base nos homens que pregam reformas. Estamos necessitados de um governo, de uma autoridade que se guie serenamente pelo espírito público, que não tema sindicatos operários enlouquecidos e estudantes que não estudam.⁴⁹⁸

Além de desqualificar o Governo, o jornal *O Globo* - repetidas vezes – depreciou a figura de João Goulart que, segundo o periódico, “não merecia a confiança da Nação”. Frequentemente, o então Presidente da República era retratado como uma pessoa “sem qualquer gabarito”, guiada pela “ignorância” e pelo “primitivismo”. O jornal de Roberto Marinho dizia que:

Por penoso que seja dizê-lo, a verdade é que o Sr. João Goulart, por seus antecedentes, não merecia a confiança da Nação. Ele se reparava assim com a perspectiva de um presidente sem qualquer gabarito para o exercício do cargo, inteiramente jejuno em matéria dos problemas nacionais, com tendências esquerdistas das mais confusas e perigosas e que só demonstrara até então capacidade como presidente de pelegos. Durante os anos de vida pública não se conhece do Sr. Goulart um só trabalho, um só estudo, um único parecer sobre qualquer problema nacional. [...]

Suas manifestações sobre os problemas do país denotam uma ignorância, um primitivismo e uma confusão de entristecer.⁴⁹⁹

O jornal *O Globo* chamava João Goulart de “Homem da desesperança”, “carreirista”, e “demagogo”, bem como, salientava que o Presidente da República não agia em prol dos interesses do Brasil, pois era um “mau brasileiro, desprovido de amor a seu País”.⁵⁰⁰ Nas palavras do periódico de Roberto Marinho:

O Presidente é, ao que dizem todos, inteiramente despreparado e, portanto, primário; astuto, de uma cega ambição política e, portanto, demagogo. Mas não é um bestalhão. O que faz, faz conscientemente. O que, portanto, está fazendo com o Brasil, relegando o interesse do País a segundo e terceiro plano, mesmo diante da ameaça de anarquia, só para não arriscar seu prestígio de chefe populista, só um mau brasileiro, desprovido de amor a seu País, é capaz de fazer.⁵⁰¹

⁴⁹⁸ Artigo. *Carta ao Sr. Brochado da Rocha* 17/07/1962 p.2. (grifos nossos).

⁴⁹⁹ Artigo de Eugênio Gudín. *Porque o parlamentarismo* 03/08/1962 p.2.

⁵⁰⁰ Artigos de Augusto Frederico Schmidt. *Homem da desesperança* 01/02/1964 p.2; *O carreirista* 04/02/1964 p.2.

⁵⁰¹ Artigo de Eugênio Gudín. *Mau brasileiro* 04/10/1963 p.2.

A tese de que João Goulart sempre foi um político absolutamente despreparado para liderar o país aparecia em diversos artigos e editoriais do jornal *O Globo*, que reafirmavam que o Brasil conduzido por Jango estaria fadado a uma “*derrocada*”. O periódico carioca salientava que “*nunca teve o Sr. João Goulart habilitações para exercer a suprema posição do Governo no País: sua formação de estadista não chegou a completar o a-b-c*” e que “*como deputado, só comparecia aos corredores da Câmara uma vez por semestre para não perder o mandato; nunca fez um discurso, entrou num debate, deu um simples aparte, ou mesmo apareceu no plenário*”. Como “*Presidente do Senado, poucas vezes o presidia, mas, em compensação, patrocinava as greves mais absurdas e agravava a inflação. [...]*”. Como “*Ministro do Trabalho, sua equipe era dos mais ousados pelegos e sua atuação foi tão desastrosa e esquerdista que um grupo de militares o afugentou do Governo*”. Nesse sentido, segundo o jornal *O Globo*, a trajetória de João Goulart na Presidência da República seria mais um episódio lamentável de sua história política que – até então – já trazia provas suficientes de sua “*incapacidade de governar*”.⁵⁰² Nas palavras do periódico:

*Ninguém sabe nada, a começar pelo presidente da República. Este é, na verdade, um homem totalmente despreparado, e da espécie dos despreparados simuladores. Finge-se capaz de compreender até certo ponto, mas o faz tão mal que não ilude a ninguém. A essa incompetência notória se acrescenta uma ambição de projetar-se, de realizar empreendimentos libertários, que constituem grave perigo. Mal formado – destituído de qualquer espírito ou intenção construtiva – o Sr. João Goulart, com a sua presença, já estabeleceu o caos, a confusão mais deletéria. Não possuindo as qualidades modestas necessárias a um chefe de Estado, é também um homem que reúne em torno de si elementos perigosos. Já ultrapassou os limites da nossa paciência. Está em tudo, mas não tem culpa de coisa alguma. Vacila entre o Bem e o Mal. Na verdade não sabe o que quer, ou sabe apenas as coisas confusas dos seus pobres desejos.*⁵⁰³

O jornal *O Globo* mostrava aos seus leitores que a “*incompetência*” e o “*primarismo*” de João Goulart e de seu Governo conduziriam o Brasil “*exclusivamente à pobreza geral e ao caos, pela estrada da anemia*”, pois só produziam o que o periódico chamou de “*frutos maléficos*”. Segundo *O Globo*, o então presidente João Goulart não possuía “*sensibilidade nacional*” e “*espírito criador*”, levando o país à “*desesperança*”:

Só um cidadão destituído de qualquer sensibilidade nacional, de qualquer espírito criador, como é o caso de João Goulart – e, além do mais, também substancialmente negativo, poderá rejubilar-se com uma política que produz apenas frutos maléficos e deixa de gerar os nutritivos e bons.

⁵⁰²Artigo de Maurício Joppert da Silva. *A defesa contra a humilhação* 28/08/1962 p.13.

⁵⁰³Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *Por quanto tempo?* 04/06/1963 p.2.

Esse período Goulart, se a ele resistirmos, será conhecido na história da República como a hora da seca, da desesperança, da traição à realidade, a hora dos ressentidos, dos complicados, dos que, sendo frustrados, encontraram ambiente propício às suas frustrações. [...]

Espreita a luta que lavras nas suas próprias fileiras para auferir seus lucros de qualquer maneira. E enquanto este país é embalado por tantas e tão tristes mediocridades – algumas de alma e outras de inteligência - perde-se um tempo imenso e irrecuperável, um tempo histórico. [...]

Tudo se agrava, [...] o país continua a ser assustado e maltratado. Suportam-se, todos os dias, meios e modos de afugentar a iniciativa privada – acusada pelo projecto Brizolla, de todo o mal praticado no Brasil. Aumentamos o vínculo do medo entre os que podem agir. O Congresso, em Brasília, fabrica, diariamente, instrumentos de coação. [...] O Sr. Goulart só não faz pior porque não o quer ou está esperando para agir mais tarde.⁵⁰⁴

Na visão propagada pelo jornal, “o presidente da República, como não” conhecia “os problemas”, só poderia se atirar “à campanha inglória e criminosa de estabelecer o caos” através de “ficções e fórmulas” que só serviam para que “a classe média” fosse “esmagada” e para que o “custo de vida”, a “passos largos”, esmagasse “os humildes”. Nesse sentido, o periódico repetia que: “A volúpia de destruir-se aí está. E viva Goulart e a constelação de bacharéis e pelegos que o engastaram na coroada fatídica demagogia com que enfeitam este triste Brasil”.⁵⁰⁵ O jornal *O Globo* chegou a afirmar que João Goulart demonstrava “sua inimizade ao Brasil”.⁵⁰⁶ De acordo com o jornal, “para o presidente da República” valiam “mais os palpites dos pelegos dos sindicatos do que os resultados dos estudos fundamentados e criteriosos”.⁵⁰⁷

O periódico de Roberto Marinho dizia que a atuação política de Jango estava calcada em posições “descabidas e amalucadas” e teria transformado o país em um “mendigo ingrato”.⁵⁰⁸ O jornal *O Globo* afirmava em suas páginas que João Goulart não queria e não conseguiria capitanear o progresso da Nação com suas “asneiras proferidas à meia luz”. De acordo com periódico:

O capital do Sr. Goulart é sempre a perplexidade. Ele não quer nada quieto, progredindo, trabalhando; não deseja o País se constituindo, tomando as suas tarefas sobre os ombros e resgatando com o seu trabalho a terrível soma de erros de seu

⁵⁰⁴ Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *Essa política de austeridade* 25/05/1963 p.2.

⁵⁰⁵ Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *Panfletos dos últimos dias* 27/11/1962 p.2.

⁵⁰⁶ Artigo de Eugênio Gudim. *A trágica palhaçada* 31/08/1962 p.2.

⁵⁰⁷ Artigo de Maurício Joppert da Silva. *A elite do século* 07/11/1962 p.11.

⁵⁰⁸ Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *O beco* 14/03/1963 p.2.

*passado. Quer mexer em tudo. Solapar as instituições, massacrar os que se dedicam ao labor pacífico, explorar os ressentimentos.*⁵⁰⁹

Constantemente, João Goulart era retratado pelo jornal *O Globo* como um indivíduo incapaz de tarefas muito menos complexas que governar um país como o Brasil. A ideia de que o então Presidente da República era uma pessoa “desequilibrada” que, à mercê de “sua própria histeria”, seria incapaz de “enfrentar os seus problemas” e os da Nação, tornando-se “um furioso maníaco do que pensa necessitar o Brasil”. De acordo com o periódico do Rio de Janeiro, o país estaria refém da “pseudologia fantástica” de João Goulart e – portanto – seria imprescindível “uma revolução contra o pseudologicismo fantástico” para que os cidadãos brasileiros não continuassem “sendo dirigidos por doentes”. Nas palavras do jornal *O Globo*:

A pseudologia fantástica nos conduz aos maiores absurdos, a uma espécie de exaltada demência. Não sabemos o que queremos, voltados para competições oratórias, desviamo-nos de nossos próprios caminhos. Somos Rússia, Estados Unidos, Inglaterra, França – só não somos Brasil, pois não são os problemas brasileiros que nos interessam. É o mesmo que acontece com o pseudológico fantástico: ele é Napoleão, Hitler, De Gaulle, Jesus Cristo ou um galo. Essa fuga de si mesmo caracteriza, aliás, o doente. Este não quer enfrentar os seus problemas; daí retira-se para um sítio onde dá vazão à sua própria histeria.

De longe, condoídos mas calmos, tomamos nota de tudo isso. Temos, por exemplo, a impressão de que um homem como Goulart não sabe o que quer, o que deseja. Daí distrair-se ou apaixonar-se por reformas chamadas de base e discuti-las, tornar-se um furioso maníaco do que pensa necessitar o Brasil, deixando de cuidar do dia a dia, do imediato. Na hora que houver reforma agrária, faltará café e açúcar, não teremos os nossos produtos reais nem mesmo para consumo próprio, quanto mais para exportarmos. [...]

*O que se há de fazer? É preciso uma revolução contra o pseudologicismo fantástico. E isso, o mais depressa possível. Não podemos continuar sendo dirigidos por doentes, palco de loucuras de pseudológicos fantásticos, descuidados do real e discutindo com o vazio.*⁵¹⁰

A tese propagada nas páginas do impresso carioca dizia que atuação demagógica dirigida à parcela mais pobre da sociedade era o grande trunfo de João Goulart para “camuflar” sua “incompetência”, “incapacidade” e seu “primarismo” (entre outros adjetivos costumeiramente utilizados para caracterizar o líder petebista). O jornal *O Globo* afirmava que nada justificava “a ressentida atuação desse Goulart Hamlet dos pobres que, ignorante do que deve fazer, sendo um modelo de falta de espírito construtivo, não sabendo e não gostando de criar” necessitava, “para viver, desmontar as coisas”, agindo “a pretexto de favorecer os

⁵⁰⁹ Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *As ilhas enlouqueceram* 14/05/1963 p.2.

⁵¹⁰ Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *A pseudologia fantástica* 24/08/1963 p.2.

pobres, quando apenas os empobrece, os dizima, os anula definitivamente”. Segundo o periódico carioca:

Toda esta desordem, este alarme, este sobressalto – este país tumultuado e continuamente sacudido – todo este espetáculo de desmoroamento tem sua origem no desejo do Sr. João Goulart passar para História como nosso justicador social. Primeiro, sentia-se ele humilhado em ser Presidente parlamentarista e daí ter afundado – ou quase – o barco. [...]

Agora, ao ambicioso Presidente, livre da etiqueta restritiva ao seu poder, caberia fazer alguma coisa pela Nação. [...]

Este acertou na roda da fortuna e vingou-se da própria sorte não satisfazendo a mais modesta pretensão de uma pátria, ou seja, lograr um clima de paz, de tranquilidade, de ordem para poder trabalhar. Atira-se Goulart agora, envaidecido, sobre as reformas de base. [...] Querem que exploda tudo, que tudo leve à breca, a fim de se sentirem mais justificados de pouco exercerem funções indêbitas.

No meio desta atordoante agitação, desta perpétua onda revolucionária, destes decretos e mais decretos que arruinam o Brasil, mantém-se Goulart um homem entediado, balançando a sua inquietação falsa, ou alheia ao interesse público. [...]

Tudo agora obedece a um desmonte de nacionalidade, tudo quer dizer Brasil empobrecido, considerado louco pelo mundo externo. E é esse o Brasil que João Goulart está esculpindo entre gargalhadas e retratações de funda melancolia. E é a isso que estamos assistindo todos nós, inermes, vendo o homem poupado em toda parte.⁵¹¹

Apesar das diversas matérias, editoriais e artigos que desqualificavam João Goulart, o principal foco da narrativa do jornal *O Globo* acerca do político gaúcho era sobre a sua suposta inclinação para o comunismo. O periódico de Roberto Marinho apresentava aos seus leitores a ideia de que João Goulart representava uma “ameaça vermelha” e que colocaria o Brasil diante de uma possível ruptura do regime democrático em prol de um processo revolucionário com viés socialista. Antes mesmo de João Goulart ser alçado novamente ao posto de vice-presidente da República através do voto popular em 1960, o periódico de Roberto Marinho já publicava textos que apontavam para uma suposta inclinação de Jango e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) às teses, ideais e objetivos “comunistas”.⁵¹²

⁵¹¹ Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *O Hamlet dos pobres* 21/05/1963 p.2.

⁵¹² Ainda em 1958, *O Globo* já associava o movimento comunista brasileiro ao PTB e a João Goulart. No dia 28 de março de 1958, por exemplo, o periódico publicou um editorial, que ocupava grande parte da capa do periódico, intitulado “*O chapeuzinho vermelho*”. O texto dizia: “*Quantas vidas sacrificadas, quantas carreiras decepidas, quantas ilusões brutalmente ceifadas para que o atual 1º Secretário do PCB pudesse ter chegado ao climatério, travestido numa espécie de Papai Noel extemporâneo carregado de bondades e promessas da paz externa, ânimo construtivo, amor ao Brasil, e espírito confraternal. Nossa complacência de hoje não é, entretanto, por falta de matéria-prima para a fundamentação de um libelo. Mas estamos ainda nas ante-salas da luta. Não duvidem, porém, que O GLOBO, com a tradição de um dos órgãos de opinião livre do país, na hora que desencadear a batalha pela sobrevivência da sociedade democrática do Brasil contra os assaltos do comunismo ou seus disfarces, estará no posto de combate como o fez sempre nas horas mais perigosas [...]* Para que se veja que não estamos fantasiando sobre o fundo dissolvente da próxima ação do Sr Luiz Carlos Prestes, não há mais que ler o seu ‘bate-papo’ com um jornal afim. Ali há de tudo [...] até apoio ao Governo, à política de defesa dos preços do café, a tendenciosa referência aos especuladores baixistas, **a panaceia da Reforma Agrária (do Sr. João Goulart, latifundiário de léguas e léguas de preciosos campos!)**, a alusão aos esforços de ‘muitos comunistas que pagaram com a vida o crime de afirmar em praça pública que o petróleo é nosso’.

Por exemplo, em uma matéria sobre a Primeira Convenção Nacional do Movimento Nacionalista Brasileiro, que homologou a chapa Lott-Jango nas eleições de 1960, o jornal afirmou que “*a convenção nacionalista só repetiu ‘slogan’ comunistas*”. Outra matéria sobre o evento foi publicada na mesma edição e dizia que a “*convenção [era] obediente aos ditames comunistas*” e ressaltava que a “*convenção-show*” dos nacionalistas “*exaltou a China comunista*”, o regime cubano e deu grande destaque ao líder das Ligas Camponesas, o deputado Francisco Julião, que teria dito que “*o caminho para o Brasil é o mesmo de Cuba liderada por Fidel*”, e anunciado que “*5 mil camponeses*” desfilariam, “*empunhando espadas e enxadas, nas ruas do Recife*”.⁵¹³

O periódico de Roberto Marinho diversas vezes associou o PTB e o trabalhismo de Jango aos comunistas do Partido Comunista do Brasil (PCB)⁵¹⁴ e à ideologia socialista. De acordo com o impresso carioca, havia uma infiltração de militantes e dirigentes do PCB na organização trabalhista e uma influência muito consistente do movimento comunista brasileiro e internacional na agenda política do PTB e de João Goulart. Por exemplo, em uma matéria sobre a definição do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) acerca da candidatura ao Governo do estado da Guanabara em 1960, o jornal *O Globo* disse que:

*Já se vem tornando usual nas reuniões trabalhistas a infiltração de conhecidos elementos comunistas [...] Durante todo o tempo que durou a reunião, esses elementos não cessavam de clamar pelo nome do deputado Sérgio Magalhães, como o ‘candidato das forças nacionalistas’. Em meio à gritaria e agindo como ‘grupo de pressão’, quase ao findar a sessão, o grupo tentou ocupar os microfones para pregação em favor do candidato da ‘reforma agrária’. E o que se viu foi o espetáculo constrangedor de antigos trabalhistas, em sua própria sede e na Convenção do Partido, sentirem-se como em casa estranha, impotentes para orientar os trabalhos tumultuados por elementos reconhecidamente extremistas.*⁵¹⁵

O Globo afirmava que seguia “*na constância da sua atuação contra o comunismo*”⁵¹⁶ e no combate ao “*entreguismo vermelho*” denunciando a hipotética associação entre os

Assim mesmo! [...] Este é o quadro da floresta. O ‘chapeuzinho vermelho’ está sendo convocado para a festa. Editorial. *O “chapeuzinho vermelho”* 28/03/1958 p.1. (grifos nossos).

⁵¹³ Matérias. *A convenção nacionalista só repetiu ‘slogan’ comunistas* 12/09/1960.p3 / *Convenção obediente aos ditames comunistas* 21/09/1960 p.6.

⁵¹⁴ Após a cisão na década de 1960 passa a se chamar Partido Comunista Brasileiro e mantém a sigla PCB. A fração minoritária do Partido que questionava o revisionismo e a saída essencialmente institucional, seguiu utilizando a nomenclatura Partido Comunista do Brasil e passou a adotar a sigla PCdoB.

⁵¹⁵ Matéria. *Decidido o PTB a lançar candidato próprio no estado da Guanabara* 06/07/1960 p.6.

⁵¹⁶ O jornal *O Globo* afirmou em editorial que “*o comunismo, que nega o espírito humano e escraviza o homem para assegurar-lhe uma justiça social precária*”. Editorial. *Os dois convites* 11/06/1960 p.14.

comunistas e os trabalhistas no início da década de 1960.⁵¹⁷ O periódico mostrava uma via de mão dupla na relação entre o PCB e o PTB, com manifestações de ambos os lados que evidenciavam a aliança. De acordo com o impresso carioca, “*o Congresso do PCB se achou sobre a oculta proteção dos candidatos Lott e Goulart. Mais graves: de um ex-ministro da Guerra e do vice-presidente da República*”.⁵¹⁸ Na visão propagada pelo periódico de Roberto Marinho, os comunistas estavam “*pondo em funcionamento a máquina de agitação que conseguiram montar nos últimos tempos*” e que continuariam “*a prestigiar as correntes ‘nacionalistas’, até que o Partido Comunista do Brasil possa manobrar inteiramente o grupo*”.⁵¹⁹

A tese de que o movimento comunista internacional tinha interesse estratégico em uma aproximação com os partidos e organizações trabalhistas ao redor do mundo também foi propagada pelo jornal *O Globo* em seus editoriais, artigos e reportagens. De acordo com o periódico: “*Stalin pouco antes de morrer ordenou aos comunistas do mundo inteiro que retomassem a cooperação com os grupos ‘progressistas’ e ‘trabalhistas-agrícolas’*”.⁵²⁰

Evidentemente, após a renúncia de Jânio Quadros e a conseqüente elevação de João Goulart ao posto de presidente da República (de acordo com a Constituição em vigor naquele período), o jornal *O Globo* intensificou as publicações que associavam Jango, seus aliados e seu Partido ao comunismo. Utilizando a tese do “Perigo Vermelho” supostamente representado por Goulart, o jornal travou uma grande batalha nessa conjuntura pós-renúncia a fim de impedir a chegada do político gaúcho ao Palácio do Planalto ou – ao menos – atenuar o seu poder por meio da implantação do parlamentarismo no Brasil. Antes mesmo da renúncia de Jânio Quadros, o periódico já alertava para os riscos que a possibilidade de João Goulart assumir a titularidade do Executivo Federal poderia representar para o país. Segundo *O Globo*:

Para todos os que desejaram a eleição do Sr. Jânio Quadros, ambicionando melhores dias para o Brasil pela ação moralizadora que o então candidato prometia, o brilho da extraordinária vitória só foi empanado pela vitória simultânea do Sr. João Goulart, que se beneficiou da divisão dos adversários e venceu, modestamente, o ínclito senador Milton Campos. A posse do político gaúcho por mais um quinquênio na vice-presidência da República não significaria, entretanto – assim entendiam todos – que a S. Ex.^a fosse dada qualquer outra posição que não a estritamente constitucional, tão profundas e compreensíveis as diferenças entre o seu estilo de atuar na vida pública e aquele que consagrou nas urnas o nome de Jânio Quadros. De saída a geral expectativa não foi defraudada. Afastado do controle da Previdência

⁵¹⁷ Nota. *Entreguismo vermelho* 15/05/1961 p.2;

⁵¹⁸ Editorial. *A grande hipocrisia* 09/08/1960.

⁵¹⁹ Matéria. *Comunista articula uma nova greve geral* 15/11/1960. p.2.

⁵²⁰ Matéria. *Nova tática dos comunistas dos EUA para conquistas as minorias* (29/07/1957. p.8).

Social, limitado a presidir o Senado e o esfacelado PTB, indiciado em várias Comissões de Sindicância, percebia-se que o antigo demagogo não resistiria à privação do poder e que o seu alto posto apenas serviria, desta feita, como o catafalco de sua carreira política. [...] Agora, porém, numa jogada de muita habilidade e fazendo vista grossa ao passado [...] vem o Sr. Jânio Quadros e oficializa a viagem do vice-presidente à China Vermelha, estendendo-a a outros países asiáticos. Portanto, o Brasil, que tem tão grande medo de ficar comprometido com o mundo ocidental e cristão, vai dar aos observadores internacionais a impressão de que está querendo ficar comprometido com a China Continental, enviando-lhe uma missão chefiada pela segunda autoridade da República. [...] Mas a manobra já foi útil ao governo, que não está tendo, e parece que não mais terá, qualquer dificuldade para vencer no Senado e deu ao Sr. Jânio Quadros a oportunidade de tomar ao próprio Sr. João Goulart a liderança nacional das correntes políticas que se batem pelas posições mais ligadas à esquerda. É de ver, todavia, que o presidente, lucrando politicamente, arrisca-se a graves perdas de ordem moral, pois muitos não compreenderão como possa S. Ex.^a confiar qualquer missão oficial ao Sr. João Goulart. É claro que este, do ponto de vista moral, nada mais tem a perder, nem nos surpreende o seu procedimento que está coerente como toda a sua trajetória política, realizada à custa de muita dobléz, muitas transigências e absoluta falta de critério e altivez. Quanto ao Brasil, seus prejuízos ainda serão maiores. Já tínhamos a viagem do Sr. João Goulart quando ela seria feita em caráter particular; aumentam os nossos receios com a oficialização do passeio, pois não reconhecemos no vice-presidente condições para representar o país no exterior e, muito menos, para chefiar missão de caráter comercial. [...] A inconsequência, o despreparo, e os impulsos demagógicos do vice-presidente podem deixar muito mal o Brasil. Estamos comentando um acontecimento que significa um declínio no esforço pela moralização político-administrativa de nossa pátria. Fato lamentável e desencorajador. Vamos desejar que ele não seja seguido de novas homenagens e demonstrações de confiança do governo à pessoa do Sr. Goulart, que não as merece. Seria de amargar se depois de tantas lutas e tantas esperanças voltássemos a ver novamente o presidente do PTB a compartilhar do Poder Federal, a que só eventualmente (Deus nos livre!) teria direito. E de que sejam tais as suas pretensões, ninguém duvide. Para atingir seus fins se prestará a qualquer papel, aceitará qualquer incumbência, trilhará qualquer caminho, por mais áspero e empoeirado que seja. Para ele a estrada de Pequim é o primeiro estágio da rota que o devolverá os institutos e as Caixas da Previdência.⁵²¹

Após os desdobramentos da renúncia de Jânio Quadros, o jornal *O Globo* iniciou uma campanha - através de seus editoriais, matérias, e artigos - em prol da aprovação do parlamentarismo, que reduziria consideravelmente os poderes do presidente da República. O periódico da família Marinho convocava um “*mutirão nacional*” em torno do parlamentarismo, que - segundo o jornal, “*impediu a guerra civil*”. O impresso carioca ressaltava: “*não somos devotos do parlamentarismo, mas estamos dispostos a apoiá-lo como se fosse o único regime conhecido no mundo, pois partimos do princípio de que ele[...] foi a solução que impediu a guerra civil e deve ser auxiliado para que se realize da melhor maneira*”. O texto ainda se dirigia a Leonel Brizolla, que estaria “*deslumbrado pelo papel que lhe coube eventualmente desempenhar na crise político-militar*” e que seria “*um inadaptado*” que “*a pretexto de salvar*

⁵²¹ Editorial. *Da carta devolvida à missão oriental* 15/07/1961 p.3.

a legalidade tentou incendiar o país. Mas não” tinha “*noção do que seja defender a democracia*”. Preferia “*ameaçá-la, para continuar no cartaz*”.⁵²²

Após aprovação do novo regime, o jornal *O Globo* passou os anos de 1961 e 1962 defendendo a manutenção do parlamentarismo diante da possibilidade da retomada do presidencialismo sob a tutela de João Goulart. O periódico carioca afirmava que uma das maiores ambições e preocupações de João Goulart era retomar o presidencialismo para “*ampliar a esfera de seus poderes*” e instaurar um modelo esquerdista similar ao adotado pelo “*peronismo*”, na Argentina, ou pelo “*fidelismo*”, em Cuba. Segundo o jornal *O Globo*:

*Ampliar a esfera de seus poderes é o grande problema nacional que preocupa o presidente. Mas para que? Para pôr em prática as incongruências supracitadas? Para ainda mais agitar o país? Para instaurar um regime modelo Perón, misturado ou não com Fidel Castro?*⁵²³

De acordo com o jornal *O Globo*, o Brasil sob o comando de Joao Goulart estava em “*marcha para o peronismo*” e que “*o presidente João Goulart foi amigo e comensal de Perón*” e “*vinha reproduzindo no Brasil, com processos maneirosos e sub-reptícios, o que Perón fez na Argentina à força de coices e patadas*”.⁵²⁴ Através de suas publicações, o jornal *O Globo* se dirigia ao projeto político liderado por João Goulart como “*fidelismo caboclo*” e se colocava como porta-voz da sociedade brasileira afirmando que:

*Felizmente já se pode observar que o povo começa a demonstrar sua desconfiança para com os que pregam a revolução redentora, montados na opulência de recursos de origem duvidosa, interessados não no bem do povo, que há tantos anos desalmadamente, mas no proveito imediatista do exercício do poder, do objetivo verdadeiro do nosso fidelismo caboclo.*⁵²⁵

A narrativa de que João Goulart era parte fundamental de um suposto projeto de “*implantação do bolchevismo*” no Brasil era constante nas páginas do jornal *O Globo*, que defendia a ideia de que o Governo Goulart era uma das “*etapas*” do processo de implementação do comunismo no país. De acordo com um artigo do editorialista de economia de *O Globo*, Eugênio Gudin⁵²⁶, publicado com grande destaque pelo periódico:

⁵²² Editorial. *Na hora do mutirão* 27/09/1961 p.1

⁵²³ Artigo de Eugênio Gudin. *Porque o parlamentarismo* 03/08/1962 p.2.

⁵²⁴ Artigo de Eugênio Gudin. *A marcha para o peronismo* 16/05/1962 p. 2

⁵²⁵ Editorial. *A volta à razão* 03/05/1963 p.1.

⁵²⁶ É importante lembrar que, além de editorialista, o economista Eugênio Gudin era “ligado à UDN” e foi ministro – tinha uma coluna fixa no jornal *O Globo*. Ao longo do “governo de João Goulart, publicava sistematicamente artigos na imprensa contra o presidente, defendendo a sua deposição. Nesse sentido, apoiou o

O planejamento comunista atual divide-se, a meu ver, em três etapas. Primeiro, contribuir, quanto possível, para levar o país ao caos: é a fase pela qual estamos passando e só os cegos e os obstinados não veem. Segundo, um governo pré-comunista, tipo Kerensky [...]. Terceiro, a implantação do bolchevismo. Veja-se que em Cuba só agora Fidel Castro se declarou marxista-leninista. Não há menor exagero em constatar que estamos resvalando para o caos, isto é, para a plena desordem econômica e social, adequada à germinação do comunismo. [...] Caminhamos sob o comando do presidente para um PERONISMO talvez precursor do PAREDONISMO. Tudo corre, portanto, muito a contento dos planejadores do caos, como primeira etapa da fidelização do país.⁵²⁷

O jornal *O Globo* propagava a tese de que João Goulart, seus aliados e os membros de sua Administração estariam “contaminados” pelos ideais comunistas e a agenda política do Governo Federal era um reflexo disso. De acordo com *O Globo*, os aliados de Jango, como o deputado San Tiago Dantas, não poderiam “*harmonizar seu passado a favor da livre empresa com o arremedo de socialismo, edição de bolso, do Sr. João Goulart*”. De acordo com o periódico, o PTB e Goulart anunciavam “*uma revolução branca*”, baseada “*em fórmulas salvadoras, sob a denominação de Reformas de base*”, que constituiriam um atentado ao regime democrático. Para o jornal *O Globo*, a democracia e o Direito sempre foram “*incompatíveis com a demagogia e o jacobinismo*”, supostamente impetrados por Goulart e seus aliados.⁵²⁸ O impresso carioca falava em uma:

intromissão facciosa e anárquica que propõem os nossos ‘nacionalistas’, interessados em virar o Brasil ao avesso, extinguindo a iniciativa privada, que foi até hoje a fonte dos nossos maiores progressos, e estatizando todos os serviços sobre a trágica burocracia, que entorpece a nossa marcha adiante e asfixia a liberdade econômica.⁵²⁹

Associando o “*nacionalismo*” liderado por João Goulart ao que chamou de “*demagogia revolucionária*”⁵³⁰ e, diante do avanço da reforma agrária e das demais reformas de base, o jornal afirmava que “*que o parlamento*” deveria “*salvar o Brasil da estatização que conduz ao totalitarismo bolchevista*”.⁵³¹ O periódico carioca dizia que no governo Goulart não havia “*mais controle algum, a administração pública caminhava para a anarquia*” e que “*os comunistas, satisfeitos*” ataçavam “*cada vez mais o braseiro para que o revérbero da confusão*” perturbasse

golpe militar de março de 1964, que afastou Goulart do poder”.
(https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/eugenio_gudin).

⁵²⁷ Artigo de Eugênio Gudín. *O planejamento do caos* 06/12/1961 p.2.

⁵²⁸ Editorial. *Entre ulpiano e a onça*. 01/04/1959. p.1.

⁵²⁹ Editorial. *A política e o papel do militares* 18/02/1960. p.6.

⁵³⁰ Artigo. *Perdição de San Tiago* 02/03/1962 p.3.

⁵³¹ Editorial. *O que a Nação precisa saber*. 13/08/1962 p.1.

“os espíritos e lhes” facilitasse “a ação”, pois estavam “sendo colocados em postos de chefia e daí procuravam comprometer as instituições que ainda” resistiam.⁵³²De acordo com *O Globo*:

Estamos no terreno da palhaçada. Mas – notem bem – palhaçada que pode virar tragédia, quando chegar a noite tchecoslovaca para que eles estão se atocaiando. O Sr. Brochado da Rocha, provinciano inocente e útil que o Sr. João Goulart guardara de escabeche para a representação da atual palhaçada, é o porta-voz oficial da assessoria moscovita.

*Não há nisso o menor exagero, iluda-se quem quiser. Fidel Castro só se declarou comunista depois de ter “liquidado” seus possíveis competidores. Mao-Tse-Tung, diziam alguns americanos ingênuos, era um simples reformista agrário.*⁵³³

Em editorial, o periódico de Roberto Marinho afirmou que o governo Goulart destruiu os “índices de progresso, de desenvolvimento, e de melhoria da vida do povo” por conta de uma “obra impatriótica, vesânica, e criminosa da cúpula de agitadores que se enquistou à volta do poder para, a serviço de ideologias estranhas à Nação, atingi-la bem no cerne de sua vida”. De acordo com o jornal *O Globo*, quem pagaria “por essas insanidades não” seriam “os marxistas do governo Goulart”, mas “o povo brasileiro”.⁵³⁴

O jornal carioca salientava que, no governo Goulart, o PTB estaria adotando “uma posição de esquerda revolucionária” e que “a obra desagregadora do marxismo de mãos dadas com o petebismo do Sr. João Goulart” estaria “mais do que vista. Vista e Gasta”.⁵³⁵No editorial de capa “Desfazendo intrigas”, o jornal *O Globo* fala diretamente em “infiltração vermelha [...] no governo brasileiro” e reafirma que os comunistas pretendiam “audaciosamente” utilizar João Goulart e seu governo “para o desenvolvimento de seus planos de subversão”.⁵³⁶O periódico da família Marinho afirmava constantemente que o próprio João Goulart estaria liderando uma “Revolução” no Brasil. Na visão propagada pelo jornal:

Enquanto o povo espera soluções, entrega-se o Governo a uma estéril mais incansável atividade revolucionária. O Sr. João Goulart dera à Nação uma a garantia: as agitações cessariam com o retorno do presidencialismo. [...]

Prometera Goulart aquietar-se com o presidencialismo reconquistado. Mas estamos hoje todos convencidos de que suas promessas eram vãs. Ele não veio para ordenar, disciplinar, e trabalhar, mas para revolucionar, inquietar e provocar grandes prejuízos a seu país. [...] No fundo de sua alma está hibernando um tritão

⁵³² Artigo de Maurício Joppert da Silva. *A defesa contra a humilhação* 28/08/1962 p.13.

⁵³³ Artigo de Eugênio Gudin. *A trágica palhaçada* 31/08/1962 p.2.

⁵³⁴ Editorial. *A plataforma do plano trienal* 03/01/1963 p.3; Artigo de Eugenio Gudin. *O plano e a estatização* 06/02/1963 p.2.

⁵³⁵ Editoriais. *A democracia fortalecida* 29/03/1963 p.1; *O sindicalismo democrático* 31/07/1961 p.1.

⁵³⁶ Editorial. *Desfazendo intrigas* 19/03/1963 p.1.

revolucionário. Ele não sabe que espécie de revolução quer, mas a sapituca da revolução não o abandona. [...] Ele quer ser o homem da revolução. [...]

Estranho é esse Governo que só fala em revolução. Revolução! clama Brizola. Revolução! prega Almino Afonso em uma aula numa Universidade. Revolução! É o que deseja o Sr. Arraes em mensagem também aos universitários. Não tivéssemos um povo sensato, sofredor, mas lúcido, estaria tudo queimando, casas, canaviais, cafezais, cidades, aldeias. Trata-se de uma loucura, de uma alucinação de homens que ocupam os postos de governo e sabem que o ocupam sem merecimento ou justificação. [...]

A revolução é atividade para os que não trabalham e para os que não sabem o que fazer com a energia que Deus lhes deu.⁵³⁷

O *Globo* afirmava que não mais era “possível admitir que esse tumulto continue arrastando o País a uma derrocada” e que o Brasil assistia “estarrecido ao desmoronar de suas melhores tradições”.⁵³⁸ Falando das “dores” enfrentadas pelo povo brasileiro sob o Governo Jango e chamando o presidente da República de “coroa de espinho” ou “espinho maior da coroa”, o periódico do Rio de Janeiro pedia “piedade” a Deus e dizia que:

Deus tenha piedade de nosso País! Ele está coroado de espinhos. Será João Goulart a coroa de espinhos, ou o espinho maior da coroa? Aí é que está a dúvida. Mas todos estamos sofrendo as mesmas dores; padecendo juntos; transpassado pelos espinhos está o povo brasileiro.⁵³⁹

O *Globo* insistia no discurso de que “a crise de governo” teria atingido “entre nós aspectos de gravidade extrema”, pois, “além de se alimentarem os interesses políticos exclusivamente do desgoverno”, existiam e estavam “infiltrados em toda parte elementos teóricos e práticos decididos a empreender a destruição do Estado” e “causar lesões irreparáveis ao País” para criar um ambiente propício a uma ação revolucionária. Dirigindo-se a membros importantes do governo Goulart, o jornal *O Globo* afirmava que “os famosos esquerdistas não passam de partidários do país pobre. Tramam contra o trabalho, recusam-se a apresentar qualquer solução para resolver, de maneira certa, os problemas que se acumulam todos os dias sobre o povo brasileiro”.⁵⁴⁰ A visão propagada por *O Globo* ressaltava que João Goulart e seus aliados eram “um bando de incendiários” que chocavam o “ovo do Estado, de um novo Estado”. Nas palavras do periódico do Rio de Janeiro:

⁵³⁷ Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *Revolução* 25/04/1963 p.3.

⁵³⁸ Artigo da coluna “Panorama Econômico”. *Agitação política* 15/07/1963 p.9.

⁵³⁹ Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *A coroa de espinhos* 12/09/1963 p.2.

⁵⁴⁰ Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *Não* 14/02/1963.

Querem o desastre geral e trabalham fervorosamente para isso. [...] Hoje os teóricos da destruição de tudo, os arautos e apóstolos do ressentimento estão com a instrumentária nas mãos e agem e se fazem ouvir e obedecer. É um bando de incendiários fantasiados. Intitulam-se nacionalistas, reformistas, socialistas, amigos do povo, fidelistas, castristas. São os fautores da desordem e na desordem chocam o ovo do Estado, de um novo Estado inflado e monopolista, com reflexos irisados, vingativos e mirabolantes.⁵⁴¹

De acordo com o jornal *O Globo*, João Goulart era um “*presidente contra a Nação*” que criava um “*ambiente sombrio*” para o povo brasileiro com “*temor, intranquilidade, desconfiança*” a fim de iniciar uma “*revolução*” no país.⁵⁴² O jornal *O Globo* mostrava - através de suas páginas - que o Brasil já estava diante de uma suposta “*ruptura comunista*” em curso. Segundo o periódico, sob o Governo do “*revolucionário Goulart*”, entrava “*o Brasil na revolução*”:

*Enquanto a brisa afaga da desesperança os bigodes dos comendadores das associações comerciais, dos industriais, dos patronais que pensam comprar pelegos; enquanto dormem as hierarquias religiosas e militares – entra o Brasil na revolução. E, meu Deus, que revolução! Tudo o que tínhamos se verificou. A revolução, tal como a estão fazendo, com os homens que a conduzem, é o atraso, a estupidez, o regresso, o dilúvio do não saber nada sobre assunto nenhum. A revolução brasileira destes dias é o recuo do País, a morte do nosso esforço civilizador, o cubanismo, o barbarismo. A revolução nossa é o desrespeito total a todos os valores do espírito. É o fim do Brasil. Quem nada sabe de nada é quem dirige o corpo do baile. Seguem-no alguns que sabem, mas que fingem não saber para serem recompensados devidamente. Há, também, entre os seguidores do “*revolucionário Goulart*”, a legião dos indiferentes e daqueles que querem se vingar da vida, os queixosos, os inconformados, os frustrados, os que preferem ver tudo fumar a continuar neste ritmo. O ideal de um grande Brasil fugiu de todas as almas. Os mais esperançosos pensam em uma providência divina. As manhãs nascem tristes. Os jornais trazem aos braços lassos os sinais das muitas loucuras. Fala-se em golpe, todos falam em golpe. Goulart cuida de sua política destruidora. [...]*

Acontece que sim, que o golpe vai sendo desfechado sem lágrimas. Numa espécie de linha Maginot, dormem os defensores do País.⁵⁴³

O jornal *O Globo* salientava que “*os líderes mais chegados ao Presidente da República*”⁵⁴⁴ protagonizavam “*campanhas de ameaças à ordem estabelecida advogando*

⁵⁴¹ Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *Governo e desgoverno* 22/11/1962 p.2.

⁵⁴² Artigo de Maurício Joppert da Silva. *Presidente contra a Nação* 25/09/1963 p.20; Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *Ambiente sombrio* 26/09/1963 p.2.

⁵⁴³ Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *As andorinhas* 23/01/1964 p.2.

⁵⁴⁴ O jornal *O Globo* frequentemente também publicava matérias, artigos e editoriais associando um dos principais aliados de Jango, Leonel Brizola, à subversão, à violência, aos comunistas e aos movimentos sociais radicalizados. Por exemplo, tendo como base a exposição do embaixador e ruralista Batista Luzardo na VI Conferência Rural promovida pela CRB, o jornal publicou – com letras garrafais - uma manchete de capa que afirmava: “*O governador gaúcho incita a rebelião*”. O texto falava sobre a suposta “*atuação do Sr. Leonel Brizola nos movimentos de ocupação de fazenda*”. Em outro editorial, o periódico disse que Leonel Brizola teve a “*ideia de agitar o estado, estimulando os ‘sem-terra’ a reivindicação de propriedades alheias*”. O jornal defendia a ideia de que Leonel Brizola usava “*truques*” para “*recobrar a simpatia do povo*”, dentre eles, o “*seu*

soluções que eles mesmos denominam revolucionárias” e que eram “arautos de transformações de base pela força”, desempenhando “o papel psicológico de criar o pânico para que sejam atingidos os fins visados”; nesse sentido, as “reformas de base mascaram apenas o conflito” que serviria como uma “preparação do terreno” para um processo revolucionário de cunho socialista. De acordo com periódico de Roberto Marinho:

Nada disso pode levar a um fim construtivo. Também, graças a Deus, não levará a uma alteração substancial da ordem, pois a nação repele revoluções sectárias. Pede, sem dúvida, mudanças na estrutura político-social. Estas porém não carecem – antes o excluem -, do emprego da violência. Violência, quem a deseja são os grupos ‘compactos’ ou não compactos, são os candidatos a Fidel Castro e certos aspirantes a uma cota de predomínio sobre a Nação.⁵⁴⁵

O jornal *O Globo* ressonava, por meio de artigos, editoriais e – até mesmo – reportagens, que João Goulart estaria liderando o processo de “*cubanização do Brasil*” e que o povo brasileiro não poderia se “*submeter*” à ação política capitaneada por Jango no país, pois estaria colocando em grave risco o próprio regime democrático e as instituições que o sustentavam. De acordo com o periódico da família Marinho:

É a cubanização do Brasil que o Sr. João Goulart está levando a efeito entre nós, consciente ou inconscientemente, é a cubanização do Brasil que está pedindo. [...]

Caímos no vazio de pensamento, somos goulartianos. Mas não todos. Pelo amor de Deus, não todos. O Brasil ainda existe. E existindo não pode todo nosso povo submeter a essa pavorosa crise de que é o símbolo o atual presidente da República.⁵⁴⁶

O Globo – que falou em “*aplausos à Argentina por ter rompido relações com Cuba*” - afirmava que o Brasil, governado por João Goulart e seus aliados, caminhava na contramão de

*nacionalismo, o seu inconsciente ódio pelos Estados Unidos, suas falsas tendências para o esquerdismo, seu afago aos comunistas que o cercam e o estimulam desde a ‘cruzada pela liberdade’”. O periódico também incluiu a reforma agrária – que chamou de “*demagogia agrária de Brizola*” - nessa lista de supostos truques do governador gaúcho: “*a reforma agrária já foi um dos meios, a que recorreu, para captar a boa-vontade dos trabalhadores rurais*”. Em mais um editorial de capa contra Brizola, *O Globo* afirmava: “*Outro estado da Federação, onde na atualidade a luta política parece assumir uma importância decisiva para os destinos da paz social e da tranquilidade pública, é o Rio Grande do Sul. [...] Depois da posse do Sr. João Goulart na presidência da República, o Sr. Brizola não parou mais. [...] Voltou-se então o dirigente gaúcho para a ‘sua reforma agrária’. Porque ao Sr. Brizola não convém aguardar que esse delicado problema seja resolvido pelo Legislativo da República. [...] Isso não lhe daria os frutos que espera colher com as atitudes assumidas em favor dos chamados ‘sem-terra’. Depois de estimular e paranimfar a formação destes, passou à ação desapropriando uma fazenda. [...] Desde aquele momento, ei-lo em ação procurando solapar as bases da tranquilidade social*”. Matéria. *O governador gaúcho incita a rebelião* 25/01/1962 p.1; Editorial. *A reforma do governador Brizola* 13/02/1962 p.3; Editorial. *Esclarecimentos aos contribuintes norte-americanos* 21/02/1962 p.1. Matéria. *A demagogia agrária de Brizola causa inquietação no Uruguai* 26/02/1962 p.6; Editorial. *Destinos do Rio Grande do Sul* 27/04/1962 p.1.*

⁵⁴⁵ Editorial. *Brasil, 1961* 17/11/1961 p.3.

⁵⁴⁶ Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *Cubanização* 29/02/1964 p.2.

seus vizinhos latino-americanos e era o responsável por não deixar Fidel Castro “solitário”. Segundo o periódico de Roberto Marinho, o país estava “*de braço dado com Fidel Castro e os comunistas que*” dominavam “*a ferro e fogo, a infeliz população da bela ilha do Caribe. [...]*”. De acordo com o impresso carioca, João Goulart estaria “*de braço dado com o marxista-leninista*” e isso era um “*retrocesso mais do que evidente*”.⁵⁴⁷

A tese de que o Brasil governado por João Goulart era uma espécie “satélite” da URSS e que a prova disto estaria na forma como o Governo Jango conduzia a política externa brasileira era constantemente propalada por *O Globo*, que publicou diversos artigos e editoriais criticando o Itamaraty e os Ministros das Relações Exteriores de Goulart. Por exemplo, o jornal publicou um editorial de capa criticando a fala do senador Afonso Arinos, então ministro das Relações Exteriores do Brasil, no plenário da Organização das Nações Unidas (ONU). O periódico seguia com a sua empreitada discursiva para associar o governo de João Goulart ao comunismo internacional, afirmando que:

*Falemos sem meias palavras, desde o começo do atual período presidencial [...] fizemos uma inflexão de 180° sobre o nosso glorioso passado. A diplomacia brasileira tornou-se um reflexo das intenções do comunismo internacional. Tudo quanto tinha colorido ocidental passou a ser abandonado e considerado prejudicial e perempto. O new look do atual governo está sendo sua pressa e faceirice em transformar-se em um satélite voluntário do soviétismo. Até as palavras mudaram de sentido, o Sr. Fidel Castro constitui-se em modelo dos nossos estadistas. O homem trai a revolução democrática que o alçou ao poder, persegue os melhores companheiros, esfola, mata, fuzila, oculta seu credo marxista-leninista para não perder o apoio da burguesia, repudia os tratados, entrega-se sem reserva a Moscou. Nada disso abala a consciência dos atuais dirigentes do Brasil, que jogam tudo por tudo a fim de mantê-lo numa situação que põe em risco a unidade continental. Para dizer-se a verdade, estamos diante de uma alucinação de poucos para desgraça de quase todos.*⁵⁴⁸

O editorial ainda ressaltava que a política externa do Governo João Goulart colocava “o Brasil contra os seus maiores amigos” e servia “apenas para adular os comunistas brasileiros e os nossos famosos ‘nacionalistas’”, além dos “petebistas mais funestos (entre eles seu líder parlamentar), que” consideravam “como autodeterminação de qualquer grupo humano o número de armas empunhadas pelos rebeldes - homens e mulheres”.⁵⁴⁹

Constantemente, o jornal publicava editoriais atacando o chefe do Itamaraty e a política externa do Governo Goulart, em especial o segundo ministro das Relações Exteriores daquela

⁵⁴⁷ Editoriais. *Aplausos à Argentina por ter rompido relações com Cuba / Crimes de perigo comum* 10/02/1962 p.1 e 5.

⁵⁴⁸ Editorial. *O Brasil contra os seus maiores amigos* 19/01/1962 p.1.

⁵⁴⁹ Idem.

Gestão, San Tiago Dantas, que – para *O Globo* – “preconizava a legalização do PC”.⁵⁵⁰ De acordo com o periódico, o Itamaraty no Governo Goulart agia em sintonia com as orientações da URSS e a política externa - supostamente orientada pelos soviéticos – definiria a política interna com agendas como a reforma agrária e as demais reformas de base:

Por que a URSS se expande sobre as demais nações e se arma para mantê-las sob seu domínio? Apenas porque a política interna da Rússia se orienta pelos preceitos do marxismo-leninismo. Seu objetivo fundamental é a construção do socialismo mundial e, para atingi-lo, todos os meios lhes parecem bons, inclusive a fomentação revolucionária nos outros países por intermédio dos partidos comunistas locais, da conspiração, da revolta.

Ao oposto, os Estados ocidentais praticam sua política externa como projeção dos princípios democráticos que neles predominam.

Ora, o que pretende – segundo nota – a bancada do PTB? Pretende que o novo ministério mantenha a política externa executada e defendida pelo Sr. San Tiago Dantas e que – aí o dedo do gigante – a interna a ela se ajuste.

Vale dizer que, do mesmo passo que o Itamaraty vira as costas aos compromissos do Brasil com o continente, com o sistema interamericano, e marcha, embora dissimuladamente, para um indefensável neutralismo e até para amores clandestinos com a política soviética, os deputados petebistas requerem que, internamente, se tirem as consequências daquela atitude, introduzindo na administração do país as mesmas diretivas que nos levariam a um arremedo de socialismo, à extinção da livre empresa, à consagração do estatismo, cujos males aí estão para quem quiser vê-los.

Demonstrando o perfeito entrosamento entre sua bancada e as diretrizes que imprime a ação do Itamaraty, o ministro San Tiago Dantas esteve no Palácio dos Metalúrgicos, para expor aos trabalhadores as razões e os êxitos de sua atuação no plano internacional [...]

A linguagem que usou S. Ex. não difere em nada do texto da bancada. Em seu discurso o ministro começou por asseverar que recolheria ao Museu Diplomático as faixas que via no recinto (‘Direito de Greve, Reformas de Base, Defesa da Petrobrás, Lei da Remessa de Lucros’), ‘prova – acrescentou – de que a diplomacia brasileira tem batido em uníssono com o coração do povo’. [...]

Tudo comprova o que tantas vezes temos dito: sob a regência do Sr. San Tiago Dantas, o Itamaraty perdeu suas nobres características. [...] A Casa era do Brasil e de todos os brasileiros. Hoje é uma sucursal do PTB, obedece às suas injunções, adota os seus preceitos, colabora para as suas finalidades. Transformou-a o Sr. San Tiago Dantas em instrumento de sua clientela eleitoral, pois é como Ministro que vai e fala aos sindicatos. Promete até recolher ao Museu Diplomático os cartazes de propaganda facciosa. [...] Lá está agora instalado um gáudio de um pequeno grupo de jacobinos extremistas contra os sentimentos e desejos da imensa maioria da Nação. Até quando? Eis o que veremos.⁵⁵¹

O periódico de Roberto Marinho fomentava - sobretudo através de seus editoriais - a ideia de que a gestão da política externa do Governo Goulart estava vinculada à agenda política do comunismo internacionalista comandado pela URSS. De acordo com a opinião do jornal *O*

⁵⁵⁰ San Tiago Dantas preconiza a legalização do PC 08/06/1962 p.11.

⁵⁵¹ Editorial. *O melancólico destino do Itamaraty* 08/06/1962. p.1.

Globo, “sob o pretexto de civilizar-nos, pretendem submeter-nos aos dogmas de Marx e às práticas soviéticas”. Para o impresso carioca, a política externa do Governo Federal - sob a tutela do chanceler San Tiago Dantas - promovia uma “guinada que obrigara o Brasil a renunciar a mais de um século de um sadio interamericanismo em favor da aventura de um falso universalismo comunista” para “transplantar a venenosa semente para as instituições e práticas internas[...], aplicando a este grande país a pauta cubana dos guevaras”.⁵⁵²

O jornal *O Globo* criticava repetidamente a retomada das relações entre Brasil e União Soviética durante o Governo Goulart afirmando que “as atividades soviéticas” se desenvolviam “aceleradamente” no país e que – graças “a omissão do governo” – os comunistas da URSS construiriam “um trabalho contínuo de doutrinação, estímulo (inclusive material) aos comunistas locais, observação e contato”.⁵⁵³ O periódico chegou a insinuar que o Governo Jango tinha um suposto “financiamento russo” como “solução em vista” para a situação econômica nacional. Segundo o jornal, diante disso:

o único recurso disponível é a oração. Pedir a Deus paciência, calma e proteção para que passe a onda da desordem. Pedir e implorar que não nos deixemos dominar pela indignação, pela revolta contra os que maltratam esse país e o desclassificam; pelos que estimulam a desordem em todos os setores. Só nos resta a paciência. Não temos outro recurso. Os que, em certo momento, dispunham de poder coercitivo, hoje não podem mais nada. É preciso paciência enquanto as coisas não passam das palavras aos atos.

*A hora é dos que não tem juízo, dos que não têm estilo, dos que não sabem o que querem. A hora é de confusão. O país está cheio de donos. O desrespeito a todas as regras é geral. O que se tem visto é espantoso. Que fazer? O exercício da paciência é a saída do beco. Mas que estamos num beco sem saída, quem poderá desconhecer?*⁵⁵⁴

O periódico ainda ressaltava que “popular, nacionalista e progressista” eram “palavras triviais no vocabulário filocomunista” do Governo Federal e do Itamaraty.⁵⁵⁵ A empreitada discursiva de *O Globo* contra a política externa de João Goulart ficava evidente nas páginas do jornal, tanto que o próprio Roberto Marinho admitiu em entrevista concedida a TV Rio e reproduzida no jornal *O Globo*, que “todos sabem da campanha tenaz e enérgica que movemos contra [...] San Tiago Dantas pelos rumos que imprimiu à política externa brasileira”.⁵⁵⁶

⁵⁵² Editorial. *A nova arrancada do Sr. San Tiago* 02/07/1962 p.6.

⁵⁵³ Editorial. *Omíte-se o governo. Agem os soviéticos* 02/05/1962 p.1.

⁵⁵⁴ Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *O beco* 14/03/1963 p.2.

⁵⁵⁵ Idem.

⁵⁵⁶ Entrevista de Roberto Marinho à TV Rio. *O diretor de O GLOBO na TV* 18/12/1962 p.6.

Outra “campanha” promovida pelo jornal *O Globo* pode ser observada ao longo do processo das eleições de 1962. Por exemplo, o periódico – através de um editorial intitulado “*Alerta para a grande luta*” - clamava aos seus leitores que não elegessem candidatos que defendiam soluções que estariam supostamente fora da lei. Segundo o jornal, a vitória de deputados, senadores e governadores que defendiam a tese da reforma agrária expropriatória e que apoiavam João Goulart promoveria uma conjuntura favorável para o presidente da República no Congresso Nacional e nos estados, ameaçando o regime democrático. Diante disso, o jornal mostrava a necessidade do eleitorado brasileiro se afastar de políticos que se deixavam “*arrastar por inexplicáveis tendências esquerdistas ou esquerdizantes*” e que faziam “*ostensiva propaganda de soluções extralegais*” como a reforma agrária expropriatória.⁵⁵⁷

A campanha de Roberto Marinho, através dos editoriais de *O Globo*, contra os candidatos partidários das reformas de bases e alinhados com João Goulart no espectro político da esquerda seguiu a todo vapor em 1962. O periódico chegou a afirmar, no editorial “*A paz interna ou a subversão social*”, que a derrota dessas candidaturas no pleito de outubro daquele ano promoveria a paz na Nação, em contrapartida, uma vitória majoritária dos candidatos alinhados ao projeto político reformista de Goulart levaria o país à convulsão social. De acordo com o editorial:

Dentro de pouco mais de cinco meses a Nação brasileira vai praticar um ato de cujos resultados dependerá em magna parte o seu futuro imediato. Dele advirá a paz interna ou talvez a subversão social. [...] O embate do vindouro 7 de outubro está destinado a converter-se numa divisão de águas; e de seus resultados decorrerá a pacífica e proveitosa continuação do regime, ou será o País jogado aos azares da subversão das instituições com reflexos sobre a paz social. [...]

Não se trata de emprestar cores trágicas a um ato que, por sua índole, é normal ao exercício das democracias. Mas é que, a partir da campanha presidencial do Sr. Jânio Quadros, os acontecimentos – sobretudo após a renúncia deste – foram agravando os dissídios internos e definindo a posição esquerdizante de certos líderes, do mesmo passo que a gravidade dos nossos problemas domésticos acirrou as crises já existentes [...].

É claro que a desgraça vai sendo explorada pelos partidários de Moscou [...] O inacreditável é que alguns dos nossos dirigentes inculcam, quando não pregam abertamente, a revolução como único meio para vencermos as dificuldades. Tudo isso é, no fundo, uma tentativa de granjear o apoio e a simpatia das classes mais afetadas pela escassez de recursos. Basta ver que cada um desses arautos da violência erige um modelo a seguirmos: o ditador Fidel Castro.

Mas em que pé se encontra o povo cubano, há três anos debaixo do chicote de Castro? Nadando em abundância, em bem-estar, em felicidade? Só as pessoas de má-fé ousarão dizê-lo. Cuba é hoje uma vasta prisão onde ninguém pode emitir sua opinião, onde a fome bate às portas da nação, onde a reforma agrária foi um embuste, onde

⁵⁵⁷ Editorial. *Alerta para a grande luta* 28/03/1962 p.3.

*falta tudo ou quase tudo. Convertido em carcereiro de seus adversários, Castro os está vendendo aos parentes, como gado de corte, a tanto por cabeça. Pode lá o povo brasileiro desejar uma vida semelhante? Vida que afeta a dignidade da criatura humana e reduz a Pátria a um ajuntamento sectário.*⁵⁵⁸

Em perfeita sintonia com o editorial “A paz interna ou a subversão”, o editorialista de economia de *O Globo*, Eugênio Gudín, publicou um artigo intitulado “Demagogia e Primarismo” afirmando que “o ponto crucial das eleições” daquele ano seria “a luta entre o petebismo ou peleguismo e as forças do centro conservador-progressista”. De acordo com o texto opinativo:

*O primeiro é sinônimo de demagogia, na qual é difícil descobrir em que proporção se combinam a ignorância e a má-fé. Quando o petebismo assalta os postos de administração das empresas estatais em benefício próprio e prejuízo da Nação, a má-fé e o predomínio do interesse pessoal são evidentes.*⁵⁵⁹

Nesse contexto, os políticos que faziam parte da Ação Parlamentar Democrática, grupo de oposição a João Goulart no Congresso Nacional, tinham um espaço privilegiado nas páginas do periódico de Roberto Marinho, que publicou diversas matérias construídas a partir de declarações e opiniões dos representantes dessa articulação política que se contrapunha ao nacionalismo, naquele momento liderado por Jango, e ao comunismo, que era frequentemente associado ao presidente da República. Por exemplo, no dia 4 de abril de 1962, em sintonia com o editorial do dia 28 de março, o jornal publicou uma reportagem construída a partir das posições do deputado João Mendes, vice-líder da UDN e membro da Ação Parlamentar Democrática. A matéria afirmava que seria:

*Necessário que o eleitor democrata fique atento para distinguir entre os que pregam insinceramente reformas de base hipotéticas [...] No que diz respeito à reforma agrária, o homem do campo [...] deverá lutar pelos candidatos que sem descuidar da sorte do trabalhador rural defendem a iniciativa privada e o direito à propriedade privada, repelindo os fabricantes de ligas camponesas, caçadores de votos e inimigos do regime, que instigam as lutas de classe, estimulam a invasão de propriedades e pregam a subversão.*⁵⁶⁰

O jornal *O Globo* também promoveu uma intensa “campanha” contra as Reformas de Base propostas por João Goulart, especialmente a reforma agrária e a consequente alteração constitucional, que – em alguns momentos - eram apresentadas como instrumentos

⁵⁵⁸ Editorial. *A paz interna ou a subversão social* 25/04/1962 p.3.

⁵⁵⁹ Artigo de Eugênio Gudín. *Demagogia e Primarismo* 27/04/1962 p.2.

⁵⁶⁰ Matéria. *Estabilidade do governo ameaçada pelos debates sobre intervenção* 04/04/1962 p.3.

demagógicos e eleitoreiros fruto do primarismo do Governo, mas – na maioria das vezes - eram expostas como mecanismos para a “comunização” do país. Por exemplo, em um artigo sobre o discurso de Jango proferido em Volta Redonda (RJ) em que o presidente da República ressalta a necessidade de uma modificação da Constituição para a implementação efetiva da agenda reformista do Executivo Federal, *O Globo* afirma que:

Jango, Tancredo e os demais componentes dessa cúpula que passará à História como perfeitamente representativa da desordem que lavra nessa nação estarão em paz consigo mesmo e a revolução virá com seu cortejo de desgraças. É essa a revolução que desejam os doidos que nos desorientam. Ninguém se iluda, elementos que se sabem derrotados no próximo pleito acham melhor que venha logo a eclosão revolucionária. Numa revolução há sempre a possibilidade de certos demagogos serem beneficiados. Não faltarão elementos nocivos que murmurem nos ouvidos do presidente da República que ele continuará no governo em condições excepcionais: fechadas as duas Câmaras, repetir-se-ia para Goulart as mesmas facilidades que Getúlio Vargas logrou obter durante os primeiros anos que se seguiram ao movimento de outubro de 1930 e posteriormente com o Estado Novo. Vê-se que não estão procedendo lealmente com o Brasil e com o regime numerosos cidadãos em condições de agir e precipitar a desordem. A solução de uma Constituinte para resolver daqui a mais de um ano os problemas de base é uma farsa. Abusa-se da paciência do povo, joga-se perigosamente na convicção de sua ignorância quando se inventa a ideia de que a salvação nacional está na dependência de algumas leis que reformarão a estrutura do país. Reformas de base são um expediente ridículo ou uma manobra nitidamente revolucionária. [...]

Não é de leis ou reformas que o Brasil está necessitando, mas de um governo. Não há governo nessa hora. Não é possível que se denomine governo essa coisa inerte e confusa que está aí. Uma espécie de loucura moral envolve o país [...] Loucos estão apenas as cúpulas, os ocupantes do poder, os que, de uma ou de outra maneira, se agitam nos governos. Agitam-se e não fazem nada, a não ser agitação, a não ser provocação revolucionária. Todos esses canastrões políticos não sabem o que desejam nem para onde vão. Provocam a Nação, desafiam com os seus desacertos e mesmo crimes o advento da revolução castigadora, dessa revolução que não beneficiará as massas desprotegidas, mas jogará o país na pobreza, na desclassificação internacional, no caos. [...]

Pede-se a Constituinte, afirma-se, para mascarar a revolução mais criminoso que a História registrará. Mas, pelo menos, que se tenha consciência do que está acontecendo, do que está sendo feito com o nosso país. Não nos mantenhamos cegos a essa crise de homens que sufoca e martiriza o Brasil.⁵⁶¹

O Globo propagava tese de que o Governo Goulart queria “forçar o desespero, fomentando a agitação, para criar um clima propício aos dilemas extralegais, na tola ilusão de que o processo revolucionário teria epílogo favorável aos que, de cima para baixo” confundiam “o povo” para “jogá-lo nas aventuras da desordem encomendada”. A agenda das Reformas de Base e a alteração constitucional necessária eram encaradas como estratégias de João Goulart e de seus aliados para uma aventura revolucionária que estaria colocando em

⁵⁶¹ Artigo. *Provocação* 15/05/1962 p.2.

risco o regime democrático no Brasil porque – de acordo com o periódico de Roberto Marinho – o presidente da República se comportava como um “líder sindical”.⁵⁶² Cobrando uma reação do Poder Legislativo, *O Globo* dizia que:

Não faltam leis, faltam homens. Não falta Constituição, falta governo. [...] Se o Presidente da República optasse pela posição de estadista em vez de atuar como líder sindical, se houvesse um Gabinete forte e se o Parlamento fiscalizasse ativamente a conduta governamental, é certo que tudo caminhará pelas vias normais. Deixaria de haver, inclusive, oportunidade para as manobras de mera diversão política, destinadas a esconder o despreparo, a inépcia, e o fracasso como essa da “Revolução Constitucional” [...]

*A culpa é do sistema? É a Constituição a responsável? Só com as reformas de base o Brasil se endireita? Vê-se que quem está a merecer reforma é o governo, pai e mãe de todos os desatinos. O Parlamento acorde, ocupe o seu lugar, dê o exemplo de vigilância que não se rende, de oposição que não se acovarda, de força que não se corrompe e salva a Nação do pior. As maquinações golpistas estão aí, visíveis e invisíveis. O Parlamento não sente, não ouve e não vê? Saiam os deputados e senadores da sonolência, ou estarão na iminência da condenação pelo pecado do suicídio.*⁵⁶³

O jornal *O Globo* afirmava textualmente que – através de suas páginas – combatia o “perigo vermelho” agudizado pelo Governo Goulart. De acordo com o periódico de Roberto Marinho, por meio de “uma série de entrevistas com técnicos da economia rural” e de “desassombrados editoriais”, *O Globo* combateu o “inimigo vermelho” e capitaneou a campanha da grande imprensa brasileira contra o Governo Goulart e a tese da reforma agrária expropriatória. De acordo com as palavras publicadas pelo jornal:

*Num momento em que os marxistas já pensavam em como dividir os louros da vitória sobre a democracia, O GLOBO, quase só, lançou sua artilharia sobre a bandeira vermelha bastada pelo inimigo. À atuação firme deste jornal seguiram-se outros pronunciamentos. [...] Grandes jornais foram aderindo à preservação de um estilo de vida que nem a incrível atuação de uma minoria ou a matéria paga pela SUPRA com o dinheiro do trabalhador rural, conseguirão mais deter.*⁵⁶⁴

A ideia de que era preciso uma espécie de “operação limpeza” diante da atuação supostamente antidemocrática do Governo Jango e de seus aliados era constantemente propalada pelo periódico de Roberto Marinho. O jornal *O Globo* afirmava que o Brasil teria “chegado a um extremo” e estaria “à beira do rio da morte”, portanto, não seria mais possível “brincar com o País”. Nesse sentido, era – na visão do periódico carioca - preciso reagir “sem

⁵⁶² Artigo. *O pecado do suicídio* 18/05/1962 p.2.

⁵⁶³ Idem.

⁵⁶⁴ Artigo da coluna “O Globo vai a campo”. *Operação limpeza* 04/05/1963 p.9.

um instante de trégua” para dar um “basta” na ação do Governo Goulart e de seus parceiros políticos.⁵⁶⁵ De acordo com *O Globo*:

Este período – da renúncia do Sr. Jânio Quadros até o dia de hoje - é de excepcional importância para nós, pelo insistente esforço de muitos em destruir o conceito de Brasil no exterior e qualquer espécie de coisa construída dentro de nossas fronteiras. Não há atividade – seja ela qual for – que não tenha sido atingida pelos efeitos maléficis da desordem. No curto período da soberania janguista – e quão dilatados nos parecem esses meses! – não descansaram, não se pouparam os nossos pseudo-administradores e políticos em levar a atribulação, o medo e a incerteza a todos que habitam a nossa Pátria. Espoliou-se o crédito, espoliou-se a esperança, espoliou-se o desejo de fazer desta terra uma grande nação. Qualquer pretexto servia e serve até agora para incendiar as classes e aprofundar ressentimentos. Se existe realmente uma intensa e ininterrupta mobilização de vontade e de atenção neste país, ela se verifica na intenção bem nítida de não permitir que trabalhe em paz e que não se processe regularmente o nosso desenvolvimento, enfim, que não tiremos as consequências naturais do fato de possuímos um imenso território, com possibilidades incalculáveis de enriquecimento.

Há mais de um ano, de cabeça baixa, suportamos a desordem, humildemente assistimos às provocações, às manobras dos políticos, às tiradas demagógicas, aos convites ao incêndio, partidos exatamente daqueles que deveriam poupar o País de sustos, ameaças e atropelos. Há mais de um ano essa Nação se ergueu em defesa de uma legalidade kafkiana, que estabelecia dever o governo então ser assumido pelo vice-presidente. Os mais conservadores davam faniquitos diante da ameaça aos legítimos direitos de Goulart. Preferiam que o País fosse entregue, de mãos e pés atados, a quem não dispunha de condições para governá-lo, a que sofresse a Constituição qualquer espécie de atentado. Quis o fado que viesse Goulart... O que se há de fazer? É suportar as contumélias da sorte. Mas todos os que pensam alguma coisa, todos os que sabem alguma coisa, todos os que não são completamente bobos ou cegos já conhecem o segredo, que não é nenhum segredo: não cai uma folha da árvore da desordem sem que Goulart o saiba ou o queira. [...]

Usem ou inventem outra desculpa qualquer, mas não pensem que iludem quem quer que seja pondo Goulart fora das culpas e desgraças nacionais. Ontem era o parlamentarismo, hoje a lei agrária, amanhã a canção dos cossacos, depois sei lá o que será. Tudo vem de Goulart, do seu ar bastante dissimulado, novo Capitulino, que quer e não quer, que lava as mãos sobre o sangue dos justos etc.

*A verdade é que chegamos a um extremo, à beira do rio da morte. Não é mais possível brincar com o País, sem um instante de trégua. Basta, basta!*⁵⁶⁶

A narrativa constantemente propagada pelo jornal *O Globo* - através de seus editoriais, artigos e reportagens - de que João Goulart representava uma “ameaça vermelha” para o Brasil e para a América Latina teve como argumento central a reforma agrária expropriatória defendida por Jango e por outros atores da política nacional daquele período. Nesse sentido, é imprescindível analisar o discurso do periódico de Roberto Marinho sobre a tese da reforma

⁵⁶⁵ Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *Basta!* 16/05/1963 p.2.

⁵⁶⁶ Idem.

agrária com expropriação e redistribuição de terras, amplamente discutida na sociedade brasileira, sobretudo, ao longo do Governo João Goulart (1961 – 1964).

4.2. Reforma Agrária como mecanismo demagógico

A exemplo da narrativa sobre Jango, o discurso do jornal *O Globo* acerca da reforma agrária defendida por João Goulart girou em torno de dois eixos centrais: a demagogia e a “bolchevização” do Brasil. A proposta de reforma agrária de Goulart em alguns momentos era tratada pelo periódico de Roberto Marinho como um instrumento demagógico utilizado pelo político gaúcho com fins eleitoreiros e para que Jango pudesse propagar a tese de que era uma espécie de salvador das classes subalternas no Brasil. Em outras tantas ocasiões, a reforma agrária era apresentada aos leitores como um mecanismo para implementar no Brasil um regime socialista, sob o jugo de Moscou, Pequim e Havana.

De acordo com o jornal *O Globo*, a reforma agrária era mais uma das “artimanhas” demagógicas de João Goulart visando ao Poder, mesmo que – para isso - tivesse que transformar a democracia brasileira “*em pó*”. Segundo o periódico carioca, através de ações demagógicas como troca de “favores”, Jango via parte da classe política, alguns militares e outras figuras relevantes da sociedade brasileira atenderem “*aos seus caprichos, curvando-se diante de seus desmandos*”:

Se a salvação do Brasil, se os resultados de nossa política econômica dependem dessas alouçadas reformas de base, estamos mesmo sem saída. Jamais alguns enganaram tanto o país como neste momento. Tudo que se diz, tudo o que se proclama sobre reforma agrária obedece exclusivamente a esse desejo de agradar Jango, de ficar bem com Goulart, de obter os favores do presidente, atendendo aos seus caprichos, curvando-se diante de seus desmandos. É que, para começar, Jango dá a impressão de não querer nenhuma reforma agrária, mas abalar o Brasil, a fim de conseguir permanecer ele próprio – ou um dos seus - no Poder.

Está bem nítido que Goulart se importa muito pouco com a condição do trabalhador dos campos, embora deseje competir com Getúlio Vargas; um é o patrono do operário; o outro, o pai do servo da gleba. Mas esse título de glória é irrelevante em face de um interesse mais premente: o de criar uma tal confusão no País que ninguém conseguirá resistir, dentro da desordem, ao grupo que já está desagregando tudo. E continuando a coisa como vai, dentro em pouco a tênue democracia que aí está terá ruído, desaparecido, transformada em pó. [...]

O Executivo passou realmente a ser tudo, o resto nada. É tristeza e espuma. Curva-se diante do homem que está desossando o Brasil gente de vária espécie. Nunca se viu tanta tortuosidade, tanto desprezo pela verdade e pela grandeza. [...] Ninguém se apercebe que estamos entregando a Nação à zombaria do mundo, que humilhamos o

País graças a nossa tolerância em deixá-lo ser conduzido de maneira mais absurda e suicida.

É preciso não ter a menor sensibilidade para não nos darmos conta de que este País está sendo devastado e que já nos acomodamos no seio do próprio desastre. Mas não sabemos como será possível mudar, pois se trata de uma maneira de ver as coisas determinada e terrível que se apossou do Brasil e não o largará com facilidade. Tudo é visto pelo avesso, pelo lado oposto ao limpo e lúcido interesse nacional. O que o Sr. Goulart quer é um Brasil à moda dele, dos seus sonhos mal sonhados, das suas artimanhas, e não um Brasil próspero, vivo, forte, reino das coisas sérias e enraizado no seu próprio destino.

Não podemos satisfazer ao reformismo de Goulart sem transfigurarmos o nosso País. Ele não quer nada de bom. [...]

Meus Deus, quantos crimes estão sendo cometidos em troca de quase nada, de prêmio vasqueiros! O Brasil vale muito mais do que julgam alguns brasileiros.

Resistir a Goulart, livrar o Poder Legislativo do terror de ser dissolvido, acabar com o estéril reformismo, pôr fim à preguiça e trabalhar seriamente, tentando restabelecer uma confiança mundialmente perdida; eis as duras tarefas deste momento.⁵⁶⁷

O Globo falava em “*balela das reformas de base*” e chamava a atenção de seus leitores para “*o pavor que devia inspirar às forças armadas e ao povo um governo do Sr. João Goulart*”, que estaria desmoralizado “*com a vermelhidão*”. O periódico carioca também afirmava que o João Goulart agia com “*pusilanimidade ou espírito demagógico e eleitoreiro*”. Ao destacar a agenda de Goulart em prol da reforma agrária e das outras reformas de base, o jornal *O Globo* dizia que era “*preciso ser integralmente (não parcialmente) imbecil para acreditar que ‘essas reformas’, quase todas desaconselháveis, aliás*”, poderiam “*ter qualquer influência sobre o processo econômico ou social do país*”. O diário carioca afirmava que a proposta de Goulart estava fadada à “*inanidade*”.⁵⁶⁸

A narrativa que atrelava a demagogia à visão de João Goulart e de seus aliados sobre a reforma agrária foi construída a partir de diversos argumentos expostos nos artigos e editoriais do jornal *O Globo*. A começar pelo discurso de que somente a demagogia eleitoreira poderia explicar o fato de um “*latifundiário*” como João Goulart defender uma tese reformista expropriatória. O periódico de Roberto Marinho afirmava que isso era uma “*improvisação eleitoreira*” elaborada a partir de “*demagógicas afirmativas*”. Desde 1959, o jornal *O Globo* já ressaltava que “*os três anos de exercício da vice-presidência da República já demonstraram que o chefe do PTB*” não tinha “*especiais vocações para as ideias e doutrinas, a não ser em matéria de gado, de latifúndios, e de crédito à pecuária*”.⁵⁶⁹

⁵⁶⁷ Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *A vontade Goulart* 28/05/1963 p.2.

⁵⁶⁸ Artigo de Eugênio Gudin. *A balela das reformas de base* 18/10/1961 p.2.

⁵⁶⁹ Artigo. *Improvisação eleitoreira* 03/04/1959. p.2.

Desde a década de 1950, o periódico constantemente associava a defesa da reforma agrária defendida por João Goulart e pelo PTB à “*demagogia*” eleitoral, afirmando que essa suposta narrativa demagógica era bastante ampliada nos anos de eleição. Segundo o jornal *O Globo*, não era “*por acaso que a questão da reforma agrária*” costumava “*ser trazida à tona nos períodos pré-eleitorais. [...] Bastaria a verificação para comprovar o quanto há de demagogia na tomada de posição dos trabalhistas a respeito*”. De acordo com o impresso carioca, a “*insídia demagógica*”, como a demonstrada pelo PTB de Jango e por outros atores da política que defendiam com veemência a reforma agrária expropriatória, estaria sacrificando os produtores, que sofriam com a falta de “*empenho*” do Governo em ampará-los.⁵⁷⁰ O periódico de Roberto Marinho também dava bastante espaço para personagens da política que criticavam a tese reformista expropriatória com o mesmo argumento tantas vezes utilizado pelo jornal. Por exemplo, a matéria intitulada “*Contra a demagogia na reforma agrária*” dava voz ao Secretário de Agricultura de São Paulo, José Bonifácio Coutinho Nogueira, que dizia que: “*A expressão ‘reforma agrária, em si mesma, nada diz não passando de um motivo para exploração política às vésperas de um pleito. A agricultura de São Paulo dispensa esse tipo de demagogia*’”.⁵⁷¹

Outro bom exemplo nesse sentido é a reportagem que abordava o pronunciamento do ex-ministro da agricultura João Cleofas, em o jornal *O Globo* volta a falar sobre “*a demagogia feita em torno da reforma agrária*”, que vinha sendo aproveitada por figuras como João Goulart “*como terapêutica para os problemas brasileiros*”, mas que desconsideravam a necessidade “*de promover a habilitação dos camponeses para o melhor aproveitamento das terras, desprezando as características de propriedade de diversas regiões do país, onde existem os latifúndios sociais e demográficos*”.⁵⁷²

Em vários artigos, editoriais e reportagens, o jornal *O Globo* reforçou a ideia de que a reforma agrária expropriatória era uma solução “*simplista*” que atendia a “*interesses político-ideológicos*” e servia como instrumento de “*conquista de votos*”.⁵⁷³ Por meio da coluna “*O Globo vai a campo*”, por exemplo, o periódico de Roberto Marinho chegou a afirmar que a tese da reforma agrária estava sendo propagada no Brasil por meio do “*megafone da demagogia*”. De acordo com *O Globo*:

⁵⁷⁰ Editorial. *Agricultores sacrificados* 15/04/1959. p.4.

⁵⁷¹ Matéria. *Contra a demagogia na reforma agrária* 09/05/1959. p.9.

⁵⁷² Matéria. *João Cleofas critica a política agrária*. 08/02/1960. p.2.

⁵⁷³ Artigo. *A reforma agrária que se impõe ao Brasil* 10/02/1962 p.7; Editorial. *A reforma do governador Brizola* 13/02/1962 p.3.

Sentindo-se abandonado pelo homem da cidade, que se desiludiu depois de tantas promessas de uma vida melhor que não chega nunca, agora o político profissional brasileiro vira o megafone da demagogia para o abandonado rurícola brasileiro. Agora a pílula dourada é a terra própria para todos.⁵⁷⁴

Também era bastante comum nas páginas do jornal *O Globo* o argumento de que a tese da reforma agrária expropriatória defendida por João Goulart era uma “*panaceia*” fruto do “*primarismo*” de Jango e de seus aliados. Por exemplo, ao se referir à defesa da reforma agrária com expropriação realizada por Goulart, o periódico da família Marinho afirmava que:

Há na coleção de seus discursos muita demagogia barata, que é a única coisa que o atual presidente sabe fazer, mas não há, por exemplo, o menor estudo do problema da reforma agrária. [...]

É primário, é ignorante, é elementar, é despreparado, mas não é anormal nem irresponsável. Se peca, fá-lo conscientemente. Nenhuma desculpa pode alegar pela traição que pratica ao partido majoritário que o elegeu.⁵⁷⁵

Em diversas páginas, o periódico de Roberto Marinho repetiu a tese de que a reforma agrária expropriatória defendida por Jango e seus aliados era um retrocesso “*ao primarismo e à demagogia*”. De acordo com o jornal, Goulart e seus aliados eram “*falhos de cultura necessária para compreender os problemas do País, destituídos do devotamento cívico e do espírito de sacrifício indispensáveis à sua solução*”, além de serem “*propensos por natureza e formação ao personalismo político, à demagogia, e ao caudilhismo*”. Para *O Globo*, “*os homens a quem o destino confiou a sorte do Brasil*” apelavam “*para o “slogan” das Grandes Reformas, que eles próprios não sabem em que consistem*”. De acordo com o jornal *O Globo*, era “*sob esse ângulo que se deve apreciar as reformas – entre as quais a Reforma Agrária*” defendidas por Jango.⁵⁷⁶

O jornal *O Globo* também publicou um artigo que foi apresentado como um “*brado de alarma contra o primarismo de soluções de base emocional sem estudo objetivo e acurado, como contra as tendências ‘fidelistas’ que elas possam encobrir*”. O texto afirmava que “*se se proporcionar a posse da terra ao homem do campo que não tem saúde, que não sabe ler, que não sabe semear, cultivar, fertilizar, combater as pragas etc, e que não dispõe de crédito, ele*

⁵⁷⁴ Artigo. *Reforma Agrária e eleições* 17/03/1962 p. 7.

⁵⁷⁵ Artigo de Eugênio Gudín. *Goulart e Fidel* 22/01/1964 p.2.

⁵⁷⁶ Artigo de Eugênio Gudín. *Reflexões brasileiras* 22/05/1963 p.2.

não” teria “*outra solução senão a de vender a terra*”.⁵⁷⁷ De acordo com o periódico do Rio de Janeiro:

*Falar-se somente em distribuição de terras e nos latifúndios como se com isto pudéssemos atingir o nível ideal é pura demagogia. [...] A toada da reforma agrária tem sido sempre ouvida ao som de instrumentos ‘avermelhados’, e, quando surgem ideias mais ou menos destituídas de objetivos imediatistas, são elas logo envolvidas pelas forças dos ‘compactos’ ou das ‘bossas novas’.*⁵⁷⁸

O periódico de Roberto Marinho difundia a tese de que a reforma agrária defendida por Jango e seus aliados era primária e ineficiente pois não solucionaria o problema agrário no Brasil, e que a defesa desse tipo de reforma só poderia estar apoiada na demagogia ou no primarismo. Em um editorial, o jornal *O Globo* expôs o seu conceito de reforma agrária (também defendido pelos ruralistas), que seria “*um conjunto de medidas tendentes a aumentar a rentabilidade da produção agropecuária e elevar o nível de vida do trabalhador rural*”. Já no princípio do texto, o periódico se contrapõe ao que chama de reforma agrária demagógica, afirmando que:

*Numa concepção primária e demagógica, a reforma agrária vem sendo proposta por certos círculos políticos como processo de divisão e distribuição de terras. Na mesma sequência, apresentam-na, ainda, como reivindicação de classe [...] No tocante à reforma agrária, o que está em jogo, não é um problema de distribuição de riqueza, mas antes o de propiciar meios para a produção de bens agropecuários em níveis de alta produtividade, pois só como decorrência desse resultado poder-se-ia encontrar solução ao problema da melhoria das condições de vida do trabalhador dos campos. Torna-se necessário advertir a opinião pública contra o primarismo e a demagogia, pois o estímulo de atritos sociais de natureza artificial constitui desserviço à causa do desenvolvimento econômico da Nação, etapa a ser superada pela geração brasileira dos nossos dias. No quadro da realidade brasileira a divisão e distribuição de terras não constitui solução [...] O direito de propriedade, separado do seu sentido social, é protegido porque a prescrição aquisitiva só se opera em favor daquele que exerce a posse depois de dilatados anos [...] Se há, pois, injustiça a ser sanada, não está ela nas relações entre proprietários de terra e assalariados. [...] Sob o aspecto social, a grande propriedade, quando cultivada economicamente, não representa, dentro do quadro da realidade brasileira, nenhum inconveniente. [...] É lastimável que a ideia de Reforma Agrária, nas suas facetas menos verdadeiras, vem granjeando, a ponto de serem acoimados de reacionários aqueles que a ela se opõem. Não se examinam razões, o que se quer é cortejar a parte menos esclarecida da população.*⁵⁷⁹

Para o jornal *O Globo*, a tese da reforma agrária expropriatória era um instrumento de “*demagogos*” ineficaz e perigoso, que deveria apenas ser substituída por iniciativas de

⁵⁷⁷ Artigo. *Preliminar sobre a reforma agrária* 30/06/1961. p.2.

⁵⁷⁸ Artigo da coluna “Panorama Econômico”. *Terras e latifúndios* 08/07/1961 p.9.

⁵⁷⁹ Editorial. *Reforma Agrária* 05/08/1961 p.3.

financiamento agrícola para otimizar a produção. *O Globo* reverberava em suas páginas a ideia de que “a reforma agrária demagógica” defendida por João Goulart não resolveria o problema dos campos brasileiros, mas apenas serviria aos propósitos políticos do presidente e de seus aliados. De acordo com o periódico de Roberto Marinho:

Os demagogos que estão por aí a pregar reforma agrária como sinônimo de “terra-própria”, por ignorância ou má-fé certamente não podem avaliar a extraordinária importância de um programa de crédito agrícola para uma verdadeira reforma agrária. [...]

Só fazendas modernas podem pagar bons salários, dar lucro, e vender seus produtos por preços mais baixos. Aí é que o financiamento aparece como fator indispensável. [...]

Sem dúvida, muito mais do que as carradas de afirmações demagógicas, o crédito agrícola poderá aumentar a produtividade agrícola brasileira – o único caminho para uma verdadeira reforma agrária.⁵⁸⁰

Sintonizado com a classe rural organizada, o jornal *O Globo* afirmava que o discurso que dizia que era necessário distribuir terra aos trabalhadores rurais para se concretizar a reforma agrária era uma falácia demagógica. Ressaltando que “nas grandes fazendas as casas dos empregados são às vezes melhores que as sedes dos pequenos proprietários”, o periódico da família Marinho pontuava que:

Se a solução básica do problema agrário fosse a terra própria, Cabral ao aqui chegar só teria encontrado nababos. E ainda hoje, nas tribos remanescentes, ou menos nos milhões de minifúndios, só encontraríamos gente próspera. No entanto, a realidade é outra. [...]

Falam em reforma agrária, mas o que estão fazendo é arrasar a produção agropecuária [...] Isto vai provocar a fome num País que poderia alimentar folgadoamente população muitas vezes maior.

Mas isto trará novos argumentos para as tais reformas espoliativas, e será o caldo de cultura ideal para ideologias exóticas que uma minoria insistente teima em impor à grande maioria. A dissolução é planejada, enquanto as classes rurais continuam de braços cruzados, sem prestigiar a Confederação Rural Brasileira, sem o menor espírito de equipe, de união contra o inimigo comum.⁵⁸¹

São diversos os artigos, editoriais e matérias em que o periódico de Roberto Marinho critica a tese de uma reforma agrária que visava à distribuição de glebas de terra aos camponeses que não eram proprietários. Segundo a perspectiva defendida por *O Globo*, não se conhecia na História mundial “fracasso maior que as reformas agrárias” expropriatórias e, nesse sentido,

⁵⁸⁰ Artigo da coluna “O Globo vai a campo”. *Crédito agrícola: um capítulo de Reforma Agrária* 18/05/1963 p.7.

⁵⁸¹ Artigo da coluna “O Globo vai a campo”. *O problema dos “sem-terra”* 28/09/1963 p.7.

“o Brasil, isto é, todos nós,” pagaria “caro por essa demagogia” e continuaria “com suas terras precisando de colonos”.⁵⁸² O diário do Rio de Janeiro dizia que:

Chega a ser ridícula essa confusão de reforma agrária com doação de terras a todos. No Brasil, quase pode se dizer que só não possui terra quem não quer. [...] Não é necessário, pois, nenhuma modificação na Constituição para fazer a verdadeira reforma agrária. Basta apenas objetividade, honestidade, vontade de vencer os pontos de estrangulamento, e reação firme contra a demagogia eleitoral. [...]

Para esses homens do campo, iludidos pela demagogia, todos os problemas se resumem na propriedade das glebas. A falta de assistência técnica, a inexistência de financiamento, a carência de silos e armazéns, o abandono social, nada disto tem importância, importante para eles, é possuírem a terra. Quem, senão o Governo, é culpado por essa deformação do problema rural?⁵⁸³

Pejorativamente, o jornal afirmava que a tese de reforma agrária de João Goulart só se importava “em atribuir o uso antieconômico da terra à forma da propriedade, em outras palavras que a melhoria da produtividade” dependia, “mais do que tudo, dessa forma de propriedade”. O Globo dizia que o Governo Jango entendia que “transferindo-se a propriedade de A para B resolve-se o problema da produção” e que essa visão parecia “o caso da anedota do marido ultrajado que resolvia seu caso doméstico vendendo o sofá...”.⁵⁸⁴ De acordo com jornal da família Marinho:

É espantoso o que se lê, o que se ouve hoje em dia sobre reforma agrária. Sabem as pessoas honesta que reforma agrária nada mais é do que um conjunto de medidas destinadas a corrigir os erros, as deficiências no setor da produção agrícola. Visando a aumentar a produtividade e, com isso, o padrão de vida do produtor rural, fazendeiro ou camponês. [...]

Políticos despreparados, jornalistas levianos e toda uma corte de demagogos estão confundindo reforma agrária com distribuição de terras a pessoas não capacitadas a explorá-las. O tamanho da propriedade jamais poderá ser determinado por legisladores. [...]

Não há dúvidas: reacionários são os que estão pregando uma reforma agrária falsa, sem bases econômicas, ao invés de realizarem a verdadeira.⁵⁸⁵

Ao falar sobre o discurso realizado por João Goulart como paraninfo dos estudantes da CEPAL - que ressaltava que a “estrutura agrária de base latifundiária” gera “dependência

⁵⁸² Artigo da coluna “O Globo vai a campo”. *Reforma Agrária* 16/06/1962 p.9; Artigo de Maurício Joppert da Silva. *E agora, João?...* 17/03/1964 p.14.

⁵⁸³ Artigo da coluna “O Globo vai a campo”. *Reforma Agrária* 16/06/1962 p.9; 17/03/1964 p.14. Editorial. *Perigosos sinais* 20/02/1964 p.1.

⁵⁸⁴ Artigo de Eugênio Gudín. *Reforma Agrária (II)* 27/05/1963 p.2.

⁵⁸⁵ Artigo da coluna “O Globo vai a campo”. *Vamos fazer a reforma agrária* 01/06/1963 p.9.

econômica, [...] atraso e inadequação das instituições”, além de “insuficiência do padrão de vida” – o jornal *O Globo* afirmou que:

*Veja-se que mixórdia e que incongruências. Quem não vê que o nosso mal não é das instituições e sim dos homens INADEQUADOS? Onde foi que a reforma agrária deu solução ao problema do subdesenvolvimento produto genérico da ignorância e do primarismo*⁵⁸⁶

O jornal *O Globo* propalava a tese de que os latifundiários eram vítimas de um discurso falacioso sobre a estrutura fundiária do país que colocava os grandes proprietários de terra como vilões. O periódico de Roberto Marinho dizia que o Brasil precisava de “*fomento agrícola e não [de] reforma agrária*”, ressaltando que “*os problemas agrários no Brasil não provêm da má distribuição da terra*” e que “*os latifundiários são os fatais bodes expiatórios dos demagogos políticos*”. O encerramento do artigo era uma espécie de manifesto contra a reforma agrária expropriatória, e afirmava: “*Afaste-se, pois, a ideia de confisco, a odiosa injustiça de tomar a terra de alguém para dá-la a outrem. Por que não abandonar a expressão reforma agrária que já soa de maneira tão desagradável?*”⁵⁸⁷. De acordo com *O Globo*:

aproveitaram os políticos espertos para a exploração de um bode expiatório. Dar as soluções e indicar os verdadeiros métodos para fazer progredir a agricultura estava muito acima da capacidade e do patriotismo desses demagogos. Daí a sua tese de que tudo se resolveria mediante A SIMPLES SUBSTITUIÇÃO DO PROPRIETÁRIO DA TERRA. Donde o ‘slogan’ da reforma agrária”.⁵⁸⁸

O Projeto de reforma agrária foi enviado por João Goulart ao Congresso Nacional no dia 22 de março de 1963. A partir de então, o jornal *O Globo* intensificou a sua campanha contra a reforma expropriatória (chamada pelo periódico de “*reforma espoliativa*”) defendida pelo Governo Federal e passou a publicar muitos artigos, editoriais e reportagens criticando a proposta do Executivo que passava a tramitar no parlamento. O diário de Roberto Marinho afirmava que a iniciativa era “*suicida*” e não passava de “*mais um instrumento de opressão política*”; além disso, tinha itens “*demagógicamente socialistas*”. De acordo com o jornal:

O fato é que chegamos a uma situação tão grave, sob constantes ameaças de completa desorganização da nossa estrutura agrária [...] Todo mundo sabe que o sítio, a pequena propriedade ou a “propriedade familiar” é o maior fator de atraso na nossa produção rural [...] O objetivo da reforma que o presidente Goulart mandou ao

⁵⁸⁶ Artigo de Eugênio Gudín. *O planejamento do caos* 06/12/1961 p.2.

⁵⁸⁷ Artigo. *Fomento agrícola e não reforma agrária* 05/05/1962 p.9.

⁵⁸⁸ Artigo de Eugênio Gudín. *Reforma Agrária (III)* 29/05/1963 p.2.

Congresso é contrário ao interesse nacional, é uma volta ao artesanato, é como se na cidade acabássemos com as fábricas para voltarmos à Idade Média com produção individual “feita à mão” de produtos que ficariam caríssimos. [...] Há quem diga que essa lei será mais uma para enganar o povo, tipo “cortina de fumaça” que silenciará certas “reivindicações”, amedrontará alguns covardes, para depois repousar eternamente em berço esplêndido.⁵⁸⁹

O periódico de Roberto Marinho insistia na tese de que o problema da terra no Brasil era relativo à produção/produtividade e estava nisso “a flagrante explicação da pobreza senão da miséria do homem do campo”. Nesse sentido, o projeto de reforma agrária expropriatória enviada pelo Governo João Goulart ao Congresso Nacional era mais um mecanismo demagógico, esquerdizante, e – além de tudo – ineficaz para o real problema da terra no Brasil. O jornal afirmava que:

Assumindo o poder o Sr. João Goulart [...] adotou o slogan das “REFORMAS”. Reforma monetária, reforma bancária, reforma agrária, reforma disso, daquilo e daquilo outro, tudo englobado na fórmula “Reformas de Base”, inclusive – “last but not least” – uma reformazinha da Constituição. [...]

Basta abrir os olhos e não ser imbecil para ver que a pobreza que se encontra no interior do Brasil decorre da exiguidade da produção. [...]

E quando vem o governo Goulart e seus aderentes dizer-nos que BASTA MUDAR O PROPRIETÁRIO DA TERRA, entregando-a aos trabalhadores para que daquela baixa produtividade surjam, como por encanto, a abundância e a riqueza!”

E como a solução consiste em transferir a propriedade da terra de umas para outras mãos, “impõe-se” reformar a Constituição. [...]

Por mais ignorantes que sejam os petebistas e seus assessores autores do projeto não lhes pode atribuir a crença de que o problema da prosperidade e da riqueza das regiões agrícolas e pecuárias do Brasil se resolve COM A MUDANÇA DA PROPRIEDADE DA TERRA.

Ao que na realidade visam os autores do projeto é desorganizar o País, sua economia, e sua paz social, a fim de criar um clima propício à realização de seus verdadeiros intentos.⁵⁹⁰

O jornal *O Globo* dizia que a reforma agrária de João Goulart era uma “demagogia rasteira” que visava a ludibriar o povo brasileiro e era fruto do primarismo demagógico de um “demente”.⁵⁹¹ Na visão de *O Globo*, a marca da Administração de João Goulart - em especial no que dizia respeito ao projeto de reforma agrária do Governo - era a “demagogia inepta”.⁵⁹² Segundo o jornal:

⁵⁸⁹ Artigo da coluna “O Globo vai a campo”. *Reforma agrária espoliativa* 31/03/1963 p.7.

⁵⁹⁰ Artigo de Eugênio Gudín. *Reforma Agrária (1)* 24/05/1963 p.2.

⁵⁹¹ Artigo de Eugênio Gudín. *Demagogia rasteira* 14/08/1964 p.2.

⁵⁹² Artigo de Eugênio Gudín. *Demagogia inepta* 20/11/1963 p.2.

Se as demais reformas de base forem tão bem estudadas como a reforma agrária, em que o Governo só se preocupa com a reforma da Constituição e, subsidiariamente, com a simples propriedade de terra, estamos em pleno vazío.

Quanto ao “povo”, palavra com que enchem a boca os arautos do Governo, o que ele está vendo é o continuado desperdício de seus bens e de sua renda. [...]

“O Brasil não tem tido sorte com seus presidentes” [...] Quando pensou estar elegendo um grande presidente, verificou que tinha eleito um demente. E quando se vê aos braços com as mais ingentes dificuldades, só encontra no governo uma demagogia rasteira.⁵⁹³

Segundo o jornal *O Globo*, o problema da reforma agrária não era “*encarado com um mínimo de sanidade mental*” pelo Governo de João Goulart, que só se aproveitava da questão para fins “*demagógicos*” e como instrumento de “*politicagem*”. De acordo com a perspectiva propagada pelo periódico de Roberto Marinho:

Na atmosfera de demagogia e mistificação em que se reclama as “reformas de base” [...] sem acompanhá-las dos indispensáveis esclarecimentos e justificação, é útil e oportuno firmar alguns postulados fundamentais, à guisa de estacas sobre as quais se possa apoiar qualquer estrutura racional.

No tocante à Reforma Agrária ora em pauta, é imperativo compreender que ela só poderá contribuir para o padrão de vida das populações rurais NA MEDIDA EM QUE RESULTAR EM AUMENTO DE PRODUÇÃO. [...]

Ora, a simples transferência de propriedade da terra do indivíduo A para o indivíduo B só pode contribuir para a melhoria da produtividade na medida em que B tiver uma capacidade de produção superior a de A, a saber: melhor técnica, melhor aparelhamento, e melhores condições de crédito, sem falar na educação e na saúde.

Entregar a propriedade de alguns hectares de terra ao trabalhador rural, “mesmo de graça”, sem lhe dar paralelamente assistência técnica, aparelhamento adequado e crédito, sem falar em habitação e saúde, constituiria UM LUDIBRIO PARA O TRABALHADOR E UM DESASTRE PARA A ECONOMIA NACIONAL; nunca uma reforma social em favor dos pobres. [...]

A extensão da Reforma está portanto forçosamente limitada aos recursos disponíveis para sua efetivação racional. Tudo mais é politicagem e demagogia que pode aproveitar aos que a promovem, mas nunca à população rural que se diz pretender beneficiar.⁵⁹⁴

De acordo com o periódico de Roberto Marinho, a sociedade brasileira vinha “*assistindo a um pungente espetáculo de destruição do País*” e que não era segredo para ninguém que o “*Governo Federal, além de não zelar pela sua própria autoridade, destrói-se a si mesmo*” e a

⁵⁹³ Artigo de Eugênio Gudín. *Demagogia rasteira* 14/08/1964 p.2.

⁵⁹⁴ Artigo de Eugênio Gudín. *Reforma Agrária e Sanidade Mental* 30/03/1964 p.2.

Nação através de teses como a reforma agrária expropriatória, fazendo com que o Brasil fosse “empurrado, pela demagogia, para o caos”⁵⁹⁵, mesmo com o povo “cansado de demagogia”.⁵⁹⁶

O jornal *O Globo* afirmava que “a demagogia, a solécia, a imbecilidade, a falta de conhecimentos, a mediocridade” estavam “conspirando em favor do empobrecimento nacional”. Segundo o periódico, o projeto de reforma agrária de Goulart era mais um mecanismo demagógico e eleitoreiro, que estaria sendo aproveitado para “se recomendarem às graças do eleitorado”.⁵⁹⁷ Era recorrente nas páginas do jornal *O Globo* a narrativa de que os integrantes do Governo Goulart estariam “unidos contra a democracia” e pregavam “a reforma agrária para iludir os incautos” e para ampliar seus poderes.⁵⁹⁸ Segundo o periódico carioca, a reforma agrária e as demais reformas de base propostas por João Goulart eram “erros e fantasias que envergonham os próprios latino-americanos”.⁵⁹⁹ Para o jornal, havia “uma coleção de asneiras que” saíam “da cabeça dos assessores de Goulart” e que as funções públicas no governo Jango estavam entregues “a frustrados e incompetentes que desbarataram o País”. Nas palavras de *O Globo*:

*Transformam essa nossa pátria em alguma coisa esfrangalhada, esfarrapada, desmantelada. [...] Se trabalha para a ruína da nação brasileira. [...] O comunismo entrou na moda. Uma classe espoliativa está impondo suas leis contra o trabalho, a criação de riquezas, o dever de se fazer uma grande nação. Só se veem – com apoio dissimulado de Goulart – projetos de leis impondo restrições, castigos [...] Com o apoio do latifundiário Goulart, para quem o interesse supremo é a detenção do poder, apresenta o governo um projeto de reforma agrária em que a propriedade privada fica entregue ao Estado. Este poderá, se tudo for aprovado, sequestrar bens sem qualquer indenização. [...] Os dirigentes dessa hora má e torva ou são analfabetos, ignorantes, desinformados, ou querem isso mesmo o isolamento do Brasil na sua miséria e no seu desespero.*⁶⁰⁰

O jornal da família Marinho afirmava que o Governo João Goulart estava “obcecado” com a implementação de uma reforma agrária expropriatória no Brasil e estaria sendo omisso diante dos “verdadeiros e imediatos interesses do País”. O “estéril debate” sobre a reforma agrária liderado pelo Governo estaria levando o Brasil à derrocada, pois se avolumavam os “problemas reais”. Nas palavras do periódico do Rio de Janeiro:

⁵⁹⁵ Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *Pronunciamento* 03/10/1963 p.3.

⁵⁹⁶ Artigo da coluna “O Globo vai a campo”. *Reforma agrária para leitores* 04/11/1963 p.13

⁵⁹⁷ Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *Até quando?* 27/04/1963 p.2.

⁵⁹⁸ Artigo de Maurício Joppert da Silva. *A defesa contra a humilhação* 28/08/1962 p.13.

⁵⁹⁹ Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *A “aliança” e o arcebispo* 12/02/1963 p.2.

⁶⁰⁰ Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *A brincadeira trágica* 28/03/1963 p.2.

O que mais impressiona nesta hora difícil da vida brasileira é a incapacidade que revela o Governo para atuar com energia, coragem e bom senso na defesa dos verdadeiros e imediatos interesses do País. Perde-se ele no estéril debate político, deixa-se intimidar pela onda de demagogia partida de seus próprios círculos, dirige todos os seus esforços para objetivos que não são os mais urgentes, nem os mais importantes. Enquanto isto, avolumam-se os problemas reais. [...]

Perdido na discussão da reforma agrária, voltado para a reforma constitucional, debruçado sobre as polêmicas radiofônicas, o Governo parece não ver o que acontece. Dá a impressão de que está conformado em que seja assim. É a política do “deixa ficar como está, para ver como fica” levada ao mais alto grau de irresponsabilidade e insensatez. [...]

Será fácil concluir que estamos sangrados por culpa exclusiva da falta de visão e patriotismo daqueles que desencadearam no Brasil a luta política através das greves, da agitação sindical e da demagogia [...].⁶⁰¹

O diário carioca dizia que todos os políticos e agremiações partidárias que defendiam a tese da reforma agrária apresentada pelo Governo João Goulart estariam aproveitando do viés demagógico e eleitoreiro do Projeto. Somente os partidos que se posicionavam contra o Projeto de reforma agrária de Jango estariam – de fato – combatendo a demagogia eleitoreira. O jornal *O Globo* evidencia essa posição, por exemplo, em um editorial dirigido à UDN, que havia se posicionado contra a revisão constitucional em prol da reforma agrária. Nas palavras de *O Globo*:

Congratulamo-nos com a UDN, que soube retomar o extraordinário papel que lhe cabe na vida política do País, resolvendo enfrentar, como era preciso, a onda de demagogia, primarismo e má-fé que ameaça a paz e a ordem internas e põe em risco a própria unidade nacional.⁶⁰²

O jornal *O Globo* também deu bastante espaço para organizações da sociedade civil que se colocavam frontalmente contra a reforma agrária expropriatória proposta por João Goulart e que repetiam os argumentos utilizados pelo periódico de Roberto Marinho em suas publicações. As entidades ruralistas eram justamente as instituições que tinham maior destaque no diário carioca que, constantemente, repercutia os posicionamentos das organizações dos latifundiários acerca da reforma agrária do Governo Jango.

O Globo deu grande destaque às manifestações e eventos das organizações ruralistas (em especial a Confederação Rural Brasileira) em oposição à reforma agrária expropriatória apresentada por João Goulart. Uma série de publicações do periódico reverberavam as posições dos ruralistas e evidenciavam a sintonia discursiva entre o jornal *O Globo* e classe rural

⁶⁰¹ Editorial. *O fechamento dos portos* 08/07/1963 p.1.

⁶⁰² Editorial. *O exemplo da UDN* 29/04/1963 p.1.

organizada no Brasil. Por exemplo, a matéria “*Clamor da Classe Rural em Brasília: REFORMA AGRÁRIA SEM SOLUÇÕES COMUNISTAS*”⁶⁰³ destacava a “*atuação desassombrada e verdadeiramente nacionalista*” do presidente da CRB, Íris Meinberg, e transcrevia o posicionamento das organizações ruralistas, que falavam em “*demagógica distribuição de terras aos sem-terra*” pelos “*empreiteiros da desordem*”, que recorriam “*às soluções comunistas ou comunizantes*” para a questão da terra no Brasil.⁶⁰⁴

O texto ainda destacava que os “*ruralistas repudiaram a emenda que abria perigosa brecha na Constituição*” com uma reforma agrária expropriatória elaborada a partir de “*teses subversivas da extrema-esquerda*” e condenaram “*o clima de insegurança*” que estaria “*perturbando a vida nos campos, com a invasão de terras e ameaça de desapropriações*”. De acordo com a publicação do periódico de Roberto Marinho, os líderes ruralistas afirmavam que “*o caudilhismo e o comunismo estão de mãos dadas pregando uma reforma agrária que constitui apenas um pretexto para liquidar com a democracia brasileira*” e demonstravam que aqueles que trabalhavam em prol da reforma agrária expropriatória pretendiam “*atirar uma classe contra a outra, de modo que uma minoria esquerdista tire proveito para assaltar o poder*”, o que explicaria “*as pressões ao Congresso, lideradas por agitadores marcados por cursos na União Soviética e na Tcheco-Eslováquia*”.⁶⁰⁵

A matéria do jornal *O Globo* deu espaço destacado para Íris Meinberg, afirmando que o líder ruralista “*assinalou que a campanha subversiva desencadeada para permitir uma reforma constitucional altamente atentatória ao direito de propriedade fez com que estagnasse a produção nos meios rurais*”, pois a simples “*ameaça de desapropriação sem a justa e prévia indenização em dinheiro desestimulou os produtores*”, trazendo “*grandes danos para a economia do País*”. Para o jornal *O Globo*, as declarações do presidente da Confederação Rural Brasileira serviam “*para caracterizar a demagogia dos que desejam uma reforma agrária radical*”, salientando que – a exemplo do próprio periódico carioca – os ruralistas entendiam que para a implementação da “*verdadeira Reforma Agrária*” bastaria ampliar os investimentos no setor agropecuário com “*crédito fácil, garantia de preços, estradas, facilidades para aquisição de máquinas etc*”.⁶⁰⁶

⁶⁰³ Essa foi a chamada de capa do jornal e a frase “*REFORMA AGRÁRIA SEM SOLUÇÕES COMUNISTAS*”, de fato, foi apresentada ao público em caixa alta e com uma fonte muito maior que o padrão utilizado pelo jornal em suas manchetes.

⁶⁰⁴ Manchete de capa e matéria. *Clamor da Classe Rural em Brasília: REFORMA AGRÁRIA SEM SOLUÇÕES COMUNISTAS* 23/05/1963 p. 1 e 11.

⁶⁰⁵ Idem.

⁶⁰⁶ Idem.

O jornal *O Globo* também destacou a “concentração ruralista realizada na Capital” e publicou o manifesto da classe rural organizada contra o que chamou de “reforma agrária anticristã”. De acordo com as palavras do documento dos ruralistas publicado pelo periódico de Roberto Marinho:

“Os abaixo assinados, agricultores do todo Brasil, tendo em vista o clima de demagogia e agitação que vem sendo tratados os problemas rurais brasileiros nos últimos tempos, dirigem-se aos Poderes Públicos da Nação e à classe agrícola em geral, a fim de fazer um veemente apelo em favor dos seguintes pontos:

1) Que uma futura lei de reforma agrária não tenha caráter socialista e anticristão, e que não vise a eliminar ou perseguir os médios e grandes proprietários; 2) que os poderes públicos concedam terras devolutas aos pequenos agricultores desejosos de se tornarem proprietários, de forma a não perturbar a vida do campo através de expropriações injustificáveis; 3) que qualquer lei agrária estadual ou federal se faça de acordo com os princípios enunciados no livro “Reforma Agrária – Questão de Consciência”, de autoria do Exmo. Sr. Dom Geraldo de Proença Sigaud, e do Exmo Sr. Dom Antônio de Castro Mayer, Bispo de Campos, do Prof. Plínio Corrêa de Oliveira e do economista Luís Mendonça de Freitas, com o qual nos solidarizamos; 4) que desde logo seja adotada no País uma política rural, que realmente solucione os problemas do campo, através do crédito fácil e barato, da assistência técnica, sanitária e educacional, de facilidades para aquisição de maquinaria, sementes e fertilizantes, e da proteção dos preços; 5) que, numa palavra, em nada se atente contra o direito de propriedade e contra as nossas tradições cristãs.⁶⁰⁷

Além de dar amplo destaque e espaço para os posicionamentos e lideranças da Confederação Rural Brasileira (CRB) diante do debate sobre a reforma agrária no Brasil, o jornal *O Globo* também elogiava com frequência a organização ruralista, suas lideranças e suas posições sobre o projeto de reforma agrária do Governo João Goulart, que estaria sendo conduzido pela “demagogia”. De acordo com o periódico carioca:

Não pode assim passar sem registro, pela excelência de seus conceitos como pela coragem e patriotismo revelados por seus autores, a manifestação da Confederação Rural Brasileira, não só alertando “contra o clima de pressão e agitação criado no País para aprovação de leis mal estudadas e com objetivos puramente políticos”, como afirmando que, para realizar a Reforma Agrária, não há necessidade alguma de se alterar a Constituição.

Resume a CRB os seus judiciosos conceitos com magistral recomendação:

“De um plano agrário que compreenda um conjunto de medidas favoráveis à elevação econômico-social do homem do campo e repele os projetos que apenas cuidam do aspecto de distribuição da terra, de importância secundária para a solução dos problemas agrários do País”.

É com inteligência, com patriotismo, com capacidade, com pesquisa, com objetividade que se pode promover a melhoria da produtividade agrícola e as

⁶⁰⁷ Esse documento mostra a sintonia entre a Igreja Católica, a classe rural organizada, e o jornal *O Globo* acerca da reforma agrária e da solução para o problema da terra no Brasil. Matéria. *Manifesto de ruralistas em Brasília pede que haja reforma agrária anticristã* 24/05/1963 p.5.

*condições de vida dos brasileiros que labutam na Agricultura. Não é com palanfrório, demagogia, nem revolução.*⁶⁰⁸

O periódico de Roberto Marinho proporcionou grande espaço para os posicionamentos das organizações ruralistas em várias edições do jornal publicadas no ano de 1963. Dentre essas diferentes publicações, vale destacar a matéria “*Mais de 900 fazendeiros de Campinas tomam posição em face da reforma agrária*”, que salientava que:

Um manifesto escrito por mais de 900 fazendeiros, que evidenciam sua repulsa por uma reforma agrária da propriedade privada, foi lançado, hoje, em Campinas, por ocasião de uma concentração patrocinada pela Associação Rural daquela cidade. [...]

*Depois de considerar o clima de agitação e demagogia criado por elementos que desconhecem os problemas rurais brasileiro.*⁶⁰⁹

Evidenciando a afinidade entre a visão das entidades dos produtores rurais e as posições defendidas por *O Globo* - especialmente, no que dizia respeito ao combate às teses supostamente demagógicas de reforma agrária – o periódico publicou uma série de elogios enviados pelas organizações ruralistas a Roberto Marinho, que testemunhavam “*seu apoio ao movimento de repúdio à tese demagógica de reforma da Constituição*” e estariam ao lado de *O Globo* “*contra a demagogia eleitoreira e subversiva*” do projeto de reforma agrária do Governo João Goulart. As diversas cartas elogiosas enviadas a Roberto Marinho manifestavam “*aplausos e toda solidariedade às atitudes patrióticas de O GLOBO contra a reforma constitucional, de inspiração comunizante e demagógica*” expressas “*pelos patrióticos e sadios editoriais*” que o jornal vinha publicando sobre o tema.⁶¹⁰

O Globo também difundia em suas páginas a visão da Igreja Católica, que também estava sintonizada com a linha discursiva do periódico carioca sobre a reforma agrária de João Goulart. O diário publicou, por exemplo, a íntegra do documento intitulado “*Lavoura brasileira à beira da derrocada socialista - Apelo ao Congresso Nacional*”, assinado por lideranças conservadoras da Igreja Católica que escreveram o supracitado livro contra a reforma expropriatória. A publicação, entre outras coisas, afirmava que ofereceram “*o livro ‘Reforma Agrária – questão de consciência’ para alertar a opinião pública contra os riscos a que estava*

⁶⁰⁸ Artigo de Eugênio Gudín. *Reforma Agrária (III)* 29/05/1963 p.2.

⁶⁰⁹ Matéria. *Mais de 900 fazendeiros de Campinas tomam posição em face da reforma agrária* 03/06/1963 p.21;

⁶¹⁰ Matérias. *Mais aplausos aos editoriais de O GLOBO sobre a reforma agrária* 06/05/1963 p.23; *Mais aplausos a O GLOBO pelos seus editoriais sobre a Reforma Agrária* 13/05/1963 p. 2.

exposto o País em razão da demagogia desencadeada por certo agro-reformismo igualitário, socialista e anticristão". O documento ainda exigia:

Detenham o passo à reforma agrária socialista e confiscatória que ora parece na iminência de ser aprovada.

*A História registrará com gratidão e aplauso o benefício que assim prestarão à Tradição, à Família, à Propriedade, e ao Trabalho, que são valores básicos da grandeza cristã no Brasil.*⁶¹¹

O periódico propagava a ideia de que a reforma agrária expropriatória defendida pelo Governo João Goulart e por movimentos e partidos da esquerda brasileira tinha um "tom *passional e explosivo*", mas "não atendia aos interesses do País, nem aos da própria Reforma Agrária", que teria sido transfigurada "em verdadeira panaceia, capaz de resolver, de um dia para o outro, todos os problemas rurais, sociais e econômicos do Brasil". O jornal *O Globo* evidenciava seu engajamento também quando dizia estar lutando "pela Reforma Agrária que o Brasil quer", dessa forma, contrapunha o "verdadeiro" interesse nacional sobre o problema agrário à proposta do Governo Federal que previa a expropriação de terras que estavam nas mãos de grandes latifundiários.⁶¹²

Em diversos artigos e editoriais, o jornal *O Globo* fomentava a ideia de que a reforma agrária expropriatória proposta pelo Governo João Goulart era fruto "da ação de agitadores e demagogos" que iam de encontro aos "reais interesses" nacionais.⁶¹³ O periódico de Roberto Marinho salientava que a afirmação de que a reforma agrária e as demais reformas de base "foram exigidas nas urnas de outubro de 1960" era "pura mentira". Segundo o jornal carioca:

*A Reforma de Base por que o povo votou foi a Reforma dos Homens. [...] O povo queria gente séria no governo, capaz de administrar o País com probidade e patriotismo, gente capaz de esquecer-se de si e de sua sórdida politicagem para só pensar no País. Foi isso que o povo votou a 3 de outubro de 1960 e não Reforma Agrária.*⁶¹⁴

O periódico repetia a tese da "panaceia das reformas" de João Goulart e afirmava que "as reformas de que precisamos resumem-se em implantar no Governo trabalho, honestidade e competência. Esses remédios curam tudo, Sr. Presidente".⁶¹⁵ A visão propalada por *O Globo*

⁶¹¹ Carta. *Lavoura brasileira à beira da derrocada socialista - Apelo ao Congresso Nacional* 26/07/1963 p.9.

⁶¹² Editorial. *Pela Reforma Agrária que o Brasil quer*. 15/05/1963 p.1.

⁶¹³ Editorial. *O primeiro passo* 22/05/1963 p.1.

⁶¹⁴ Artigo de Eugênio Gudin. *O primeiro passo* 22/05/1963 p.1.

⁶¹⁵ Artigo de Maurício Joppert da Silva. *A panaceia das reformas* 26/11/1963 p.17.

dizia que a reforma agrária de João Goulart só atendia aos interesses político-eleitoreiros do então presidente da República e de seus aliados, não passando de mais um artifício demagógico de Jango e de seus parceiros políticos. O periódico de Roberto Marinho dizia que:

Sentindo-se apoiado apenas pelos comuno-carreiristas, em geral homens fracassados que jamais seriam generais, ministros ou presidentes de sindicatos se não pusessem a consciência em leilão, desacreditado nos centros urbanos, depois de 30 anos de trabalhismo demagógico, os “trabalhistas” estão milionários e os operários continuam a viver em favelas desumanas – o Governo, já mostrando desespero, tenta agora iludir as populações rurais⁶¹⁶.

Ao analisar as páginas do periódico da família Marinho nos primeiros anos da década de 1960, é possível verificar que *O Globo* difundiu através de seus editoriais, artigos e reportagens, a ideia de que a reforma agrária expropriatória era uma fórmula “demagógica” e “eleitoreira” - advinda do “primarismo” de João Goulart, de seu Governo e de seus aliados - que não resolveria o problema agrário brasileiro, mas traria graves consequências econômicas e sociais para o país. Nesse sentido, a implementação do Projeto de reforma agrária apresentado por Jango ao Congresso Nacional em 1963 só beneficiaria ao então presidente da República e ao seu círculo político, em oposição aos interesses nacionais.

4.3. Reforma Agrária como instrumento de “bolchevização” do Brasil

Apesar das diversas publicações que associavam a reforma agrária defendida por João Goulart à demagogia e ao primarismo do político gaúcho, a narrativa principal do jornal *O Globo* acerca da reforma proposta pelo Governo Jango girou em torno da tese da “bolchevização” do Brasil. O periódico de Roberto Marinho afirmava que este “assunto” estaria na “*ordem do dia*” no país porque João Goulart e seus aliados utilizavam a reforma agrária para “*a exploração e a propaganda agitadora das massas camponesas*”.⁶¹⁷ O jornal ressaltava que João Goulart falava “*obsessivamente*” em reforma agrária e nas demais reformas de base pois defendia, na verdade, “*uma reforma agrária do tipo revolucionária*” que “*agravaria todos os fatores políticos sem melhorar os econômicos*”, abrindo caminho para outras sucessivas ações que – na visão propalada pelo diário carioca – culminariam na implementação de um regime

⁶¹⁶ Artigo da coluna “O Globo vai a campo”. *Reforma Agrária sem base* 21/12/1963 p.9.

⁶¹⁷ Artigo. *Reforma Agrária* 09/08/1961 p.7.

socialista no Brasil.⁶¹⁸ Segundo o periódico da família Marinho, no Governo Jango o Brasil era guiado por “*extremistas de esquerda*” que “*iludiam os incautos*” e que eram “*as reformas de base o ‘slogan’ de propaganda agitadora*” do Executivo Federal.⁶¹⁹

Em vários momentos, *O Globo* contrapôs o projeto de reforma agrária e as demais reformas de base propostas por João Goulart ao próprio regime democrático no Brasil. Segundo o periódico, ninguém desejava “*que as reformas tão decantadas*” fossem “*feitas às custas da democracia e do regime*”⁶²⁰. O jornal *O Globo* dizia aos seus leitores que estava em curso no Brasil “*o golpe das reformas de base*”, que seriam “*um golpe político destinado a restabelecer o regime do ‘presidencialismo à cabocla’, uma semiditadura petebista, cujos poderes não seriam precisamente delimitados*”.⁶²¹ Diante disso, seria tarefa dos democratas brasileiros “*enfrentar os possessos*” que defendiam a reforma agrária expropriatória. Nas palavras de *O Globo*:

E os pobres se tornam mais pobres porque em lugar de medidas de governo, capazes de alterar os ritmos de perdição das nossas coisas, grita-se reformas de base, reformas que ninguém sabe o que visam – ou apenas o sabem os revolucionários e partidários da miséria. Reformas de base! Não será certamente para melhorar os índices de produtividade ou oferecer ao homem do campo melhores condições para o seu labor probo, mas para desorganizar ainda mais a vida do Brasil.

*Ou compreendemos que temos que enfrentar os possessos ou será difícil esperar qualquer salvação para o Brasil.*⁶²²

Em editorial, o jornal chegou a afirmar que “*toda essa farsa de inquietação coletiva e de reivindicações, tudo isso,*” não passava “*senão de um sôfrego de um grupo poderoso*” que, para “*atingir [...] repugnantes objetivos*”, promovia a “*desordem dirigida*”, lançava “*o pânico no seio do povo*” e fomentava “*o ‘quebra-quebra’*”. Ao falar em “*política demolidora dos líderes da agitação*”, o jornal de Roberto Marinho sustentava que “*os trabalhadores*” estavam “*apenas sendo utilizados para a baderna*” e enviava um recado diretamente ao presidente João Goulart, afirmando que “*foi assim que Kerenski começou abrindo as portas da Rússia ao bolchevismo!*”⁶²³

O jornal *O Globo* afirmava constantemente que o Governo Goulart tinha uma “*posição moscovita*” sobre a reforma agrária e queria transformá-la em um “*processo espoliativo*”

⁶¹⁸ Editorial. *O golpe da constituinte* 09/11/1961 p.1; Artigo. *Reforma Agrária* 11/11/1961 p.5.

⁶¹⁹ Artigo. *A discussão da lei agrária* 22/11/1961 p.14.

⁶²⁰ Editorial. *Reformismo temporão* 09/05/1962 p.1.

⁶²¹ Artigo de Eugênio Gudín. *Golpe das reformas de base* 14/05/1962 p.2.

⁶²² Artigo. *Os possessos* 03/07/1962 p.2.

⁶²³ Editorial. *O que o povo quer* 10/07/1962 p.1 e 6.

tornando o Brasil uma “*semiditadura*”.⁶²⁴ Para o diário carioca, era hora “*de chamar atenção do povo brasileiro para a tentativa de comunização do País por via legal*” pois o Brasil naquele momento se enquadrava “*claramente nessa possibilidade*”. De acordo com o periódico:

*Na marcha que as coisas vão, o comunismo pode aqui implantar-se usando meios “pacíficos e democráticos”. A cúpula governamental brasileira, agasalha no recesso dos seus escalões deliberantes elementos de conhecida atuação esquerdista, quando não de ortodoxa inclinação marxista-leninista. Funciona nos conselhos da mais alta administração uma completa equipe de “melancias” [...] Concretizadas no papel iniciativas legislativas de origem governamental, mobilizam-se de cima para baixo os sindicatos domesticados e os pelegos teleguiados, que fazem a aliança da pressão de cúpula com a pressão de base. O Poder Executivo propõe e o Poder Sindical impõe. A próxima demonstração será em termos do engajamento do dispositivo governo-sindicato para forçar a Reforma Agrária radical. O projeto do governo praticamente liquida o direito de propriedade, coloca nas mãos do Estado a posse e o domínio da terra. As novas figuras da desapropriação, do arrendamento compulsório dos bens vagos, traduzem, pura e simplesmente, tipos caracterizados de confisco, de sequestro, de eliminação do direito de continuar a pessoa dona do que é legitimamente seu. [...] Leiam o projeto redigido pela assessoria bolchevista do presidente da República. Ponham todos, depois, a barba de molho pois a lei agrária será a primeira conta do rosário. [Virão] outras leis comunizantes, para soterrar as garantias gerais que são o alicerce da nossa filosofia de vida. [...] A democracia joga no Brasil a cartada decisiva com o comunismo.*⁶²⁵

Muitos artigos e editoriais associavam as iniciativas em torno da reforma agrária de João Goulart a eventos da História Política soviética e ao bolchevismo de uma forma geral. Por exemplo, na terceira página da edição do dia 23 de abril de 1963, o periódico publicou um artigo de destaque intitulado “*Compare e comprove*”. Na publicação, o jornal afirmou que a conjuntura política do Brasil naquele momento era similar à da Rússia pós-revolução. O artigo trazia “*um trecho do livro ‘A Revolução Bolchevique’, de Victor Chernov, presidente da Assembleia Constituinte russa, em 1918, e ministro da Agricultura do governo provisório de Kerenski*” e pedia que os leitores comparassem “*a narrativa com a preparação do quadro revolucionário que se*” fabricava “*no Brasil*”. A última frase do trecho do livro de Chernov apresentada (em negrito) pelo jornal foi: “***O pretexto foi a reforma agrária, a finalidade foi a implantação do comunismo***”. Após fechar aspas, o artigo é finalizado da seguinte forma: “*O leitor não precisa fazer esforço para concluir. Basta comparar e comprovar*”.⁶²⁶

Segundo o artigo publicado pelo jornal *O Globo*, eram “*poucas as pessoas que no Brasil*” conheciam “*os principais episódios que marcaram a tomada do poder pelos comunistas noutras nações*” e que “*se mais bem informado estivesse o povo brasileiro, [...] muito menos*

⁶²⁴ Artigo de Eugênio Gudín. *O “processo espoliativo”* 27/08/1962 p.2; Matéria. *O plano global trienal prevê reformas colocando o país numa semiditadura* 29/11/1962 p.11.

⁶²⁵ Artigo de Armando Falcão. *O dilema da hora* 27/03/1963 p.7.

⁶²⁶ Artigo de Armando Falcão. *Compare e comprove* 23/04/1963 p.3.

penosa teria de ser a luta dos democratas, que procuram sacudir as consciências adormecidas e acordar os espíritos amolecidos pela indiferença". Na visão do jornal de Roberto Marinho: "O que se passa em nosso País atualmente nada mais é do que a repetição de métodos empregados com êxito em outras partes do mundo, segundo um figurino uniforme e na essência imutável".⁶²⁷ Na edição do dia seguinte, *O Globo* publicou um editorial de capa que dialogava com o artigo "Compare e comprove", reforçando a posição defendida no texto de opinião e se dirigindo ao Congresso Nacional. De acordo com o editorial "O pretexto e a finalidade", o artigo publicado no dia anterior:

Mostra como os comunistas e os esquerdistas que com eles colaboravam se serviram dos trabalhos da Assembleia Constituinte (onde eram minoria) para dominar o país, criando um clima de tumulto e subversão.

A constituinte fora convocada para votar a reforma agrária e fixar a futura forma de governo, mas mal teve tempo de cumprir a primeira parte da sua missão, e isto mesmo debaixo de gritos e impropérios, além das ameaças, ainda mais perigosas, dos grupos armados. Logo foi dissolvida e teve início a ditadura bolchevista. [...]

Aqui, como lá, o pretexto no momento é o mesmo. Aliás, as táticas e os processos dos vermelhos pouco variaram naqueles países que tombaram sob seu jugo. Chernov, na obra citada, assim conclui seu testemunho sobre a dissolução da Assembleia: "o pretexto foi a Reforma Agrária, a finalidade, a implantação do comunismo". [...]

Não se pode admitir que se adotem – sob pressão e ameaças – medidas que contrariem os princípios fundamentais de nosso regime político, sobretudo no que concerne ao direito de propriedade, que [...] passaria a ser mero favor do Governo, ficando os proprietários na dependência das simpatias oficiais, para poderem conservar seus bens [...]

Esta errada colocação da matéria teria forçosamente que provocar imensa reação no Congresso. Surgem, então, as ameaças, os anúncios de marchas sobre Brasília, os avisos de depredação dos edifícios do Legislativo. Tal e qual como na Rússia, quando os deputados democratas foram obrigados a reunir-se com as metralhadoras das milícias para eles apontadas e muitos morreram, ao ser suspensas a sessão, no momento em que os bolcheviques resolveram pôr termo, de vez, ao Parlamento democrático, tomando conta do Governo, que não tinham podido alcançar pelo voto popular.

Não devem os deputados democratas, que formam a grande maioria do nosso Congressos, deixar-se intimidar. Para que os comunistas e seus aderentes não façam aqui o que fizeram na Rússia e em outros países, é preciso que os deputados que amam a liberdade não se sujeitem a votar, fora dos processos normais de trabalho das casas legislativas soberanas, matéria da importância da que lhes está sendo exigida. Se cederem, não terão mais autoridades para resistir às futuras pressões, que jamais cessarão visto que o objetivo dos vermelhos não é resolver problema algum.

Eles não pensam em corrigir qualquer deficiência da legislação ou atender as reivindicações desta ou daquela classe social. Desejam e desejarão sempre, tão só, destruir a organização jurídica, enfraquecer os instrumentos do regime e, finalmente, derrubar a democracia. Enquanto não o conseguirem, virão sempre com novas

⁶²⁷ Idem.

exigências e reclamações, que serão apresentadas ao Congresso sob forma de ultimato, depois de bem trabalhada e envenenada a opinião pública.

*A Nação confia em que os parlamentares saberão resistir às atuais e às futuras pressões e ameaças. Votem as medidas que julgarem úteis ao atendimento do bem público, que esta é a sua missão exclusiva, e façam-no livremente, soberanamente, sem transigir com os agitadores, com os chantagistas, e com os irresponsáveis ou covardes. Mesmo porque qualquer transigência poderá significar, em prazo curto ou mais longo, a própria dissolução do Parlamento e a entrega do Brasil a seus piores inimigos.*⁶²⁸

Em julho de 1963, o jornal *O Globo* publicou um artigo colocando lado a lado o que chamou de “*opções socialista e democrática para promover a Reforma Agrária*”. Após expor em um quadro os aspectos essenciais de cada uma das “*opções*”, o periódico de Roberto Marinho afirmou que: “*Dentre estes critérios verifica-se que os principais projetos [...], especialmente os que são mais recentemente defendidos pelos grandes partidos PSD e PTB acham-se eivados de forte tendência para o tipo de reforma socialista*”.⁶²⁹

⁶²⁸ Editorial. *O pretexto e a finalidade*. 24/04/1963 p.1.

⁶²⁹ Artigo de Paulo Assis Ribeiro. *Quem será o proprietário da terra? Opções socialista e democrática* 30/07/1963 p.7.

Quem Será o Proprietário da Terra?

Opções: Socialista e Democrática

PAULO DE ASSIS RIBEIRO

O ESQUEMA adiante apresentado procura caracterizar as linhas essenciais que definem as opções socialista e democrática para promover a Reforma Agrária. A opção socialista tem sido aplicada modernamente na Rússia e nos países que se organizaram conforme o modelo comunista sob suas várias modalidades. A opção democrática, com algumas variantes, foi e está sendo empregada pelos demais países inclusive por alguns que adotam formas socializantes de governo em outros setores econômicos e sociais, porém respeitam o instituto jurídico da propriedade privada da terra e a livre iniciativa em sua exploração.

Objetivo Geral Comum

ESTABELECIMENTO de condições de uso da terra que garantam aos que nela vivem e trabalham as melhores condições de vida e ao mesmo tempo a máxima produtividade na exploração dos recursos naturais que nela existem.

Reforma Socialista

- a) Visa, dentro do objetivo geral, a transferência imediata ou progressiva da propriedade da terra para o Estado.
- b) Utiliza, como processo de realização, métodos revolucionários de transformação da propriedade, em todas as áreas indistintamente, fomentando as lutas de classe, especialmente onde as tensões sociais e econômicas são mais agudas, chegando ao emprego do confisco da terra, explícito ou disfarçado.
- c) Transforma os trabalhadores rurais em simples usuários ou arrendatários das terras do Estado, que normalmente são explorados em forma coletiva sob a direção e controle do próprio Estado.
- d) Elimina a liberdade de iniciativa, obrigando cada um dos trabalhadores do campo a execução de tarefas preestabelecidas nos planejamentos globais da economia do Estado.

Reforma Democrática

- a) Visa, dentro do objetivo geral, forçar a iniciativa privada — garantindo o direito de propriedade — a dar condições de uso racional à terra dentro de sua função social e promover a paz social e o bem-estar dos rurícolas.
- b) Utiliza, como processo básico para a realização, o método de tributação progressiva e regressiva da terra e, nas áreas em que ocorrem latifúndios e minifúndios improdutivos que indiquem correção a ser dada à estrutura fundiária, promove a desapropriação por interesse social pelo justo preço e através de planos de colonização facilita e financia o acesso à terra a novos proprietários.
- c) Transforma, progressivamente, os trabalhadores do campo numa classe média rural de pequenos proprietários, incentivando e assistindo técnica e financeiramente a iniciativa privada das empresas rurais, para o aumento da produtividade agrícola, especialmente na forma cooperativa.
- d) Garante a liberdade de iniciativa, condicionando-a apenas ao jogo de incentivos e ônus fiscais, estabelecidos nos planejamentos democráticos para o desenvolvimento social e econômico do país.

Dentro destes critérios verifica-se que os principais projetos que têm sido levados ao Congresso não fizeram na verdade uma nítida opção. Especialmente os que são mais recentemente defendidos pelos grandes partidos PSD e PTB acham-se evitados de forte tendência para o tipo de reforma socialista.

630

O jornal *O Globo* defendia em seus artigos, editoriais e reportagens, a tese de que o projeto de reforma agrária do Governo João Goulart era uma “*técnica marxista-leninista*” para levar o país ao comunismo sem precisar, necessariamente, pegar em armas nem receber a chancela do voto popular.⁶³¹ De acordo com o periódico da família Marinho:

*Os comunistas brasileiros sabem que pelo voto ou pelas armas jamais dominariam este país. Então a solução é derrotá-lo pela fome com uma reforma agrária chinesa ou cubana [...] Negaram tudo ao fazendeiro e ao trabalhador rural, e agora querem levá-los à fome pela destruição total da produção.*⁶³²

Ao associar a reforma agrária expropriatória ao “*comunismo*”, o periódico carioca ressaltava que “*os defensores dessa tese*” almejavam “*conquistar mais adeptos para o quinta-*

⁶³⁰ Idem.

⁶³¹ Artigo da coluna “O Globo vai a campo”. *Operação limpeza* 04/05/1963 p.9.

⁶³² Idem.

colunismo soviético”. Para *O Globo*, todos que defendiam a tese expropriatória não tinham “*ideia da reforma que precisamos*”, caso contrário, “*não encorajariam para o Brasil soluções que fracassaram até em países que aboliram a democracia e a mão-de-ferro do Estado de tudo de assenhorou*”.⁶³³ O jornal dizia que o projeto de reforma agrária de João Goulart colocava “*o próprio destino do Brasil em jogo*” e que era preciso um “*firme combate às fracassadas soluções comunistas*”. Segundo *O Globo*:

Parece que houve uma fecundação com germe espúrio, de que se tomou consciência, mas seguida de uma falta de coragem que levará, por incrível conformismo, por asquerosa conformação eleitoreira, por traição à Pátria, ao nascimento de um monstro. [...] Com a fome que traria, como trouxe a outros países, a Reforma Agrária proposta pelo governo seria a primeira condição para a rápida vitória do bolchevismo. Aí não teríamos mais eleições e, certamente, como sempre acontece, os inocentes úteis seriam os primeiros a conhecer o “paredón”.

Diz a quinta coluna soviética que todo o mal nacional deriva da “obsoleta estrutura agrária” nacional. [...] A terra agora tem nome de estrutura. E estrutura para eles significa retalhar propriedades dirigidas por homens práticos, [...] injustiçados e caluniados. [...]

*Reformar o que? O que tem a ver a posse ou o tamanho da propriedade com a omissão e os erros de governos relapsos?*⁶³⁴

Em muitas publicações, o periódico de Roberto Marinho criticava o Governo Federal e os aliados de Jango por estarem atentando contra o direito de propriedade. Segundo o jornal *O Globo*, o projeto de reforma agrária de João Goulart e a consequente mudança na Constituição para permitir a expropriação de terras mediante pagamento com títulos públicos - na verdade - acabaria com a propriedade privada no Brasil, abrindo as portas para a consolidação de um processo revolucionário de cunho socialista no território nacional. Segundo o jornal *O Globo*:

Chegou-se à aberração de ser necessário alterar a Carta Magna que os membros do Governo juraram cumprir, para se aprovar um projeto que atenta contra ela, cancelando o direito de propriedade, base de nossa organização política e social.

O projeto é uma monstruosidade, autorizando o Poder Executivo a decretar a desapropriação de terras por “interesse social”, não sendo ele o desapropriante e sim qualquer testa-de-ferro de negociata em perspectiva. Ainda mais, o pagamento, em vez de ser em dinheiro, é em títulos (?) não negociáveis. É com esse caução que se pretende iludir os lavradores, desapropriando terras que nunca lhes chegarão às mãos.

Dos problemas de melhoria e de recuperação dessas terras que o lavrador por si só não pode resolver, não trata o projeto. [...]

O que se quer não é não é auxiliar os lavradores, nem resolver o problema da produção agrícola; o que se pretende é agitação com propósitos políticos. Basta

⁶³³ Artigo. *A reforma agrária que se impõe ao Brasil* 10/02/1962 p.7.

⁶³⁴ Artigo da coluna “*O Globo vai a campo*”. *A responsabilidade do Congresso* 20/04/1963 p.9.

olhar para os muros da cidade, onde os comunistas, de pincel e lata de tinta, com a letra melhorada, lançam os letreiros: - “Reforma Agrária com emenda” -, preparando a bagunça. [...]

Muitos proprietários de terra estão abandonando suas lavouras ante a ameaça do confisco. A produção rural diminui dia a dia. Falta a confiança no futuro. A incapacidade do Governo para resolver os problemas mais simples é notória. Falta arroz, falta feijão, falta carne, falta a batata, faltam as verduras, falta o leite, falta a luz, falta transporte... E a cada “providência”, as faltas se agravam.⁶³⁵

O jornal *O Globo* insistia na tese de que a reforma agrária proposta por João Goulart estaria “*em segundo plano, enquanto toda luta se concentrava na alteração constitucional que acabaria com o direito de propriedade*” no Brasil. O periódico de Roberto Marinho ainda enfatizava - em um de seus diversos editoriais que propalaram essa visão - que:

Aliás, em nosso entender, era esta, exatamente, a intenção dos agitadores, menos interessados em resolver o problema da lavoura e dos lavradores do que em perturbar a Nação, explorando politicamente o assunto, com vistas à desmoralização da democracia, cuja queda tramam.

Deixando, como dava a impressão, aos elementos desprovidos de bom-senso a tarefa de bater-se pela reforma agrária, nos termos em que a colocavam os inimigos do regime, o Presidente da República alienou o voto de todos aqueles que não admitem qualquer associação com os referidos elementos, por não lhes reconhecerem a honestidade de propósitos, indispensável a convivência política.⁶³⁶

Na edição do dia 22 de abril de 1963, o jornal *O Globo* publicou uma capa que destoava do seu padrão de diagramação. Nesse dia, o periódico reduziu drasticamente o tamanho da própria logomarca e mudou sua posição para destacar o título do editorial que ocupava praticamente a metade da primeira página e dizia: “*Sob a bandeira de uma reforma agrária, imposta por violenta pressão, pretende-se abolir o direito de propriedade para comunizar o Brasil*”.⁶³⁷ De acordo com o texto:

Temos, mais uma vez, o dever de alertar a opinião pública no momento em que o Brasil assiste de novo a um espetáculo. [...] Mobiliza-se todo dispositivo de pressão sindical, militar e governamental para aturdir o Congresso e levá-lo a votar de afogadilho a reforma agrária. [...]

Agora o assunto é sério demais para ser decidido às carreiras, dentro dos exíguos prazos fatais fixados nas fanfarronadas do Sr. Brizolla. Não é possível que os representantes do povo capitulem de novo, inermes e atordoados, ante as investidas audaciosas de uma minoria atrevida, cujo objetivo verdadeiro é o assalto do poder através da subversão do nosso processo democrático. [...]

⁶³⁵ Artigo de Maurício Joppert da Silva. *As reformas são o pretexto...* 24/05/1963 p.13.

⁶³⁶ Editorial. *Melhores perspectivas* 27/05/1963 p.1.

⁶³⁷ Editorial. *Sob a bandeira de uma reforma agrária, imposta por violenta pressão, pretende-se abolir o direito de propriedade para comunizar o Brasil* 22/04/1963 p.1.

A História registra, em páginas trágicas, os terríveis impactos que provocaram os processos radicais de reforma agrária. Na União Soviética a revolução agrária levou o país ao dramático episódio da fome [...] Na Bolívia e na China comunista os efeitos imediatos da reforma agrária não foram menos dramáticos.

Tenhamos tudo isso em mente antes de cedermos diante da intimidação de um grupo que só tem interesse em implantar no Brasil a desordem, a fome e o caos. Tenhamos também presente que a emenda constitucional visando à desapropriação das terras, mediante o pagamento de títulos de valor duvidoso, vai muito além de seus objetivos aparentes. A revogação do parágrafo 16 do artigo 141 da Constituição significa, simplesmente, a abolição do direito de propriedade no Brasil. Se isso acontecer, o Governo terá em suas mãos poderes para promover a desapropriação de qualquer propriedade privada, seja rural, urbana ou industrial.

A democracia brasileira defronta, por conseguinte, com o maior perigo da história republicana. [...]

Não aceitemos nunca o caminho de apunhalar a democracia, com a abolição do direito de propriedade e de aniquilar a nossa produção agrícola com o retalhamento impensado e demagógico da gleba rural produtiva.⁶³⁸

⁶³⁸Idem.

Parece que o Brasil caminha para um novo sistema de Governo, uma curiosa espécie de democracia direta em que a vontade do povo já não mais se exprime pela voz de seus representantes livremente eleitos, mas pelo berreiro vociferante das multidões envenenadas e preparadas para as pressões sobre o Congresso.

Os que hora iniciam a pregação da reforma agrária, através das pressões populares, parece que já não se lembram de que ocorreram no Brasil eleições democráticas. [...]

O objetivo das novas agitações [...] é apressar a tramitação do projeto de reforma agrária [...]

Este jornal procurou ontem alertar a opinião pública para o perigoso sentido que se vem emprestando à reforma constitucional, destinada a permitir a execução imediata da Reforma Agrária. O que se visa, realmente, com a modificação do artigo 141, parágrafo 16, da Constituição, é à abolição do direito de propriedade no Brasil. Isso equivale à destruição da ordem democrática e a implantação da ditadura esquerdista em nosso País.

Seria conveniente que os líderes “nacionalistas”, tão sôfregos em aplaudir a Encíclica PACEM EM TERRIS, do Papa João XXIII, por encontrarem na interpretação capciosa de seu texto cobertura para a defesa de suas teses de autodeterminação cubana e de combate ao colonialismo português, atentassem para o trecho expresso da mensagem papal em que se consagra, de maneira inequívoca, o direito de propriedade.

Diz o Santo Padre no admirável documento: “Da natureza humana origina-se ainda o direito à propriedade privada, mesmo sobre os bens de produção. Como afirmamos em outra ocasião, esse direito constitui um meio apropriado para a afirmação da dignidade da pessoa humana e para o exercício da responsabilidade em todos os campos; e é fator de serena estabilidade para a família, como de paz e prosperidade social.

Se o menor laivo de sinceridade existisse nos entusiasmos esquerdistas pela encíclica papal, certamente a letra clara desse contexto arrefeceria os ardores de suas arremetidas contra o direito de propriedade.

Mas ninguém tem ilusões. O que se procura é escamotear, das entrelinhas da palavra do Santo Padre, conceitos acobertadores, objetivos impatrióticos que norteiam as nossas forças de esquerda.⁶⁴¹

O jornal *O Globo* chegou a publicar um artigo em que propagava a ideia de que – diferentemente de João Goulart - o próprio Getúlio Vargas, quando vivo, era contrário a uma reforma agrária que alterasse o texto constitucional. De acordo com o periódico, “a reforma começa pelo homem e não pela terra, respeitando o direito de propriedade, que é fundamento da liberdade” e que Getúlio havia pregado a reforma agrária “com lucidez, bom senso e patriotismo”. Segundo o jornal *O Globo*:

Eis aí o roteiro certo, Getúlio não preconizou a reforma da Constituição como preliminar da reforma agrária. Ao contrário, deixou claríssimo que ela é perfeitamente possível “NOS TERMOS DA CONSTITUIÇÃO VIGENTE”. Vargas também não recomendou a abolição do direito de propriedade. Ressalvou, sim, a sua predominância. O Brasil todo quer a reforma de Getúlio Vargas.⁶⁴²

⁶⁴¹ Idem.

⁶⁴² Artigo de Armando Falcão. *Getúlio contra a reforma da Constituição* 31/05/1963 p.2.

O Globo, em várias publicações, dirigia-se diretamente ao Poder Legislativo brasileiro cobrando dos parlamentares uma posição contrária a qualquer iniciativa de reforma agrária expropriatória. O periódico de Roberto Marinho exigia do Congresso Nacional a defesa do direito de propriedade, que era apresentado pelo jornal como algo “sagrado”. De acordo com o impresso carioca:

*Todos os deputados estão muito preocupados com o problema da reforma agrária, e como muitos deles são mal assessorados, desinformados, e amigos das soluções simplistas, pensam que a melhor maneira de se resolver um assunto tão complexo é através da expropriação de terras. Ora, como o direito de propriedade é garantido pela Carta Magna, que só admite desapropriação mediante indenização justa, paga previamente em dinheiro, já foram apresentadas duas emendas constitucionais acabando com isto. Se elas prevalecerem as indenizações poderão ser pagas com títulos do governo ou na forma que a lei ordinária estabelecer. Exatamente o que fez Fidel Castro, em Cuba. [...] É claro que entre os signatários está o coro orfeônico das correntes esquerdistas. Mas, dissonantemente, encontramos, ao lado desses barulhentos parlamentares, figuras harmônicas. [...] Não nos parece lógico que um deputado de centro contribua com sua firma para a tramitação de um projeto que ele deve saber errado, perigoso e nocivo ao país e à sociedade. [...] Espanta-nos, sobretudo, encontrar entre os signatários certos nomes conhecidos pela boa formação católica. Será que não pensarão esses deputados que é errado ajudar o encaminhamento de projetos contrários ao interesse nacional e aos princípios do Direito Natural? Ou será que não consideram que essas emendas em questão estejam nesse caso? Se assim for é porque não leram a ‘Mater et Magistra’, num de seus mais importantes trechos, quando João XXIII afirma que ‘a história e a experiência demonstram que nos regimes políticos que não reconhecem o direito de propriedade privada dos bens inclusive os produtivos, são oprimidas e sufocadas as expressões fundamentais de liberdade, por isto é legítimo deduzir que estas encontram garantia e estímulo naquele direito’. Facilitando com os propugnadores de emendas e projetos demagógicos e subversivos como esses do Sr. Aurélio Viana e Hélio Cabral, certos deputados que desejam conduzir o afastamento dos extremos, estão, no entanto, pondo em perigo a nossa própria liberdade e os destinos da democracia no Brasil. Se as assinaturas são apenas de ‘apoio’, cometeram eles, a nosso ver, leviandade. Se são mais do que isso, se são mesmo para valer então é porque já atingimos aquela fase da festa em que todos gritam, ninguém se entende, nem conseguem mais sequer ouvir a voz da própria consciência.*⁶⁴³

O jornal *O Globo* chegou a se dirigir diretamente a partidos centristas como PSD para criticar o apoio à reforma agrária do Governo Goulart, afirmando que tal atitude levaria “o PSD ao suicídio”. De acordo com o periódico, “no momento em que se projeta uma reforma agrária cujo único escopo é a divisão da propriedade rural privada com incorporação do proletariado rural às hostes do PTB, através de sua sindicalização” parecia “estranho que o PSD” se juntasse “aos reformistas, caminhando para o suicídio”, pois – segundo a visão do periódico de Roberto Marinho - “a reforma do artigo 141 da Constituição, para permitir o pagamento por expropriação rural em títulos da dívida pública”, correspondia “a um esbulho”. *O Globo*

⁶⁴³ Editorial. *No regime da confusão* 20/12/1961 p.1.

reclamava que não percebiam “os dirigentes do PSD que uma reforma agrária não resulta da fragmentação rural, muitas vezes antieconômica”.⁶⁴⁴ Criticando a possível adesão do PSD à proposta de reforma agrária com alteração constitucional, o periódico de Roberto Marinho também afirmou que:

Não há uma pessoa séria, no gozo do seu perfeito juízo, que acredite na necessidade de se alterar a Constituição para que se possa votar a Reforma Agrária. [...]

Isto mostra a precipitação e estouvamento com que se pretende forjar um pretexto para mexer na Constituição, isto é, para abrir uma brecha que permita a reforma de outros artigos. [...]

Diante da inexplicável incoerência das propostas que se apresentam para a Reforma Constitucional, supostamente em função da Reforma Agrária, já não há mais como ocultar os veementes indícios do projetado atentado às instituições básicas do regime. [...]

*É deveras lamentável que a prática da democracia no Brasil ainda se defronte com essa espécie de capoeiragem praticada na cúpula de sua estrutura política.*⁶⁴⁵

Por outro lado, o jornal de Roberto Marinho também utilizou seus editoriais e artigos de opinião para elogiar a posição oficial da União Democrática Nacional (UDN) no parlamento federal contra a possível revisão constitucional para a aplicação da reforma agrária proposta por João Goulart. De acordo com o jornal *O Globo*:

Verificou-se em Curitiba na belíssima convenção de um movimento realmente democrático, uma profissão de fé udenista nos princípios que geraram o Partido e pelos quais ele jamais deixou de bater-se. Se o fizesse agora, transigindo com a desnecessária reforma constitucional, nesta hora de graves perigos e muitas ameaças, somente para servir às veleidades e às ambições de alguns de seus membros, estaria encerrando sua história como organismo dotado da missão específica de defender e preservar as instituições políticas nacionais.

*Pois o fato iludível é que para a realização de uma reforma agrária [...] não é necessário tocar no texto constitucional. Isto é imprescindível para aquela reforma agrária pregada pelos agitadores, que não passa de um disfarce das investidas das esquerdas contra o direito de propriedade, sobre o qual assentam todas nossas estruturas jurídicas e sociais. Aliás, de tal coisa não fazem segredo os comunistas, que vivem falando nas reformas estruturais. A estrutura a que se referem é essa, a do direito de propriedade.*⁶⁴⁶

O jornal *O Globo* também demonstrou sua sintonia discursiva com a classe rural organizada acerca do projeto de reforma agrária expropriatória proposto pelo Governo João Goulart em 1963. O periódico fundado por Irineu Marinho chegou a se colocar como porta-voz

⁶⁴⁴ Artigo de Maurício de Medeiros. *Atitude suicida* 23/04/1963 p.5.

⁶⁴⁵ Artigo de Eugênio Gudín. *O grande adesivo* 24/07/1963 p.2.

⁶⁴⁶ Editorial. *O exemplo da UDN* 29/04/1963 p.1.

dos latifundiários organizados ao afirmar que era preciso que a “*lavoura*” brasileira reagisse à ameaça da reforma agrária de Jango. De acordo com o jornal *O Globo*:

A mudança na Constituição não passa de um golpe para abrir caminhos “naturais” para novas e calamitosas modificações. Pois a Reforma Agrária de que precisamos pode ser e já devia ter sido executada com os atuais instrumentos legais. [...] É lógico que o grande pecuarista João Goulart sabe perfeitamente que o problema não é do tamanho da propriedade, nem muito menos de terra própria. [...]

Os líderes rurais já estão cansando. Fazem apelos que não merecem resposta. Pedem auxílio para que suas ideias sejam publicadas pela imprensa, mas a maior parte se omite. Se o doente não quer ouvir o médico, que morra como quiser.

*Ora, o que está em perigo é um estilo de vida, é a liberdade, é o futuro dos nossos filhos.*⁶⁴⁷

Em consonância com os posicionamentos das organizações da classe rural, sobretudo, a Confederação Rural Brasileira (CRB), o jornal *O Globo* também usou seus editoriais para afirmar que os defensores do projeto de reforma agrária de João Goulart planejavam “*ser, através da Reforma Agrária, os senhores absolutos de toda a vida rural*”.⁶⁴⁸ De acordo com o jornal *O Globo*:

*A rápida análise do projeto de reforma agrária do Governo basta, de sobra, para pôr à mostra os intuítos de seus autores. O agricultor-proprietário que não estiver nas graças do Governo, é escorraçado “por interesse social”. Para os inimigos, a lei. Como arma política, é irresistível. Como instrumento de subversão da ordem social, Moscou não faria melhor.*⁶⁴⁹

Evidenciando novamente a sintonia discursiva com as organizações ruralistas, o periódico publicou várias matérias para repercutir a posição da Confederação Rural Brasileira (CRB) contra o projeto de reforma agrária de João Goulart. As publicações diziam que os ruralistas defendiam que “*a alteração da Constituição Federal*” abriria “*caminho à subversão do regime democrático*” e que a CRB “*sustentaria, em qualquer terreno, a luta necessária e indispensável à salvaguarda de seus direitos cristãos e democráticos*”.⁶⁵⁰ Tanto para *O Globo*, quanto para a CRB, o objetivo de João Goulart e de seus aliados não era “*a produtividade, mas a agitação*”.⁶⁵¹ O jornal *O Globo* dizia que o Governo João Goulart estaria preparando um

⁶⁴⁷ Artigo da coluna “O Globo vai a campo”. *Reage a lavoura* 08/06/1963 p.9.

⁶⁴⁸ Editorial. *A reforma agrária em matéria paga* 25/04/1963 p.1.

⁶⁴⁹ Artigo de Eugênio Gudín. *Reforma Agrária (II)* 27/05/1963 p.2.

⁶⁵⁰ Matéria. *À Nação brasileira* 10/05/1963 p.15.

⁶⁵¹ Artigo de Eugênio Gudín. *Agitadores disfarçados?* 05/08/1963 p.2.

“massacre do produtor rural” através das “reformas espoliativas” de cunho “bolchevista” que pretendia implementar no Brasil.⁶⁵² De acordo com o periódico carioca:

*O povo não quer nenhuma reforma bolchevista. A reforma que interessa aos camponeses é de um melhor padrão de vida[...]. Não é mudando a terra de donos, retirando-a dos relativamente capazes, que mesmo injustiçados, assaltados, ainda permitem que o Brasil exporte milhões de dólares em café, cacau, algodão, milho, pinho, e arroz, para entregá-las aos despreparados, que vamos fazer fartura.*⁶⁵³

Para criticar a tese da reforma agrária expropriatória, o jornal *O Globo* defendia que para se reformar a estrutura agrária no Brasil e garantir a melhoria da qualidade de vida do trabalhador rural bastaria elaborar um conjunto de medidas para otimizar a produtividade no campo, a exemplo do que advogavam as organizações ruralistas. O periódico afirmava que “*não queremos a imposição comunista e destruição de nossos ideais*” através da tese expropriatória e que – por meio de suas páginas – já tinha “*demonstrado que Reforma Agrária não passa de um conjunto de providências que venham a aumentar a produtividade nos campos, facilitar a armazenagem, o transporte e a distribuição*”. Nesse sentido, ao apreciar o projeto de reforma agrária do Governo Goulart, o Brasil decidiria se continuava com a “*nossa marcha para o progresso com liberdade*” ou se iria “*mergulhar na miséria com a violação da Constituição*”.⁶⁵⁴ De acordo com o periódico do Rio de Janeiro:

A reforma agrária, que deve ser entendida como conjunto de medidas necessárias a permitir o aumento da produção agrícola, com a simultânea extensão aos homens do campo, das condições de progresso e bem-estar que a industrialização oferece ao operário urbano, transformou-se, artificialmente, num divisor de águas da política brasileira, pelo fato de que os radicais viram no caso a oportunidade de atentar contra o direito de propriedade, uma das bases de nosso sistema jurídico.

*Capitaneados pelos ativistas vermelhos, grandes mestres na arte de deturpar os fatos, pois, especialistas que são em propaganda, os amoldam à política e aos objetivos que têm em mente, os elementos extremados – não fosse a reação da imprensa, dos partidos democráticos, das entidades técnicas etc – teriam conseguido convencer a opinião pública de que a reforma agrária, que todos desejam, somente seria viável através de reforma constitucional, destinada a alterar o dispositivo da Carta Magna que protege a propriedade privada, contra os abusos e o arbítrio dos governos.*⁶⁵⁵

O jornal *O Globo* também aproximava o seu discurso sobre a reforma agrária expropriatória enviada pelo Governo João Goulart ao Congresso Nacional em 1963 com a narrativa anticomunista propalada pela Igreja Católica. Em um dos editoriais publicados em

⁶⁵² Artigo da coluna “O Globo vai a campo”. *O massacre do produtor rural* 10/08/1963 p.7.

⁶⁵³ Idem.

⁶⁵⁴ Artigo da coluna “O Globo vai a campo”. *Reforma Agrária e os homens do campo* 11/05/1963 p.9.

⁶⁵⁵ Editorial. *O valor da sinceridade* 12/11/1963 p.1.

1963, o jornal *O Globo* chegou a lançar mão de uma carta assinada pelo Papa João XXIII para pedir que as “palavras do Santo Padre” servissem “de lição e de guia àqueles [...] responsáveis pelo destino de 70 milhões de brasileiros, temerosos de ver” o Brasil “corroído pela inflação, dividido pela luta ideológica, sacudido pela agitação política, afrontado pelos demagogos da revolução, mergulhar nos abismos soturnos do mundo sem liberdade e sem Deus do comunismo totalitário”.⁶⁵⁶ O editorial intitulado “*Exploração sacrílega*” fazia coro à tese de que os movimentos e partidos que defendiam a reforma agrária expropriatória estariam subvertendo a posição da Igreja Católica para propagandear sua posição política. De acordo com o jornal:

O movimento em curso, visando comprometer o Papa nas malhas da intriga vermelha, foi deflagrado com a leviandade e a ligeireza típica da falta de escrúpulos de nossos esquerdistas. O tom geral dos conceitos emitidos por essas forças [...] deixa-se perceber que ninguém sequer se deu o trabalho de ler a PACEM EM TERRIS, antes de rotulá-la como um novo catecismo dos ensinamentos da Igreja, revistos à luz do marxismo-leninismo. [...]

Devem as nossas forças de esquerda desistir de uma vez por todas de suas repetidas e já desmoralizadas tentativa de comprometer o Santo Padre nas manigâncias antidemocráticas que se desenvolvem em vários setores da vida brasileira.

*Que deixem em paz o Sumo Pontífice!*⁶⁵⁷

Em sintonia com editoriais apresentados anteriormente, um artigo publicado na segunda página do periódico de Roberto Marinho afirmava que os “comunistas” e os “esquerdistas” teriam passado “a interpretar, explorar e usar para fins de propaganda as encíclicas de João XXIII”.⁶⁵⁸ De acordo com o jornal *O Globo*:

O que o atual Papa deseja é a aplicação do cristianismo e sua renovação sobre a face da Terra e não a reforma agrária do Sr. Brizola, que visa a empobrecer o país ainda mais e a desorganizar a produção, levando as massas ao desespero. [...] O que o Papa deseja prioritária e ardentemente é a conversão de Goulart, de Brizola, de San Tiago e também do Sr. Balbino. [...] O que não é possível admitir é que os inimigos jurados de Deus, os pioneiros de um mundo em que Jesus Cristo é uma pilhéria, apareçam de burel nas procissões, gratos porque o Papa passou para o lado deles.

*Os lobos estão agora de touca velha na cabeça e só pensam em orientar o pastor para depois roubar-lhe o rebanho. [...] Chegou a hora de utilizar a nova energia que se desprende da Igreja Católica – mas não serão os seus inimigos inconciliáveis que disso se devem valer.*⁶⁵⁹

⁶⁵⁶ Editorial. *Poder e humildade* 11/06/1963 p.6.

⁶⁵⁷ Editorial. *Exploração sacrílega* 04/05/1963 p.1.

⁶⁵⁸ Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *Deixem o Papa em paz!* 23/04/1963 p.2.

⁶⁵⁹ Idem.

O jornal *O Globo* promoveu a tese de que João Goulart e seus aliados estariam utilizando a reforma agrária (e a conseqüente alteração constitucional exigida para a implementação efetiva da proposta no território nacional) para impor ao Brasil um processo revolucionário que levaria o país a um regime socialista. Nesse sentido, o periódico de Roberto Marinho defendia a ideia de que era preciso resistir a esse movimento antidemocrático capitaneado por Jango. Falando da gestão de João Goulart no Governo Federal, o periódico de Roberto Marinho afirmava que:

A técnica comunista consiste em aproveitar causas reais e em razão delas levantar bandeiras de reivindicações que, confundindo a opinião pública, permite fixar ideias de nítida tendência subversiva. [...]

Como não se deu conta da realidade ou se mostra incapaz de solucionar o problema, propugna desviar a atenção da opinião pública para outras aspirações nacionais com o deliberado intuito de jogar sobre os ombros da livre empresa a responsabilidade pelo malogro no abastecimento.

Ao invés de tratar de desobstruir as vias de transporte, reorganizando os sistemas marítimos e ferroviário, procura agitar o problema da reforma agrária com falsa promessa de que com ela se conseguirá o milagre da produção. Repete-se a mesma técnica adotada para a volta do presidencialismo.

Mas é preciso advertir que a reforma agrária não pode ser tratada como panaceia, sob pena de se agravarem ainda mais as difíceis condições da produção de gêneros. O custo de vida sobe, em realidade, porque tem faltado aos homens públicos capacidade de resolver problemas de caráter inteiramente primário.⁶⁶⁰

Repetidas vezes o jornal *O Globo* defendeu em seus editoriais e artigos que “o caminho da agitação” em torno da reforma agrária expropriatória era “uma hemorragia interna que exaure a Nação e a conduz à catástrofe” e que só poderia levar o Brasil “a um regime de força, a uma ditadura”.⁶⁶¹ O diário do Rio de Janeiro dizia que João Goulart “transformara a Reforma Agrária em aríete destinado a derrubar os fundamentos do nosso regime”.⁶⁶² De acordo com o jornal *O Globo*, foi com a presença de João Goulart no poder que “a bateria esquerdo-nacionalista começou a ruflar” no Brasil e que – a partir de então – “não cessaram as agitações” e os “sobressaltos”. Para o periódico da família Marinho, foi nesse contexto que “surgiu a exigência da reforma constitucional para destruir o direito de propriedade”, um “puro engodo” que iludia “personalidades de boa-fé” e fazia com que a Nação fosse “novamente atirada ao pânico” em um cenário onde “os agitadores, cada vez mais ousados, já” entravam “nos quartéis” e procuravam “dividir as Forças Armadas, minando a hierarquia

⁶⁶⁰ Artigo da coluna “Panorama econômico”. *O custo de vida* 08/08/1963 p.10.

⁶⁶¹ Editorial. *Basta de agitação* 11/05/1963 p.11.

⁶⁶² Editorial. *Pela Reforma Agrária que o Brasil quer* 15/05/1963 p.1.

militar” em direção à implantação do comunismo no território nacional.⁶⁶³ Ainda em maio de 1963 - pouco menos de um ano antes do golpe militar - o jornal *O Globo* chamava o Governo João Goulart de “*quadrilha*” e já se dirigia às Forças Armadas afirmando que o trabalho de Jango à frente do País deveria ser “*contido*” pelos militares.⁶⁶⁴ De acordo com o periódico:

Continua a desenrolar-se a mesma triste história do que foi episódio anterior a queda do parlamentarismo, ou melhor, o lamentável processo em que o Sr. João Goulart e alguns de seus dedicados atiram por terra o efêmero regime. Hoje o alvo dessa luta é a reforma agrária, mas o combate é o mesmo, os inimigos são os mesmos e a maneira de arrancar as medidas que o governo necessita para fins ignorados vem repetir o primeiro passo da quadrilha.

O processo para fazer a Nação engolir as suas pílulas deveria ser contido e não apoiados por militares. [...]

Em hora tão delicada, quando se tornou claro, evidente, incontestável, que esse grupo heterogêneo se apossou do Governo pela fatalidade janista, que não quer e nada tem a ver com trabalho, e pretende revolucionar o País, em uma hora como essa em que a irresponsabilidade põe em perigo todas as bases do Estado brasileiro, cabe aos militares, principalmente os do mais alto escalão, o respeito aos poderes constituídos e ao que nos sobra de equilíbrio e de ordem. [...]

A primeira obrigação de lealdade dos ilustres soldados não é com o Sr. Goulart, mas com essa pobre Nação, digna de maior estima. [...]

*Entristece profundamente esse espetáculo de desagregação, de mortificante desesperança. [...] A reforma agrária é uma farsa, nem o Sr. Goulart, nem nenhum de seus partidários mais íntimos, querem saber de dividir terra. O objetivo final já está à vista. Que Deus tenha piedade de nós – e inspire os que, sozinhos, estão em condições de evitar a queda no precipício!”*⁶⁶⁵

O jornal *O Globo* insistia na tese de que a reforma agrária era um mecanismo usado por João Goulart e por seus aliados para incutir o “*ódio*” e o “*ressentimento*” nos trabalhadores e trabalhadoras rurais a fim de promover um ambiente propício à “*revolta*”, ainda que isso significasse o empobrecimento ainda maior dessa parcela da população brasileira.⁶⁶⁶ De acordo com o periódico:

Espalha-se e cria-se uma reforma agrária cuja primeira consequência é não haver mais quem queira, neste momento, investir em empresas agrícolas. Inventa-se que a reforma agrária é distribuir terras aos que não tem condições nem meios de fazê-las produzir. Ao homem menos apto para explorar sua gleba dá-se a propriedade que ele acabará deixando improdutiva ou a abandonará. E tudo isso se faz por julgarem necessário despertar o homem rural para a atividade política ou a revolta. Não se trata de elevar o nível de vida, dilatar o horizonte, despertar a ambição, preparar o camponês a fim de que ele conheça e ame mais a terra. [...]. Não, nada disso. O importante é o ódio, o ressentimento, o espírito de vingança insuflado no pária – que pode odiar e continuar pária. A presente reforma agrária visa a isso. Uma

⁶⁶³ Editorial. *De sobressalto em sobressalto* 23/05/1963 p.1.

⁶⁶⁴ Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *Os militares e o momento* 23/05/1963 p.2.

⁶⁶⁵ Idem.

⁶⁶⁶ Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *A volúpia do empobrecimento* 11/06/1963 p.2.

propaganda imensa vai ser feita. Levando o nome de Goulart ao coração das trevas rurais. E isso resultará uma pobreza maior, porque é obra ditada pela inspiração negativa. [...]

Todas as iniciativas do Governo Goulart são críticas e depredatórias. [...] Sente-se, no modo de respirar e andar do Governo, o gosto pelo amargo negativo, a desesperança no trabalho, a falta de interesse pela independência do País.⁶⁶⁷

O periódico carioca chegou a chamar João Goulart de “*chefe comunista*” que estava operando a “*implantação comunista-cubanista no Brasil*”, que teria início com a reforma agrária e com a conseqüente alteração constitucional que – segundo o jornal – acabaria com a propriedade privada no país. De acordo com *O Globo*, o Brasil estava nas mãos de um “*louco furioso*” que precisava urgentemente ser contido pelos “patriotas” e “democratas” brasileiros. Nas palavras do impresso de Roberto Marinho:

A reforma agrária nos termos aloucados e de pura politicagem que o Sr. João Goulart está forçando a Nação a aceitar não é apenas o primeiro ato positivo e prático da implantação comunista-cubanista no Brasil, como também a instalação, nesta luta, do verdadeiro cavalo de Troia. Atrás ou no ventre da reforma agrária virá a fome [...]

Creio que ninguém fez tanto mal ao Brasil – e em tempo recorde – que o Sr. Goulart. Só lhe concedo uma justificação, uma explicação razoável: é que se trata de um agente comunista surpreendido pelo pavor do destino com uma presidência com a qual não contava, mas que resolvera aceitar em prol de sua causa.

O que reclamava essa causa de maneira imediata? A resposta é que as possibilidades do comunismo estavam intimamente ligadas ao empobrecimento nacional. [...] Parece ter o Sr. Goulart essa missão: a de impedir que o Brasil prossiga em seu crescimento e aumentar a pobreza para acabarmos numa nova Cuba.

Se não é válida a interpretação das atividades de Goulart como um serviço à sovietação brasileira, há apenas uma outra hipótese admissível: considerá-lo não só um incapaz, mas também um louco furioso.

O que dirá a História desse homem – se tivermos História e se conseguirmos sobreviver ao que aí está? Dirá certamente que foi o mais hábil chefe comunista que assumiu a Presidência da República brasileira em qualquer tempo. [...]

Agora quer a reforma para [...] esfomear o povo, pensando recolher dessa bela coisa proveitos políticos.

Que cilada nos armastes, Demônio das Incertezas, da Indiferença e do Egoísmo?

Já vimos ruir muitas coisas. [...] Agora teremos a fome organizada e gerada pelos políticos que nos ameaçam com a reforma agrária, que é simples confisco de terra.⁶⁶⁸

Segundo o periódico de Roberto Marinho, o Governo do “*desatinado*” João Goulart estaria promovendo uma “*investida contra a iniciativa privada*” para cumprir seu objetivo principal: a “*bolchevização do país*”, a transformação do Brasil em uma “*República*

⁶⁶⁷ Idem.

⁶⁶⁸ Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *Desorganizando o Brasil* 20/06/1963 p.2.

sindical".⁶⁶⁹O jornal *O Globo* afirmava que o Brasil sob o Governo de João Goulart andava no "caminho da desordem" e que as declarações públicas do presidente da República eram um "passo habilmente encenado e executado na direção do caos".⁶⁷⁰O jornal ressaltava que não era possível trabalhar naquele Brasil de João Goulart, marcado por "um estado de agitação ininterrupto". Em uma edição de agosto de 1963, o periódico chega a questionar os seus leitores:

Como é possível trabalhar neste clima de agitação e incerteza? Qual agricultor que se dispõe a formar novas lavouras sob a algazarra da reforma agrária e o alvoroço do estatuto rural? [...]

*Quanto tempo poderá suportar esse clima de desassossego e de alvoroço, sem colapso de suas atividades econômicas?*⁶⁷¹

O jornal *O Globo* salientava que João Goulart teria chegado ao Poder pela "via oblíqua" e que: o "slogan" permanente do Presidente da República é o das "reformas de base". Em que consistem, quais são, por que são urgentes, isso nunca foi objeto de suas profundas cogitações. O essencial é reformar e reformar para a esquerda".⁶⁷²Em um artigo intitulado "A revolução de João Goulart", o periódico carioca afirmou que:

As reformas são o estribilho constante de seus discursos à esquerda, ou à direita; mais à esquerda do que à direita. Para que reformas a quem não sabe reformar? Os comunistas também pedem reformas pelo muro da cidade.

Fala em reforma agrária, em desapropriação de latifúndios com pagamento em títulos sem curso na praça. [...] Anuncia que vai começar a reforma agrária doando suas fazendas aos camponeses, isto é, aos agitadores treinados em Cuba, e, de repente, assina um decreto desapropriando terras do Estado da Guanabara. [...]

*Entrega a pasta da Educação a deseducadores comunistas que anarquizam e desmoralizam o ensino em nosso País e corrompem a mocidade.*⁶⁷³

⁶⁶⁹ Artigo de Eugênio Gudín. *Investida contra a iniciativa privada* 21/08/1963 p.2.

⁶⁷⁰ Editorial. *No caminho da desordem* 27/0/1963 p.5.

⁶⁷¹ Artigo de Eugênio Gudín. *Clima para trabalhar* 19/08/1963 p.2.

⁶⁷² Artigo de Eugênio Gudín. *A base das reformas* 04/11/1963 p.2.

⁶⁷³ Artigo de Maurício Joppert da Silva. *A revolução de João Goulart* 22/10/1963 p.20.



Além dos diversos textos publicados, o jornal *O Globo* também lançou mão de charges para difundir a ideia de que o Governo Jango – com a reforma agrária e demais reformas de base - atuava como instrumento dos comunistas para impor a agenda política da revolução socialista no Brasil. O periódico da família Marinho afirmava que os “*objetivos do Partido Comunista*” coincidiam com “*os objetivos do Presidente*”, e que João Goulart – através de uma iniciativa de seu Partido – queria, inclusive, criar uma espécie de “*Justiça Agrária*”, baseada em um suposto modelo formulado por Fidel Castro.⁶⁷⁵ Segundo o jornal *O Globo*:

O caso da “Justiça Agrária” não é menos significativo. A criação é de Fidel Castro e os juízes dessa nova “justiça” seriam escolhidos e nomeados pelo presidente. Adeus ao arbitramento do valor pela Justiça ordinária. A proposta é do partido presidido pelo Presidente da República. [...]

*Ainda aí os objetivos do Presidente da República e os objetivos do Sr. Luís Carlos Prestes coincidem exatamente.*⁶⁷⁶

Em uma publicação intitulada “*Goulart e Fidel*”, o jornal *O Globo* afirmava que João Goulart teria implantado no Brasil “*uma república sindicalista*” que “*seria de efêmera*

⁶⁷⁴ Charge. 25/01/1964 p.1

⁶⁷⁵ Artigo de Eugênio Gudin. *Capuava* 18/11/1963 p.2.

⁶⁷⁶ Idem.

duração” pois logo seria substituída “*por sovietes comunistas*”.⁶⁷⁷ Segundo o periódico, “*o comunismo vai fazendo o seu trabalho em toda a parte, cavando, arruinando, envenenando a alma nacional*”.⁶⁷⁸ Falando sobre João Goulart, o periódico da família Marinho dizia que:

Valerá à pena descontentar toda uma nação para fazer o jogo da quinta-coluna soviética? [...] Por que não comanda a paz ao invés de pregar a subversão? [...]

*No entanto, o seu pensamento é criar o caos para aparecer como salvador, fique certo, cairá conosco, porque a canalha comunista se fracassarmos, não o perdoará no primeiro expurgo, pois odeia os latifundiários.*⁶⁷⁹

De acordo com o jornal de Roberto Marinho, o Brasil era “*um país curioso em que o Governo promove a subversão e a oposição defende a legalidade e a ordem*”, e que João Goulart, o “*empreiteiro da demolição*”, estaria “*fazendo no Brasil exatamente aquilo que seu dileto amigo Perón fez na Argentina*”.⁶⁸⁰ Segundo *O Globo*, na administração de João Goulart havia “*gente interessada em criar o caos para aparecer como salvador da Pátria*” e que a reforma agrária do Governo Federal era a da “*linha comunista*”. Nas palavras de *O Globo*:

Enquanto as democracias procuram fazer reforma agrária aumentando a produtividade dos campos, liberando mão-de-obra para outras atividades, dando assistência técnica, financeira, escolar, e social, a linha comunista, desde Lenine, insiste em resolver problema agrário dando minifúndio a homens despreparados. Esta é a linha do incapaz que o Governo colocou à frente da SUPRA para agitar e que, em declarações à imprensa, alegou que o limite de 500 hectares foi aconselhado pelo Sr. Luís Carlos Prestes, que Vargas manteve quase todo tempo preso, mas seus discípulos transformaram em conselheiro. [...]

*É nessa atmosfera de susto, de incerteza, de desespero, que se pretende executar uma reforma, ligada com a própria vida no Brasil e sua manutenção. Para que San Tiago faça afirmativas irônicas em tom solene e Goulart use da reforma agrária para outras reformas, é que nos atiramos neste caos e continuamos a sofrer.*⁶⁸¹

Diante desse cenário de iminente ruptura democrática e institucional apresentado aos seus leitores, o jornal *O Globo* passou a defender uma reação contundente de todos os democratas para impedir o sucesso de uma empreitada “*vermelha*” no país que – de acordo com o periódico – colocaria fim à democracia e levaria o Brasil a um regime socialista liderado por João Goulart e balizado pelas grandes potências do comunismo internacional. O periódico de Roberto Marinho passou a publicar diversos artigos e editoriais conclamando as Forças

⁶⁷⁷ Artigo de Eugênio Gudín. *Goulart e Fidel* 22/01/1964 p.2.

⁶⁷⁸ Artigo de Eugênio Gudín. *A surpresa e a indiferença* 03/03/1964 p.2.

⁶⁷⁹ Artigo da coluna “*O Globo vai a campo*”. *A semente do ódio* 07/03/1964 p.7.

⁶⁸⁰ Artigo de Eugênio Gudín. *Empreiteiro da demolição* 09/03/1964 p.2.

⁶⁸¹ Artigo da coluna “*O Globo vai a campo*”. *A ilusão agrária* 21/03/1964 p.7; Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *Essa política de austeridade* 25/05/1963 p.2.

Armadas, os Partidos políticos não alinhados ao Governo Federal, a classe rural organizada, e vários outros setores da sociedade civil para a defesa da democracia brasileira e para o enfrentamento à “desordem comunista” que supostamente estaria em curso no território nacional.

4.4. Contenção do avanço vermelho de Jango: dever patriótico da sociedade brasileira e tarefa constitucional das Forças Armadas

O jornal *O Globo* apresentava em suas páginas a ideia de que havia uma frente ampla e unificada na sociedade brasileira contra a “*minoría agitadora*”, em tese, liderada por João Goulart que – através de instrumentos como a reforma agrária expropriatória – pretendia implementar o comunismo no Brasil. O periódico da família Marinho afirmava que “*o Sr. João Goulart teria descaído para uma verdadeira posição de incitamento à revolta com expressões de sentido ameaçado para o Legislativo*” para “*realizar reformas estruturais que o presidente considerava urgentes*”. De acordo com o jornal *O Globo*, as afirmações de Goulart seriam “*a própria subversão*”.⁶⁸² Nas palavras do impresso carioca:

Resolveram tutelar a Nação; metem-se em todos os assuntos, lutam em todos os campos, provocam a desordem, instalam a crise, dilaceram a Nação; trabalham em perfeita consonância com todos os inimigos da paz, da disciplina, do bom nome nacional. [...]

Testemunha-se, enfim, ao aviltante espetáculo da degradação nacional. [...] Se deveria [...] advertir a todos os que atentam contra o País [...]

Chegou a hora de elevar o tom dos pronunciamentos, de dar consciência que o mal já feito pode se tornar irreversível. [...] Tudo o que fizemos aqui está sendo observado e seguido lá fora. [...] Todo o mal que vem sendo praticado contra a Nação. [...]

*Que Deus tenha pena do Brasil e nos ilumine para que cessem os crimes que se estão praticando contra o nosso País. [...] Há muita gente indignada contra o mal aqui praticado.*⁶⁸³

Falando em “*banimento ou expulsão*”, o jornal *O Globo* afirmava que João Goulart se recolhia todas as noites para “*refletir sobre o que pode fazer no dia seguinte para manter o povo brasileiro no estado de sobressalto e desassossego em que vive desde setembro de 1961 [...] quando assumiu o Governo para bolchevizar o Brasil*” através de ações como a reforma agrária expropriatória.⁶⁸⁴ De acordo com a publicação de Roberto Marinho:

⁶⁸² Editorial. *O perigo dos improvisos* 02/08/1963 p.1.

⁶⁸³ Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *Pronunciamento* 03/10/1963 p.3.

⁶⁸⁴ Artigo de Eugênio Gudín. *A desapropriação por atacado* 13/01/1964 p.2.

A irresponsabilidade e a leviandade com que o Governo está tratando uma questão dessa importância é, sem nenhum exagero, criminosa.

Em qualquer país organizado, no próprio Brasil de antes da fase caótica em que se vem atolando há seis anos, um crime assim praticado contra o interesse da Nação e de seu desenvolvimento econômico, seria punido com o banimento ou a expulsão.⁶⁸⁵

Segundo o periódico carioca, dava-se “*conta o Brasil de que está resvalando para o desconhecido. Ainda é tempo de impedir o pior*”.⁶⁸⁶ O jornal *O Globo* pregava a defesa dos valores e dos “*supremos interesses da Pátria*” (que estavam sendo manchados pela força “*da demagogia, do ódio e da agitação*”) e preconizava uma “*resistência da iniciativa privada contra a investida comunizante apadrinhada pelo Sr. João Goulart*”.⁶⁸⁷ De acordo com o jornal de Roberto Marinho, era necessário resistir à “*ameaça vermelha*” que colocava a democracia brasileira em cheque. Ainda em 1963, o jornal *O Globo* já clamava – em um editorial de capa – pelo fortalecimento de uma “*Frente única contra a agitação*”, que agiria em defesa da democracia e contra qualquer empreitada revolucionária. O jornal afirmava que:

Criou-se ou agravou-se o clima de inquietude, desataram-se os extremados em campanhas de agitação, desencadearam-se os esquemas grevistas, a tal ponto que os brasileiros conscientes passaram a temer pela sorte [...]

Os extremados, os quais para ganhar posições e chegar ao poder, têm a necessidade de suscitar a desordem, impedir o trabalho, fomentar a discórdia e gerar a inquietude que leva à estagnação e ao caos. Mas os agitadores foram longe demais em seus desmandos, provocações às Forças Armadas e convites à revolução e à baderna.

A imensa maioria da Nação é democrata e quer para o Brasil soluções concordes com os sentimentos cristãos, os processos pacíficos e os princípios jurídicos, uniu-se numa espontânea e autêntica frente única contra a agitação, isolando os extremos e prestigiando os esforços pela recuperação, independentemente das inclinações partidárias e gestos políticos. [...]

É preciso organizar-se a reação de verdade: mostrar ao povo que amarram o Brasil enquanto o mundo cresce. Já estamos sufocados de tanta maldade com nosso País. É preciso defendê-lo, falando em praça pública de viseira erguida, indicando as mentiras que se repetem toda hora. Enquanto é tempo.⁶⁸⁸

O periódico cobrava, em um de seus editoriais, “*patriotismo e bom senso*” dos militares e afirmava que sociedade brasileira colocava “*em suas Forças Armadas a sua maior confiança e delas espera que mantenham a ordem, assegurem as instituições e prestigiem a*

⁶⁸⁵ Idem.

⁶⁸⁶ Editorial. *A posição de um grande partido* 10/10/1963 p.1.

⁶⁸⁷ Editorial. *Para conciliar* 17/10/1963 p.1; Artigo de Eugênio Gudin. *Capuava* 18/11/1963 p.2.

⁶⁸⁸ Editorial. *Frente única contra a agitação* 10/06/1963 p.1; Artigo de Eugênio Gudin. *Viagem ao Nordeste* 22/08/1963 p.2.

democracia”.⁶⁸⁹ O impresso de Roberto Marinho sublinhava que as “*Forças Armadas*” eram um “*baluarte da legalidade*” e que deveriam cumprir “*o sagrado dever de mantenedoras da Ordem, do respeito à Constituição e às leis do País*” diante da “*ofensiva vermelha*” liderada por João Goulart no Brasil.⁶⁹⁰ De acordo com o jornal *O Globo*:

*No meio da confusão, para não dizer do caos, em que se encontra a Nação, diante de tantas e multiformes infiltrações comunistas, visíveis, a olho nu, diante do propósito de confundir bem-estar e prosperidade rural com posse da terra (reforma agrária do Governo) e desenvolvimento econômico com distributivismo, diante da onda de demagogia que nos avassala e do nacionalismo agressivo que trava o progresso e, mais do que tudo, diante da HIPERINFLAÇÃO para que caminhamos a passo acelerado, chegou a indagar o que pensam, o que fazem e como agem as Forças Armadas.*⁶⁹¹

Afirmando que os “*semeadores de plantas ideológicas marginais*” deveriam se “*aquietar*”, o periódico de Roberto Marinho repetia a tese de que as Forças Armadas precisavam agir para preservar a democracia brasileira, ameaçada pelo então presidente João Goulart e por seus aliados. De acordo com o jornal *O Globo*:

Nesta hora de tessituras políticas portáteis as Forças Armadas dão, mais uma vez, a certeza de que não falharão no velar pela sorte da democracia brasileira. Que se aquietem os semeadores de plantas ideológicas marginais. Que cessem as provocações em todas as áreas, inclusive a educacional, onde os desmandos também serviram aos interesses escusos dos comunistas, na faina interminável de desviar a juventude brasileira de sua caminhada rumo ao clima de liberdade pelo qual tanto lutaram os nossos maiores. [...]

Não podemos admitir é a revolução em nome de uma ordem social injusta. O que não podemos aceitar é o estabelecimento do caos à guisa de implantar no Brasil regime político ditatorial, vazado no ódio de classe e na perseguição dos verdadeiros democratas. [...]

*Enquanto houver Forças Armadas obedientes aos preceitos constitucionais, não correrá perigo a democracia e a sobrevivência da Pátria estará assegurada.*⁶⁹²

O jornal *O Globo* dizia aos seus leitores que os “*democratas*” e “*patriotas*” que desejavam impedir a suposta aventura comunista de João Goulart e de seus aliados deveriam confiar no Exército, na Marinha e na Aeronáutica para garantir a integridade da democracia brasileira. Por exemplo, em um editorial de capa intitulado “*Confiemos nas Forças Armadas*”, o periódico de Roberto Marinho salientava que:

⁶⁸⁹ Editorial. *Patriotismo e Bom Senso* 12/06/1963 p.1.

⁶⁹⁰ Artigo de Eugênio Gudín. *As Forças Armadas, baluarte da legalidade* 06/09/1963 p.2.

⁶⁹¹ Idem.

⁶⁹² Editorial. *Serenidade e audácia* 19/12/1963 p.3.

Em toda a parte, sempre que os comunistas intentaram a conquista do poder, trataram de armar-se e de armar os grupos preparados pelos assaltos. E quando os governos não cuidaram, em tempo de deter-lhes os passos, foi preciso derramar muito sangue para impedir a vitória da revolução vermelha. [...]

Enfrentar os vermelhos quando estes desencadearem a guerra revolucionária. Essa missão pertence às Forças Armadas e às Polícias Estaduais, e da lealdade dos militares e policiais às instituições democráticas não seria lícito duvidar, tantas provas têm dado de suas convicções e de respeito à Constituição e às leis.

A sorte do Brasil, neste momento em que a subversão comunista é ativada, consiste, precisamente, na fidelidade inabalável dos militares, que saberiam morrer se necessário, mas não deixariam o nosso país transformar-se na segunda nação comunista da América.

Devem as Forças Armadas, coesas e disciplinadas, continuar a ser a verdadeira garantia de nosso regime, das instituições democráticas, das liberdades individuais. Não podem os democratas dificultar-lhes a tarefa de velar pela segurança nacional e manter a ordem interna. [...]

Confiem os democratas nas Forças Armadas, prestigiem-nas e respeitem-nas, que elas estão atentas e vigilantes. Não se omitirão sem que seja preciso atuar. Não estão fazendo vista grossa aos preparativos revolucionários. Não aprovam nem aceitam a infiltração vermelha em alguns setores da administração pública. Não admitem que se esteja a armar guerrilheiros e sindicatos para no futuro desencadear de uma guerra civil, que a elas caberá reprimir.

Àqueles democratas que se apavoram e por isso exorbitam do papel que lhes incumbe como cidadãos, formulamos este apelo, que é também uma recomendação: não descreiam das Forças Armadas e estejam certos de que elas não abandonarão o Brasil à pior sorte.⁶⁹³

Em uma das muitas publicações do jornal *O Globo* sobre o comício de João Goulart na Cinelândia em 1963, o periódico de Roberto Marinho invocava o Marechal Floriano Peixoto e afirmava que uma manifestação de “*pelegos e comunistas*” liderados pelo “*inimigo do Regime*” não poderia ser “*velada*” pela figura do “*Marechal de Ferro*”, e que era preciso defender o país ainda que fosse necessário usar a “*espada*”.⁶⁹⁴ De acordo com o artigo publicado pelo periódico:

Por cima dos manifestantes velava a figura de bronze daquele que, em vida, era chamado de Marechal de Ferro. Nunca foi mais oportuno invocar o seu espírito do que neste momento em que a sorte da República oscila, ameaçada de solapamento pelos traidores, a soldo das ditaduras comunistas. Floriano [...] saiu do Itamarati a pé, pobre como havia ali chegado, mas coberto de glórias, deixando como herança a seus patrícios uma grande pátria unida, em marcha para grandes destinos. Assim haveremos de mantê-la, usando sua espada, se for preciso.⁶⁹⁵

O periódico de Roberto Marinho repetia que “*para o caudilho, o único objetivo da política é a inflação de seu poder pessoal*”, e pontuava que o “*o discurso de 13 de março [de*

⁶⁹³ Editorial. *Confiemos nas Forças Armadas* 24/01/1964 p.1.

⁶⁹⁴ Artigo de Maurício Joppert da Silva. *Sob o olhar de bronze de Floriano...* 27/08/1963 p.13.

⁶⁹⁵ Idem.

1964] *nada mais é que um novo passo para essa inflação, através da usurpação dos poderes alheios*” e de uma aventura de cunho socialista e antidemocrático.⁶⁹⁶ O jornal *O Globo* dizia que era necessário “*conjurar as tentativas de transformar o Brasil em uma colônia soviética no continente americano*”.⁶⁹⁷ O periódico dirigia-se - em tom de alerta - ao “Congresso”, às “Forças Armadas”, e ao “povo”, e afirmava que:

Ainda se poderá falar em legalidade neste País? É legal uma situação em que vê-se o Chefe do Executivo unir-se a pelegos e agitadores comunistas, para intranquilizar a Nação com menções a eventuais violências, caso o Congresso não aceite os seus pontos de vista? [...] É legal uma situação em que, inspirados nas atitudes governamentais, órgãos ilegítimos, destinados à agitação, se dirijam ao Congresso em linguagem audaciosa, fazendo ameaças e insinuando represálias?

O mínimo que se poderia afirmar sobre a atual conjuntura brasileira é que estamos cada vez mais próximos da ilegalidade. O Executivo baixa decretos inexecutáveis ou de flagrante inconstitucionalidade, sabendo que eles não resistirão a qualquer pedido de segurança, e o faz conscientemente, apenas para beneficiar-se de seus efeitos demagógicos, iludindo as classes trabalhadoras, os inquilinos e o povo em geral.

Quando se produz uma situação assim, e que o descompasso entre os poderes da República gera atitudes imprudentes e suscita desconfiâncias recíprocas, a Nação sente-se em perigo, teme pelos seus destinos e prepara-se para o pior. [...]

Quanto às ameaças, ofensas e intromissões, o Congresso – temos a certeza – as repelirá com altivez. Os parlamentares brasileiros sempre souberam enfrentar a violência e mostrar-se dignos do mandato popular. Agora, como em outras ocasiões históricas, não lhes faltará a solidariedade nacional. Não haverão de acovardar-se diante dos demagogos, dos que falam por conta própria, dos que só representam os organismos criados expressamente para agitar e confundir.

As Forças Armadas, que alguns buscam maliciosamente associar às tentativas de intimidação ao Congresso, igualmente não falharão. [...] elas defenderão os poderes constitucionais, a lei e a ordem (Art. 177). Não admitirão, assim, que os grupos sectários e subversivos, sejam eles ou não da intimidade do Chefe do Executivo, se manifestem contra o Congresso e intentem pressioná-lo, pois não podem elas endossar gestos ilegais e processos contrários à Constituição.

*“Para a democracia - disse o senador Moura Andrade – o Congresso dá todo apoio. Se não, não!”. Também o povo, também as Forças Armadas. Sob o pálio da Constituição e dentro dos princípios democráticos haverá solução para tudo. Se não, não!*⁶⁹⁸

O periódico buscava mostrar em suas páginas que havia uma forte unidade de diversos setores no Brasil para deter o avanço do “comunismo” supostamente liderado por João Goulart e seus aliados. O jornal chegou a publicar um editorial para saudar uma transmissão da “*Rádio Vaticano – emissora oficial da Santa Sé*” que teria sido “*extremamente oportuna para a situação brasileira, [...] a propósito da ideologia marxista e do imprescindível dever que têm*

⁶⁹⁶ Artigo de Eugênio Gudín. “*Esta manifestação deslumbrante...*” 18/03/1964 p.2.

⁶⁹⁷ Artigo da coluna “Panorama econômico”. *Tentativa de solução* 20/08/1963 p.10.

⁶⁹⁸ Editorial. *Se não, não!* 18/03/1964 p.1.

os católicos de a ela se opor”, de forma “vigilante, constante e indomavelmente, ‘FECHANDO-LHE TODAS AS VIAS DE PENETRAÇÃO’”. O jornal afirmava que a transmissão radiofônica teria sido um “grito de alerta” da Igreja Católica contra a suposta ação comunista em curso no Brasil. De acordo com a publicação:

Chega a parecer que a emissora Papal estava, realmente, pensando no Brasil ao fazer a séria advertência da última semana. Não houve, apenas, a condenação da ideologia marxista, mas a preocupação de impedir as interpretações sofisticadas. [...]

Vê-se que a Rádio Vaticano, expressão do pensamento da Santa Sé, não admite qualquer desvinculação entre a ideologia marxista e política comunista, distinção tão do gosto de certas figuras de nossa vida pública, que se declaram democráticas, dizem não aceitar as ideias marxistas, mas procuram apoio dos comunistas, aos quais abrem inúmeras portas, inclusive as da administração pública [...].⁶⁹⁹

O jornal de Roberto Marinho chegou publicar um texto que alertava diretamente o Governo de João Goulart de que os latifundiários também faziam parte dessa “frente de resistência” à suposta escalada comunista no Brasil e que estariam dispostos a conter uma reforma agrária expropriatória e um consequente processo revolucionário nos campos brasileiros a “ferro e fogo” caso fosse necessário.⁷⁰⁰ De acordo com o jornal *O Globo*:

Reconhecendo o fracasso mais estrondoso de uma política falsa, porque liderada sempre por falsos homens públicos, sentindo os resultados nas últimas eleições que felizmente têm revelado mais bom senso na mente do povo, só resta uma cartada: convencer o trabalhador rural que o fazendeiro é inimigo do rurícola, que suas terras devem ser tomadas de “qualquer jeito”, com reforma constitucional que transforme desapropriação em espoliação, ou por meio de “comandos” dirigidos e discursos provocadores, visando à perigosa invasão de fazendas pela arbitrariedade, pela força. [...]

Essa política do desespero já tem feito correr sangue generoso de brasileiros inocentes, e certamente o que estamos vendo é o início de sangrentas lutas, porque, esteja certo o Governo, os fazendeiros não se vão acovardar e milhões de trabalhadores rurais estarão com eles. Por mais ativa que seja a matilha atirada na agitação, não deixa de ser uma minoria irrisória que será esperada a ferro e fogo.

O Presidente da República já não se satisfaz mandando o Sr. João Pinheiro Neto pregar a demagogia agrária no interior. Ele próprio assumiu o comando e ainda há pouco foi em Itaboraí, não para condenar o assalto, mas para dar-lhe cobertura, falando a falsos rurícolas, porque os bons trabalhadores rurais ou estão bem empregados ou já ganharam o suficiente para ter o seu pedaço de chão. A “gang” que anda por aí invadindo as fazendas é constituída de desocupados que nada entendem de agricultura e apenas invadem as terras para roubar lenha, sacrificar o gado e depredar as benfeitorias.

A incapacidade está gerando um “vale tudo” do desespero que pode trazer ao Brasil a sua primeira luta realmente sangrenta.⁷⁰¹

⁶⁹⁹ Editorial. *Brado de alerta* 07/08/1963 p.1.

⁷⁰⁰ Artigo da coluna “O Globo vai a campo”. *Reforma Agrária sem base* 21/12/1963 p.9.

⁷⁰¹ Idem.

O jornal também publicou artigos e um editorial sobre um dos discursos de João Goulart em praça pública em 1963. Mas o periódico também buscou mostrar que havia uma unidade discursiva na grande imprensa brasileira na defesa da “*luta contra a república sindicalista*” de Jango. Nesse sentido, o periódico de Roberto Marinho transcreveu o editorial do Jornal do Brasil que estava em sintonia com o próprio editorial publicado por *O Globo* naquela edição com o título “*Triste espetáculo*”. O texto do Jornal do Brasil intitulado “*Archotes e tanques*” e transcrito por *O Globo* dizia que:

Sob a luz dos archotes sindicais e sob a proteção de tanques e armas da República, o comício da Cinelândia reduziu o Presidente da República a Presidente do PTB e à condição de líder sindical. [...]

O Presidente sindicalista colocou o País em face de uma opção radical: reforma pacífica por bem, ou à margem da lei, por mal.

À margem da lei já se coloca o Presidente quando atira os comícios contra um dos poderes da República. [...]

Ontem sob a luz dos archotes totalitários e sob a proteção dos tanques e armas da República, também se iniciou a luta contra a república sindicalista. Ela não se imporá ao País.⁷⁰²

Aproximadamente uma semana antes do golpe militar de 1964, o jornal *O Globo* publicou um extenso editorial de capa intitulado “*A defesa da Constituição, da Lei e da Ordem*” em que afirmava que não era mais possível “*a omissão de nenhum brasileiro*” diante da “*ameaça vermelha*” representada por João Goulart e seus aliados. Ou seja, era impositiva “*a luta e a reação*” dos democratas e patriotas diante do risco iminente que supostamente assolava o Brasil naquele momento. Nas palavras do jornal *O Globo*:

De repente, de todos os setores da vida nacional não comprometidos com a agitação e a subversão, surgem brados de alerta, palavras de advertência e de protesto. Unem-se os grandes jornais, partidos divergentes e políticos há muitos desavindos e por todo o território da Pátria ecoa o grito dos verdadeiros democratas em defesa da Constituição, da Lei e da Ordem.

Muito tempo tem suportado este País, para que o funcionamento do regime não sofra interrupções, mas agora chegamos a um ponto que seria loucura continuar transigindo. Quando os principais responsáveis pela coisa pública se associam aos mais notórios agitadores e comunistas, para pregar contra a Constituição e contra o Congresso, não é mais possível a omissão de nenhum brasileiro. Impõe-se a luta e a reação.

Empregamos propositadamente a palavra reação. Reacionários têm sido chamados todos aqueles que, como nós, vem há anos pedindo a atenção do povo para a deturpação de suas legítimas reivindicações de progresso e justiça social, transformadas em bandeira da desordem e do solapamento do regime. Hoje, porém, o que se vê é o despertar para a realidade de muitos daqueles que se juntaram aos

⁷⁰² Reprodução Editorial do Jornal do Brasil. *Archotes e tanques* 26/08/1963 p.2.

círculos subversivos para nos chamarem de reacionários, temendo, talvez, serem aquinhoados com o mesmo epíteto.

É que as facções antidemocrática que envolvem o Governo foram longe demais e na sua audácia perderam o senso de medida. Suas exigências passaram a transfigurar essa Nação cristã e amante da liberdade, que em alguns meses começou a dar a impressão de ter caído sob o domínio de uma administração “socialista”.

Incompreensivelmente muitos organismos governamentais se puseram a serviço da “socialização”. [...]

O líder comunista Luís Carlos Prestes vangloria-se, em seu jornal e em ato público recente, do papel que os comunistas estão exercendo na orientação do Governo, que por ele se deixa influenciar. [...]

Em tais condições não é de se admirar que se tenham unido todos os democratas do País para uma reação, que não é contra as reformas que forem realmente necessárias, mas é contra a exploração política das reformas pelos que delas se apossaram como motivo para a agitação e o combate ao regime democrático, alguns movidos pelo fanatismo ideológico, outros pela ambição descontrolada.

A Nação não está mais disposta a assistir, imóvel, a guinadas para a esquerda. A Nação não é esquerdista e não pode, portanto, admitir um governo esquerdista. A Nação é democrática e só reconhecerá como legal e legítimo um governo que respeite à Constituição, que cuide dos interesses do País antes de cuidar dos seus próprios, que honre o Congresso e não imagine poder dispensá-lo [...]

Agora se preocupam certos assessores presidenciais e as correntes esquerdistas, porque os mais respeitados governadores estaduais se movimentam em defesa do regime, porque jornais de linhas diversas fazem a mesma coisa e as associações das mais distintas origens lançam proclamações de igual sentido e concentram, como ocorreu em São Paulo, multidões jamais vistas, para apresentar solidariedade ao Congresso e afirmar que o Brasil não aceitará a supressão de suas liberdades. Foram eles mesmos, esses assessores e correntes esquerdistas, os causadores de tal resultado. Nem poderia ser de outra maneira. Um grupo minoritário que se achegou ao Poder por obra do acaso, não tem o direito de pensar que pode levar o País para rumos avessos aos de sua vocação democrática e cristã.

Chega de desafios, chega de provocações, chega de impertinências. A Nação não quer ser estatizada, nem se deixará destruir para o agrado de uma minoria ensandecida e petulante. O tempo de contemporizar já acabou.⁷⁰³

O jornal *O Globo* cobrava das “*Forças Armadas mobilização cívica contra o comunismo*” e ressaltava que essa era uma demanda de diversos setores da sociedade brasileira. Nesse sentido, o impresso de Roberto Marinho publicou a íntegra do documento da classe rural organizada pedindo a intervenção dos militares no país.⁷⁰⁴ Em vários artigos e editoriais, o jornal *O Globo* também pediu textualmente pela ação intervencionista das Forças Armadas brasileiras diante do Governo Goulart, colocando fim à administração do político gaúcho. Na edição do dia 31 de março de 1964, a última antes do golpe militar, o jornal *O Globo* afirmou que;

Tantas vezes vai com cântaro à fonte que um dia quebra”. O Governo não acreditou muito na sabedoria deste refrão e as consequências estão aí. O País paralisado, os

⁷⁰³ Editorial. *A defesa da Constituição, da Lei e da Ordem* 23/03/1964 p.1.

⁷⁰⁴ Matéria. *Manifesto ruralista pede as Forças Armadas mobilização cívica contra o comunismo* 14/03/1964 p.3.

chefes militares a reunirem-se, os títulos saindo da Bolsa, o dólar batendo todos os recordes anteriores, a população intranquilizada pela maior onda de boatos ocorrida ultimamente. Ninguém sabe como tudo isto terminará, mas não existe quem não esteja de acordo em que como está não pode continuar. O sentimento geral é de revolta, ante o estado em que se encontra o Brasil. Quando se pensa que este é um dos maiores países do mundo, um dos mais ricos e de possibilidades mais grandiosas, quando se recorda que há menos de três anos era, também, um dos que apresentava maior índice de crescimento, e se constata agora a situação de anarquia política e militar, a estagnação econômica, e desordem financeira, a indignação e o desânimo se apossam de todos. “Como é possível que em tão pouco tempo tenha acontecido tudo isso ao Brasil?” É o que se ouve em todas as rodas. Sejam, porém, justos e sinceros. Por falta de aviso não foi. Os próprios oficiais que agora estão indignados com a destruição da hierarquia e da disciplina cansaram de ouvir advertências de que tal coisa ocorreria, mas preferiram ficar omissos, permitindo que se avolumasse o processo de desagregação das nossas instituições, processo que, como é óbvio, só terá êxito completo após o desaparecimento das Forças Armadas. Se os inimigos da democracia completarem a obra iniciada, muitos serão os que terão que bater no peito e recitar o “Mea Culpa”. Mas aí já será tarde!⁷⁰⁵

O editorial de capa da mesma edição que antecedeu o golpe militar de 1964 era intitulado “A Nação unida às Forças Armadas” e seguia a mesma linha discursiva dos artigos de opinião que ocupavam as páginas interiores do jornal. O texto queria evidenciar uma unidade consistente na grande maioria da sociedade brasileira em apoio a uma possível ação das Forças Armadas para conter João Goulart e seus aliados. O editorial do periódico fundado por Irineu Marinho salientava que:

Em meio a luta que vêm travando em defesa da sobrevivência de suas corporações – ameaçadas pelos golpes assestados contra a hierarquia, a autoridade e a disciplina –, os oficiais brasileiros devem sentir-se, ao menos, confortados pela solidariedade de todos os setores da vida nacional, com a só exceção daqueles vinculados ao Partido Comunista e ao processo de destruição do regime.

O povo percebe, sem ser preciso explicar-lhe, que com o enfraquecimento e posterior liquidação das Forças Armadas desaparecerá o grande obstáculo à marcha da subversão comunista. Para o êxito do processo desencadeado pelos vermelhos é indispensável a supressão do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

Por isto se unem todos os brasileiros democratas, sem distinções partidárias, na esperança de que os fatos que tiveram lugar na Marinha de Guerra não assinalem o início do fim, mas, pela indignada e justificada reação que provocaram, signifiquem o fim de um estado de coisas que só nos pode levar à anarquia ou à guerra civil.

Como dissemos muitas vezes, a democracia não deve ser suicida, que dê aos seus adversários o direito de suicidá-la para não incorrer no risco de ferir uma legalidade que esses adversários são os primeiros a desprezar. A legalidade não deve ser um tabu, a impedir que os democratas defendam as instituições, ou uma garantia para que os agentes da subversão atuem sem serem incomodados.

Seria rematada loucura continuarem as forças democráticas desunidas e inoperantes, enquanto os inimigos do regime vão, paulatinamente, fazendo ruir tudo aquilo que os impede de atingir o poder. Chegaria o dia em que o Brasil, sem reação e sem luta, se transformaria em mais um Estado “Socialista”. Aí, todos diriam que desaparecerá a legalidade democrática, mas ninguém mais teria como recuperar as perdas

⁷⁰⁵ Artigo da coluna “Reportagem social”. A crise 31/03/1964 p.4.

liberdades e franquias, pois já estaria instalado o terror policial e – quem sabe? – em funcionamento os pelotões de fuzilamento, segundo o modelo cubano.

O País está, realmente, vivendo o momento mais difícil de sua História. Não há dúvida de que atingimos a encruzilhada de nossos destinos. Agora se decidirá se conseguiremos superar a terrível crise pela inflação, pelos desajustes sociais, pelo descalabro econômico-financeiro, sem a perda de nossas instituições livres, ou se, ao contrário, uma ditadura esquerdista se apossará do País, graças, principalmente, ao enfraquecimento e progressivo desaparecimento das Forças Armadas.

A Nação democrática, que sempre viu nas Forças Armadas a segurança de que não seriam vitoriosos no Brasil os elementos subversivos que desejam conduzi-lo contra sua vocação histórica e suas tradições, recusa-se a admitir a segunda hipótese [...]

O assunto não é político-partidário. Não se discute, agora, como devem ser feitas as reformas. Não estão em jogo os pontos de vista divergentes a respeito deste ou daquele problema isolado. O que une a todos os democratas, nesta hora, é a convicção de que o desaparecimento das Forças Armadas significaria a morte do nosso regime político, que já não teria quem o defendesse. [...]Mobilizam-se todos os brasileiros lúcidos e patriotas para impedir que o processo de destruição [...] seja levado a diante.

Todos têm a certeza de que o Brasil não poderá mais suportar que à sombra da liberdade e das garantias constitucionais os comunistas e seus auxiliares trafeguem comodamente, preparando o asfixiamento daquelas liberdades e a derrubada da Constituição.⁷⁰⁶

No editorial de capa intitulado “*Ressurge a democracia*” e publicado no dia 2 de abril de 1964, após a consolidação do golpe militar, o jornal *O Globo* comemorava a ação golpista impetrada pelas Forças Armadas brasileiras contra o presidente da República e seu Governo. O periódico de Roberto Marinho salientava que “*graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas [...] o Brasil livrou-se do Governo irresponsável*” e que, naquele momento, “*vivia dias gloriosos*” pois – por conta dos militares - havia deixado de ser uma “*Nação horrorizada*” pelo medo da “*bolchevização*”.⁷⁰⁷ Nas palavras do jornal *O Globo*:

Vive a Nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem.

Graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições.

Como dizíamos, no editorial de anteontem, a legalidade não poderia ser a garantia da subversão, a escora dos agitadores, o anteparo da desordem. Em nome da legalidade, não seria legítimo admitir o assassinio das instituições, como se vinha fazendo, diante da Nação horrorizada.

Agora, o Congresso dará o remédio constitucional à situação existente, para que o País continue sua marcha em direção a seu grande destino, sem que os direitos individuais

⁷⁰⁶ Editorial. *A Nação unida às Forças Armadas* 31/03/1964 p.1.

⁷⁰⁷ Editorial. *Ressurge a democracia* 02/04/1964 p.1.

sejam afetados, sem que as liberdades públicas desapareçam, sem que o poder do Estado volte a ser usado em favor da desordem, da indisciplina e de tudo aquilo que nos estava a levar à anarquia e ao comunismo.

Poderemos, desde hoje, encarar o futuro confiantemente, certos, enfim, de que todos os nossos problemas terão soluções, pois os negócios públicos não mais serão geridos com má-fé, demagogia e insensatez.

Salvos da comunização que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares, que os protegeram de seus inimigos. Devemos felicitar-nos porque as Forças Armadas, fiéis ao dispositivo constitucional que as obriga a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem, não confundiram a sua relevante missão com a servil obediência ao Chefe de apenas um daqueles poderes, o Executivo.

As Forças Armadas, diz o Art. 176 da Carta Magna, “são instituições permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade do Presidente da República E DENTRO DOS LIMITES DA LEI.”

No momento em que o Sr. João Goulart ignorou a hierarquia e desprezou a disciplina de um dos ramos das Forças Armadas, a Marinha de Guerra, saiu dos limites da lei, perdendo, conseqüentemente, o direito a ser considerado como um símbolo da legalidade, assim como as condições indispensáveis à Chefia da Nação e ao Comando das corporações militares. Sua presença e suas palavras na reunião realizada no Automóvel Clube, vincularam-no, definitivamente, aos adversários da democracia e da lei.

Atendendo aos anseios nacionais, de paz, tranquilidade e progresso, impossibilitados, nos últimos tempos, pela ação subversiva orientada pelo Palácio do Planalto, as Forças Armadas chamaram a si a tarefa de restaurar a Nação na integridade de seus direitos, livrando-os do amargo fim que lhe estava reservado pelos vermelhos que haviam envolvido o Executivo Federal.

Este não foi um movimento partidário. Dele participaram todos os setores conscientes da vida política brasileira, pois a ninguém escapava o significado das manobras presidenciais. Aliaram-se os mais ilustres líderes políticos, os mais respeitados Governadores, com o mesmo intuito redentor que animou as Forças Armadas. Era a sorte da democracia no Brasil que estava em jogo. A esses líderes civis devemos, igualmente, externar a gratidão de nosso povo.

Mas, por isto que nacional, na mais ampla acepção da palavra, o movimento vitorioso não pertence a ninguém. É da Pátria, do Povo e do Regime. Não foi contra qualquer reivindicação popular, contra qualquer ideia que, enquadrada dentro dos princípios constitucionais, objetive o bem do povo e o progresso do País.

Se os banidos, para intrigarem os brasileiros com seus líderes e com os chefes militares, afirmarem o contrário, estarão mentindo, estarão, como sempre, procurando engodar as massas trabalhadoras, que não lhes devem dar ouvidos. Confiamos em que o Congresso votará, rapidamente, as medidas reclamadas para que se inicie no Brasil uma época de justiça e harmonia social.

Mais uma vez, o povo brasileiro foi socorrido pela Providência Divina, que lhe permitiu superar a grave crise, sem maiores sofrimentos e luto. Sejamos dignos de tão grande favor.⁷⁰⁸

⁷⁰⁸ Idem.

O Globo demonstrava que a vitória do golpe militar e a consequente queda do Governo João Goulart havia “libertado” a Nação do suposto risco de “bolchevização”, que teria como grande instrumento a reforma agrária expropriatória e a agitação subversiva das massas de trabalhadores e trabalhadoras. Ao pesquisar as páginas do periódico carioca, é possível verificar que a primeira grande motivação para a campanha realizada por *O Globo* contra João Goulart e seu Governo foi a reforma agrária com expropriação e redistribuição de terra defendida pelo Executivo Federal e entendida pelo periódico de Roberto Marinho como o fim da propriedade privada no Brasil e o início de um processo de subversão para a “comunização” do país.

4.5. Contraponto democrático: a solução pacífica e eficaz de São Paulo e da Guanabara para a questão da terra

Como ficou exposto nas páginas anteriores, jornal *O Globo* promoveu uma intensa campanha contra a reforma agrária expropriatória defendida por João Goulart e por outros atores da política nacional nas décadas de 1950 e 1960 no Brasil. A tese de uma reforma agrária que demandasse a expropriação de propriedades rurais e a consequente redistribuição fundiária em prol do campesinato sem-terra era rechaçada pelo jornal *O Globo* que – em sintonia com o discurso da classe rural organizada – dizia que para se fazer a verdadeira reforma agrária no Brasil não era necessário expropriar nem distribuir terras, mas – apenas – implementar uma série de medidas de fomento à agropecuária visando ao aumento contundente da produção, o que – segundo o jornal da família Marinho – seria o suficiente para elevar qualidade de vida dos camponeses brasileiros, solucionando verdadeiramente o problema da terra no Brasil.

Para contrapor a tese expropriatória defendida por João Goulart e outros personagens da arena política brasileira daquele período, o jornal *O Globo* defendeu de forma recorrente em suas páginas o projeto de “revisão agrária” do então governador de São Paulo, Carvalho Pinto. O periódico afirmava que o mandatário paulista estaria “*tomando as primeiras e eficientes medidas para uma reforma agrária racional*” e que a “*reforma da economia agrária*” implementada por Carvalho Pinto seria uma “*reforma agrária sem violência*”.⁷⁰⁹ O jornal dizia que as ações do governador paulista culminariam na diversificação “*da agricultura de São Paulo*” e que seu projeto de “revisão agrária” teria três objetivos: “*a fixação do homem na terra,*

⁷⁰⁹ Matéria. *Falta ao governo mentalidade rural* 30/04/1959. p. 1 e 6; *Reforma agrária sem violência* 20/06/1959 p.9.

o estabelecimento de condições mínimas de existência digna para o homem do campo e a obtenção da produtividade necessária às terras paulistas".⁷¹⁰

Constantemente, o periódico de Roberto Marinho situava o projeto do governador de São Paulo como uma saída "*pacífica*" e eficiente para a questão agrária. Por exemplo, a matéria intitulada "*Carvalho Pinto prosseguirá em sua 'reforma agrária pacífica'*" dizia que o governador iria adotar "*novas medidas destinadas a transformar a economia agrícola de São Paulo*". O jornal *O Globo* ainda ressaltava a intenção do governador paulista "*de realizar, 'sem demagogia o que poderia chamar-se de verdadeira reforma agrária pacífica'*".⁷¹¹ Na coluna "Panorama Econômico", o jornal publicou um texto elogiando novamente a "revisão agrária" implementada pelo governador de São Paulo, Carvalho Pinto, e – ao mesmo tempo – criticando novamente as ideias e proposições sobre a reforma agrária dos "*esquerdistas*". De acordo com o jornal *O Globo*, "*não se trata de uma reforma agrária segundo o figurino ideado pelos esquerdistas. A revisão agrária de São Paulo intenta abranger e harmonizar fatores da ordem econômica e social, com vistas sobretudo para a revisão tributária*".⁷¹²

De acordo com o discurso propagado pelo jornal *O Globo*, as medidas encaminhadas por meio da "*Lei de Revisão Agrária*" do Governo de São Paulo iriam assegurar ao "*homem do campo melhores condições para a vida de família*".⁷¹³ O jornal apoiava a visão do governador de São Paulo, Carvalho Pinto, que salientava que "*bem orientada, a reforma agrária será o nosso melhor remédio contra o comunismo*".⁷¹⁴ O impresso carioca também publicou uma grande matéria de capa destacando a entrevista de Carvalho Pinto, transmitida em cadeia de rádio e televisão. De acordo com o texto, o governador paulista afirmou "*que toda nação saberá repelir as fórmulas de importação ou os esquemas extremistas que aviltam a criatura humana e não se adaptam às nossas realidades*" e que problemas como a reforma agrária deveriam "*ser enfrentados com realismo, sem surtos demagógicos, pois o grau de progresso que atingimos já não*" tolerava "*agitadores inescrupulosos ou estadistas improvisados. E que São Paulo, com a revisão agrária, provou que se pode caminhar para reformas sociais sem luta de classes*".⁷¹⁵

⁷¹⁰ Matéria. *Deve ser diversificada a agricultura de São Paulo* 15/05/1959. p.8.

⁷¹¹ Matéria. *Carvalho Pinto prosseguirá a sua 'reforma agrária pacífica'* 11/05/1959. p.3.

⁷¹² Matéria. *A revisão agrária* 10/01/1961. p.12.

⁷¹³ Matéria. *Na fase final a reforma agrária paulista*. 03/04/1961 p,2.

⁷¹⁴ Matéria. *Bem orientada, a reforma agrária será o nosso melhor remédio contra o comunismo* 06/07/1961 p.5.

⁷¹⁵ *A nação repele os extremistas e não tolera demagogos e estadistas improvisados* 28/09/1961 p.1. O jornal, na sexta página da edição, publicou a íntegra do discurso do governador de São Paulo, Carvalho Pinto.

Nesse sentido, *O Globo* publicou um editorial de capa associando a reforma agrária com expropriação e redistribuição de terras novamente à perspectiva demagógica ao dizer que “*de vez em quando certas reformas de estrutura [...] adquirem, de tão repetidas, a aparência de meros slogans de propaganda*” e, que naquele período, havia entrado “*na moda a reforma agrária*”. O editorial ainda criticava o próprio termo “reforma agrária”, que estaria “*ganhando adeptos como tabu*”.⁷¹⁶ O foco do editorial foi o apoio à posição do governador de São Paulo, Carvalho Pinto, sobre o problema fundiário no Brasil. De acordo com o periódico de Roberto Marinho:

*Um grande passo acaba de dá-lo, no sentido de chegar aos fins desejados, pelos caminhos mais simples, o ilustre Sr. Carvalho Pinto. Mansamente, sem a precedência de vistosos cartazes, o governador de São Paulo acaba de assinar um projeto de lei que deve ser remetido à Assembleia Legislativa com o fito de sugerir aos deputados a votação de um diploma S. Ex.º denominado apenas de “Revisão Agrária do Estado [...] Para tornar bem nítido o pensamento de conquistar pragmaticamente seus objetivos. Acima de ideologias, sobretudo as forasteiras, salientou o Governador que aquela definição exclui a noção ambígua de reforma agrária em termos de luta de classes ou em fórmulas anti-sociais, situando-se “a medida dentro de precisos termos reclamados pela nossa evolução social e política”. O que há de singular é o método preconizado pelo projeto para chegar à meta desejada. Nada de espetacular, de fogo de vista. Em substância, o Governador de São Paulo propôs aos legisladores de seu estado pura e simplesmente atingir o alvo, isto é, o fracionamento da grande propriedade através do Imposto Territorial Progressivo, cujas taxas serão tanto maiores quanto o forem as glebas sobre as quais incidir. [...] O projeto de Carvalho Pinto, de quem damos aqui um singelo transunto, está destinado a provocar no país um alto debate [...] A base do projeto do Governador de São Paulo constitui, aliás, um ovo de Colombo, pois em lugar de perder-se em construções artificiais ou de execução impossível devido a despesa para atingi-la, serviu-se de água da torneira, ou seja, do Imposto Territorial. O imposto sobre a terra pareceu a Henri George o meio de liberar o homem de todos os sofrimentos, que lhe impõe sufocantemente o fisco [...] A hora é de reforma séria na base social e econômica, sem demagogia. Por isso adquire direito a especiais aplausos a iniciativa que parte de um homem com o Governador de São Paulo, modelo de equilíbrio e comprovado adversário de todos os extremistas. Encontrando uma solução de acordo com a índole brasileira para a reforma agrária, sem ferir ou violentar os direitos de propriedade assegurados pela Constituição, sem procurar suspeitos figurinos estrangeiros para mirar-se, sem gestos espetaculares e sem demagogia, o Governador Carvalho Pinto acaba de dar ao país um exemplo edificante, de como podem ser resolvidos prudente e patrioticamente os nossos problemas.*⁷¹⁷

O editorial ainda criticava os governadores do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e reforçava a ideia de que o discurso dos petebistas sobre a reforma agrária seria mera “*demagogia*”. De acordo com o jornal *O Globo*: “*uma particularidade impende assinalar, o*

⁷¹⁶ Editorial. *Reformas sem demagogia* 05/04/1960. p.1.

⁷¹⁷ Idem.

PTB tem cinco governos estaduais em suas mãos, nenhum deles propôs resolver o problema".⁷¹⁸Dias depois, o periódico da família Marinho publicou um artigo afirmando que:

*o programa do governo Fidel Castro [...] pode-se resumir em duas palavras, ou antes em duas panaceias, que hoje se resolve qualquer problema econômico em qualquer país do mundo, em Cuba, no Nordeste do Brasil, ou na China: INDUSTRIALIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA[...] 'Mezinha' universalmente receitada é a da reforma agrária, no sentido de dar terra ao camponês que a cultiva, tirando-a do latifundiário que a explora.*⁷¹⁹

Para contrapor a tese da reforma agrária expropriatória defendida por Fidel, Goulart e outras lideranças do Brasil e da América Latina, o artigo também elogiava o projeto do governador de São Paulo, Carvalho Pinto, dizendo que: “*A reforma proposta pelo grande Governador de São Paulo de fazer variar o imposto territorial em função do aproveitamento da terra, é acertada*” e que “*seja como for, a iniciativa de São Paulo, devidamente corrigida pela prática,*” daria “*uma preciosa ‘experiência piloto’ para o Brasil e talvez*” chegasse “*a tempo de evitar a reforma demagógica que se esconde atrás da reforma agrária*”.⁷²⁰O jornal de Roberto Marinho mostrava - através de seus editoriais, artigos e matérias - que a proposta de “revisão agrária” de Carvalho Pinto era a antítese da reforma agrária expropriatória defendida pelos trabalhistas, comunistas e “esquerdistas”. Por exemplo, ao falar sobre o comício do Dia do Trabalhador no centro do Rio de Janeiro em 1962, o jornal afirmava que a manifestação havia se transformado em um “*comício comunista*” e que Luiz Carlos Prestes “*atacou violentamente o governador Carvalho Pinto, de São Paulo, e defendeu o sistema de reforma agrária introduzido em Cuba por Fidel Castro*”.⁷²¹

O periódico da família Marinho tecia muitos elogios ao então governador de São Paulo afirmando que o “*homem público de rara envergadura, o Sr. Carvalho Pinto, contribuiu para preservar a única interpretação*” da reforma agrária “*que convém aos interesses do Brasil e dos brasileiros*”.⁷²² De acordo com o jornal *O Globo*, Carvalho Pinto defendia uma “*reforma agrária cristã com justiça e liberdade*” e por isso merecia o apoio de diversos setores importantes da sociedade brasileira, dentre eles, a Igreja Católica.⁷²³No fim de 1960, o jornal publicou uma matéria de destaque expondo o apoio da Igreja Católica, “*numa tomada de*

⁷¹⁸ Idem.

⁷¹⁹ Artigo. *Cuba e duas panaceias* 13/04/1960 p.2.

⁷²⁰ Idem.

⁷²¹ Matéria. *Transformadas em comício comunista as manifestações do 1º de maio na Cinelândia* 02/05/1962 p.20.

⁷²² Editorial. *Mensagem muito oportuna*. 17/11/1959 p. 1.

⁷²³ Matéria. *Carvalho Pinto ao Cardeal: reforma agrária cristã com justiça e liberdade* 09/05/1962 p.16.

posição válida para todo o Brasil”, à “revisão agrária” do governador de São Paulo, Carvalho Pinto. Segundo o jornal carioca, “a igreja, através dos bispos e arcebispos”, havia divulgado “um documento no qual proclama que os termos do projeto proposto pelo governo paulista e em tramitação na Assembleia Legislativa estão inteiramente de acordo com os princípios de sua doutrina social”. O periódico ainda salientava que a ideia da Igreja era “antecipar-se à Revolução”⁷²⁴, como diz o trecho do documento publicado por *O Globo*:

*Depois de um estudo acurado do projeto de lei nº 031-60 e de seu substitutivo, sentimo-nos felizes de poder afirmar que se trata de documento inspirado nos princípios da doutrina social da igreja. A Providência nos está permitindo, por meio de um processo evolutivo, o que outros países só obtiveram através de revoluções sangrentas. E, no tocante a São Paulo, resposta aos anseios da Santa Igreja quanto a uma reforma da estrutura agrária com justa medida de salvaguarda ao direito de propriedade no seu aspecto individual e na sua função social.*⁷²⁵

Dois dias depois, o jornal publicou uma nova matéria de destaque falando sobre a repercussão do apoio oficial da Igreja Católica ao projeto de revisão agrária do governo paulista. *O Globo* destacou a opinião de deputados como Yukishigue Tamura, líder católico de São Paulo (PSD-SP), Padre Medeiros Neto (PSD-AL), e Vasconcelos Torres (PSD-RJ). Todos elogiaram a posição da Igreja e disseram frases como: “constitui uma segurança para todos que tem a responsabilidade de promover no país uma reforma agrária baseada no Direito, na Liberdade e na Justiça”, “ façamos a revolução agrária antes que o camponês o faça”, “alto espírito de identificação com a realidade brasileira”. Apenas no fim da matéria que o jornal expõe a posição efetivamente divergente do trabalhista Salvador Lossaco (PTB-SP), que afirmou: “lamento que não se trate propriamente de reforma agrária e sim de um simples aumento de imposto territorial rural”.⁷²⁶

Quando a iniciativa foi definitivamente aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, o periódico de Roberto Marinho reportou a sanção do projeto de revisão agrária assinada pelo governador paulista, Carvalho Pinto, e afirmou no título da matéria que “sem violências, a reforma agrária chegou a São Paulo”.⁷²⁷ O jornal ainda destacou o trecho da fala do chefe do Executivo paulista que dizia:

Enquanto em outros países a justiça social no tocante à exploração da terra depende de comoções, violências e injustiças, aqui nós temos um testemunho, um exemplo de

⁷²⁴ Matéria. *Nova pastoral da igreja a favor da reforma agrária* 06/12/1960. p. 1 e 16.

⁷²⁵ Idem.

⁷²⁶ Matéria. *Repercute no Congresso Nacional aprovação da Igreja à reforma agrária* 08/12/1960. p.11.

⁷²⁷ Matéria. *Sem violências a reforma agrária chegou em São Paulo* 31/12/1960. p.6.

*que é possível praticá-la dentro das liberdades e das franquias democráticas, com o respeito integral ao patrimônio individual.*⁷²⁸

Mantendo a sua linha discursiva de que a solução dos problemas agrários no Brasil não estava na expropriação e na redistribuição das terras, mas sim na ampliação dos investimentos públicos no setor agropecuário e num mero rearranjo tributário, o jornal *O Globo* também manifestou apoio à “revisão agrária” que teria sido implementada por Carlos Lacerda no Estado da Guanabara. Assim como defendeu a tese da “revisão agrária” do governo de São Paulo, o jornal *O Globo* – em uma série de quatro artigos intitulada “*Guanabara: a revolução agrária*” - teceu diversos elogios à iniciativa do Executivo estadual em 1963 (que fez um investimento de 800 milhões de cruzeiros na agricultura e na pecuária naquele ano), bem como, apontou que o melhor caminho para o desenvolvimento agrário do Brasil estava na “*capitalização*”.⁷²⁹ De acordo com o jornal *O Globo*:

O Governo da Guanabara vai aplicar 800 milhões de cruzeiros, este ano, no desenvolvimento agropecuário do estado. [...]

Esse maciço apoio prestado pelo Governo da Guanabara ao homem do campo, longe do que se possa imaginar, não constitui senão um impulso para a obtenção do ritmo ideal para a produção agropecuária. [...]

A Secretaria de Economia tem à frente, hoje, um homem de livre iniciativa, cujo pensamento se resume em que “livre, a iniciativa continua a ser; que se tenha iniciativa, portanto”. Trata-se do industrial Guilherme Borghof, que, em contato com os lavradores, criadores, e avicultores, tem disseminado a ideia de que a capitalização é o caminho da agricultura, como foi o da indústria. Para as grandes lavouras, criações e granjas, o lançamento direto de ações ao público; para os pequenos, a formação de cooperativas, em primeira etapa, e a capitalização. Como complemento do desenvolvimento.

*Este é o retrato da revolução agrária que o governo do estado promove na Guanabara. Sem agitação, pânico, desapropriação, estagnação da produção. Mas com assistência técnica, jurídica, fiscal e financeira, e todo esse conjunto apoiado no plano de educação concretizado em todas as regiões do estado.*⁷³⁰

Segundo o jornal de Roberto Marinho, o Governo da Guanabara liderado por Carlos Lacerda estaria fazendo a “verdadeira reforma agrária”, a “*reforma pela produtividade*”, e não a reforma pela expropriação e pela destruição do direito de propriedade. *O Globo* insistia com a sua narrativa de que bastaria um conjunto de medidas de fomento e incentivo à atividade agropecuária para resolver o problema da terra no Brasil, afastando o país de qualquer reforma

⁷²⁸ Idem.

⁷²⁹ Artigos. *Guanabara: a revolução agrária – Quase um bilhão para o campo* 30/05/1963 p.8; *Minifúndio é o grande problema* 27/05/1963 p.17; *Quando o governo vai ao campo* 28/05/1963 p.7; *Avicultura, a maior esperança* 29/05/1963 p. 4.

⁷³⁰ Idem.

agrária que pusesse em risco a livre iniciativa e a propriedade privada. De acordo com o periódico:

Essa é a reforma agrária que o governo do Estado da Guanabara defende: a criação e o incremento de novas oportunidades industriais para absorver a mão-de-obra rural excedente, ao mesmo tempo em que, através de seus órgãos de amparo ao agricultor, fomenta e racionaliza a atividade do homem do campo, tal como vem efetivamente fazendo no Estado da Guanabara e, já agora, também em apoio à produção de alimentos no Estado do Rio.⁷³¹

O jornal *O Globo* buscava evidenciar que não era contra a melhoria das condições de vida e trabalho dos camponeses brasileiros, mas sublinhava que – para isso – não era preciso uma reforma agrária expropriatória que acabaria com o direito de propriedade e colocaria em risco o próprio regime democrático no país. De acordo com a visão do periódico de Roberto Marinho, para resolver os problemas socioeconômicos nos campos do Brasil, bastaria implementar um conjunto de medidas para estimular a produção agropecuária. Ao defender uma solução mais branda para o problema da terra, o jornal *O Globo* não se furtava em colocar-se como defensor dos homens do campo em um período em que o debate sobre a reforma agrária era muito efervescente no Brasil.

É evidente que as discussões sobre a redistribuição fundiária foram ampliadas no país em 1963, ano em que o presidencialismo voltou a ser o sistema de governo no Brasil e em que o projeto de reforma agrária expropriatória foi apresentado ao Congresso Nacional por João Goulart. E foi justamente nesse ano que o jornal *O Globo* intensificou o seu discurso acerca desse tema: em nenhum outro ano ao longo de sua história quase centenária, o termo “reforma agrária” esteve tão presente nas páginas do periódico da família Marinho quanto em 1963, sendo citado 2.919 vezes em 1.295 páginas (em 1953, por exemplo, o termo só apareceu em 93 páginas). Esses números também ajudam a compreender a dimensão da empreitada discursiva realizada por *O Globo* para criticar a reforma agrária proposta pelo Governo Jango e associá-la ao comunismo e a um suposto processo de “bolchevização” do Brasil.

⁷³¹ Editorial *Reforma pela produtividade* 13/03/1964 p.7.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do discurso do jornal *O Globo* ao longo do período delimitado nesta tese revelou que o periódico de Roberto Marinho tratou a questão da terra no Brasil como um problema que isolava dois polos absolutamente distintos, que se opunham diametralmente entre si e que defendiam soluções muito diferentes que significariam, de um lado, a resolução efetiva e racional dessa problemática, mas, de outro, a subversão completa da estrutura social, econômica e política do país a partir da destruição da instituição da propriedade privada e da posterior implementação do comunismo no território nacional (mesmo que, para esses fins, fosse necessário o uso da violência e das mais vis estratégias políticas).

Desde a década de 1950, o jornal *O Globo* associou sistematicamente os movimentos camponeses organizados (sobretudo as Ligas Camponesas) à violência e à agitação. O periódico publicou centenas de editoriais, artigos e matérias que ressaltavam o caráter violento das ações das Ligas Camponesas, atribuindo esse aspecto inclusive de forma personalizada quando caracterizava diferentes militantes e dirigentes do movimento a partir da “violência” como elemento preponderante. O impresso carioca através de artigos, editoriais, reportagens e imagens, construía a ideia de que as Ligas Camponesas estariam “aterrorizando” o país. Para isso, *O Globo* ressaltava táticas radicais das Ligas Camponesas como incêndios a canaviais e sublinhava o suposto “poder de fogo” da organização camponesa, que teria um verdadeiro arsenal bélico à disposição para atentar contra a propriedade privada e, em última instância, contra o Estado Democrático de Direito.

Para o jornal de Roberto Marinho, todo esse suposto “terror” que o movimento camponês organizado estaria promovendo no território nacional seria algo deliberado e se configuraria como uma tática do movimento comunista brasileiro e internacional para instaurar no Brasil uma revolução socialista a partir da ação violenta das massas rurais nos campos do país. O diário da família Marinho durante todo o período analisado nesta tese reafirmou que a ação das Ligas Camponesas era conduzida pela “*ameaça e o terrorismo dos ‘camponeses’ dirigidos*” pelos “*comunistas*”, apontando que o movimento era um instrumento de ação política do comunismo no solo do Brasil que visava a criar as condições necessárias, a partir da vasta e historicamente conflituosa zona rural do país, para a consolidação da “Revolução Brasileira”, que começaria a partir da tática da guerrilha, e transformaria o Brasil num macroexemplo daquilo que acontecera na ilha de Cuba no final dos anos 1950.⁷³²

⁷³² Matéria. *Comunistas prontuariados na diretoria da Liga Camponesa* 10/06/1959 p.7.

Ou seja, a exemplo do que aconteceu em outros países da América Latina, através da “agitação” e da “violência” promovida pelos trabalhadores rurais organizados nas Ligas Camponesas seria instalada uma situação de absoluto “terror” nos campos brasileiros, o que aboliria a propriedade privada e abalaria a ordem social, representando uma conjuntura perfeita para ascensão de um processo revolucionário que abarcaria também os segmentos operários das áreas urbanas, que teriam a sua ação operacionalizada e financiada pelas grandes potências do comunismo internacional que despontavam naquele cenário de grande tensão da Guerra Fria.

Centenas de vezes o jornal *O Globo* utilizou os termos (e suas variações) *bolchevismo* e *comunismo* para retratar as ações, ideologias, e aspirações do movimento de trabalhadores rurais organizados, sobretudo, das Ligas Camponesas. O periódico de Roberto Marinho chegou a vincular diretamente as Ligas Camponesas e seus líderes aos representantes centrais do movimento comunista internacional naquele momento, como Cuba, China e URSS.

O jornal *O Globo* também atrelou o principal líder do movimento campesino brasileiro naquele período, Francisco Julião, ao comunismo e à violência. O deputado era caracterizado como um “líder guerrilheiro” que, por meio de uma “mistura Cristo com Lenine, Mao Tse-Tung e Fidel Castro”, incitava uma massa de trabalhadores rurais “ignorante” e “iludida” à ação violenta na zona rural de diversos estados brasileiros, invadindo propriedades e expulsando seus legítimos donos. De acordo com o periódico carioca, estariam inflamados pela tese propalada por Julião de uma reforma agrária expropriatória que deveria reorganizar a estrutura fundiária do Brasil, repartindo as grandes propriedades rurais e distribuindo pequenas glebas aos milhões de trabalhadores sem-terra. Para o jornal de Roberto Marinho, Francisco Julião coordenava a utilização de métodos violentos e arregimentava um “exército camponês” que estaria municiado de um vasto poderio bélico e que – em última instância – seria um instrumento para a consolidação da “Revolução Brasileira”.⁷³³

O diário carioca vinculou, em diferentes momentos, o líder principal das Ligas Camponesas ao movimento comunista internacional, acusando-o de estar a serviço de um projeto liderado pelas potências “vermelhas” que se destacavam no bloco socialista naquele período, especialmente Cuba, China e URSS. O jornal *O Globo* afirmava, por exemplo, que Francisco Julião era um “demagogo vermelho” e um “cavaleiro andante da subversão” que pretendia ser “a réplica brasileira” do comandante da Revolução Cubana, Fidel Castro. Nesse mesmo movimento retórico, o periódico de Roberto Marinho chegou a utilizar um bilhete

⁷³³ Editorial. *O Nordeste e as Ligas Camponesas* 18/07/1961 p.1.

supostamente escrito por um diplomata soviético e, em tese, destinado a Julião, como uma prova que revelava não só a conexão entre o deputado pernambucano e o alto escalão do Governo da URSS, mas também descortinava um “*plano comunista para subverter o país*”.⁷³⁴

De acordo com *O Globo*, essa “subversão” pretendida pelas Ligas Camponesas ameaçaria não somente a estrutura econômica, jurídica e política, mas, também, os valores e costumes de uma sociedade eminentemente cristã. A ação, os métodos e a proposta de reforma agrária das Ligas Camponesas eram apresentados pelo periódico de Roberto Marinho como algo diametralmente avesso aos preceitos do cristianismo. Para evidenciar essa disparidade fundamental, *O Globo* contrapunha constantemente a visão e a atuação das Ligas Camponesas à Igreja Católica, mais precisamente ao seu segmento mais conservador (o único com voz ativa nas páginas do diário carioca).

O periódico da família Marinho também contrapôs de forma recorrente a visão e a ação da classe rural organizada, especialmente na Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) e na Confederação Rural Brasileira (CRB), à atuação e à perspectiva político-ideológica das Ligas Camponesas e do movimento camponês de uma forma geral. Os latifundiários e suas organizações de classe eram apresentados por *O Globo* como atores racionais e qualificados no debate sobre a questão da terra no Brasil, cujo ponto de vista deveria ser encarado como o mais coerente, atualizado e capacitado nas discussões sobre a realidade fundiária do Brasil naquele período. Ou seja, na visão propagada pelo diário carioca, a ótica da classe patronal do campo deveria ser a luz norteadora do debate e da consequente resolução da questão agrária no Brasil; ninguém estaria mais habilitado que os latifundiários e suas organizações classistas para realizar os melhores encaminhamentos nessa matéria. Enquanto os líderes camponeses eram apresentados de forma pejorativa e/ou marginalizada, as lideranças ruralistas eram constantemente elogiadas e expostas pelo jornal *O Globo* como “*homens de bem*”, personalidades valorosas, inteligentes, e capazes de resolver efetivamente a problemática agrária no Brasil.

O jornal *O Globo* e os latifundiários organizados ressaltavam concomitantemente “*a necessidade de se unir a classe num só bloco, para oferecer às autoridades o seu ponto de vista contrário*” à reforma agrária expropriatória preconizada pelas Ligas Camponesas e pelo Governo de João Goulart. Contudo, o periódico de Roberto Marinho e a classe rural - em uma

⁷³⁴ Editorial. *O Nordeste e as Ligas Camponesas* 18/07/1961 p.1; Editorial. *Documentos apreendidos revelam plano comunista para subverter o país* 17/12/1962 p.14; Artigo de Armando Falcão. *Cuba ou Argentina* 28/05/1962 p.2.

conjuntura em que a questão agrária era encarada como um problema grave que demandava uma solução urgente pela grande maioria da população brasileira - não puderam ignorar esse clamor nacional e defenderam o mesmo modelo de reforma agrária, que não passava em nenhuma hipótese pela expropriação e distribuição de terras. As soluções – apresentadas por *O Globo* como óbvias, coerentes e, de fato, eficientes -, estavam baseadas apenas na reestruturação tributária e, principalmente, na ampliação do crédito agrícola e do investimento público na modernização técnica do setor a fim de aumentar a produtividade e, em tese, melhorar a qualidade de vida da população rural; que continuaria sem acesso à terra, mas supostamente seria agraciada pelos patrões que teriam aumentado sua produção e sua lucratividade. Essa era a “*verdadeira reforma agrária*” vendida por *O Globo* e pela classe rural organizada, sobretudo, na Confederação Rural Brasileira (CRB).⁷³⁵ Uma reforma realmente efetiva que se contrapunha densamente à proposta demagógica e enviesada à extrema esquerda que era defendida pelas Ligas Camponesas e por João Belchior Marques Goulart.

João Goulart, caracterizado por *O Globo* de forma pejorativa e desqualificadora desde o segundo Governo Vargas, passou a ser ferrenha e reiteradamente atacado pelo jornal de Roberto Marinho a partir de 1958, quando começou a defender publicamente a tese da reforma agrária expropriatória como solução indispensável para a questão da terra no Brasil, e, especialmente após seu emblemático discurso no Senado Federal, quando advogou veementemente pela dita reforma. Jango era retratado pelo periódico carioca como uma figura política inepta marcada pelo “*primarismo*”, a “*incompetência*” e a “*demagogia*”, que não tinha nenhuma condição de ocupar a posição de chefe da Nação e que foi alçado ao posto por “*obra do acaso*”, supostamente envergonhando a sociedade brasileira, da qual *O Globo* se apresentava como porta-voz.

Além dessa perspectiva depreciativa acerca de João Goulart e seu Governo, o jornal *O Globo* também associava o político gaúcho ao “perigo vermelho” que, em tese, ameaçava o país naqueles anos. Em diversos artigos de opinião e editoriais, o periódico de Roberto Marinho acusou Jango de arregimentar as massas juntamente com diferentes organizações de extrema esquerda a fim de provocar o caos e instaurar no país o que *O Globo* chamava de “República Sindicalista”, que subverteria a ordem social e a propriedade privada e, posteriormente, seria tomada integralmente pelos comunistas brasileiros a serviço do comunismo internacional, especialmente, das grandes potências socialistas daquele contexto da Guerra Fria. Para o diário

⁷³⁵ Matéria. *Fazendeiro denuncia debandada nos campos com a reforma agrária* 05/08/1961 p.15.

carioca, João Goulart seria um instrumento preponderante de um complexo processo de “*bolchevização*” do Brasil, que transformaria o país em um grande satélite do bloco socialista na América Latina, e acabaria com o “estilo de vida” ao qual os brasileiros estavam habituados.⁷³⁶

De acordo com o jornal *O Globo*, João Goulart e seus aliados anunciavam “*uma revolução branca*”, baseada “*em fórmulas salvadoras, sob a denominação de Reformas de base*”, cuja ponta de lança era justamente a reforma agrária expropriatória, um elemento fundamental da combinação “*demagogia e jacobinismo*” que pautava – segundo *O Globo* – a ação política do Governo Jango.⁷³⁷

A reforma agrária expropriatória, defendida por João Goulart e por outros atores da política nacional ao longo do período analisado nesta tese, foi apresentada diversas vezes pelo jornal *O Globo* como um estratagema demagógico com fins eleitorais e políticos que, em última instância, seria na verdade um mecanismo de agitação das massas e de subversão da propriedade privada, que atingiria não só os campos, mas, também, as cidades brasileiras. De acordo com o jornal *O Globo*, a reforma agrária preconizada por João Goulart e pelas Ligas Camponesas serviria para “incendiar” a sociedade civil no Brasil, instalar o caos social, e criar as condições perfeitas para a ascensão de uma aventura revolucionária que levaria o país a consolidar um processo de “*comunização*” tantas vezes destacado pelo periódico carioca.

O jornal *O Globo*, para defender a sua tese de que as movimentações em torno da reforma agrária proposta por João Goulart eram parte de um processo de “*bolchevização*” do país, chegou a comparar a conjuntura política do Brasil daquele período com os eventos que marcaram a Rússia no contexto pós-revolução. O periódico de Roberto Marinho afirmou em artigos e editoriais que, assim como na Rússia de 1918, no Brasil de João Goulart, “*o pretexto foi a reforma agrária, a finalidade foi a implantação do comunismo*”. Ou seja, o discurso propalado por *O Globo* difundia a ideia de que a reforma agrária de Jango seria uma “*técnica marxista-leninista*” que permitiria criar condições para a ascensão do regime socialista no território brasileiro.⁷³⁸

Diante dessa grave e perigosa ameaça, o jornal *O Globo* passou a defender e a se apresentar com um dos líderes do que seria um amplo movimento da sociedade brasileira contra

⁷³⁶ Artigo de Eugênio Gudín. *O planejamento do caos* 06/12/1961 p.2.

⁷³⁷ Editorial. *Entre ulpiano e a onça*. 01/04/1959. p.1.

⁷³⁸ Editorial. *O pretexto e a finalidade*. 24/04/1963 p.1.

a “comunização” encabeçada por João Goulart e pelas Ligas Camponesas. O periódico de Roberto Marinho afirmava que estavam “*unidos todos os democratas do País para uma reação*” contra o “perigo vermelho” que rondava a Nação. De acordo com a visão propagada por *O Globo*, essa “resistência democrática” era marcada pela mais absoluta amplitude, pois reunia “*todos os brasileiros democratas, sem distinções partidárias*” e “*todos os setores da vida nacional, com a só exceção daqueles vinculados ao Partido Comunista e ao processo de destruição do regime*”. Ou seja, todos os brasileiros e brasileiras que não fizeram parte do movimento golpista que culminou na ruptura democrática em 1964 estariam excluídos desse rol de “democratas” e “patriotas” que, ainda que às custas da “*legalidade*”, estariam defendendo os valores cristãos e a própria democracia no Brasil.⁷³⁹

O Globo se colocava não só como porta-voz da sociedade brasileira na “guerra” contra “*a bandeira vermelha hasteada pelo inimigo*”, mas também se apresentava como o veículo que capitaneou a ação orquestrada da Grande Imprensa brasileira contra a ameaça marxista de uma revolução gestada no seio do Governo Federal e aprofundada por meio das massas agitadas pelos “inimigos vermelhos” que tinham como centro da ação política a tese da reforma agrária expropriatória. De acordo com o periódico dos Marinho, por conta da “*atuação firme*” de *O Globo* nessa batalha, “*grandes jornais foram aderindo à preservação de um estilo de vida*” que estaria ameaçado por João Goulart, pelas Ligas Camponesas e pelo movimento comunista.⁷⁴⁰

O jornal *O Globo*, que em um prisma gramsciano teria atuado como um “partido” das classes e frações de classe contrárias à reforma agrária expropriatória e à ação dos atores políticos vinculados a esta tese reformadora, chegou a se colocar discursivamente como líder de uma espécie de “Federação Partidária” da imprensa golpista que tinha como centro de seu “programa político” a marginalização da agenda em prol da reforma agrária expropriatória e das lideranças políticas e sociais que capitaneavam esse movimento reformista (e, em tese, pretensamente revolucionário); e a defesa de uma reação contundente que, se preciso fosse, deveria culminar num processo de ruptura institucional liderado pelos setores conservadores da sociedade brasileira que teriam capacidade para pôr fim ao avanço dos “inimigos vermelhos” e de sua principal bandeira: a reforma agrária com expropriação e redistribuição de terras.

Portanto, tendo como base a perspectiva teórica de Antonio Gramsci, é possível afirmar que periódico carioca foi um Aparelho Privado de Hegemonia, vinculado aos interesses das

⁷³⁹ Artigo da coluna “Reportagem social”. *A crise* 31/03/1964 p.4; Editorial. *A Nação unida às Forças Armadas* 31/03/1964 p.1.

⁷⁴⁰ Artigo da coluna “O Globo vai a campo”. *Operação limpeza* 04/05/1963 p.9.

frações da classe dominante, que buscou universalizar a tese de que a reforma agrária expropriatória e seus defensores representariam uma ameaça à democracia, aos valores cristãos e ao estilo de vida no Brasil. *O Globo* tentou amplificar a ideia de que o país vivia sob grave risco diante de uma iminente ação revolucionária de cunho socialista que partiria da zona rural brasileira e se estenderia aos centros urbanos, tendo como combustível fundamental o modelo de reforma agrária defendido por João Goulart e pelo movimento campestre organizado.

O Aparelho Privado de Hegemonia *O Globo* foi um dos instrumentos utilizados para difundir essa perspectiva e ampliar o alcance dessa tese, sedimentando apoios na sociedade civil brasileira contra a reforma agrária expropriatória, bem como, contra os movimentos campestres, o Governo e os outros atores políticos que a defendiam. A ação de órgãos de imprensa como o jornal *O Globo* contribuiu para a galvanização de setores conservadores da classe média na reação a esse suposto “perigo vermelho”, culminando nas grandes Marchas da Família com Deus pela Liberdade e Contra o Comunismo; o que propiciou esse aspecto de “massa” ao movimento golpista vitorioso em 1964, dando a impressão de que aquela era uma demanda ampla e irrestrita da complexa e plural população brasileira.

Ou seja, de fato Roberto Marinho “usou o poder” que tinha ao seu dispor para defender e propalar o que ele e seus aliados entendiam como “os melhores caminhos para o país”. Sempre com a justificativa de estar agindo “patrioticamente”.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação da grande imprensa*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- ABREU, Alzira Alves de., LATTMAN-WELTMAN, Fernando., KORNIS, Mônica Almeida. *Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- AGUIAR, Juarez Perez. *Um breve histórico da luta dos camponeses brasileiros ao longo dos séculos XX e XXI*. TCC em História na UFPB, 2016.
- ALEXANDRE, Marcos. e FERNANDES, Renata. *O poder hoje está na mídia*. Rio de Janeiro: *Revista Comum*. v. 11 - nº 26 – p. 145 a 168 – janeiro/junho, 2006.
- ALMEIDA, Mauro. *A comunicação de massa no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Júpiter, 1971.
- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. Lisboa, 1969.
- ALVES, Janicleide. *Memorial das Ligas Camponesas: preservação da memória e promoção dos direitos humanos*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da UFPB, 2014.
- ARBEX JR., José. *O jornalismo canalha: a promíscua relação entre a mídia e o poder*. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2003.
- ARÊAS, João Braga. *Batalhas de O Globo (1989 – 2002): o neoliberalismo em questão*. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da UFF. Niterói. 2012.
- BASTOS, Elide Rugai. *As ligas camponesas*. Petrópolis, Editora Vozes, 1984.
- BARBERO, Jesús Martin. *Dos Meios às Mediações: Comunicação, Cultura e Hegemonia*. Editora UFRJ. 2013.
- BRAVO, Pigozzi Guilherme. *O partido impresso: imprensa e hegemonia no pensamento de Gramsci*. São Paulo. 2011.
- ASSIS, Gleyson Nunes. *Lyndolpho Silva e a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil - ULTAB (1954-1964)*. Artigo XIII Encontro da ANPUH-RIO, 2008.

- AUED, Bernardete Wrublevski. *A vitória dos vencidos: Partido Comunista Brasil e Ligas Camponesas (1955 -64)*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1986.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BAGDIKIAN, Bem H. *O monopólio da mídia*. São Paulo: Scritta Editorial, 1993.
- BAHIA, Benedito Juarez. *História, jornal e técnica: história da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961 – 1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BARBOSA, Francisco Benedito. *Formação da sociedade rural e seus reflexos no desenvolvimento do Brasil*. Pesquisa IPADES, Instituto de Pesquisa Aplicada em Desenvolvimento Econômico Sustentável – IPADES, 2011.
- BARBOSA, Marialva. *Reflexões sobre a imprensa do Brasil de 1808*. Revista *Estudos em Jornalismo e Mídia* - Ano V - n. 2 pp. XX - XX jul./ dez. 2008.
- . *História Cultural da Imprensa: Brasil – 1800 – 1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- BIAL, Pedro. *Roberto Marinho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1 ed., 1998.
- BORELLI, Silvia H. Simões. E PRIOLLI, Gabriel. (coords.). *A deusa ferida: porque a Rede Globo não é mais a campeã absoluta de audiência*. São Paulo: Summus, 2000.
- BORGES, Altamiro. *A ditadura da mídia*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 2012.
- BRIGGS, Asa. e BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2009.
- BUDÓ, Marília de Nardin. *Mídia e controle social: da construção da criminalidade dos movimentos sociais à reprodução da violência estrutural*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2013.
- CAIAFA, Janice. *Nosso século XXI: notas sobre arte, técnica e poderes*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

CAPELATO, Maria Helena. e PRADO, Maria Lúgia. *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, Joelson; MOLINA, Wagner; CUNHA, Sebastião. *Poder econômico e extraeconômico do agro latifundiário no Brasil*. Revista Retratos de Assentamentos. Vol. 24 N.1 de 2021

CASTRO, Josué de. *Sete palmas de terra e um caixão: ensaio sobre o Nordeste, uma área explosiva*. São Paulo: Brasiliense, 1969.

CHAUI, Marilena. *Simulacro e Poder: uma análise da mídia*. São Paulo: Perseu Abramo. 2006.

CHOMSKY. Noam. *Mídia: Propaganda Política e Manipulação*. São Paulo. Editora Martins Fontes. 2013.

----- . *Propaganda ideológica e controle do juízo público*. Rio de Janeiro. Achiamé.

CONTI, Mario Sergio. *Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo. Cia das Letras, 1999.

COSTA, Carlos Roberto. *A revista no Brasil: o século XIX*. Tese de doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo (USP), 2007.

COUTINHO, Eduardo Granja, FILHO, João Freire e PAIVA, Raquel (orgs.). *Mídia e Poder: ideologia, discurso e subjetividade*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

COUTINHO, Eduardo Granja. (org.). *Comunicação e contra-hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência*. Editora UFRJ, 2008.

COUTINHO. Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DABAT, Christine. *Moradores de Engenho: estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Tese de doutorado em História apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2003.

DEZEMONE, Marcus. *Do cativo à reforma agrária: colonato, direitos e conflitos (1872-1987)*. Tese de doutorado apresentada ao PPGH da UFF. Niterói, 2008.

----- . *A questão agrária, o governo Goulart e o golpe de 1964 meio século depois*. Revista Brasileira de História, vol. 36, no 71 • pp. 131-154.

DREIFUSS, R. *1964: A conquista do Estado (Ação política, poder e golpe de classe)*. Petrópolis: Vozes, 1981.

ENGELBRECHT, Marize R. *A questão agrária e a relação capitalista de produção no campo brasileiro*. Artigo publicado nos Anais da V Jornada Internacional de Políticas Públicas do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), 2011.

FADUL, Ana Maria. *A internacionalização dos grupos de mídia no Brasil nos anos 90*. Revista Comunicação e Sociedade. São Bernardo do Campo – SP.

FAGEN, Richard R. *Política e comunicação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

FERNANDES, Bernardo M. *Questão agrária, pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, Otávia. *A questão agrária no Brasil*. Belo Horizonte: Sinpro-MG, 1997.

FERREIRA, Cristiane. *A história do jornal O Globo*. Monografia defendida no Curso de Comunicação Social da UFF, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Assis Chateaubriand*. Verbetes biográfico - CPDOC. (<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CHATEAUBRIAND,%20Assis.pdf>).

----- . *Júlio de Mesquita Filho*. Verbetes CPDOC. (<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CHATEAUBRIAND,%20Assis.pdf>

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1985.

GUARESCHI, Pedrinho A. *Comunicação e poder: a presença e o papel dos meios de comunicação de massa estrangeiros na América Latina*. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *A crise agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da Cultura*. São Paulo. Círculo do Livro. 1991.

----- . *Cadernos do Cárcere. Vol. I. Introdução ao estudo da filosofia - A filosofia de Benedetto Croce*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

----- . *Cadernos do Cárcere. Vol. II – Os intelectuais e o princípio educativo do jornalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

----- . *Cadernos do Cárcere Vol III – Maquiavel: notas sobre o Estado e a Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

----- . *Cadernos do Cárcere. Vol. V – O Risorgimento: notas sobre a História da Itália*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

----- . *Os jornais e os operários*. (1916). Marxists Internet Archive, 2005.

GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

HERZ, Daniel. *A história secreta da Rede Globo*. Porto Alegre. Editora Tchê!, 1987.

HJARVARD, Stig. *A midiatização da cultura e da sociedade*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2014.

IANNI, Octávio. *Origem do proletariado rural no Brasil*. Revista Mexicana de Sociologia, 1971.

----- . *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

JANCSÓ, István (org.), *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/ FAPESP, 2005.

JORGE, Vladimyr. *Rede Bandeirantes*. Verbetes Temáticos CPDOC-FGC (<https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/rede-bandeirantes>).

JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasil, 1962.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. Porto: Portucalense Editora, 1972.

KROPFT, Simone. *Adolfo Bloch*. Verbetes Bibliográficos – CPDOC-FGV (<https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/bloch-adolfo>).

- KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.
- LAMARÃO, Sérgio. *Sociedade Rural Brasileira (SRB)*. Verbete Temático – CPDOC/FGV (<https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematicos/sociedade-rural-brasileira-srb>).
- LARANGEIRA, Álvaro Nunes. *O compadrio na formação das capitâneas hereditárias da mídia brasileira*. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação – E-Compós. Brasília.v.12. n.3. set-dez, 2009.
- LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-oeste*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1986.
- LIGUORI, Guido. *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- LIMA, Ana Paula Pereira. *Assis Chateaubriand e Silvio Santos: patrimônios da imprensa nacional*. Juiz de Fora: UFJF; FACOM, 2.sem.2001. 121 fl. mimeo. Projeto Experimental do Curso de Comunicação Social, 2001.
- LIMA, Soraia. *JULIO DE MESQUITA FILHO: entre a máquina de escrever e a política O discurso como elo entre o líder civil e o jornalista na cobertura da Revolução de 32 pelo jornal O Estado de S. Paulo*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da USP, 2008.
- LIMA, Venício A. de. *Comunicação e política na América Latina*. São Paulo: Revista Comunicação & política. CBELA (Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos). Ano XI – Nº 17 - 1991.
- . *Mídia: crise política e poder no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- LOPES, Genésio. *O superpoder: o raio X da Rede Globo – Um império da ganância e da lucratividade*. São Paulo: Ibrasa, 2001.
- LÖWY, Michael. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 2006.
- MACCIOCHI, Maria Antonietta. *A favor de Gramsci*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- MACEDO, Francisco. *Julio Mesquita Filho e a “crise nacional”: conflitos e contradições de uma trajetória intelectual*. Anpuh-Brasil – 30º Simpósio Nacional de História, Recife, 2019.

MALERBA, Jurandir. *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Cidade do México: Editora Era, 1973.

MARQUES, Rafael da Silva. *Os aparelhos ideológicos de Estado: breves considerações sobre a obra de Louis Althusser*. Santa Catarina. 2007.

MARTINEZ, Paulo. *Reforma Agrária: questão de terra ou de gente?* São Paulo: Moderna, 1987.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Editora Vozes, 1983.

----- . *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Textos* (3 v.). São Paulo: Edições Sociais, 1977.

----- . *A ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MATTEI, Lauro. *Reforma agrária no Brasil: trajetória e dilemas*. Florianópolis: Insular, 2017.

McQUAIL, Denis. *Teorias da comunicação de massa*. Lisboa> Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

MEDEIROS, Leonilde. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. Tese defendida no Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Unicamp, 1995.

----- . *Os trabalhadores rurais na política: o papel da imprensa partidária na constituição de uma linguagem de classe*. Revista Estudos Sociedade e Agricultura, V. 4, julho, 1995.

MEIRA, Roberta. *Um marco na indústria sacarina: a influência da Sociedade Nacional da Agricultura na formulação de uma política açucareira nos primeiros anos da Primeira República*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

MENDES, Jairo Faria. *O atraso do surgimento da imprensa no Brasil com relação à América espanhola e inglesa*. Bogotá: Artigo publicado no X Congresso ALAIC, 2010.

MENDONÇA, Sônia Regina. *Mundo rural, intelectuais e organização da cultura no Brasil: o caso da Sociedade Nacional de Agricultura*. Mundo agr. v.1 n.1 La Plata jul./dic. 2000.

MIRA, Maria Celeste. *Circo eletrônico: Silvio Santos e o SBT*. São Paulo: Editora Olho D'Água, 1995.

MITCHELL, Peter R. e SCHOEFFEL. (orgs.). *Para entender o poder: o melhor de Noam Chomsky*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MORAES, Denis de. *Planeta Mídia: tendências da comunicação na era global*. Campo Grande. Editora Letra Livre, 1998.

----- . *O concreto e o virtual: mídia, cultura e tecnologia*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

----- . *A batalha da mídia: governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009. p. 40

----- . (org.). *Mutações do visível: da comunicação de massa à comunicação em rede*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

----- . (org.). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2012

----- . *Crítica da mídia e hegemonia cultural*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2016.

MORAES, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOREIRA, Vania. *Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50*. Rev. bras. Hist. vol. 18 n. 35 São Paulo, 1998.

MOTTA, Luiz Gonzaga. (org.). *Imprensa e Poder*. Brasília: Editora UNB, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

MOURA, Ranieli. *História das Revistas Brasileiras – informação e entretenimento*. Trabalho apresentado no GT de História da Mídia Impressa, integrante do VIII Encontro Nacional de História da Mídia, 2010.

NASCIMENTO, Rebeca. e MAIA, Doralice. *Impactos Iniciais da Lei de Terras de 1850 na Estrutura Fundiária da Cidade da Parahyba*. GeoTextos, vol. 7, n. 2, dez. 2011.

NATIVIDADE, Melissa. *A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL ENTRE 1961-1964: uma arena de luta de classe e intraclasse*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho, 2011.

NETO FRANZÃO, Ângelo. *Midialização: o poder da mídia*. São Paulo: Nobel, 2006.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. *A relação entre a história e a imprensa: breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808 – 1930)*. *Historiæ*, Rio Grande, 2 (3): 125-142, 2011.

PEREIRA, Ester. *Silvio Santos*. Verbetes Bibliográfico CPDOC-FGC (<https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/senor-abravanel>).

PINSKY, Carla B. (org.). *Fontes Históricas*. 2.ed., I a reimpressão.— São Paulo : Contexto, 2008.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

----- . *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

----- . *A Revolução Brasileira – A Questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

PRIETO, Gustavo. *A aliança entre a terra e o capital na ditadura brasileira*. Mercator, Fortaleza. v.16,2017.

QUINTEIRO, Alejandro Pizarroso (Coord.). *História da imprensa*. Lisboa: Planeta, 1994.

RAMOS, Caroline. *Capital e trabalho no sindicalismo rural brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG*. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 2011.

RÊGO, Ana Regina. *Jornalismo, cultura e poder*. Teresina: EDUFPI, 2007.

SANTIAGO, Valdeck. *Francisco Julião: luta, paixão e morte de um agitador*. Recife: A Assembleia, 2001.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: companhia das letras, 1992.

SHOHAT, Ella e STAM, Robert. *Crítica da imagem eurocêntrica*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

- SILVA, Arlindo. *A fantástica história de Silvio Santos*. São Paulo: Editora Seoman, 2017.
- SILVA, Carla Luciana Souza da. *Veja: O indispensável partido neoliberal (1989 – 2002)*. Tese de doutorado em História defendida na UFF, 2005.
- SILVA, Carlos Eduardo Lins da. (org.). *Comunicação, hegemonia e contra-informação*. São Paulo: Cortez Editora/INTERCOM, 1982.
- SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- SILVA, Ligia Osório. *Desenvolvimentismo e intervencionismo militar*. Ideias, v. 12/13, n.1, p. 11-40, 2006.
- SILVA, Márcio Antônio Both da. *Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar “uma quinta parte da atual população agrícola”*. Revista Brasileira de História, vol. 35, n 89 o 70.
- SIQUEIRA, Carla. e MURILO, Tatiana. *Manchete*. Verbetes Temáticos CPDOC-FGV (<https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/manchete>).
- SMITH, Roberto. *Propriedade da Terra e transição: estudos da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- SOUZA, Diana. *Trajatória Histórica do Jornal Empresa: das Origens aos Conglomerados de Mídia*. Artigo apresentado no Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação V Congresso Nacional de História da Mídia – São Paulo – 31 maio a 02 de junho de 2007.
- STEDILE, João Pedro. (org.). *A questão agrária no Brasil: o debate tradicional (1550 a 1960)*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- (org.) *A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda (1960 – 1980)*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- (org.). *História e natureza das Ligas Camponesas*. São Paulo: Expressão Popular, 2002.
- SZPACENKOPF, Maria Izabel Oliveira. *O olhar do poder: a montagem branca e a violência no espetáculo telejornal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

TASCHNER, Gisela. *Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON. John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massas*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2000.

VIEIRA, R.A. Amaral. (org.). *Comunicação de massa: o impasse brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

VILLAÇA, Paulo Ignácio. *Sociedade Rural Brasileira (SRB): mediação política e relações internacionais – a indústria pastoril exportadora brasileira (1920-1930)*. Cadernos Cemarx. UNICAMP, Campinas, SP, v. 16, n. 00.

VINHAS, Moisés. *Problemas Agrário-Camponeses do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

WESTIN, Ricardo. *Há 170 anos, Lei de Terras oficializou opção do Brasil pelos latifúndios*. Questão Agrária - Arquivo Senado Federal. s/p.

YAMAUTI, Nilson. *A questão da reforma agrária no governo João Goulart*. Acta Sci. Human Soc. Sci. Maringá, v. 27, n. 1, p. 69-86, 2005.

ZIZEK, Slavoj (org.). *Um mapa da ideologia*. Contraponto: Rio de Janeiro, 1999.

Verbetes (CPDOC-FGV):

Aliança para o progresso (<http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbetes-tematico/alianca-para-o-progresso-1> - Acessado em março de 2022);

Conselho Superior das Classes Produtoras - CONCLAP (<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/conselho-superior-das-classes-produtoras-conclap> - Acessado em abril de 2022);

Edgar Teixeira Leite (<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/leite-edgar-teixeira> - Acessado em junho de 2022).

FONTES

- Matéria. *Começam as guerrilhas do vale do rio Doce!* 28/01/1953. p. 8.
- Matéria. *“Atacam a pau e pedra o choque da polícia militar* (23/09/1957. p.14);
- Matéria. *Os comunistas preparam uma revolução em Pernambuco* 12/08/1960. p.6;
- Matéria. *Comunistas armados ameaçam invasão de terras na Bahia* 04/08/1962 p.2;
- Matéria. *Comunistas prontos para a diretoria da Liga Camponesa* 10/06/1959 p.7;
- Matéria. *Jornais comunistas vem sendo impressos no interior de Pernambuco* 12/06/1959 p.5;
- Matéria. *Revelam-se politizados os camponeses de Pernambuco* 15/06/1959 p.11;
- Matéria. *Os trabalhadores rurais estão sendo iludidos em sua boa-fé* 19/06/1959 p.6;
- Matéria. *As Ligas estão mesmo sob o comando dos comunistas* 22/06/1959 p. 17;
- Artigo de Maurício Joppert da Silva. *A lição dos fatos* 14/06/1961 p.11;
- Matéria. *Os comunistas insuflam as ‘ligas camponesas’ para a invasão de propriedades* 14/06/1961 p.17.;
- Matéria. *Os distúrbios do Recife e a visita de Stevenson analisadas na Inglaterra* 03/07/1961 p.8.
- Editorial. *Comunistas chineses ensinam aos brasileiros como fazer guerrilha* 07/04/1961 p.1.
- Matéria. *Pequim elogia seus agentes no Brasil* 11/10/1963 p.11.
- Editorial. *Comunistas chineses ensinam aos brasileiros como fazer guerrilha* 07/04/1961 p.1.
- Matéria. *A polícia de Pernambuco confirma a distribuição de folhetos subversivos* 11/04/1961 p.5.
- Editorial. *Cadernos contra o Brasil* 24/09/1962 p.2.
- Artigo. *Cadernos contra o Brasil* 24/09/1962 p. 2.
- Editorial. *Guerrilheiros para Pernambuco* 09/11/1963 p.1.
- Matéria. *Bandeiras cubanas nas Ligas: o Exército ignora o fato* 10/07/1961 p.3;
- Matéria. *Francisco Julião ataca Governo em São Paulo* 06/07/1961 p.6.
- Matéria. *Cinturão vermelho em torno do Recife* 09/06/1960 p.2
- Editorial. *Análise de uma eleição* 07/10/1960 p.1; Matéria. *Têm influência comunista os incêndios nos canaviais* 08/12/1960 p.13.
- Artigo de Maurício Joppert da Silva. *Subsídios para a questão agrária* 06/04/1962 p.7.
- Matéria. *Material subversivo de Pernambuco para o Rio* 11/04/1962 p.6.
- Matéria. *Inimigos da democracia e da paz interna* 17/05/1962 p.1. Matéria. *Políticos sem escrúpulos estimulam as invasões de fazendas fluminenses* 14/11/1961 p.5.
- Matéria. *Pregação subversiva em zonas rurais de Minas* 05/06/1962 p.11.

- Matéria. *Subversão e agitação comunista no Congresso Nacional de Lavradores* 20/11/1961 p.5.
- Matéria. *Colonos amotinados, aos gritos de 'al paredón', queriam matar fazendeiros e saquear propriedades* 20/11/1961 p. 25.
- Matéria. *Luta para reaver sua propriedade invadida pelos desordeiros* 05/01/1962 p.11.
- Matéria. *Voltam a agir as Ligas Camponesas* 27/07/1960 p.6.
- Matéria. *Homens armados tomaram de assalto a fazenda piranema* 09/11/1961 p.13; Matéria. *Assassinado porque não quis ingressar nas Ligas Camponesas* 31/01/1963 p.1
- Matéria. *Presos em Pernambuco terroristas das "Ligas"* 02/08/1962 p.7.
- Matéria. *O chefe do bando de camponeses confessa que é pela revolução* 10/08/1962 p.10;
- Matéria. *Pronunciamento inadiável* 30/08/1962 p.1.
- Matéria. *As Ligas Camponesas incitam o povo à revolução no Nordeste* 16/08/1963 p.7.
- Matéria. *O clima de terror nas usinas e engenhos* 11/01/1963 p. 1 e 13;
- Matéria. *Camponeses deixam o campo e fazem passeata no Recife* 12/01/1963 p.3;
- Artigo de Mozart Monteiro. *Parábola da Reforma Agrária* 25/01/1963 p.9.
- Matéria. *Auxiliar de Julião anuncia a criação das Ligas Urbanas* 21/01/1963 p.2.
- Matéria. *Julião incita os invasores de apartamentos em Brasília* 09/02/1963 p.1 e 3.
- Matéria. *A polícia garantiu os réus sob ameaça da Liga Camponesa* 05/06/1959 p.9.
- Matéria. *Incita os camponeses a práticas terroristas no interior de Pernambuco* 08/06/1959 p.12.
- Matéria. *Nova invasão dos camponeses e mais um canavial queimado* 17/11/1959 p.1.
- Matéria. *Metralhadoras e fuzis das Ligas apreendidos em Goiás* 14/12/1962 p.1 e 14.
- Editorial. *Começam a aparecer os "fantasmas"* 15/12/1962 p.1.
- Editorial. *Documentos apreendidos revelam plano comunista para subverter o país* 17/12/1962 p.14.
- Matéria. *A polícia descobre plano de rebelião em todo o país marcado para janeiro* 18/12/1962 p.7;
- Matéria. *O diplomata russo tramava contra a segurança do país em encontros com Clodomir* 20/12/1962 p.10.
- Matéria. *Crimes, desastres e tragédias que caracterizaram o ano de 1962* 31/12/1962 p.14.
- Matéria. *Engenhos invadidos na Paraíba e em Pernambuco* 14/01/1963 p.2;
- Matéria *Elementos das Ligas Camponesas tomaram engenho em Pernambuco* 17/01/1963 p.6.
- Matéria *As Ligas Camponesas planejam a invasão dos 52 engenhos de També* 15/01/1963 p. 2.

Matéria. *Preso membro das Ligas Camponesas e contrabandista de munições* 23/01/1963 p.12.

Matéria. *Condenados os contrabandistas de armas das Ligas Camponesas* 03/04/1963 p.11.

Matéria. *Até caminhões varavam as matas para armar as “Ligas” em Campos* 09/04/1963 p.3.

Matéria. *Guerrilheiros das Ligas Camponesas ocupam novos engenhos em Pernambuco* 12/07/1963 p.1 e 2.

Matéria *A CPI confirma a infiltração comunista nas Ligas Camponesas* 22/05/1962 p.3.

Matéria. *A agitação já está implantada em todo o país; que as forças da democracia salvem o regime* 12/01/1962 p.2.

Matéria. *Nova denúncia de agitação comunista no Rio Grande* 07/02/1962 p.12.

Artigo. *O comunismo é inadaptável à produção agropecuária* 07/05/1962 p.2.

Matéria. *Penetração comunista no Nordeste cria um clima de insegurança* 26/05/1960 p.5.

Matéria. *Cleofas denuncia: Arraes é o grande comissário do comunismo no Brasil* 22/03/1963 p.2.

Editorial. *Diário de Pernambuco. Pescadores de águas turvas* 23/08/1963 p.11.

Matéria. *Incita os camponeses a práticas terroristas no interior de Pernambuco* 08/06/1959 p.12.

Matéria. *“Chico Julião” comanda novos assaltos das Ligas Camponesas* 06/06/1960 p.2.

Matéria. *Plano de guerrilha descoberto e frustrado pelo IV Exército* 09/08/1962 p.17.

Editorial. *O Nordeste e as Ligas Camponesas* 18/07/1961 p.1.

Matéria. *Líder camponês revela: Julião presidiu tribunal vermelho em Copacabana* 25/01/1963 p.6.

Matéria. *Julião prega em Havana a revolução na América Latina* 28/02/1963 p.5.

Matéria *Simpatizantes de Fidel Castro protestam nas ruas contra a invasão de Cuba* 19/04/1961 p.11.

Matéria. *O fenômeno Julião e as Ligas Camponesas* 07/12/1961 p.12;

Matéria. *Pretendem a sublevação do Nordeste com base na fome provocada criminosamente* 19/01/1962 p.2;

Matéria. *Líder camponês diz que o prestígio de Julião está caindo* 30/01/1962 p.8;

Matéria. *Padre Melo diz que Julião constituiu o real perigo para a segurança nacional* 23/04/1962 p.12.

Matérias. *Ameaça Pernambuco com “banho de sangue”* 04/11/1959 p.8 / *A liga camponesa volta a incendiar canaviais* 18/12/1959 p.8.

Matéria. *Ameaça Julião levar 100 mil camponeses em marcha no Recife* 03/08/1959 p.6.

- Artigo de Armando Falcão. *Cuba ou Argentina* 28/05/1962 p.2.
- Artigo de Maurício Joppert da Silva. *Aprendizes de taumaturgos* 07/02/1962 p.7.
- Artigo. *Reforma Agrária: assunto agradável aos comunistas* 29/01/1954. p.2.
- Editorial. *A ameaça da Guatemala* 19/01/1954. p.5.
- Matéria. *Cabeça-de-ponte vermelha na América* 21/04/1954. p.5.
- Artigo. *Um brasileiro na terra do Tio Sam* 19/03/1956. p.2.
- Matéria. *Todos os anti-imperialista estão em função do comunismo* 04/07/1957. p.12.
- Artigo. *Reforma Agrária* 12/04/1960. p.14.
- Editorial. *Satã conduz o baile* 13/08/1960 p.1.
- Artigo. *Reforma Agrária - ponta de lança da comunização* 19/01/1962 p.10.
- Artigo. *Cuba denuncia a trama comunista* 15/08/1960 p. 18.
- Editorial. *Quem está traindo a revolução cubana?* 27/08/1960. p.5.
- Matéria. *Cai o prestígio popular de Fidel Castro em Cuba* (27/02/1960. p.4).
- Matéria. *Fidel Castro governa o país pela televisão* 31/03/1960 p.5.
- Matéria. *Fidel Castro superou o “mestre” Batista* 21/11/1960 p.5.
- Matéria. *Submetidos os cubanos a privações jamais sofridas* 22/11/1960. p.3;
- Editorial. *O medo da realizada* 08/05/1961 p.8
- Artigo. *Cuba, uma derrota do ocidente* 29/08/1960.
- Matéria. *“A queda de Fidel Castro é questão de tempo”* 05/09/1960. p.2.
- Editorial. *A declaração de Bogotá* 14/09/1960 p.8;
- Editorial. *Marcha acelerada* 05/09/1960 p.8;
- Matéria. *A comissão dos 21 ratificará hoje a “Carta de Bogotá”* 10/09/1960. p.16.
- Artigo. *Bolívia, campo de utra entre EUA e URSS* (20/08/1956. p.14).
- Matéria. *Preocupação na Bolívia com o fracasso da Reforma Agrária.* 25/03/1958 p.2.
- Matéria. *Não estava autorizado a falar sobre a reforma agrária boliviana* 31/03/1958 p.14.
- Matéria. *Nove anos de crise na Bolívia* 03/04/1961 p.5.
- Matéria. *Um país em marcha para o desenvolvimento econômico* 14/04/1958 p.14.
- Matéria. *Política Agrária* 13/06/1957. p.7.
- Matéria. *Força para fazer frente às ameaças da Liga Camponesa* 18/11/1959 p.1.
- Matéria. *Dar ao homem do campo uma sólida formação católica.* 22/04/1957 p.11;
- Matéria *Cooperação entre Igreja e Estado para a melhoria social* 29/04/1957 p.20.
- Matéria. *Roma sim; Cuba não!* 14/01/1961 p.4.
- Matéria. *Arcebispo protesta contra a exploração do nordestino* 30/05/1962 p. 9;

- Matéria. *Padre sindicalista afirma que as Ligas Camponesas fracassaram* 06/11/1962 p.2.
- Matéria. *Não precisa ir para a esquerda para se fazer o bem, diz o cardeal D. Jaime* 25/08/1962 p.3.
- Editorial. *A “poussée” comunista no Sul* 13/10/1961 p.1.
- Editorial. *Alerta para a grande luta* 28/03/1962 p.3.
- Matéria. *Solução para o problema agrário, antes que ocorram violência e a revolta* 14/08/1961 p.2.
- Matéria. *Estão plantando a revolta na zona rural do Nordeste* 06/04/1959 p.1 e 2.
- Matéria. *Que fizeram os comunistas e benefício do povo?* 04/06/1959 p.1.
- Matéria. *Dom Scherer volta a fazer sérias advertências sobre a infiltração comunista* 26/02/1962 p.2.
- Matéria. *Arcebispo do Recife prega uma solução cristã para o problema agrária* 21/04/1962 p.6.
- Matéria. *Subvencionar as Ligas é pôr em perigo a propriedade privada* 30/09/1961 p.6.
- Matéria. *Reforma agrária expropriativa, sempre o início do comunismo* 16/11/1960. p.9.
- Nota. *Reforma agrária, questão de consciência* 06/12/1960 p.2.
- Matéria. *Reforma Agrária e o caráter sagrado do direito de propriedade* 15/06/1962 p.5.
- Matéria. *Roma sim; Cuba não!* 14/01/1961 p.4.
- Matéria. *Católicos derrotaram esquerdistas na reunião de lavradores em São Paulo* 21/08/1961 p.6.
- Matéria. *Católicos afirmam seu repúdio ao comunismo* 23/02/1962 p.4.
- Matéria. *Incita os camponeses a práticas terroristas no interior de Pernambuco* 08/06/1959 p.12;
- Matéria. *Desaparecem as Ligas Camponesas diante do movimento sindicalista* 18/05/1962 p.5
- Matéria. *O bispo de Petrolina opõe a Legião Agrária às Ligas Camponesas* 16/10/1961 p.2.
- Matéria. *Um sacerdote católico lidera camponeses em Pernambuco* 06/11/1961 p.11;
- Matéria. *Sindicatos Cristãos de Camponeses* 09/11/1961 p.2.
- Matéria. *Padre Melo defende a sindicalização do trabalhador rural* 31/01/1962 p.11.
- Matéria. *Sindicatos cristãos de camponeses* 09/11/1961 p.2.
- Matéria. *Padre Melo diz que Julião constitui o real perigo para a segurança nacional* 23/04/1962 p.12.
- Matéria. *Convulsão social, assevera Padre Melo* 05/05/1962 p.6.
- Matéria. *O Padre Melo afirma que vencerá o comunismo no meio rural brasileiro* 28/04/1962 p.4.

- Matéria. *A CPI confirma a infiltração comunista nas Ligas Camponesas* 22/05/1962 p.3.
- Matéria. *Camponeses dispostos a exigir obrigações do governo sem afastamento da democracia* 08/01/1962 p.12.
- Matéria. *Proprietários rurais em posição contra o perigo das "Ligas"* 15/06/1959 p.2.
- Editorial. *Todos à luta por um novo Brasil* 05/02/1962 p.1.
- Editorial *A verdadeira reforma agrária* 23/01/1962 p.1.
- Resolução da II Plenária das Classes Produtoras. *II Plenária das Classes Produtoras* 18/01/1962 p.1 a 7.
- Matéria. *Proposições aprovadas pela 4ª Conferência Rural Brasileira* 27/02/1956. p.12
- Matéria. *Favoráveis à reforma agrária os ruralistas* 18/01/1962 p.9.
- Matéria. *As classes rurais dirão o que querem e pensam quanto à reforma agrária* 23/01/1952 p.2;
- Matéria. *Ruralistas de todo país reunidos no Rio* 24/01/1962 p.13;
- Matéria. *Chegou a hora de uma definição positiva da agricultura nacional* 25/01/1962 p.1 e 9.
- Matéria. *Quase pronta a declaração de princípios dos ruralistas* 27/01/1962 p.2.
- Matéria. *Coincidem com o pensamento do ruralismo brasileiro as afirmações do presidente* 27/01/1962 p.5.
- Nota. *A CRB agradece a O GLOBO* 03/02/1962 p.4.
- Matéria. *Riscos imensos em uma reforma agrária sem o indispensável fundamento econômico* 02/04/1962 p. 11.
- Matéria. *Sem agricultura técnica, nenhum país pode suportar a industrialização planejada* 01/07/1959 p.4.
- Matéria. *O desprezo pela solução do problema agropecuário é a gênese de todas as dificuldades que a nação atravessa* 31/07/1959. p.6.
- Matéria. *Antes de mais nada precisamos de uma revisão do nosso sistema agrário* 31/01/1961. p. 6.
- Artigo. *A ilusão das reformas adotadas em outros países da América Latina* 12/07/1961. p.2.
- Artigo. *Sem planejamento e sem recursos fartos não se aperfeiçoará a nossa estrutura agrícola* 10/07/1961 p.14;
- Artigo. *Uma reforma mal concatenada só traria benefícios aos grandes latifundiários* 11/07/1961 p.4.
- Matéria. *Fazendeiro denuncia debandada nos campos com a reforma agrária* 05/08/1961 p.15.
- Artigo. *Reforma* 10/10/1961 p.8.

Matéria. *O desvirtuamento da reforma agrária tem propósitos de colocar em risco o regime* 05/02/1962 p.3.

Artigo da coluna “O Globo vai a campo”. *União – a arma mais forte do produtor rural* 16/03/1963 p.13.

Matéria. *Não é só com decretos que se resolve os problemas da lavoura.* 13/07/1959. p. 13;

Matéria. *Vigorosa manifestação de patriotismo a palavra das classes produtoras do País* 22/01/1962 p.6.

Matéria. *A contribuição da classe rural gaúcha para a reforma agrária* 01/02/1962 p.13;
Editorial. *O fabricante de crises* 05/05/1962 p.3.

Matéria. *As classes produtoras afirmam seu apoio à posição de O Globo* 20/06/1962 p.12.

Matéria. *Aplausos à posição de O Globo quanto a reforma agrária* 22/09/1961 p.7.

Artigo da coluna “O Globo vai a campo”. *União – a arma mais forte do produtor rural* 16/03/1963 p.13.

Artigo da coluna “O Globo vai a campo”. *União – a arma mais forte do produtor rural* 16/03/1963 p.13.

Matéria. *Repercutem em Pernambuco as reportagens de O GLOBO sobre as “Ligas Camponesas”* 19/06/1959 p.9.

Matéria. *Proprietários rurais pernambucanos vão pedir garantias individuais* 20/07/1959 p.2;

Matéria. *Ódios políticos geram conflitos e mortes no interior de Pernambuco* 20/07/1959 p.3.

Editorial. *A revolução branca do Sr. Goulart* 30/03/1959. p.1.

Editorial. *Não há dois sem três* 01/06/1959 p.1.

Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *O verdadeiro novo mundo* (31/08/1963 p. 2).

Artigo de Eugênio Gudín. *Primarismo desolador* 15/11/1961 p.2

Editorial. *O presidente em duas poses.* 17/01/1962 p.1.

Artigo de Eugênio Gudín. *Licenciosa Indisciplina* 26/01/1962 p.2.

Artigo Eugênio Gudín. *Abdicar por que, em favor de quem?* 13/08/1962 p.2.

Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *A noite de meu bem* 20/11/1962 p.2;

Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *Código da destruição* 16/08/1962 p.2.

Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *Por quanto tempo?* 04/06/1963 p.2.

Artigo. *Carta ao Sr. Brochado da Rocha* 17/07/1962 p.2.

Artigo de Eugênio Gudín. *Porque o parlamentarismo* 03/08/1962 p.2.

Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *Homem da desesperança* 01/02/1964 p.2;

Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *O carreirista* 04/02/1964 p.2.

- Artigo de Eugênio Gudín. *Mau brasileiro* 04/10/1963 p.2.
- Artigo de Maurício Joppert da Silva. *A defesa contra a humilhação* 28/08/1962 p.13.
- Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *Por quanto tempo?* 04/06/1963 p.2.
- Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *Essa política de austeridade* 25/05/1963 p.2.
- Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *Panfletos dos últimos dias* 27/11/1962 p.2.
- Artigo de Eugênio Gudín. *A trágica palhaçada* 31/08/1962 p.2.
- Artigo de Maurício Joppert da Silva. *A elite do século* 07/11/1962 p.11.
- Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *O beco* 14/03/1963 p.2.
- Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *As ilhas enlouqueceram* 14/05/1963 p.2.
- Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *A pseudologia fantástica* 24/08/1963 p.2
- Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *O Hamlet dos pobres* 21/05/1963 p.2.
- Editorial. *O “chapeuzinho vermelho”* 28/03/1958 p.1.
- Matéria. *A convenção nacionalista só repetiu ‘slogan’ comunistas* 12/09/1960.p.3;
- Matéria. *Convenção obediente aos ditames comunistas* 21/09/1960 p.6.
- Matéria. *Decido o PTB a lançar candidato próprio no estado da Guanabara* 06/07/1960 p.6.
- Editorial. *Os dois convites* 11/06/1960 p.14.
- Nota. *Entreguismo vermelho* 15/05/1961 p.2;
- Editorial. *A grande hipocrisia* 09/08/1960.
- Matéria. *Comunista articula uma nova greve geral* 15/11/1960. p.2.
- Matéria. *Nova tática dos comunistas dos EUA para conquistas as minorias* 29/07/1957. p.8.
- Editorial. *Da carta devolvida à missão oriental* 15/07/1961 p.3.
- Editorial. *Na hora do mutirão* 27/09/1961 p.1
- Artigo de Eugênio Gudín. *Porque o parlamentarismo* 03/08/1962 p.2
- Artigo de Eugênio Gudín. *A marcha para o peronismo* 16/05/1962 p. 2
- Editorial. *A volta à razão* 03/05/1963 p.1.
- Artigo de Eugênio Gudín. *O planejamento do caos* 06/12/1961 p.2.
- Editorial. *Entre ulpiano e a onça.* 01/04/1959. p.1.
- Editorial. *A política e o papel do militares* 18/02/1960. p.6.
- Artigo. *Perdição de San Tiago* 02/03/1962 p.3.
- Editorial. *O que a Nação precisa saber.* 13/08/1962 p.1.
- Artigo de Maurício Joppert da Silva. *A defesa contra a humilhação* 28/08/1962 p.13.
- Artigo de Eugênio Gudín. *A trágica palhaçada* 31/08/1962 p.2.

- Editorial. *A plataforma do plano trienal* 03/01/1963 p.3; Artigo de Eugenio Gudín. *O plano e a estatização* 06/02/1963 p.2.
- Editorial. *A democracia fortalecida* 29/03/1963 p.1;
- Editorial. *O sindicalismo democrático* 31/07/1961 p.1.
- Editorial. *Desfazendo intrigas* 19/03/1963 p.1.
- Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *Revolução* 25/04/1963 p.3.
- Artigo da coluna “Panorama Econômico”. *Agitação política* 15/07/1963 p.9.
- Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *A coroa de espinhos* 12/09/1963 p.2.
- Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *Não* 14/02/1963.
- Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *Governo e desgoverno* 22/11/1962 p.2.
- Artigo de Maurício Joppert da Silva. *Presidente contra a Nação* 25/09/1963 p.20;
- Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *Ambiente sombrio* 26/09/1963 p.2.
- Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *As andorinhas* 23/01/1964 p.2.
- Matéria. *O governador gaúcho incita a rebelião* 25/01/1962 p.1;
- Editorial. *A reforma do governador Brizola* 13/02/1962 p.3;
- Editorial. *Esclarecimentos aos contribuintes norte-americanos* 21/02/1962 p.1.
- Matéria. *A demagogia agrária de Brizola causa inquietação no Uruguai* 26/02/1962 p.6;
- Editorial. *Destinos do Rio Grande do Sul* 27/04/1962 p.1.
- Editorial. *Brasil, 1961* 17/11/1961 p.3.
- Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *Cubanização* 29/02/1964 p.2.
- Editorial. *Aplausos à Argentina por ter rompido relações com Cuba*;
- Editorial. *Crimes de perigo comum* 10/02/1962 p.1 e 5.
- Editorial. *O Brasil contra os seus maiores amigos* 19/01/1962 p.1.
- Matéria. *San Tiago Dantas preconiza a legalização do PC* 08/06/1962 p.11.
- Editorial. *O melancólico destino do Itamarati* 08/06/1962. p.1.
- Editorial. *A nova arrancada do Sr. San Tiago* 02/07/1962 p.6.
- Editorial. *Omite-se o governo. Agem os soviéticos* 02/05/1962 p.1.
- Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *O beco* 14/03/1963 p.2.
- Entrevista de Roberto Marinho à TV Rio. *O diretor de O GLOBO na TV* 18/12/1962 p.6.
- Editorial. *Alerta para a grande luta* 28/03/1962 p.3.
- Editorial. *A paz interna ou a subversão social* 25/04/1962 p.3.
- Artigo de Eugênio Gudín. *Demagogia e Primarismo* 27/04/1962 p.2.
- Matéria. *Estabilidade do governo ameaçada pelos debates sobre intervenção* 04/04/1962 p.3.
- Artigo. *Provocação* 15/05/1962 p.2.

- Artigo. *O pecado do suicídio* 18/05/1962 p.2.
- Artigo da coluna “O Globo vai a campo”. *Operação limpeza* 04/05/1963 p.9.
- Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *Basta!* 16/05/1963 p.2.
- Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *A vontade Goulart* 28/05/1963 p.2.
- Artigo de Eugênio Gudín. *A balela das reformas de base* 18/10/1961 p.2.
- Artigo. *Improvisação eleitoral* 03/04/1959. p.2.
- Editorial. *Agricultores sacrificados* 15/04/1959. p.4.
- Matéria. *Contra a demagogia na reforma agrária* 09/05/1959. p.9.
- Matéria. *João Cleofas critica a política agrária*. 08/02/1960. p.2.
- Artigo. *A reforma agrária que se impõe ao Brasil* 10/02/1962 p.7; Editorial. *A reforma do governador Brizola* 13/02/1962 p.3.
- Artigo. *Reforma Agrária e eleições* 17/03/1962 p. 7.
- Artigo de Eugênio Gudín. *Goulart e Fidel* 22/01/1964 p.2.
- Artigo de Eugênio Gudín. *Reflexões brasileiras* 22/05/1963 p.2.
- Artigo. *Preliminar sobre a reforma agrária* 30/06/1961. p.2.
- Artigo da coluna “Panorama Econômico”. *Terras e latifúndios* 08/07/1961 p.9.
- Editorial. *Reforma Agrária* 05/08/1961 p.3.
- Artigo da coluna “O Globo vai a campo”. *Crédito agrícola: um capítulo de Reforma Agrária* 18/05/1963 p.7.
- Artigo da coluna “O Globo vai a campo”. *O problema dos “sem-terra”* 28/09/1963 p.7.
- Artigo da coluna “O Globo vai a campo”. *Reforma Agrária* 16/06/1962 p.9;
- Artigo de Maurício Joppert da Silva. *E agora, João?...* 17/03/1964 p.14.
- Artigo da coluna “O Globo vai a campo”. *Reforma Agrária* 16/06/1962 p.9; 17/03/1964 p.14.
- Editorial. *Perigosos sinais* 20/02/1964 p.1;
- Artigo de Eugênio Gudín. *Reforma Agrária (II)* 27/05/1963 p.2.
- Artigo da coluna “O Globo vai a campo”. *Vamos fazer a reforma agrária* 01/06/1963 p.9.
- Artigo de Eugênio Gudín. *O planejamento do caos* 06/12/1961 p.2.
- Artigo. *Fomento agrícola e não reforma agrária* 05/05/1962 p.9.
- Artigo de Eugênio Gudín. *Reforma Agrária (III)* 29/05/1963 p.2.
- Artigo da coluna “O Globo vai a campo”. *Reforma agrária espoliativa* 31/03/1963 p.7.
- Artigo de Eugênio Gudín. *Reforma Agrária (I)* 24/05/1963 p.2.
- Artigo de Eugênio Gudín. *Demagogia rasteira* 14/08/1964 p.2.
- Artigo de Eugênio Gudín. *Demagogia inepta* 20/11/1963 p.2.

- Artigo de Eugênio Gudín. *Reforma Agrária e Sanidade Mental* 30/03/1964 p.2.
- Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *Pronunciamento* 03/10/1963 p.3.
- Artigo da coluna “O Globo vai a campo”. *Reforma agrária para leitores* 04/11/1963 p.13
- Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *Até quando?* 27/04/1963 p.2.
- Artigo de Maurício Joppert da Silva. *A defesa contra a humilhação* 28/08/1962 p.13.
- Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *A “aliança” e o arcebispo* 12/02/1963 p.2.
- Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *A brincadeira trágica* 28/03/1963 p.2.
- Editorial. *O fechamento dos portos* 08/07/1963 p.1.
- Editorial. *O exemplo da UDN* 29/04/1963 p.1.
- Manchete de capa e matéria. *Clamor da Classe Rural em Brasília: REFORMA AGRÁRIA SEM SOLUÇÕES COMUNISTAS* 23/05/1963 p. 1 e 11.
- Matéria. *Manifesto de ruralistas em Brasília pede que haja reforma agrária anticristã* 24/05/1963 p.5.
- Artigo de Eugênio Gudín. *Reforma Agrária (III)* 29/05/1963 p.2.
- Matéria. *Mais de 900 fazendeiros de Campinas tomam posição em face da reforma agrária* 03/06/1963 p.21;
- Matéria. *Mais aplausos aos editoriais de O GLOBO sobre a reforma agrária* 06/05/1963 p.23;
- Matéria *Mais aplausos a O GLOBO pelos seus editoriais sobre a Reforma Agrária* 13/05/1963 p. 2.
- Carta. *Lavoura brasileira à beira da derrocada socialista - Apelo ao Congresso Nacional* 26/07/1963 p.9.
- Editorial. *Pela Reforma Agrária que o Brasil quer.* 15/05/1963 p.1.
- Editorial. *O primeiro passo* 22/05/1963 p.1.
- Artigo de Eugênio Gudín. *O primeiro passo* 22/05/1963 p.1.
- Artigo de Maurício Joppert da Silva. *A panaceia das reformas* 26/11/1963 p.17.
- Artigo da coluna “O Globo vai a campo”. *Reforma Agrária sem base* 21/12/1963 p.9.
- Artigo. *Reforma Agrária* 09/08/1961 p.7.
- Editorial. *O golpe da constituinte* 09/11/1961 p.1;
- Artigo. *Reforma Agrária* 11/11/1961 p.5.
- Artigo. *A discussão da lei agrária* 22/11/1961 p.14.
- Editorial. *Reformismo temporão* 09/05/1962 p.1.
- Artigo de Eugênio Gudín. *Golpe das reformas de base* 14/05/1962 p.2.
- Artigo. *Os possessos* 03/07/1962 p.2.

- Editorial. *O que o povo quer* 10/07/1962 p.1 e 6.
- Artigo de Eugênio Gudín. *O “processo espoliativo”* 27/08/1962 p.2;
- Matéria. *O plano global trienal prevê reformas colocando o país numa semiditadura* 29/11/1962 p.11.
- Artigo de Armando Falcão. *O dilema da hora* 27/03/1963 p.7.
- Artigo de Armando Falcão. *Compare e comprove* 23/04/1963 p.3.
- Editorial. *O pretexto e a finalidade.* 24/04/1963 p.1.
- Artigo de Paulo Assis Ribeiro. *Quem será o proprietário da terra? Opções socialista e democrática* 30/07/1963 p.7.
- Artigo da coluna “O Globo vai a campo”. *Operação limpeza* 04/05/1963 p.9.
- Artigo. *A reforma agrária que se impõe ao Brasil* 10/02/1962 p.7.
- Artigo da coluna “O Globo vai a campo”. *A responsabilidade do Congresso* 20/04/1963 p.9.
- Artigo de Maurício Joppert da Silva. *As reformas são o pretexto...* 24/05/1963 p.13.
- Editorial. *Melhores perspectivas* 27/05/1963 p.1.
- Editorial. *Sob a bandeira de uma reforma agrária, imposta por violenta pressão, pretende-se abolir o direito de propriedade para comunizar o Brasil* 22/04/1963 p.1.
- Editorial. *Se não for detida a onda subversiva, pode o Congresso se reunir longe de Brasília e da pressão dos agitadores* 23/04/1963 p.1.
- Artigo de Armando Falcão. *Getúlio contra a reforma da Constituição* 31/05/1963 p.2.
- Editorial. *No regime da confusão* 20/12/1961 p.1.
- Artigo de Maurício de Medeiros. *Atitude suicida* 23/04/1963 p.5.
- Artigo de Eugênio Gudín. *O grande adesivo* 24/07/1963 p.2.
- Editorial. *O exemplo da UDN* 29/04/1963 p.1.
- Artigo da coluna “O Globo vai a campo”. *Reage a lavoura* 08/06/1963 p.9.
- Editorial. *A reforma agrária em matéria paga* 25/04/1963 p.1.
- Artigo de Eugênio Gudín. *Reforma Agrária (II)* 27/05/1963 p.2.
- Matéria. *À Nação brasileira* 10/05/1963 p.15.
- Artigo de Eugênio Gudín. *Agitadores disfarçados?* 05/08/1963 p.2.
- Artigo da coluna “O Globo vai a campo”. *O massacre do produtor rural* 10/08/1963 p.7.
- Artigo da coluna “O Globo vai a campo”. *Reforma Agrária e os homens do campo* 11/05/1963 p.9.
- Editorial. *O valor da sinceridade* 12/11/1963 p.1.
- Editorial. *Poder e humildade* 11/06/1963 p.6.
- Editorial. *Exploração sacrílega* 04/05/1963 p.1.

- Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *Deixem o Papa em paz!* 23/04/1963 p.2.
- Artigo da coluna “Panorama econômico”. *O custo de vida* 08/08/1963 p.10.
- Editorial. *Basta de agitação* 11/05/1963 p.11.
- Editorial. *Pela Reforma Agrária que o Brasil quer* 15/05/1963 p.1.
- Editorial. *De sobressalto em sobressalto* 23/05/1963 p.1.
- Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *Os militares e o momento* 23/05/1963 p.2.
- Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *A volúpia do empobrecimento* 11/06/1963 p.2.
- Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *Desorganizando o Brasil* 20/06/1963 p.2.
- Artigo de Eugênio Gudín. *Investida contra a iniciativa privada* 21/08/1963 p.2.
- Editorial. *No caminho da desordem* 27/0/1963 p.5.
- Artigo de Eugênio Gudín. *Clima para trabalhar* 19/08/1963 p.2.
- Artigo de Eugênio Gudín. *A base das reformas* 04/11/1963 p.2.
- Artigo de Maurício Joppert da Silva. *A revolução de João Goulart* 22/10/1963 p.20.
- Charge. 25/01/1964 p.1
- Artigo de Eugênio Gudín. *Capuava* 18/11/1963 p.2.
- Artigo de Eugênio Gudín. *Goulart e Fidel* 22/01/1964 p.2.
- Artigo de Eugênio Gudín. *A surpresa e a indiferença* 03/03/1964 p.2.
- Artigo da coluna “O Globo vai a campo”. *A semente do ódio* 07/03/1964 p.7.
- Artigo de Eugênio Gudín. *Empreiteiro da demolição* 09/03/1964 p.2.
- Artigo da coluna “O Globo vai a campo”. *A ilusão agrária* 21/03/1964 p.7;
- Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *Essa política de austeridade* 25/05/1963 p.2.
- Editorial. *O perigo dos improvisos* 02/08/1963 p.1.
- Artigo de Augusto Frederico Schmidt. *Pronunciamento* 03/10/1963 p.3.
- Artigo de Eugênio Gudín. *A desapropriação por atacado* 13/01/1964 p.2.
- Editorial. *A posição de um grande partido* 10/10/1963 p.1.
- Editorial. *Para conciliar* 17/10/1963 p.1;
- Artigo de Eugênio Gudín. *Capuava* 18/11/1963 p.2.
- Editorial. *Frente única contra a agitação* 10/06/1963 p.1;
- Artigo de Eugênio Gudín. *Viagem ao Nordeste* 22/08/1963 p.2.
- Editorial. *Patriotismo e Bom Senso* 12/06/1963 p.1.
- Artigo de Eugênio Gudín. *As Forças Armadas, baluarte da legalidade* 06/09/1963 p.2.
- Editorial. *Serenidade e audácia* 19/12/1963 p.3.
- Editorial. *Confiemos nas Forças Armadas* 24/01/1964 p.1.
- Artigo de Maurício Joppert da Silva. *Sob o olha de bronze de Floriano...* 27/08/1963 p.13.

- Artigo de Eugênio Gudín. “*Esta manifestação deslumbrante...*” 18/03/1964 p.2.
- Artigo da coluna “Panorama econômico”. *Tentativa de solução* 20/08/1963 p.10.
- Editorial. *Se não, não!* 18/03/1964 p.1.
- Editorial. *Brado de alerta* 07/08/1963 p.1.
- Artigo da coluna “O Globo vai a campo”. *Reforma Agrária sem base* 21/12/1963 p.9.
- Reprodução Editorial do Jornal do Brasil. *Archotes e tanques* 26/08/1963 p.2.
- Editorial. *A defesa da Constituição, da Lei e da Ordem* 23/03/1964 p.1.
- Matéria. *Manifesto ruralista pede as Forças Armadas mobilização cívica contra o comunismo* 14/03/1964 p.3.
- Artigo da coluna “Reportagem social”. *A crise* 31/03/1964 p.4.
- Editorial. *A Nação unida às Forças Armadas* 31/03/1964 p.1.
- Editorial. *Ressurge a democracia* 02/04/1964 p.1.
- Matéria. *Falta ao governo mentalidade rural* 30/04/1959. p. 1 e 6;
- Matéria. *Reforma agrária sem violência* 20/06/1959 p.9.
- Matéria. *Deve ser diversificada a agricultura de São Paulo* 15/05/1959. p.8.
- Matéria. *Carvalho Pinto prosseguirá a sua “reforma agrária pacífica”* 11/05/1959. p.3.
- Matéria. *A revisão agrária* 10/01/1961. p.12.
- Matéria. *Na fase final a reforma agrária paulista.* 03/04/1961 p.2.
- Matéria. *Bem orientada, a reforma agrária será o nosso melhor remédio contra o comunismo* 06/07/1961 p.5.
- Matéria. *A nação repele os extremistas e não tolera demagogos e estadistas improvisados* 28/09/1961 p.1.
- Editorial. *Reformas sem demagogia* 05/04/1960. p.1.
- Artigo. *Cuba e duas panaceias* 13/04/1960 p.2.
- Matéria. *Transformadas em comício comunista as manifestações do 1º de maio na Cinelândia* 02/05/1962 p.20.
- Editorial. *Mensagem muito oportuna.* 17/11/1959 p. 1.
- Matéria. *Carvalho Pinto ao Cardeal: reforma agrária cristã com justiça e liberdade* 09/05/1962 p.16.
- Matéria. *Nova pastoral da igreja a favor da reforma agrária* 06/12/1960. p. 1 e 16.
- Matéria. *Repercute no Congresso Nacional aprovação da Igreja à reforma agrária* 08/12/1960. p.11.
- Matéria. *Sem violências a reforma agrária chegou em São Paulo* 31/12/1960. p.6.
- Artigo. *Guanabara: a revolução agrária – Quase um bilhão para o campo* 30/05/1963 p.8.

Artigo. *Minifúndio é o grande problema* 27/05/1963 p.17.

Artigo. *Quando o governo vai ao campo* 28/05/1963 p.7.

Artigo. *Avicultura, a maior esperança* 29/05/1963 p. 4.

Editorial *Reforma pela produtividade* 13/03/1964 p.7.